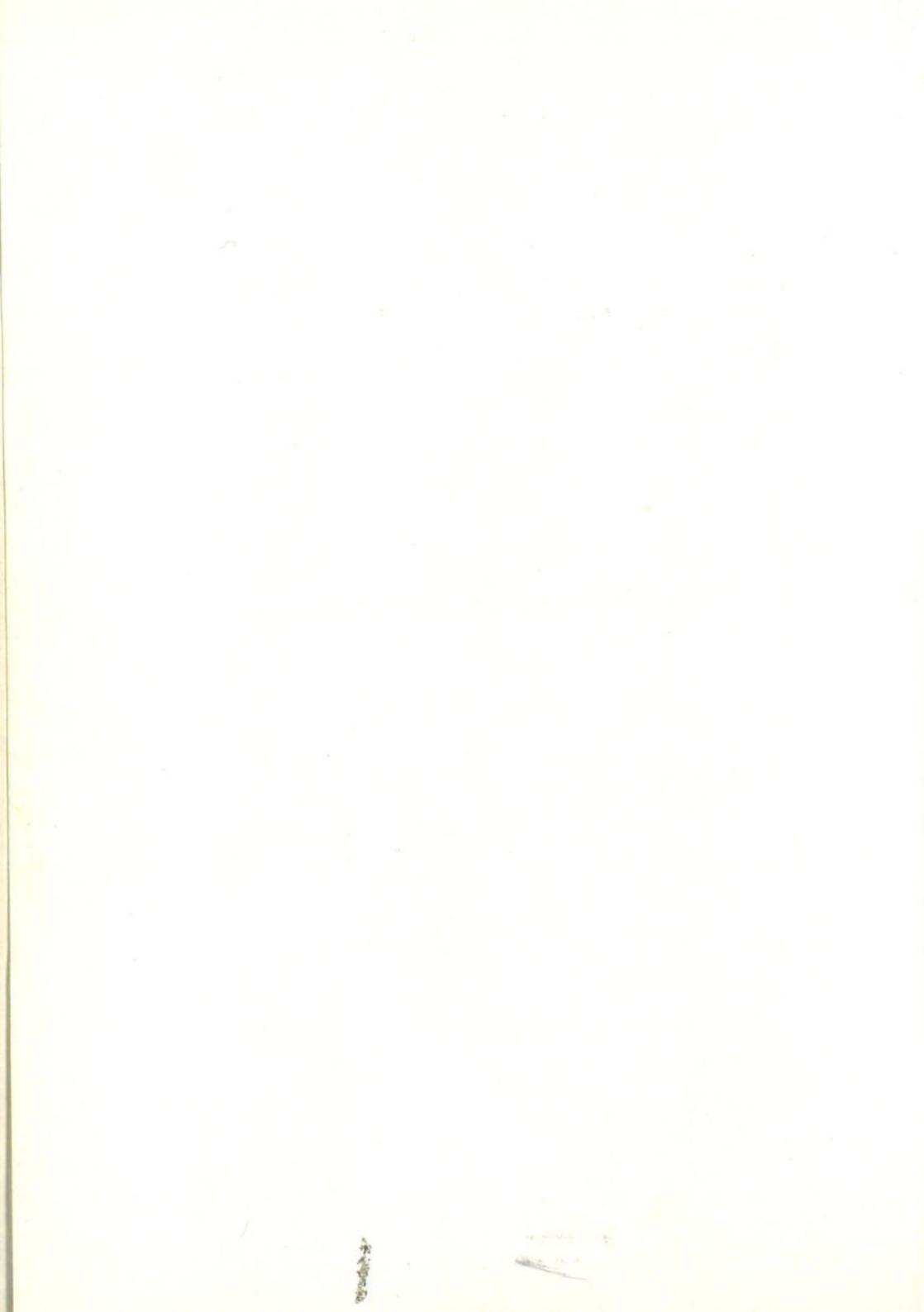




O CONCELHO DE GONDOMAR



CAMILO DE OLIVEIRA

O CONCELHO
DE GONDOMAR

(APONTAMENTOS MONOGRÁFICOS)

VOLUME II

Biblioteca Municipal de Gondomar

Aquisição:

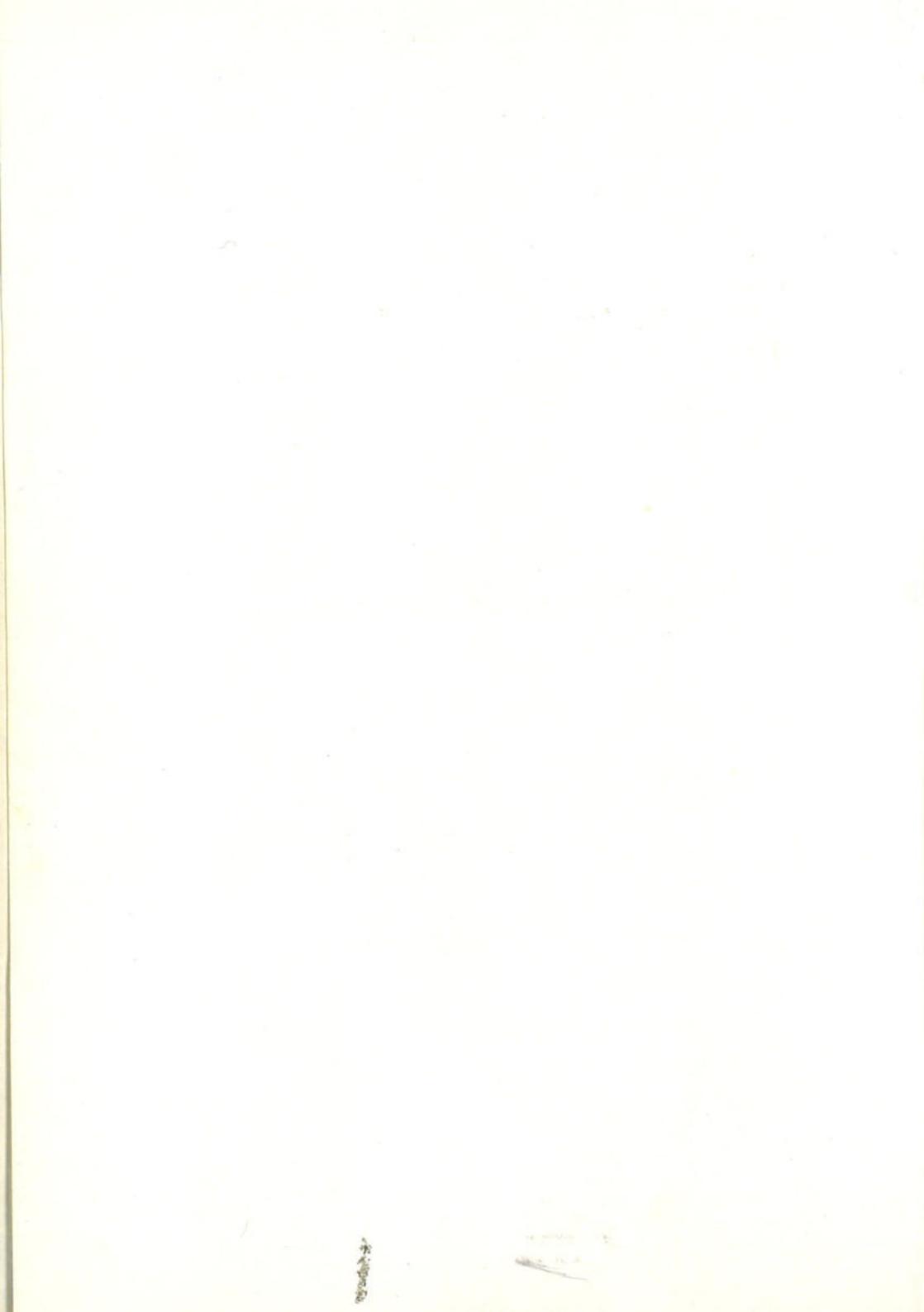
Nº de Registo: 5171

Data: 2007

Cota: FL 908 (469.121.14) Oliveira (2)

Mfn: 3429





CAPÍTULO III

SUMÁRIO : — Arqueologia. Cemitério romano de Penouço (Rio Tinto). Mós, gral e tégulas. Toponímia arqueológica. Mámoas. Numismática. História resumida dos imperadores romanos que figuram nas moedas encontradas no Monte do Crasto.

ARQUEOLOGIA

É a ciência que versa sobre coisas antigas ou é o estudo de toda a antiguidade; mais propriamente, refere-se ao conhecimento ou investigação dos monumentos figurados pelos povos antigos. Portanto, abrange a língua, a religião, as artes, as instituições, as guerras e os costumes ou tradições de povos da antiguidade.

Mas em geral tomamos a palavra *arqueologia* em sentido restrito — monumentos figurados dos povos antigos. E assim dividimos esta ciência em dois ramos: a *arqueologia da arte*, que estuda os monumentos artísticos e a *arqueologia dos utensílios*, que se ocupa das armas, e todos os objectos de uso doméstico.

A arqueologia demanda muitos conhecimentos especiais de arte, de técnica, de história, de geografia, geologia, etc., etc. É uma ciência moderna, mas que já se manifesta triunfantemente, pois que, graças ao seu progresso, antigas civilizações das quais apenas sobravam bem apagados vestígios, estão sendo reconstituídas por esforços orientados e persistentes dos arqueólogos de todo o mundo.

Dissemos que ela é uma ciência moderna. No entanto pode dizer-se que ela data do renascimento das letras, século XVI. Rafael e Miguel Ângelo estu-

dam a escultura antiga, as pedras gravadas, as grandes ruínas da arquitectura grega e romana; os Médicis fundam em Florença o primeiro curso público de arqueologia. É este o primeiro período destes estudos, a que se seguiu o dos antiquários, compreendido entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII. O terceiro período inaugura-se com os trabalhos de Winckelmann, a que se seguiram outros notabilíssimos sábios, até Champollion encontrar o alfabeto dos hieróglifos, continuando-se depois de descobertas em descobertas e conseguindo-se destarte, pelo aturado estudo, determinar com segurança o que até ali não passava de simples conjecturas.

No nosso País têm nome consagrado os abalizados arqueólogos Martins Sarmento, Estácio da Veiga e Leite de Vasconcelos, director da *Revista de Arqueologia*, do *Elenco das Lições de Numismática*, etc. Toda a região de Portugal conserva aqui e acolá monumentos arqueológicos que revelam a passagem e permanência de vários povos antigos na Península.

Gondomar é pobre em monumentos arqueológicos. A não ser as três lápides funerárias, cujas fotografuras estampamos com a respectiva lição do Sr. Ricardo Severo, lápides encontradas em Penouço, Rio Tinto e levadas para os claustros da Biblioteca Pública Municipal do Porto, pouco mais temos digno de referência. A razão dá-a o austero historiador Alexandre Herculano, cuja autoridade na matéria é inquestionável :

«Cada facto histórico tinha uma igreja, uma casa, um mosteiro, um castelo, uma muralha, um sepulcro, que eram os documentos perenes de esse facto e da existência dos indivíduos que nele haviam intervindo. Corre despeitado o vandalismo de um a outro extremo do reino, desbaratando e assolando tudo. Agora derribam-se coruchéus, partem-se colunas, derrocaram-se muralhas, quebram-se lousas de sepulturas, e vão-se apagando todas as provas da história. Faz-se o palimpsesto do passado». E continua : «As inscrições lapidares vão-se

enterrando por alicerces e paredes, não à face destas, porque aí alguém poderia lê-las; mas no fundo dos cavoucos ou no âmago dos muros. Sem isso não nos vangloriamos com inteira justiça de ter completamente renegado de nossos maiores.»

Isto mesmo nos assevera Estácio da Veiga, nas *Antiguidades de Mértola*, 1880, pág. 146: «Assim se vão perdendo os mais preciosos padrões das antiguidades do nosso território, porque a ignorância dos que deviam velar pela conservação destas coisas, que em todos os países do mundo civilizado são apreciadíssimas, faz que se olhem com a mais supina indiferença. Grande responsabilidade cabe, pois, aos governos, que deixam perder estas venerandas relíquias das civilizações que estanciaram no território nacional».

É bem verdade. Lembro um facto recente. Quando se demoliram os velhos Paços do Concelho, por acanhados que eram, e no mesmo sítio se edificaram os amplos e elegantes novos Paços, desapereceu a verga duma porta da cadeia, no rés-do-chão, que continha gravadas a cincel umas letras que diziam *Gondomar, 1778*. Marchou para o entulho, como inútil! Apenas hoje lá ficou encravada na parede do lado Sul, parte interior, ao subir a escadaria de granito, uma pedra do velho edifício, monumento que representa a coroa e o escudo nacional. Mais nada.

De Numismática temos apenas moedas de prata ou de cobre, do tempo dos Romanos, que foram encontradas no Monte do Crasto, há anos; estão em poder dos meus bons amigos José da Silva Maia, amanuense da Câmara Municipal e Dr. Juiz José Barbosa Ramos, algumas das quais damos à estampa com a lição que delas nos dá o Sr. Dr. Damião Peres.

Vejamos agora o estudo feito por Ricardo Severo e que se contém no *Portugalia*, tomo II, sob a epígrafe: *O cemitério romano do Monte do Penouço (Rio Tinto)*:

«Na segunda-feira, dia 2 de Janeiro do corrente ano, os filhos do lavrador Marques de Sá, moradores em Medancêlhe, ocupavam-se em anovar o terreno da sua bouça do Seixo, sita no Monte do Penouço, próximo da Presa da Laje, em Rio Tinto, freguesia limítrofe do Porto. Logo acima da pedreira que aí está em exploração, encontraram à pouca fundura da cavada lajêdo firme, que a princípio supuseram ser o afloramento da pedreira de baixo. A breve trecho, porém, verificaram que eram lajes justapostas formando a tam-padura duma cavidade subterrânea. Creio ter ouvido a alguns dos curiosos visitadores, gente do sítio, que só pela calada da noite procederam ao levantamento da pesada cobertura, sob a qual se abrigaria a arca do misterioso tesouro, o tesouro escondido dos seus sonhos. Assim foi a descoberta deste cemitério romano.

Asseguram-me que encontraram dentro da cavidade uma camada de terra negra de palmo e meio, acima do *salão* do fundo, e dentro alguns objectos de barro, um vaso de vidro e uma rodela de bronze; ao todo sete peças, e nada mais. Esmorecidos, apenas recolheram uma parte, outros levaram e partiram o restante. Constou-me, mesmo, que uns visitantes do Porto apanharam ainda restos de louça e um *pêso*. A cavada no pinheiral do Seixo descobre em torno deste túmulo vestígios evidentes duma necrópole⁽¹⁾. Aqui e além

⁽¹⁾ Na *Monografia de Paredes*, pág. 715, sob o título *Correcções e esclarecimentos devidos à amabilidade do ilustre Sr. Joaquim Martins dos Santos Rocha, de Covelo, Gondomar*, este erudito conterrâneo, referindo-se ao *castelo* de Aguiar de Sousa, cujo assunto é tratado nas págs. 229 e 240 da citada *Monografia*, diz: — Os restos do Castelo de Aguiar de Sousa têm de largo 5,60 m; de altura 2,20 m e a espessura das paredes é de 0,88 m. Segundo a tradição, este castelo era dos mouros e tinha comunicação subterrânea com o rio Sousa para se abastecerem de água e era de tal ordem que por ela podiam descer os cavalos para beber; vinha dar a um poço fundo do Sousa onde hoje é um dos pilares da ponte. Quando se fez a estrada encontraram-se, além de sepulturas, bastantes moedas que o empreiteiro comprou aos trabalhadores.

aparecem restos de tégulas e grandes pedaços de xisto cinzento com dois rebordos longitudinais paralelos, e que decerto constituíram fundos de sepulturas.

Pesquisando os terrenos circunvizinhos, por toda a parte se encontram restos de louças, de telha, de tijolos; assim é na bouça confinante de M. Ferreira dos Santos e na que fica para Norte, passando o caminho intermédio, e que pertence ao Dr. J. Ascensão Correia. Nesta, quando se terraplanava uma parte para campo de semeadura, encontraram, diz-me um jornaleiro, numerosos exemplares inteiros de *alguidares* e *púcaros*; na verdade, de tudo se vêm restos pelos montículos de cascalho e entulheiras próximas, provenientes dos campos e pedreiras. Uma tal variedade e quantidade parecem melhor apropriadas a ruínas de habitações do que a depósitos funerários; entretanto, nada se pode definir quanto à delimitação e classificação destes jazigos arqueológicos em que pode existir confusão por sobreposições várias, por contemporâneas ou alternantes aplicações do solo, ora a estação de vivos ou a final pousada de mortos. Verificar-se-á a seu tempo este problema arqueológico que nos fica na vizinhança, se bem que — desde já se nota — muito prejudicará esse exame o estado do solo fundamentalmente remexido por diversos e sequentes trabalhos de cultura e pesquisas de granito.

O achado principal de agora é a caixa tumular representada na figura 1 em planta e corte.

É uma cavidade rectangular de $2,10\text{ m} \times 0,92\text{ m}$ por $0,85\text{ m}$ de fundo, feita por quatro paredes de perpianho de granito.

A cobertura consta de cinco lajes justapostas, assentando de nível sobre as paredes da caixa.

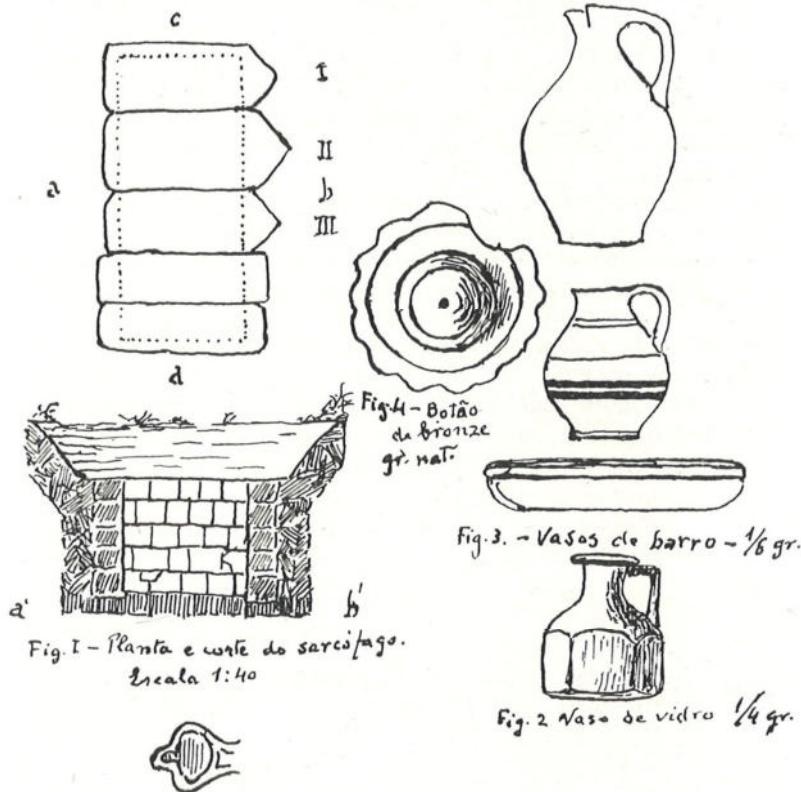
As três primeiras são de secção rectangular e têm evidentes sinais de haverem pertencido a outra construção; foram pedras de uma cimalha ou cornija, e duas delas conservam as molduras próprias. Os outros dois esteios da cobertura têm plana a face superior e

são abaulados para a parte inferior; não foram também propositalmente feitos para cobrir esta caixa tumular; provieram de outra qualquer construção onde lhes cumpría esta forma plano-cilíndrica. E tanto que nos topos dos esteios a superfície redonda foi desbastada para fazer sobreleito, de sorte a assentar firme sobre as paredes laterais. As lajes I, II e III, têm nitidamente insculpidas nas suas faces inferiores — as que estavam voltadas para o interior da cavidade — inscrições romanas sepulcrais; estes três documentos epigráficos são publicados na secção seguinte deste fascículo, das *Notícias epigráficas* (págs. 126 e 127), (e aqui reproduzidas em fotografia, tirada no claustro da entrada para a Biblioteca Pública Municipal, pelo fotógrafo Sr. Américo T. Lopes, empregado do Museu Municipal). Esta circunstância denuncia desde logo que não são lápides referentes ao cenotáфio que cobrem, muito embora seja interessante a coincidência de que as três são monumentos funerários que um certo APRONIVS RVFVS ergueu à memória de sua mulher e dois filhos.

Deverá considerar-se proposital este agrupamento, e que foi aqui o cenotáфio desta família Rufa? Parece que não. As três lápides foram construídas sob o molde comum das estelas funerárias e postas nas testeiras das sepulturas respectivas, *in memoriam* dos mortos nelas indicados. Posteriormente, alguém, abrindo este sarcófago no solo da antiga necrópole, recorreu para o tampar a essas lápides próximas, talvez abandonadas, que celebravam mortos estranhos, de outra *gens*, cujo culto lhe não pertencia. Vieram de antigos túmulos para esta nova construção, pelo mesmo modo como já tinham vindo de outro edifício as lajes primitivas, as quais anteriormente haviam composto qualquer casa ou templo.

Há nestes factos uma clara sequência que servirá para lhes dar ordem cronológica; o sarcófago agora descoberto é posterior às lápides funerárias de Apronius Rufus, feitas com velhas cantarias dum anterior edifício.

Tudo nos indica, pois, que por esta região demorou — e por espaço de muito tempo — população romana de certa importância, sob o ponto de vista da



qualidade e da quantidade; o que está de acordo com as lendas locais e os numerosos vestígios arqueológicos já denunciados.

Estas observações autorizam-me a denominar *Cemitério romano* a estação arqueológica do Monte do Penouço.

Do mobiliário fúnebre encontrado no fundo do sarcófago pouco há que dizer, pois que não é numeroso. Temos o vaso de vidro da figura 2, de secção hexagonal, o qual está completo; o vaso de barro com bocal trilobado; a pequena caneca com um listel castanho abaixo da asa e dois outros da mesma cor intermeados de um branco; e o prato ou escudela também de barro de 0,28 m de diâmetro; estão as três peças representadas na figura 3.

De metal, apenas o botão de bronze da figura 4. E são estes os únicos objectos que consegui examinar, os quais represento, segundo o desenho à vista feito por ocasião da minha primeira visita ao local.

São exemplares que têm representantes entre as nossas coleções provenientes de necrópoles luso-romanas do Norte do País.

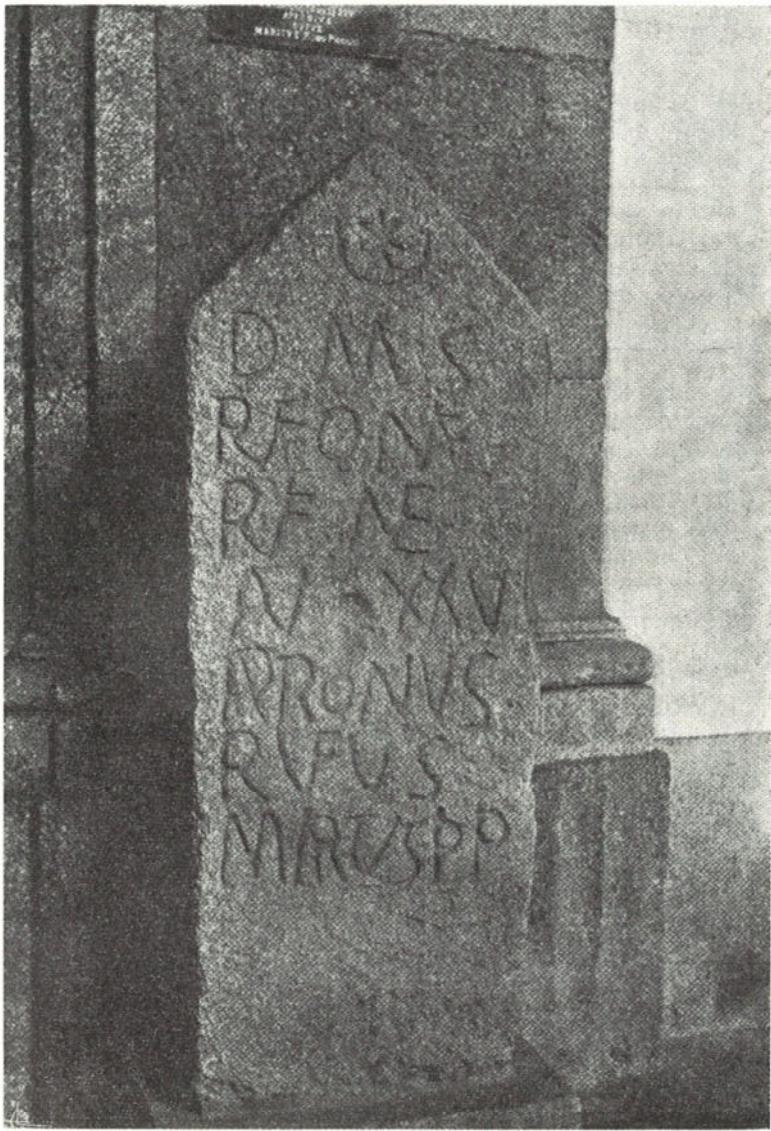
Por agora regista-se o facto isolado deste sarcófago verdadeiramente curioso, e anuncia-se a existência dum novo jazigo arqueológico nas vizinhanças do Porto.

Maio, 1905.

Ricardo Severo».

TRÊS INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS INÉDITAS
DO CEMITÉRIO RÓMANO DO MONTE DO PENOUÇO
(RIO TINTO)

Estas três lápides funerárias serviram de tampa-dura a um sarcófago. A face inscrita estava voltada para o interior do túmulo e as três alinhavam-se juntas; as lajes 1.^a e 2.^a pertenceram a um anterior edifício; a secção transversal indicada no desenho da lápide 2.^a mostra o perfil duma cornija.



Lápide 1.^a

Lápide 1.^a — É de granito, com 1,30 m de comprimento por 0,50 m de largo. Termina superiormente em triângulo e no centro deste frontão tem a estrela de seis raios, no meio do crescente. As letras de 0,05 m a 0,09 m de altura estão em sete linhas.

Leitura : D (iis) M (anibus) S (acrum) RVFONIAE RVFIN (a) E AN (norum) [x ou L] xxv APRONIVS RVFVS MARITUS P (ius) P (osuit).

Lápide 2.^a — É de granito, com 1,40 m de comprimento por 0,59 m de largura. No meio do frontão está a estrela de seis raios circundada simplesmente pelo crescente, feito aqui com dois arcos circulares. As letras têm a dimensão de 0,05 m a 0,09 m e estão em seis linhas. Oferece esta lápide a particularidade de ter as letras pintadas a cor vermelha, a qual se teria obtido riscando as entalhas gravadas com um pedaço de limonite ou ocre vermelho.

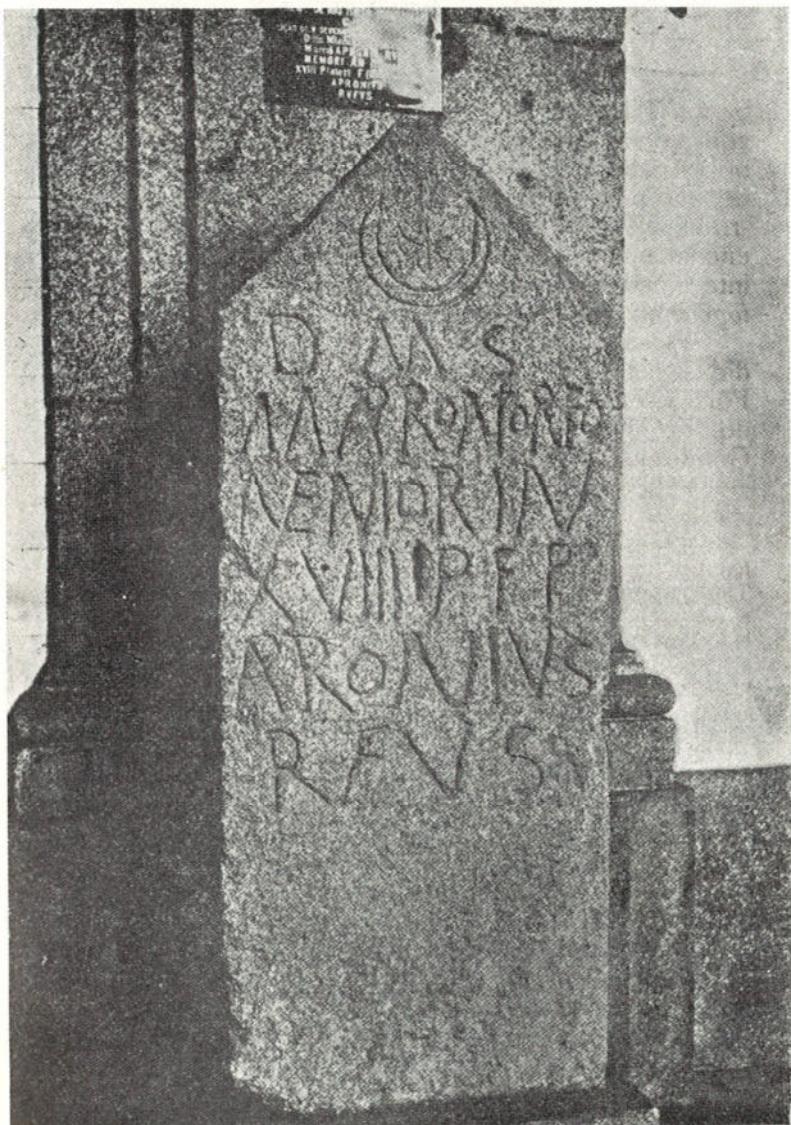
Leitura : D (iis) M (anibus) S (acrum) M (arco) APRONIO RVFO NEMORI⁽¹⁾ AN (norum) xviii P (ater) F (ilio) P (osuit) APRONIVS RVFVS.

Lápide 3.^a — Também de granito; tem 1,27 m de comprido e 0,495 m de largo. Termina também em ângulo, sob o qual está o asterisco e o crescente. As letras ocupam sete linhas e são de 0,007 m a 0,009 m de alto.

Leitura : D (iis) M (anibus) S (acrum) APRONIAE RVFAE AN (norum) [x ou L] iii APRONIVS RVFVS P (ater) FIL (iae) P (osuit).

Ricardo Severo.

⁽¹⁾ Havendo dúvida sobre a leitura do cognome NEMORI, foi consultado o Dr. Cagnat, o qual confirmou esta interpretação.



Lápide 2.^a

Nas *Nótulas ceramográficas*, o Sr. Dr. Rui de Serpa Pinto⁽¹⁾ faz referência a um dos objectos encontrados na sepultura luso-romana do Monte do Penouço, aludindo ao trabalho do Sr. Ricardo Severo, de que nos ocupamos. Diz ele: «Na sepultura luso-romana do Monte do Penouço (Rio Tinto, Porto) encontrou-se uma caneca com duas listas castanhas intermeadas dum branca». (Separata de *O Arqueólogo Português*, vol. XXVII).

Estas três pesadas pedras de granito foram cedidas pelo seu proprietário ao Museu Municipal do Porto, como consta do ofício dirigido pelo Conservador do Museu Municipal ao Secretário da Câmara de Gondomar, cuja cópia é como segue:

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Tendo dado entrada no Museu Municipal do Porto as três lápides funerárias procedentes do Monte do Penouço em Rio Tinto, mercê da oferta do Ex.^{mo} Sr. António Ferreira da Silva, e não sendo estranhas a esta benemerência as diligências e esforços envidados proficuamente por V. Ex.^a no sentido desta grata aquisição, venho apresentar a V. Ex.^a os protestos do mais vivo reconhecimento em nome da instituição que represento. Receba pois V. Ex.^a, de envolta com os mais efusivos agradecimentos, as homenagens da mais alta consideração.

Deus Guarde a V. Ex.^a.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Justiniano Vieira Ramos, Dig.^{mo} Secretário da Câmara do concelho de Gondomar.

Museu Municipal do Porto, 8 de Novembro de 1905.

O Conservador,

(a) *António Augusto da Rocha Peixoto.*

O Primeiro de Janeiro, de 31 de Outubro, desse ano, publicou com o título *Museu do Porto*, uma notícia assim concebida:

(¹) O Dr. Rui de Serpa Pinto é já hoje um infatigável arqueólogo que organizou uma série de Cartas de Portugal pré-histórico, as quais permanecem inéditas, na sua quase totalidade, e que apresentou umas notas sumárias do seu trabalho ao Congresso de Coimbra-Porto, em 1930.



Lápide 3.^a

— «No Museu do Porto entraram ontem três lápides funerárias, lusitano-romanas que em Janeiro deste ano foram encontradas no sítio da Laje, freguesia de Rio Tinto. Essas lápides acham-se em excelente estado de conservação, lendo-se correntemente os epitáfios referentes à família de Aprónio. A notável revista *Portugalia* já publicou essa leitura em artigo do nosso insigne amigo Ricardo Severo.

A oferta das lápides ao nosso Museu foi feita pelo Sr. António Ferreira da Silva, proprietário em Rio Tinto, devendo-se ao esclarecido e zelosíssimo secretário da Câmara de Gondomar, Sr. Justiniano Vieira Ramos, as mais instantes diligências para que as lápides ficassem pertencendo ao estabelecimento municipal do Porto.»

Vieram repousar no Museu da cidade, já que infelizmente o concelho de Gondomar não tem museu regional, o que é de lastimar.

MÓ GIRANTE, FRAGMENTO DUMA TÉGULA E METADE DUM GRAL DE GRANITO

O Ex.^{mo} Sr. A. Pacheco de Carvalho, proprietário da Quinta de Bouça Cova, ofereceu de bom grado ao dito Museu, por intermédio de quem estas linhas escreve, três fragmentos arqueológicos, cujo exame foi feito pelo Sr. Dr. Rui Serpa Pinto, da seguinte maneira :

«MONTE DO CRASTO (Gondomar)

— Parte dum mó grande romana (*mola manuária*) de grés ferruginoso brechóide. O exame microscópico evidencia a ligação dos grãos de quartzo pelo cimento ferruginoso (hematite) que dá à rocha um tom avermelhado-escuro.

São mais frequentes as mós de granito, existindo outra do mesmo material no Museu do Instituto de Antropologia do Porto, proveniente dos Carvalhos (Gaia).

Bocados desta rocha apareceram na Cítânia de Briteiros e na estação arqueológica de Ribeira (Caldas das Taipas).

Esta brecha encontra-se em diferentes pontos do distrito do Porto, pertencendo ao antracolítico o banco principal, em Rates, donde proveio a pedra para a igreja românica de S. Cristóvão de Rio Mau.

— Fragmento duma telha de rebordo (*tégula*) de barro coado claro.

— Metade dum gral de granito. Diâmetro aproximado 28 cm., altura 20 cm. No Museu M. do Porto há um exemplar semelhante de Tendais (B. Alta).

Seria interessante poder estudar fragmentos de cerâmica. É provável que o Crasto já fôsse ocupado pelos indígenas antes da dominação romana tardia indicada pelas moedas.

Ainda que escassos, estes restos concordam com a época determinada pelas moedas.»

Aos dois ilustres senhores aqui deixo consignados os meus mais vivos agradecimentos.

O Minho Pitoresco, tomo II, pág. 614, falando sobre a antiguidade da freguesia de Melres, relata: «Há quem a suponha anterior ao domínio romano, dizendo que são dos Lusitanos as galerias de minas metálicas abandonadas que por aqui existem, e onde muitas vezes se tem encontrado as mós grosseiras, com que esses nossos avós trituravam o quartzo aurífero, para extraírem depois o ouro pela lavagem».

Essas mós grosseiras são inegavelmente da época das outras encontradas na raiz do Monte do Crasto.

Informa-me o meu velho amigo Sr. Jorge Eduardo Kock, ilustre funcionário superior das Finanças, em Gondomar, que possue uns fragmentos de mós e tégulas do tempo dos Mouros ou dos Romanos, bem como uma moeda de cobre, parecida com um dos nossos antigos vinténs. Devem ser do tempo dos fragmentos já citados.

Recebi dele a seguinte comunicação:

Gondomar, 20-11-932.

Meu prezadíssimo amigo:

As moedas que apareceram no Monte do Crasto, foram quatro de bronze ou de outro qualquer metal parecido, muito antigas, talvez do tempo dos Romanos. Também apareceram umas mós de pedra de granito; uma está inteira; as outras estão partidas. Parece-me que estas mós estão incompletas, porque dão indício de serem colocadas umas sobre as outras, para farinar qualquer coisa. Notei que a que está inteira não está perfurada de lado a lado, e as três outras metades estão. Não se pode presumir bem a aplicação que os Romanos lhe davam.

Disponha sempre do limitado préstimo do que é

De V. Ex.⁸

amigo velho e obg.^{do}

Jorge Eduardo Kock.

Estas mós são do tempo dos Lusitanos.

TOPONÍMIA ARQUEOLÓGICA

O estudo dos nomes locais ou seja a toponímia, demanda muito cuidado e conhecimento das línguas dos povos vários que habitavam a Península e ainda o daqueles nossos antepassados que deram nome às terras, segundo a impressão que delas tiraram. E assim os nomes ou vêm do latim, como *crasto*, de *castrum*, ou de línguas faladas na Lusitânia antes da implantação do latim, como *Douro*, de *Durius (Dorius)* ou do germânico e árabe que contribuíram também para a formação do vocabulário português.

Os nomes locais podem agrupar-se em classes; assim, uns tirados da flora, como *Ervedosa*, de *arbuto*; outros, da fauna, como *Aguiar*, *Taralhão*, etc.; outras da natureza e configuração do terreno, como *Calvário*, *Covelo*, *Bouça Cova*; outros da lavra dos campos, como *Arroteia*,

Agra, Avessada; outros das águas, como *Rio-Carreiro*; outros de novos aglomerados sociais ou povoações, como *Quintã, Aldeia Nova*, etc.; outros, dos rochedos, como *Pedreira*; outros, da bela situação ou aspecto local, como *Boa-Vista* ou *Bela-Vista*; outros, da religião, como *S. Cosme, S. Pedro*, etc. A toponímia revela o poder de imaginação do povo apropriando-se dos nomes que dão a conhecer as suas crenças, os seus costumes, a sua linguagem e por isso ela constitue uma valiosa série de indicações acerca da história dessa região ou desse povo. E assim, por exemplo :

Na freguesia de S. Pedro da Cova há o lugar de *Ervedosa*, corrupção de *arbutoasa*. *Rebordões*, em Rio Tinto, é também corrupção do mesmo termo.

Na freguesia da Sousa, *Jancido* é lugar plantado de juncos. Daí *juncidus*. O lugar de Brandião acusa o germânico *brand*, tocha acesa, pois *brandais* são as cordas do aparelho dos navios. Por semelhança, mata de arbustos de hastes flexíveis, próprias para acendalhas. Os Brandões usam por armas fachadeiras acesas. (Adriano M. Strecht de Vasc., *Monogr. de Paredes*, pág. 729).

Em S. Cosme há o lugar do *Barrôco*, talvez do árabe *barr*, campo e *ouco*, vazio, estéril — terra pedregosa, como a dos riachos e leitos das torrentes (*Ibid.*). Também do árabe *covel*, coisa funda e *covilhã*, o mesmo que bajanca ou fundão.

Aboinha lugar de S. Cosme, do hebraico *habá*, esconder, abrigar. *M'haboim*, os contos ou retiros. Nesta freguesia também há o lugar do *Chelo*, do grego *xero*, coisa seca. São os arroios que secam no verão, os ribeiros com pontos secos.

Sousa é a latinização medieval do pré-romano *Sousa* ou *Sosa*, rio de água doce, em oposição à do rio Douro que na foz é sempre salgada, devido às marés.

Aguiar, do baixo latim *aquilare, is*, abundante em águias.

Todos estes nomes e muitos outros do concelho de Gondomar indicam a antiguidade dos povos que

por aqui passaram e deixaram os nomes que ainda hoje os recordam, já que outros vestígios não há da sua vida.

O meu prezado amigo Sr. M. dos Santos Rocha, sobre a freguesia de Covelo e para efeitos da *Mongrafia*, escreveu, entre outras coisas: «Na área que a freguesia de Covelo ocupa, existe o monte do Castelo, perto da Serra dos Açores, ao Sul das Pedreiras (Chão do Fojo) e os Castelejos, mais para Sudoeste, em frente a Leverinho, perto do Douro. Eram dois núcleos de população rude, vivendo da vida pastoril e da pesca, ocupando alturas *arduos colles* — com água no sopé e que os Romanos obrigaram a descer: os do *Castelo* para a chão do Covelo e os do *Castelejo* para a encosta de Leverinho, para poderem cultivar os terrenos melhores, cortando as florestas e dessecando os lagoeiros e lameiros pela abertura de valas que esgotassem as águas.

A encosta Norte do Castelo tem o nome de Orgueiros (*orcarianus-orca*); não indicará isto a existência de dólmenes ou orcas da idade neolítica? O vale que lhe passa ao fundo denomina-se *Vale da Eireira* (*arearia-area*), indício da área reservada em volta do castelo; e o nome de *Monte da Porqueira* em frente não provará a existência antiga de esculturas de porcos em pedra?

Em todos os prazos do século passado, as sortes situadas na margem direita do ribeiro de Vale da Ponte, a juzante das Eirinhas (dim. de *área*), subindo pela encosta do monte, eram chamadas do *Crasto* e até o ribeiro nessa parte era o ribeiro de Crasto. Devia, pois, ter aqui existido uma praça forte habitada, um *oppidum* — defendida pela posição e por obras de arte, confirmadas pelos nomes de Valos e Trancosa que ainda subsistem; talvez defendesse uma ponte de via romana, em vista do ribeiro a montante do castro se designar Vale da Ponte, sem haver vestígios de qualquer ponte. O local do Castro devia ter sido no sítio das casas da Ribeira.

Os Romanos organizaram com esses dois núcleos de população indígena duas vilas — dois latifúndios — prédios em domínio pleno; há ainda a Sudoeste de Covelo o sítio da Oliveira da Vila, naturalmente onde se plantaram as primeiras oliveiras e em Leverinho uma casa denominada da Vila Nova.

Ensinaram-lhes a língua que deu origem àquela: «na qual quando imagina, com pouca corrupção crê que é a latina»; civilizaram-nos, os agrimensores demarcaram solenemente os campos e os soutos, segundo os ritos sagrados, de modo que ainda hoje é considerado pecado nefando mudar os marcos das propriedades; aquele que o fez, vem depois de morto, pedir aos vivos que remediem o mal, para que a sua alma tenha descanso.

Tão bem feita foi a divisão pelos casais e meios casais que todos partilharam igualmente das diversas qualidades de terreno; das agras para os cereais, dos sítios mais abrigados para as vinhas, dos pomares e cortinhas (conchouros e concharelhas) junto das casas, dos soutos e bouças para mato nos lugares pedregosos e dos lameiros à margem do rio para pasto do gado no verão.

Encontra-se aqui a denominação de monte da Grelinha, sinónimo de baldio, onde deitaram a pastar o gado miúdo (*grex, gregis*); o povo, perdendo a significação do termo, juntou-lhe *i* protético e fez *Igrejinha*, supondo-o um diminutivo de *igreja*.

Os Suevos e Visigodos, invadindo no V século um país romanizado, não alteraram os limites das propriedades, nem os costumes e a língua dos seus habitantes; instalaram-se como *hospites*, partilhando da propriedade rústica, dos escravos, montes e pastagens na proporção de dois para um. Muitos por aqui ficaram; há muito dolicocéfalo louro nestas freguesias de Gondomar (S. Pedro da Cova, Covelo e Médas) e até mestiços, produto do cruzamento da população hispano-romana com as raças nórdicas, denunciadas pelas sardas do rosto e pelos cabelos ruivos.

Da dominação árabe não existe recordação a não ser no onomástico em Leverinho: há um local chamado a Meca, outro o Vale de Moiro, bons campos e a portela de Moirães, pouco acima da capela, quem segue para Covelo. Sob o ponto de vista da propriedade, não houve alterações, pouco tempo se demoraram ao Norte do Douro, pelo que se limitaram a colher o imposto.

Com a reconquista neo-goda, os reis de Leão tomavam conta das terras, ao expulsar os Mouros, apreendiam os imóveis, derrogavam direitos seculares, causando profunda desordem; porque as províncias retomadas precisavam de autoridades que mantivessem com firmeza a ordem, concediam-nas as mais das vezes a homens da sua confiança, que em muita parte mudaram o nome das vilas, como sinal de posse jurídica; aqui não se deu esse facto, porque as duas vilas de Covelo e Leverinho ficaram na posse dos reis que as cederam por casais aos conventos e ordens militares.»

Por informações recebidas, consta que no lugar da Triana, freguesia de Rio Tinto, ao lado da capela da Triana, existem umas pedras com inscrições latinas e uma data antiquíssima. Em S. Cosme ou Vila de Gondomar, ainda hoje se conserva na rua da Igreja, um largo portão que dava entrada para o lugar do Paço; ora nesse lugar, raiz do Monte do Crasto, houve um paço, residência de frades⁽¹⁾; e lá havia ainda há pouco

⁽¹⁾ O actual dono dessa propriedade, o Sr. José de Castro, na cavagem que fez para plantação de vinhedo, encontrou uns púcaros com moedas de ouro e prata, do tempo do imperador Tibério. Disseram-me nessa ocasião que um sobrinho do Sr. Vicente Gaspar Vieira tem uma dessas moedas. O mesmo informador acrescentou que no referido Monte do Crasto havia uma gruta onde apareceram cadinhos do tempo dos Mouros, provavelmente restos da indústria de fundição.

Na *Introdução à Arqueologia portuguesa — Estações arqueológicas portuguesas*, o Sr. Dr. Rui de Serpa Pinto afirma: «Do Castro de Gondomar vi no Museu Azuaga a parte fixa dum triturador em granito, decerto pré-romano. (*O Tripeiro*, de 15 de Janeiro de 1927, n.º 26, 3.ª série).

um altar de rica talha dourada e com trabalhos de esmalte. Tudo isto desapareceu, creio que por desleixo.

A igreja paroquial primitivamente foi construída no lugar da Castanheira, por detrás da propriedade do Sr. Damião Soares. A actual já tem 200 anos; consta que a antiga possuía azulejos valiosíssimos. Dizem que foi a primeira igreja da Península consagrada aos mártires S. Cosme e S. Damião. Tratarei desta igreja desenvolvidamente noutro lugar.

No cume da Serra da Pia (continuação da Serra do Raio), há uma cisterna oval que mede na sua maior largura 4 m e na menor 2 m, com a profundidade de quase 3 m, onde a água nunca seca, mesmo no pino do verão. Assim se justificam as procissões religiosas que o povo de Aguiar de Sousa, em épocas de estiagem, promovia a esta lagoa, sempre cheia de água e coberta de viçosa vegetação; estas procissões eram organizadas para os fiéis colocarem no centro da cisterna uma cruz que traziam, na esperança de que Deus lhes enviaria a chuva tão apetecida.

Chama-se Serra da Pia, porque na vertente desta serra há uma pia de granito, aberta num rochedo, com 2 m de comprido por 2 m de fundo, mal talhada. E mais distantes, ao fundo, uns seis almofarizes, de pequenas dimensões, à beira do rio Ferreira, logo abaixo da ponte da *Milhária*, no lugar do Salto. *Milhária* é nome tomado dum marco miliário que ali houve colocado na estrada romana, de segunda ordem e que seguindo na encosta Nordeste da Serra do Raio até Aguiar de Sousa servia de meio de comunicação e transporte para o rio Douro dos minerais e outros produtos que haviam de ser levados à capital do Império. A este respeito diz o P.^e Joaquim A. Lopes Reis, autor de *A Vila de Valongo*: «O imperador Trajano, que era espanhol, natural de Córdova, mandou fazer na Lusitânia muitas obras de importância que ainda hoje existem e várias estradas ou vias militares, como a que partindo de Braga vinha

aqui passar, entrando no Susão, donde seguiu por Caledoelas, Rechãos, Cana, Pinéu, Chão das Cavadas, Castro, descendo para Couço e caminhando ao Nascente para Aguiar de Sousa.

Em Aguiar de Sousa esta estrada dividia-se em duas: uma que passava em barcas o rio Douro para Castrumire (Crestuma) e ia entroncar em Lancóbrica (Feira) na via romana que de Cale seguia por Talabriga (Aveiro), Scálabis (Santarém) e Gerobrica (Alenquer) para Lisboa; a outra caminhando pela direita do Douro corria pela Portela de S. Tomé de Canas, por Duas Igrejas, Santo Adrião de Canas, Castro de Vila-Boa de Quires até Marco de Canaveses, onde há o lugar de Canivia, correcção de *Canavia*, abreviatura de *Tamacana via*, e seguindo para a Beira, entroncava com a via militar de Lisboa a Mérida (Pinho Leal, art. *Valongo*). Era esta uma das vias militares dos Romanos de maior importância, porque, sendo a mais curta que daqui seguia por Espanha para Roma, servia para transportar para lá as riquezas que as minas de Valongo produziam.

Era flanqueada de espaço a espaço por *castros*⁽¹⁾, onde se recolhiam guarnições de soldados não só para vigiar os escravos, mas para defender os viandantes dos assaltos dos malfeiteiros e proteger a cobrança dos tributos.» Depois de dizer que ainda nesse tempo não existia o nome nem a povoação de Valongo, mas já no princípio ou meados do II século se foram construindo as primeiras casas à beira dessa estrada, começando então os romanos a explorar as minas de ouro até ao fim do Monte de Santa Justa⁽²⁾, acrescenta: «No

(¹) Os castros dos Romanos eram na sua maior parte uma circunvalação com trincheiras de terra e pedras dentro da qual se recolhiam os guardas em barracas de colmo ou outro qualquer resguardo.

(²) A esta serra os Árabes chamavam a serra da Cuca e à extremidade ocidental dela chamavam *Olho do Corvo*, que ainda hoje conserva. (*A Vila de Valongo*, pág. 92).

século IV também começou a abrir-se o caminho para o Porto ou Cale pelo Montalto, Fânzeres e Campanhã e a ligar-se a via militar desde o Susão para a Galécia (Agra de Galegos), concorrendo todas estas relações com as diferentes terras vizinhas para o aumento da povoação de Valongo.»

Nesta Serra da Pia aparecem também, mas já raramente, mós de moinhos ou grais, bem como fornos abobadados, de tijolo e telha; não admira, porque os Celtas que habitaram estes lugares trabalhavam nos campos e nas minas, habitando estas rudes montanhas, segundo a opinião de todos os historiadores; por isso o referido P.^e Joaquim A. Lopes Reis assevera, pág. 57, que «são de origem celta as freguesias de S. Pedro da Cova e S. Martinho do Campo que ficam circunvizinhas; e remonta à *idade de pedra* a caverna aberta a mão humana num enorme rochedo chamado *Casa de Orca*, assim como celtas são muitos monumentos, ali existentes, daquelas épocas remotíssimas.» E mais abaixo: Nos montes de Santa Justa que dão para o Salto e no alto que se chama Castro ou Crasto foram encontrados, além de restos de telha de rebordo, um machado de silex⁽¹⁾ e mós de pedra grosseiras⁽²⁾ com que os Lusitanos trituravam o seixo (quartzo). São de 0,66 m de diâmetro e 0,10 m de grossura, tendo as inferiores no centro um veio feito da mesma pedra que embutia em um buraco das inferiores e eram tocadas à mão. Além disso as inferiores parece que tinham dois pés que, para firmar, entravam em cavidades respectivamente feitas em qualquer rochedo sobre que as colocavam. Ainda hoje nas vizinhanças da *Casa de Orca* se vêem em muitas pedras,

(¹) Este machado de silex foi encontrado em 1890 pelo apaixonado geólogo João Alves dos Reis Júnior.

(²) Estas mós grosseiras são do mesmo tempo daquelas que estão na posse do meu amigo de Gondomar, o Sr. Jorge Eduardo Kock e serviam ao mesmo fim.

à maneira de mesas, muitas daquelas buraquinhas, duas a duas, já muito rompidas pela acção do tempo.

A esta antiga idade também remonta o corte que na Serra do Raio⁽¹⁾ foi feito para dar passagem às águas do rio Ferreira que, cobrindo S. Martinho, formavam um grande lago que transbordaria pela Chão do Guiso para Recarei e rio Sousa. É um facto este que não conta a História, mas a que se referem vários autores e dá a conhecer a simples inspecção do terreno por estes sítios. (*Antiguidades do Porto*, por Simão Rodrigues Ferreira).

MAMOAS⁽²⁾

Assim se chamam esses monumentos pré-históricos de carácter funerário e religioso, abundantes na Península Ibérica. Em todos eles se encontram vestígios de incineração de cadáveres. Estes monumentos foram saqueados desde o princípio do século XVII, perdendo-se assim uma considerável riqueza arqueológica; essa des-

⁽¹⁾ A tradição diz que esta serra tomara o nome de *Raio* porque lá caiu um e apareceram em grande quantidade os godos brancos que numa extensa avenida cingem a vertente do monte, em contraste com os godos negros da serra de Santa Justa. O povo da nossa terra aos godos chama *gódios*.

⁽²⁾ As mamoas fazem diferença das *antas* ou *dólmenes* que são monumentos megalíticos de forma mui diversa e para fins diferentes, em forma de mesa, sustentada por esteios perpendiculares e serviam para se imolarem as vítimas nos sacrifícios. As mamoas têm a forma duma caixa ou túmulo, com paredes construídas de lajes perpendiculares, cortadas todas da mesma altura, acertando sobre elas a tampa e tudo coberto por um monte de terra.

Os dólmenes encontram-se em geral no meio dos matos e quase sempre em lugares planos, enquanto que as mamoas estão todas em sítios altos. As mamoas são monumentos mais modernos do que os dólmenes; estes são da *idade da pedra*, portanto anteriores às mamoas que são da *idade do ferro e do bronze*, mas uns e outros dos tempos pré-históricos.

truição proveio talvez da tradição muito em voga dos lendários *tesouros encantados*. Diz a *Encyclopédia*, de Espasa, que as modernas investigações de pré-história estão conformes em referir estas construções ao culto dos mortos, baseado na crença da imortalidade da alma. Diz a *Encyclopédia Portuguesa*, de M. Lemos, que, quando morria algum chefe, algum celta ou precelta notável, depositavam-lhe os restos numa caixa (arca) feita de lajes e cobriam-na com um pequeno cabeço piramidal de terra. Daqui proveio a palavra *mamelão* para designar um pequeno cabeço.

No nosso concelho houve desses monumentos.

Conta o Sr. Dr. José do Barreiro, na sua *Monografia de Paredes* (Correcções e acrescentos), Porto, 1924, pág. 699, que «a mamoa existe em Brandião, na Tapada do Picôto; um metro ao Sul passam os limites de Gondomar; é uma mamoa típica; tem câmara circular e galaria na direcção Nordeste; o monte de terra que cobria o dólmen acha-se abatido na parte correspondente ao corredor e à câmara deixando ver os esteios, grandes pedras de quartzo branco e uma da cobertura da câmara atra- vessada por cima no sentido horizontal; esta sepultura da época neolítica foi violada por gente de Baltar, que lá encontrou púcaros cheios de ouro, de que levaram burros carregados; é o que reza a tradição de avós a netos em Brandião!»

«O que resta é o Vale da Mamoa de Brandião», diz o mesmo autor. Um documento antigo fala da mamoa de Brandião, mas hoje não resta altura alguma do terreno que revele a sua existência. Esse documento é a *Inquirição*, a que se procedeu em 1258 (era de Cristo) no tempo de D. Afonso III; nesse documento se alude aos limites da freguesia de Aguiar de Sousa; diz que começa no lugar que se chama o Bico; e depois de referir vários lugares por onde passa, refere-se à Mamoa de Brandião — *deinde ad mamonam de brandiam*.

Também no *Corpus Codicum*, vol. I, tratando-se do *Julgado de Gondomar*, e relativamente à freguesia de

Fânzeres, assunto que transcrevo na pág. 80 do 1.^o volume deste trabalho monográfico, vem a seguinte passagem: *deinde ad mamolam de Soutelo*, o que prova evidentemente que no lugar de Soutelo existia então uma mamaoa.

Ao monte que separa S. Pedro da Cova de Valongo também chamam documentos antigos *Monte de Mamoas*; e mamoas se chamam os montões de pedra que os Celtas faziam sobre as sepulturas dos seus mortos. (*Vila de Valongo*, pág. 58).

EDIFÍCIOS ANTIGOS DO CONCELHO

Datas. A Vila de Gondomar não acusa edifícios muito antigos. Vê-se que as habitações construídas anteriormente ao século XVIII desapareceram por completo.

Os prédios mais antigos que encontrei no lugar da Quintã, centro da Vila, são posteriores a 1760.

A mais antiga data encontrei-a na casa do Laborim, lugar de S. Miguel, a de 1763. E no lugar de Pevidal, a casa chamada dos Paciências, tem na porta fronha a era de 1767.

Encontrei, no quinteiro da casa do Sr. Manuel Marques das Neves, de Quintã de Baixo, um grosso e tosco esteio de granito que sustenta a varanda, onde estava gravada a data de 1770; e uma pia, junto ao poço, no quintal, tem a data de 1771; igual data acusava uma pedra, em cima de um muro fronteiro à casa e que vedava um campo de lavoura.

Já no 1.^o volume desta *Monografia*, pág. 401, me referi a esta casa, que foi outrora dum frade da Ordem dos Agostinhos, chamado Fr. António de Jesus; nela está ainda uma pedra com a data de 1775. Há ainda nos lugares de Quintã e Quintela umas quatro casas do mesmo tempo, isto é, construídas

entre os anos de 1771 a 1775⁽¹⁾. Todas as outras são posteriores; assim, na Praça Manuel Guedes, a casa do Sr. José Alves Garrido tem na fachada gravada a data de 1784.

Não me refiro aqui à data das capelas ou igrejas existentes ou que existiram no concelho. Deixo este estudo, para quando me ocupar dos templos e suas riquezas ou obras de arte religiosa.

NUMISMÁTICA

É a ciência que tem por objecto o estudo das moedas⁽²⁾ e das medalhas, quanto ao seu metal, ao seu aspecto, às suas figuras, sinais e letreiros, para serem interpretadas, ou à face da história do passado — numismática geral, ou à face da história duma determinada época ou civilização ou Estado — numismática especial. Ela é um auxiliar de muitas ciências, embora autónoma.

Na antiguidade não se faziam colecções regulares de moedas, embora já elas fossem objecto de apreço ou de ornato.

Desde os fins do século XV revela-se o entusiasmo por este estudo. Petrarca é um coleccionador; na *Doctrina numorum veterum*, de Eckhel, vol. I, cap. 22.^o e 23.^o, há uma resenha bibliográfico-histórica dos principais trabalhos numismáticos aparecidos até esse tempo e uma descrição de muitos museus de moedas. Depois dele, têm aparecido muitos trabalhos especiais⁽³⁾, mesmo sobre cada ramo de numismática.

(1) No 1.^o volume desta obra, pág. 144, disse que os velhos Paços do Concelho foram edificados em 1778.

(2) *Moeda* deriva do latim *moneta*, de *moneo*, eu aviso. Juno avisou os Romanos que fizessem um sacrifício por ocasião dum terramoto. (Cic. *Divinit.* — I, 45).

(3) Assim como das monografias isoladas derivam as grandes sistematizações, assim também das minuciosas investigações resultam trabalhos que completam estas. Por isso recomendamos para a Numismática romana os trabalhos de Mommsen: *Hist. de la monnaie romaine* (trad. fr.) em 3 vols., 1865-1873, bem como *Moedas romanas*, de Teixeira de Aragão, Lisboa, 1870.

Nos primeiros tempos, serviram de moeda : conchas, búzios, sal, marfim, cacau, café, algodão e até animais; daí *pecúnia*, de *pecus* (o gado). Mas não satisfazia a todas as condições; descobre-se então o uso do metal, anéis achados nas habitações lacustres pré-históricas, anéis dos povos antigos do Oriente, simples barras metálicas ainda usadas na Lusitânia, no tempo de Estrabão.

A moeda era pesada a cada transacção, porque era necessário determinar pesos fixos. Ainda assim faltava uma garantia legal que por toda a parte fizesse aceitar as moedas. Essa garantia foram os cunhos. Mas quantos séculos se passaram antes disso?!⁽¹⁾ Esta descoberta do cunho — que era primitivamente uma simples marca oficial — data dos fins do século VIII e começo do século VII antes da nossa era. Parece que aos Lídios se deve a mais antiga moeda de ouro, e aos Gregos a mais antiga de prata.

⁽¹⁾ A moeda, segundo Ernest Babelon, é uma invenção dos Gregos, do século VII, antes da nossa era. As grandes civilizações como as do Egipto, da Caldeia, da Assíria, da Fenícia e de Creta, vivendo milhares de anos na mais desenvolvida actividade comercial, não conheciam a moeda, no sentido próprio da palavra. Trocavam género por género. No tempo de Homero, a determinação do valor das coisas fazia-se em cabeças de gado; assim Laerte paga vinte bois por uma mulher escrava. Daí veio o tipo de boi ou vaca, gravado nas moedas antigas da Eubeia e da Itália central; é o caso de *pecúnia*, de que falamos, termo derivado de *pecus*, (o gado).

O uso de contar o gado *por cabeças*, *capita*, deu origem à palavra *capital*.

O lexicógrafo Pollux, que no tempo de Cómodo, procurou recolher todos os testemunhos sobre a antiguidade da invenção das primeiras moedas, hesita entre Fidon, rei de Argos, que efectivamente parece ter mandado cunhar as primeiras moedas de prata, ou os Atenienses ou os Lídios cujos monarcas eram muito opulentos. Foi Craso o primeiro dos Mermnades que mandou cunhar moedas de ouro puro e de prata, as *creséides*.

Em Portugal, o Decreto de 22 de Outubro de 1636 mandou criar no Real Arquivo da Torre do Tombo um gabinete de moedas e medalhas destinado ao uso dos alunos da aula de Diplomática; mas nunca se realizou o pensamento de estender ao ensino da Numária, Numismática e Lapidária as prelecções da cadeira de Diplomática. Em Dezembro de 1844, o Ministro do Reino publicou uma portaria para se abrir um curso público e gratuito desta cadeira, na Biblioteca Nacional, regida pelo bibliotecário-mor e foi inaugurado esse curso no dia 24 do referido mês e ano. Pela Carta de Lei de 19 de Julho de 1855 foi criada a cadeira de Numismática; mais tarde, abrangendo esta aula e a de Diplomática foi, pela Carta de Lei de 25 de Agosto de 1887, autorizado o Conselho Superior de Instrução Pública a proceder a uma organização geral dos arquivos e bibliotecas de Lisboa.

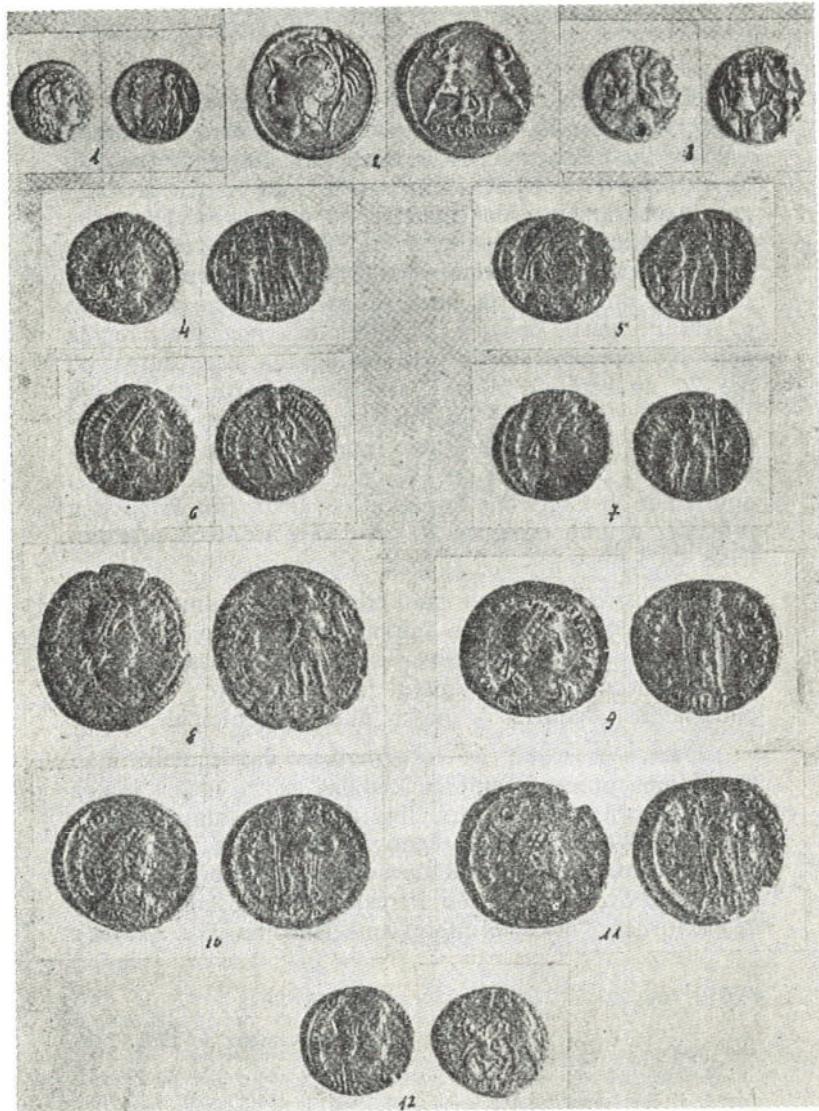
A nossa Biblioteca não criou sequer um pequeno museu; e no entanto não faltam, já não digo colecções, mas ao menos moedas, minerais e vegetais fósseis, objectos de olaria, conchas, lápides funerárias, etc., com que poderíamos organizar o nosso museu municipal.

Damos a seguir as fotografuras das moedas que me foram obsequiosamente cedidas pelos meus velhos amigos e conterrâneos, Srs. José da Silva Maia e Domingos da Silva Monteiro, dignos funcionários municipais do concelho, com o resultado do exame feito pelo douto professor, Sr. Dr. Damião Peres, que gostosamente aceceu a fornecer-me este interessante trabalho. Diz a carta :

Porto, 12 de Novembro de 1931.

Meu Ex.^{mo} Amigo:

Remeto aqui o resultado do exame, feito por mim e pelo Dr. Rui Serpa Pinto, das moedas achadas em Gondomar.
3



Algumas moedas romanas encontradas no Monte do Crasto

Deste exame resulta que as moedas de prata devem pertencer a uma deposição diferente das de bronze, constituindo estas um todo interessante e homogénio. Temos, pois:

P R A T A

Três moedas, sendo:
 1 grega.
 1 denário romano de Quinto Minúcio Thermo, monetário cerca do ano 90 a. C.
 1 denário romano de Marco Fúrio, monetário cerca do ano 104 a. C.

B R O N Z E

Cento e setenta e três médios bronzes e pequenos bronzes, sendo:

Gallienus	1
Claudius II	2
Constantins	45
Helena	2
Constantinus I	29
Constantinopolis	4
Crispus	2
Constans	39
Constans II (?)	1
Iulianus	7
Valentinianus	2
Valens	4
Gratianus	3
Theodosius	6
Maximus	4
Arcadius	5
Honorius	3
Incertas	14

Total 173

Os bronzes pertencem na sua quase totalidade à segunda metade do século III e ao século IV, visto serem de uma série de imperadores desde Galiano (233-268) a Arcádio e Honório (395-423). Do tempo de Constantino I, há quatro moedas de Constantinopla. Os reversos mais frequentes até Constante são: FEL TEMP. REPARATIO; GLORIA EXERCITUS; PROVIDENTIAE AUGG; SECURITAS REIP.; VIRTUS AUGG; VICTORIAE DD AUGG. A partir da segunda metade do século IV são: SECURITAS REIPUBLICÆ; GLORIA ROMANORUM; REPARATIO REIPUB.

As doze fotografadas são:

- 1 — Moeda grega (prata).
- 2 — Denário romano (prata), de Quinto Minúcio, monetário no ano 90 a. C.

- 3 — Denário romano (prata), de Marco Fúrio, monetário ✓
 no ano 104 a. C.
- 4 — Pequeno bronze de Constante I (357-360). ✓
- 5 — » » » Valentíniano I (364-375). ✓
- 6 — » » » Valente (364-378). ✓
- 7 — » » » Graciano (375-383). ✓
- 8 — » » » Máximo (383-388). ✓
- 9 — » » » Teodósio I (379-395). ✓
- 10 — » » » Arcádio (395-408). ✓
- 11 — » » » Honório (395-423). ✓
- 12 — » » » Juliano II (360-363). ✓

(a) Damião Peres.

MOEDAS ROMANAS DOS IMPERADORES QUE DOMINARAM NA PENÍNSULA

Para que os leitores que não podem facilmente compulsar livros da história romana, possam conhecer embora ligeiramente a biografia de cada um destes imperadores cujas moedas damos à estampa, aqui deixo apontados os traços biográficos mais importantes dos nomes que figuram nesta fotografia. Nem todas as moedas são dignas de reprodução, porque são repetidas.

Tito Lívio dá a Espanha reduzida a província romana no ano de 542, isto é, 192 antes de Cristo, e 9 anos antes de se acabar a segunda guerra púnica. Mas esta conquista foi difícil; e só Júlio César conseguiu o completo domínio do país 150 anos depois, no fim do sétimo século de Roma.

Galieno (P. Licinus Egnatius Gallienus). Imperador romano, nascido em 235 e falecido em 268. Valeriano, seu pai, feito imperador, escolheu-o para César, apesar da sua mocidade e inexperiência, em 253. Alguns fáceis triunfos na Germânia deram-lhe o título de *Germanicus*. Acabou de repelir uma invasão dos Alemães na Itália, em 258. Todavia os bárbaros invadiram o império por todos os lados. Estes males sublevaram o povo contra os cristãos e assassinado por Valeriano e Galieno, foi publicado em 258 um edicto donde saiu uma violenta perseguição. Em 260 Valeriano foi feito prisioneiro por Sapor, rei dos Persas. Seu filho, parecendo indiferente a este facto, apoderou-se do poder, para restituir aos cristãos a liberdade do seu culto. Era letrado e filósofo, mas passou uma vida de

moleza e de prazer, apesar das suas províncias escolherem imperadores particulares. Por uma falsa alusão à história de Atenas, chamam-se a estes chefes os «trinta tiranos». Galieno fez uma expedição para expulsar da Ilíria os Godos que tinham devastado a Grécia, mas teve a fraqueza de dar o consulado a um rei hérulo. Daí resultou formar-se uma conjuração dos melhores generais do império contra ele e foi assassinado em 268.

Cláudio II (Marco Aurélio). Imperador romano, cognominado o *Gótico*, nascido no ano 214 da nossa era e morto em Sirmium no ano 270. Ilírio, duma família ilustre, distinguiu-se pelos seus talentos militares no reinado do imperador Décio.

Defendeu a passagem das Termópilas contra um terrível assalto dos bárbaros. Governador da Ilíria no reinado de Valério, conteve os Godos durante dez anos. Serviu depois Galieno, preparando-se para lhe suceder. Eleito pelos seus soldados em Março de 268, recebeu a confirmação do Senado. Imperador, submeteu o tirano Aureolo, que se apoderara da púrpura e destruiu um exército de 320.000 Godos em Nissa, na Sérvia. Morreu no terceiro ano do seu reinado. As legiões da Itália deram-lhe por sucessor seu irmão Quintílio.

Constâncio I. Cloro (isto é, o *Pálido*) (Flávio Varo). Imperador romano, pai de Constantino Magno, nasceu em Moesia no ano 225 e faleceu em Iork em 306. Vencedor dos Sarmatas, foi nomeado César por Diocleciano e Maximino e, com este título, reconquistou a Bretanha, a Batávia e ganhou aos Germanos as batalhas de Langres e Vindonissa. Nomeado Augusto, governou juntamente com Galério e morreu 15 meses depois em Eboracum (Iork). Mostrou-se clemente com os cristãos. Helena, sua primeira mulher, a quem repudiou para casar com uma filha de Maximino, foi a mãe de Constantino.

Helena (Santa). Mãe do imperador Constantino, nascida em 247 e falecida em Roma em 327. Casou com Constâncio Cloro, que a repudiou em 291. Foi proclamada Augusta e Imperatriz, recebendo em Tréves as maiores honras e o seu nome foi gravado em moedas públicas. Deve-se a ela a conversão de Constantino ao cristianismo; mas, apesar disso, o imperador levado por uma acusação caluniosa, mandou matar em Roma em 326 seu filho Crispus, conseguindo ela, contudo, que reconhecesse a inocência da sua vítima. Em 326 fez uma viagem a Jerusalém, para descobrir a vera cruz do Calvário. A sua festa é a 18 de Agosto.

Constantino I (Caio Flávio Aurélio Cláudio). Imperador romano nascido em Naïssus, em 274 e morto em Nicomédia, em 337. Era filho de Constâncio Cloro e de Helena, primeira mulher deste. Constantino acompanhou seu pai à Bretanha; morto este em campanha, Constantino foi proclamado pelos soldados, mas Galero não aceitou esta nomeação. A primeira parte do seu governo (306 a 323) foi cheia de guerras civis.

Livre de Galero, transpôs os Alpes à frente de 40.000 homens, atravessou a Itália e foi derrotar, perto de Roma, Maxêncio. Diz-se que foi durante esta campanha que ele teve a famosa visão duma cruz luminosa, rodeada destas palavras: *in hoc signo vinces* (por este sinal, vencerás). Tal lenda é apenas relatada por Eusébio.

Constantino entrou em Roma, como senhor único do Ocidente. Promulgou então o *édito de Milão* (313) que estabeleceu a liberdade religiosa e fez restituir aos cristãos os bens que lhes tinham sido confiscados. Em 321 tornou obrigatório o descanso dominical e em 323 convocou o grande concílio de Nicêa, na Bitínia. Criou uma nova capital, Constantinopla, antiga Bizâncio, situada na margem do Bósforo e enriqueceu-a com todos os despojos da Grécia e da Ásia. Organizou uma nova nobreza; dividiu o império em grandes prefeituras, as prefeituras em dioceses e estas em províncias; o senado ficou com a alta importância dum tribunal de justiça, e o consulado ficou sendo uma honra sem encargos.

É na história conhecido por Constantino, o *Grande*. Só recebeu o baptismo à hora da morte; durante a segunda parte do seu reinado, travou apenas alguns combates com os Godos e os Sarmatas. Antes de morrer, dividiu o império pelos seus três filhos: Constâncio, Constantino II e Constante e seus dois sobrinhos: Dalmácio e Aníbaliano, mas estes dois foram trucidados com cinco outros sobrinhos do imperador.

Crispus (Flávio Júlio). Filho de Constantino, o *Grande* e de Minervina, falecido em 326. Foi eleito César em 317 e cônsul no ano seguinte. Na guerra contra Licínio, destruiu a frota inimiga, no Helesponto, em 323. Sua madrasta Fausta, que queria o trono para seu filho, acusou-o ao imperador de ele a perseguir com uma paixão incestuosa e devido a esta calúnia, Constantino mandou matá-lo.

Constante (Flávio Júlio). O mais novo dos filhos de Constantino, o *Grande*. Recebeu em partilha a Ilíria, a Itália e a África, a Macedónia e a Grécia e mais tarde as Gálias, pela morte de seu irmão Constantino (340). Ao primeiro boato da revolta de Magnêncio fugiu para a Espanha: foi alcançado e trucidado pelos cavaleiros do usurpador, em 350.

Juliano, o *Apóstata* (Flávio Cláudio). Imperador romano, nascido em 331 e falecido em 363. Sobrinho de Constantino. Foi educado no culto de Homero e de Platão; fez seus estudos em Constantinopla. Relacionou-se com os mais sábios daquele tempo, viajando. Constâncio nomeou-o César e mandou-o defender a Gália contra os Germanos, onde revelou energia e habilidade. Apesar das intrigas, as legiões proclamaram-no Augusto. Senhor do império, mandou reerguer os templos pagãos e criou várias obras pias, como hospitais, etc. Juliano, numa perseguição contra os Persas, foi ferido com um dardo

e daí morreu. Com ele desapareceu a derradeira esperança do paganismo, que ele pretendia fazer rejuvenescer, aliando-o à filosofia neo-platónica. Deixou numerosos escritos filosóficos, satíricos, políticos e até versos e 83 cartas.

Valentiniano I (Flávio). Imperador romano, nascido em Cibalis (Panónia) no ano 321 e falecido em Bergécio, perto de Presburgo, em 375. Era filho de Graciano, conde de África. Serviu na Gália e contra os Persas, sob Constâncio e Juliano. Era cristão. Depois da morte de Joviano, foi proclamado imperador pelo exército de Nicêa e associou-se a seu irmão Valente para o Oriente. Expulsou várias vezes os Alemãos da Gália, ergueu uma linha de fortalezas sobre o Reno e encarregou o conde Teodósio de reprimir a sublevação dos Pictos. Depois voltou à Itália, em 373, passou à Panónia para reprimir os Quados e promulgou muitas leis impregnadas dum espírito de justiça e caridade. Foi, no entanto, muito severo e intolerante.

Valente (Flávio). Imperador romano, irmão de Valentiniano I, nascido em Cibalis (Panónia), em 328 e falecido em Andrinopla, em 378. Oficial do palácio no reinado de Juliano, foi associado ao império por seu dito irmão, em 364 e teve o Oriente em partilha. Esmagou a sublevação de Procópio e depois continuou a guerra contra os Persas. O facto mais importante do seu reinado foi o estabelecimento dos Godos no império, onde lhes concedeu terras; mas, porque estes lhe fizeram insuportáveis exigências, viu-se obrigado a combatê-los. Foi vencido perto de Andrinopla, onde morreu. Era duma rara crueldade.

Máximo (Magno Clemente). Imperador romano, nascido em Espanha e falecido em 388. Veio a ser comandante das tropas da Grã-Bretanha; e obtendo uma grande vitória sobre os habitantes da Irlanda e da Escócia, foi proclamado imperador, em 381; dois anos depois, desembarcando na Gália, fez fugir Graciano, mas apoderando-se dele, mandou-o matar. Teodósio teve de o reconhecer como imperador na Gália e na Espanha. Quando quis tirar a Itália a Valentiniano, Teodósio então marchou contra Máximo, derrotou-o e prendeu-o em Aquiléa. Máximo teve a cabeça cortada, assim como seu filho Vitor.

Teodósio (Flávio), chamado o Grande. Imperador romano, nascido em Cauca (Espanha), em 346 e falecido próximo de Milão, em 395. Foi comandante da Mésia, e após o suplício de seu pai, viveu retirado por algum tempo. Depois Graciano confiou-lhe um exército, com o qual ganhou grandes batalhas contra os bárbaros e associou-o ao império, dando-lhe o Oriente que ele defendeu vitoriosamente contra os Godos. Mas não podendo já vencer os Visigodos, concedeu-lhes vastas terras. Em 383 Teodósio associou a si seu filho Arcádio. Como ele

atacava os restos do paganismo, atribui-se a esse facto a destruição sistemática duma grande quantidade de obras primas da arte antiga. Reconheceu o usurpador Máximo que depôs e assassinou Graciano. Teve de fazer face a uma nova invasão de bárbaros que derrotou e voltou a Constantinopla, onde casou pela segunda vez com Gala, irmã de Valentiniano, em 386. Quando Máximo se resolvia a despojar Valentiniano II dos seus Estados, Teodósio reuniu o seu exército e derrotou-o, mandando-o decapitar. Numa sedição em Tessalónica, mandou que seus soldados chacinassem 7.000 pessoas. Em 391 voltou ao Oriente, ficando assim senhor do Oriente e do Ocidente. Morreu em 393, deixando o império entregue a seus dois filhos Arcádio e Honório. Foi o último príncipe que se achou *senhor do mundo!* Fez compilar uma multidão de excelentes leis, reunidas sob o nome de *Código teodosiano*. Seu filho Arcádio ficou com o Oriente e Honório com o Ocidente; o primeiro sob a tutela de Rufino e o segundo sob a tutela de Stilicão. Esta divisão do império fez-se em 395, divisão definitiva, que marca o fim do Império Romano do Ocidente. Vão surgir as invasões dos bárbaros e o mundo vai ser profundamente modificado. Principia então a Idade-Média.

Arcádio, Imperador do Oriente, filho primogénito de Teodósio, o *Grande*, nascido em Espanha, em 376 e morto em 408. Príncipe fraco, deixou-se governar pelo prefeito do pretório Rufino, por Eutrópio, seu camarista e por Eudóxia, sua esposa, que perseguiu e fez desterrar S. João Crisóstomo, introduzindo o arianismo.

Honório (Flávio Augusto). Imperador do Ocidente, nascido em Constantinopla, em 384 e falecido em Ravena, em 423. Era filho de Teodósio. Recebeu aos dois anos o título de César e o consulado; aos nove, o de Augusto; aos onze, o de imperador do Ocidente, enquanto que seu irmão Arcádio reinava no Oriente. Durante a sua menoridade, entregou todo o poder ao hábil e enérgico Stilicão que derrotou os Visigodos em Polência, em 402 e os Godos, em Fesulas, no ano 406; mas todo o resto do império era presa dos bárbaros. Honório, em presença dos usurpadores, indeciso, encerrava-se em Ravena, numa vergonhosa inacção. Levado pelas intrigas, mandou matar Stilicão e todos os parentes dele. Desde então, os bárbaros nada tinham a recear. Alarico saqueou Roma e deu o título de imperador a Átalo. E Honório acaba assim a sua vida, em Ravena, publicando uma série de ordenanças que renovam quase todas as antigas leis.

Constante II (Flávio Heráclio). Imperador do Oriente (641-668). Durante o seu reinado, a conquista árabe estendia-se ao Egito, Síria, Chipre, Rodes, Cilícia, Isauria, Cirenaica e sobre toda a África até à Mauritânia, enquanto os Lombardos se espalhavam pela Itália. Durante este desmembramento do

império, Constante abandona Constantinopla, com o intuito de se fixar em Roma, mas o medo aos Lombardos obrigou-o a sair, depois de ter saqueado todas as igrejas. Foi para Siracusa, entregando-se a todos os prazeres e aí foi morto por um dos seus oficiais. Sucedeu-lhe seu filho primogénito Constantino IV, Paganato.

Graciano (Flávio). Imperador romano, filho de Valentiniano I, nascido em Sirmium (Panónia) em 359 e falecido em 383. Compartilhou com seu irmão Valentiniano II o império do Ocidente, em 375. Durante o seu reinado, seus generais alcançaram grande vitória sobre os Alemães, nas margens do Reno. Proclamado imperador do Oriente, em virtude da morte de seu tio Valens, nomeou Augusto o Conde Teodósio e confiou-lhe as suas províncias, sempre ameaçadas pelos bárbaros. Fraco como era, Graciano deixou-se levar a ordenar a morte de muitos oficiais de seu pai; confiscou os bens dos templos pagãos e ordenou a proscrição de todos os herejes. Tornou-se impopular. Atacado por Máximo, eleito imperador das legiões da Grã-Bretanha, refugiou-se em Leão. Traído pelo governador, foi morto em 383.

PELOURINHOS, SOLARES ANTIGOS E VELHAS TRADIÇÕES

O pelourinho era distintivo da jurisdição dum concelho e da sua autonomia municipal. É incerta a sua origem. Diz-se que, em Roma, na praça do *Forum*, havia uma casa pertencente a um tal Moenius. Este senhor, para poder ouvir os julgamentos feitos pelos magistrados, para ver as festas públicas e os castigos ali infligidos, mandou construir, ao pé da porta, uma grossa coluna de pedra e sobre ela um mirante ou pavilhão, onde se sentavam. Com o andar dos tempos, os Romanos construíram estas colunas no *Forum*, de qualquer cidade do Império. Este uso passou depois às Gálias, com mais larga aplicação, isto é, não só designavam estas colunas a jurisdição dum município, como também se tornaram o emblema do poder feudal. Os senhores donatários, os bispos e os cabidos tinham o direito de levantar pelourinhos nas terras dos seus senhorios; e alguns mosteiros gozavam do mesmo direito. Geralmente, os pelourinhos eram levantados em frente das residências dos *senhores de baraço e cutelo*.

No século XIII já havia muitos pelourinhos em Paris e, entre eles, o do bispo, o do cabido, o dos Templários, o do priorado, o da abadia, o da Câmara, etc.

Também é incerta a época em que se construíram pelourinhos em Portugal. Julga-se que remonta tal uso ao tempo de Sertório, 84 ou 74 anos antes da nossa era, porque aquele chefe lusitano fez adoptar neste País todas as leis, usos, costumes e religião dos Romanos. Os pelourinhos continuaram durante o domínio dos Godos; e os Árabes destruíram muitos deles, mas ainda restam bastantes, que bem mostram serem anteriores à fundação da monarquia portuguesa.

Parece que *pelourinho* é sinónimo de *picota*. No entanto, a este respeito, Pinho Leal, no vol. VI, do *Portugal antigo e moderno*, a pág. 551, declara: que tendo «percorrido a maior parte de Portugal, e visto muitas dezenas de pelourinhos, acho-lhe alguma diferença. Vejamos. Uma grande parte dos pelourinhos portugueses que tenho visto, não têm, e nunca tiveram, ganchos de ferro ou argolas, no topo, para a estrangulação dos criminosos, e então nunca foram *picotas*; mas simplesmente emblema do município. Notei que, em algumas povoações onde havia destes, também havia forca, e onde o pelourinho tinha aqueles instrumentos de suplício, não a havia. Não verifiquei se isto era ou deixava de ser regra geral; o que sei, e é verdade, é que, em tempos remotíssimos, davam aos pelourinhos também o nome de *picotas*, e em Viana do Castelo e outras terras ainda há *rua da Picota*, *Praça da Picota*, etc. Talvez que se desse o nome de *picota* aos pelourinhos que tivessem os quatro ganchos, e de *pelourinho* aos que os não tivessem. Ainda mais: em muitas povoações que tinham forca, há tradição de nela ter sido executado algum criminoso; não assim nos pelourinhos, pois à excepção do de Lisboa, em que foi executado um cadete, por crime de fraticídio, de nenhum outro me consta que tivesse servido de patíbulo».

Os pelourinhos tinham, uns, quatro varões de ferro, terminando em forma de gancho; outros tinham na extremidade uma argola móvel; mas todos eram construídos na praça pública e em frente dos Paços do Concelho. Pelo contrário, as forças eram levantadas fora das povoações. É certo também que a força era um sinal de jurisdição e do direito de vida e de morte sobre os vassalos. Assim, uma provisão de D. João II, de 1490, manda que a vila de Vale de Prados, em Trás-os-Montes, tenha *forca, picota e tronco*. E Agostinho Rebelo da Costa, na sua *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, diz a pág. 183: «Nestas causas crimes, os réus são condenados, à proporção dos seus delitos, chegando muitos, pela sua atrocidade, a padecer a pena última. Para a sua execução há uma *forca, pelourinho e algózes*». Ora se o pelourinho servisse de patíbulo, não se falaria em *forca e pelourinho*.

Muitos pelourinhos são obeliscos sumptuosos, de arquitectura gótica, adornados de curiosas esculturas. Não havia, porém, uniformidade de construção; cada Câmara mandava fazer o seu, como quisesse; e assim alguns pelourinhos tinham no topo, em vez de ganchos de ferro, uma casota em forma de guarida, feita de grandes de ferro — espécie de gaiola, onde os delinquentes eram expostos à vergonha e irrisão pública; noutras partes eram amarrados ao pelourinho; e se os juízes eram cruéis, mandavam-nos suspender por baixo dos braços às argolas, ficando alguns palmos acima do solo.

A Câmara e o cabido da Sé de Viseu estabeleceram, em 1304, posturas, impondo graves castigos aos que roubassem nos pesos e medidas. Se fosse hoje, não havia pelourinhos que chegassem!

Depois de 1834, certas criaturas turbulentas e irreflectidas julgando ver nos pelourinhos um emblema execrável da opressão e despotismo, demoliram-nos aqui e acolá, restando ainda assim alguns, como recordação histórica da antiga autonomia local.

Na freguesia de Melres ainda hoje se conserva o *Largo do Pelourinho*. Apenas, pois, resta a recordação toponímica.

MELRES

PELOURINHO — PICOTA MUNICIPAL

Em *O Minho Pitoresco*, tomo II, pág. 614, a respeito da freguesia de Melres, lê-se: «Vila, extinta após a implantação do regime liberal em 1834, era concelho antigo com Câmara e justiças próprias; data dos marqueses de Marialva, tendo-lhe D. Manuel I dado foral em Lisboa, a 15 de Setembro de 1524. Ainda actualmente conservam as suas ruas uma tal ou qual regularidade geométrica, especialmente as de Quintã, Boa-Vista, Cancela e Costa. Chama-se ainda *Largo do Pelourinho* àquele em que esteve a picota municipal e nele se vê, como documento dos fidalgos tempos de Melres, o palacete que foi solar dos Portocarreiros, notável ainda hoje pela opulenta ornamentação de talha primorosa que forma os artesoados dos tectos da sala nobre, obra datada de 1697. Este Paço foi também solar dos Teles de Meneses, de quem procedem os Marialvas, antigos senhores da Vila de Melres, os quais tinham o seu Paço no edifício hoje ocupado pela Escola Primária da freguesia. Ao fundo da Vila existiu também um edifício que foi vínculo dos Peres, de Meixide, edifício que foi restaurado por Frei José da Graça».

Mais adiante diz: «A matriz paroquial é duma antiguidade notável, atribuindo-se a sua fundação a um dos sete filhos de Maria Mantela, lendária personagem do Porto, sepultada em Chaves, segundo dizia a inscrição lá existente :

*Aqui jaz Maria Mantela
Com os sete filhos ao redor dela.*

Todos sete foram padres, diz a lenda, e cada um o fundador duma igreja, pertencendo, pois, a um desses irmãos esta de Santa Maria de Melres, que nada tem exteriormente que a recomende, a não ser a sua simplicidade e a singelíssima torre triangular que a encima, notável pela curiosidade das suas oscilações, quando os sinos tocam».

LOMBA

Nesta freguesia há a velha tradição da cidade de Erégia ou Anégia, centro dum vastíssimo território que compreendia ainda no século XI o que hoje constitue o concelho de Paiva e parte dos de Arouca, Cinfães, Canaveses, Penafiel e Gondomar. Segundo Viterbo, a freguesia de Eja, de Entre-os-Rios, tomou o nome da antiga Arégia. Ignora-se quando esta cidade foi destruída, sabendo-se apenas que desde os princípios do século XII não tornam a falar dela os documentos coevos. Sobre esta pobre e quase ignorada aldeia de Areja pode o leitor consultar o primeiro volume do Dicionário de Pinho Leal, ou a *Monografia de Paredes*, pág. 368.

JOVIM

Nesta freguesia há a quinta da família Melo Alvim, que foi prazo dos morgados de Atães, a quem pertence a capela de Atães, nos claustros da Sé do Porto. Pinho Leal supõe que Atães foi em tempos antigos freguesia independente de Jovim, não só por ser Atães a povoação principal da freguesia, como também por estar naturalmente dividida de Jovim por esse ribeiro anónimo que desagua no rio Douro junto de Marecos, o lugar que mais acima encontramos e onde os barcos costumam parar à espera da preia-mar para descerem o rio. Entre as duas povoações existem ainda umas certas rivalidades locais que bem podem justificar a primitiva cisão. Isto é hipótese de Pinho Leal.

VALBOM

Nesta freguesia existe a *Quinta das Sete Capelas*, há mais de trezentos anos na posse da família dos Correias Montenegros. Esta Quinta foi constituída em morgado no ano de 1554 por Miguel Correia Montenegro e tinha o privilégio de ninguém poder pescar na metade do rio, que lhe fica em frente.

Deste assunto falaremos ainda, quando se trate dos solares, igrejas, capelas particulares e públicas.

FÂNZERES

Há nesta freguesia o solar dos Araújos Rangéis. Também dele falaremos, a seu tempo.

RIO TINTO

Nesta freguesia há o Lugar do Mosteiro, porque lá existiu um mosteiro de freiras agostinhas, fundado em 1062 por D. Diogo Tructesendo e seus filhos, que o dotaram com grandes rendas e com o padroado de 12 igrejas.

D. Afonso Henriques, sendo abadeça D. Ermesinda Gutierres, coutou o mosteiro e suas dependências pela quantia de 500 maravedis de ouro. Para este convento se mudaram as freiras do de Moreira, que era duplex no seu princípio, trazendo consigo parte dos rendimentos que tinha este mosteiro. Em 1535 passaram as freiras de Rio Tinto para o Convento da Avé-Maria, no Porto, mudando então a regra agostiniana para a beneditina. Vid. *O Concelho de Gondomar*, vol. I, págs. 38, 39, 110, 111, 112 e 113.

A rainha Santa Mafalda faleceu no ano de 1290 nesta freguesia de Rio Tinto, quando ia de passagem em romaria piedosa a Nossa Senhora da Silva. Daqui foi transportada para o célebre Mosteiro de Arouca, onde vivera muitos anos.

Do Mosteiro não resta hoje senão a tradição.

E do Lugar do Paço existem apenas uns muros e respectivo portão, em ruínas, de que já falei no primeiro volume desta obra. (*Notas adicionais*, págs. 422 e 423).

COVELO

Informes do meu amigo Sr. Joaquim Martins dos Santos Rocha :

«Tem esta freguesia uma cruz processional de prata, estilo renascença, da segunda metade do século XVI, — a cruz da freguesia, pertencente à confraria do Sub Signo; escapou à requisição das pratas feita pelos Franceses em 1808, bem como os dois padrões do Senhor e da Senhora, o mesmo não sucedendo aos do S. Gonçalo e Santo António que foram levados, sendo o de S. Gonçalo o mais rico de todos».

Muitos mais informes e bem valiosos este meu caro e ilustrado conterrâneo me enviou para a *Monografia de Covelo*, os quais reservo para publicar na devida altura. Aqui, porém, quero desde já deixar consignado o meu agradecimento a tão distinto colaborador.

CAPÍTULO IV

SUMÁRIO : — Notícia histórica da diocese do Porto e ligeiras referências a alguns de seus prelados. Termos da cidade do Porto e aumento progressivo da população. Igrejas paroquiais, mosteiros e ermíndas da comarca de Penafiel de Sousa e que pertenciam ao concelho de Gondomar, em 1650. Conventos e vida monástica. «Memórias paroquiais», de 1758. O que escreveram vários autores relativamente às freguesias de Gondomar. Vida e progresso do concelho, por informações colhidas dos naturais desta terra.

Para fazermos um estudo histórico sobre determinada época já remota, faltam-nos várias fontes de investigação, mormente tratando-se dum concelho rural, cuja vida pouco intensa participava da história da cidade do Porto, pela razão simples da proximidade dos dois territórios, um dos quais absorve o outro. A vida de Gondomar era e é o prolongamento natural da do Porto.

Escassos são, pois, os recursos para conhecermos desenvolvidamente a história deste concelho até quase aos nossos dias. O que se sabe da Idade Média é tudo o que no 1.º vol. desta *Monografia* se publicou e que se colheu entre outros livros, do *Port. Mon. Hist.*, isto é, documentos sobre forais, inquirições, coutos, cartas de doação, patronatos de igrejas, etc. Mas até ao fim do século XVII falham documentações. No princípio do século XVIII dá-se mais vigoroso impulso ao trabalho das estatísticas e dos arquivos, em que se consignam acontecimentos ou progressos dignos de menção, como por exemplo as «Memórias paroquiais», de 1758. Foi mesmo esse o patriótico espírito da circular que em 1847 a rainha D. Maria II enviou a todos os

governadores civis do continente e ilhas, como eu refiro no 1.^o vol. desta obra, pág. 3.

Nesse volume publicamos a divisão judicial da cidade do Porto, por distritos, em 1832, com a designação do distrito a que pertencia o julgado de Gondomar. Tendo, pois, necessidade de reatar o fio da continuidade histórica, vamos recorrer ao pouco que de Gondomar disseram escritores relativamente modernos, acrescentando o que se pôde colher da actualidade.

Comecemos, pois, pela

NOTÍCIA HISTÓRICA DA DIOCESE DO PORTO, DESDE O ANO 411 ATÉ HOJE⁽¹⁾

A fundação da diocese do Porto remonta ao período dos Suevos que dominaram na Galiza e na Lusitânia, desde 411 até 585; o limite desta era o rio Mondego e durante esse tempo, foram estes povos incorporados no reino visigótico. A instituição da Sé episcopal foi primitivamente em Meinedo, onde houve apenas um bispo, chamado Viator⁽²⁾, (572). Dos Suevos o rei converso Teodomiro, pacificado uma vez o reino, querendo que os bispos não tivessem dificuldades na pastoreação de seus diocesanos e atendendo à enorme dilatação de seus Estados e das extensas dioceses, propôs aos bispos a conveniência de aumentar as sés episcopais, fixando a

⁽¹⁾ Não são conhecidos os nomes dos bispos do Porto desde o ano de 110 a 398, ou sejam 288 anos, durante os quais não há notícia ou memória dos prelados da igreja do Porto. Rodrigo da Cunha diz que este silêncio durou desde o ano 57 até 421, que são pelo menos 364, pois no ano 57 foi martirizado o seu 1.^o bispo, S. Basílio. (*Episcopólogo*, de M. Pereira de Novais, vol. I, II parte, pág. 185). É bem suspeita esta informação.

⁽²⁾ Este mesmo autor, também no *Episcopólogo*, dá o bispo Viator ou Vítor, como décimo terceiro da cidade do Porto.

cada diocese a respectiva circunscrição. Estes acharam útil a proposta, e reunidos na cidade de Lugo, em 569, elevaram esta cidade à categoria de metrópole; e daí a divisão da província da Galiza em *Sínodo Bracarense* e *Sínodo Lucense*, ficando este com os sufragâniros de Orense, Astorga, Iria, Tui e Britónia; e aquele com os de Coimbra, Viseu, Dume, Lamego, Meinedo e Idanha.

O bispado do Porto, pelas actas do Concílio de Lugo, ficou com vinte e cinco paróquias. (*Mem. do Arcebispo* II, tít. 2.º, pág. 849 e seg.).

No período visigótico que vai de 572 até 712⁽¹⁾, a Sé passou para *Portucale*, elevada a cidade. Isto até à conquista dos Árabes, aparecendo então como primeiros bispos do Porto, Constâncio (585 a 589) e Argiovito (585 a 610), o primeiro bispo católico e o segundo bispo ariano, convertido ao catolicismo no Concílio 3.º de Toledo⁽²⁾. Abrange todo este período seis bispos, pelo menos.

O período árabe abrange bispos titulares, dos quais também se conhecem seis; logo após a reconquista, faz-se menção de dois bispos residentes e duma longa

(¹) O primeiro prelado portuense de que há memória, depois da invasão árabe, em 710, foi *Justo*, outro de nome *Gomado*, provavelmente eleito quando Afonso III de Castela, em 872, se apoderou da cidade do Porto. Também na *Espanña Sagr.*, tom. XXI, cap. IV, se fala de mais os seguintes prelados: *Troarengo*, em 906; *Hermógio*, em 912; *Ordonho* e *Diogo*.

(²) Na lista cronológica dos reis visigóticos, pontífices romanos e bispos do Porto no período de 585 a 712, das *Mem. Arch.-Hist. da Cid. do Porto*, t. I, pág. 89, Mons. A. Ferreira apresenta como bispo do Porto, Félix, no ano 693, sendo papa Bonifácio V e rei Gundemaro. Mas deve haver erro; Gundemaro, segundo todos os autores, reinou quando muito dois anos, desde 610 a 612. Portanto em 693 já Gundemaro não existia. No ano 610 ainda era bispo do Porto, Argiovito ou Argeberto que devia ter sucedido a Constâncio. Foi ele que assistiu na cidade de Toledo à posse solene do rei Gundemaro. No *Decreto de Gundemaro*, o bispo Argeberto assina como bispo do Porto. Cf. *Esp. Sagr.* VI, pág. 336.

vacância em que governam a diocese vários arcediagos⁽¹⁾.

No tempo de D. Teresa, viúva de D. Afonso Henriques, aparece o bispo D. Hugo que restaura a cidade e a diocese, sendo-lhe doado pela rainha o burgo do Porto em 1120, como noutro lugar dizemos; este burgo foi mais tarde reintegrado nos domínios da coroa no tempo do bispo D. Gil, pelo contrato com el-rei D. João I, de 13 de Abril de 1406⁽²⁾.

Quando da entrada dos Filipes em Portugal, em 1580, era bispo do Porto Simão de Sá Pereira; esse domínio espanhol vai até à confirmação de Nicolau Monteiro, 1.º bispo do Porto, depois da longa vacância da Sé, resultante da restauração da independência de Portugal, em 1640.

Este bispo faleceu em 1792; e depois deste surge o bispo D. António de S. José de Castro que fundou o Seminário⁽³⁾ e em 1808 organizou a resistência à

(1) A criação do arcediago do Porto data de 30 de Março de 1398, como consta do Livro do *Censual* da Sé desta cidade, a folhas 61, v.

Na longa vacância, uns 40 anos, de que se fala acima, durante a qual a diocese foi governada, por *arcediagos*, o título não envolve dignidade capitular; em algumas dioceses os vigários da vara ou arciprestes tinham o nome de *arcediagos*.

(2) O bispo é conhecido por Gil Alma que mediante a promessa de 3.000 libras desistiu de toda a soberania e jurisdição sobre a cidade. A luta da jurisdição do burgo entre a coroa e a mitra, iniciada no reinado de D. Afonso IV com o bispo Pedro Afonso, durou uns sessenta anos, sustentada pelos bispos Egídio, João e Gil Alma. Mas só em 1503 é que se assinou definitivamente o contrato da plena posse da cidade que o bispo Gil Alma havia feito por 3.000 libras, quantia que D. Manuel fixou em 120 marcos de prata. Durante quatro séculos o burgo portuense viveu numa luta porfiada contra a insofrida cobiça clerical e por fim contra a nobreza; só com o foral manuelino, em 1517, se foi sufocando a ambição desses exploradores do povo e se foi acentuando a centralização do poder real.

(3) As *Escolas eclesiásticas* tiveram origem no seguinte facto: o 3.º concílio de Latrão, cap. XVIII, havia criado o *Mestre-Escola*, prebendado, nas catedrais, para ensinar gratuitamente.

invasão dos Franceses. Outro antístite notável foi D. Jerônimo José da Costa Rebelo que marca o termo do cisma religioso que as paixões políticas entre miguelistas e liberais motivaram, desde 1832 a 1834.

De modo que desde D. Hugo até ao actual Sr. D. António A. de Castro Meireles, têm cingido a mitra do Porto 63 bispos, sendo este bispado interrompido por três longas vacâncias e pelo dito cisma religioso, em que figura como bispo eleito Fr. Manuel de Santa Inês, que o papa não confirmou. É diocese sufragânia de Braga.

O Paço Episcopal foi desde sempre o edifício majestoso construído ao lado sul da Sé Episcopal,

mente os clérigos da sua igreja e os estudantes pobres, em 1179. Mais tarde, no 4.^º concílio de Latrão, em 1215, essas providências ampliaram-se às colegiadas, para o ensino da gramática e outras letras; estas escolas acabaram nos princípios do século XVI, até que o concílio de Trento publicou um decreto sobre seminários (sess. 23, cap. 18, de *Reformatione*). Largo tempo se passou nesta diocese sem essa organização tridentina.

Durante o governo do bispo D. João Rafael de Mendôça, ou antes em 1779, os *Padres Agostinhos descalços*, chamados *Grilos* porque o seu 1.^º convento havia sido fundado no sítio do *Grilo*, freguesia do Beato, Lisboa, e que desde 1749 se estabeleceram no Porto, no Colégio ou Hospício contíguo à antiga capela de Santo Ovídio, mudaram para o Colégio de S. Lourenço, junto à Sé; esse colégio foi por eles comprado à Universidade de Coimbra, à qual haviam sido deodados os bens dos extintos Jesuítas, por carta régia de 4 de Julho de 1774. Mais tarde o bispo do Porto, D. António Moniz, com a ajuda do cofre da Bula da Cruzada reedificou o Colégio de S. Lourenço, para servir de liceu e seminário, pelo ano de 1858. Em 1872 o cardeal D. Américo publicou os Estatutos provisórios do seminário episcopal da Conceição do Porto, para o curso trienal de Teologia; e como este não tinha capacidade suficiente para alojar todos os alunos, fundou em Pedroso, Gaia, o seminário dos Carvalhos, para preparatórios. Hoje este edifício é ocupado pela *Colónia Agrícola Ferreira Lapa*, e o seminário passou para o paço episcopal. O seminário fundado por D. António de S. José de Castro funcionou desde 1811 na *Quinta do Prado* (Alvará de 9 de Abril de 1801), chamado *Seminário Episcopal de Santo António*, hoje *Colégio dos Órfãos*.



onde foi desalojado o prelado D. António Barroso em 1911, por motivos políticos, passando algum tempo a viver no Paço de Sacais, rua Dr. António Granjo, até que mudou a residência para a Torre da Marca, rua do Triunfo, onde ainda hoje se conserva a residência do prelado.

A diocese do Porto, a segunda do País, conta 465 freguesias, ocupa a região mais populosa de Portugal e é considerada a primeira pela intensidade do seu movimento religioso.

Sobre a primitiva Sé do Porto e a biografia dos mais ilustres prelados dela, colhemos do dicionário *Portugal*, de 1911, vol. V, as seguintes notas: Há muitos escritores que pretendem que o 1.º bispo do Porto foi S. Basílio, contando-se entre eles D. Rodrigo da Cunha, que no *Catálogo* dos bispos do Porto, assim o apresenta. O *Agiológico Lusitano* também assim o declara, bem como o *Flos Sanctorum*, acrescentando que S. Basílio morrera a 23 de Maio do ano 60, no princípio da perseguição de Nero. Segundo outros escritores, esta tradição não inspira confiança, pelo simples facto de no século I do cristianismo não existir ainda o Porto, porque de alguns escritores autorizados se pode concluir que só se realizou no 3.º ou 4.º século da era cristã. O padre Agostinho Rebelo da Costa, na sua *Descrição da cidade do Porto*, diz que o 1.º bispo foi Constâncio, que governou o bispado pelos anos de 579 até 589. A *Crónica dos cónegos de Santo Agostinho* diz no capítulo 4.º que constava ter sido a Sé primitiva⁽¹⁾

⁽¹⁾ A Sé do Porto devia ter sido primitivamente uma ermida fundada em 1108, ano em que D. Teresa e o Conde D. Henrique a edificaram, segundo reza a tradição, sobre as ruínas duma outra que fora erigida em 570 pelo bispo Constâncio e mais tarde arrasada em 787. É um belo exemplar de estilo romano, embora bastante deformado por construções que lhe modificaram a linha primitiva. Em 1609 o bispo Gonçalo de Moraes mandou construir a actual capeal-mor, em substituição da ábside. O frontispício, embelezado por uma linda rosácea e

a actual igreja paroquial de S. Pedro de Miragaia, mas que em 984, vendo que convinha ser a igreja catedral no centro da cidade, a fundaram ou reedificaram no sítio onde hoje se encontra, mas em forma de castelo, segundo o uso desse tempo, fazendo-se também mosteiro para residência do bispo e seus cónegos, no sítio onde é hoje o paço episcopal. Tomou conta da mitra Nónego, bispo de Vendôma, que viera a bordo duma poderosa armada, em que vinham muitos franceses,

enquadrado em duas gigantescas torres revela ainda a primitiva arquitectura medieval; já o pórtico é obra do ano de 1716. Daí por diante é que a majestosa catedral sofreu maiores transformações; é digna de ver-se, bem como o seu velho claustro gótico, começado em 1385.

O autor da *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, o Dr. João de Barros, escrivão da Câmara de el-rei D. João III e do seu Desembargo, referindo-se à cidade do Porto, assim se exprime: «...Está cercada de muro de Cantaria mui forte, que se fez em tempo del Rey Dom Fernando, deste Reino, no Coal ha trinta torres fortes e altas e dose portas e postigos por onde se serue. Tem tambem, onde está a See, outro muro uelho que a cerca, onde primeiro sohia ser a Cidade. A See foi começada pella Rainha Dona Tareia, mulher do Conde Dom Anrique, e alli fez hua doação ou instituição em latim, onde se chama filha do glorioso Afonso, Emperador das Espanhas, o Coal, posto que assi se chamassem, não se fez delle eleição nem coroação. Depois, a Rainha Dona Mafalda, sua nora, mulher del Rey Dom Afonso Anrriques, a Cabou aquella See e lhe dotou muitas rendas, onde ella tinha singular deuação porque achará, ali, em hu Siluado, hua fermeira imagem de Nossa Senhora, a que ora chamão, por esta Causa, Nossa Senhora da Silua, e no tesouro da See estão muitos atauios, que esta Rainha ahi deixou, de sua peçoa, assi como toucados, lenços, Camisas, que não são assi sumtuosos como os de agora».

Mais adiante, sobre o mesmo assunto, diz que a Sé é «de abóbada mui forte, com torres altas que a cidade tem por divisa, com Nossa Senhora no meio, porque as scripturas antigas lhe chamam de Santa Maria, tem nobres claustros e he melhor aposento para o Bispo que pode auer em outra parte. Está na See o Corpo do Martir São Pantaleão, que marauilhosamente, de Grecia por mar alli aportou».

Acrescenta que também lá está um braço de S. Vicente. que se trouxe de Lisboa.

e desembarcando na foz do Douro em 964 expulsaram os Mouros e reedificaram as fortificações da cidade. Nónego governou a diocese desde 964 até 1025, ano em que foi eleito seu sucessor Sisnando Viegas que não tinha ordens sacras; mas Nónego lhas conferiu e sagrou bispo do Porto, no princípio do ano de 1026.

Até 1186, os cónegos viviam em comunidade sob a regra de Santo Agostinho; ora desde esse ano ou seja desde 1148 da era cristã, o bispo Hugo dividiu as rendas em três partes: uma para a Sé, outra para ele e outra para os cónegos. A rainha D. Teresa em 1120 mandou coutar a cidade do Porto que então era limitadíssima e deu em feudo ao referido bispo Hugo, pelo qual os bispos ficavam com toda a jurisdição, *alta e baixa, mero e muito império e superioridade*, no cível e no crime. Eram portanto os bispos que nomeavam o alcaide-mor da cidade, e como senhores donatários dela, mandavam fazer os reparos das cadeias e faziam os oficiais da justiça. Hugo deu ao Porto o primeiro foral, a 14 de Julho de 1123. D. João I, em 13 de Abril de 1406 comprou ao bispo Gil o senhorio e jurisdições da cidade pela renda anual de 3.000 libras. D. Manuel reduziu esta renda a 120 marcos de prata, a instâncias do bispo D. Diogo de Sousa, ficando o Porto a pertencer à cidade. Depois deste contrato, em 1425, D. João I deu a João Rodrigues de Sá o título de alcaide-mor do Porto, com os senhorios de Sever e Matosinhos, *sem outro senhorio nem domínio na cidade*, que ficou sendo da coroa. Sendo violado o foral do bispo Martinho Rodrigues, os populares invadiram o Paço Episcopal e ali prenderam o prelado que, podendo escapar-se, se refugiou em Roma. No tempo de D. Afonso IV, assaltaram outra vez o Paço os burgueses do Porto, sendo bispo D. Vasco Martins, que também teve de fugir. No reinado deste monarca também o infante D. Pedro, que depois foi rei, como o bispo Pedro Afonso fulminara a excomunhão contra seu pai

D. Afonso IV, o prendeu; e tendo ele conseguido fugir, ainda foi em seu alcance, mas não pôde apanhá-lo. No reinado de D. Pedro I passou-se no Paço uma cena curiosa: sabendo o soberano que o bispo Egídio vivia amancebado com uma mulher casada, cujo marido se não resignava à afronta, fechou-se com ele num quarto, e por suas próprias mãos o fustigou cruelmente com um azorrague⁽³⁾. O sucessor de

(1) D. Pedro I castigava por suas próprias mãos, assim como era «amador de trigosa justiça». Fernão Lopes (*Crónica de El-rei D. Pedro*, cap. V e VII) assim escreve: «...certo foi, e não o ponhais em dúvida, que El-rei, partindo de Entre Douro e Minho, por vir á cidade do Porto, foi informado que o bispo desse lugar, que então tinha gram fama de fazenda e honra, dormia com uma mulher casada de um cidadão...» E logo depois: «El-rei, como foi á parte com o bispo, devestiu-se logo e ficou em uma saia escarlate, e começou de o requerer que lhe confessasse a verdade d'aquelle malefício em que assim era culpado: e em lhe dizendo isto, tinha na mão um grande açoute para o brandir com elle...» O *Arco de Santana*, de Almeida Garrett, alude igualmente a este facto.

O nome de bispo *Egídio* ou simplesmente *Gil*, como se expressa H. Florez, parece que foi invenção de Gaspar Álvares Lousada, a dar crédito ao exposto na *España Sagrada*, t. XXI, pág. 142.

A Carta régia de D. Fernando, de 27 de Março de 1373, citada na *Mon. Lusit.*, e expedida a favor de D. Lourenço Vicente, eleito em concórdia na Igreja do Porto «que *noutro dia* vagou por morte do bispo D. Afonso, que d'ella foy postrimeiro» (isto é, o *último*), dá a entender que, falecido o bispo D. Afonso Pires, lhe sucedeu no mesmo ano D. Lourenço Vicente. E D. Rodrigo da Cunha declara que não encontrou o nome do bispo *Egídio*, em documento algum da Igreja do Porto; se o incluiu na lista do episcopado portuense, fê-lo apenas baseado no testemunho do citado Álvares Lousada.

Seja, porém, dito de passagem que F. Lopes «o pai da História Nacional», como lhe chamava Herculano, na referida *Crónica de D. Pedro I*, cap. VII, *como el-rei quizera metter um bispo a tormento porque dormia com uma mulher casada*, afirma sobre este caso: «Certo foi, e não o ponhais em dúvida...» Ora o cronista não cita o nome do bispo, podendo portanto o facto histórico atribuir-se àquele prelado que então governava a diocese, sendo por isso o nome *Egídio* uma invenção.

Egídio, de nome João, foi bemquisto do povo e viveu em boas relações com a coroa.

O bispo do Porto é sufragânio do arcebispo de Braga e comprehende 5 freguesias do concelho de Arouca, 6 de Estarreja, 37 do concelho da Feira, 14 de Oliveira de Azeméis, 4 de Ovar, 7 de Amarante, 19 de Baião, 12 de Bouças, 11 de Gondomar, 9 de Lousada, 16 da Maia, 28 do Marco de Canaveses,

O próprio Gomes Eanes que D. Afonso V encarregou de continuar a obra de Fernão Lopes, por este já estar velho e alquebrado, diz que o seu antecessor teve de correr *todas as partes do reino para haver comprida informação*; mas não desmente a afirmação contida no referido cap. VII dessa crónica. E a tradição era muito viva, porque o cronista e o bispo eram quásicontemporâneos.

Nem sequer se pode chamar *tradição*, porque D. Pedro I faleceu a 18 de Janeiro de 1367 e Fernão Lopes nasceu, quando menos, 11 anos depois. Morais Sarmento, na obra *D. Pedro I e a sua época*, pretende provar, bem como Mons. A. Ferreira, em as *Mem. Archeologico-Históricas da Cid. do Porto*, que não passa duma mera patranha o caso do suposto bispo açoutado. Ainda assim o facto podia ter sucedido com o bispo D. Afonso Pires, que faleceu em 1372, isto é, cinco anos depois da morte de D. Pedro I, que reinou dez anos, 1357-1367, e parece que neste reinado houve na diocese do Porto apenas este prelado que embora de certa idade podia ser tão pecador como o seu colega Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, que teve vários filhos. O próprio cronista Fernão Lopes fala da *existência do bispo Afonso Pires na diocese do Porto*, no acto da ratificação religiosa das pazess de Alcoutim, em Maio de 1371. (*Chron. de El-rei D. Fernando — cap. LIX*). Certo é e não o ponhaes em dúvida..., diz ele, na *Crónica de D. Pedro I*. Quem, porém, se der ao cuidado de compulsar outros escritores de probidade, que tem versado a vida de D. Perdo I, há de reconhecer que esta tradição atravessou séculos sem tirar nada ao cunho moral desta excêntrica individualidade. Assim, Coelho de Carvalho, no seu apreciável *Dom Pedro*, 8.^o rei de Portugal, ed. da Renascença Portuguesa, Porto, pág. 262, depois de relatar vários factos de justiça praticados por este monarca, castigando delinquentes «de moral doméstica», diz: «E muitos outros actos de justiça praticou para que, pelo receio do castigo, a lealdade conjugal fosse guardada, e venerada pelos estranhos a honra da família, como cousas sagradas que mais dependem da virtude e pureza da mulher que do brio do marido. E queria-as consagradas, mais do que pela moral da Igreja, pela

9 de Paços de Ferreira, 24 de Paredes, 36 de Penafiel, 12 do Porto, 19 de Santo Tirso, 5 de Valongo, 20 de Vila do Conde, 23 de Vila Nova de Gaia, 7 de Mesão Frio, 6 do Peso da Régua e 7 de Santa Marta de Penaguião; total 336 freguesias divididas da seguinte forma: 66 no distrito de Aveiro, 250 no do Porto e 20 no de Vila Real».

A seguir cita os bispos mais célebres e julgo interessante lembrar os seus nomes. «Hugo que governou no tempo da rainha D. Teresa. João Peculiar

vontade do rei, que, por motivo de tal objectivo e empenho, chegou a querer por sua suprema autoridade e por sua própria mão, castigar com açoutes o bispo do Porto que dormia com a mulher dum cidadão, dos bons que havia na cidade, e ao qual o bispo, para conté-lo, que se não fosse ao queixar, ameaçava de morte».

Em seguida conta minuciosamente o facto como o conta o cronista, embora por outras palavras. Cita o mestre de Cristo D. Nuno Freire de Andrade e outros privados, chamados pelos criados do bispo que queriam tirá-lo das mãos do terrível *justiceiro*. E comenta, afinal: «Castigar o rei, por sua própria mão, e de própria autoridade julgar dos crimes dum bispo, mostra a que ponto importava pouco à justiça do monarca de Portugal o privilégio de jurisdição especial, que os da Igreja pretendiam em seu direito. E tam pouco ao rei se lhe dava de tal, que se contra clérigo de ordens pequenas, como de maiores, acontecia ser dada sentença de morte e o condenado pedir que o pusessem na força, porque assim o entregariam a Jesus Cristo, seu vigário, que no outro mundo o julgaria».

Não esqueçamos que este rei atendeu sempre as reclamações do povo; nas cortes de Elvas, em 1361, alegaram os representantes do povo que os corregedores e outras autoridades reais violavam os direitos e privilégios dos concelhos e encontraram nele a satisfação de suas queixas. Também nestas cortes foi sancionada a lei de *beneplácito régio*, determinando-se que sem ele se não pudessem publicar no reino letras ou rescritos pontifícios; assim se expressa o art. 32.º: — «Que el-rei tinha mandado que ninguém publicasse letras do papa sem seu mandado...», etc.

Tal é a figura moral de D. Pedro e a consideração que ele tinha pela sua autoridade que punha acima do clero e da nobreza.

que foi depois arcebispo de Braga e companheiro de D. Afonso Henriques. Pedro Ribaldia, sobrinho de João Peculiar e seu sucessor. Pedro Pitões que confirmou, como os dois antecedentes, o foral de D. Hugo. Pedro Sénior, o último dos 5 bispos que confirmaram o foral. Martinho Pires que transformou em Paço episcopal o mosteiro dos cónegos e foi depois arcebispo de Braga. Martinho Rodrigues contra quem se sublevaram os burgueses do Porto, prendendo-o. Pedro Salvadores que se pode considerar o chefe da conspiração que derrubou do trono D. Sancho II. Julião que teve com D. Afonso III as contendas da alfândega. Vicente que levou a Santa Sé a fulminar a excomunhão contra D. Afonso III. Fernando Ramires, em cujo governo, reinando D. Dinis, terminaram as discussões entre a coroa e a mitra. Vasco Martins contra quem se revoltaram os burgueses, e que foi preso por eles, mas conseguiu fugir. Pedro Afonso que excomungou o rei D. Afonso IV e foi preso pelo infante D. Pedro. Egídio, o tal que foi acutado por D. Pedro I. João, que seguiu a causa da independência nacional nas guerras com os castelhanos e recebeu D. João I sumptuosamente. Luís Pires que reedificou o paço episcopal. João de Azevedo que reuniu a primeira livraria. Diogo da Costa, sobrinho do cardeal de Alpedrinha. Pedro da Costa, irmão do antecedente e que concluiu as obras do paço. Rodrigo Pinheiro, erudito prelado que recebeu a visita de S. Francisco de Borja. Aires da Silva que morreu na batalha de Alcácer-Quibir. Simão de Sá que fugiu do Porto quando ali foi D. António, prior do Crato. João Valadares, apelidado o Moisés do povo. Nicolau Monteiro, erudito prelado que foi embaixador de D. João IV em Roma. João de Sousa, doutor em Cânones, que convocou um sínodo diocesano⁽¹⁾.

(1) Na larga biografia do bispo do Porto, D. Fr. Gonçalo de Morais, o ilustre cónego mons. Augusto Ferreira, ocupando-se do sínodo diocesano (*Mem. Arch. — Hist. da Cid. do*

Tomaz de Almeida que também convocou um sínodo e foi depois o primeiro patriarca de Lisboa⁽¹⁾. Fr. João Rafael de Mendonça que edificou o actual paço episcopal. António de S. José de Castro que dirigiu a

Porto, tomo I) diz, que em Novembro de 1360 D. Afonso Pires celebrou Sínodo diocesano, onde se determinaram umas novas *Constituições*; e no tomo II, sobre o mesmo assunto, diz que «as actuais *Constituições diocesanas do Porto*, publicam, em apêndice, uma curiosa relação da procissão e sessões do Sínodo de 18 de Maio de 1687, presidido pelo bispo D. João de Sousa, na qual diz o seu autor haver 102 anos que se celebrou o último Sínodo diocesano, em 3 de Fevereiro de 1585, presidido pelo bispo D. Fr. Marcos de Lisboa.» Esclarece, porém, que há erro; este não foi o último «porquanto D. Gonçalo de Moraes, em 4 de Maio de 1611, reuniu também, na sua catedral, Sínodo diocesano». O mesmo autor, biografando o bispo D. Tomaz de Almeida, refere que ele fez celebrar *Sínodo* diocesano, a 10 de Junho de 1710. E são estes os sínodos realizados nesta diocese.

(1) D. João V fez expedir uma Provisão, com fundamento na Resolução tomada em consulta do Desembargo do Paço de 13 de Fevereiro de 1710, proibindo que o clero fizesse mais sufrágios do que os do testamento, se o houvesse; e não o havendo, só os que fossem da vontade dos herdeiros. O bispo D. Tomaz de Almeida, mandou, é certo, observar rigorosamente esta Provisão, mas procurou inutilizá-la, sob o pretexto de que era lesiva das imunidades da Igreja e da salvação das almas.

Nesse sentido enviou à capital, como seu representante, o rev. Dr. Francisco Ferreira da Silva, abade da freguesia de Valbom, afim de expôr ao rei a justiça da sua causa; e este dignou-se revogar a tal Provisão, por Decreto de 8 de Maio de 1715. No entanto logo a seguir enviou uma carta régia a todos os bispos, para que eles atalhassem de pronto às violências, abusos e vexames que nesta matéria cometiam os abades para com seus paroquianos. E obedecendo a esta carta-circular, o bispo D. Tomaz de Almeida publicou uma Pastoral, a 8 de Junho de 1715 com instruções rigorosas para se dar termo às contínuas queixas dos fiéis. «Esta Pastoral, diz Mons. J. Augusto Ferreira, nas *Mem. Arch.-Hist. da Cid. do Porto*, vol. II, pág. 294, é a mais antiga que encontrei nos Arquivos Paroquiais e na freguesia de S. Tiago de Bougado foi publicada pelo abade Diogo M. Mourato, que morreu bispo de Miranda». Cf. *Livro das Visitações da Ig. de Árvore*, fls. 7-9, conc. de Vila do Conde, e da freguesia de S. Tiago de Bougado, conc. de Santo Tirso.

defesa da cidade do Porto contra os franceses, e que foi depois membro do governo provisório e patriarca eleito de Lisboa. João de Magalhães Avelar, bispo no tempo do governo de D. Miguel. Jerónimo da Costa Rebelo que restaurou o paço episcopal, danificado pelo bombardeamento miguelista durante o cerco do Porto. Américo F. dos Santos Silva que em 1881 era bispo do Porto e recebeu de Leão XIII o chapéu de cardeal. Em 1910 era bispo do Porto D. António Barroso.

O autor não cita o predecessor do cardeal D. Américo, mas os gondomarenses não podem eliminar desta lista o nome de D. João de França Castro e Moura, natural da freguesia de S. Cosme, lugar da Azenha; igualmente não se faz menção de Fr. Manuel de Santa Inês, natural da freguesia de Rio Tinto, lugar de Baguim do Monte e que esteve governando a diocese, quando da fuga do bispo de então, D. João de Magalhães Avelar, que pela entrada das tropas constitucionais na cidade abandonou a diocese. Mas destes dois ilustres gondomarenses tratarei com largo desenvolvimento num capítulo especial.

O Sr. Cónego J. Augusto Ferreira, nas suas *Mem. Arqueol.-Hist. da Cidade do Porto*, apresenta a lista cronológica tanto quanto julga exacta dos verdadeiros prelados desta diocese, atribuindo ao período dos reis suévicos que vai desde 411 a 585 apenas a existência do bispo Viator; no período visigótico conta Constâncio (585 a 589), argióvito (589-610), Ansiulfo (633-638), Flávio (656), Froárico (675-688) e Félix (693). Vem em seguida a lista dos que existiram desde o começo do domínio árabe até à eleição do bispo D. Hugo; e cita como bispos titulares Justo (881), Gomado (899-900), Froarengo (905-911), Hermógio (912-915), Ordonho (931) e Diogo (960). Como bispos residentes Nónego (1025) e Sesnando (1049-1085). Como arcediagos, Rodrigo (1002), Suário (1103-1106) e Paio (1107).

Desde a doação do senhorio do burgo do Porto pela rainha D. Teresa, feita a D. Hugo até à sua reintegração na coroa no tempo do bispo Gil, pelo contrato com o rei D. João I, como acima dissemos, conta, além do dito D. Hugo, João Peculiar, Pedro Rabaldis, Pedro Pitões, Pedro Sénior, Fernando Martins, Martinho Pires, Martinho Rodrigues e Pedro Salvadores desde o ano 1114 até 1247. Depois nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis: Julião Fernandes, Vicente Mendes, Sancho Pires, Geraldo Domingues, Fradulo, Fr. Estêvão, Fernando Ramires e João Gomes, desde 1247 a 1327. O período que vai desde D. Afonso IV a D. João I abrange os seguintes bispos: Vasco Martins, Pedro Afonso, Afonso Pires, Lourenço Vicente, João III, Martinho, João Afonso Esteves de Azambuja, arcediagado do Porto, Gil Alma, desde de 1328 até 1407.

Depois do regresso à coroa da Jurisdição cível e crime da cidade do Porto, concedida aos bispos dela até à entrada dos Filipes em Portugal, temos: João Afonso Aranha, Fernando da Guerra, Vasco II, Cardeal Antão Martins de Chaves, Gonçalo Anes, Luís Pires, que instituiu, a 9 de Setembro de 1455, o *Arcediago de Oliveira*, João de Azevedo, Diogo de Sousa, Diogo da Costa, Pedro da Costa, Fr. Baltazar Limpo⁽¹⁾ (que criou em 1541 a nova dignidade de

(1) Do *Arquivo Histórico Português*, vol. V, pág. 98, se pode ver a carta do rei ao bispo do Porto, em Junho de 1541, recomendando que fizesse inquisição no seu bispado e no arcebispado de Braga, observando-lhe que escolhesse os oficiais necessários, a saber: promotor, meirinho, escrivão e solicitador, cargos estes sem remuneração. O bispo era D. Fr. Baltazar Limpo. A Inquisição do Porto foi estabelecida em 13 de Outubro de 1541. Paulo III suprimiu-a em 1547. Sabe-se dum auto celebrado no campo junto à Porta do Sol, a 11 de Fevereiro de 1543. Nele «houve 84 penitentes e destes, 4 que padeceram; 21 que queimaram em estátuas e 15 de cárcere perpétuo com sambenitos e 43 penitenciados a cárcere temporal de 1 até 10 anos e duas testemunhas falsas». (*Sumário de varia história*, t. IV, págs. 75-76, carta de Francisco Toscano

Arcipreste e foi o 1.º Inquisidor na sua diocese); Rodrigo Pinheiro, durante cujo governo se instalaram no Porto os Jesuítas, e Aires da Silva, desde 1408-1578. Do princípio do domínio filipino até à confirmação do bispo Nicolau Monteiro, depois da longa vacância da Sé resultante da restauração da independência nacional, em 1640, temos os seguintes prelados: Simão de Sá Pereira, Fr. Marcos de Lisboa, Jerónimo de Menezes, Fr. Gonçalo de Morais, Rodrigo da Cunha, Fr. João de Valadares, Gaspar do Rego de Afonseca, desde 1580 a 1639. Durante os 32 anos da Sé vaga, foram apresentados 4 bispos eleitos, que não foram confirmados.

a El-rei, em 15 de Fevereiro de 1543, publicada por Ribeiro Guimarães). Até cá chegou o despotismo do poder régio! D. João III pretendia sobretudo espoliar os judeus das riquezas que possuíam, à semelhança do que se fazia em Castela. A lei civil punia de morte pelo fogo o *crime* de heresia.

Os nossos primeiros reis foram contrários sempre à admisão em Portugal desse nefando tribunal; mas, chegados os tempos dos reis católicos de Espanha, alastrá a *piedosa* devoção da pureza da fé; enchem-se os cárceres, acendem-se as fogueiras, surge a tórra figura de ódio e de crueldade, o vulto exacerando de Torquemada. Estabelecem-se sucursais; o pavor é geral; fogem os que podem fugir; os que são apanhados, morrem no potro e na fogueira, esmigalhados e queimados; seus bens eram confiscados a favor do monarca. E foi isto o que valeu para salvar a religião de Jesus! Do doce e amorável Nazareno! Os esbirros da inquisição prenderam muitos indivíduos arguidos de que *podiam vir a ser acusados de heresia*. Os miseráveis inquisidores viajavam os processos, entregando-os ao cardeal Ricci encarregado de os enviar a Paulo III; mas o cardeal, quando tal soube, fulminou-os com a excomunhão; e eles não se assustaram, porque tinham junto do papa quem lhes advogasse a *causa* — o cardeal Alexandre Farnese, a quem D. João III deu um benefício que rendia 3.000 ducados. A História cognominou este rei de *piedoso*! Ora vejam: só desde 1557 e 1750 foram queimadas cerca de 1.500 pessoas, morrendo mais de 25.000 nos antros inquisitoriais. Esta calamidade só terminou em 1820.

O próprio Marquês de Pombal chafurdou neste mar de sangue. É digna de ler-se a *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, do grande historiador A. Herculano.

dos, desde 1639 a 1671. Desde o bispo Nicolau Monteiro até à posse do bispo António de S. José de Castro, contamos, além do dito Nicolau, Fernando Correia de Lacerda, João de Sousa, (¹) Fr. João de Santa Maria Saldanha e Tomaz de Almeida, desde 1671 a 1717; depois da demorada vacância da Sé nos 24 anos que durou (1717 a 1741), temos Fr. José Maria da Fonseca e Évora e Fr. António de Sousa; seguiu-se uma vacância de 4 anos (1766 a 1770); neste último ano foi criado o bispado de Penafiel (²).

(¹) O bispo D. João de Sousa, visto que as antigas constituições do bispado datavam já de 3 de Fevereiro de 1585 e por isso careciam de reforma, procedeu à coordenação de novas Constituições e para elas serem aprovadas convocou sínodo diocesano que se realizou nos dias 18, 19 e 20 de Maio de 1687. No terceiro dia houve missa cantada e pregou o P.^e António Borges Homem, reitor da freguesia de S. Cristóvão de Rio Tinto.

(²) «Depois do restabelecimento das relações entre Portugal e a Santa Sé, o facto mais importante ocorrido nesta vacância, diz o Sr. cônego A. Ferreira, foi a criação do Bispado de Penafiel, constituído pela Comarca de Penafiel de Sousa, desmembrada da diocese do Porto, por Alvará de 3 de Março de 1770, publicado em 17 do dito mês e ano, e Bula de Clemente XIV, de 10 de Julho seguinte.»

E mais abaixo acrescenta que o Marquês de Pombal «quer tratasse de galardoar com Mitras bem dotadas os seus mais prestadios parciais, quer pretendesse, com o provimento das Sés em sujeitos da sua escolha e afectos às doutrinas jansenistas e febronianas da época, estabelecer uma *Igreja lusitana*, pouco menos que independente da de Roma, o certo é que três dos novos Bispados, por não terem razão de ser, desapareceram logo no reinado imediato de D. Maria I». O único bispo de Penafiel, onde nunca residiu, foi Fr. Inácio de S. Caetano, que foi confessor da rainha D. Maria e Inquisidor Geral, depois de ter sido professor no Colégio de N.^a S.^a do Carmo, em Penafiel. Faleceu em 1788, na Corte, misteriosamente...

Nas *Memórias Estatísticas da Cidade de Penafiel*, enviadas à Academia Real das Ciências de Lisboa pelo seu correspondente António de Almeida, manuscrito do Arquivo da Bibliot. P. Municipal do Porto, colhi a seguinte nota: Ainda que a Câmara Eclesiástica de Penafiel é antiga, contudo o seu Auditório é

Seguiram-se: Fr. Aleixo de Miranda Henriques (1770), João Rafael de Mendôça e Lourenço Correia de Sá que faleceu em 1798.

Desde este ano até 1843, isto é, desde o bispo António de S. José de Castro (1799) até o bispo

moderno, pois foi instalado no dia 28 de Março de 1779. O motivo desta distinção particular foi o seguinte: Conhecendo o Sr. Rei D. José I que a disforme extensão do Bispado do Porto impossibilitava a boa administração do pasto espiritual, que os Prelados dele não podiam estender ao excessivo número de seus diocesanos, fez suplicar ao SS. Padre Clemente XIV para que houvesse de conceder se desmembrasse do Bispado do Porto a comarca de Penafiel, erigindo nela um novo bispado que tivesse por território a sobredita comarca eclesiástica e pôr cabeça a considerável Povoação de Arrifana de Sousa. Assim o SS. Padre por bula de 10 de Julho de 1770 criou o bispado de Penafiel separado inteiramente daquele do Porto».

E mais abaixo: «Foi de pouca duração esta nova ordem de cousas; outros motivos talvez mais preponderantes moveram a Senhora D. Maria I a pedir ao SS. Papa Pio VI a reunião do novo bispado de Penafiel ao do Porto donde tinha saído; e ele anuiu a esta súplica pela renúncia do primeiro e último bispo de Penafiel, por bula dada em 11 de Dezembro de 1778. Assim no decurso de 7 anos tornou o território que formou o novo bispado de Penafiel a reassumir o título de Câmara Eclesiástica que dantes tinha, erigindo-se porém nele o Auditório de que acima falei».

Era então bispo do Porto D. João Rafael de Mendonça, a favor de quem se fez a reunião e que se obrigou por si e seus sucessores, pelo termo que o seu procurador assinou em Lisboa a 23 de Março de 1779, a conservar em Penafiel um Auditório com seu Provisor, Vigário Geral, na forma das Letras Apostólicas e Determinação de Sua Majestade Fidelíssima, mas nunca se preencheu esta condição; apenas aquele prelado nomeou para esta comarca um Vigário Geral e assim tem sido até ao presente. Esta informação é do ano de 1814.

A diocese do Porto ficou outra vez tão vasta e rica como já era séculos antes. Em 1632 foi feito o cálculo dos rendimentos eclesiásticos, por cômputos que os prelados enviaram à Junta Eclesiástica. O bispado do Porto acusava 74.066\$960 reis. Já em 1632 atribuía-se à mesa episcopal do Porto o rendimento de 16.000 cruzados. Mas maior ainda era o de Braga que dava a verba de 190.000\$000 reis.

Jerónimo José da Costa Rebelo, que marca o fim do cisma motivado pelas lutas entre miguelistas e constitucionais, temos além desse prelado, João de Magalhães e Avelar que abandonou a diocese, por motivos políticos em 1832, falecendo no ano seguinte, na sua casa de Arneirós (Lamego). Após o governo de Fr. Manuel de Santa Inez, partidário de D. Pedro IV, veio Jerónimo José da Costa Rebelo; e desde esse prelado até à proclamação da República, contamos mais: António Bernardo da Fonseca Moniz, João de França Castro e Moura, Américo Ferreira dos Santos Silva (cardeal), António José de Sousa Barroso, António Barbosa Leão e o actual Sr. D. António A. de Castro Meireles.

A CARTA DE DOAÇÃO DO BURGO DO PORTO FEITA
PELA RAINHA D. TERESA AO BISPO D. HUGO, NÃO
EXISTE E SEMPRE SE DUVIDOU DA EXISTÊNCIA DE
TAL DOCUMENTO

Embora não seja de interesse imediato, é útil saber-se que o erudito Sr. José Caldas, na preciosa introdução ao *Corpus Codicum*, falando de D. Hugo, «Bispo eleito sem a dignidade presbiteral, senhor do Porto por carta régia, sem sequer residir no *Burgo*», crê que foi feita a tal doação do dito burgo, pela Rainha aos 14 dias das calendas de Maio da era de 1158, ou seja a 18 de Abril de 1120. Acrescenta que D. Hugo não tardou a assinar carta de *foral* ao seu novo distrito (1123 era de 1161), «como meio hábil de consolidar a própria autoridade».

E numa nota elucidativa, comenta: «Chega a ser revoltante a hipocrisia que preside à redacção desta carta de *couto!* D. Hugo, cujas relações com a viúva do Conde D. Henrique são já suspeitas, confessa que faz couto aos moradores do Porto, além do determinado por outras causas, para que Deus Nosso Senhor faça esmola à Rainha D. Teresa da inteira remissão

de todos os seus pecados, e lhe conceda, bem assim, depois desta, o descanso da vida eterna».

A carta tem a data de 14 de Julho do ano de 1123. Era MCLXI. (Livro Grande, f. I, col. 2).

O Bispo lá sabia que contas havia de dar a Deus a sua benfeitora. O Sr. José Caldas, continuando a referir-se às numerosas doações que ela ia concedendo ao seu predilecto mitrado, interroga, admirado:

«Como receberiam, porém, os moradores do Porto estas prodigalidades mais que suspeitas, deferidas por uma Princesa que não seguia sempre o melhor caminho, e em benefício de um Prelado que lhes devia ser, além de pessoalmente desconhecido, evidentemente hostil? Nada se sabe.»

A luta, diz ele mais abaixo, durou mais de duzentos e cinquenta anos, desde D. Sancho II, o *Capelo*, até ao primeiros anos de D. Manuel I — última composição. No 1.^o volume desta *Monografia*, a pág. 122, se faz referência a esse vasto pleito que vai desde D. Sancho II até ao Mestre de Avis. Daí a necessidade do registo de todos os títulos que comprovam a luta jurídica entre os Bispos e os burgueses do Porto; esse registo feito contra a vontade do clero, ficou terminado no reinado de D. Afonso V, chamado o *Livro Grande da Cidade*.

Vamos agora trazer à publicidade um documento que embora anónimo, se liga com este assunto e tem por título

«MEMÓRIA SOBRE O SENHORIO DA CIDADE
DO PORTO»

A Mitra e Cabido da Cidade do Porto se dizem senhores da mesma Cidade, fundados em uma doação da Rainha D. Teresa, do ano de Cristo 1120; mas nem hoje aparece original de semelhante doação, nem se sabe donde Fernam de Pina a tresladou no Foral do Porto. Já o Sr. Rei D. Deniz duvidou dessa doação;

e pedindo ao Bispo do Porto, D. Vicente, seu Padrinho e Compadre, que lhe desse o treslado dela, o não quis fazer o Bispo, do que se lavrou Instrumento, em 5 de Junho de 1326, pelo Tabelião Pedro Eanes.

Já duvidou da mesma doação o Sr. Rei D. Afonso IV e os Cidadãos do Porto, em 1392; eles pediram e El-Rei mandou que se apresentasse a doação, sem o conseguirem dos Bispos, então poderosos e afoitos ao ponto de um fulminar censuras em 1382 ao Rei e aos seus Ministros e Conselheiros, para defender por esse modo as suas pretensões.

Em 17 de Junho de 1399 fizeram uma transacção o Sr. Rei D. Pedro I e o Bispo do Porto D. Afonso (chamado o *Santo*, que jaz na Capela da Casa de Balsemão, de cuja família era) a saber: o dito Sr. Rei por Procuradores, constituídos em uma Procuração feita em S. Domingos de Elvas, em 23 de Maio do dito ano, e o Bispo e Cabido, pessoalmente. Por esse Contrato cederam o Bispo e Cabido a El-Rei todo o domínio que pretendiam ter na Cidade do Porto, toda a jurisdição, império mero e misto, e todos os direitos, expressando cousa por cousa, e o preço que por cada uma delas lhe deveria ser pago anualmente; e o Sr. Rei reconheceu no Bispo a jurisdição eclesiástica, concedeu-lhe a Redízima da Alfândega e eximiu aos Eclesiásticos da Sé de pagarem sisa, portagem ou outros direitos dos víveres, que gastassem, ou vendessem dos seus Benefícios.

Em consequência deste Contrato, ficou a Coroa tanto de posse da mesma Cidade, que nas Cortes de Coimbra, pediu o Bispo do Porto ao Sr. Rei D. João I, que lhe desse remédio para que os Juízes e Vereadores da dita Cidade o não constrangessem a pagar com eles fintas, e encargos do Concelho, o que lhe concedeu o mesmo Sr. Rei, por Carta de 9 de Abril de 1433. Já nas Cortes de Évora, o Deão, Cabido e Clero da Sé do Porto tinham pedido ao mesmo Sr. D. João I remédio para lhes não tomarem o pão, vinho e car-

nes, com que se haviam de manter, e servir o dito Sr. Rei, que lho concedeu por Carta de 21 de Fevereiro de 1429.

Desejando o mesmo Sr. D. João I acabar de uma vez as contendas do Bispo e Cabido com os habitantes da Cidade, foi servido contratar pessoalmente com o Bispo D. Gil, e o Chantre, Procurador do Cabido: demitiram eles no sobredito Sr. Rei todo o direito e acção que pretendiam ter à sua Igreja, nos direitos, senhorio e jurisdição da Cidade do Porto, que o mesmo Sr. Rei possuía, dando-lhe ele bens que rendessem anualmente três mil libras, havendo para tudo licença e autoridade do Papa. Fez-se em 13 de Fevereiro de 1443 uma Escritura deste Contrato (notável pelas suas expressões). Não se vê na tal Escritura reserva alguma de direitos, e menos da portagem, vendida já em 1399.

Por Provisão de 21 do dito mês e ano de 1443, mandou El-Rei entregar ao Bispo e Cabido rendas no Porto, porque fossem pagos das 3\$000 libras; e por outra Escritura de 13 de Abril de 1444 foi autorizado aquele Contrato pelo Arcebispo de Lisboa, D. João, a quem o Papa Inocência VII cometera o exame e aprovação dele; e diz o Arcebispo, depois de ter ouvido os Procuradores do Bispo e Cónegos do Porto, que por ter sido Bispo na mesma Cidade, conhecia ser aquela avença feita em evidente prol da Igreja do Porto, e por isso aprovava. O Sr. Rei D. João I foi servido mandar lavrar Padrão da mesma data de 13 de Abril, era de 1444, ao Bispo e Cabido, pelo qual lhe segurou renda para serem pagos das ditas três mil libras.

D. Diogo de Sousa, aquele Bispo que teve a honra de servir sucessivamente aos Srs. D. João II, D. Manuel e D. João III, representou ao Sr. Rei D. Manuel, que lhe fizesse a graça de reduzir aquelas libras a 120 marcos de prata, e concedeu-lha El-Rei, mandando que em tudo e por tudo se guardasse o sobredito Contrato, feito com o Sr. D. João I, e que se lhe satisfizessem

para sempre os 120 marcos de prata, ou a sua direita valia ao tempo da paga, do que se lavrou Padrão em 6 de Setembro de 1502.

Naquele tempo valia cada marco de prata a 2\$280 réis; o Sr. Rei D. Pedro II lhe fez a mercê de mandá-los pagar a 4\$000 réis, por Padrão de 4 de Fevereiro de 1671, de que se pôs *verba* em 1681; e o Sr. Rei D. José I (de gloriosa memória) foi servido reduzir a 6\$000 réis cada um dos 120 marcos de prata, com isenção da Décima, por Decreto de 22 de Outubro de 1761, com antiguidade do 1.^o de Junho de 1502, de que se lavrou Postila ou Padrão, pelo qual cobram anualmente 720\$000 réis, pelo rendimento da Alfândega do Porto.

Daqui se segue que o Senhorio e os Direitos da Cidade do Porto, por nenhum título se dizem competir em tempo algum ao Bispo e Cabido da mesma Cidade, mais que por essa doação da Sr.^a D. Teresa, que nem hoje, nem nunca tem aparecido, e pelo Foral que nela se funda, e que claramente é obreptício. Pois, ainda quando tivesse pertencido o Senhorio e Direitos da Cidade ao Bispo e Cabido, o Sr. Rei D. João I, como fica dito, querendo livrar a mesma Cidade do Porto do flagelo do Interdito, e impor-lhe outros muitos tributos, que ela paga, foi servido comprar à Mitra e Cabido o Senhorio e Direitos para isentar os seus vassalos da portagem, que o Foral inadvertida ou dolosamente quis dar aos ditos Bispo e Cabido do Porto. Estes venderam sem reserva todos os direitos, que pretendiam ter, e percebem ainda hoje o preço do que venderam.

A pretendida doação jamais foi apresentada ou confirmada nas Confirmações Gerais, que houveram pelos Reinados dos Srs. Reis D. João II, D. Sebastião, D. Filipe II, D. Filipe IV e a El-Rei D. José foi só apresentado o Foral do Sr. D. Manuel, de 1517.»

Este curioso ms. não traz data nem nome do autor. Vê-se pela clara e bem deduzida explanação do assunto, que se trata dum erudito que pode ser João Pedro

Ribeiro, nome que vem numa tira de papel colado ao dito ms. (¹).

A margem, quando fala da *redízima da Alfândega*, esclarece: «a redízima na Alfândega foi antes concedida por Sancho II. Veja-se o *Livro Antigo da Alfândega*, fol. 73 e seguintes, onde vem a Bula de Inocêncio IV, do ano de 1245, que confirmou a composição.»

A cópia da doação do burgo do Porto ao Bispo D. Hugo, feita pela Rainha D. Teresa é o primeiro documento transscrito no *Livro Grande* do Arquivo da Câmara Municipal do Porto. Pode lá observar-se este documento que é uma cópia da suposta carta de doação; no entanto é dado acreditar que tal original não existisse, pois em parte alguma se encontra, nem os Prelados, se ele existisse, se furtariam a apresentá-lo, para fazerem valer seus direitos e privilégios, sempre que os Reis a isso os obrigassem, no demorado e renhido conflito travado entre eles e o burgo da Cidade.

CENSOS E OUTROS DIREITOS DO CABIDO DA SÉ DO PORTO, NOS PRIMITIVOS TEMPOS DA MONARQUIA

Observação prévia:

João Pedro Ribeiro, no tomo V, *Dissert. XIX*, pág. 100 e seguintes, tratando do Livro I, Parte VI, do Censual, diz:

(¹) João Pedro Ribeiro foi Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra e Lente da Cadeira de Diplomática, criada por carta régia de 10 de Janeiro de 1796. Foi Cónego doutoral das Sés de Faro, Viseu e Porto. Os seus trabalhos literários, de bem aturadas indagações, são vastíssimos e mui valiosos. O *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio F. da Silva, traz a enumeração desses trabalhos, mas não cita este ms.; no entanto parece não oferecer dúvida de que se trata deste eruditíssimo autor, mesmo pela natureza do assunto versado — a ciência diplomática, histórica e jurídica.

«Segue-se de fol. 145 a 158 a Relação dos Censos e outros direitos que pagam as Igrejas, e Mosteiros do Bispado, que unindo-se ao Código fez dar a todo o Cartulário o título de *Censual*. Principia pelo Arce-diago da terra de Santa Maria. A fol. 150 segue o da Maia (falta a fol. 154); e a fol. 155 continua com Igrejas, hoje da Câmara de Penafiel. A fol. 156 v. Arce-diago de Penafiel. A fol. 157 v. de Meinedo. A fol. 159 de Gouveia, e no v. o de Baião, em que finaliza truncado.

D. Rodrigo da Cunha atribue no seu *Catálogo dos Bispos do Porto* este Censual ao Bispo D. Baltazar Limpo (séc. XVI), ou antes, esta última parte do Cartulário: o que se convence não ser assim: 1.º por ser em latim, menos nas partilhas; 2.º por ser em letra mais antiga e em duas colunas; 3.º pela divisão por Arcediagos, já extintos, e não por comarcas eclesiásticas; 4.º pelos nomes das medidas e outras palavras antiquadas já no século XVI. Talvez falaria de outro Cartulário deste mesmo século, de que hoje não há notícia.

Neste se especifica o censo em cada Igreja ou Mosteiro e a quem pertence todo ou parte, se ao Bispo, se ao Cabido ou alguma dignidade da Sé, à fábrica dela ou a outro particular objecto, e até os Celeiros, em que se recebia. Os géneros que se enunciam são: cera, bragais, trigo, milho, centeio, aveia, vinho, sal, fogaça, fogaça centeia, ferros de arado, lampreias, patos e carneiros.

Em quase todas as freguesias, além dos cereais e vinho, vem o artigo da cera por libras; o censo e mortuias com poucas excepções, a dinheiro como em uma a voz e coima, e em poucas se especificam os votos, que em algumas se dizem dos Rústicos, em outras de S. Tiago sem quota certa, por ser geral, nem o Dom do Bispo ou lutoosa, por ser arbitrária.

Depois cita as moedas então em uso: maravidiz, soldos e meios soldos; e dá a comparação dos géneros com a moeda:

1 bragal ou 9 soldos.

7 bragais ou 3 libras e 3 soldos.

6 ferros de arado ou 21 soldos.

20 lampreias ou 3 libras.

1 moio de vinho ou 4 libras.

7 moios por quinta ou 7 maravidiz. Quanto a pesos, só menciona libra e meia libra. As medidas de sólidos são : módios, quartários, sextários, buzenos, quaira, moio ou buzeno do celeiro do Bispo, alqueires, teigas, buzenos de Sangalhos. As medidas de líquidos são : módios, quartas, puçais, módios ou puçais *per parvam*, módios *per quintam*.

No século XVIII, por Convenção entre a Igreja do Porto com os colectados, as quotas foram reduzidas às medidas, então actuais e alguns géneros foram substituídos por outros.

Vejamos o que se refere às Igrejas de Gondomar.

Dentre os mss. existentes no Arquivo da Biblioteca P. Municipal do Porto, existe um grosso volume que é um traslado do *Censual* do Cabido da Sé do Porto, feito pelo tabelião de notas Gonçalo Luiz, e por ordem do Rev.^o Bernardo de Azevedo de Carvalho, Cónego prebendado da Sé, no ano de 1706. Desse traslado extratamos fielmente os proventos, em dinheiro e géneros que o Cabido e Bispo do Porto recebiam das igrejas de Gondomar.

Incluo também a de Campanhã, que então pertencia ao julgado de Gondomar; e a de Melres que constituía um julgado, como já fica dito no 1.^o volume, desde o *Patronato das Igrejas* in terra de Gondomar, pág. 43 e seguintes.

O ms. donde extraio esta nota, tem à margem a numeração 153, que quer dizer a página onde se contém o original. São as seguintes :

Ecclesia Sancti Petri a Cova est Camera Episcopalis et dat a censu Episcopo octodecim meravetinos veteres. Ittem unum meravetinum Capitulo pro anniversario Petri Pintonis Episcopi Portugalensis, quod celebratur decimo-quarto Kal. Octobris.

Ecclesia Sancti Joannis a Foz a Sousa — de cera unam libram (¹), a mortuariis duos meravetinos, duas fogacias, item sex ferros a aratro, vel undecim soldos.

Ecclesia Sanctae Crucis a Jovim — de cera unam libram, a mortuariis unum meravetinum et quindecim denarios, duas fogacias; item sex ferros a aratro, vel viginti unum soldos.

Ecclesia Sancti Verissimi a Valle Bona — de cera unam libram, a mortuariis unum buzeum tritici: item unum buzeum milii, item duos ferros de aratro, item tres denarios de Vodos, item medium quartam de vino, duas fogacias, de avena duos quartarios et milio duos quartarios.

Ecclesia Sancti Cosmæ de Gondomar — de cera unam libram, de mortuariis unum meravetinum et medium, duas fogacias, de tritico unum modium, de avena unum modium, de milio unum modium.

Ecclesia Sancti Salvatoris de Fanzeres — est Camera Capituli ab antiquo, et dat de censu sexdecim modios tritici per buzeum Cellarii Portugalensis.

Monasterium Sancti Christoforis de Rivilo Tinto

(¹) As primeiras monarquias dos Bárbaros Germânicos tomaram por modelo o sistema monetário do império romano — a *libra*, como padrão de peso, a qual era dividida em *sólidos* (soldos) de ouro, unidade da moeda; e estas em *denários* (dinheiros) de prata. A libra deixou de ser um peso real para se converter em moeda de conta, pelo que o seu peso foi diminuindo sucessivamente, até que por fim se atribuiu ao marco que a substituiu uma quantidade arbitrária de libras, reconhecidamente fictícias. O marco de onze dinheiros era o padrão. A libra dividia-se, no século XIII, em vinte soldos e cada soldo em doze dinheiros. O marco de prata, no regimento de 26 de Dezembro de 1253, no reinado de D. Afonso III, é taxado em doze libras de moeda portuguesa. *Marcha argenti valeat duodecim libras moneta portugalensis.* (Port. Mon. Hist., Leges et consuetudines, vol. I).

O morabitino novo de ouro é fixado então em vinte e dois soldos e o morabitino velho em vinte e sete soldos, quer dizer, uma fração do marco de prata que no sistema métrico decimal corresponde a 26,3 grs. A soldada anual do melhor criado de lavoura é de três libras, isto é, um quarto de marco de prata, com mais vinte alqueires de pão meiado.

— de mortuariis tertia pars, de avena sex quartarios, de milio sex quartarios.

Ecclesia Sanctæ M.^{ae} de Campanham — de mortuariis tertia pars, de avena unum modium, de milio unum modium, de vino unum modium per mensuram, quae est in Cellario Portugalensi.

Soma do trigo das Igrejas de terra de Bouças, da Maia e de Gondomar, (153 v.) vinte-e-oito moios e onze búzios: não contando as Câmaras de Santiago, de Bouvado e de Fânzeres, e de Peranhos que são do capítulo isentas.

TRIGO DO CABIDO :

Nas Câmaras de Santiago de Fânzeres, de Perámiros, trinta-e-nove moios. Sôma quarenta-e-sete moios e cinco búzios e alqueire e têmça com um moio de Pridelo.

AVEIA :

Sôma da aveia das sobreditas Igrejas, trinta-e-três moios e três quarteiros; e desta aveia deve haver a obra da Sé um moio da Igreja de Faiores. E assim fica para partir o Bispo e Cabido⁽¹⁾ trinta-e-dois

⁽¹⁾ «Os presbíteros e diáconos da Cidade formaram, desde os primeiros séculos, uma corporação, espécie de Senado Eclesiástico ao qual se deram os nomes de *sinédrio de presbíteros, sagrada e veneranda assembleia do Clero, Senado da Igreja, concilio da Igreja*. Posteriormente e em época não determinada, deu-se o nome de Cónegos não só aos Clérigos da Cidade, senão também a todos os Clérigos que, inscritos no catálogo (*canon*) de certa Igreja, recebiam dos proventos dela um ordenado fixo, como se fosse *canon* anual; e depois o nome tornou-se próprio só dos que abraçavam a vida comum sob certa regra (*canon*). Até cerca de meado do século XII deu-se em Portugal o nome de Clérigos ao Clero das Catedrais.

Durante alguns séculos viveu o Clero das Catedrais vida comum, a princípio não subordinada a regra determinada.

No século XII, em Portugal, viviam os Cónegos sob a observância da regra de Santo Agostinho; mas a partir do século XI decaiu o instituto da vida comum; e os Cónegos começaram

moios e três quarteiros, que fazem por a do Celeiro vinte-e-quatro moios e nove búzios. E monta nas duas partes do Bispo dezasseis moios e seis búzios. Ittem na parte do Cabido oito moios e três búzios.

DO MILHO :

Sôma do milho das sobreditas Igrejas trinta moios e três quarteiros. E dêste milho deve haver a obra da Sé um moio da Igreja de Faiozes. E assim fica para partir o Bispo e o Cabido vinte-e-nove moios e três quarteiros, que fazem por a do Celeiro vinte-e-dois moios e cinco búzios. E monta nas duas partes do Bispo catorze moios e catorze quairas. Ittem na têrça parte do Cabido sete moios e sete búzios.

DO VINHO :

Sôma do vinho das sobreditas Igrejas, trinta-e-quatro quartas. E monta nas duas partes do Bispo vinte-e-duas quartas e cinco moios, e duas têrças de meio e que vale cinco libras e três soldos, quatro denários. Ittem na têrça parte do Cabido, onze quartas e dois meios e dois terços de meio, que monta a denários cinquenta-e-seis soldos, oito denários.

Ecclesia Sanctæ Mariæ de Melaris (Melres) — de cera unam libram (et est Episcopi), de mortuariis medicetas (est operis), de avena quinque quartarios, de milio quinque quartarios. Panem ecclesiæ supradictæ, et medicetas de mortuariis est pro fabrica ecclesiæ Cathedralis».

a separar os bens dos Bispos dos do Cabido, a dividir entre si os provenços, a possuir e viver em separado. D. Martinho Pires, Bispo do Porto, eleito em 1185, dividiu as rendas da mesa episcopal e da Capitular, dando a esta a terça parte e ficando a episcopal com duas, em todos os rendimentos do bispado».

(*Hist. da Igr. em Portugal*, t. I, liv. I, págs. 205 e seg.) de Fortunato de Almeida.

PROVISÕES, CARTAS DE COMPRA OU DE VENDA, DE ESCAMBO, DE DOAÇÃO, PRAZOS DE VIDAS, TESTAMENTOS, INSTRUMENTOS DE POSSE, DE ANEXAÇÃO, DE PROTESTO E DE COMPRA; SENTENÇAS, CARTAS TESTEMUNHAIIS, ETC., RELATIVOS AO CONCELHO DE GONDOMAR, CONTIDOS NOS DOCUMENTOS PERTENCENTES AO CABIDO DA SÉ DO PORTO E CUJO *INDEX DOS ORIGINAIS* TRANSCREVEMOS DUM MS. DESTE MESMO CABIDO.

Quanto aos *patronatos das igrejas* no nosso concelho, isto é, o *index das convenções, doações, apresentações, provisões, sentenças e rescritos*, já foi assunto tratado no 1.^o volume, pág. 43 e seguintes, desta *Monografia*.

Aqui daremos agora maior desenvolvimento a tudo que fazia parte dos bens e administração do Cabido e Bispo, com as respectivas datas, rendas e encargos, desde D. Afonso Henriques até ao século XV; transcreveremos o que interessa a Gondomar, incluindo Campanhã que pertencia então ao nosso concelho. Este ms. ocupa-se dos 30 livros, com a indicação numérica da folha de cada livro. Assim, do

L I V R O I

A fls. 22 :

Carta de confirmação do Couto de Gondomar, por Filipe II, de 20 de Agosto de 1597 e nela inserta a do Sr. Rei D. Sancho I, de 5 de Abril da Era 1231, sendo Bispo D. Mart.^o Rodrigues. Por certidão da Torre do Tombo, de 23 de Agosto de 1769.

A fls. 28 :

Sentença por que se confirma a jurisdição no Couto de S. Pedro da Cova pelo Sr. D. Afonso IV, sendo

Bispo D. Vasco Martins, em 26 de J.^o Era de 1379. Por certidão da Torre do Tombo, de 25 de Agosto de 1769.

DO LIVRO X

A fls. 54, v. :

Escambo que fez o Cabido com Miguel Correia, cavaleiro fidalgo, de uma quebrada que o Cabido tinha em Valbom, no julgado de Gondomar (sem confrontações) por várias propriedades de herde(?) na Aldeia de Ferreiros, da freguesia de S.^{ta} Maria de Avioso, da Maia (sem confrontações) D. 26 de Fever.^o de 1539. O Index do

LIVRO XII

tem escrito à margem a seguinte nota: «Entrou êste Livro para o Cartório em 18 de J.^o de 1826. Está na Carta 12».

Este Livro, logo na 1.^a folha regista:

Instrumento da Posse que tomou o Cabido da águia, para a Roteia da Espanadeira, que fica por baixo da Fonte do Covelo, pertença do casal da Igreja, na freguesia de Campanhã de que era enfiteuta Martim Barreiros e mulher Inez Lour.^o, em virtude da sentença obtida na Cúria de Braga contra João André, lavrador da mesma freguesia. 9 de Setembro da Era do Nascim.^{to} 1440. Tabelião Bm.^{eu} Frz.

A seguir, a fls. 2 :

Prazo de vidas que fez o Cabido da Sé a D. G.^{co} Mrz. M.^e Erch.^a da mesma Sé (em sua vida) do lugar da Luêda, na freg.^a de S.^{ta} Maria de Campanham. Pensão — 150 lbr^s de dr.^{os} Portugueses — pagar às Térças — Natal — Páscoa e S. João. E no caso de faltar ao pagamento, se descontaria no que recebesse do Benif.^o, segundo o Estatuto feito na Era 1371 (por

cópia ibi). No prestumr.^o de Dez.^o da Era 1373, pelo T.^{ão} d'El-Rei Af.^o Eanes.

A fls. 3 :

Prazo de vidas que fez o Cabido a Martim Vasques, Meirinho do B.^o, de um casal no Couto de Campanhã, em que morou João Af.^o. Renda — geiras e foros — Dez maravediz da moeda antiga de 27 soldos o maravediz (emq.^{to} durar a moeda que ora corre — Real por 3 1/2 libr.^s — e meio Real — 35 soldos). Lutuosa a uso e costume do dito Couto. Assinado o Deão, e teve selo pend.^{te} Data, 13 de Agosto Era 1452 anos.

A fls. 4 :

Escambo de várias leiras sitas na freguesia de S. Veríssimo de Valbom, feito entre João Af.^o Escrivão dos Coutos de El-Rei e Leonor Afonso, com autoridade do Deão e Cabido. Tem os nomes e confrontações de umas e outras e de todas era senhorio o Cabido. É assinado pelo Deão e *Valascus Alfonsi notavit*. Teve selo pend.^{te} Data 14 dias andados de Dez.^o do ano 1446.

N. B. Leonor Af.^o dá a leira de São Salgueiral que parte com o Bacelo de João Af.^o e a leira do Cam.^o que parte com o Bacelo de Af.^o Esteves, e recebe a leira da Agra e as duas leiras das Costas.

A fls. 5 :

Carta testemunhal, por onde constam os protestos ou oposição feitos pelo B.^o, Cabido e Mosteiros de Rio Tinto e Cedofeita, assim como pelo Ab.^e de Campanham, à Provisão (carta) do Sr. D. Af.^o IV, de 2 de Março da Era 1369, porque mandava ao juiz de Gondomar fizesse pôr a pregão e emprazasse os terrenos maninhos que jaziam sobre a azenha da Colmieira. E declaram neles que o dito terreno e mato não é de El-Rei, mas que eles e seus homens (caseiros) estão em posse deles, lavrando, pascendo e talhando, como termo e pertenças

das aldeias de Pinheiro, Colmieira, Gondomarinho, etc., desde tempo immemorial e que o Reguengo é do sítio de Val de Atães para lá, etc., etc. Data aos 2 de Julho da Era 1370. Feita por Martim Doiz. T.^{ão} em Gondomar.

N. B. A Provisão ou carta era escrita em papel e tinha sêlo nas costas (assim o declararam).

A fls. 6 :

Prazo que fêz Martim Vasques, Ab.^e (Rector) da Igreja de Camp.^{am} ao M.^e João, Deão do Pôrto, de uma herdade da mesma Igreja, chamada de Barraguino.

Pensão — Maravedi e meio — por dia de Páscoa, e obrigação de pagar o Dízimo da dita herdade.

«...in signum tradita possessionis idem Rector dedit dicto Magistro pugnum suum plenum terra ipsius hereditatis et posuit terram in manu sua.» Data «actum fuit hoc apud dictum locum de Barraguino, feria quinta, tertio Kalendas (30 de Julho) Augusti. Era 1319.^a a.^o 1281», em carta de Confirmação pelo B.^o D. Vicente, dada em a Igreja de S. João de Veer. Non.^s Augusti (5) da mesma era.

N. B. Tem demarcação e parte com umas vinhas do Cabido.

A fls. 8 :

Prazo de vidas que fêz o Cabido a Luiz Pires, lavrador e mulhér Maria Glz. de um lugar com suas Rodas de Moinhos no Esteiro de Campanhã, arriba da ponte, com várias terras mais, que trazia G.^{eo} Annes, sógro do dito Luiz Pires.

Pensão em dinheiro, 500 lb. de seis ceitiz o Real e 4 alqueires de trigo, 3 de centeio e 3 de milho e 4 dr.^{os}. Lutuosa, outro tanto. Teve sêlo pendente.

A fls. 9 :

Instrumento da Posse que tomou o Cabido por Proc.^{or} das Casas e terras que foram do Chantre Dom

Rodrigues Annes, sitas na Aldeia de Gontemil, julgado de Gondomar, cujas propriedades no mesmo acto se entregam a Dom.^{os} Mrz — morador no mesmo lugar e se obriga a responder ao Cabido por todos os foros, rendas, direitos e direituras, que se pagavam do dito casal. Aos 19 de Maio da Era 1379. T.^{ão} Af.^o Mrz.

A fls. 10 :

Prazo de vidas (livre nom.^{ão}) que fêz o Cabido a António Dias, desta Cidade, da Quebrada da Ponte, sita no Couto de Camp.^{am}, que se compõe de casas e leiras, campos, etc. (tem vedoria). Pensão 80 lb. e 3 g.^{as}. Lutuosa, outro tanto. T.^{ão} António Ferreira. Teve sêlo pend.^e.

A fls. 10 :

Prazo de vidas que fêz o Cabido a Martim Vasques, Meirinho do B.^o. (É idêntico com o de fls. 2 e só difere na letra).

A fls. 12 :

Prazo de vidas que fêz o Cabido a Af.^o Vaz, comendador e Notr.^o Apt.^o e a sua mulhér Inez Martinz de um vale da Prêsa Vélha (em Campanhã?) com o seu monte e dita Prêsa *que todo ora está maninho*⁽¹⁾. (Tem confrontações). Pensão, 3 libr.^s a 700 por uma da boa moeda antiga. 12 de Fever.^o ano 1480. Feito pelo Cônego escrivão Gomes Paes. Teve sêlo pendente.

A fls. 13 :

Prazo de vidas que fêz o Cabido a Jorge Glz. e mulhér do casal da metade da Quinta de Luêda (em Campanhã). Foi apegado e tem demarcação. Renda, Pensão e Dízimo, 50 alqueires de pão meado milho e centeio, e 4 g.^{as}. Lutuosa outro tanto como de

(1) *Por afructar? manente?* (nota do copista, à margem).

renda, ou a dinheiro à escolha do caseiro — a vinte lb. por alqueire e o mesmo a respeito de cada uma g.^a 20 lb. 8 de Fever.^o de 1524. Feito por Pere Annes, etc.

A fls. 14 :

Prazo de vidas que fêz o Cabido a Martim Mateus e mulhér Catarina Doiz de um casal na aldeia de Camp.am sobreiro, freguesia de S.^{ta} Maria de Campanhã. Pensão e mais direitos, sete maravediz — e meio vélhos de dr.^{os} Portugueses (dinheiros) e a pres-tumr.^a (última) pessoa 8 m.^{rs} pagos às têrcas, Natal, Páscoa e S. João Baptista. E palha e serv.^o ao Deão, e geira cada Doma (semana) à Q.^{ta} da Luêda. E por falecimento de cada pessoa Lutuosa inteira. 26 de Julho era 1397. Em nota à margem escreveram «N. B. Princípio do ano a 25 de Dez.^o para paga por Natal da era 1398».

A fls. 15 :

Apresentação de Pedro Lourenço em Ab.^e (*Rectorem seu etiam Abatem*) da Igreja de Campanham feita pelo B.^o (D. João) e Cabido do Pôrto — «qui sumus veri patroni in solidum». Dada no Pôrto aos 27 de Agôsto do ano do Sr. 1327.

Este B.^o é o *bom João Gomes, sine aliqua malitia* e de que se faz menção no Cathal. Assinou *episcopus vidit*. Teve (um só) sêlo pend.^e.

A fls. 16 :

Carta de doação que fêz Fernando Esteves de Veeyri, escudeiro, à freguesia de S.^{ta} Maria da Sé do Pôrto *pro amore R.^{di} Patris Dni Vincentii Portuensis Epⁱ et venerabilis viri Sancii Petri Decani*, etc., de todo o direito do Padroado que tinha na Igreja de S.^{ta} Maria de Campanham. *Actum fuit... no Claustro da Igreja do Pôrto, aos 4 das Nonas de Maio da Era 1326 (4 de Maio). T.^{ão} Frc.^o Andre; e roborada com o sinal público tanto bem do T.^{ão} Estévão Mendes.*

A fls. 17 :

Carta de doação do direito de Padroado que tinham na mesma Igreja de Campanham Garcia Mendes (*miles*) e Martim Md.^{es} (*scutifer*) filhos de Mem Garcia (*militis*) de Gondemar. Feita ao mesmo B.^o e Cabido. D. Vic.^e e Sancho Peres. Aos II de Abril, 3.^o id.^s da era 1326. T.^{ão} o dito e roborada com o sinal público tão bem do P.^o Peres.

A fls. 18 :

Carta de Doação do direito de Padroado que tinha na Igreja de Campanham, Abril ou Apariço Rodrigues (*Aprilis Rodorici*) ao B.^o D. Vicente e Cabido, aos 10 de Abril (4.^o id.^s) da era 1326. T.^{ão} Franc. André; e roborada tão bem com o sinal público do T.^{ão} Pero Peres. (*Petrus Petri*).

A fls. 19 :

Carta de Doação do direito de Padroado que tinha na Igreja de Campanham Nuno Soares, Prelado de S. Martinho de Cedofeita e Cónego na Sé do Pôrto ao B.^o D. Martinho e sua Igreja, «*tam in hereditatibus et testamentis quam in omnibus aliis causis...*» cujo direito lhe pertencia «*ex parte matris mee ermese suarii filie elvire pelagii avie mee uxoris suarii longi avi mei*». Feita a doação *in era 1260.^a mense aprilii Rege Sancio secundo portugalie dominante. + Martinus furtadi notavit.* À margem tem a seguinte nota : *ex dño Stephano Brachare archiepiscopo existente.*

Esta carta também já está citada na pág. 46, do 1.^o vol. desta *Monografia*. As datas, porém, não dão certo, porque esta lá citada acusa o ano de 1265, diferença de 5 anos.

A fls. 20 :

Carta de escambos e permutação que fizeram o B.^o D. Julião e Cabido do Pôrto com o Abade (Pelágio) Prior e Convento de Palatiolo (Paço de Sousa)

da Ordem de S. Bento, porque o dito Ab.^e dá ao B.^o e Cab.^o o Padroado da Igreja de Campanhã, dois casais em Vila-Meã, a Quinta de Pinheiro de Susão e a parte que lhe pertence da Quinta da Luêda, no Couto de Campanhã, e o Casal do Cibulido; e o B.^o cede ao dito Ab.^e Prior e Convento o Padroado da Igreja de S. Salvador de Castelãos, no Termo de Aguiar, cinco casais em Recarei e um em Terronhas, no mesmo Termo de Aguiar; e une e anexa à Igreja do Mosteiro as Capelas de S.^{ta} Eulália, S. Martinho e S.^{ta} Maria de Coreixas, no Couto de S. Vicente e S. Tomé, fora do Couto do Mosteiro e que as possa apresentar; e confirma o Privilégio que concedeu ao Convento o B.^o D. P.^o, porque são isentos do direito da Portagem os panos, ferro e pescado que o Convento comprasse no Pôrto. T.^{ão} Martim João, com seu sinal público. Teve três selos pendentes — o do B.^o, Deão e Cab.^o.

Carta partida por A. B. C., para serem duas «consimiles».

Esta dos três selos pertencia ao Mostr.^o — e a dêste com o sêlo do Ab.^e por si e do Ab.^e de Cete pelo Prior e Conv.^{to} pertenceu ao B.^o — assim o declaram — é conseq.^e que se trocaram ou o Conv.^{to} depois deu esta (a sua) ao Cab.^o — ou...?

Em Apostila no vr.^o se lê a memória duma Confirmação de apresentado pelo Ab.^e e Conv.^{to}.

Data acta sunt haec apud port. civitatem II id.^s sempbris — pridie idus — 12 de Sbr.^e — era 1297.

A fls. 21 :

Escambo que fêz o Cab.^o com Pedro Lourenço, Abade de Campanhã, pelo qual o Cab.^o dá ao dito e sua Igreja o Casal que tem no lugar de Azevedo, ficando sempre obrigado à Pensão de 7 maravidiz ao mesmo Cabido; e o Ab.^e cede ao Cab.^o o casal de Pinheiro de Miraflor e a Pensão que o mesmo Cab.^o lhe pagava pela vinha de Barraguim, que eram do dito Ab.^e e Igreja de Campanhã. Feito com a auto-

ridade ordinária e em carta testemunhal pelo Vigário Geral, G.^o Mrz, Mestre Escola na Sé, aos 15 de Maio da era 1381. Assinado *scholasticus vidit*. Teve três selos pend.^{es} — o do Juizo, o do Cab.^o e o do Ab.^e.

A fls. 22 :

Instrumento de Escambo que fêz o Cabido com Rui Glz. de Maceda, escudeiro-mor no Pôrto e mulhér Margarida Correa, por que dá ao Cabido metade do seu Casal sito na aldea de Quintan, freg.^a de S. Cosmade de Gondomar (Julgado de...) por uma casa vélha que o Cab.^o possue na Rua da Çapataria entre ambas as Ruas — a saber — a que vai da Çapataria para as Aldas e a outra que vai para os Açouques, cuja casa foi de João Roiz, genro do Segabroa. O casal (meio) parte com outro do Cabido e no Auto da Posse no verso dêste Documento se chama de Quintela. 16 de Junho, ano 1474. Tab.^{ão} Fernão Vic.^e.

A fls. 23 :

Carta da venda que fizeram Sueiro Mrz, Pedro Mrz, Petrelino Mrz e seus irmãos e irmãs ao Cab.^o (M. Decano et Cap.^{lo}) das duas partes do Casal que possuiam em Gondomar na Quinta de Guear (Aguiar?) *ex parte parentum et avorum nostrorum*. Preço e Rebora, 30 maravidiz. *Facta carta 3 Kls. Januarii* (30 de Dez.^o) da era 1274. *Petrus notavit.*

A fls. 24 :

Carta de venda que fêz Sancho Vehégas e mulhér ao B.^o D. P.^o 3.^o (*tertio petro divina gratia, portugalien-sium episcopo*) e aos seus Cónegos da herdade que possuia em Gondemar, que houve de seus pais e avós e de suas tias paternas Dona Argio e D. Flamula. Preço 10 maravidiz de ouro *et unum modium milii*. É sita a dita herdade em Bouça-Cova e em Quintela e Quintan, em Gondomarinho, em S. Miguel e em Valbom; e vende quanto aí tem *tam in laicalibus quam in*

ecclesiasticis locis, quomodo dividit pelo monte alto e por Manariz, daí por Azevedo e pela foz do Esteiro de Campanhan e acaba no Douro e pelo Douro ao pôrto de Avintes e de aí pela fonte (per fontanum) de Guear e pela Portela de Jovim e pela Lomba de Trasariz até ao Couto de S. Pedro da Cova e acaba no monte alto. *Facta karta mense junio sub era 1199*, ano 1161. Nicolaus notavit.

A fls. 25 :

Prazo de vidas (livre nom.^{ão}) que fêz o Cab.^o ao Cónego António Leite, do Casal de Quintela, sito na freg.^a de S. Cosme, conc.^o de Gondomar. Pensão 200 M. pagos em boa moeda de ouro ou prata. Pão meado 10 alqueires e 2 galinhas. Lutuosa, outro tanto. Dom.^o a 4.^a parte, segundo o Estatuto. Abateram 2 alqueires ao arbitrado na vidoria em atenção a ser Cónego o caseiro e pagaram-se do dito casal Bodos e serv.^{os}. Teve vedoria e Apegação. 12 de Maio de 1548.

A fls. 26 :

Carta da venda que fêz Domingos Sueiro e mulhér Housenda Peres a Mem Peres e mulhér Maria Egas e a Martim Mancebo (mancepio) e a G.^o Peres e mulhér Maria Mendes de tôda a herdade que tinha em terra de Gondemar, Vallebom e Pinheiro. Preço, um maravidi. *Facta karta mense marcio sub era 1272^a*. Staphanus subdiaconus (notavit). N. B. Declara no fim o vendedor que tem *in casamento cum housenda petri de parte de illa hereditate V.^e morabitinos*.

A fls. 27 :

Carta da venda que fêz Maria Mendes e seus filhos a Men Suariz e Mem Strema e mulhér, da sua herdade que possuia em Gondemar nas Quintas de Quintam e Quintela. Tanto por compra como por herança (*de comparadela sive aviorum et filiorum meorum*) excepto duas leiras. Preço 40 maravidiz. *Facta Karta mense fevruario. era 1197^a*. Fernandus Diaconus notavit.

A fls. 28 :

Carta da venda que fêz Elvira Peres (petri) ao Deão e Cónegos da Igreja do Pôrto, de um casal na Quinta de Quintela, Termo de Gondemar *sub castro*. Preço 50 maravediz. *Facta karta mense julii in era 1252.^a* *in vigilia sancti jacobi Regnante Rege alfonso secundo portugaliae tempore secundi Martini portugalensis Episcopi.* Martinus acls (acólitus?), notavit.

A fls. 29 :

Carta de venda que fizeram Paio Glz, verva, e sua mulhér Ousendina e outros a Mendo Paes (Menendo pelagii) Deão e Cabido do Pôrto, de tôda a herdade que tinham em Termo de Gondemar, nos lugares de Quintam e Quintela, com a quarta parte de Pedro filho, seu tio que tinham havido por compra. Preço e revora — doze maravediz e meio. *Facta Karta Mense Madio,* era 1280.^a Por Mart.^o público Tab.^{ão} do Pôrto, que a notou e fêz seu sinal.

A fls. 30 :

Sentença. Pelo juiz de Gondomar — porque foi mantido o Cabido na posse de um mato, pertença do seu casal de Gondomarinho, contra a Abadessa de Rio Tinto que o demandava como seu, etc. Proc.^{or} da Ab.^a apelou. Em instrumento passado pelo T.^{ão} de Gondomar, Martim Doiz, ao pé do Crasto. Dez dias de Dezembro da era 1367.

A fls. 31 :

Instrumento de Protesto que fizeram os honrados Dom.^{as} Mrz e Pedre Annes D. Ab.^e de Ferreira e João Geraldes, Proc.^{or} do Cabido em seu nome e do B.^o e Igreja do Pôrto, contra a Provisão que alcançou João Roiz, ourives do Pôrto para se lhe aforarem (como de El Rei) os terrenos e terras a par da Azenha da Colmieira, por serem pertencentes às aldeias de Col-

mieira, Pinheiro, Cónega e Gondomar, terras da Igreja do Pôrto e não de El Rei. Feito perante o juiz de Gondomar — que *si ia só os carvalhos d'ante a porta da egreja de Gondomar (S. Cosmadi de...)* nos II dias de junho da era 1370. T.^{ão} Martim Doiz. (Ver atrás, a fôlhas 5, dêste livro XII).

A fls. 32 :

Prazo de vidas que fêz o Cabido a Vasco Annes do Crasto de um Moinho sito no lugar que chamam o *Brecaa!* acima *d'acena* (azenha?) do pomarinho (Gondomar?). Pensão, 1 maravedi. Feito no Cabido novo, dez dias andados de Novembro da era do S.^r 1432. Teve sêlo pendente.

A fls. 34 :

Sentença — pelo Juiz de Gondomar, por que havida inquirição de test.^{ss} julgou e decretou os limites e demarcação entre Campanhã e a Colmieira (e Fonte arcada), mandando pôr marcos. Disseram que o Termo de Campanhã partia com o Termo da Colmieira pelo Seixo branco e de aí pela Fonte dos Barcos e de aí ao Maranço direito à Pereira e de aí à Castinhr.^a. Oito dias andados de Novembro da era 1359. T.^{ão} (Gondomar) Nicolau Eannes. N. B. Vai por certidão no L.^o 53 das Snc.^{ss} a fs. 188.

A fls. 40 :

Carta da venda que fêz Men Dias e mulhér Elvira Tr.^a *una cum filiis nris* a Dom Dualter e sua mulhér de uma levada dos Moinhos de Campanham. Preço *unum vas argentei* (copo de prata?) *Facta Karta mense setembris sub era 1238.^a* Thomas notavit.

A fls 43 :

Prazo de vidas que fêz o Cabido a Alvaro Glz. da Maia, cavaleiro vedor da Fazenda de El Rei e mulher Maria Rodrigues da Testada que está sôbre o

Doiro, que é desde o Esteiro de Campanhã assim como vai a sôo o Crasto da Luêda até à Barroca do Lorigoô e vai sair ao caminho de Campanhã para a Cidade (em cuja Testada o caseiro devia fazer uma Pesqueira; e como é pertença da Quinta e Casais de Luêda emprazados ao Cónego Martim Esteves deu êste seu consentimento). Pensão 1 maravedi. Foi feito no Cab.^o novo, 6.^a feira II dias andados 'do mês de Setembro do ano do nascim.^{ta} de N. S. J. C. da era 1423. Teve sêlo pendente.

A fls. 44 :

Carta de Doação que fêz Gil Mrz (Egidius Martini) Padroeiro da Igreja de S. Cosme ao B.^o e Cabido do Pôrto de todo o direito e proveito (*omne jus et utilitatem*) que tinha na dita Igreja. *actum est hoc in civitate port.^{si}, tertio Kal.^s novbris* (30 de Outubro) era 1348.^a. T.^{ão} Dom.^{os} Abade. À direita do sinal público e como parte dele, escreveu *Jesus virgo virginem matrem discipulo virginis comendavit*. Com o sinal público também de Frc.^o André que declara em português... N. pugi aqui meu sinal.

A fls. 47 :

Prazo de vidas que fêz o Cab.^o da Sé a Pedro Annes e mulhér, moradores em Godim, freg.^a de Campanhan de um casal na mesma aldeia de Godim. Pensão 200rs brancos e duas g.^{as}. Lutuosa, outro tanto. Feito pelo Cónego Alv.^o Vaz, escrivão do Cab.^o, aos 17 de Setembro de 1491. Declara que se fizeram dois de igual teor, selados com o sêlo do Cab.^o; porém neste nem vestígios aparecem de sêlo pendente; seria que para o tirarem como fizeram aos demais, cortassem a tira do Pergaminho de que estava pendente?

Rs é abreviatura de *reaes*.

A fls. 48 :

Snc.^a (Sentença), porque o B.^o D. João manda conservar o Cab.^o na posse da Aldeia de Gontomil

pela demarcação antiga e limites que se declaram, condenando a Abadessa e Convento de Rio Tinto a largarem mão das terras que tinham usurpado da dita Aldeia. Dada aos 5 de Maio da era 1365; e intimada a Abadessa por Gil Garcia, Meirinho da Maia da mão de Vasco Pereira, Meirinho mór entre Doiro e Minho, resistiu dizendo que tinha apelado para Roma, e por isso não admitia a posse do Cab.^o e pede seu instrumento em que é incluída a dita sentença, aos 23 de Maio da dita era 1365. Foi feito e dado por V.^{co} Mrz. T.^{ão} da Maia.

A fls. 49 :

Prazo de vidas que fêz o Cab.^o a G.^{co} Vasques e mulhér do casal do Outeiro, sito na Aldeia de Contumil, frg.^{as} de Campanhan e do lameiro que trazia João Domingues e do quinhão da Devesa, cujo casal pertence às capelas que o Cab.^o administra e manda cantar na Sé. Pensão 10 libr.^s da boa moeda ant.^a (a 700 por uma) e um par de galinhas. Lutuosa, outro tanto, a saber: as libr.^s para as Capelas e as g.^{as} para o Cabido. Feito aos 15 de Junho de 1468 pelo Notário Gil Lourenço (Egidius Laurentii).

A fls. 50 :

Prazo de vidas que fêz o Cab.^o a Luiz Af.^o escrivão da Correição de Entre-Doiro e Minho e a sua mulhér, moradores nesta Cidade, do Casal do Oiteiro sito na Aldeia de Gontumil, freg.^a de Campanhan, pertença das Capelas e devoluto ao Cab.^o por morte de João Mrz. Pensão 17 libras da boa moeda antiga; a 700 por uma e duas g.^{as} para o Cab.^o pela administração. Lutuosa, outro tanto, na mesma forma. T.^{ão} Gomes Paes. 1480, Janeiro 22. Teve sêlo pendente. No verso tem o auto de posse. Index do

LIVRO XIII

A fls. 5 :

Prazo de um casal pertença da Igreja de Cam-

panhã feito pelo Reitor da mesma Igreja a Lourenço Peres. Renda, 7 maravediz vélhos. Ano... (está mui safado êste documento).

A fls. 6 :

Carta de venda que fazem Mendo Suares e mulhér ao B.^o D. P.^o e seus Cónegos da sua Herdade em Gondomar que fôra de Paio Alvitiz (tem amplas demarcações) por (LX — tinta diversa) e por extenso na mesma letra do Documento «cincoenta e cinco maravediz». Dezembro, era 1297. Usa X aspado.

A fls. 12 :

Prazo de três vidas feito pelo Cab.^o como administradores das Capelas, feito a Af.^o Annes e mulhér, de um casal na aldeia de Gontimil, freg. de Campanhã, chamado do Outeiro e do quinhão da Devesa, segundo é repartido às ditas Capelas. Renda do casal, 8 maravediz e da Devesa 20 soldos ao Pro.^{or} das capelas e um par de galinhas para o Cabido. Lutuosa, a costumada. 4 dias andados do Janeiro 1426.

A fls. 13 :

Prazo de três vidas feito pelo Cab.^o a Af.^o Andre e mulhér do casal do Covêlo São João da foz do Sousa. (Tem algumas confrontações). Renda, a 1.^a pessoa 14 lbr.^s e um par de gal.^{as}; a 2.^a e a 3.^a pessoas, 16 lbr.^s e um par de gal.^{as}. Outubro de 1429.

A fls. 14 :

Confirmação de Alv.^o Glz em Abb.^e de Campanhã. A apresentação é do Cab.^o e B.^o (5 de Julho de 1445, sendo B.^o D. Antam — Cardial do T.^o de S. Chrisogono).

A fls. 15 :

Doação do Padroado da Igreja de S.^{ta} Maria de Campanhã, que fêz João Lourenço ao B.^o D. Sancho e seu Cab.^o Kld.^s Aprilis, era 1336.

A fls. 18 :

Doação que fêz D. Toda de Veeriz ao B.^o D. Julião e seu Cab.^o de todo o Padroado que a mesma tinha na Igreja de Campanhã. 5.^a Nonas Decembris. Era 1297.

A fls. 19 :

Doação do mesmo Padroado, ao dito B.^o e Cab.^o por Teresa Mendes de consentimento de seu marido Pedro Estévão. Non.^s Decbris. Era 1297.

A fls. 20 :

Doação do mesmo Padroado e parte que lhe compete por Teresa Peres (petri). 4.^a Kalendas Januarii Era 1298.

A fls. 21 :

Doação do mesmo Padroado, por Maior Mrz ao mesmo B.^o e Cab.^o. Mense Marci in feria tertia, 2.^a ilus ante Kalendas Aprilis. Era 1298.

A fls. 22 :

Doação do mesmo Padroado do teor das acima por Martim Vicente. Non. Februarii. Era 1297.

A fls. 23 :

Doação do mesmo Padroado por D. Toda Peres, filha de P.^o Favila. 3.^a Kal. Febr.ⁱ Era 1298.

A fls. 24 :

Doação do mesmo Padroado e do teor das antecedentes, por P.^o Suares Alvim. II.^a Kld.^s Octbris. Era 1297.

A fls. 25 :

Doação do mesmo Padroado por Sancha Peres, filha de P.^o Paes da Idanha. 2.^a Kld.^s Aprilis. Era 1297.

A fls. 26 :

Doação do mesmo Padroado por Paio Pais, Ab.^e de Paço de Sousa, e seu Convento. 4.^o Idus, Decbris. Era 1297.

A fls. 27 :

Doação do mesmo Padroado por Fernando Rodrigues Boto de Mouriz. 5.^o Kald.^s Octbris. Era 1297.

A fls. 28 :

Doação do Padroado da Igreja de S.^{t_a} Maria de Campanhã, feita ao B.^o do Pôrto D. Julião e a seu Cab.^o por Martim Mendes, compatrono nela. 1.^o Kld.^s Martis. Era 1298.

A fls. 29 :

Doação do mesmo Padroado por Nuno Fernandes. 17.^o Kld.^s Januarii. Era 1297.

A fls. 30 :

Doação do mesmo Padroado por D. Frunilo Diogo. 18.^o Kld.^s Januarii. Era 1297.

A fls. 31 :

Doação do mesmo Padroado por Egas Peres (petri). 3.^o Kld.^s Debris. Era 1297.

A fls. 32 :

Doação do mesmo Padroado por Martim Suares de Monterozo. 3.^o Kld.^s Decbris. Era 1297.

A fls. 33 :

Doação do mesmo Padroado por Mendo Suares de Merloo. 5.^o id.^s Martis. Era 1297.

A fls. 34 :

Doação do mesmo Padroado por Lourenço Peres de Matos (ou Mateus). 1.^o Kld.^s Aprilis. Era 1297.

A fls. 35 :

Doação do mesmo Padroado por Martim Estévam.
4.^o Idus Aprilis. Era 1297.

A fls. 36 :

Confirmação de João de S.^{ta} Maria, meio cônego na Sé do Pôrto, em Abade de Fânzeres. Apresentação do Cabido, pelo Cardial B.^o do Pôrto, D. Antão. 28 de Junho de 1442.

A fls. 37 :

Doação do Padroado de S.^{ta} Maria de Campanhã ao B.^o D. Julião e Cabido, pelo compatrioto na mesma Igreja, Egídio Estévam. 4.^o Idus Aprilis. Era 1297.

A fls. 38 :

Doação do Padroado de Campanhã pelo compatrioto João Estévam. 14.^o Kald.^s Januarii. Era 1297.

A fls. 39 :

Doação do mesmo Padroado por D. Toda Gomes.
6.^o Idus Julii. Era 1297.

A fls. 40 :

Doação do mesmo Padroado por Maria viliani de juguario. 14.^o Kld.^s Julii. Era 1297.

A fls. 41 :

Doação do mesmo Padroado por Sancha João. Mense Aprilis die beati Tiburtii. Era 1298.

O copista esclarece: «Este documento está retocado por tinta diferente e avivadas assim as letras; foi feito pelo Notário o Monge João Annes e selado de sêlo pendente pelo D. Abade de Tarouca, cujo sêlo, assim como quase os de todos os documentos do Cartório, foi tirado mui de propósito — talvez para mais comodidade quando redigiram a Livros os originais ou melhor, quando fizeram esta embrulhada e que se conservam em uma saquinha no Armário *Foraes* com seu

Letreiro, para memória desta péssima, bárbara e indesculpável obra».

A fls. 42 :

Doação do mesmo Padroado por Estévam Peres.
4.^a Idus Debris. Era 1297.

A fls. 43 :

Doação do mesmo Padroado, por Maria Diogo de Mouriz. Idus Junii. Era 1298.

A fls. 44 :

Doação do mesmo Padroado, por Maria Peres, ir. de Nuno Fachelas. 4.^a Idus Debris. Era 1297.

A fls. 45 :

Doação do Padroado da Igreja de Campanhã por D. Toda de Fornelos ao mesmo B.^o D. Julião e seu Cabido. Nonis Februarii. Era 1298.

À margem : N. B. «Supradita D. Toda mando Martino Johanis Tabellioni Civitatis Portuens. quod presentem cartam in suo Registro rescribat». Index do

L I V R O X I V

A fls. 4 :

Carta de Venda que fêz Maria Viegas e filhos ao Cabido de tôda a sua herdade na Igreja de S. Veríssimo de Valbom, por trinta e quatro maravediz; e Doação do Padroado da mesma Igreja de Valbom ao Cabido. Março. Era 1280.

A fls. 37 :

Doação que fêz ao B.^o do Pôrto D. P.^o, Diogo Paes e mulhér Hermesenda Diogo da sua herdade de Valbom, de S. Miguel e de Quintela. 4.^a Kld.^s Augusti. Era 1182.

No reverso se lê escrito em letra que parece do século XIV: *em terra de Gondomar.* Index do

L I V R O X V I I

A fls. 6:

Sentença por Juízes Árbitros, da demarcação e termos do Mosteiro de Rio Tinto e Gondomar (Gontemir) no tempo da Abadessa D. Maria Rodrigues e do B.^o D. Vicente. 5.^a Kld.^s Junii. Era 1300. Index do

L I V R O X X

A fls. 27, tratando-se da doação do casal de Avioso, freguesia de S. Pedro de Avioso, feita por Afonso Dôiz, e mulhér, ao cabido do Pôrto, se acrescenta: «e da mesma sorte os ditos mandam empossar o Cabido de metade do casal de Pinheiro, na freguesia de S.^ta Maria de Campanhã e outro sim dum quarto do casal do Pinheiro e outro quarto é de Rio Tinto e igualmente da metade da Azenha, no lugar de Bomjui (Baguim?) freguesia de Campanhã e da metade da Devesa e vinha e Tapado — que tudo pertence à dita Azenha; e da mesma sorte de tôdas as herdades de Luzezeres na mesma freguesia». Index do

L I V R O X X I

A fls. 2:

Composição e avença entre o Cabido e a Abadessa de Rio Tinto sôbre as arrotorias feitas pelos de Rio Tinto além das Pias; concordam em que colhidos os frutos pendentes fiquem sem cultura para pastos e matos

dos de Vila-Cova e Gontemil, ficando reservado e salvo o direito a quem pertencer. 2 de Junho. Era 1364. Index do

LIVRO XXIV

A fls. 27 :

Escambo que fêz o Cabido com João Glz e mulhér de um campo sob a Ponte de Campanhã e outro pequeno de campo acima da Ponte dita, e a Água que sai do Douro pelo Esteiro acima por uma ametade de casas de herdade que o dito João Glz tinha na Rua da Bainharia (tudo com suas confrontações). 15 de Julho, 1447. E no fim se lê a outorga pela mulhér do dito João Glz; e no reverso, o instrumento de posse. Index do

LIVRO XXVIII

A fls. 23 :

Doação que fêz ao Cabido Inez Pires, viúva de Gc.^o Annes Peixoto, de um quarto da Azenha de Tiraz, em Campanhã e de um quarto das casas em que morava na Rua das Eiras e ametade das casas em que vive Guiomar Af.^o a par do Pelourinho, e a quarta parte das casas da Lada; com obrigação de lhe darem sepultura na de seu marido na Sé e de 4 aniversários, com horas e Missa officiada, em dias determinados. 10 de Julho. Era 1460. Seguem-se os instrumentos de posse e um de declaração que vai emendado no extracto. Index do

LIVRO XXX

A fls. 33 :

Instrumento em pública forma que contém o Prazo da herdade do Barraguino em Campanham (tem confrontações) feito pelo Reitor da mesma Igreja e pertença da mesma, ao Deão D. João. Renda — maravedi

e meio, cujo prazo é confirmado e aprovado pelo B.² D. Vic.^{te} e pelo Deão em testamento deixado a uma sua sobrinha e por morte desta ao Cab.^o do Pôrto para um aniversário. 6 de Junho. Era 1370. (Data da pública-forma).

*
* *

O *Index dos Originais* abre com o conteúdo a fls. 2 do original: «Alvará d'El-Rei D. Duarte em que determina que o Bispo e Cabido do Pôrto não sejam perturbados da sua posse, nos seus Coutos, Jurisdições, Direitos, etc. Em Santarém, 18 de Novembro. Ano de 1435. É cópia autêntica do ano de 1441, e tem cópia em 1769».

TERMOS DA CIDADE DO PORTO (¹)

ANTIGAS POPULAÇÕES

Em tempos de D. João I (1391), tratando Vasco Fernandes da avaliação demográfica do Porto e o conto arbitrado de besteiros que lhe eram taxados, diz o Sr. Dr. Ricardo Jorge (*Demografia e Higiene da Cidade do Porto*) que o rol não nos diz precisamente «que Porto era esse o que dava os 40 besteiros, computado em 8.500 habitantes; e, por via de regra, os que têm assinado ao Porto cifras censuárias, correspondentes a épocas passadas, as manejam e compararam como se se tratasse sempre de idêntico território».

No apuramento de Vasco Fernandes aparecem sobre si as zonas comarcas limítrofes do Porto, como eram os julgados de Azurara, de Refoios, de Aguiar de Sousa, de Penafiel, de Gaia, da Maia, a que pertencia Paranhos, e de Bouças, a que pertencia Foz e Lordelo. Parece que estes termos foram excluídos da contagem; os que

(¹) Amplio neste cap. o que se disse no 1.^o vol., pág. 100.

lá não vêm e não se sabe se foram metidos ou não no Porto, são o couto de Cedofeita a que pertencia Massarelos, o julgado de Melres e Gondomar, que continha Campanhã. Seja como for, este número de 8.500 moradores atribuído ao Porto e arrabalde mais chegado, não deixa de contrastar com os testemunhos coevos do engrandecimento e prosperidade da cidade. Pois o Porto que foi chamado a entrar no conselho de estado que as cortes impuseram a D. João, ao lado de Coimbra e Évora, estaria em tamanha desproporção de gentes? Em 1436, nos famosos capítulos das cortes de Évora, o Porto intitulava-se já sem disputa o segundo membro de Portugal. É verdade que D. Fernando deu ao Porto para seu termo o julgado de Melres, em 1369, a pedido dos homens bons que lhe disseram ser a cidade de pouca «companha» e não povoada, como cumpria; queriam, segundo se exara na carta régia, maior termo, para que se pudesse melhor povoar e ser mais honrada e abundada das coisas que aos moradores dela fossem mister.

Mais tarde, em 1475, D. João II mandou inquirir com exactidão quanta gente poderia haver, nesta cidade e seus termos, de 18 a 60 anos de idade, capaz de pegar em armas. A Câmara acordou que se fizesse o recenseamento com toda a consciência, inscrevendo-o em róis autênticos e dele encarregou pessoas de sua confiança, para apurarem as listas, quer na cidade, quer nos julgados limítrofes. Diz o autor, em nota (pág. 106), que foram sete os recenseadores respectivamente para a cidade, Gaia, Gondomar, Refoios, Aguiar de Sousa e Penafiel. O termo da cidade, portanto, tocava já desde D. João I, uma grande parte das raias do distrito actual, isto é, seguia o litoral da Foz do Douro até Azurara, à foz do Ave, partia com o termo de Barcelos e Guimarães, desandando para Leste a tocar em Felgueiras e Lousada e, encontrando o Tâmega, fechava em Entre-ambos-os-rios; para lá do Douro, desde Arnelas, abrangeia toda a Gaia até à Vila da Feira.

A POPULAÇÃO DO MINHO EM 1527

Muitos escritores antigos com o intuito de encarrecerem as grandezas de Portugal, descreveram o nosso País mais populoso do que de facto ele era; mas alguns documentos que nos restam mostram que o número de habitantes era muito menor do que o indicado nas estatísticas de então.

De uma nota dos besteiros que os municípios deviam dar para o serviço militar em 1422, conclui-se que a população orçava por 1.010.000 almas; de um recenseamento feito em 1527⁽¹⁾ deduz-se que o reino

(1) Em 17 de Julho de 1527 expediu D. João III, de Coimbra, cartas régias aos corregedores das comarcas para fazerem o arrolamento dos moradores em cada cidade ou vila, bem como nos arrabaldes e termos de cada uma.

Nesse ano fizeram-se pois os recenseamentos das comarcas ou províncias do Minho, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve; o de Trás-os-Montes concluiu-se em 1530. A conta não foi feita por pessoas ou habitantes, mas apenas pelo número de fogos. No Minho contaram 55.099 fogos; ora calculando que cada fogo em média teria quatro moradores, temos que na província do Minho, em que se inclui o nosso concelho, haveria 13.777 pessoas, pouco mais ou menos no primeiro quartel do século XVI.

O P.^r António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, diz que a cidade do Porto é cercada de soberbos muros com eminentes torres (fábrica de Dom Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga) com cinco portas que são a Porta Nova, a da Ribeira, a do Cimo da Vila, a dos Carros e a do Olival: suas ruas são mui alegres, todas lajeadas; as principais são a Rua Nova, obra do rei D. João I e a rua das Flores, que mandou fazer o rei D. Manuel I. Tem três paróquias: a da Sé, com 1.507 vizinhos — pessoas maiores 6.057 e menores 291; a de S. Nicolau com 800 vizinhos — pessoas maiores 3.105 e menores 249; e N.^a S.^a da Vitória, com 704 vizinhos — pessoas maiores 2.643 e menores 100. Fora dos muros em os arrabaldes tem duas freguesias: S. Pedro de Miragaia, com 384 vizinhos — pessoas maiores 1.181 e menores 120; a segunda é Santo Ildefonso, com 589 vizinhos — pessoas maiores 1.923 e menores 211; com que toda a cidade e seus arrabaldes tem 3.990 vizinhos — 14.900 pessoas maiores e 965 menores. Conta esta cidade

tinha 1.326.000 habitantes; da resenha dos homens de 18 a 50 anos, capazes de pegarem em armas, ordenada em 1580, pode conjecturar-se que Portugal contava 1.080.000 almas; e o recenseamento feito com exactidão em 1639 leva a crer que a população regulava por 1.200.000 almas. Em 1732 calculava Luiz Caitano de Sousa, na sua *Geografia Histórica*, que o reino tinha 2.143.368 almas; em 1768 Soares de Barros avaliava a população em 2.497.698 habitantes. No recenseamento de 1878 numeraram-se 4.160.315 almas.

Modernamente, isto é, pelo Decreto de 21 de Novembro de 1895, foi alterado o território municipal do Porto, porque se lhe juntaram mais as freguesias de Bouças, — Aldoar, Nevogilde e Ramalde; e do lado oriental da cidade, cortou-se caprichosamente o terreno, de modo que Campanhã foi decepada ao meio, ficando metade

8 conventos; e fora dos muros 4; as ermida são 10. Diz que de todas as igrejas, a mais sumptuosa é a da Sé, que consta de três naves, com muitas e excelentes capelas, especialmente a maior que edificou o bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes. Tem a Sé oito dignidades: deão, chantre, mestre-escola, tesoureiro-mor, arcediago do Porto, arcediago de Oliveira, arcediago da Régua, e arcipreste, doze cônegos e cinco meios cônegos, dez bachareis e quatro meios bachareis. O deão apresenta a Câmara Apostólica e tem duas concessões que os frutos da Igreja da Sovoreira sua anexa lhe renderão 2 mil e tantos cruzados; o chantre tem duas concessões; o mestre-escola outras duas; o tesoureiro-mor uma concessão; o arcediago do Porto outra; o arcediago de Oliveira duas; arcediago da Régua outras duas e o arcipreste tem duas concessões; renderá cada uma mil cruzados e as meias concessões 180 mil réis; as bachelarias renderá cada uma 60 mil réis e as quatro meias bachelarias 30 mil réis e todas, fora o deão, apresenta e cola Bispo.

Depois diz que este bispado do Porto compreende quatro comarcas: a da Maia, que tem 74 freguesias; a de Penafiel, que tem 102; a de Sobre-Tâmega, com 70 e a da Feira, com 90; total 342. Há 49.650 vizinhos e 176.978 moradores.

Em seguida cita os nomes de todos os bispos, desde S. Basílio até D. Fr. José de Saldanha, mais de 60, relação bastante errada. A melhor é a que apresentam as *Memórias Arqueológico-Hist. da Cid. do Porto*, 1923, de Mons. A. Ferreira.

cortada do Porto e retalhada por três freguesias, Rio Tinto, Fânzeres e Valbom. De Rio Tinto destacaram um largo pedaço, despovoado, apenas com os dois insignificantes lugares de Ranha e Vila Cova, que se adicionaram a Campanhã. Paranhos também sofreu, porque a Norte perdeu, a favor de S. Mamede, e ganhou a Leste à custa de Águas Santas e Rio Tinto.

As freguesias eclesiásticas nada sofreram, todavia; foi, pois, apenas uma divisão concelhia e administrativa.

Gondomar (o concelho), em 1864, contava 20.731 habitantes; em 1878, 24.216; e em 1890, 31.053. Vê-se, pois, que no espaço de 26 anos, a sua população teve o aumento de 10.322 habitantes. Comparado este aumento com os restantes concelhos do distrito, reconhece-se que acima da média estão, como concelhos mais florescentes, além do do Porto, Bouças e Gondomar. Preciso se torna aclarar que pela posterior circunscrição do Porto, o Decreto de 13 de Janeiro de 1898 veio alterar a demarcação concelhia da cidade, de que tínhamos falado. Campanhã inteira regressa ao Porto. Outras alterações se deram com respeito a Paranhos e Ramalde.

Da estatística demográfica moderna falaremos noutro capítulo.

Seguindo a ordem cronológica, vejamos o estado da povoação de Entre-Douro-e-Minho no século XVI. O que pudemos colher, vem no *Arquivo Histórico Português*.

Por cartas régias expedidas de Coimbra a 17 de Julho de 1527, ordenou D. João III a cada um dos corregedores⁽¹⁾ das seis comarcas em que o reino

(1) Foi no século XIV que em Portugal foi criado o oficial de corregedor, que era a mais alta e mais importante magistratura da Nação. Os corregedores presidiam às comarcas e nelas eram os chefes da Justiça, representando os monarcas, curando do abuso das leis ou da falta de seus cumprimentos,



então se dividia, que mandasse fazer por um escrivão da sua correição o arrolamento dos moradores existentes na área do seu distrito, como já se disse.

Determinou o Soberano, que o Escrivão encarregado do recenseamento fosse a cada uma das cidades, vilas e lugares da comarca; que em cada um desses sítios assentasse, num livro especial, o número dos moradores existentes, tanto no corpo da cidade, ou vila, e seus arrabaldes, como nos termos de cada uma delas, declarando por seus nomes as aldeias encontradas nos mesmos termos e quantos moradores em cada uma delas e assim mesmo quantos vivem isolados em quintas, casais ou herdades. Prescreveu também que ele tomasse nota de quantas léguas cada cidade e vila tem de termo para cada parte, e bem assim das confrontações de cada um dos termos. Ordenou finalmente que o censo se fizesse mesmo nas terras privilegiadas, onde o Corregedor não entrava a fazer correição e a tudo deu grande pressa.

É um documento histórico de alta valia, como

vigiando sobre a vassalagem devida à primeira soberania, supervisando nos tributos ou contribuições, obstando às violências, inspecionando a polícia e a ordem pública, promovendo os interesses da agricultura, comércio e indústria, etc.

Para se avaliar da grandeza da jurisdição dos corregedores, a quem a lei de 10 de Março de 1761 chama *primeiros Magistrados da sua comarca, e Presidentes da Justiça dela*, basta ler as palavras da Ord. Liv. II, tit. 45, § 8, no princípio: «E porque a Correição he sobre toda a Jurisdição como cousa que esguarda a Superioridade, e o maior e mais alto Senhorio, a que todos são sujeitos, a qual assi he unida, e conjunta ao Principiado do Rei, que a não pôde de todo tirar de si».

No tempo de D. João I ainda era *Meirinho Mor* da comarca de Entre-Douro-e-Minho, Rui Mendes de Vasconcelos. *Corregedor, meirinho* ou *adiantado* eram termos então sinónimos. Os *adiantados* foram extintos por D. João II. Segundo Cabedo (Dec. I, n.º 21, Part. I), também se chamaram *Regedores da Justiça*. D. João III tornou as comarcas muito mais pequenas e incumbiu aos corregedores o ofício de provedores, para melhor administração da Justiça.

afirma o Sr. Costa Lobo, na *História da sociedade em Portugal*, I, 28.

Intitula-se : *Lyvro do numero que por mandado del Rey nosso Senhor se fez das cidades e vylas e loguares d'Amtre Doyro e Mynho e moradores delas e termos e asy com que partem, por carta del Rey nosso Senhor (Tem escrítas quarenta folhas). O quoall fez Alvaro Vaz escriviam de Sua Alteza na dicta comarca e correiçom.*

Segue-se a ordem do Rei e a devassa principia pelo concelho da Nóbrega (Ponte da Barca). A nós interessa-nos *A cidade do Porto del Rey nosso Senhor*, pois a ela pertence o julgado de Gondomar.

Transcrevemos deste extenso documento o que importa ao concelho. Ao citar as terras que pertencem ao Rei, refere :

Tem mais o lloguar de Mellrres junto quoattro leguoas da cidade tem civil e cryme peggado no Doyro he senhor delle dom Jorje tem moradores, 78. — Tem mais no termo huua leguoaa ao redor da cidade os coutos de Çedofeita e o de Campanhã e o de Rio Tinto e o de Paranhos que tem o civell todos em que moram, 310. Mais abaixo :

Item Tem mais o jullguado huua leguoaa o julguado de Guondomar vyvem nelle per casaes e freguesias os moradores seguyntes. Em Sam Joham da Foz de Sousa nelle moram, 53 moradores — a freguesia de Jovym e Ataes, moram 31 — Sam Cosmade, 81 — a freguesia de Vallboo, 38 — a freguesia de Famzeres, 57 — Sam Pedro da Cova, 26 moradores. Eram, portanto, ao todo, 286 os habitantes de Gondomar, em 1527.

Não se incluíam neste julgado as freguesias de Rio Tinto, Melres, Medas, Covelo e Lomba.

Quanto ao ano de 1623, primeiro quartel do século XVII, D. Rodrigo da Cunha, no *Catálogo dos Bispos do Porto*, dá-nos a seguinte população da comarca de Penafiel, população distribuída pelas freguesias que compunham então o concelho de Gondomar :

S. Cristóvão de Rio Tinto, 691 pessoas e 199 menores.

S. Pedro da Cova, 108 pessoas e 22 menores.

S. Maria do Covelo, 97 pessoas e 20 menores. É anexa de *S. João de Sousa*, que é do Mosteiro de Cete.

S. Maria das Medas, 174 pessoas e 36 menores. É anexa da Comenda de Cristo, de Lever.

S. Maria de Melres, 385 pessoas e 104 menores.

S. João de Sousa, 250 pessoas e 47 menores. É unida ao Mosteiro de Cete.

S. António da Lomba, 102 pessoas e 28 menores. É anexa de Melres.

S. Cruz de Jovim, 141 pessoas e 37 menores.

S. Cosme de Gondomar, 530 pessoas e 116 menores. É Comenda de Cristo.

S. Veríssimo de Valbom, 200 pessoas e 41 menores. Ao todo, 3.328 moradores.

Cem anos depois, como verificamos no tomo II, da *Geografia Histórica*, de D. Luiz Caitano de Lima, ed. de 1736, com respeito à população de Gondomar no ano de 1732, esta aumentou consideravelmente e o concelho ficou sem algumas freguesias.

Lista das *almas* que havia no ano de 1732, no concelho de Gondomar :

<i>S. Cosme de Gondomar</i>	1.495	almas
<i>Santa Maria de Campanhã</i>	1.565	"
<i>S. Cristóvão de Rio Tinto</i>	1.579	"
<i>S. Salvador de Fânzeres</i>	949	"
<i>Santa Cruz de Jovim</i>	495	"
<i>S. Pedro da Cova</i>	386	"
<i>S. João de Sousa</i>	670	"
<i>S. Veríssimo de Valbom</i>	742	"
<hr/>								Total	7.881
									"

Pertenciam então ao *Concelho de Aguiar de Sousa*, as freguesias de *Santa Maria de Covelo*, com 221 almas e *Santa Maria de Medas*, com 311 almas.

Não pertencia ao actual concelho de Gondomar a freguesia de Melres.

Campanhã, como se vê, pertencia ainda ao nosso concelho; mas já em 1787 foi compreendida na Cidade do Porto, com 868 fogos e 3.184 habitantes, por Rebelo da Costa.

IGREJAS PAROQUIAIS, MOSTEIROS E ERMIDAS DE GONDOMAR, EM 1650

Pereira de Novais ocupa-se apenas, como já fica dito, da vida religiosa ou movimento eclesiástico, pois o título da obra — *Episcopólogo* — esclarece bem o seu fim.

De Gondomar, cujas igrejas pertenciam à comarca de Penafiel de Sousa⁽¹⁾, recorda a freguesia ou igreja de Rio Tinto (da qual faz um extenso relato, na maior parte já conhecido), a de S. Pedro da Cova, de Medas, de Melres, da Sousa, de Covelo, da Comba (queria dizer Lomba), de Jovim, S. Cosme e Valbom. Não fala da igreja de Fânzeres. E pouco mais há a arquivar do meado do século XVII.

Vai mesmo em castelhano :

DE LAS IGLESIAS PARROCHIALES Y MONASTERIOS Y HERMITAS DE LA COMARCA DE PEÑAFIEL DE SOUSA, EN EL OBISPADO DE LA CIUDADE DE O PORTO

Entro en la descripcion del tercero distrito de Visitacion del obispado de la Sancta Iglesia de o Porto, que es la de Peñafiel de Sousa, Rico y amaeno y en donde ay Muchas y Rendozas Iglesias, grandes y obse-ruantes Monasterios y grande Devucion de Oratorios

⁽¹⁾ *Episcopólogo*, II parte, vol. IV, pág. 233 (ed. da Bibl. P. M. do Porto — 1918).

y hermitas en los Vezíños deste partido, cuya Primer Visita se comienza bien cercana a nuestra ciudad, pues no dista della siñò poco más de legua y media, siendo la Primera Iglesia :

— S. Christoual de Rio Tinto, que se dise assi de Vn Riachuelo que alli naçé y se Va a meter luego en el Rio Duero, el qual, porque en aquella Real Batalla que, al Rey de Cordoua, Abderramen, Diò en este sitio el Señor Rey Don Ordoño II, en que le matò grande copia de Moros, quando Vino a descercar al Conde Hermenegildo, Abuelo de San Rosendo, que Defendia a nuestra ciudad y en ella estaua sitiado del grande exercito deste Rey Moro, fuè tanta la Sangre de los muertos y Vencidos Moros, que trocò sus Christalinas agoas en Roxo y pura sangre, con que corrió por muchos dias, que fuè causa de llamarsse assi, como ya tenemos dito. Tiene esta feligresia dos Hermitas — Nuestra Señora de Agosto, ò de la Assunpcion, y San Sebastian. Fuè esta Iglesia Monasterio de Religiosas de nuestra Sagrada Religion de S. Benito, y Vno de los que, por los años de 1518, incorporò el Señor Rey D. Manuel, de gloriosa memoria, por Bullas del Summo Pontifice Leon X, en el Real Monasterio de la Encarnacion ò del Aue Maria, de nuestra ciudad. Su fundacion fuè por el año de 1062, Reynando el Rey Don Fernando, el Magno, el que gañò a la ciudad de Coimbra. Su fundador fuè Don Diego Tructisindez, con sus hijos, Tructesindo Dias, Gonçalo Dias y Doña Vnisco, ò Inez Dias, que odtaron de Mucha hacienda de tierras y Propriedades suyas y de que eran Señores, y Vniendole dose Iglesias de Praesentacion, y de que el mesmo Monastério fuè Patrono. I fuè este Monasterio tan obseruante que el Señor Rey Don Alonso Enríquez, en 20 de Mayo del año de 1141, setenta y nuebe años despues de su fundacion, el señalò, mouido de su obseruancia, el coto de su Jurisdicion, dandole muchos Priilegios, siendo Abbadessa Doña Hermessenda Gutierrez, que era de la Familia de los

fundadores. E Señor Rey D. Alonso, el IV de Portugal, llamado el Brauo, Declarò por Sentencia Real Suya, en Contradictorio Juicio, esta Jurisdicion, añadiendo de gracia que las Abbadessas deste Insigne Conuento fuessem Juezes de Apelacion de los Juezes Ordinarios del Coto, e que de dichos Juezes Valiesse la Apelacion para delante da dicha Abbadessa, y que de la Sentencia que ella promulgasse solo se pudiesse appellar par el Rev, y no a otro Juez alguno. Quando este Monasterio fuè Vnido al del Aue Maria, Era Abbadessa Doña Inez Borges, Persona de mucha Virtud y nobleza. De todo lo qual se puede Ver al R.^{me} P.^e M.^o fray Leon de Santo Thomas, tom. 2, de su *Benedictina*, tract. 1.^o, Part. IIII, cap. 9, fol. 256; y dise que Vale al Monastério de la Encarnacion de o Porto más de 3\$ Ducados, em moneda Castellana. Del Archiuo deste Real Monasterio de o Porto Consta que, aun en el año de 1584, u 29 de Agosto, Era esta Señora aun Abbadessa assistente en Rio Tinto, como se Infiere de Vna Praesentacion que hizo de la Iglesia de Guisande, y, el año siguiente de 1585, entrò en el Real del Aue Maria. El Coronista General de los Canonigos Regulares de San Agustin, de la Congregacion de Sancta Cruz de Coimbra, lib. 6, cap. 2, n.^o 14, fol. 275, intenta prouar como el Monasterio de San Christoual, de Rio Tinto fuè en sus Primeros fundamentos de Canonizas de su Orden, Porque disc que del Monasterio Duplice de Moreira, que era de su Orden, fueron desse Monasterio de Moreira, y que mudaron el Habito de Canonigas en el de nuestro Padre San Benito; y trae para comprouacion desto el Casso Moderno que ha suscedido ha pocos años, en la ciudad de Coimbra, con las Monjas del monasterio de Santa Anna, que en su Reedificacion, siendo antes de Canonigas de San Agustin, Mudaron el habito de Monjas Hermitanas de su Religion, y que assì acà Suscediò lo mismo com las Monjas de San Christoual de Rio Tinto, que, siendo Canonizas de su orden en el Monasterio de Moreira, em Rio Tinto, se hizieron Monjas Benitas;

y añade que la Quinta de la Retorta, que oy lleua el Monasterio del Aue Maria de la ciudad de o Porto, junto a la Villa de Azurara, fuè del dicho Monasterio de Moreira, y que, Vniendose a este Conuento de o Porto el Monasterio de Rio Tinto, fuè Causa de Posseyer esta hacienda. Todo lo qual pide Prueba de escriptura, y, no la auiendo, como no la ay, todo se queda em Pensamiento Phantastico; y assi auia de traer para esto algun Priuilegio ò otra Cosa autentica, en que se declarasse; y, supuesto no lo trae, porque no le ay, solo se le puede dezir que lo Phantasiò, con el fundamento de Ver que Don Diego Tructisendez fundò el Monasterio de Rio Tinto por los años de 1062, Con sus hijos, y allaria que Don Egas Tructezindes Doctò al Monasterio de Moreira ciertas heredades em Gontam, abaxo de Piedras Rubias, donde tieno su sitio Moreira, por el año de 1090, le parecia que Don Diego Tructesindez es lo mesmo que Don Egas Tructesindez, y puede ser que sea assi; pero, para dezir que fue el que fundò este Monasterio de Rio Tinto, y que en su principio fuè de Canonizas de San Agustin del Monasterio de Moreira, menester es traer escriptura para que se descubra la Verdad, y no dexarla solo en dicho, que puede seer Phantasiado solo e de Memoria. Porque nunca el Monasterio de Rio Tinto fuè filiacion de Moreira, ni en el se conocieron Canonizas Reglares, sinò siempre de su origen fuè de Monjas Benitas, como consta del Archiuo del Real Monasterio del Aue Maria de la ciudad de o Porto, y la Quinta de Retorta la puede gozar ò por compra ò por dotacion, y no por la Trasmigracion de las Monjas a Rio Tinto; quanto y Mäs que deue mostrar escriptura de como esta quinta fuè Primero del Monasterio de Moreira.

2] Esto assi dicho remissiuè, se sigue la Visita deste Partido la Iglesia de : — S. Pedro da Coua».

Segue-se o relato da igreja de S. Mamede de Valongo, S. Martinho de Campo, etc., com suas res-

pectivas ermidas; e no capítulo seguinte (CXXII, pág. 245) intitulado :

**PROSIGUE LA FUNDACION DEL MONASTERIO
DE PAZO Y DE LOS OTROS DEL PARTIDO DE
PEÑAFIEL, COM SUS PARROCHIAS Y HERMITAS,
EN EL OBISPADO DE LA CIUDAD DE O PORTO**

A pág. 256, fala de Santa Maria de Covelo e diz : *És anexa de San Juan de Souza y ambas del Monasterio de Zete.* E segue :

— «Santa Maria de las Medas †. Hermitas, Nuestra Señora de la Assuncion, San Salvador. Es comenda de Christo, de Lagares, del Orden de Christo.

— Santa Maria de Melres. Hermitas — Nuestra Señora de la Amoreira, Santiago, Santa Irene.

— J. Juan de Sousa. Hermitas — Santa Cruz, S. George, S. Roque, S. Ouividio.

Está Vnido al Monasterio de Zete.

— S. Antonio de la Comba (Lomba). Hermita — Santa Eufemia.

— Santa Cruz de Juuim. Hermita — Nuestra Señora de las Nieves.

— S. Cosme de Gondomar †. Hermitas — S. Andres, Santo Isidro. Es Comenda de Christo que Vale 1\$ Ducados.

— S. Verissimo de Valbom. Hermita — S. Roque.»

E mais nada. Muito mais nos elucida em 1766, a *España Sagrada*, tomo XXI, de Fr. Henrique Florez, que tratando do bispado do Porto, diz que «para melhor ordem de visitar a diocese, se dividiu em quatro comarcas⁽¹⁾ — Feira, Maia, Penafiel e Sobre-Tâmega. Delas tratam Cunha, Carvalho, Lima e a *Constituição moderna do bispado*, impressa em 1690. Esta é a mais pontual

⁽¹⁾ No vol. I do *Mapa de Portugal*, de João Baptista de Castro, se lê que toda a província do Minho, compreendida

e dela formou um Catálogo individual o R. P. M. Fr. Manuel da Cruz, Agostinho, por ordem alfabética, para usá-lo com maior facilidade.» Ora as igrejas de Gondomar pertenciam à comarca de Penafiel. E sobre os limites desta comarca, diz Florez: «Esta confina com a precedente (a da Maia) por Oriente. Passa por o pequeno Rio Tinto que se mete no Douro antes do Porto e desde o Tinto corre a comarca até ao Tâmega (também ao Oriente) por espaço de sete léguas. O Douro é limite meridional. Por Norte confina com o Arcebispado de Braga. Incluiu 102 paróquias.» Este autor refere o número de habitantes (pessoas), os fogos (vizinhos), número de capelas (ermidas) e a distância a que cada freguesia fica da cidade. Vejamos apena:

COMARCA DE PENAFIEL

S. Cosme de Gondomar. Reitoria. 595 vizinhos. 1.761 pessoas. Renda 90\$ rs. Ermidas, S. André, S. Isídio, Santo António e o Rosário. Dista uma légua.

S. Cristóvão de Rio Tinto. Vigararia. 707 vizinhos. 2.017 pessoas. Renda 400\$ rs. Ermidas, S. Se-

entre os rios Douro e Minho tinha só seis comarcas, a saber: três ouvidorias — de Barcelos, Valença e Braga; e três correições — de Guimarães, Viana e Porto.

A correição do Porto constava de:

Uma cidade — o Porto.

Três vilas — Melres, Póvoa e Vila Nova.

Treze concelhos — Aguiar de Sousa, Avintes, Baião, Bemviver, Gaia, Gondomar, Lousada, Maia, Penafiel de Sousa, Penaguião, Portocarreiro, Refoios de Ribadave e Soalhães.

Sete coutos — Ancêde, Entre-ambos-os-rios, Ferreira, Meinedo, Paço de Sousa, Pendorada e Vilaboa de Quires.

Seis beatrias e honras — Baltar, Barbosa, Frasão, Galegos, Louredo e Sabrosa.

Hoje Aguiar de Sousa é freguesia do concelho de Paredes; foi concelho até 1820 e dista 20 quilómetros da vila de Paredes.

Baltar, Louredo e Sabrosa são hoje freguesias deste mesmo concelho.

bastião, Santo António, S. Bento, S. Braz e outras de particulares. Dista uma léguas.

Santa Cruz de Jovim. Abadia. 173 vizinhos. 624 pessoas. Renda, 400\$ rs. Ermidas, as Neves, Conceição e Santa Ana. Dista uma léguas.

Santa Maria de Covelo. Curato. 68 vizinhos. 248 pessoas. Renda 28\$ rs. Ermidas, S. Martinho e S. Nicolau de Tolentino. Dista duas léguas.

Santa Maria de Melres. Abadia. 228 vizinhos. 835 pessoas. Renda 900\$ rs. Ermidas, da Piedade, S. Bartolomeu, Santiago, Santa Iria e Nossa Senhora da Vitória. Dista três léguas.

Santa Maria das Medas. Curato. 122 vizinhos. 367 pessoas. Renda 15\$ rs. e o pé de altar. Ermidas, da Assunção e do Salvador. Dista três léguas.

S. Pedro da Cova. Abadia. 131 vizinhos. 447 pessoas. Renda, 650\$ rs. Ermidas, de Santo António e Santa Justa. Dista léguia e meia.

S. Salvador de Fânzeres. Vigararia. 366 vizinhos. 1.165 pessoas. Renda, 200\$ rs. Ermida de Santa Bárbara. Dista uma léguas.

S. Veríssimo de Valbom. Abadia, 334 vizinhos. 939 pessoas. Renda, 760\$ rs. Ermidas, da Conceição, Rosário, Carmo, Circuncisão, Presentação, S. Paulo e S. Roque. Dista meia léguas.

Santo António da Lomba. Curato. 96 vizinhos. 402 pessoas. Renda 6\$ e pé de altar. Ermidas, de Santa Eufémia e S. Apolinário. Dista três léguas.

S. João da Foz do Sousa. Vigararia. 200 vizinhos. 759 pessoas. Renda, 150\$ rs. Ermidas, Santa Helena, S. Roque, Santo Ovídio, S. Jorge e Carmo. Dista duas léguas.

Santa Maria de Campanhã. Reitoria. 953 vizinhos. 2.212 pessoas. Renda 350 mil rs. Ermidas, de S. Roque e de S. Pedro. Dista meia léguas. Ao todo, 11.776 pessoas.

CONVENTOS E MOSTEIROS

PROFISSÕES RELIGIOSAS

Dá-se o nome de *convento* a um edifício habitado por uma comunidade de religiosos ou religiosas, sujeitos a uma certa Regra ou Estatutos. São os conventos uma instituição muito antiga. Já no século II alguns cristãos se acolheram às solidões da Tebaida para se devotarem à vida ascética. E assim foram aparecendo os cenóbios; pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do monaquismo, os ascetas conservavam-se cinco dias na semana nas suas lauras ou cabanas, para se reunirem no sábado e domingo na igreja, onde rezavam o ofício divino. Foi essa a vida religiosa durante a Regra de S. Pacómio. Do Oriente ela passou para o Ocidente, organizada por S. Atanásio, S. Eusébio, S. Ambrósio e mormente por Santo Agostinho. No século VI foi a vida monástica definitivamente constituída por S. Bento de Núrcia, cuja Regra rapidamente espalhada, foi durante séculos, a única praticada.

Razões de ordem social motivaram nos séculos XII e XIII a fundação de ordens mendicantes, franciscanas, dominicanas, agostinianas e carmelitas.

Uma das mais severas leis eclesiásticas dos conventos era a clausura, não permitindo relações com o exterior, nem a entrada de mulheres, se o convento era de frades, ou de homens, se ele era de mulheres. Ultimamente esse rigor desapareceu, podendo já receber visitas as congregações de recente fundação. Os conventos em Portugal atingiram um número incalculável. Só em Lisboa houve 16 conventos de freiras e 20 de frades! Em Coimbra contam-se, perto uns dos outros, velhos edifícios que foram mosteiros e conventos e que hoje estão, como acontece pelas outras terras do País, a servir de aposentos aos funcionários dos diversos serviços do Estado, como tribunais, escolas, seminários, quartéis, etc. É o que acon-

tece ainda também com os extintos conventos desta cidade do Porto, alguns dos quais desapareceram, como o de S. Francisco, onde hoje se levanta o nosso majestoso Palácio da Bolsa⁽¹⁾.

É preciso não confundir *convento* com *mosteiro*; aquele no nosso País tanto podia ser de frades como de leigos. Era, como exprime o latim *conventus*, um ajuntamento; daí *missa conventual*. Chamava-se também *confraria*, como a dos irmãos de S. Julião, de Coimbra. Mosteiro, de *monasterium*, era edifício de monjes que nos primeiros tempos do cristianismo não passava duma gruta ou choça habitada por um eremita; mais tarde este nome foi dado às catedrais servidas por monjes, assim como àquelas em que viviam os Cónegos em comunidade, *mosteiros canonicais*. Em Portugal e Espanha, a bula de Urbano II em 1095 concedeu ao rei e senhores o direito de poderem desmembrar dos antigos bispados e submeter aos mosteiros todas as igre-

(1) Este convento foi devorado por um incêndio na noite de 24 de Julho de 1832. Para as despesas a fazer com a construção do *Palácio da Bolsa* do Porto, foi criado um imposto especial sobre as mercadorias importadas pela barra do Douro. (Carta de Lei de 18 de Junho de 1841). A primeiro pedra foi colocada a 6 de Outubro de 1842. O edifício é majestoso e enriquecido com notáveis obras de arte; a mais importante das dependências do andar nobre é a sala árabe, projecto do arquitecto Gustavo Adolfo Gonçalves de Sousa Reis. No Tribunal do Comércio admiraram-se magníficos quadros, pintados por Veloso Salgado. O átrio central, ladeado por um claustro envidraçado com cobertura metálica, é obra do arquitecto Tomaz Augusto Soler.

Este edifício é um dos mais sumptuosos do País. Em Portugal funcionavam duas Bolsas, uma em Lisboa e outra no Porto, operando principalmente sobre títulos de crédito, para colocação de economias particulares. Nestas duas comarcas, tais tribunais existiam em virtude duma organização especial criada pelo Decreto n.º 6, de 29 de Março de 1890. Mas o Decreto n.º 21.694, de 29 de Setembro de 1932, extinguiu-os.

jas que tomassem aos mouros, juntamente com a cobrança dos dízimos e primícias.

Um manuscrito da Biblioteca P. M. do Porto contém um *Mapa dos Conventos e Mosteiros das Ordens Religiosas de ambos os sexos existentes no ano de 1795*. Nele se distinguem *Congregações, Ordens Religiosas, conventos, hospícios e casas*; e dá-nos a soma total de 526 destas casas. Só a soma dos conventos do sexo masculino é de 418!

«Perguntão muitos porque cauza se fundarão tantos Mosteiros e a resposta he vulgar — que os homens daquelle tempo andavão nas guerras e herão muito deuotos e folgavão deixar o seu aos Mosteiros, e que naquelle tempo todos uiuião naquelle terra e que por isso se fundarão assi tantos. — E eu digo que os antigos não herão mais Santos que os de agora, mas tinhão então tal costume que os leigos uiurão nos Mosteiros e ali comião e bebião o seu e tinhão os frades como Capelains, que erão de mais santa uida; e eu achei em Pedroso escripturas que se partião as igrejas *jure haereditario* com a mais fazenda, porque os Senhorios se logravão dos Mosteiros e esperauão logralos, deixauão ali o seu, o que despois se tornou como já toquei.» (*Geog. de Entre-Douro-e-Minho*, Dr. João de Barros).

No bispado do Porto, no século XVII, havia 30 conventos, conta redonda. E em Braga, 70. Em carta régia de 10 de Abril de 1618 se diz que na cidade de Lisboa havia tantos conventos e recolhimentos que, por serem mais do que convinha, se impossibilitavam uns aos outros, não podendo as esmolas abastar a todos. Era minaz a febre do fanatismo monacal e clerical; no primeiro quartel do século XVII, no reinado de Filipe II de Portugal, entendia-se que era necessário fechar os estudos dez anos, «porque são tantos os clérigos e frades que se comem uns aos outros».

RELIGIOSOS ILUSTRES

Na sala dos manuscritos da Biblioteca P. Municipal do Porto, estão recolhidos uns livros que em tempos lhe foram ofertados pelo falecido abade aposentado de Miragaia, Rev. Dr. Pedro Augusto Ferreira; e entre eles, encontra-se um intitulado *Catálogo dos Religiosos professos na Real Congregação dos Agostinhos Descalços de Portugal*. Principia por fazer a história desta instituição religiosa. Depois traz o Catálogo de todos os religiosos Agostinhos Descalços que houve em Portugal, desde 1665, data da implantação definitiva da Descalcez no nosso País, até à extinção das Ordens Religiosas (1834).

Entre outros Religiosos, cita sob o n.º 384, Fr. João de Sahagum, natural de Melres, Porto, que professou no ano de 1693. E mais adiante, sob o n.º 1.098, Fr. Rodrigo de Santa Ana, de Valbom, no Monte Olivete, no ano de 1749; sob o n.º 1.148, Fr. José de S. Vitorino (Padre Mestre e Doutor de Capelo pela Universidade de Coimbra) que no mesmo convento professou, no ano de 1751; e sob o número 1.325, Fr. Manuel do Sacramento (P.º Mestre Lente), de Rio Tinto, que professou no ano 1778 no mesmo Monte Olivete. Desta mesma freguesia de Rio Tinto há a registar mais sob o n.º 1.370, Fr. Manuel de Santa Inez (P.º Mestre e Vigário Geral) que professou na Mão Pedrosa, a 8 de Março de 1781. Foi este eclesiástico bispo eleito do Porto, por D. Pedro IV, de quem nos ocuparemos noutro lugar.

A nota final elucida que em Portugal a Congregação reformada teve 169 anos de existência, 1.957 religiosos e 18 conventos, a saber: Grilo ou Monte Olivete, Boa Hora do Chiado, Boa Hora de Belém, Santa Rita, Setúbal, Estremoz, S. Lourenço, Formiga ou Mão Pedrosa, Portalegre, Monsaraz, Évora, Coimbra, Porto, sobreda, Santarém, Baía, Porto de Mós e Malhada Sorda.

Em outro manuscrito, oferecido à Biblioteca P. Municipal do Porto, pelo mesmo abade de Miragaia, Dr. Pedro A. Ferreira, e intitulado *Livro da recepção e profição dos Noviços, sendo Provincial o N. M. R. P.^e M. Fr. Faustino de S.^{ta} Roza; G.^{am} P. Fr. M.^{el} da Epifania e M. dos Noviços o S. O P. Fr. Luiz da Conceyção, Anno de 1748*, entre outros termos de profissão religiosa, vem este que copio fielmente:

«Termo da profissão do Ir. Fr. Manuel do Coração de Jesus, q. no século se chamava M.^{el} Jose, n.^{al} do lugar da Alagoa, freg.^a de S. Virissimo de Valbom, Bispado do Porto, em o dia 7 de Mayo de 1788.

Fr. Antonio de S.^{ta} Michelina Professor de Theologia Ex Difinidor e G.^{am} deste Real Conv.^{to} de S. Fran.^{co} do Porto faço certo, em como os aos sette dias do mes de Mayo de mil sette centos e oitenta annos pellas quatro horas da tarde em a Capella Mor da Igr.^a deste Con.^{to}, estando a comunid.^e capitularm.^{te} congregada a som de campa tangida, conforme o uzo da nossa Religião Serafica apareceo o Ir. Fr. Manoel do Coração de Jesus, q. no seculo se chamava Manoel Jose da idade de 20 annos, filho legitimo de Fran.^{co} Jose, n.^{al} do lugar da Alagoa, freg.^a de S. Virissimo de Valbom, e de sua mulher Maria de Moura, n.^{al} da freguesia de S. Cosme; e netto das pessoas nomeadas no termo da sua entrada a fol. 154. e por q. já tinha acabado o ano da sua aprovação em o Noviciado deste Conv.^{to}, eq com elle estavão feitas todas as diligencias, votos e exames, q. os nossos Estatutos Geraes apontão, e Breves Apostolicos determinão, me pedio elle com toda a instancia, e pello amor de D.^s e a todos os Religiosos, q. presentes comigo estavão o quizzesse admittir á Profissão da Regra do N. S. P.^e S. Francisco, a qual profissão nos aprovamos por justa, determinando admittillo a ella; mas para q. da m.^a Profissão se não possa seguir algum deterim.^{te} a nossa Ordem, por algum defeito, engano, ou outra qualquer causa, conformando me com as disposições, q. os nossos Estatutos Geraes

apontão me fiz por p.^{te} da m.^a Comunidade a seguinte portestaçāo.

Fr. Ant.^o de S.^{ta} Michelina Professor de Theologia, e Ex Difinidor, e G.^{am} deste Real Conv.^{to} de S. Fran.^{co} do Porto em meu nome, e de todos os Relig.^{os} presentes capitularm.^{te} congregados livrem.^{te} portesto em N. S. Jesus Christo, q.^{tg} em direito posso, e devo, q. não he minha tenção, nem quero admitir à Nossa Ordem Serafica, p.^a Frade do Coro ao S.^r Fr. Manoel do Coração de Jesus segundo elle agora mo pedio no caso, q. elle sciente, ou ignorante tenha algum impedim.^{to}, q. sirva de obstaculo á profissão do habitu, e Regra do N. Serafico P.^e S. Fran.^{co}, e tam bem, q. q.^{do} recebeo o nosso habitu fosse doente de algum mal contagioso, como de lepra, ou outros semelhantes; porq. padecendo algum destes defeitos não consentimos na sua profissão; antes desde logo, e já a damos por nulla, irrita, e de nenhum valor; porq. constandonos com certeza, q. elle em algum tempo padeceo algum destes defeitos possa ser lançado fora da nossa Religião; e p.^a q. sempre conste, q. elle quer estar por esta minha portestaçāo; e nos tr.^{os} de elle querer professar o hei aqui por citado; p.^a q. comigo, P P.^{es} Discretos, e P.^e M.^e dos Noviços asigne este termo...

E porq. o S.^r Fr. Manoel do Coração de Jesus disse, queria estar por tudo, e aseitou todas as condiçōens deste tr.^o o professei, p.^a Frade do Coro em meu nome, e de toda a Comunid.^e q. presente se achava, e declaro, q. feita a sua profissão deo o juram.^{to} aos S.^{tos} Evangelhos, em que poz sua mam direita de sempre ter, e defender a Concluzão, em q. confessamos, q. a Virgem Maria N. Sr.^a foi concebida em graça, sem macula de peccado original, preservada delle pellos merecim.^{tos} de Jesus Christo, seu Unigenito filho. Em fé do q. fiz este tr.^o, q. asignou comigo no m^o-dia, mes, e anno, ut supra.

(a) Fr. Mel do Coração de Jezus. Fr. Antonio de S.^{ta} Michelina Ex Dif.^{or} e G.^{ma}. Fr. José de S.^{ta} Angela

de Fulgiro, Discreto. Fr. Antonio de Santa Ecolastica, Discreto. Fr. Ant.^o de S. Franc.^{co}, Discreto e Fr. Silvestre da Con.^{cām} X.^{er} M.^e dos Noviços.»

Mais adiante vem outro «termo da profissão do S.^r Fr. André do Nascimento, q. no seculo se chamava Andre Alveres, n.^{a1} do lugar da Escoura, freg.^a de S.^{ta} Cruz de Jovim, p.^a Frade do Coro em o pr.^o dia do mez de Mayo de 1789».

Adiante declara que o neófito tem 16 anos completos e é filho legítimo de José Pinto dos Santos, e de sua mulhér Maria de Sousa, ambos da mesma freguesia, neto das pessoas nomeadas no termo da sua entrada, a folhas 161.

A redacção é toda igual, por isso me abstengo de copiar por inteiro os dizeres destes termos.

Mas há outros mais antigos. Assim, na pág. 18, vem o termo da Recepção de Domingos Martins de Aguiar, natural da Cidade do Porto, da freguesia da Sé; é filho legítimo de Domingos Martins de Aguiar, natural da aldeia de S. Miguel de Baixo, da freguesia de S. Cosme de Gondomar, termo da Cidade do Porto, e de sua mulher Rosa Francisca dos Santos, natural da freguesia de S. João da Foz. O neófito tem 16 anos completos. Inquiriram de «sua limpeza de sangue e mais condições necessarias, ou saude do corpo, segundo a forma dos nossos Estatutos».

Mais adiante, na pág. 154, vem outro «Termo da entrada do Sr. Manoel José, n.^{a1} do lugar da Alagoa, freg.^a de S. Verissimo de Valbom, Bisp.^o do Porto, p.^a Frade do Coro, 6 de Maio de 1787». É de idade de 19 anos completos e filho legítimo de Francisco José, natural da mesma freguesia, e de sua mulher Maria de Moura, natural da freguesia de S. Cosme; neto paterno de João Pacheco e de sua mulher Maria Luiz, naturais também de Valbom; e materno de Luiz João Enjeitado e de sua mulher Maria de Moura, natural da freguesia de S. Cosme. Foram examinadas as suas Inquirições *de genere, vita et moribus*. O resto é comum aos outros termos. Logo a seguir, na pág. 161, vem outro

termo de entrada. Refere-se ao Sr. André Alveres, natural de Jovim, para frade do coro, no dia 30 de Abril de 1788. É nascido no lugar da Escoura, da freguesia de S.ª Cruz de Jovim; tem 15 anos e é filho legítimo de José Pinto dos Santos, natural do lugar do Calvário e de sua mulher Maria de Sousa, do lugar da Escoura, ambos de Jovim; neto paterno de Manuel de Crasto dos Netos da dita freguesia e de sua mulher Catarina dos Santos, natural de Valbom; e materno de Manuel Alves e de sua mulher, Helena de Sousa, ambos de Jovim. Este neófito apresentou uma Patente do Rev.^{mo} P.^e Fr. José da Conceição Monte Alverne, Pregador de S. A. na Real Capela da Bemposta, Examinaor do Gén Priorado do Crato, Ex Custódio e Ministro Prov.^{a1} desta dita Prov.^a de Portugal, «a qual patente, sendo vista pelo Guardião e P.^{es} Discretos do Convento e examinadas as suas Inquirições *de genere, vita et moribus*, o examinaram da doutrina cristã e lingua latina, e o mandaram meter em o noviciado».

Poderíamos incluir neste relato mais alguns frades professos naturais do concelho de Gondomar, como Frei Gonçalo de Valbom, Geral da Ordem dos Menores, Frei Manuel de Santa Inez, natural de Rio Tinto, que foi bispo eleito do Porto, Fr. João de Sahagum, natural de Melres, e que ficou eleito bispo de San Tomé; mas reservamos estas biografias para o capítulo especial sobre *homens ilustres*.

«MEMÓRIAS PAROQUIAIS», DE 1758

Esta obra, que é importantíssima sob todos os pontos de vista e consultada com avidez pelos estudiosos, teve a seguinte origem:

Todos os párocos do País enviaram oficialmente, por ordem superior, à respectiva Secretaria do Estado anteriormente a 1755, descrições exactas e minuciosas de tudo quanto respeitasse às suas localidades, para,

em face dessas descrições, o erudito e infatigável P.^e Luiz Cardoso (¹), da Congregação do Oratório de Lisboa, escrever um Dicionário Geográfico e Histórico, relativo a todo o reino.

Infelizmente, porém, o terramoto de 1755 anulou tão grandiosa e útil empresa. Destruindo tudo quanto encontrou na sua passagem, devorou todas as preciosas memórias que os referidos párocos tinham enviado, salvando-se apenas até à letra *C* o que já se achava publicado e distribuído por diferentes partes, onde não chegou o terramoto.

Não desanimou, entretanto, o referido P.^e Luiz Cardoso que, com todo o empenho, instou para novamente se pedirem outras descrições, como efectivamente se pediram, por ordem do Marquês de Pombal. Para esse fim, foram expedidas em 1758 a todos os párocos as respectivas instruções, para que com todo o preceito, clareza e boa caligrafia, satisfizessem aos interrogatórios impressos que juntamente lhes foram remetidos. Quase todos satisfizeram; e se alguns, por menos cuidado ou por qualquer circunstância, foram dum laconismo

(¹) Era sócio da Academia Real da História, e faleceu a 3 de Julho de 1769. Era muito curioso das antiguidades de Portugal e empreendeu a publicação dum grande *Dicionário Geográfico*, ou *Notícia histórica de todas as cidades, vilas, lugares, e aldeias, rios, ribeiros e serras dos reinos de Portugal e Algarve; com todas as cousas raras que neles se encontram, assim antigas como modernas*; o tomo I, Lisboa, 1747, comprehende a letra *A*; o tomo II, 1752, comprehende as letras *B* e *C*. Com este tomos e interrompeu a publicação desta importante obra; o autor, contudo, deixou-a concluída, e a parte manuscrita existe inédita no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Apesar dos esforços que em 1877 empregou o Sr. Alberto Pimentel, numa das sessões da Academia das Ciências, de que era sócio, a obra continuou inédita. Foi por isso que tive de recorrer ao referido Arquivo Nacional, donde em Setembro de 1929 me remeteram cópias das respostas dos párocos deste concelho ao questionário que lhes fora enviado das instâncias superiores.

imperdoável e se limitaram pouco mais do que a responder *sim* ou *não* aos referidos interrogatórios, outros se apresentaram dignos de todo o elogio.

Não pôde, porém, o dito P.^e Luiz Cardoso, que pouco tempo depois adoeceu, arcar de novo com a árdua e espinhosíssima tarefa a que se tinha destinado; e isso foi uma enorme perda, pois que a sua muita erudição teria suprido vantajosamente todas as deficiências que existissem nas descrições. Faleceu em 1769 e assim ficaram, em montão confuso, mas bem guardadas todas aquelas descrições, até que um outro padre (cujo nome não sabemos) da mesma Congregação, zeloso da utilidade e instrução públicas, se encarregou, para menor perda, de coleccionar por ordem alfabética, e colando em papel maior as notícias escritas em papel de marca menor, assim organizou, com os próprios originais, 44 volumes do mesmo formato (almaço) que devidamente encadernados, se guardam hoje no Arquivo da *Torre do Tombo*, com o título de *Dicionário de Portugal*, dado pelo coleccionador.

As descrições feitas pelos párocos do concelho de Gondomar têm a data do mês de Abril de 1758.

Os referidos volumes manuscritos existentes na *Torre do Tombo* constam das respostas dos párocos a um questionário dos bispos, da iniciativa do referido Marquês de Pombal. Era então bispo do Porto, D. Frei António de Távora⁽¹⁾. Não há a *Memória* da freguesia da Lomba, que era então um simples curato. As agora publicadas conservam fielmente o original.

(1) Este bispo era filho segundo do 2.^º Marquês de Távora e por isso ele mesmo se chamava *António de Távora*, em vez de *António de Sousa*; a razão por que teve de adoptar *Sousa* em vez de *Távora* é de carácter político. Toda a gente sabe que na noite de 3 de Setembro de 1758 houve um atentado contra a vida do rei D. José, o qual foi atribuído aos Távoras, que deste modo se queriam desafrontar do monarca que mantinha relações amorosas com a mulher do Marquês novo, D. Te-

Em 1757 ainda não eram consideradas da cidade do Porto as freguesias de Cedofeita, Massarelos, Campanhã, Paranhos, Lordelo do Ouro e S. João da Foz do Douro.

A de Campanhã (N.^a S.^a do Rosário ou Santa Maria), tinha então 758 fogos. O Ordinário, por concurso sinodal, apresentava o reitor que tinha 350\$000 reis de rendimento. (Pinho Leal, t. Porto).

Extraído do livro *Antiguidades curiosas*, coligidas por António Luis Monteiro (Porto, 1870), onde vem, a pág. 166, uma *Cópia dum inventário que o cabido da real colegiada de Cedofeita* mandou para o Governo em data de 15 de Fevereiro de 1770, verifica-se que este cabido foi notificado pelo desembargo do Paço, na data de 23 de Agosto de 1769, para que fizesse uma relação verdadeira e individual de todos os bens que actualmente está possuindo, «com declaração dos titulos pelos quais os adquirimos das licenças que tivemos e do dia, mez e anno da sua acquisição, etc.». E a pág. 169, lê-se:

«As dignidades e conejos de que se compõe este cabido, são as seguintes:

Chantre que tem duas prebendas, e um casal que é Prestimonia da sua dignidade sito na freguesia de S. Cosme de Gondomar, o qual casal se chama de Quentella, dividido em vários caseiros, e se acha unido á sua dignidade, e emprazado no anno de 1555, rende hoje ao dito chantre 14 alqueires de trigo — 14 de segunda — 2 galinhas e um carro de lenha.»

Segue a lista que não nos interessa.

resa de Távora. Daí um processo de regicídio, pelo qual foram executados dez membros desta família, as cinzas lançadas ao mar e os bens confiscados. O bispo teve de mudar de nome, porque a sentença de 12 de Janeiro de 1759 proibia que de futuro alguém pudesse usar do apelido *Távora!* Esta sentença foi dada na véspera de serem justiçados os réus, na Praça do Cais de Belém.

Vejamos agora o que dizem as *Memórias paroquiais*, principiando pela ordem que a cópia apresenta e cuja redacção mantemos na íntegra e fielmente:

FREGUEZIA DE S. COSME DE GONDOMAR

Consta a narração do País e freguezia de São Cosme de Gondomar o seguinte:

1.^º — Em que Província fica, e a que Bispado e comarca Pertence?

Esta freguezia dilatada e distante do Porto uma legua, é do concelho de Gondomar termo do Porto, comarca de Penafiel, do Bispado do Porto.

2.^º — Se hé de el Rey ou de Donatario?

É de Sua Magestade, que Deus guarde Fidelissima.

3.^º — Quantos vizinhos tem, e numero de pessoas?

Tem 548 fogos, 1.700 maiores, e 320 menores.

4.^º — Se está situada em campina, vale ou monte e que povoações se descobrem dela?

Es:á situada em plano e cercada de muitos campos, e arvoredos, e não se descobre dela, senão a mesma vizinhança.

5.^º — Se tem termo seu?

É termo da cidade do Porto.

6.^º — Se a Paroquia está fóra do logar ou dentro dele, e quantos logares ou aldeias tem a freguezia?

Esta Paroquia está no meio da freguezia, dividida em parte do Crasto e parte de Aguiar. A parte do Crasto tem dezoito aldeias e a parte de Aguiar tem quinze aldeias; as da primeira parte são Bairro, Vinhal, Vilar, Vila Nova, Taralhão, Prelada, Boca, Bouça-Cova, Quintão, Quintela, Coniga, Carregais, Zenhas, Ardinho Novo, Gondomarinho, Pividal, Paço, Crasto, Cavadas, Padrão e Boa Vista; e a outra parte de Aguiar tem Gandra, S. Miguel de Cima e S. Miguel de Baixo, Ermentão, Moretains, Morejaes, São Jumil, Aguiar, Pedregal e Gilde, Ramalde, Riocarreiro, Pereiro e Porto,

Pedreira, Igreja que fazem a conta de 548 vizinhos, que fazem 2.020 pessoas de preceito da quaresma.

7.^o — Se é paroco e cura, Reitor, ou Abade ou Prior?

É o paroco Reitor, apresentação por concurso pelo Ordinario e os Conegos da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita junto da cidade do Porto tem meses para apresentar. Tem o Paroco de Congrua quarenta e dois mil reis, e o mais é pé de Altar que passa de cincoenta mil réis, pouco mais ou menos.

8.^o — Qual é o seu Orago, quantos altares tem e de que santos, e se tem Irmandades?

O Padroeiro desta freguesia é de S. Cosme e S. Damião, Comenda da Ordem de Cristo, tem cinco altares, o do Padroeiro, Capela Mor do Santissimo Sacramento, o Altar das Almas com a Irmandade de S. Miguel, o Altar da Senhora do Rosario com Irmandade, o altar de S. Francisco com Irmandade e o altar de S. Pedro com a Irmandade de Santa Rita

9.^o — Se tem beneficiados?

Tem só o Reitor somente.

10.^o — Se tem Conventos?

Nenhuns tem.

11.^o — Se tem Hospital?

Nenhum.

12.^o — Se tem Misericordia?

Só na cidade do Porto vizinha.

13.^o — Se tem algumas Ermidas e de que santos?

Tem a Capela de Santo André, e romagem no seu dia de pouca gente, tem a Capela de Santo Izidoro e Romagem na primeira oitava da Páscoa, e tem a Capela de Santo Antonio, tem no dia da senhora do Rosario romagem grande, como tambem no dia de São Cosme, e estão dentro da freguezia e a ela pertencem; tem mais tres Capelas, que são dos Senhores das mesmas casas donde ouvem missa e a sua familia.

14.^o — Se acodem a ella romagem?

Fica dito.

15.^o — Quais são os frutos da terra? que os moradores colhem?

Recolhem em mais quantidade milho grande, menor trigo, e centeio, muita hortaliça de navaes.

16.^o — Se tem juiz ordinario?

Tem um ouvidor nomeado pelos vereadores do senado da Camara da cidade do Porto, e é anual.

17.^o — Se é couto ou concelho?

É concelho de Gondomar, pequeno e sujeito á Relação da cidade do Porto.

18.^o — Se há memoria de alguns homens que florescessem em armas, letras, e virtudes?

Tem muitos eclesiasticos doutos, e muitos deles Párocos, e alguns religiosos de vida boa, e todos de letras e procedimento.

19.^o — Se tem feiras?

20.^o — Se tem correio?

É o correio da cidade do Porto.

Só nas quintas feiras de cada semana, de gados, e panos, e paga cera.

21.^o — Quanto dista da cidade?

Dista uma legua do Porto.

22.^o — Se tem alguns privilegios?

Nada.

23.^o — Se tem alguma fonte e que virtude?

Tem a Fonte da Pedreira, e a Fonte de S. Jumil e a de Fontela, que é esta tem virtude para as aréas.

24.^o — Se for Porto de Mar?

Não tem Porto de mar.

25.^o — Se a terra for murada?

Não tem muralhas.

26.^o — Se padecer alguma ruina no terramoto de 1755?

Teve algumas ruinas de casas e edificios, e também no Templo, mas não houve morte alguma.

27.^o — E qual o mais que for digno de memoria?

Não tem mais cousa alguma, de que o referido.

E a respeito dos mais interrogatórios, não tenho que responder por serem materias, que no territorio da

minha freguezia se não acham, mas somente naqueles em que respondi por ordem dos meus superiores, em que narrei o que sabia, na verdade e era publico e me constava, que sendo necessário o afirmo debaixo do juramento do meu grão. — São Cosme de Gondomar 17 de Abril de 1758. — Eu o Reverendo Sebastião Pinto da Silva.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico, Vol. 17, folhas 77, Documento 413.

FREGUEZIA DE COVELO

Informação a respeito do que se pretende saber da Terra, Serra, e Rio desta freguezia de Santa Maria do Covelo.

A respeito do que se procura saber da Terra desta freguezia posso informar o seguinte:

1.^º — Ao primeiro interrogatorio respondo que fica na Província de entre Douro e Minho, Bispado do Porto, Comarca de Penafiel, termo da mesma cidade, e a freguezia de Santa Maria do Covelo.

2.^º — Ao segundo interrogatorio respondo que o Donatario que ao presente é, e foi sempre desta dita freguezia é o Mosteiro de S. Pedro de Cete, unido ao Real Colegio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra.

3.^º — Ao terceiro respondo que os vizinhos da Paróquia ou Igreja desta freguesia são trinta e um fogos, e cento e quatro pessoas.

4.^º — Ao quarto respondo que está situada entre uns montes aonde tem altos, e baixos, e não se desobre dela senão um logar que chamam Aguiar da freguezia de S. Romão de Aguiar de Sousa, que fica distante meio quarto de legua.

5.^º — Ao quinto respondo que os logares que comprehende é somente o de Covelo aonde está a Igreja da freguezia, que contem em si os fogos, e pessoas acima ditas.

6.^o — Ao sexto respondo que está esta Paroquia fora do dito logar do Covelo, porém pegado a ele, e fora este dito logar do Covelo, comprehende esta freguezia mais quatro logares que são logar da Lixa que tem quatro fogos e treze pessoas, logar de Leverinho que tem vinte e tres fogos, e setenta e oito pessoas, logar de Midões que tem dois fogos e dez pessoas.

7.^o — Ao setimo respondo que a Padroeira desta freguezia é a senhora da Expectação e tem esta Igreja tres altares, no altar maior a senhora da Expectação Padroeira da freguezia, nos dois coletraes em um Nossa Senhora do Rosario, em outro o milagroso São Gonçalo; tem duas Irmandades, huma do Sobsino outra do Santo Nome de Deus.

8.^o — Ao oitavo respondo que o Pároco é cura apresentado pelo Reverendissimo Padre Reitor do Real Colegio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra, e o rendimento que tem o dito Pároco uns anos por outros serão vinte oito mil reis pouco mais, ou menos.

9.^o — Ao nono não tem Beneficiados.

10.^o — Ao décimo não tem Conventos.

11.^o — Ao undécimo não tem Hospital.

12.^o — Ao duodécimo não tem casa de Misericordia.

13.^o — Ao decimo tercio tem esta freguezia duas Capelas, uma de S. Martinho que está pegada ao dito logar de Leverinho, e pertence ao dito logar; outra de S. Nicolau de Tolentino que está pegada a uma quinta do Morgado Placido Carneiro de Albuquerque morador no dito logar do Covelo, e a ele pertence a dita Capela.

14.^o — Ao decimo quarto não acodem a estas Capelas gente de romagem, só no dia em que se festeja S. Martinho que costuma ser a sua festa no primeiro domingo de Maio, vem alguma gente das freguezias circumvizinhas á festa do dito Santo.

15.^o — Ao decimo quinto os frutos desta terra que os moradores recolhem em maior abundancia é pão, vinho e azeite.

16.^o — Ao decimo sexto a justiça a quem está sujeita esta terra é ao ouvidor do concelho de Aguiar de Sousa eleito pela Camara da cidade do Porto.

17.^o — Ao decimo setimo não é couto, nem cabeça de concelho.

18.^o — Ao decimo oitavo não ha memoria que desta terra florescessem, nem saissem homens alguns insignes.

19.^o — Ao decimo nono não ha nesta freguezia feira alguma.

20.^o — Ao vigessimo não ha correio nesta terra, mas serve-se do correio da cidade do Porto.

21.^o — Ao vigessimo primo esta freguezia fica distante da cidade do Porto, capital do Bispado, duas leguas e meia, e da de Lisboa, capital do Reino, cincuenta e duas leguas.

22.^o — Ao vigessimo segundo não há aqui coisa digna de memoria.

23.^o — Ao vigessimo tercio não ha nesta terra, nem perto dela nenhuma fonte, nem lagoa celebre, que as suas aguas tenham especial qualidade.

24.^o — Ao vigessimo quarto não é porto de mar.

25.^o — Ao vigessimo quinto não é esta terra murada, nem Praça de Armas, nem tem Castelo, nem Torre antiga.

26.^o — Ao vigessimo sexto não houve aqui ruina alguma no terramoto do ano de mil setecentos e cincuenta e cinco.

27.^o — Ao vigessimo sétimo não ha mais nada digno de memoria, nem de que se possa fazer menção.

A respeito do que se procura saber das serras desta freguezia posso informar o seguinte:

1.^o — Ao primeiro interrogatorio respondo que hão nesta freguezia duas serras, uma chamada a serra das Sores, outra chamada a serra de Cavalos.

2.^o — Ao segundo tem a dita serra das Sores uma legua de comprido, e hum quarto de legua de largo, principia no Rio Sousa e acaba no logar de Sobrido da freguezia de S.^a Maria de Melres, e a dita serra de

Cavalos tem tambem perto de uma legua de comprido e um quarto de legua de largo, principia na freguezia de S. Pedro da Cova em um rio que por lá passa que chamam aqui o rio de Ferreira, e acaba nesta freguezia no Rio Sousa.

3.^o — Ao terceiro não tem braços alguns as ditas serras.

4.^o — Ao quarto não nascem nas ditas serras Rios alguns.

5.^o — Ao quinto não tem as ditas serras, vilas nem logares alguns, porem fica ao longo da dita serra das Sores, este logar e Igreja de Santa Maria do Covelo, e aonde acaba nesta freguezia a dita serra de Cavalos fica o logar de Midões desta mesma freguezia.

6.^o — Ao sexto não tem fontes, só algumas aguas que della vertem em alguns tempos, que servem para regar os campos.

7.^o — Ao setimo não ham nas ditas serras minas de metaes, nem canteiras de pedras, nem de outros alguns materiaes de estimação.

8.^o — Ao oitavo não tem as ditas serras plantas, nem ervas medicinaes, nem se cultivam em parte alguma, porque tudo são montes.

9.^o — Ao nono não tem as ditas serras Mosteiros, nem Igrejas, nem Imagens milagrosas.

10.^o — Ao décimo são as ditas serras frias em abundancia em tempo de inverno, e temperadas nos calores.

11.^o — Ao undécimo ha nas ditas serras criações de gados meudos, e caça de coelhos, perdizes e lebres.

12.^o — Ao duodécimo não tem as ditas serras lagoa nem fojo algum.

13.^o — Ao décimo tercio não ha mais cousa alguma digna de memoria que se possa dizer.

A respeito do que se procura saber do Rio desta terra posso informar o seguinte:

1.^o — Ao primeiro interrogatorio respondo que por esta freguezia passa um Rio a que chamam o Rio

Sousa o qual nasce em o Arcebispado de Braga junto a Igreja de Moura entre o Mosteiro de Pombeiro, e o de Cramos.

2.^o — Ao segundo respondo que o seu nascimento dizem que é limitado, porem todo o ano corre agua dele.

3.^o — Ao terceiro respondo que em the esta freguezia de Santa Maria do Covelo não entra nele Rio algum; só alguns Regatos que o fazem aumentar no tempo do inverno, e na freguezia de S. João da Foz da Sousa no sitio que chamam Trabaços entra nele outro Rio quasi do mesmo tamanho a que chamam o Rio de Ferreira que passa pela freguezia de S. Pedro da Cova, e depois de juntos ambos no dito sitio de Trabaços da dita freguezia de São João da Foz da Sousa ambos juntos vão entrar no Rio Douro na mesma dita freguezia.

4.^o — Ao quarto respondo que só na freguezia de S. João da Foz da Sousa é navegavel de alguns barcos pequenos, e da dita freguezia para cima em the o seu nascimento não é capaz de embarcação alguma.

5.^o — Ao quinto em tempo de inverno pelos Regatos que entrão nele é de curso arrebatado, e de verão mais humilde, porque lhe faltam os Regatos.

6.^o — Ao sexto o seu curso é de Norte a Sul.

7.^o — Ao sétimo ha nele criação de peixes meúdos como são barbos, escalos, e vogas, e os que traz em maior abundancia são os barbos, e vogas.

8.^o — Ao oitavo nele se costuma pescar lampreias nos mezes de Abril, e Maio, e o peixe meúdo em todo o tempo.

9.^o — Ao nono as pescarias são livres em todo o Rio sem dominio algum.

10.^o — Ao décimo as margens do dito Rio constam de árvores, e vides que dão uvas, e as terras se cultivam de pão.

11.^o — Ao undécimo a virtude que tem as aguas é para regar os milhos dos campos e lameiros.

12.^o — Ao duodécimo desde que nasce o dito Rio até se meter no Rio Douro sempre conserva o nome do Rio Sousa.

13.^o — Ao décimo tercio morre o dito Rio Sousa no Rio Douro no logar da Foz de Sousa defronte de Arnelas.

14.^o — Ao décimo quarto tem este Rio muitas levadas que lhe embaraço o ser navegavel.

15.^o — Ao décimo quinto tem o dito Rio nesta freguezia uma pinguela de pau por onde se passa de pé de uma parte para outra.

16.^o — Ao décimo sexto tem o Rio nesta freguezia varios moinhos de pão, e um pizão, e um lagar de azeite.

17.^o — Ao décimo setimo não consta que em tempo algum se tirasse ouro de suas areias.

18.^o — Ao décimo oitavo não tem impedimento algum os povos desta freguezia para usarem das aguas para a cultura de seus campos, nem pagam pensão alguma.

19.^o — Ao décimo nono tem este Rio oito leguas, e passa pelas freguezias de Castelões da Sepeda, Paço de Sousa, São Pedro da Sobreira, São Romão de Aguiar de Sousa, e por esta freguezia de Santa Maria do Covelo, e vai acabar na freguezia de São João da Foz de Sousa aonde entra no Rio Douro no sitio que chamam Foz da Sousa defronte de Arnelas distante da cidade do Porto duas leguas.

20.^o — Ao vigessimo não há outra coisa notavel que possa dizer a estes interrogatorios.

Santa Maria do Covelo 20 de Abril de 1758. — O Padre Cura Manuel de Sousa dos Santos.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Vol. 12, folhas 447, Documento 3.055.

FREGUEZIA DE FANZERES

1.^o — A freguezia do Salvador de Fanzeres fica em a provincia de entre Douro, e Minho: pertence ao bispado do Porto, á Comarca de Penafiel e ao termo da mesma cidade do Porto.

2.^o — De parte de suas terras é Donatario no presente o Excellentissimo Marquez de Abrantes, e Fontes: de parte a Mitra: de parte o Cabido da Sé do Porto: de parte o Cabido de Cedofeita, e de alguma pequena parte Antonio de Macedo da cidade de Lisboa.

3.^o — Os vizinhos que tem são trezentos e cincuenta: as pessoas são em numero mil e noventa e sete.

4.^o — Está situada em vale, e dela se descobre parte da povoação da freguezia de S. Cosme, do Rio Tinto, de Campanhã e de S. Pedro da Cova das quais dista meia parte de um quarto de legua.

5.^o —

6.^o — Acha-se dentro do logar a Paroquia, e consta de quatro aldeias a freguezia a saber: Seixo, Regadas, Montezelo, Selga, Passo, Outeiro, Sardinhade, Cabananas, Manariz, Carvalha, Santa Eulalia, Alvarinha, Costa e Igreja.

7.^o — O seu orago é Santiago maior: Tem cinco altares: um do Santissimo Sacramento, outro da Senhora do Rosário, outro de S. Gonçalo, outro do Senhor Jesus e das almas, outro tem uma só nave e duas Irmandades, uma das almas, e outra do Senhor Jesus.

8.^o — O Pároco desta Igreja é vigario, cuja data pertence ao Cabido da Sé do Porto, e tem de renda duzentos mil reis um ano por outro.

9.^o, 10.^o, 11.^o, 12.^o —

13.^o — Tem sómente uma ermida de Santa Barbara sita na Serra, ou monte da mesma freguezia, e a ela pertencem.

14.^o — A esta ermida de Santa Barbara acode muita gente de romagem somente no dia em que se

festeja a mesma Santa que é em o segundo domingo do mes de Maio.

15.^o — Os frutos que os moradores desta terra colhem com maior abundancia vem a ser milho, cevada e centeio.

16.^o — Está sujeita ao governo das justicas da cidade do Porto.

17.^o, 18.^o, 19.^o —

20.^o — Serve-se esta terra do correio da cidade do Porto, o qual fica distante desta freguezia uma legua, e não tem correio proprio.

21.^o — Acha-se distante esta freguezia da cidade capital do Bispado uma legua, e de Lisboa capital do Reino cincuenta e uma leguas.

22.^o, 23.^o, 24.^o, 25.^o —

26.^o — Em o terramoto do ano de mil setecentos e cincuenta e cinco sómente padeceu alguma leve ruina nas casas, que abriram algumas fendas nas paredes; porem já se acha reparada esta Ruina.

27.^o —

1.^o — A serra, que tem esta freguezia, chama-se o monte de Fanzeres.

2.^o — Terá de comprimento meio quarto de legua; de largura a metade de meio quarto de legua; principia ao pé da freguezia de Valongo, e acaba ao pé da freguezia de S. Cosme.

3.^o — Os nomes dos seus principais braços são quatro a saber: o Outeiro da Cal, o Outeiro de Santa Barbara, o monte de Montezelo, e Regadas e o montado de Seixo.

4.^o, 5.^o, 6.^o —

7.^o — Consta esta serra de varios seixos brancos, que estão por ela dispersos.

8.^o — É povoada a dita serra de muitos sobreiros, carvalhos, castanheiros e carrasquas, e sómente se cultiva em duas partes, uma chamada o Ermo e outra o quardal do Seixo, e os frutos de que nos tais logares é mais abundante, são centeio e milham.

9.^o —

10.^o — A qualidade do seu temperamento é quente, boma e saudavel.

11.^o — Na dita serra sómente se criam lebres, coelhos e perdizes, e é a caça de que consta, e serve de pasto para os bois, bestas, carneiros, e ovelhas a dita serra.

12.^o, 13.^o —

1.^o — O Rio, que tem esta terra é um regato pequeno e chamado o rio da Barge: nasce no ultimo lugar desta freguezia, chamado lugar de Seixo.

2.^o — Compõem-se de varias fontes que nascem por todo o rio abaixo, que são unidas ás que lhe fazem a sua corrente continuada por todo o ano sem nunca secar senão em algum ano de muita seca por onde se vê, que não corre logo em seu nascimento caudaloso.

3.^o — Neste rio entra outro regato sómente em um lugar desta freguezia chamado o Passo.

4.^o —

5.^o — É de curso quieto em toda a sua distancia, excepto no tempo de muita chuva, que então é por toda ela muito arrebatado.

6.^o — Corre o dito Rio de Norte a Sul.

7.^o — Nele se criam uns peixes pequenos das barbatanas vermelhas a que nós chamamos Reixelos, e estes por alguma parte do Rio são em muita abundancia, e tambem cria bastantes enguias.

8.^o — No dito Rio sómente pescam alguns curiosos à cana, e anzol em todo o tempo do ano.

9.^o — Estas pescarias de cana, e anzol são livres para todos em toda a parte do rio.

10.^o — As suas margens são cultivadas pelos lavradores desta freguezia e tem muitos Almieiros, Salgueiros, Castanheiros, e carvalhos com vides.

11.^o —

12.^o — O dito Rio sempre teve, e tem o mesmo nome de rio da Barge.

13.^o — Vai morrer no Rio chamado o Douro, e nele entra na freguezia de Balbom.

14.^o —

15.^o — Tem tres pontes pequenas de pedra; uma no principio do logar da Carvalha, outra no logar do Passo, e outra no logar das Regadas.

16.^o — Neste rio se acham bastantes moinhos, que moem sómente no tempo do inverno.

17.^o —

18.^o — Das aguas do dito rio uzam livremente os povos desta freguezia sem pensão alguma.

19.^o — Terá meia legua o dito rio, e as povoações por onde passa desde o logar de Seixo, aonde nasce até o rio Douro aonde acaba, são esta freguezia de Fanzeres, a freguezia de Sam Cosme, e juntamente a freguezia de Sam Verissimo de Balbom.

20.^o —

Thomaz Barbosa de Albuquerque e Sampaio Doutor nos sagrados Canones, Beneficiado na Colegiada do Mosteiro de Ferreira, e Reitor da Paroquial Igreja do Salvador de Fanzeres certifico em como isto é o queachei nesta mesma freguezia, o que sendo necessário afirmo in sacris. — Fanzeres, e de Abril 20 de 758. — Thomaz Barbosa de Albuquerque e Sampaio, Reitor.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Volume 15, Folhas 20, Documento 97.

FREGUEZIA DE JOVIM

Por ordem de Sua Magestade Fidelissima me manda V. Ex.^a responder aos Interrogatórios, do que ha nesta freguezia de S. Crux de Juvim.

Ao 1.^o

Fica esta freguezia na Província de Entre Douro, e Minho, é do Partido das Armas da Cidade do Porto; do seu termo, e Bispado da mesma Cidade; e quanto a este da Comarqua de Penafiel; e quanto a correição secular da mesma dita cidade do Porto; e do Concelho

de Gondomar, a cujo pertencem as freguezias de S. Cosme, que ao presente é cabeça dele, e tem sua Casa de Audiencia, e em outro tempo foi a freguezia de S. Verissimo de Valbon, esta, a de que se trata, S. João da Foz da Sousa, S. Salvador de Fanzeres, e uma pequena parte da freguezia de S. Maria de Campanham, que são seis, e esta era toda de Gondomar antes do ano de 1231.

2.^o

Não tem Donatario, e é do termo da cidade do Porto.

3.^o

Tem no presente ano de 1758 cento e oitenta fogos; quinhentas e cincoenta pessoas maiores, e cincocenta menores.

4.^o

Está situada em tres Montes pequenos, e vales, e um dos montes é da freguezia, e os dois um parte com a freguezia de S. Cosme, e outro com a freguezia de S. João da Foz da Sousa; e deles se descobre parte da cidade do Porto, e lhe fica ao poente, e para o Sul se divisa parte da terra da feira, e tudo o que lhe fica defronte, e em meio do rio Douro, e da parte do Nascente se descobre as serras de Arouca e Andres.

5.^o

Compreende a dita freguezia os logares de Attaens, S. Martinho, Bulha, Pinheiro e Escoura, e as aldeias da Cortiela, Cavada, Aldeia Nova, Cabanas, Longueira, Touta, Fonte da Pedra, Nettos, Minhoteira, Preza do Monte, Bacelo, Eiras, Nogueira, Outeiro, Bulha, Lourozo, Marecos, Fonte Nova.

6.^o

A Igreja Paroquial fica situada quasi no meio da freguezia em um vale ameno, ainda que humido e sombrio.

7.^o

O orago desta Igreja de Juvim, é a Exaltação da Santa Crux, e tem tres altares, o Mór é do Santo Crucifixo, tem o Santissimo Sacramento, e as Imagens de S. João Baptista, S. Ana, Nossa Senhora do Loreto, S. Apolonia, S. Barbora. E os colateraes da parte do Evangelho é da Invocação do nome de Deos, tem colocado o Menino Jesus, S. Sebastião, e S. Luzia, e o da Epistola, Nossa Senhora do Rosario, S. Antonio, e S. Gonçalo. Não tem naves; tem as Irmandades do nome de Deos, Santa Ana, e Almas.

8.^o

O Pároco é Abade, do provimento de Sua Santidade, e dos Bispos do Porto conforme a alternativa da regra 8.^a da chancelaria Apostolica; e é o 5.^o Abade da familia por renuncias de Tios, em sobrinhos, e rende ao presente quatro-centos mil reis.

9.^o

Não tem Beneficiados, e só um Cura, a quem o Abade apresenta, e paga.

10.^o, 11.^o, 12.^o

Não tem convento, hospital, nem Casa da Misericórdia; só a Igreja tem estatuto, que manda enterrar á custa da freguezia os cadaveres que aparecem afogados, ou de muito pobres, dando lhe mortalha, e cera para alumiar ao Corpo, e assistir lhe o povo por alter-

nativa, para cuja despesa se faz finta todos os anos, e para mais despezas da Igreja.

13.^o

Tem tres Ermidas: a 1.^a da Senhora das Neves, cuja é do Povo; a da Conceição da quinta dos Morgados de Attaens: e de Santa Ana da quinta da Bulha.

14.^o

A dita Ermida da Senhora das Neves, corre Romagem no dia de sua festa, com muito concurso de Povo.

15.^o

Os frutos que se colhem na dita freguezia com mais abundancia, são muito milhão, algum centeio, cевада, e algum trigo.

16.^o, 17.^o

Tem Ouvidor pedaneo, que é juntamente Juiz das Cizas do Concelho de Gondomar, de que é parte esta freguezia, e do termo da cidade e comarca do Porto.

18.^o

Desta freguezia procede a casa dos Morgados de Attaens, e nela tem uma quinta chamada de Attaens, que é o seu solar, e deixada a opinião de alguns curiosos, que dizem que Attaens tomou o nome de Attaces Rei dos Albanos, quando veiu contra Hermerico Rei dos Suevos até o Rio Douro, e que chegara aquele sitio, e que dele tomara a denominação, e hoje com pouca corrupção, e por ficar situada nas margens do mesmo Rio. O certo é que a dita casa entrou a luzir no Reinado de D. Diniz pelos anos de

mil trezentos e tantos, sendo senhor dela Nuno Homem, vassalo do dito Monarca; deste foi descendente Henrique Homem Carneiro, filho de Diogo Homem Carneiro, e de Ignes de Azevedo, filha de Pedro Anes, chanceler Mor de Entre Douro, e Minho. E deste Diogo Homem Carneiro foi descendente Antonio Carneiro que viveu no tempo de El Rei D. João o 2.^o, e de El Rei D. Manuel, e del Rei D. João o 3.^o; foi secretario del Rei D. Manuel, e de D. João seu filho com os quais teve muita valia: foi Capitão da Ilha do Principe e Comendador de cem soldos, e do Marmelal, e de outras Comendas da Ordem de Christo, e deste descendem os Condes da Ilha do Principe, e outras ilustrissimas Casas.

Do dito Henrique Homem Carneiro, nasceu Henrique Homem, que serviu na Armada da Costa do Reino no ano de 1536. E tomou uma Náo Franceza de Cossarios; em 1537 foi para a India, e com D. Fernando de Lima foram ao Estreito Chanxarel e tirarão 60 Portuguezes que estavão captivos, e um deles foi, D. Manuel Teles de Meneses, e lhe mataram um seu Irmão, que pelejava de Cavalo, e depois de derribado dele por o ter em boa conta lhe cortarão a cabeça, e lha levarão, deixando todos os outros que ali morrerão. Fortaleceo a fortaleza de Bacaim, e pondo sobre ela cerco o Capitão Bramaluco del Rei de Cambaia, que foi senhor das terras de Baçaim, e tendo a de cerco um inverno todo tendo comsigo quatro mil homens de pé, e dois mil de cavalo e acometendo a Povoação que estava cercada de paos, que lhe servião de muros excepto pela parte do Mar, em um sabado 9 de Agosto de 1539 (depois de terem acometido muitas vezes, e sendo rebatidos valorosamente) vindo com toda a dita gente, e muita mais da terra, que se levantarão e mandarão juntar, e por todas as partes pretenderão tomar a fortaleza, e Povoação, e tendo a dita fortaleza só 30 homens de peleja, em que entrava o dito Henrique Homem, e se dispuzerão tam bem que defenderão valorosamente, matando muita gente; e vindo pela parte

do Mar, que era sitio aberto, muitos dos inimigos de cavalo, e adiante cem dos mais luzidos, e os outros para socorro todos muito unidos, foi o dito Henrique Homem de cavalo com dezoito homens e Capitão da fortaleza, e os acometerão ao encontro, fazendo os tornar para traz a todos ficando muitos mortos, matando lhe muitos cavalos, tomarão muitos vivos, e de todas as partes os fizerão retirar, morrendo nesta batalha dos inimigos trinta de cavalo, e duzentos de pé, sem perigo grave dos Portuguezes.

Abzentou se o dito Capitão Bramaluquo para Cambraia, saindo este pelo logar do Poral com trezentos homens de cavalo, e mil e duzentos de pé, e destruirão todas aquelas vizinhanças no que El Rei de Portugal recebeo grande perda, e suas rendas, em cujo tempo com a chegada de João de Sepulveda ao dito Bacaim capitão mor de uma armada, determinava sair contra Maliquena, com quatrocentos homens de pé, e vinte e cinco homens de cavalo em os quaes tambem ia Henrique Homem; ao outro dia forão dar sobre o dito logar do Poral, aonde acharão Maliquena a esperar, tendo toda a sua gente prompta, repartida em tres esquadrões, em uma varzea muito grande, e indo junto deles dispararão uma grande surriada de Artilharia, e espingardaria. Derão neles, e em pouco tempo puzerão os inimigos em fugida, desbaratando os, e os seguirão pelo espaço de duas leguas matando lhe muita gente, passarão de 150 homens de cavalo. Tomarão lhe 16 peças de Artilharia, e um Armazem com muitas taças, espingardas, polvora, arcos, flexas, e outras muitas munições, tendas e cavalos. Finalmente deu o dito Maliquena 3.^a investida em tempo que os da fortaleza pertendiam sair, para o expelirem das ditas terras, e estando no caminho gentando, tiveram noticia pelas espías, que vinha o dito Maliquena, e recolhendo se a gente, e posta em ordem, esperarão o acometimento. E dando uns nos outros, ficarão totalmente desbaratados os inimigos, seguindo os matarão muitos deles, e outros captivarão, matando muitos cavalos, e tomando lhe

outros vivos, e em todas as ditas cousas se achou de cavalo o dito Henrique Homem, obrando muitas acções de valor e honra. Pelo que o capitão que era do Forte de Bacaim o armou Cavaleiro, com as condições e ceremonias, que naquele tempo se requerião. E consta o referido de uma certidão passada aos tres de Julho de 1540 asignada pelo capitão da dita fortaleza de Bacaim. Ruy Lourenço de Tavora. E outras.

Do dito Henrique Homem nasceu Pedro Homem da Costa, que serviu de Provedor da Artilharia na jornada de Africa, até se perder a batalha, em cuja ficou prezoneyro, e se resgatou a sua custa. Foi capitão da Arca Filobete Fortuna da Armada de que era general Mathias de Albuquerque por Decreto do Cardeal e Rei. Foi cavalheiro professo na Ordem de Christo. Defendeu o Porto, contra o Infante D. António, e Aveiro, tudo a sua custa, e foi capitão de Infantaria, cidadão do Porto, fidalgo da casa de Sua Magestade digo e Fidalgo Escudeiro, como o são seus descendentes até o presente que existe na caza chamado Diogo Homem Carneiro Leite Pereira de Vasconcelos, todos fidalgos escudeiros da casa de Sua Magestade.

Lourenço de Araujo Carneiro da mesma casa dos Morgados de Attaens, e natural da dita freguezia no tempo da acclamação foy sargento Mor de Infantaria, governador do Morro de S. Paulo, e Almeyrante do Mar.

Procedeo mais da mesma freguezia e aldeya da Bulha o Dr. Francisco Ferreyra Braga Juis de fora que foy em varias partes corregedor em Tavira e estando despachado pera o Dezembarguo da Bahya se falesceo em Lixboa pellos annos de 1733.

19.^o, 20.^o, 21.^o

Nesta freguezia não ha feyra, serve se do correyo da cidade do Porto, que lhe fica hua legoa em distancia, e a cidade de Lixboa em sincoenta, e hua.

22.^o

Veio a esta freguezia S. Martinho de Dume segundo Apostolo das Espanhas pelos anos de 560 de que ha tradição, e por habitar em um logar da mesma freguezia lhe ficou o nome, e se chama hoje o logar de S. Martinho, junto de Cabanas.

No alto do monte, que hoje chamão de Aguiar, por cima da aldeia de Cabanas, se acha um terreno que parte pertence a esta freguezia, e parte a freguezia de S. Cosme e por esta parte tem o logar chamado de Aguiar, tambem na descida do mesmo monte, e no alto dito houve em outro tempo um Castelo chamado de Aguiar, o que consta não só por fama mas tambem por causa de alguns campos de varios lavradores reterem ainda hoje a denominação de Campos do Castelo, e terem se tirado daquele sitio muita pedra lavrada.

Pelo que julgo que naquele sitio era o em que existiu o Castelo chamado antigamente de Aguiar, e os moradores destas partes, e dito Castelo, tiverão grandes guerras, e choques com os moradores da cidade antiga denominada *ripa fidelis* sobre o Rio Douro, e mais proxima ao Rio Souza do que pareceu ao P. M. Fr. Manuel Leal no seu Crisol purificativo, ainda que teve suficiente fundamento para assim o entender, como tambem do dito Castelo que pelos fundamentos acima expostos fica sem duvida ser aquele o proprio sitio do dito Castelo, e a cidade *Ripa fidelis* na freguezia da Souza, medeando o dito Rio Souza entre a cidade, e Castelo dito; e sôbre a dita cidade não me extendo por me não pertencer. Sou a dizer que por extinção desta, e da Povoação do Castelo, se erigio a vila de Arrifana de Souza, cuja fundação e colonia nova se atribue ao valor de D. Fayão Soares reliquia góda, e tronco dos ilustre Souzas pelos anos de 850, segundo escrevem Fr. Bernardo de Brito, e Rodrigo Mendes Silva Christovão Ferreira de S. Payo, o Licenciado Jorze Car-

doso, Fr. Pedro de Poyares, e outros a quem segue o P.^e M.^e Fr. Manuel Leal no seu Crysol purificativo, sexta purificação, exame sexto, n. 3, pagina mihi 601.

Na dita aldeia de Cabanas, e sitio onde hoje existe a Igreja Paroquial existirão antigamente alguns Eremitas, como viverão na freguezia de S. Pedro da Cova pelo tempo del Rei D. Afonso Henriques, que lhe fez doação, cuja aponta o Ilustríssimo D. Rodrigo da Cunha no Catalogo dos Bispos do Porto, 2.^a parte, capitulo 1.^o in novis pagina mihi 15, coluna 1.^a versiculo = Dura a memoria do Bispo D. Hugo = vivendo dispersamente em Cabanas que fazião, e por isso ficou a dita aldeia o nome de Cabanas, que ainda hoje retem e conserva.

De cujo instituto fossem os ditos Eremitas ao certo não consta, tanto os da freguezia de S. Pedro da Cova, vizinha desta, como os dela, e outras freguezias circumvizinhas, principalmente de Canedo distante desta freguezia meia legua, rio Douro em meio. Por viverem em Ermos, e logares solitarios, e por isso pouco conhecidos, como diz Pedro de Maris em os Dialogos de varia Historia, Dialogo 2.^o — Capitulo 8.^o na vida del Rei D. Sancho o 1.^o. E pelos anos de 1300 já os não houverão por estas partes. E deixada a opinião de que erão Augustinianos (o que me parece mais certo) o mostrá-lo com mais individuação, o não faço, por me não pertencer, nem ser perguntado.

No tempo da Invazão dos Mouros se conservou sempre no mesmo sitio da Igreja Paroquial a Ermida ou Oratório de S. Crux, e é constante ser aquele sitio refugio dos Christãos, que se ocultavam da furia dos ditos sarracenos, e se consolarião, e conformarião com a vontade de Deos com os conselhos, e práticas daqueles santos Eremitas Augustinianos, que se os passados tinhão padecido muito, com iguaes invazões, em Africa, e a razão da dita ocultação nas ditas partes é, por ser certo que havião grandes matos, e sitios solitarios, aonde melhor escaparião refugiando se, como o fizerão para outras iguaes partes, até a chegada dos Gascões

que recuperarão a cidade do Porto, e todas as terras pelo Douro acima, e outras.

23.^o, 24.^o, 25.^o, 26.^o, 27.^o

Não ha fonte, nem lagoa celebre, parte sim esta freguezia com o Rio Douro pelo Sul, o qual tem o seu nascimento e conforme diz Plinio th. 4 cap. 20 a quem segue Gaspar Estaco é um dos maiores de Hespanha, nasce nos Povos Pelendones e junto da cidade Numancia, e depois passa pelos Aravacos, e Vacceos, e tendo dividido os Velhones em Asturia, e os Galegos da Lusitania, ahi tambem divide os Turdolos dos Bracharos; chamando aos Povos da terra da feira Turdolos, e aos da parte do Norte Bracharos pela cidade que então lhe era capital.

E quanto ao que se pergunta da serra a não ha; como tambem de Rio, que do Douro fica dito, e é notorio o seu nascimento, e quanto é caudelozo, e os Rios que entrão nele, que os das paragens o declarão, e nesta freguezia sai para o dito Rio Douro um tenue Ribeiro deverão a desaguar nele, e de inverno conforme as chuvas. E dos demais interrogatorios os não ha, além do que fica dito. S. Crux de Juvim 10 de Abril de 1758. — Subdito mais humilde Abbade João das Neves.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Volume 18, Folhas 52, Documento 331.

FREGUEZIA DA LOMBA

Satisfazendo a ordem que recebi nesta residencia de Santo Antonio da Lomba, comarca de Penafiel, Bispado do Porto, do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Bispo do mesmo Bispado o que tenho para dizer do que se pretende saber desta terra é o seguinte:

1.^o — Respondendo ao primeiro interrogatorio fica

esta Igreja na província de entre o Douro e Tejo, Bispoado do Porto, na eclesiastica comarca de Penafiel, na secular comarca de Penafiel de Souza, termo da vila de Melres, freguezia Santo Antonio da Lomba.

2.^o — O Donatario deste termo de Melres é o Excentissimo Marquez de Marialva o qual ao presente é por mercê feita ao dito Excentissimo Senhor.

3.^o — Tem esta freguezia cento e dez vizinhos, trezentos e sessenta e duas pessoas.

4.^o — Fica situado em um outeiro não muito alto dela se descobre a vila e freguezia de Santa Maria de Melres que dista meio quarto de legua, parte da freguezia de Pedorido Bispado de Lamego que dista meia legua.

5.^o — O termo a que pertence é vila de Melres.

6.^o — Está esta Igreja no logar da Lomba Titulo da mesma Freguezia, tem cinco logares, Lomba, Areja, Monte de Meda, Labercos, Sante.

7.^o — O orago é Santo Antonio, Tres altares tem, o da Capela maior de Santo Antonio, dois colateraes, um onde está o Sacramento, outro da Senhora do Amparo, tem duas Confrarias, uma de Jezus chamada de Jezus, outra do Sera a que chamão Sucindo (¹), não tem naves.

8.^o — O Pároco é cura apresentação do Abbade de Melres, não tem renda alguma certa de seis mil reis e o pé de Altar.

9.^o — Não tem Beneficiados.

10.^o — Nada.

11.^o — Nada.

12.^o — Nada.

13.^o — Tem duas Ermidas, uma de Santa Eufemia, sita no logar de Sante, pertence a todos os freguezes, outra no logar da Lomba de Santo Apolinario; é de pessoa particular.

14.^o — A de Santa Eufemia acode povo algum

(¹) Subsino?



de romagem a desaseis de setembro e tirado esse dia em que se festeja não acode nem a de Santo Apolinario em tempo algum.

15.^o — Recolhem os moradores Milham, centeio, vinho, azeite, mas de tudo moderado porque são terras de pouca sustancia.

16.^o — Tem este termo Juiz ordinario que conhece de tudo, e Camara.

17.^o — É couto pertencente ao Excelentissimo Marquez de Marialva, é concelho da vila de Melres mas não cabeça.

18.^o — Nada.

19.^o — Nada.

20.^o — Não ha nesta terra correio, o que para ela serve é o do Porto que fica mais proximo, distando tres leguas.

21.^o — Dista esta freguezia da cidade capital do Bispadó que é do Porto tres leguas, e de Lisboa capital do Reino cincuenta e quatro.

22.^o — Nada mais que o que pertence ao Ex.^{mo} Marquez de Marialva, como senhorio da terra.

23.^o — Não tenho nada que responder.

24.^o — Não é porto de mar.

25.^o — Nada tem do que se pergunta neste interrogatório.

26.^o — Não padeceu minima ruina no terramoto de 1755.

27.^o — Não ha nesta terra cousa alguma digna de memoria, só ser tudo altos e baixos, serras e serem os habitadores da dita terra todos pobres mizeraveis.

Serra

Chama se a serra principal que ha no alto desta freguezia cabeça de sobreiro, e de lá estão eminentes alguns mais pequenos que se chama o primeiro que dela nasce o campo da armada, o segundo mosqueiros, o terceiro o camouco, o quarto se chama comieira que

está eminente a este logar, todos estes outeiros tem seus vales pequenos ao fundo.

2.^o — Tem de comprido uma legua que principia logo neste logar da Lomba e finda no alto chamado cabeça de sobreiro ao pé do logar de Monte de Meda, de largo tem tres quartos de legua que principia em o logar de Areja e funda no de Labercos.

3.^o — Não tem braços dignos de memoria.

4.^o — Não nascem rios alguns.

5.^o — Vilas não estão nem humas, logares está este chamado no baixo dela, ao cima dela Monte de Meda, ao través de uma parte o logar de Areja, e da outra Labercos.

6.^o — Nada que responder.

7.^o — Nada que responder.

8.^o — Não se cultiva a serra, nem tem plantas nem ervas medicinais, só é povoada de matos que uzão deles os moradores para seu gasto, e alguns para se sustentar cortando e mandando vender o porto (¹).

9.^o — Nada que responder.

10.^o — É temperada esta terra.

11.^o — Cria sómente alguns lobos.

12.^o — Nada que responder.

13.^o — Não ha nesta terra cousa mais digna de memoria do que dito fica.

Rio

1.^o — Chama se Rio Douro, ignoro onde nasce.

2.^o — Não sei se logo nasce corre logo, mas sei que todo o ano corre violentamente.

3.^o — Os rios que sei té onde tenho noticia entre neste rio Douro principiando do Porto para cima o 1.^o é o Rio Souza, o 2.^o é Crestuma, o 3.^o é Arda, o

(¹) Ao Porto?

4.^o é Tamega, o 5.^o Paiva, mas nenhum destes ditos rios são navegaveis. O primeiro entra neste rio Douro no logar da Sousa, o segundo em Crestuma, o terceiro em Pedorido, o quarto no Terrão, o quinto no Castelo.

4.^o — Este rio é navegável, capaz somente de barcos.

5.^o — Em algumas partes é de curso arrebatado, em tres corre brandamente.

6.^o — Corre de nascente a poente.

7.^o — Cria barbos, vogas, escalos, e estes em todo o tempo se cassam, tambem nele se pescão lampreias desde o mez de Janeiro té Abril, sáveis tambem desde o mez de Março té Junho ou Julho, Mujes em todo o tempo mas com maior no estio.

8.^o — Em todo o ano se pesca, mas mais frequente de Janeiro té Junho inclusivé, a pescar lampreia e sável por ser peixe de corso.

9.^o — Em toda a parte do rio té onde tenho noticia são as pescarias livres.

10.^o — Não tem margens por ser suas beiras muito agras, nem arvores de fruto, só algumas nogueiras em algumas partes e algumas que servem de suster vides.

11.^o — Suas aguas não tem virtude digna de memoria que eu saiba.

12.^o — Sempre conserva o mesmo nome, nem ha memoria que em tempo algum o perdesse de Rio Douro.

13.^o — Morre no mar, sitio é Barra do Porto chamado Sam Joam da Foz.

14.^o — Não tem cousa alguma que lhe embarassem o ser navegavel té onde dão logar suas aguas.

15.^o — Não tem pontes de qualidade alguma em toda a parte.

16.^o — Não tem em si moinho algum, nem lagares nem pizões, nem engenho de qualidade alguma que haja noticia.

17.^o — Ao prezente se não tira ouro de suas areias, nem ha memoria que no tempo preterito se tirasse.

18.^o — Não tenho noticia uzem os povos de suas

aguas para a cultura dos campos por ser quasi toda aveira do couro⁽¹⁾ enfragoeda e se tem algumas fracas ribeiras se não pode ainda nessas uzar de suas aguas por se não poderem tirar, e juntamente haver pouco onde aproveitem.

19.^o — Tenho sómente conhecimento deste Rio Douro de Sam Joam da Foz té o Castelo de Paiva que se contão nove leguas ou dez, e dahi passa pela povoação chamada entre ambos os Rios que é o sitio onde entra neste Rio, o rio Tamega e dahi passa pela beira da vila de Melres e pelo meio do mesmo cam.^{ho} e dahi passa a povoação de Crestuma que é onde entra no mesmo rio Douro chamado rio de Crestuma, e dahi a Souza onde o mesmo rio Souza entra neste, e dahi a cidade do Porto, e desta a sua Barra sita em Sam Joam Fontes, mais algumas casas ficam na beira douro mas só servem de taverna para os homens que andão no rio e não tem nome digno de memoria nem são povoações.

20.^o — Nem sei que haja fora do que dito fica cousa alguma nesta terra digna de memoria.

Estas são as averiguações pude achar no curto de meu juizo de outras pessoas que consultei acerca do referido nos interrogatorios que ofereço reverente. — Santo Antonio da Lomba 12 de Abril de 1758. — O Cura — José Rodrigo Cardozo da Rocha.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Vol. 21, Folhas 110, Documento 1.059.

FREGUEZIA DE MEDAS

Satisfazendo a ordem que recebi nesta residencia de Santa Maria das Medas, Comarca de Penafiel, Bispoado do Porto, do Rev.^{mo} Snr. Bispo do mesmo Bis-

(1) À beira do Douro?

pado o que tenho para responder aos interrogatorios é o seguinte :

1.^o — Respondendo o primeiro fica esta Igreja na Província de entre Douro e Minho, Bispoado do Porto, Comarca de Penafiel no eclesiastico, e no secular Penafiel de Aguiar de Souza, tudo deste dito Bispoado do Porto, termo da cidade do Porto, freguezia de Santa Maria das Medas.

2.^o — O donatario da terra é o Comendador de Santo André de Lever ao prezente.

3.^o — Tem esta freguezia cem vizinhos, pessoas trezentas e quarenta e cinco.

4.^o — Está esta Igreja situada no fundo de hum monte e dela se descobre parte da freguezia de Leber que dista quasi uma legua.

5.^o — Não tem termo seu mas pertence ao termo de Aguiar de Sousa.

6.^o — Está esta Igreja no lugar das Medas, titulo da mesma Igreja, tem seis logares a saber: Broalhos, Pombal, vila Cova, Medas, Carvalhos, Fisga.

7.^o — Tem esta freguezia padroeira, e orago Nossa Senhora da Natividade, tem tres altares, o da Capela mór no qual está o Santissimo Sacramento. E dois colaterais, um de Jesuz, outro de Nossa Senhora do Rosario, tem duas Confrarias, uma da Senhora, outra do Sera a que chamam sucinto (¹), não tem Irmandades nem naves.

8.^o — O Pároco é cura apresentação do Reverendo Reitor de Lever da comarca da feira do mesmo Bispoado do Porto, tem de congrua sete mil e oitocentos, e um carro de pam que lhe paga o rendeiro da dita comenda, e o pé de altar.

9.^o — Não tem nada neste interrogatorio.

10.^o — Nada neste interrogatorio.

11.^o — Nada.

12.^o — Não tem.

13.^o — Tem duas Capelas, uma de Nossa Senhora

(1) Subsino?

da Ascensão (¹), sita no logar de Broalhos, outra do Salvador, sita no logar de vila Cova, a elas acodem gente de romagem nos seus dias proprios em os quais se festejam, pertencem ambas a dita freguezia, tem mais um Oratório de uma pessoa particular em que se diz missa, sito na quinta do Paço do dito logar de vila Cova, pertencente a dona Francisca.

14.^o —

15.^o — Recolhem milhão, centeio, vinho, azeite, mas de tudo moderado.

16.^o — Não tem Juiz ordinario, mas sim Ouvidor do dito concelho de Aguiar de Souza, o qual também é juiz das cizas do dito Concelho, feito e sujeito ao senado da Camara da cidade do Porto.

17.^o — Não é couto, cabeça, é freguezia das Paredes onde se fazem as audiencias.

18.^o — Não tenho noticia de que desta freguezia florescesse homem algum insigne por virtude de Armas nem Letras.

19.^o — Não tem feira de qualidade alguma.

20.^o — Não tem correio, o que fica mais proximo, distando tres leguas é o do Porto, o qual chega ao sabado.

21.^o — Dista esta Igreja de Lisboa, cidade capital do Reino, cincuenta e quatro leguas, e da do Porto, capital do Bispado tres leguas.

22.^o — Não tem esta terra privilegio algum digno de memoria.

23.^o — Não tem esta terra fonte alguma, nem lagoas que tenham aguas especiais em qualidade.

24.^o — Não é porto de mar.

25.^o — Não é murada nem tem praça d'Armas, nem tem torre alguma, nem castelo.

26.^o — Não padeceo ruina alguma no terremoto de mil e sete centos e cincuenta e cinco.

27.^o — Não tem esta freguezia cousa alguma mais digna de memoria.

(¹) Queria dizer Assunção.

Serra

1.^o — A serra principal que ha nesta freguezia se chama Sores (¹), de comprido quasi uma legua, e de largo quasi meia, principia em Sobrido, e finda em Cobelo.

2.^o — Tem dois braços, um se chama o Lameira do Carvalhal, e outro o Corrogo.

3.^o — No sitio desta nascem dois Ribeiros que correm de nascente a poente.

4.^o — Nam nascem dela rios alguns.

5.^o — Não estão nela vilas nem logares por não ter grandeza que em si comprehenda qualquer dessas couzas.

6.^o — Nada.

7.^o — Não tem nada.

8.^o — A serra não se cultiva, nem cria frutos, só matos.

9.^o — Nada tem.

10.^o — É temperada.

11.^o — Não cria animais dignos de memoria.

12.^o — Não tem lagoas, mas nela ha alguns foios (²) pequenos e no sitio de val de amores da dita freguezia ha tambem alguns foios, e outros no sitio do bouço, do logar de broalhos da dita freguezia.

13.^o — Não sei que haja mais cousa alguma, digna de memória do que se procura saber desta terra.

Terra e Rio

1.^o — Chama-se Rio Douro, o sitio onde nasce o ignoro pelo longe.

2.^o — Não sei quantas leguas tem de comprido, porque só conheço dele té o Castelo de Paiva que

(¹) Açores.

(²) Fojos?

são a S. João Fantos sitio entra no mar dez leguas; de largo terá pouco mais ou menos quarenta brassas conforme suas enchentes, corre todo o ano, e não sei se logo nasce caudellozo.

3.^o — Entram neste Rio Douro o Rio Souza, Cres-tuma, o Rio Tamega, e o Rio Paiva, e assim se chamam os sitios em que entra neste Rio Douro.

4.^o — É navegavel, e só nele navegam barcos de que é capaz.

5.^o — Sempre é curso arrebatado em todo o sitio, e mais feroz nas enchentes.

6.^o — Corre de Nascente a poente.

7.^o — Cria barbos, escalos, vogas, e destes é a maior abundancia, tambem traz muges, lampreias desde Janeiro té Abril, e sáveis desde Março té Julho.

8.^o — Nele ha pescarias barbos, muges, escalos, vogas todo o ano, lampreias de Janeiro té Abril, sáveis de Março té Julho.

9.^o — As pescarias são livres em todo o rio.

10.^o — Não tem margens capazes de se cultivar por serem suas beiras empenduradas, não arvores de fruto só silvestres.

11.^o — Não tem suas aguas virtude especial que eu saiba.

12.^o — Sempre conserva o mesmo nome de rio Douro, nem ha noticia que em tempo algum o perdesse.

13.^o — Acorre no mar, o sitio em que entra nele é barra do Porto, sitio de S. João da Foz.

14.^o — Não tem cousa alguma que embarasse o ser navegavel.

15.^o — Não tem ponte de qualidade alguma.

16.^o — Não tem moinhos nem pizōis, nem engenho de qualidade alguma.

17.^o — Não há memoria de que se tirasse ouro de suas areias em tempo algum nem no prezente.

18.^o — Não ha campos onde suas aguas possam servir para suas culturas por serem suas beiras agres.

19.^o — Não tenho conhecimento deste Rio acima do Castelo que dista do Porto dez leguas, as povoações por onde passa do dito sitio são entre ambos os rios, vila de Melres, Souza, Porto e sua Barra onde entra no mar, sitio de S. João da Foz.

20.^o — Não sei que haja nesta terra cousa alguma mais digna de memoria, que não fação mensão os interrogatorios acima.

Estas sam as obrigações que no lemitado de meu intendimento e de outras pessoas mais que consultei acerca dos interrogatorios que forão mandados pello reverendissimo Sr. Bispo deste Bispado o que offereço como reverente subdito.

Hoje Santa Maria das Medas 10 de Abril de 1758.

— O Padre Cura — José Ferreira de Carvalho.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Vol. 23, Folhas 104, Documento 683.

FREGUEZIA DE MELRES

Satisfazendo a ordem que recebi nesta rezidencia de Santa Maria de Melres, comarca de Penafiel, Bispado do Porto do R.^{mo} Snr. Bispo do mesmo Bispado o que tenho para responder conforme os interrogatorios do que se pertende saber desta terra é o seguinte:

1.^o — Respondendo ao primeiro fica na Provincia de entre Douro e Minho, Bispado do Porto, Comarca de Penafiel no eclesiastico, e no secular — termo seu, freguezia de Santa Maria de Melres.

2.^o — O Senhor da terra é o Ex.^{mo} Marquez de Marialva.

3.^o — Tem esta freguezia duzentos e trinta e cinco vizinhos, pessoas sete centas e noventa.

4.^o — Fica esta Igreja situada em um plano na beira de um rio, dela se descobre sómente parte da freguezia da Lomba anexa desta Igreja que dista meio quarto de legua.

5.^o — Tem termo seu, esta freguezia tem oito logares a saber, a vila, Moreira, Vilarinho, Montezelo, S. Tiago, Sobrido, Branzelo, Eira de Mello; a freguezia da Lomba que é do mesmo termo tem cinco logares a saber, Lomba, Areja, Monte de Meda, Labercos e Sante, e entre todo o termo deste tem trezentos e quarenta e cinco venhos vizinhos.

6.^o — Fica esta Igreja situada no meio da vila, tem oito logares, vila, Moreira, Vilarinho, Montezelo, Eira de Mello, S. Tiago, Sobrido, Branzelo.

7.^o — O orago desta freguezia é a Senhora da Assumpção que se festeja a 15 de Agosto, tem a Igreja 4 altares, um na Capela mór onde está o Santíssimo Sacramento, outro da Senhora do Rozario, outro do Menino Jesus, outro do Senhor dos Passos, não tem naves, só tem uma Irmandade do Senhor dos Passos.

8.^o — O Pároco é abade apresentação do Ex.^{mo} Marquez de Marialva, fará de renda novecentos mil reis.

9.^o — Nada.

10.^o — Nada do que se pergunta neste.

11.^o — Nada.

12.^o — Nada.

13.^o — Tem quatro Capelas, a Senhora da Piedade sita no lugar de Moreira, outra de S. Bartolomeu sita no lugar de Santiago, outra de Santa Eiria sita no lugar de Branzelo, outra cita nesta vila de Nossa Senhora da Victoria de uma pessoa particular e as mais pertencem a freguezia.

14.^o — A todas elas acode gente de romagem nos seus dias próprios em que se festejão.

15.^o — Recolhem os moradores milhão, centeio, vinho, azeite mas de tudo parco.

16.^o — Tem Juiz ordinario que conhece de todas as causas e Camara, e ouvidor de vara branca.

17.^o — É couto do Ex.^{mo} Marquez e cabeça do mesmo concelho honra do dito Senhor.

18.^o — Tem florescidos dois Bispos, um que foi da

cidade de Goa, e outro da Ilha Terceira, e um dezembargador que foi na relação do Porto.

19.^o — Não tem feira de qualidade alguma.

20.^o — Não tem correio, o que fica mais próximo é o do Porto, distando tres leguas.

21.^o — Dista tres leguas da cidade do Porto capital do Bispado, e cincuenta e duas da cidade de Lisboa, capital do Reino.

22.^o — Não ha privilegio digno de memoria, nem antiguidades, só o que pertence a casa do Ex.^{mo} Marquez de Marialva.

23.^o — Nada.

24.^o — Não é porto de mar.

25.^o — Não tem cousa alguma do que se pergunta.

26.^o — Não padeceu ruina alguma no terramoto de 1755.

27.^o — Não sei que nesta terra haja mais cousa alguma digna de Memoria que não venha neste interrogatório.

Serra

1.^o — Chama-se Santa Eiria, terá de comprido meia legua e de largo um quarto.

2.^o — Principia na Estivada e finda no sitio do Padram.

3.^o — Dela não manão braços principais alguns.

4.^o — Nem dela manão rios nem tem propriedades dignas.

5.^o — Nada.

6.^o — Nada.

7.^o — Nada.

8.^o — A povoação da serra é matos, e não se cultiva nem dá frutos de qualidade alguma.

9.^o — Nada.

10.^o — É temperada.

11.^o — Não tem criação de gados, sómente perdi-zes, coelhos, lebres.

12.^o — Tem em si alguns fojos.

13.^o — Não tem cousa alguma digna de memoria.

Rio

1.^o — Chama-se Rio Douro, assim o sitio onde nasce ignoro.

2.^o — Todo ano corre feroz.

3.^o — Os rios de que tenho noticia que entrão neste rio Douro são Rio Souza, Tamega, Paiva, são os sitios onde entrão nele assim mesmo chamados.

4.^o — É navegavel e só capaz de barcos.

5.^o — Enté onde tenho notissia hé de curso arebetoado mas mais em suas enchentes.

6.^o — Corre de nascente a poente.

7.^o — Cria barbos, escalos, bogas, e muges, é esta a maior abundancia que em si traz.

8.^o — Nele se pesca todo ano destas quatro cestas de peixes acima excepto lampreias e sáveis que estes só se pescão de Febereiro té Junho.

9.^o — São livres té onde tenho noticia.

10.^o — Não tem margens por serem suas beiras encostadas e não tem arvores de fruto.

11.^o — Não tem suas aguas virtude especial que eu saiba.

12.^o — Sempre conserva o mesmo nome e não tenho noticia que nunca o perdesse.

13.^o — Morre no mar, Barra do Porto, sitio de S. João da Foz.

14.^o — Nada.

15.^o — Não tem pontes té onde tenho noticia.

16.^o — Nada.

17.^o — Nada.

18.^o — Não tem sitios que possam usar de suas aguas.

19.^o — Donde tenho noticia é somente de entre-ambos os rios para baixo são 8 leguas té onde finda e do dito sitio de emter ambos os rios passa por esta

vila, Souza, cidade do Porto, S. João da Foz, sitio onde entra no mar.

20.^o — Não sei que haja nesta terra causa alguma digna de memoria que eu saiba.

Estas são as averiguações que achei nos interro-gatorios que offeresso reverente. — Melres 11 de Abril de 1758. — António Fernandes Cruz.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Vol. 23, Folhas 126, Documento 785.

FREGUEZIA DE FOZ DE SOUZA

Relaçam das Noticias da Freguezia de Sam Joam da Foz da Souza.

N.^o 1 — Esta terra fica na Provincia de entre Douro, e Minho, pertence ao Bispado do Porto, Comar-qua de Penafiel termo da dita cidade do Porto e hé da freguezia de Sam Joam da Foz da Souza.

N.^o 2 — O Seu Direito Senhor hé El Rei meu Senhor.

N.^o 3 — Tem esta freguezia de Sam Joam da Foz da Souza cento e noventa, e oito vizinhos, pessoas mayo-res seis centas, e vinte, e huma, pessoas menores oitenta, e coatro, Abzentes secenta.

N.^o 4 — Está esta freguezia de Sam Joam da Foz da Sousa situada entre Montes e da dita freguezia só se descobre huma pequena povoação chamada Arnellas, que pertence a freguezia do Olival da Commarca da Feyra do Bispado do Porto, e da dita freguezia de Sam Joam da Foz da Souza, a ditta povoação de Arnellas só dista a largura do Rio Douro, que se mete de pre-meyo entre a freguezia de Sam Joam da Foz da Souza, e Arnellas.

N.^o 5 — Não tem esta terra termo seu, e pertence ao termo da cidade do Porto.

N.^o 6 — Esta Paroquia de Sam Joam da Foz da Souza está situada no meyo do Lugar da Sousa tem

sette lugares, a saber, o lugar de Ferreira, Gens, Jancido, Compostella, Espozade, Zibreiros e a Souza, o lugar de Ferreira tem vinte e hum vizinhos, oitenta pessoas maiores, nove pessoas menores e nove pessoas abzentes. O lugar de Gens tem trinta e dous vizinhos, pessoas maiores noventa e oito, pessoas menores vinte e cinco, pessoas abzentes quatorze. O lugar de Jancido tem trinta e nove vizinhos, pessoas maiores cento e vinte e seis, pessoas menores quinze, pessoas abzentes quatorze. O lugar de Compostella tem dezanove vizinhos, pessoas maiores sincoenta e sette, pessoas menores sette, pessoas abzentes cinco. O lugar de Espozade tem dez vizinhos, pessoas maiores trinta e seis, pessoas menores duas, pessoas abzentes duas. O lugar de Zibreiros tem trinta e cinco vizinhos, pessoas maiores secenta e huma, pessoas menores oito, pessoas abzentes doze. O lugar da Souza tem quarenta vizinhos, pessoas maiores cento e onze, pessoas menores dezoito, pessoas abzentes seis.

N.^o 7 — O orago da ditta freguezia de Sam Joam da Foz da Souza hé Sam Joam Baptista, tem a Igreja cinco Altares, a saber, o Altar Mor onde está o Sacramento, Sam Joam Baptista e Santa Rita, o altar de Nossa Senhora do Rozario, o altar do Santo Nome de Deos, o Altar de Nossa Senhora da Conceição, o Altar de Sancta Anna, tem a ditta Igreja huma só Nave, tem tres Confrarias, a saber, a Confraria das Almas, a Confraria de Nossa Senhora do Rozario, e a Confraria do Senhor. O Parocho da ditta Igreja hé Reytor, e quem o apresenta hé o Reytor de Nossa Senhora da Graça do Collegio da Cidade de Coimbra, tem de renda o ditto Reytor cento e oitenta mil reis.

N.^{as} 9, 10, 11 e 12 — Nada.

N.^o 13 — Tem a ditta freguezia de Sam Joam da Foz da Souza coatro Ermidas, digo, cinco Ermidas, a saber, Santa Ellena que está fora do lugar de Ferreira, Sam Roque que está fora do lugar de Gens, Santo Ouvido que está fora do lugar de Jancido, Sam

Jorge que está juncto ao lugar de Zibreiros, Nossa Senhora do Carmo que está juncto ao lugar da Souza, defronte do rio Douro, a Ermida de Sancta Ellena, a de Sancto Ouvido, e a de Sam Jorge pertence ao Reytor da ditta freguezia de Sam Joam da Foz da Souza, a Ermida de Sam Roque pertence ao Morgado de Cubello Placido Carneyro, e a Ermida de Nossa Senhora do Carmo pertence ao Reverendo Rozendo Manoel da Costa Crasto, Abbade de Sam Pedro da Cova, da Comarca de Pennafiel do Bispado do Porto.

N.^o 14 — As dittas Ermidas só huma vez acode no anno a ellas romagem, a saber, a Santa Ellena a tres de Mayo, a Sam Roque o coarto domingo de Agosto, a Santo Ouvido o segundo Domingo de Agosto, a sam Jorge o segundo Domingo de Mayo, e a senhora do Carmo nam te (¹) romagem.

N.^o 15 — Os frutos que os lavradores custumam colher em mayor abundansia hé milham e senteyo.

N.^o 16 — Tem esta terra Ouvidor espadano (²) e está sojeito ao Juiz de Fora do termo da cidade do Porto.

N.^{os} 17, 18 e 19 — Nada.

N.^o 20 — Nam tem esta terra Correyo, servesse do Correyo da cidade do Porto que dista desta terra duas legoas.

N.^o 21 — Dista esta terra a cidade capital do Bispado, que hé a cidade do Porto duas legoas, e a cidade de Lisboa, cidade capital do Reyno sincoenta e duas legoas.

N.^{os} 22, 23, 24, 25, 26 e 27 — Nada.

Notícias das serras

N.^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 — Nada.

(¹) Não tem.

(²) Pedâneo (juiz que, nos lugares menos importantes, julga de pé).

Notícia dos Rios desta terra

N.^o 1 — Passa hum Rio por esta freguezia chamado o Rio Souza, porem nam se sabe a sua origem.

N.^o 2 — Como se nam sabe da sua origem nam ha noticia se nace caudalozo, porem por esta freguezia corre todo o anno, de inverno muito caudalozo de sorte que se nam passa senam em barcos, e de veram vay tam deminuto que se passa a vao por algumas partes.

N.^o 3 — No dito rio Souza, entra outro rio mais pequeno chamado o rio de Ferreira, e entra no citio chamado Travassos que hé dentro da ditta freguezia de Sam Joam da Foz da Souza e deste tambem não ha noticia da sua origem e nascimento, porem por esta freguezia corre todo o anno, de inverno bastante mente caudalozo.

N.^o 4 — Hé o ditto Rio Souza navegavel só para barcos.

N.^o 5 — Hé o ditto rio Souza de curso arebatado té chegar a ditta freguezia de Sam Joam da Foz da Souza, porem chegando a ditta freguezia hé de curso quieto té morrer no rio Douro, que espasso de hum coarto de legoa.

N.^o 6 — Corre o ditto rio Souza de poente para o nascente, digo, do nascente para o poente.

N.^o 7 — Cria o ditto rio Souza peixes, a saber, barbos, escalos e bogas.

N.^o 8 — Ha no ditto rio Souza pescarias de Lampreas no Mez de Março e Abril.

N.^o 9 — As pescarias, que ha no ditto rio Souza sam livres dos moradores da terra que tem campos, junto ao ditto rio.

N.^o 10 — As margens do ditto rio Souza cultivance, e tem algum Arvoredo de fruto.

N.^o 11 — Nada.

N.^o 12 — Sempre o ditto rio se chamou o rio Souza, e nam ha memoria que tivesse outro nome, nem consta que em parte alguma tenha diferente nome.

N.^o 13 — Morre o ditto rio Souza no rio Douro no citio chamado a boca da Souza que hé no fim da dita freguezia de Sam Joam da Foz da Souza.

N.^{os} 14 e 15 — Nada.

N.^o 16 — Tem o ditto rio moinhos e zenhas.

N.^o 17 — Nada.

N.^o 18 — Os povos uzam livremente das suas aguas para a cultura dos seos campos.

N.^o 19 — Como se nam sabe o nascimento do rio nam ha noticia das legoas que tem de distancia. Só ha conhecimento do ditto rio da freguezia de Castelois da Cepeda té esta freguezia de Sam Joam da Foz da Souza, que distam cinco legoas, e nesta distancia passa pella freguezia de Castellois da Cepeda, pella freguezia de Guilhofe, Fonte Arcada, Passo de Souza, Parada de Modeya, Sam Pedro da Sobreyra, Aguiar de Souza e pella freguezia de Sancta Maria de Cubello.

N.^o 20 — Nada.

Certifico eu Fr. Romualdo Nogueira Reytor de Parochial Igreja de Sam João da Foz da Souza, que estas são as notícias, que pude descubrir desta terra, e não sei mais, e por tudo ser verdade, o que juro in verbo sacerdotis, passei esta certidão: Souza oje 17 de Abril de 1758. — a Fr. Romualdo Nogueira Reytor.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Vol. 16, Folhas 140, Documento 891.

FREGUEZIA DE RIO TINTO

Informaçam da freguezia, e couto de Rio Tinto de que são donatarios os Religiosos do Mosteiro da Aye Maria de São Bento da cidade do Porto.

1

A freguezia de Rio Tinto dista da cidade do Porto para a parte do nacente hua legoa, he do seu Bispoado e a primeira Parochia, em que principia a vizita da

comarca Ecleziastica de Pena fiel, porque emquanto a comarca secular hé a do Porto, e do termo do mesmo Porto. Confina pello oriente com a freguezia de São Mamede de Valongo, pello Sul com a do Salvador de Fanzeres, e Campanham, pello poente com a de Paranhos, pello Norte com a de Agoas Santas, e São Lourenço, tem hua grande legoa de comprido, e no mais largo tem quazi outra legoa; tomou a freguezia o nome de Rio Tinto, deste Rio, que nascendo na parte mais oriental, e dentro na freguezia no sitio adonde chamam Rego dagoa, depois de a regar em todo seu comprimento se mete junto a hua ponte de pedra na freguezia de Campanham, e ahi finde metendo-se no Douro.

Alcançou o nome de Rio Tinto na profiada batalha que neste sitio houve anno de Christo nove centos, e vinte entre Abderrahamem Rei de Cordova, e Ordonho segundo Rei de Leam no tempo em que a cidade do Porto estava cercada por aquelle Rei Mouro, e lha tinha defendido com valor donde Hermenegildo Avo de S. Rozendo que a governava, e foi tanto o sangue deramado de ambos os exercitos, que correu o Rio muitos dias tintos delle, e por iso desde entam conserva o nome, e ainda que alguns Autores dizem, que a perda foi igual, sempre a dos Mouros foi maior, porque levantaram o sitio da cidade, e se retirou com perda de quazi todo o seu exercito o Rei Barbaro, como diz Brito no segundo tomo da Monarchia Luzitana, 2.^a parte, lb.^a 7 cap. 17, e com elle o Illustrissimo Cunha no Cathalogo dos Bispos do Porto, 2.^a parte pag. 133, e com maior clareza a Benedictima (¹) Luzitana, tomo 2.^a, parte 4.^a, cap. 9, pag. 256.

2

Foi esta Igreja Mosteiro das Religiozas de São Bento e hum dos que pellos annos de mil e quinhentos

(¹) Benedictina.

e dezoito incorporou o Senhor Rei D. Manoel por Bullas do Pontifice Leam io⁽¹⁾ no Real Mosteiro da Incarnaçam, ou Ave Maria da cidade do Porto. A sua fundaçam foi no ano de 1062 reinando el Rei D. Fernando o Magro⁽²⁾ que ganhou dos mouros a cidade de Coimbra, seu fundador foi D. Diogo Frutizindes com seus filhos Frutezindo Dias, e Gonçalo Dias e d. unisco, ou Ignes Dias, que o dotaram de muita fazenda, e herdades suas de que eram senhores, e unindo lhe doze Igrejas de apresentaçam, e de que o mesmo mosteiro foi patrono. E foi este Mosteiro tam observante, que o Senhor Rei D. Affonso Henriques, em 20 de Maio de 1141, setenta e nove annos depois de sua fundaçam lhe concedeo movido de sua observancia o couto da sua jurisdiçam, dando lhe muitos privilegios sendo Abadeça D. Hermezenda Goterres, que era da familia dos fundadores. O Senhor Rei D. Affonço o 4.^o chamado o bravo declarou por sua Real Sentença em juizo contraditorio esta Jurisdiçam, acrescentando de pura graça, que as Abbadeças deste insigne Convento, fossem juizas da appellasam dos juizes ordinarios do Couto, e que só para elles valese appelaçã e das sentenças, que elles desem, se podese appellar somente para El Rei, e não para outro algum juiz.

Quando este Mosteiro foi unido ao da Ave Maria da cidade do Porto, era Abadeça D. Ignes Borges, pessoa de muita virtude, e nobreza, que ainda no anno de 1534 nelle assistia como consta da apresentaçam, que ella fez da Igreja de Guizande a 29 de Agosto do dito anno, e no ano seguinte de 1535 em que reinava o senhor Rei D. Joam 3.^o teve effeito a união determinada por seu Pai o Senhor Rei D. Manoel dos quatro Mosteiros de Villa Cova, Thuias,

(1) Leão X.

(2) O Magno.

Tarouguella, e Rio Tinto no da Incarnaçam, ou Ave Maria a seis de Janeiro dia de Reis, sendo Abbadeça D. Maria de Mello, religioza do mosteiro de Arouca da Ordem de São Bernardo do mesmo Instituto Beneditino, que sempre conservou, e conserva aquelle Real Convento da Ave Maria, em forma que athé Abbadeça por indulto Pontificio mudou o seu habito branco, em preto, que hé o que sempre vestirão as suas novas subditas como filhas do grande Patriarcha Sam Bento.

O Couto de Rio Tinto que consiste somente e abrange a sua freguezia está em sua observancia, e o Juiz delle hé da data da Abbadesa do Convento da Ave Maria da cidade do Porto, em cuja prezença, e por nomeaçam sua toma a insignia de juiz, o qual conhece no dito couto de toda açam, como quoalquer juiz ordinario, e o hé tambem de orphãos com escrivão proprio data tambem da Abbadeça, havendo no dito Couto Almotaceis, e vereadores com caza da audiencia junto as caças do soleiro das rendas, e dizimos da freguezia, no sitio em que esteve edificado o Mosteiro cujas ruinas ainda mostrão sua grandeza.

3

Tem a freguezia neste prezente anno de 1758 — vizinhos seis sentos e quarenta e oito, pessoas de communham mil e seis sentas e setenta e duas, e pessoas menores dozentas e doze, e terá mais dozentas e vinte crianças das que ainda se não confessam.

4

Está situada em hum comprido valle, que principia abaixo da Igreja da freguezia, e finda na aldea de Baguim do Monte, ou vaga do monte, que hé

parte da serra de Valongo da qual se descobrem as poboaçãois seguintes: a freguezia de Fanzeres, São Cosme, Alfena, Sam Lourenço, Milheirôz, Leça, Matozinhos, e o mar oceano para a parte do poente e dista mais de duas legoas.

5

O termo do Couto é o da freguezia como está dito ao segundo item a qual comprehende as Aldeas seguintes: Villa Cova, Ranha, Rebordaos, Quintam, Triana, Portella, Arioza, Pinheiro, Gesta, Brazileiro, Forno, Santegãos, Carreiros, Medancelhe, Cazal, Lourinhã, Campainha dalem, Sam Mamede, Pontelhas, Carreiras, Civilhais, Perlinhas, Ferrarias, Vendas velhas, vendas Novas, Cavada nova, Sam Sebastiam, Val de flores, Soutello, Esteves, Mendalho, Amial, Mosteiro, Baguim do Monte.

6 e 7

A parochia está no meio da freguezia, hé Igreja antiga de hua só Nave, seu Orago é de Sam Christovam, tem coatro Altares, o primeiro hé o da Capella mor em que estão os padroeiros Sam Christovão, e S. Bento, Sam Gonçalo, Santa Luzia, Santa Catharina, Sam Miguel, 2.^º hé o do Senhor Jezu, e Santa Anna, o 3.^º hé o da Senhora do Rozario, e da Senhora de Agosto, o 4.^º hé o das Almas, e Santo Antonio com seu protetor, tem mais Santo Ouvido, Sam Bartholomeo, todos estes Santos tem mordomos, e se lhe faz festa com missa cantada e sermão; somente tem a Irmandade das Almas seu protetor Santo Antonio na qual se faz pellos Irmãos vivos, e defuntos muitos sufragios.

O Parocho hé Vigario, porém o intitulam Reitor, hé de Aprezentaçam in solidum do Real Convento da Ave Maria do Porto, seu rendimento hé de coatro centos mil reis hum anno por outro.

9 — 10 — 11 — 12

Não tem Beneficiados, nem Conventos, nem Caza de Mizericordia, nem hospital nesta freguezia.

13 e 14

No anno de mil e seis centos e vinte e tres havia somente duas Capellas nesta freguezia como consta do Cathalogo dos Bispos do Porto pag. 408, a primeira de Nossa Senhora de Agosto, que não existe esteve junto as tullas, e se aruinou, e foi a Imagem para a Igreja aonde se venera e tem festa a 19 de Agosto. A Ermida ou Capela de Sam Sebastiam está no meio da estrada que vai para Valongo, sua festa hé algua dominga depois do seu dia. A Capela de Santo Antonio fica junto a Igreja e na planicia em que todos os annos nas festas do Patriarcha Sam Bento de Março, e Julho se vende muita louça de prado de Braga. A capella de Sam Bras de Baguim do Monte della sai o Santissimo proviatico⁽¹⁾ aos enfermos daquella aldea por ficar distante da Igreja. Sua festa hé a tres de fevereiro, tem orago a que concorrem algas freguesias vizinhas, e principalmente os moradores de Valongo, por ficar quazi ao pe da serra do mesmo lugar porem da parte da freguezia de Rio

(1) Por viático.

Tinto, tem mais esta capella São Clemente, São Silvestre, Santa Barbara as quais se lhe faz sua festa na Igreja; estas tres capellas pertencem ao povo moradores nesta freguezia e as que pertencem a particulares são estas. Na quinta do Paço sita em Baguim do Monte está a Capella de Santa Anna, que no anno de 1732 eregio por authoridade ordinaria o D.^{or} Gualter Antunes Pereira da cidade do Porto, sendo Governador do Bispoado o D.^{or} Joam Guedes Coutinho, que concedeo licença ao veneravel padre Manuel Viegas da Congreagação do Oratorio para a benzer e dizer nella a primeira missa como com efecto disse em dia de S. Jozé, 19 de Março de 1732, como se mostra da mesma licença está com todo aseio e tem mais a Imagem de S. Gualter, S. Bento, Santa Maria Magdallena, Santa Marta, a quinta hé antiga de bom recreio, e rendimento. A Ermida de Santo Ignacio de Loyola está no meio da aldea de Baguim do monte, hé seu administrador Ignacio da Costa professo no habito de Christo que a mandou fazer como testamenteiro, e herdeiro do Padre Pedro da Silva para nella se dizer a missa dos Pegureiros nos domingos e dias santos, que elle deixou. A terceira hé a da quinta do Doutor Luiz Nogueira da cidade do Porto na estrada e sitio da venda nova não sabemos de que invoçam⁽¹⁾ sera porque ainda não está acabada.

15

A freguezia dá todo o genero de frutos por ter muitas agoas de rega, produs algum trigo, muito sementeio, milho alvo, e painço, e a maior abundancia hé de milho grosso, vinhos verdes, no tempo nabos, e grellos, e mais hortelices que se mandão vender no Porto, tem bastantes frutas.

(1) Invocação?

16 1 17

A estes itens vai satisfeito no numero segundo.

18

Nesta freguezia não ha que della sahissem homens insignes, somente varios religiozos.

19

No lugar da venda nova estrada da cidade do Porto para Amarante, e villa Real se fas feira duas vezes no mez as quintas feiras das dez horas athé noute na qual se vende panos, e gados. Hé cativa.

20

Esta freguezia não tem correio, serve se do da cidade do Porto, que chega a sesta feira, e parte ao domingo de madrugada, e dista hua legoa desta terra.

21

Dista esta freguezia da cidade do Porto, que hé a capital do Bispado hua legoa, e da de Lisboa, capital do Reino, sincoenta e tres.

22

Nam tem privilegios alguns especiais.

23

Nesta freguezia ha varias fontes de boas agoas para beber como são a fonte do Pinheiro, a da Ranha, a de Quintam, a dos Cortiços, a do Paço, porem nenhuma tem especial qualidade, não ha lagoa algua celebre.

24 e 25, 26 e 27

Estes numeros não tem resposta, e somente ao numero vinte e seis no formidavel terremoto de 1755 cahio parte de hua Cruz de pedra no remate da Capella mor da Igreja.

Serra

1 e 2

A freguezia como fica dito esta asentada em valle e das ilhargas tem algua terra mais elevada porem a oriente da Aldea de Baguim do monte lhe corre do Sul a Norte por espaço de hum coarto de legoa a serra de Vallongo desde o sitio de Seixo athe Crasto Mao que he o sitio mais elevado donde se descobrem as terras e povoações seguintes, a freguezia de Fânzeres, Sam Cosme, Alfina, São Lourenço, Milheiros, Leça, Mathozinhos e o mar oceano para a parte do poente.

3 e 4

Neste pedaço de serra, e dentro desta freguezia tem nacemento o Rio Tinto como já se dice n. 1. e tambem nasce no sitio de sete Cazais o rio Coutelhas, que declinando pello sul com o breve curso de meia legoa regando as terras desta freguesia se mete na de fanzeres, e passando pella de Sam Cosme, e Campanham morre no Douro.

5 e 6

Nam tem esta serra villas nem fontes.

7

Na dita serra pella parte do Norte sitio de Espinhaço de Cam se acham foios porem quazi tapados

algum ainda conserva altura de vinte palmos, e como ella he ramo da de Vallongo, de Santa Justa aonde ha muitos com escadas subterraneas, he sem duvida que dos seus foios se tirou no tempo dos romanos muita quantidade de ouro, de que hião repletos os Preconsules que governavão a Hespanha no tempo da Republica, e ainda na do Imperio como diz Plimio, e não ha muitos annos sendo vivo o senhor Rei d. Joam o 5.^o por ordem sua vejo⁽¹⁾ hum mineiro a esta Serra, serra, e dizem que achara ouro, o qual não prosegujo por não corresponder a ganancia a despeza, tambem em Baguim ha minas de talco na Quinta do doutor Gualter Antunes Pereira, e por outras mais partes mostras delle.

8 e seguintes

Esta serra produs algum centejo, pinheiros, tojo, queirô, he de bom temperamento, nella ha lebres, coelhos, perdizes, e no lugar de Seixo tem muita pedra desta qualidade que hé especia de Marmore branco e não ha duvida, que se fossem as pedreiras postas nos termos de procurar a pedra mais profunda, daria o dito marmore mais perfeito e fino.

Rio Tinto, Fontelhas

Já fica declarado assim o rio como o sitio adonde nasce.

2, 3 e 4

Nasce muito pobre, e séca no mes de setembro ficando somente alguas levadas, ou possos, nelle entrão alguns ribeiritos que lhe decem das aldeas no tempo do inverno que de veram he para regar as terras, não he navegavel.

(1) Veio.

5, 6 e 7

Hé de curso quieto em toda a parte delle, corre do Norte ao Sul, os peixes que cria são escalos, e algua boga.

8 e 9

Não ha que responder.

10

As margens do dito rio são cultivadas e tem muito arvoredo de arvores silvestres.

11 e 12, 13 e 14

Não ha que responder.

15

Tem hua ponte de cantaria que chamião a ponte de Rio Tinto por onde se passa para Valongo.

16

Tem esta freguezia quarenta e cinco muinhos, hum lagar de Azeite, duas Noras, estes muinhos moem athe o Sam Joam e dahi por diante moe de prezada por se lhe tirar as agoas para regar os frutos.

17. e 18

Os povos uzam livremente das suas agoas para a cultura dos campos.

19 e 20

Estes numeros já vão respondidos.

Esta he a informaçam que pude achar desta dita

Freguezia em observancia da ordem de V. Ex.^a R.^{ma}
— Rio Tinto 29 de Abril de 1758. — O Reverendo
Antonio Ferreira Nobre.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Vol.
32, Folhas 131, Documento 805.

FREGUEZIA DE S. PEDRO DA COVA

Informação a respeito, do que se pertende saber
da terra, serra, e rio desta freguezia de São Pedro da
Cova.

A respeito do que se procura saber da terra desta
freguezia, o que posso informar é o seguinte.

1 — Fica na província de entre Douro, e Minho,
pertence ao Bispado do Porto, e Comarca de Penafiel,
ao termo da mesma cidade, e a freguezia de São Pedro
da Cova.

2 — São della senhores donatarios os Excellentissi-
mos e Reverendíssimos Senhores Bispos deste Bispado,
e no prezente tempo hé señor donatario dela o Excel-
lentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frey Antonio
de Tavora, Bispo do mesmo Bispado.

3 — Tem noventa, e oito vezinhos; e entre as
pessoas, que estão abzentes, e se achão na idade da
infancia, pupillar, e mais idades tem quinhentas, e sin-
coenta, e hua pessoas.

4 — Estão todos os seus Lugares situados entre
montes nos valles de tres serras, e delles se não des-
cobrem outras povoaçãoens; só sim se avista grande dis-
tancia do mar, e se descobre muita terra, e parte da
cidade do Porto dos mais altos sitios das mesmas serras,
as quais distão da mesma cidade hua legua em algumas
partes, em outras logo, e meya, e duas legoas.

5 — Pello que respeita a Jurisdição crime pertense ao
termo do Porto; e pello que respeita a Jurisdição civel
tem termo seu, que comprehende em si nove lugares,

que são Tardariz, Carvalhal, Beloy, Lodeiro, Pedrogó, Couço, Ervedoza, Villa verde, e Covilham, os quais se compoem dos dittos noventa, e oito vezinhos.

6 — A Parochia está situada no meyo da freguezia em hum solitario vale, que douz montes formão, separada, e fora de deus (sic) lugares, os quais são os nove asima mentionados, cujos nomes são Tardaris, Carvalhal, Belloy, Lodeiro, Pedrogó, Couço, Villa Verde, Ervedoza, e Covilhan.

7 — O seu Orago hé o gloriozo Apostolo São Pedro: tem tres altares; hum na capella mayor, e douz collaterais no Corpo da Igreja: o altar da Capella Mayor hé do Santissimo Sacramento, tem a imagem de São Pedro, da Senhora do Pillar, de Santa Anna, de Santa Izabel, e de São Gonçalo: o Altar collateral da parte do Evangelho hé do Senhor crucificado; tem a imagem de São Miguel, de Santa Maria Magdalena, de São Sebastião, e de São Braz: o altar collateral da parte da Epistola hé da Senhora do Rozario; tem a imagem de Santo Antonio, da Senhora da Conceição, da Senhora da Conçolação, e de Santa Luzia. Não tem Naves; hão nelas tres Irmandades; hua do Santissimo Sacramento, outra do Subsino com avocação do nome de Deos, e outra com avocação do Bom Jezus, e Almas.

8 — O Parocho hé Abbade collado, e pertense o Direito da Aprezentação a Excellentissima Mitra deste Bispado; tem de renda nos dizimos, Passais, e pé d'altar seis centos, e sincoenta mil reis.

9 — Não tem beneficiados esta Igreja.

10 — Não hão Conventos nesta freguezia.

11 — Não ha nella Hospital.

12 — Não tem Caza de Mizericordia; e tão somente há a ditta Confraria do Subsino nesta Igreja, e se determina em seus Estatutos, que falecendo algua pessoa pobre, ainda que fora da freguezia seja moradora, se lhe dé mortalha, sera, e sepultura a seu

corpo, e que por sua alma se lhe mande dizer hua Missa, tudo a custa da mesma Confraria.

13 — Tem hua Ermida com a vocação de Santo Antonio sita dentro do Lugar do Couço, a qual pertense a Francisco Vicente Jorge do mesmo Lugar. Dentro dos lemites desta freguezia na serra de Santa Justa há outra Ermida sita em lugar dezerto com a vocação da mesma Santa, a qual não hé de pessoa particular, e estão de antiga posse della os moradores da freguezia de Valongo.

14 — Em nenhum dia do ano acode romagem a Capella de Santo Antonio. Na Capella porém de Santa Justa há hua romagem na primeira oitava da Paschoa do Espírito Santo, e acode a ella povo de muitas freguezias, principalmente desta, de Valongo, de Fanzeres, de Campanhan, e de São Cosme, cujos moradores são obrigados por voto a irem no referido dia com as procissões de suas respectivas Igrejas a Capella da mesma Santa.

15 — O fructo, que os moradores desta freguezia colhem em mayor abundancia hé milho grande, que vulgarmente se chama milhão, e senteyo.

16 — Tem Juiz ordinario elleito pelo povo, e confirmado pellos Excellentissimos, e Reverendissimos Senhores Bispos deste Bispado com Jurisdição de conhecer de todos os cazos civéis, e com os officiais necessarios para administração da Justiça, e tão bem consta haver nesta terra em algum tempo, Camera⁽¹⁾, mas no prezente a não há.

17 — Hé Couto da Excellentissima Mitra deste Bispado, estabelecido pelo Senhor Rey Dom Affonso Henriques⁽²⁾, e confirmado pelo Sumo Pontifese Honorio II, consta de hua Escriptura de Doação celebrada pelo mesmo Senhor no anno de mil, e cento, e sessenta, e oito, e de Christo mil, e cento, e trinta, aos seis dias do mez de Julho, a qual se acha no censual do

(1) Vid. vol. I, pág. 150.

(2) Vid. vol I, pág. 39 e seguintes.

Illustrissimo Cabido da Sé do Porto folhas quarenta, e nove verso, donde a fiz extrahir por Certidão, que fica em meu poder, passada por um Tabaleão de Nottas, e na mesma escriptura se achão insertos os termos, lemites, e demarcaçoens do mesmo Couto, que comprehende em si tanta extensão como toda esta freguezia tem. Este mesmo Couto confirmarão por outras Doaçãoens os Senhores Reys deste Reyno, como se vê de huas escripturas, que se achão juntas a huns autos entre partes o Juiz do Couto de São Pedro da Cova, e os officiais da Chancellaria do Porto, de que foi escrivão o da mesma.

18 — Não ha lembrança, que nesta freguezia florescem, ou della sahissem homens, de quem se faça particular memoria, assim em virtudes, e letras, como em armas.

19 — Em nenhum dia do anno se faz feira nesta freguezia.

20 — Não tem correyo, e servem-se os moradores della do do Porto, donde distão legoa e meya.

21 — Dista esta freguezia da cidade do Porto, Capital do Bispado, Legoa, e meya, e de Lisboa, capital do Reyno dista sincoenta, e duas legoas.

22 — He izempta esta freguezia de Jurisdição secular, pello que respeita a Jurisdição civel, tem o privilegio de ser coutada, e serem senhores Donatarios, Capitaens mayores, e Ouvidores della os Excellentissimos, e Reverendissimos Senhores Bispos deste Bispado. Estes privilegios se observarão inteiramente em algum tempo, mas porque pella continuaçao delle se pervertem muitas couzas, achando o Senhor Dom Vasco Bispo desta Diocese os privilegios dos Coutos em decadencia se queixou ao Senhor Rey Dom Affonso IV, de que suas Justicas lhe devaçavão os seus Coutos; sobre o que foi dada sentença em Lisboa aos vinte de Mayo de mil, e trezentos, e settenta, e nove; anno de Christo mil, e trezentos, e quarenta, e hum, e se julgou, que os Excellentissimos, e Reverendissimos Senhores Bispos tinhão em

seus Coutos toda a Jurisdição civel, e Direito de porem Juizes, que nelles o administrassem (¹).

23 — Não ha nesta terra fonte, ou agoa que de sua qualidade se haja de fazer especial mensão.

24 — Não hé porto de mar.

25 — Não tem muros, nem se devizão nella vestigios de Castellos, ou torres antigas.

26 — No terremoto de mil, e sette centos, e sincoenta, e sinco, se não sintio nesta freguezia ruina, e só na Igreja della se abrio o arco da pia do Baptismo, o qual se reparou logo.

27 — Não ha pello que pertense a esta terra couza algua, de que mais se faça especial mensão.

A respeito do que se procura saber das serras, o que posso informar hé o seguinte.

1 — Hão nesta freguezia tres serras, que por agoas vertentes a devidem das outras freguezias; hua hé a serra da Pia, outra a serra de Fanzeres, que algum tempo se chamou Traz-áres, como se denomina na referida Doação do Senhor Rey Dom Affonso Henriques, e outra hé a serra de Santa Justa, que na mesma Doação se tracta por Monte das Covas, e por tradição se diz, que tão bem se chamara a serra de Cucamacuca: Alem destas tres serras ha outra, a que chamão de Cavalos, e tem só nesta freguezia o seu principio.

2 — A serra da Pia tem de comprimento meya legoa, e de largura tem hum grande coarto: principia no rio de Ponte Ferreira em o destricto da freguezia de São Martinho do Campo da parte do nascente, e para a parte do poente vem intestar no principio da serra de Cavalos, que o tem nesta freguezia da parte do Norte, e passando entre as freguezias de São João da Foz da Souza, e de São Romão de Aguiar de

(¹) Vid. vol. I, pág. 41.

Souza, tem o seu fim no rio Souza, onde acaba para a parte do Sul na freguezia de Santa Maria de Covello; terá de comprimento hua legoa, e de largura terá meya pequena. A serra de Santa Justa terá de comprimento meya legoa, e em algumas partes tem de largura outra meya; principia da parte do Norte no lugar, e freguezia de Valongo, e finaliza para a parte do Sul em o rio de Ponte Ferreira nesta freguezia de São Pedro da Cova.

A serra de Fanzeres tem de comprimento duas legoas, e de largura tem meya: principia da parte do Norte em o monte Alto, que devide esta freguezia da de Fanzeres, e de Valongo, e acaba no Rio Souza para a parte do Sul com o sitio, onde se incorpora com o rio Douro. Porém como nesta serra entrão com seus lemites não só esta freguezia de São Pedro da Cova, e a de Fanzeres, mas tão bem as freguezias de São Cosme de Gondomar, Santa Cruz de Jovim, e São João da Foz da Souza, se ha de advertir, que fora dos lemites de Fanzeres, toma o nome das freguezias, que nella tem seus lemites; menos na de São João da Foz da Souza, onde vulgarmente se denomina serra do Tronco.

3 — Não tem braços estas serras, dos quais se faça especial mensão, ainda que tem grandes outeiros e muitos montes.

4 — Dentro dos sitios destas serras não nascem rios.

5 — Onde a serra da Pia intesta com a de Cavallos estão para a parte do poente situados os lugares do Carvalhal, e de Beloy: No fundo da serra de Santa Justa está situado para a parte do nascente o lugar do Couço: E a serra de Fanzeres tem da mesma parte do nascente situados em seus vales o lugar de Ervedoza e Tardariz.

6 — Não tem fontes de propriedades raras estas serras.

7 — Na serra da Pia se achão algumas minas, e muitas mais na serra de Santa Justa, e hé certo que

dellas tirarão os Romanos, Mouros, e antigos grande quantidade de ouro, e prata, como consta das historias, e hé tradição antiga.

8 — Nenhua das referidas serras é povoada de ervas, de que haja conhecimento para a Medecina:

Seus fundos se cultivão de milhão, e senteyo, fructos, que mais abundantemente pruduzem.

9 — Não ha Mosteiros, nem Igrejas, nestas serras.

10 — O seu temperamento hé de qualidade fria e seca.

11 — Não ha nellas creaçao de gados; de caça se crião lebres, coelhos, e Perdizes, mas porque a estas caçao com redes em sevadouros, se acha quazi extinta esta especie de creaçao.

12 — Achão-se sette foyos grandes na serra da Pia: na serra de Santa Justa se achão trinta e sette em o desticto desta freguezia; trinta estão tapados, e sette se achão abertos, destes atravessão dous a serra da parte do poente para a parte do nascente; hum por baixo da terra em furna de grande altura; outro aberto em altura de trinta braças pouco mais, ou menos: Nesta serra se achão outros muitos foyos no desticto da freguezia de Valongo, e de São Martinho do Campo; e tanto nesta como na serra da Pia se achão principios de muitos mais. No mais alto sitio da serra da Pia está hua pedra (de quem a mesma serra toma o nome) com hua tal concavidade, que pode receber dez pipas de agua, não tem arteficio, mas hé obra da mesma natureza; está igual com o plano da mesma serra; por hua parte tem proporção para se descer a sua concavidade, e nella se veem huas pisadas, que paresem de ferra; duas; dizem, e hé tradição entre as pessoas antigas, que no tempo, em que São Martinho andou pellas Espanhas habitara nesta serra, e que com a agoa, que havia nesta pedra saciava a sede do bruto com que se servia: Nella se admirão dous prodigios, hum hé conservar sempre agoa sem esta ali nascer, nem vir de outra parte da terra; outro hé chover, assim que

se esgota, e alimpa: donde vem, que quando os lavradores querem agoa para se fertelizarem os fructos de seus campos a vão esgotar, e alimpar com toalhas, e panos de linho, e acontese haver chuva dentro em poucos dias, e alguas vezes tem acontecido chover, logo dipois de limpa, sem precederem demonstraõens de chuva; No mesmo lugar estava antigamente hum padrão de pedra, que se arruinou com o tempo, e hoje se conserva hum de pão: achão se no mesmo sitio alguas pedras com indicios, de que ali houve algua Ermida pequena, ou humilde habitação de algua pessoa.

13 — Nesta, e nas mais serras não ha couza digna de mais memoria.

— A respeito do que se procura saber do rio desta terra, o que posso informar é o seguinte:

1 — Chama-se o rio de Ponte Ferreira; nasce na serra de Santa Agueda, e tem o seu principio com duas fontes, que nascem separadas meyo coarto de legoa; hua nasce em São Pedro de Reymonda, outra em São João de Codeços, freguezias do Arcebispado de Braga; juntão se estas fontes ambas por baixo da Ponte de Sobrão na freguezia de Passos de Ferreira, que dista de seus nascimentos hua legoa.

2 — Logo nasce caudelozo, e todo o anno corre.

3 — Entra nelle o rio Souza no sitio de Travassos da freguezia de São João da Foz da Souza.

4 — Não hé navegavel, e se nelle entrão alguas embarcaçãoens pequenas, ou hé pella maré, ou pellas enchentes, que lhe comunica o Douro.

5 — O seu curso hé naturalmente arrebatado; porém as muitas levadas, que nelle hão o fazem quieto.

6 — Corre entre o Norte, e nascente, e finaliza entre o Sul, e poente.

7 — Cria peixes, e os de mayor abundancia são Barbos, e vogas.

8 — Pescão-se em todo o anno, e em todo o tempo com coca, trobiscada e redes.

9 — São livres suas pescarias; só neste couto, no de Loriz, e Ferreira são dellas senhores os Excellen-tissimos, e Reverendissimos Senhores Bispos deste Bis-pado.

10 — As suas margens se cultivão em os sitios accomodados para a cultura, e tem arvores de vinho, e silvestres.

11 — Não tem virtude particular as suas agoas.

12 — Não conserva sempre o mesmo nome, mas em alguas partes o toma dos lugares por onde passa: em seu principio se chama rio de Ferreira; na freguezia de Frazão se chama rio de Frazão; na de Lordelo se chama rio de Lordello; na de Sobrado se chama rio de Sobrado, até o sitio de Ponte Ferreira, e neste sitio principia a ter este nome, e com elle corre até recceber o rio Souza, e unindo se com elle toma o nome de Souza até o Douro.

13 — Morre no rio Douro, e nelle entra no sitio da Foz do Souza na freguezia de São João da Foz do mesmo nome.

14 — No destricto desta freguezia tem dezanove Levadas, que lhe embaraçarião o ser naveavel, se nelle houvessem agoas sufficientes para a navegação.

15 — Tem duas pontes de páo no destricto desta freguezia; no lugar do Carvalhal hua, e outra entre o lugar de Belyo, e Lodeiro.

16 — Tem vinte, e nove cazas de moinhos alvei-ros, e negreiros no destricto desta freguezia, e fóra della tem muitos mais.

17 — Não se tira ouro de suas areas, nem consta, que em tempo algum se tirase; só se diz, que em suas agoas lavavão os antigos, o que tiravão na serra da Pia, e de Santa Justa; mas hé muito verosimel, que haja ouro entre suas areas no destricto desta freguezia, e della para baixo, tanto por receber em si as agoas destas duas serras, como por correr entre ellias.

18 — Os povos uzão livremente de suas agoas, e cada qual em suas testadas se utiliza dellas para a cultura de seus campos.

19 — Tem seis para sette legoas da serra de seu nascimento até o sitio, onde se ajunta o Douro. Da ponte de Sobrão onde principia a denominar se rio, vem por Passos de Ferreira, desta freguezia passa a de Frazão, desta vem a de Lordelo, e passando entre esta, e a de Rebordoza vem a de Sobrado, e passando entre esta, e a de Gandra vem a de São Martinho do Campo, da qual passa a esta de São Pedro da Cova, e desta vay a freguezia da Souza, onde finaliza no Douro.

20 — Não ocorre couza notavel, e digna de lembrança, de que mais possa informar, tanto a respeito deste, como dos mais interrogatórios. — São Pedro da Cova 12 de Abril de 1758. — O Abbade — Rozendo Manuel da Costa Grasto.

Citação. — Arquivo da Torre do Tombo — Dicionário Geográfico de Portugal — Livro 12, Documento N.^o 430.

FREGUEZIA DE VALBOM

Executando a Orde de V. Ex.^a de vinte e dous de Febreyro deste anno, fis averiguação conforme a sua instrução, e respondo na forma dos seus Itens.

N.^o 1 — Em que Provincia fica, a que Bispado, Comarca, Termo, e Freguezia pertence?

Em a Provincia de Entre Douro e Minho propinqua as margens do Rio Douro, da parte septentrional está situada esta freguezia de Valbom, em distancia de tres quartos de legoa para a parte do Nascente da cidade do Porto, ao qual Bispado pertence, e hé na Comarca de Penafiel, e Termo da mesma cidade, e Concelho de Gondomar.

N.^o 2 — Se hé del Rey, ou de Donatario, e quem o hé ao prezente.

Dos Montados abertos desta freguezia de Valbom dizem hé senhor o Marques de Fontes⁽¹⁾ o que quazi

tudo se acha emprazado, e tapado com cazaas e cultura e ao dito Marques de Fontes pagão renda. Excepto porem o que fica para a parte do rio Douro, des o padrão chamado de Felgueiras, para hua, e outra parte, que consta do Tombo desta Igreija o pertencer lhe tudo, o que está aberto, e se tem modernamente tapado; e dos Cazaes são muitos, e diversos senhorios.

N.^o 3 — Quantos vizinhos tem, e o numero das pessoas.

Conforme a conta dos confessados, nesta prezente Quaresma do anno de mil e sete centos, e sincoenta e oito, são nove centos e quarenta e quatro vezinhos; e em Trezentos, e nove fogos; a saber setecentas e sincoenta e quatro pessoas maiores; cento, e hua menores; e oitenta e nove Auzentes.

N.^o 4 — Se está situada em campina, valle, ou monte, e que povoações se descobrem della, e quanto dista.

Está situada esta Freguezia em hum valle, de que toma o nome de Valbom, que se vai elevando des⁽²⁾ as margens do rio Douro, e daqui se vem as torres e muros de parte da cidade do Porto, distante tres quartos de legoa, e se descobrem as Igrejas parrochiaes de S. Pedro de Avintes, e S. Eulalia de Oliveira, e algumas das suas aldeas, que ficão vezinhas da outra marge do rio Douro, e juntamente se ve o Convento dos Congregados de Nossa Senhora da Conceição de Oliveira,

(1) O 1.^o Marquês de Fontes e 4.^o Conde de Penaguião chamava-se D. Francisco Sá de Menezes.

Foi camareiro-mor de D. Afonso VI e deputado da Junta dos três Estados; seu pai era o 3.^o Conde de Penaguião, João Rodrigues de Sá. O título de Marquês de Fontes foi concedido por D. Afonso VI em 1658, de que se passou carta a 2 de Janeiro de 1659. O 3.^o Marquês de Fontes mudou o título para o de Abrantes. (Vid. vol. I, págs. 118 e seg.).

(2) Desde.

que fica proximo ao rio, e quazi defronte da Igreja desta freguezia de Valbom se sim o rio Douro em meyo, e no destricto da freguezia de Santa Eulalia de Oliveira.

N.^o 5 — Se tem termo seu, que lugares ou aldeas comprehende, como se chamão e quantos vezinhos tem.

Não tem Termo seu esta freguezia de Valbom, antes sim hé comprehendida no numero dos lugares do Termo da cidade do Porto; e tem esta freguezia quinze Aldeas, a saber, a Aldea de Valbom de baixo, que tem dezotto fogos, sesenta pessoas maiores, e oito menores, e seis pessoas auzentes; e Aldea de S. Roque, que tem qua-renta e tres fogos, cem pessoas maiores e sete menores, e dezesete auzentes; e Aldea da Vinha, com seis fogos, treze pessoas maiores, e tres menores, e hua auzente, e Aldea de Resamonde, com vinte e cinco fogos, sin-coenta e oito pessoas maiores, sete menores, e sete auzentes, a Aldea da Arotea, com trinta e dous fogos, setenta e seis pessoas maiores, treze menores, e onze auzentes, e Aldea de Ribeira de Abbade, com oito fogos, vinte e tres pessoas maiores, cinco menores, e hua auzente; e Aldea de Villa Verde, com onze fogos, vinte e oito pessoas maiores, cinco menores, e hua auzente; e Aldea de Gato, com dois fogos, cinco pessoas maiores somente, e Aldea da Colmieira, com quarenta e dous fogos, noventa e oito pessoas maiores, onze meno-res, e dez pessoas auzentes; e Aldea de Pinheiro dalem, com vinte e seis fogos, sessenta e cinco pessoas, maiores, e seis menores e dez pessoas auzentes; e Aldea nova de Lagoa, com quinze fogos, e trinta e quatro pessoas maiores, e onze menores, e seis auzentes; e Aldea de Pinheiro da Quem, com quarenta e dous fogos, e cento e sete pessoas maiores, e quatorze menores e seis auzen-tes, e Aldea da Acheira⁽¹⁾, com quatro fogos, nove

(1) Acheira.

pessoas maiores, e hua menor; e Aldea da Gesta e Cavada, com quatorze fogos, e trinta e hua pessoas maiores, e duas menores, e seis auzentes; e Aldea Nova de Barreiros, com vinte e hum fogos, quarenta e sete pessoas maiores, e oito menores, e sete auzentes, e nesta forma comprehendem as ditas quinze Aldeas trezentos, e nove fogos, sete centas e cincuenta e quatro pessoas maiores, e cento e hua menores, e oitenta e nove auzentes.

N.^o 6 — Se a Parochia está fora do lugar, ou dentro delle e quantos lugares, ou Aldeas tem a freguezia, todos pellos seus nomes.

Está a Igreja parochial erigida na Aldea de Valbom de baixo, que hé o lugar que fica próximo ao rio Douro; e vão continuando as demais Aldeas proximas huas as outras, sem interupção de montes, ou serras, e são quinze e se seguem assim; Valbom de baixo, S. Roque, Vinha, Resamonde, Arotea, Ribeira de Abbade, Villa Verde, Gato, Colmieira, Pinheiro dalem, Lagoa, Pinheiro da Quem, Acheira, Gesta e Cavada, Barreiros.

N.^o 7 — Qual hé o seu Orago, quantos Altares tem e de que santos, quantas naves tem; se tem Irmandades quantas, e de que santos.

Hé o Santo padroeiro desta freguezia S. Verissimo, martir; e a Igreja não tem naves, consta de capela mor coberta de abobada de pedra, e corpo da Igreja coberto de estuque lizo embutido em madeira com frizos, e linhas della e não hé grande a Igreja, porem tem proporção, e sufficiencia bastante, e tem tres altares a saber o maior, no qual se acha collocado o Santissimo Sacramento, que tem Irmandade; e da parte do evangelho na Tribuna está a Imagem de S. Verissimo martir padroeiro desta freguezia, que tem Irmandade; e entre as colunas da Tribuna da mesma parte está a imagem de S. Antonio, que tem Confraria; e da parte da Epístola na mesma Tribuna está a imagem de S. Lourenço Justiniano, que tem Confraria; e entre as colunas desta parte, está a Imagem de S. Sebastião que tem Confraria;

e no Corpo da Igreja encostados aos dous claros, que ficão entre o arco da Capela mor, e paredes do Corpo da Igreja estão erigidos dous Altares; a parte direita de quem entra pella porta principal, fica o Altar em cujo retabolo está colocada a imagem de Nosso Senhor Jezus Christo crucificado, que tem confraria; e Santa Anna, que tem confraria; e Nossa Senhora da Conceição, que não tem Confraria; e da parte esquerda correspondente ao dito Altar, está erigido outro, em que se acha colocada a imagem de Nossa Senhora das Neves, que tem confraria; e sobre a Banqueta do dito altar; de hua parte está Santa Rita que tem confraria, e da outra parte Santa Thereza que tambem tem confraria; e ha mais nesta Igreja a confraria do juis da Crus, que acompanha os defuntos, e funções da freguezia, e assim mais a confraria de S. Roque, que está em hua Capela desta freguezia, como abaixo se referirá, e nesta forma fazem todas o numero de doze Confrarias.

N.^o 8 — Se o Paroco hé Cura Vigario, ou Reytor, ou Prior, ou Abbade, e de que apresentação hé, e que renda tem.

O Paroco desta Igreja hé Abbade, e pertence apresentação delle, em caso de vacancia, ao cabbido da Santa Sé Cathedral do Bispado e cidade do Porto; e a renda dos dizimos desta Igreja anda actualmente em sete centos mil reis; e com o passal e mais rendimentos chega a sete centos e sesenta mil reis; o que pertence ao Abbade.

N.^o 9 — Se tem Beneficiados, quantos, e que renda tem, e quem os apresenta.

Não hão nesta freguezia Beneficiados alguns.

N.^o 10 — Se tem Conventos, e de que Religiosos, ou Religiozas, e quem são os seus Padroeiros.

Não hão Conventos nesta freguezia.

N.^o 11 — Se tem Hospital, quem o admenistra e que renda tem.

Não ha Hospital algum.

N.^o 12 — Se tem Caza de Mizericordia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e o que houver notavel em qualquer destas couzas.

Não ha Caza de Mizericordia.

N.^o 13 — Se tem algugas Ermidas, e de que Santos, e se estão dentro, ou fora do lugar e a quem pertencem.

Hão nesta freguezia sete capelas, a de S. Roque sita no mesmo lugar de S. Roque, e pertence aos freguezes, e nella ha Confraria do dito Santo, e a dita capela hé antiquissima, porem não tem couza digna de memoria; e no lugar de Valbom de baixo está a capela de S. Paullo, que pertence a Pedro Correa Pinto de Azevedo; e no lugar da Vinha, está a capela de Nossa Senhora da Aprezentaçao que pertence ao capitão Damião Vieira Soares; e no lugar de Ribeira de abbade, está a capela de Nossa Senhora da Conceição, que pertence a Jeronimo Luis da Cunha Castro e Vasconcellos; e no mesmo lugar de Ribeira de abbade, está a capela da Circumcizão, que pertence a Vicente de Tavora Noronha, e no lugar de Colmieira, está a capela de Nossa Senhora do Rozario, que pertence a Domingos de Freitas Mendes; e no lugar de Villa Verde, está a capela de Nossa Senhora do Carmo que pertence ao capitão Manoel Pedrozo Coimbra. E estas seis capelas ultimas são pertencentes as quintas das pessoas nomeadas, que habitão na cidade do Porto.

N.^o 14 — Se acode a ellas romagem, sempre ou em alguns dias do anno, e quaes são estes.

Não vem pessoa algua de romagem a esta Freguezia.

N.^o 15 — Quaes são os frutos da terra, que os moradores recolhem em maior abundancia.

A maior quantidade hé de Milho grande, e centeio, e vinho verde, e em pouca quantidade Trigo, Cevada, Milho miudo, Painço, Feijoens, Linho, Hortalices, e Frutas; e muito menos, Azeite, e Castanha; de forma que os moradores desta freguezia não reco-

lhem frutos bastantes para seu sustento; pois a maior parte são pescadores, officiaes, e jornaleiros, que trabalhão na cidade do Porto, e de lá se remedeão.

N.^o 16 — Se tem Juis Ordinario ou Camera, ou se está sujeito ao governo das Justiças de Outra Terra e qual hé esta.

Esta freguezia não tem Juis, ou Ouvidor, antes sim hé do numero das sete freguezias que comprehende o Concelho de Gondomar, que tem Caza de Audiência, na freguezia de S. Cosme de Gondomar, que parte com esta freguezia de Valbom, pella parte do Nascente, e este Concelho tem hum Ouvidor, eleito pella Camera da cidade do Porto, a qual está sujeito.

N.^o 17 — Se hé Couto, Cabeça de Concelho, Honra ou Behetria.

Não tem esta freguezia de Valbom alguns dos ditos nomes.

N.^o 18 — Se há memoria de que florecessem ou della sahissem homens insignes por virtudes, letras, ou armas.

Não alcancei noticia de Pessoa famosa desta Freguezia.

N.^o 19 — Se tem feira, e em que dias, e quantos dura, se hé franca ou cativa?

Não ha feira nesta Freguezia.

N.^o 20 — Se tem correio, e em que dias da semana chega, e parte, e se o não tem, de que correio se serve, e quanto dista a terra aonde elle chega?

Não vem correio algum a esta freguezia, só sim se serve dos correios da cidade do Porto distante della tres quartos de legoa.

N.^o 21 — Quanto dista da cidade capital do Bispado e quanto de Lisboa Capital do Reino.

Fica esta freguezia de Valbom distante da cidade do Porto capital do Bispado tres quartos de legoa, e da cidade de Lisboa capital do Reino sincoenta e duas legoas.

N.^o 22 — Se tem alguns privilegios, antiguidades, ou outras couzas dignas de memoria.

Não tem privilegios esta freguezia, nem antiguidades.

N.^o 23 — Se ha na terra, ou perto dela algua fonte ou lagoa celebre, e se as suas agoas tem algua especial qualidade?

Hé causa tudo isto que não ha nesta freguezia.

N.^o 24 — Se for porto de mar descreva se o sitio que tem por arte, ou por natureza, as embarcações que o frequentão, e que pode admitir.

Fica distante esta freguezia de Valbom da barra de S. João da Fos hua legoa e tres quartos, e não hé frequentada por embarcações estrangeiras, por ser o rio Douro incapaz de se navegar, por falta de fundo nos limites desta freguezia; e só as Barcas que do alto Douro vem carregadas de Trigo costumão abordar na paraje chamada Gramido, que fica na Aldea de Valbom de baixo, adonde descarregão pella commodidade, que tem de o reconduzirem por terra ao lugar de Valongo distante desta freguezia duas legoas adonde se fornea o pão, que vai em cargas para a cidade do Porto.

N.^o 25 — Se a Terra for murada diga-se a qualidade dos seus muros: se for Praça de armas descreva-se a sua fortificação. Se ha nella ou no seu districto algum Castello, ou Torre antiga, e em que estado se acha ao prezente.

Não ha couza algua nesta freguezia de referido neste numero vinte e cinco.

N.^o 26 — Se padeceo algua ruina no terremoto de 1755 e em que, e se está já reparado?

A Igreja desta freguezia no tal terremoto do anno de mil sete centos, e sincoenta e cinco, padeceo leve dano, pois o feicho do Arco da Capela mor correio abaixo, o comprimento da grossura de dous dedos; e algumas pedras mais piquenas do cunhal do Coro cahirão, e pellas juntas da abobada da capela mor, cahio muita terra, e calice, o que tudo se acha repa-

rado; e a Cruz, que está no remate da parede do arco da capela mor, com o tremor virou a haste, pois estava de ponta para o Norte, e Sul, e ficou depois do tremor virada quazi de Nascente, e Poente, e ainda assim está, e as Cazas da freguezia não padecerão ruina algua, só sim as paredes dos campos leves cahidas, o que tudo já se reparou.

N.^o 27 — E tudo o mais que houver digno de memoria de que não faça menção o prezente Interrogatorio.

Ha nesta freguezia na Aldea de Ribeira de abbade hua Fabrica de solla que pertence ao Dezembargador Romão Jozé Roza Guião assistente na cidade de Lisboa, e nella se trabalha ha quinze annos, e sahe boa solla muito procurada, e nella laborão trabalhadores portuguezes, e só o mestre hé Irlandes, e actualmente que menos fabrica por haver carestia de couros, ainda assim tras nos cortumes trinta mil cruzados de emprego, nos Couros, que nelles andão.

Não ha serra nem Monte de arvoredo nos limites desta freguezia, e assim não tenho que responder aos Itens do segundo Titulo; e ao terceiro respondo conforme os Itens da Orde na forma seguinte.

N.^o 1 — Como se chama, assim o Rio como o sitio onde nasce.

O Douro hum dos Rios principaes do Reino de Portugal passa por esta freguezia de Valbom pella parte do Sul della, o qual tem o seu nascimento nas montanhas de Idubeda, chamadas pellos naturaes, os montes de Occa, no Reino de Castella Velha, ao pé das fronteiras do Reino de Leão no dominio do Rey de Castella.

N.^o 2 — Se nasce logo caudalozo, e se corre todo o anno?

O Rio Douro no seu nascimento tras pouca quantidade de agoa, porem corre todo o anno.

N.^o 3 — Que outros rios entrão nelle e em que sitio?

Como o seu curso hé muito dilatado pois nasce em reyno estranho, e depois que entra em Portugal

vem por muitos e diversos lugares recebendo varios rios o que não pude averiguar por falta de pessoas instruidas, só sim nos limites desta freguezia recebe dous regatos de agoa hum na paraje de Gramido, e outro na de Bouços, porem de verão toda a agoa delles se consome em regar os campos.

N.^o 4 — Se he navegavel, e de que embarcações é capas?

Nos limites desta freguezia hé o Rio Douro navegavel e por aqui passão barcos carregados com síncoonta pipas que vem do alto Douro para a cidade do Porto, e não tem fundo para maiores embarcações.

N.^o 5 — Se hé de curso arrebatado, ou quieto em toda a sua distancia ou em agua parte della.

Em tempo de Inverno, e chuvas hé a corrente do rio Douro muito violenta, em toda a distancia dos limites desta freguezia, de sorte que não fazendo vento para vencer o pezo da agoa hé necessario trazer os barcos puxando corda por terra, porem de verão vencem as enchentes e vazantes da maré e conforme ellas virão as agoas o seu curso.

N.^o 6 — Se corre de Norte a Sul, se de sul a Norte, se de Poente a Nascente, se de Nascente a Poente.

Tem a sua corrente o rio Douro de Nascente a Poente, considerada ella em linha recta, ainda que as suas agoas procurão muitas voltas; e nos limites desta freguezia correm quazi do Sul a Norte, porem em sima e em baixo logo vira a corrente.

N.^o 7 — Se cria peixes, e de que especie são os que tras em maior abundancia?

Os peixes que tras o rio Douro a maior parte vem do mar pella barra de S. João da Fos e são em maior quantidade sabeis, lampreas, Muges, solhas, lingoados, sabelhas, Barbes, e Inguias.

N.^o 8 — Se ha nelle pescarias, e em que tempo do anno?

No tempo dos sabeis e lampreas, que he commun mente des Febreiro athé o S. João, ou mais cedo, ou mais tarde, conforme as estações do anno,

ha no rio Douro pescaria dos ditos peixes; e em todo o verão e estação de Inverno pescaria do mais peixe miudo.

N.º 9 — Se as pescarias são livres ou de algum senhor particular, em todo o Rio, ou em algua parte delle?

Como o Rio Douro nos limites desta freguezia forma um areal grande que principia na paraje das pedras da lavandeira, athé o lugar de Ribeira de abbadé adonde fica commodo, para arastar as redes no tempo asima referido da pescaria dos sabeis e lampreas; só os moradores desta freguezia de Valbom podem no dito areal pescar, porem de tudo, o que pescão (excepto um peixe cada dia, que hé para a caldeirada) pagão o dizimo de des⁽¹⁾ peixes hum, para a Igreija, que pertence ao Abbadé desta freguezia, e do mais peixe, que fica aos pescadores pagão a renda chamada o Condado, que hé para o senhor do areal, que na ponta de sima que fica ao Nascente, hé Pedro Correa Pinto de Azevedo, e recada de sinco peixes hum. E no meio do areal pertence ao Marques de Fontes, e recada de mão de sinco e mão de seis hum peixe; e na ponta de baixo do dito areal, pagão os pescadores de sinco peixes hum, de que pertence duas partes a Martim Affonço de Mello, assistente na cidade do Porto, e outra parte, aos Conigos da Collegiada de Cedofeita extra muros da cidade do Porto; e todo este peixe pagão os pescadores ao sahir da rede em terra; e todo o mais peixe que fica livre destes tributos lho não deixão vender nesta freguezia, pois com vigias, e gravíssimas penas os obrigão, a leva lo a praça da ribeira da cidade do Porto; e pagão o tributo da Banca que hé de des peixes hum para Sua Magestade. E pello meio do rio Douro nō tal tempo se pesca livremente com huas redes, que se chamão Tresmalhos, e não sahem a terra, e só pagão os pescadores o

(1) Dez.

Dizimo a freguezia adonde fogueão, e a Banca na cidade do Porto.

N.^o 10 — Se se cultivão as suas margens, e se tem muito arvoredo de fruto ou silvestre?

As margens do rio Douro se não cultivão nos limites desta freguezia, só sim os campos, que ficão retirados das agoas da maré, que vão continuando pella terra dentro, com alguns Pinhaes entre meio.

N.^o 11 — Se tem algua virtude particular as suas agoas.

Não tem virtude especial as agoas do Douro.

N.^o 12 — Se conserva sempre o mesmo nome ou o começa a ter differente em alguas partes e como se chamão estas, ou se ha memoria de que em outro tempo tivesse outro nome?

O Douro sempre conserva o nome des que nasce athé acabar no mar, na barra de S. João da Fos; e não ha noticia de que em algum tempo padecesse mudança de nome.

N.^o 13 — Se morre no mar, ou em outro rio e como se chama este, e o sitio em que entra nelle?

Na Barra de S. João da Fos entra no mar e tem fim o rio Douro.

N.^o 14 — Se tem algua cachoeira, repreza, ou levada ou açudes, que lhe embaracem o ser navegavel?

No territorio desta freguezia não tem o Douro couza algua do referido, antes sim se navega a remo e a vella, por Barcos grandes e piquenos.

N.^o 15 — Se tem pontes de cantaria, ou de pao, quantas e em que sitio?

Na mesma forma não ha couza algua deste Item.

N.^o 16 — Se tem moinhos, lagares de azeite, pizoens, noras ou outro algum engenho?

As agoas do Douro na paraje desta freguezia não tem nem podem admitir facilmente o que se refere neste numero dezaseis.

N.^o 17 — Se em algum tempo, ou no prezente se tirou ouro de suas areas?

Refere Silio Italico no livro primeiro⁽¹⁾, que nas areas do Douro se achava ouro, porem nos prezentes seculos não ha noticia que apareça algum.

N.^o 18 — Se os povos uzão livremente das suas agoas para a cultura dos campos, ou com algua pensão?

Os habitadores desta freguezia de Valbom se não aproveitão da agoa do dito rio Douro porque a sua pozião não admite comodidade.

N.^o 19 — Quantas legoas tem o Rio, e as povoações por onde passa, des o seu nascimento até onde acaba?

Não pude averiguar com verdade ás legoas que corre o rio Douro des o seu nascimento, que como hé em Reino estranho, e vem por muitos lugares, que não tem comunicação com os habitadores desta freguezia, não achei pessoa que me pudesse informar e chegando o rio Douro a esta freguezia de Valbom, vay a freguezia de Nossa Senhora de Campanhã, que fica ao Poente, e depois pellos muros da cidade do Porto, e pellos lugares de Maçarellos, e do Ouro chega ao lugar de S. João da Fos, adonde entra no mar Oceano a distancia desta freguezia hua legoa e tres quartos, e eplla outra margem que hé a que fica ao sul passa o rio Douro pellas freguezias de S. Pedro de Avintes, e Santa Eulalia de Oliveira, que ficão defronte de Valbom, e depois pello lugar de Villa nova, defronte da cidade do Porto, e mais abaixo pello lugar de Gaya e sem passar por mais lugares dessa parte entra no mar na dita Barra de S. João da Fos.

N.^o 20 — E qualquera outra couza notavel que não vá neste Interrogatorio.

Não ha no rio Douro no disticto desta freguezia couza memoravel alem das asima referidas.

E estas são as noticias que pude alcançar e que respondo a cada hum dos Interrogatorios e não sei

(1) Vid. vol. I, pág. 323.

couza mais algua do que nelles se pregunta, alem das respostas, que a cada hum delles dou.

E V. Ex.^a me mandara o que for servido. Valbom dezoito de Abril de Mil e sete centos e sincoenta, e oito annos.

Citação. — Torre do Tombo — Dicionário Geográfico. Vol. 38, Folhas 15, Documento 77.

Este Interrogatorio é assinado pelo : Abbade Coadjuutor Domingos Martins da Crus S. Payo.

N. B. — Eis tudo o que referem as *Memórias paroquiais*, cuja transcrição eu quis manter tanto quanto possível íntegra e fiel, para que elas possam ser também um documento elucidativo do grau de cultura literária do clero paroquial daquela época.

Lardeei essas *Memórias* de algumas notas, com o fim de tornar menos obscuras certas grafias desse manuscrito ou fazer reportar o leitor a assuntos já versados.

NOVIÇOS DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DA CIDADE DO PORTO

ROUPETAS PARDAS E PRETAS

Já atrás nos ocupamos das instituições monásticas que eram destinadas à penitência e exercícios ascéticos. Parece que tiveram a sua origem nas perseguições aos cristãos, sob o imperador Décio, pelo meado do século III. Estabelecida uma no Egípto, depressa se propagou ao Oriente até à Etiópia e Pérsia; e no Ocidente, ainda no século IV era desconhecida ou desprezada tal ins-

tituição; só pela autoridade de S. Atanásio e S. Jerónimo começou a considerar-se honrosa, até que tomou uma forma augusta sob a direcção de S. Bento, fundador do Mosteiro de Cassini, pelo ano de 530, a quem deu a sua célebre Regra, que depois se generalizou no Ocidente. Os monges a princípio eram leigos e viviam do seu trabalho, mormente, do campo; depois começaram alguns a ordenar-se e a ter as suas capelas e oratórios privados, até que no século XI geralmente assumiram o clericato.

A superstição e avareza de que eram dotados os monges e frades, a crassa ignorância e fanatismo daqueles tempos fizeram com que reis e ricos proprietários não só fundassem mosteiros e conventos, mas também lhes doassem consideráveis terrenos e quintas para a sua sustentação. Uns em modo de expiação pelos seus pecados, doutrina pregada e promovida com incrível veemência e audácia pelos frades, e outros com mórbidos sentimentos de piedade, doaram quando viviam ou deixaram em seus testamentos terras, casas e dinheiro aos conventos, chegando a desherdar os próprios filhos e parentes! Os frades, neste empenho, iam até negar os sacramentos e sepultura àqueles que lhes não deixavam algum pingue legado (Mell. Freir., *Hist. Jur. Civ. Lus.*, § 55.^o not.), e cuja prepotência era tão desmarcada que não só arrojavam a impugnar abertamente a autoridade e as leis do país, mas a publicar leis contrárias às dos soberanos, erigindo-se com a maior impudência em legisladores, como fez no tempo de D. Afonso II um célebre Soeiro Gomes, Prior da Ordem dos Pregadores!, chegando os eclesiásticos, por meio das suas maranhas e travessuras, a depor do trono o infeliz D. Sancho II (cit. Mell. Freir., not. ao § 55.^o).

Este estado de ambição fradesca veio até ao século XVIII. A lei de 25 de Junho de 1766 no proémio, caracterizou os Religiosos dotados de espírito de insa-

ciável e estranha cobiça⁽¹⁾. Eles pregavam com o maior ardor a doutrina de que o reino dos céus se alcançava pelas doações às igrejas e conventos, instigando os fiéis, especialmente na hora da morte, a deixar-lhes grandes heranças e legados, de maneira que ainda hoje se lê, em quase todas as doações e testamentos dos séculos médios, a cláusula : *para salvação da minha alma, para remédio da salvação eterna*, etc. (Cav., tom. IV, § 7.º).

Daí a imensa riqueza destas casas religiosas.

Já trouxe à publicidade, neste volume, a páginas 117 e seguintes, os nomes de alguns *Religiosos ilustres*, naturais deste concelho, que professaram e estão incluídos no citado *Livro da recepção e profição dos Noviços, sendo Provincial o N. M. R. P.º M. Fr. Faustino de S.ª a Roza*, etc., ano de 1748, no Real Convento de S. Francisco do Porto.

Mas mais tarde e relativamente a indivíduos do nosso concelho que também professaram como irmãos noviços, na Congregação do Oratório desta mesma cidade⁽²⁾, fui encontrar outro manuscrito sob o n.º 953, na mesma Biblioteca, cujo título é :

(1) Tanta gente concordia ao estado eclesiástico que nas Cortes de 1668 requereram os povos fossem compelidos os pais a dar a seus filhos algum ofício, *porque todos queriam ser frades ou clérigos*. (José Veríssimo A. da Silva, *Mem. Econ. da Acad.* tom. I, fol. 216).

(2) O *Tratado completo de Cosmografia e Geografia-histórica*, de J. P. C. Casado Giraldes, Paris, ed. de 1825, t. I, pág. 81, diz: «A cidade do Porto foi fundada pelos Suevos; bispado no 5.º século, sendo seu 1.º bispo Constâncio, e tem tido 82 até D. João Magalhães. São 7 as freguesias: S. Pedro de Miragaia, a mais antiga, depois da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita, fundação do rei suevo Reciário em 446 (A. D.), a qual tem 1 prior, 4 Dignidades, 7 canonicatos e 3 meios canonicatos; a Sé, S. Ildefonso, Vitória, S. Nicolau e Santa Marinha de Vila Nova de Gaia. São 14 os conventos de Religiosos: S. Domingos, fundado em 1239; S. Francisco, em 1241 e removido para onde está em 1425; S. Elói da Congregação de S. João Evangelista em 6 de Novembro de 1491; S. Agostinho da Serra dos Cónegos Regulares de S. Agostinho, em 1540; Agostinhos Descalços,

LIVRO DA MEMORIA DOS SOGEITOS QUE
TEM ENTRADO A SER NOVIÇOS NESTA
CONGREGAÇÃO DO ORATORIO DA CIDADE
DO PORTO DESDE QUE EM SEUS PRINCI-
PIOS A FUNDOU O N. M. R. P.^E E D.^{OR} M.^E
ROIS QUE VEIO A ISSO DA CASA DE L.^{XA}
TRAZENDO POR COMPANHRO (QUE MUITO
O AJUDOU EM SINCO ANNOS P.^A SEIS QUE
AQUI ESTEVE) AO P.^E JOÃO LOBO.

E na página seguinte : «*Despois de este ir p.^a L.^{xa}
ficou em seu lugar o P.^e M.^{el} da Costa daquella casa
ajudando grandem.^{te} ao P. D.^{or} M.^{el} Roies nos
progressos desta fundação outros cinco annos e pasados*

em 1560; Capuchinhos de Val-de-Piedade, em 1569; Eremitas de S. Agostinho ou Gracianos, fundado em 1592 por D. António de Noronha, sobrinho do Marquês de Vila Real; Beneditinos da Vitória, em 1598; S. António dos Congregados, ou P.P.^{ea} de S. Felipe Neri, em 1680; Carmelitas Descalços, em 1616; N.^a S.^{ra} de Oliveira do Douro e Capuchinhos de S. António da Cidade em 1783, cujos conventos são sumptuosos, e os mona- cais muito ricos; são 5, os das Religiosas: Corpus-Cristi, ou Domínicas, fundado em 1345; Santa Clara ou Franciscanas, em 1416; Ave-Maria ou Beneditinas, por el-rei D. Manuel, em 1518; Madre de Deus de Monchique, Franciscanas, em 1575; e S. José ou Carmelitas Descalças, em 1704. Há o Colégio da Graça dos Meninos Órfãos; 3 hospícios, dos Capuchinhos da Cordoaria, Carmelitas Calçados do Senhor de Além e Paulistas de Lordelo; 3 recolhimentos, o do Anjo na Cordoaria, o da Esperança ou Órfãs e o da Mãe de Deus ou o Ferro; 14 hospitais, o Real e o dos Expostos; o número dêstes passa anualmente de 2.000, fazendo uma despesa de mais de 40 contos de réis; os dos Entrevados e Entrevadas, Lázarus, Lázaras e Vélicas administrados pela Santa Casa da Misericórdia; os de S. Crespim, Mulheres pobres e S.^{ra} da Silva; o dos Terceiros Franciscanos com lugares para Entrevados e Entrevadas, Vélicos e Vélicas e aonde se tratam os doentes com tanto custo e asseio como nas casas particulares; o dos Terceiros do Carmo e da Caridade também grandiosos, e o dos Clérigos, onde se tratam os Irmãos a todo o custo». Quasi todas estas comunidades já desapareceram, tendo sido aplicados os edifícios que existem a outros fins de interesse social. Há hoje 108 anos! Que profunda transformação sofreu esta cidade desde aquela época!

tres, tornou e esteve seis annos e sete meses sendo preposito.

Começou esta Congregação em forma de Comunidade, e Clausura, como consta do L.º dos assentos da Casa em dia de N. S.ª da Conceição 8 de Dezembro de 1680 annos e tomarão se as p.ºas⁽¹⁾ roupetas pardas em dia da expectação 18 do dito mes e anno de 1680. Os sogeitos que então começarão, e depois foram entrando são os seguintes».

Vem depois a lista por números. O n.º 73 é o «P.º Ignacio Correa, ordenado de Epistola, natural de Rio Tinto, Bispado do Porto, filho de M. Aranha e de Anna Correa; tomou a roupeta parda nesse Noviciado em dia da Visitação de N. Snra 2 de Julho de 1703. Tomou a roupeta preta no mesmo dia do anno seguinte de 1704. Faleceu nessa casa com a opinião de santo em dezembro de 1750, tendo ajudado muito a Congregação de Braga e de Viseu aonde leu Theologia». (Este último período é escrito por outra pessoa, que anotou no espaço em branco do fim da página 19).

Na página 43, outro assento que diz:

«O Ir. Joseph Martins ordenado de Menores, natural da freguezia de Campanhã deste Bispado, filho que ficou de Bento Martins já defunto e de Margarida An.^a viúva, ambos da mesma freg.^a e do lugar de Godim.

Entrou nesta Congregação a 6 de Agosto de 1716 e tomou a roupeta parda em 15 do dito mes, sendo dispensado nos dias do Estatuto. Preg. o Rev.^{mo} P.º Manoel Glis.

Tomou este Ir. a roupeta preta aos 15 de Agosto de 1717. Este P.º sendo Prep.^{to} morreu dentro de 6 meses por achaque que já padecia antes de o ser, que era um tuberculo, com opinião de S.^{to}, tendo muito desrezo de si, do qual se faz especial menção

(1) Primeiras.

nos apontamentos p.^a a Chronica da Congregação pelo N. P.^e Bento Jose, seu amigo e Confessor.»

Na página 123, vem o assento n.^o 208 que reza :
 «O Irmão Antonio de Castro, filho legitimo de Antonio de Castro e de sua mulher Madalena Martins, natural de S. Salvador de Fanzeres, bispado do Porto, entrou nesta Cong.^{am} p.^a o estado de sacerdote em dia de N. S.^{ra} da Con.^{cam} 8 de dez.^o de 1756; nasceu este irmão aos 27 de Feb.^{ro} de 1738, e professou no mesmo dia... no seg.^{te} ano (?). Sahio da Congreg.^{am}, sendo já sacerdote.»

Na página 147, o assento n.^o 232 :

«O Ir. Antonio de Moura, filho legitimo de Estevão Moreira e de sua mulher Maria Josefa de Moura, nascido e baptisado na freg.^a de S. Cosme, concelho de Gondomar, Bispado de Penafiel, entrou nesta Cong.^{am} p.^a Irmão Leigo em 7 de Junho, de idade de 32 para 33 annos e tomou a roupeta parda em 13 do dito mes dia de S. Antonio do anno de 1778.

O sobredito Ir. acabado o seu anno de Noviciado tomou a roupeta preta no mesmo dia 13 de Junho do anno de 1779. Morreo Congregado e morreo no Douro, sendo Procurador das Quintas em 25 de Outubro de 1815.».

Na página 154, outro com o n.^o 239 :

«O Irmão Bento José, filho legitimo de Estevão Moreira e de sua mulher Maria Josefa de Moura, nascido e baptisado na freguesia de S. Cosme de Gondomar, Bispado de Penafiel, entrou nesta Cong.^{am} p.^a Irmão Leigo de idade 36 annos no dia 16 de Dezembro e tomou a roupeta parda a 24 do dito mes anno de 1778. O sobredito Irmão acabado o seo anno do Noviciado tomou a roupeta preta no mesmo dia 24 de Dez.^o do anno de 1779. Morreo Congregado em 16 de Agosto do anno de 1821.»

Como se vê, este era irmão de António de Moura, atrás citado.

Na página 176, assento n.^o 259 :

«O Ir. Francisco d'Assis, filho legitimo do D.^{or} M.^{el} Fons.^{ca} e Sz.^a P.^{to}, natural da freguesia de S. Cosme deste Bispado, e de sua mulher D. Anna M.^a Joaq.^{na} d'Affon.^{ca}, moradores nesta Cidade, nascido e baptisado na dita freg.^a, entrou nesta Cong.^{am} p.^a sacerdote tendo de idade 16 a. e tantos meses em 17 de Mayo de 1786, e tomou a roupeta parda em 26 do dito mes e anno. Este Irmão acabado o seu anno do Noviciado tomou a roupeta preta no m.^{mo} dia 26 de Mayo de 1787. Sahio da Cong.^{am} por sua livre vontade a 12 de Mayo de 1794, sendo já sacerdote.»

Na página 222, vem o assento n.^o 286, que diz:

«O Irmão Antonio de Oliveira, filho legitimo de Domingos Gonçalves Thiago e de sua mulher Custodia Gonçalves, moradores no Lugar do Soutello, Freg.^a de Rio Tinto, deste Bispado, nascido e baptisado na m.^{ma} entrhou nesta Congregação p.^a sacerdote, tendo de idade dezasette annos feitos em Abril do prez.^{te} anno, em 18 de Mayo de 1797 e logo no dia 19 de manhan tomou a Roupeta parda.

Este Irmão acabado o seu ano de Noviciado tomou a Roupeta preta no m.^{mo} dia 19 de Mayo de 1798.

Sahio da Congregação por sua livre vontade, ordenado iá de sacerdote. Em Julho de 1811, e passados poucos annos depois da sua saída morreu.»

A páginas 224, vem o assento n.^o 303 :

«O Irmão João de França, filho legitimo de Manoel João de França e da sua mulher Catharina Moutinha dos Santos França, natural do Lugar de Villar, freguesia de S. Cosme, Bispado do Porto, com.^{ca} de Penafiel, entrou nesta Congregação para Sacerdote no dia 15 de Janeiro do anno de 1806 e tomou a Roupeta parda a 25 do dito mez dia da Conversão de S. Paulo; tendo de idade vinte e nove annos feitos. Este Irmão acabado o seu anno do Noviciado tomou a Roupeta preta no mesmo dia 25 de Janeiro do seguinte anno 1807. Sahio da Congreg.^{am} não ordenado e sahio, porq.^e o despedirão os PP.^{es}.»

Na página 271, o assento n.^o 334 declara :

«O Irmão João de Souza, filho legitimo de José de Souza Melro, e de sua mulher Anna Martins, nascido e baptizado na Freguezia de S. Cosme, entrou nesta Congregação p.^a Sacerdote no dia 9 de Outubro do anno de 1819, e tomou a Roupeta parda no dia 15 do m.^{mo} mez, e anno tendo de id.^e 18 annos feitos a 29 de Novembro de 1818. Este Irmão finalisou o seo anno de noviciado, e recebeo a roupeta preta no dia sobred.^o do anno de 1820.» Outra mão escreveu : «A hua hora da noite p.^a o dia 3 de Junho do anno de 1823 entregou a sua alma nas mãos do seu Creador e Nossa S.^r o P.^e João de Souza tendo de idade 22 annos, 7 mezes e 2 dias. Sua morte foi tão rapida q. só deo lugar a receber o sacramento da Penitencia. Porem he de esperar que esteja gozando da Bemaventurança, pelo seu bom comportamento, e practica de todos os actos religiosos. Falleceo tendo Ordens de Diacono.»

Eis os nomes e respectivas biografias contidos nesta Memória que tem 287 páginas e 350 assentos de noviços, na Congregação do Oratório da Cidade do Porto, desde 1680 a 1831.

Desta Congregação ficou hoje apenas a igreja dos Congregados e por muito tempo a actual rua de *Trinta e um de Janeiro* manteve o nome de *rua de Santo António*. Compunha-se de padres seculares e foi fundada em 1550 por S. Felipe Nery, na igreja de S.^{ta} Maria de Vollicheles. O papa Gregório XIII aprovou-a, pela bula de 13 de Julho de 1575; e os sacerdotes que entrassem para este Instituto apenas contraíam a obrigação de obediência a seu prelado, a quem chamavam *prepósito*. Foi introduzida em Portugal pelo P.^e Bartolomeu do Quental, confessor de D. João IV, em 1668. Desenvolveram-se muitas e rapidamente, em Lisboa, Porto, Braga, Viseu, etc. É de notar que algumas destas Congregações contaram homens de alto valor, que serviram ao Marquês de Pombal, quando este enérgico ministro de D. José quis tirar aos jesuítas a direcção do ensino público. E se algumas Ordens religiosas con-

taram com homens ilustrados, isto não obsta a que a indignação do povo contra frades não justificasse a extinção destas comunidades, como nocivas ao interesse social e ao bem da religião⁽¹⁾.

O Velho Liberal do Douro, n.º 7 ,de 1833, falando dos Frades, da rivalidade travada entre uns e outros, da crassa ignorância que os caracterizava, da sua viciosa ociosidade, e da depravação dos seus costumes, diz : «Entretanto os Frades, intrigando-se uns com os outros, se dividiram em várias seitas, como os descendentes do Islamismo; e a Igreja em breve se viu inundada dos importunos partidos de *Claustrais*, *Observantes*, *Reformados*, *Calçados*, *Descalços*, *Capelos agudos e rombudos*, *Barbados*, não *Barbados*, *Hábitos largos*, *Hábitos estreitos*, pretos, brancos, pardos, e outras ninharias desconhecidas no florescente tempo dos Apóstolos. É neste sentido que o P.^e Francisco Manuel do Nascimento, fugindo ao S.^{te} Ofício de Lisboa, exclamou no exílio :

«Ah Frades, Frades! Ah ralé maldita
Da boca da sagrada Natureza!
Frades de toda a cor, de todo o lote,
Canalha multiforme hoje temida,
Mas pisada amanhã, e destruída.»

⁽¹⁾ Já vinha de longe o ódio popular aos frades, que atiçavam a sanha contra os *marranos* ou cristãos novos, do tempo de D. Manuel I. A peste então redobrava em Lisboa; e a 15 de Abril de 1505 fizeram-se preces públicas. No domingo de Pascoela pareceu a alguns assistentes, na igreja de S. Domingos, que no peito dum crucifixo se via um clarão milagreiro. Um *cristão novo* acidiu a explicar que tal fenómeno não era mais do que o reflexo do vidro do relicário. Tanto bastou para ser imediatamente arrastado para fora do templo e queimado! e a canalha amotinada por dois frades, percorrendo toda a cidade, farejando *judeus*, roubou, destruiu e matou perto de 2.000 pessoas! As crianças arrancavam-nas dos peitos das mães e pegando-lhes pelos pés, esmagavam-lhes o crânio nas paredes dos aposentos. Depois saqueavam tudo. Durou três dias esta *Saint-Barthélemy*.

D. Manuel, honra lhe seja, foi terrível na punição dos criminosos. Os frades foram garrotados.



Pobre *Felinto Elísio!* O que dirias tu, se tivesses assistido ali, na *Praça Nova*, hoje Praça da Liberdade, às execuções dos liberais que a Alçada de D. Miguel, em 7 de Maio de 1829 condenou, pelo *bárbaro* crime de preferirem um regime de liberdade! Os frades e beatas do convento dos Loios e dos Congregados, de cada vez que subia à força algum dos dez condenados, erguiam os seus cálices de *vinho do Porto* e soltando *vivas* à santa religião e ao sr. D. Miguel, enchiam os ares com gargalhadas e doestos contra as vítimas imbeles! «Os princípios de liberdade de pensamento, sustentados pelos constitucionais, tinham inflamado a cólera reaccionária dos frades», dizem os historiadores.

Alberto Pimentel, no seu interessante livro *A Praça Nova*, falando desse dia sinistro, escreve: «Diz-se que os Congregados de S. Felipe Nery, assistindo das suas janelas ao suplício dos liberais, brindavam pelo «seu rei» e sopeteavam pão de ló dentro dos cális de cristal, açulando assim o entusiasmo selvagem dos espectadores».

E eis como uma instituição monástica destinada a princípio à penitência e exercícios ascéticos se volveu num antro de criminosos fanáticos.

Corruptio optimi pessima.

NÚMERO DE FOGOS E DE HABITANTES DO CONCELHO EM 1794. O CLERO SECULAR DESSE TEMPO

Já vimos um pouco da vida monástica e dos religiosos naturais do concelho que professaram em alguns conventos. Do clero secular, porém, não nos é possível dar uma nota, por escassa que seja, relativa aos tempos passados há mais de 120 anos. É certo que, se consultássemos a Torre do Tombo ou o Arquivo distrital (Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos), naturalmente encontraríamos uma referência nominal a

alguns clérigos de Gondomar; mas esse trabalho seria exaustivo, se quiséssemos abranger a relação dos presbíteros desde os tempos mais remotos. E como isto não nos interessa grandemente, daremos apenas aqui uma nota ligeira dos sacerdotes, minoristas e estudantes, pertencentes ao concelho de Gondomar, no ano de 1794 e juntamente o número de habitantes, especializando os maiores, os menores e ausentes, bem como os fogos de cada freguesia, pelo que se pode avaliar do aumento progressivo da população, cotejando esses números com os das «Memórias paroquiais», de 1758.

Essa lista foi colhida dum dos mss. existentes na sala dos Arquivos da Biblioteca P. Municipal do Porto, o qual, sob o n.º 501, tem o seguinte título :

INFORMAÇOENS DOS SACERDOTES, MINORISTAS, E ESTUDANTES DAS 50 IGREJAS DA SEGUNDA PARTE DA VISITA DA COMARCA DE PENAFIEL, DESTINADAS AO REV.^º MANUEL ANTÓNIO DE ABREU, EM 1794

E logo abaixo o número total :

Párocos e sacerdotes	222
Minoristas, subdiáconos e diáconos	59
Estudantes	70
Igrejas em que entra a visita	50
Fogos	10.266
Pessoas maiores	26.317
Pessoas menores	4.113
Pessoas ausentes	1.954
Almas existentes	20.781

Quanto às freguesias do nosso concelho, vem em primeiro lugar *Santa Maria de Melres*. A informação é dada pelo abade ou reitor, a respeito de cada um dos padres da sua freguesia, declarando a idade, a ciência, o procedimento e a aprovação para os exercícios do seu ministério. Não importa aos leitores transcrever para aqui esses informes, tanto mais que, quanto ao

procedimento, alguns são acusados de pouco zelosos no cumprimento de seus deveres, outros amigos das danças ou dados à embriaguez e à luxúria.

O maior valor destas *Informações* consiste, como já disse, no relato que nos fornece sobre o número de fogos e seus habitantes.

Começa por expor os *títulos*, pelos quais o respectivo abade ou reitor obteve a abadia ou reitoria. E assim diz :

SANTA MARIA DE MELRES

Titulos. — O Abade desta freguesia obteve por renúncia de um Thio com Bulas Apostólicas, em que consentiu o Padroeiro dela, que é *in solidum* o Ex.^{mo} Marquês de Marialva⁽¹⁾. Fogos, 255. Maiores, 800. Menores, 99. Ausentes, 26.

⁽¹⁾ General do exército do Alentejo, Conselheiro de Estado e da Guerra, um dos generais que mais se distinguiram na guerra da Restauração de 1640. Faleceu a 16 de Agosto de 1675. Intitulava-se conde de Cantanhede e pelos relevantíssimos serviços militares que prestou à Pátria batendo as hostes castelhanas, recebeu muitas mercês, sendo também agraciado com o título de Marquês de Marialva, por decreto de 11 de Junho de 1661.

Quando D. Afonso VI tomou posse da coroa e o Conde de Castelo Melhor começou a exercer o seu omnipotente ministério, o Marquês de Marialva, percebendo que perdera muito do seu valimento junto da corte, deixou o governo das armas no Alentejo; mas chegando a Lisboa a notícia da tomada de Évora por D. João de Austria, foi ainda o Marquês de Marialva quem se pôs à frente dum exército que recuperou pelas armas aquela cidade alentejana. Em seguida tomou Valência de Alcântara, uma das praças da Estremadura espanhola; e em 1665, estando em Estremoz, correu a Vila Viçosa que os espanhóis haviam sitiado; foi, porém, surpreendido pelo general Carracena em Montes Claros e ali se travou combate que foi mais uma vitória para o Marquês de Marialva e a última coroa dos seus triunfos bélicos. Exerceu mais os seguintes cargos: conselheiro de Estado e da Guerra, vedor da fazenda real, ministro

Clerigos :

O Abade José Ferr.^a Cardoso.
 P.^e Cura Antonio João.
 P.^e M.^{el} da Cunha Vieira.
 P.^e Pantaleão Vieira.
 P.^e Joaquim Vieira.
 P.^e José da Cunha, na freg.^a de S.^{ta} Maria das Medas.

Estudante :

Matheus da Rocha, f.^o de João da Rocha e de sua m.^{er} Maria Alvares, do lugar do Sobreiro desta freg.^a 15 anos. Frequenta latim.

S.^{to} ANT.^o DA LOMBA

Titulos. — O cura desta egreja é apresentado anualm.^{te} pelo Rev.^o Ab.^e de S.^{ta} Maria de Melres que é o que percebe a Decimaria. Fogos, 108. Maiores, 363. Menores, 75. Ausentes, 32.

do despacho, governador das armas de Lisboa, Setúbal, Cascais e Estremadura e capitão general da província do Alentejo. Em 1669 foi nomeado procurador das Cortes de Lisboa por uniforme sufrágio do povo e da nobreza. Chamavam-lhe o *libertador da Pátria*. O Marquês de Marialva era senhor das vilas de Melres, Mondim, Cerva, Atein, Ermelho, Bilbo, Vilar de Ferreiras, Ave-lans do Caminho, Leomil, Penela, Póvoa e Valongo; senhor do Morgado de Medelo, e S. Silvestre; comendador de S.^{ta} Maria de Almonda e da Ordem de Cristo, etc. Havia casado em 1635 com D. Catarina Coutinho, filha e herdeira de D. Manuel Coutinho, senhor da Torre do Bispo. Teve 2 filhos e 7 filhas.

O seu coração está no Convento de S. Vicente de Fora, ficando colocado no pavimento junto do túmulo de D. João IV e o seu cadáver jaz no Convento de Cantanhede. As armas dos Marialvas são : Escudo esquadrelado; nos primeiros e quartos quarteis as armas reais com o filete; nos segundo e terceiro em campo azul as três flores de lis de ouro, e sobreposto o escudo dos Menezes, que é em campo de ouro um anel.

Clerigos :

P.^o Cura José Francisco Barbosa.

P.^o Manoel Mor.^a Mag.^{es} da freg.^a de Mançores,
da Com.^{ca} da Feira e assistente nesta freg.^a.

P.^o João Franc.^o Per.^a, diacono.

Manoel Fr.^o da Cruz, *in minoribus*.

Estudante :

José Gonçalves Barbosa, f.^o legt.^o de Fr.^o Gonçalves Barb.^a e de sua m.^{er} Ana Fr.^{ca} Rosa, deste lugar e freg.^a da Lomba. Instruído no latim.

S.TA MARIA DAS MEDAS

Titulos. — O Paroco desta Igr.^a é cura que apresenta anualm.^{te} o Reitor da freg.^a de S.^{te} André de Lever na Com.^{ca} da Feira, deste Bispado e percebe a Dezimaria o Comendador Conde de Sandomil⁽¹⁾. Fogos, 98. Maiores, 321. Menores, 56. Ausentes, 36.

⁽¹⁾ O primeiro e último Conde Sandomil chamava-se Pedro Mascarenhas. Vice-rei da Índia, comendador das comendas de Santa Eugénia de Ala, dos Dízimos do Paúl de S. Vicente de Fornelos, no arcebispado de Braga, da Ordem de Cristo, e dos Fornos dos Testos da Praça de Setúbal, na Ordem de S. Tiago. Nasceu a 9 de Novembro de 1670; e faleceu em Lisboa a 3 de Agosto de 1745. Casou com D. Margarida Juliana de Távora, viúva de Francisco Barreto que foi Presidente da Junta do Comércio e era filha de D. Francisco Botelho, Conde de S. Miguel e de sua segunda mulher D. Cecília de Távora. Era filho de Fernão de Mascarenhas, comendador de Alcácer do Sal e de outras comendas da Ordem de Cristo; serviu na guerra da aclamação no posto de Mestre de Campo, entrando na batalha do Ameixial; e de sua mulher D. Antónia de Bourbon. Este Fernão de Mascarenhas foi degolado no Rossio de Lisboa em 10 de Maio de 1674 por haver conspirado contra o príncipe D. Pedro, que depois foi rei.

Os condes de Sandomil pertenciam a uma das mais nobres famílias de Portugal, pois era a mesma dos duques de Aveiro, marqueses da Fronteira de Gouveia e de Alorna. Por carta de 12 de Março de 1720 o agraciou D. João V com o título de Conde de Sandomil. Foi depois vice-rei e capitão-general da Índia.

Estes condes tinham por armas: em campo de púrpura três faixas de ouro; timbre, um leão também de púrpura, armado e lampassado de ouro.

Clerigos :

Encomendado M.^{el} Vr.^a P.^{to}.

P.^e José da Cunha, n.^{al} da freg.^a de S.^{ta} Maria de Melres, desta Com.^{ea} e se desobriga nesta freg.^a por Desp.^o de Sua Ex.^a defunto.

P.^e José de Sousa, diacono.

Estudante :

João Ferreira, f.^o legt.^{mo} de João Ferreira e de sua m.^{er} Maria dos Santos, do lugar do Pombal desta freg.^a. 17 anos. Frequentia o latim.

S.^{ta} MARIA DO COVELO

Títulos. — O Paroco desta Igr.^a é cura anual, da Apresentação do Reitor do Colegio de N. Sr.^a da Graça de Coimbra, que percebe a desimaria. Fogos, 86. Maiores, 301. Menores, 35. Ausentes, 24.

Clerigos :

O cura P.^e João Ramos de Sousa, P.^e M.^{el} Rodrigues de Sousa Ramos e P.^e Ant.^o de Oliv.^a, subdiacono.

Não ha estudantes.

S. JOÃO BAPTISTA DA FOZ DE SOUSA

Titulos. — O Paroco é reitor que apresenta o Reitor dos Gracianos de N. Sr.^a da Graça de Coimbra, e é Religioso de S.^{to} Agostinho apresentado trienalm.^{te} e o d.^o Collegio percebe a desimaria. Fogos, 237. Maiores, 760. Menores, 100. Ausentes, 89.

Clerigos :

O Reitor Fr. Franc.^{co} Teixr.^a, P.^e Ant.^o Fernandes da Rocha, P.^e Rafael de Sousa Gomes, P.^e Jeronimo de Oliv.^a Macedo e Joaquim Custodio *in minoribus*.

Estudantes :

João soltr.^o f.^o leg.^{to} de José Fernandes da Rocha e de sua m.^{er} Rosalia Ramos, do lugar de Zebreiros desta freg.^a, 20 anos. Frequenta a Retorica no Porto.

M.^{el} soltr.^o f.^o leg.^{to} de João de Sousa e de sua m.^{er} Maria Jorge, do lugar de Compostela, desta freg.^a. 21 anos.

S.TA CRUZ DE JUVIM

Titulos. — O Ab.^e desta freg.^a obteve-a por Renuncia, cuja Apresentação é da Mesa Episcopal deste Bisp.^{do}. Fogos, 224. Maiores, 628. Menores, 92. Ausentes, 55.

Clerigos :

O Ab.^e M.^{el} Joaq.^m Montr.^o de Almeida, P.^e Joaq.^m Alves de Aguiar e Ant.^o Martins, subdiacono.

Não ha estudantes.

S. COSME DE GONDOMAR

Titulos. — O Reitor desta freg.^a foi apresentado pelo Dom Prior de Cedofeita, e tem a alternativa com os conegos da d.^a Colegiada e percebe a Dezimaria o Comendador Conde de Povolida⁽¹⁾. Fogos, 640. Maiores, 1.647. Menores, 269. Ausentes, 125.

⁽¹⁾ Tristão da Cunha de Ataíde e Melo foi o 1.^o Conde de Povolide, Comendador da Ordem de Cristo, 8.^o Senhor de Povolide, Coronel dum dos regimentos das ordenanças de Lisboa, etc. Nasceu em 1655 e faleceu a 8 de Agosto de 1722. Era filho de Luiz da Cunha e Ataíde, 7.^o Senhor de Povolide e Comendador de S. Cosme de Gundar na Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Guiomar de Abranches de Lencastre. Foi herdeiro da casa de seu tio, o Conde de Pontevel, Nuno da Cunha. Embarcou em 1683 na armada que foi a Turim buscar o Duque

Clerigos :

O Reitor M.^{el} J.^e da Gama Gouvêa, P.^e Joaquim da S.^a, Cura, P.^e Simão Ferr.^a Moura, P.^e M.^{el} Ramos de Aguiar, P.^e M.^{el} Ramos das Neves, P.^e Antonio Ramos, P.^e M.^{el} Per.^a de Crasto, P.^e Joaquim José de Alm.^{da} Ribr.^o, P.^e M.^{el} J.^e das Neves, P.^e José das Neves e Crasto ,P.^e M.^{el} Martins, P.^e Joaquim Martins, P.^e João Ramos das Neves, P.^e M.^{el} Martins, Agost.^o Martins, *in minoribus* e J.^e Bento de Moura, *in minoribus*.

Estudante :

José Marques de França, f.^o leg.^{to} de Manoel Marques de França e de sua m.^{er} M.^a da França, do lugar de Vila Nova, desta freg.^a.

S. VEIRISSIMO DE VALBOM

Titulos. — O Ab.^e desta Igr.^a obteve-a por renúncia, cujo Padroeiro é o Cabido da Sé do Porto⁽¹⁾. Fogos, 432. Maiores, 1.035. Menores, 173. Ausentes, 53.

de Sabóia; serviu na guerra com o posto de Mestre de Campo do Terço de Pinhel. Casou com D. Arcângela Maria de Távora, filha do 2.^o Conde de S. Vicente, Miguel Carlos de Távora. O Senhorio de Povolide foi instituído por Carta Régia de D. Afonso V, de 24 de Julho de 1464. A mercê de Conde de Povolide foi concedida por Carta Régia de D. João V, de 6 de Janeiro de 1709. O brasão dos Condes de Povolide é o seguinte: Em campo de ouro nove cunhas de azul (de ferro) formadas e postas em três palas, e as quinas de Portugal sobre uma orladura de prata.

(1) O leitor curioso que pretenda saber da fazenda pertencente à Mesa Capitular deste bispado encontrará, em letra bem legível, na sala dos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, um livro do Cartório do Cabido desta cidade, que tem o título: *Rotr.^o em que se notão os tt.^{os} com a Fazenda da Meza Capitular, e outros, que só servem de Aresto ou noticia*. Está marcado com o n.^o 485.

Principia pela letra A; consta de certidões, requerimentos, autos de devassa, composições, cartas de compra e venda, doa-

Clerigos :

O Ab.^e João da Costa Santiago, P.^e Ant.^o Fr.^{co} Ramalho, P.^e Pedro P.^{to} de Castro, P.^e José Vicente de Sousa, P.^e José de Sousa Vasc.^{los} e P.^e M.^{el} de Crasto.

Estudante :

Ant.^o Alves, filho de Fr.^{co} Alvares, e de sua m.^{er} Rosa Maria de Crasto, do lugar de Vilar, desta freg.^a. 18 anos. Frequenta o latim.

ções, prazos de casais, Letras Apostólicas, vendas de uso fruto, escrituras de arrendamento, sentenças, súplicas, emprazamentos, etc.

Na letra C traz uma carta de venda de uma levada de moínhos em Campanhã, que Menedo Domingues vendeu a Domingos Gualdeiro no ano de 1200. Vai no L.^o 12 dos Orig.^{es} f. 40, e no L.^o 73 das Sm.^{ss} f. 192.

Também referente à mesma freguesia e logo a seguir: Prazo de uma herdade chamada da Barraquinha sita na freg.^a de Campanhã que o Abade da mesma Igreja deu ao Deão M.^e João no ano de 1281. Vai no L.^o 12 dos Orig.^{es} a f. 6 e no L.^o 73 das Sm.^{ss} a f. 37.

A seguir:

Demarcação do Couto de Campanhã com a Colmeira feita no ano de 1321. Vai no L.^o 12 dos Orig.^{es} a f. 34. E no L.^o 73 das Sm.^{ss} f. 158. E no 53 das m.^{ss} f. 188.

Segue com «Uma carta de venda, que fez Maria Mendes, a Mendo Soares da quinta da Quintâ de Quintanelha em Gondomar, no ano de 1159. Vai no L.^o 12 dos Orig.^{es} a f. 27. Ao lado diz: S. Cosme.

Continuando:

Uma carta de venda que fez Domingos Pires lavrador de um campo de vinha no Val de Almofrei e em a freguezia de S. João de Sousa, no Covelo a Nicolau Diniz no ano de 1480. Vai no L.^o 13 dos Orig.^{es} f. 4 em pergaminho arruinado.

E nada mais contém relativo a Gondomar.

Também existe, sob o n.^o 493 um outro manuscrito intitulado *Copia do Inventario do Cartorio do Ill.^{mo} Cabido da Se do Porto, 1820*, que na primeira página esclarece:

«Tendo-se arranjado o Cartorio e feito o seu Inventario pelo P.^e Luis de Sousa Couto, debaixo da inspecção do Conego

S.TA MARIA DE CAMPANHAM

Titulos. — O Paroco desta Igr.^a é Reitor que apresenta a Mitra e Sé Apost.^{ca} e percebe a Desimaria Dom Vicente, f.^a da Condessa de Alva⁽¹⁾. Fogos, 1.012. Maiores, 2.343. Menores, 261. Ausentes, 196.

Cartorio Bento de Mena Falcão, fez-se o termo da Entrega a este em 19 de junho de 1820, e foi tudo visto e aprovado pelo Ill.^{mo} Cabido em 10 de Julho do mesmo ano, segundo consta do d.^o Inventario, a f. 38. Também principia pela letra A. Armario. Roteiros. N.^o 1.

Roteiro de Prazos.

S.^{ta} Ildefonso, Maçarelos, Campanhã. À margem 4.^a. Roteiro. 5.^a. Prazos em Campanhã. À margem 5.^a. Roteiro 6. Prazos em Valbom, S. Cosme de Gondomar, Fanzeres, Jubim, Aguiar de Sousa, Covêlo, S. Mamede de Canelas, Medas. À margem 6.^a.

Ainda no Roteiro 11.^a de Prazos se citam Fânzeres e Campanhã. O resto não interessa. Vide página 78 e seguintes deste volume.

⁽¹⁾ O 1.^o Conde de Alva chamou-se D. João Diogo de Sousa Ataíde, Conselheiro de guerra e tenente-general. Era 2.^o filho do 6.^o Conde de Atouguia. Nasceu a 31 de Outubro de 1663 e faleceu a 11 de Abril de 1740. Foi general distinguido que serviu na guerra da sucessão de Espanha, tendo acompanhado o Marquês das Minas na sua aventurosa expedição a Madrid. Foi governador das armas das províncias do Minho e Alentejo. Casou com D. Constança Luíza Monteiro Paim, 5.^a Senhora do Morgado de Alva, Morgado que depois foi elevado a condado, por concessão de El-Rei D. João V, pelo Decreto de 29 de Abril de 1729, em atenção aos gloriosos serviços prestados por D. João. Portanto D. Constança foi a 1.^a Condessa de Alva, por ser a filha primogénita de Roque Monteiro Paim. Este Dom Vicente Roque José de Sousa Coutinho Monteiro Paim era filho de D. Maria Antónia de S. Boaventura de Menezes Paim, e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 2.^o filho do 11.^o Conde de Redondo.

O brasão de família é o seguinte: Um escudo partido em pala, com as armas dos Monteiro Pains e Sousas Coutinhos, sendo a 1.^a pala esquartelada; no 1.^o quartel as armas dos Pains, escudo franxado de prata e negro, sendo os campos alto e baixo de prata e os das ilhargas de negro, e sobre eles um leão entre-cambado dos mesmos esmaltes, armado e linguado de vermelho; no 2.^o quartel, as armas dos Monteiro, em campo de prata, três businas de negro, postas em faixa e dispostas em

Clerigos :

O Reitor Resignatario João Camelo Pinto e Castro, P.^e Cura Vicente Ferr.^a de Macedo, P.^e João de Miranda, P.^e Ant.^o de França, P.^e M.^{el} P.^{to} Vieira, P.^e Fr.^{co} Ferr.^a Rosa, P.^e Custodio Marques, P.^e José Per.^a Valverde, P.^e José P.^{to} de Mir.^{da}, P.^e José P.^{to} da S.^a, P.^e André Ant.^o Corr.^a, P.^e José Ant.^o Freire, P.^e João José Camelo, diacono, P.^e M.^{el} Silvestre, subdiacono, João Vr.^a Moutinho, *in minoribus*, Joaquim de França, *in minoribus* e José de França, *in minoribus*, irmãos, Joaq.^m Ant.^o Freire, *in minoribus*, José Vr.^a, *in minoribus*, Manoel de Seqr.^a, *in minoribus*, José de França, *in minoribus* e Ant.^o José Martins, *in minoribus*.

Estudantes :

Ant.^o Ferr.^a, f.^o legt.^o de João Ferreira, e de sua m.^{er} Ana Martins, do lugar de Vilameam, desta freg.^a. 16 anos. Frequenta a lingua latina. Manoel Per.^a, f.^o legt.^o de Manoel Per.^a e de sua m.^{er} Maria Martins, do lugar de S. Pedro, desta freg.^a. 12 anos. Frequenta o latim.

Em suma : as *Informações* paroquiais não citam as restantes três freguesias deste concelho — Fânzeres, Rio Tinto e S. Pedro da Cova. Verifica-se que as citadas dão de fogos o número total de 3.092; e 9.358 habitantes, abrangendo maiores e menores e excluindo os ausentes, na última década do século XVIII.

roquete, com bocais de ouro e cordões de púrpura, e assim os contrários; a segunda pala também esquartelada com as armas dos Sousas do Prado e Sousas Chicorros, que adoptaram os Sousas Coutinhos, por procederem destas duas antigas famílias, escudo esquartelado; no 1.^o quartel em campo de prata, as quinas do reino sem a orla dos castelos; no 2.^o, também em campo de prata, um leão de púrpura, armado e linguado de azul. Timbre : o leão do escudo dos Pains.

**DO GOVERNO ECLESIÁSTICO, CIVIL, MILITAR E
POLÍTICO, NO SÉCULO XVIII**

Ao passo que as sociedades vão aumentando em população e novas exigências da vida social surgem, os seus governos se vão igualmente modificando, em harmonia com essas exigências ou com o espírito da época. A legislação é para este caso o melhor aferidor das transformações por que vão passando os povos, através da sua história; essa legislação tem o valor de nos dar a conhecer quais as tendências predominantes de certas terras ou nações, quais as espécies de autoridades dominantes e quais os súbditos.

As estatísticas falham, porque em tempos remotos não era comum o uso delas; temos, para nos remontarmos a determinados tempos, de buscar este ou aquele documento que, não tratando expressamente duma questão, nos possa fornecer os elementos precisos.

Foi o que fizemos, para avaliarmos, no concelho de Gondomar, no século XVIII, o número de paróquias, títulos dos seus abades, padroeiros, número de fogos, de almas, seu rendimento e distância da cidade do Porto.

Recorremos, pois, à *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto, em 1789*, do P.^e Rebelo da Costa, que no cap. V — Dos *Governos Eclesiástico, Civil, Militar e Político*, pág. 134, assim se exprime:

«Compõe-se o Governo Eclesiástico de um Provisor, Vigário Geral, Juiz dos Casamentos, Juiz dos Resíduos, Promotor, e dois Ministros mais agregados. Todos eles decidem as causas pertencentes ao seu Foro em Mesa Consistorial tôdas as quartas-feiras, ou nas quintas, sendo algumas daquelas feriadas. O Bispo pre-

side muitas vezes nesta Mesa. Das Sentenças, e Despachos, que proferem, pode-se agravar para a Coroa, se a qualidade da matéria que se trata o permite, ou apelar para Braga, que é a Metrópole. O Bispo D. Hugo II obteve do Papa Pascoal II, a 15 de Agosto de 1115, uma bula, que principia *Egregias quondam*, pela qual se eximiu, com tôda a sua Igreja, desta Jurisdição do Metropolitan, ficando imediato à Santa Sé, bem como ficou no mesmo tempo a Igreja Compostelana, por Bula daquele Papa, datada em 20 do dito mês e ano. Porém, gozando a Igreja Compostelana até o presente dia este privilégio, a Igreja Portuense o perdeu em breves anos; pois que, em 1227, tempo em que foi Bispo D. Martinho II, recorreu o seu Cabido ao Metropolitan, para que sentenciasse a causa da divisão das rendas Capitulares, que o dito Bispo lhe coartava.»

Havia dois Vigários Gerais, o do Bispado, assistido de um Meirinho e sete escrivães; e outro, com seu escrivão, que era o das Igrejas, e Isento de Malta, aonde tinha jurisdição quase episcopal; dele só havia recurso para a Coroa ou para a Assembleia.

Acrescia o Escrivão da Câmara Eclesiástica, com seus ajudantes, um Distribuidor, um Inquiridor e cinco Partazanas. Este governo eclesiástico abrangia quatro comarcas: a da Feira, onde residiam dois Vigários da Vara; a da Maia, com um só Vigário da Vara; a de Penafiel, onde residia, ainda em 1789, com jurisdição ordinária e por ordem do Bispo desta cidade, um Vigário Geral assistido de dois Escrivães e outros Oficiais. Dele se recorria para o Metropolitan, para onde iam directamente apeladas todas as causas da Comarca; a quarta era a de Sobre-Tâmega, com dois Vigários da Vara.

Damos a seguir o mapa que este citado autor apresenta, com respeito às freugesias do nosso concelho:

COMARCA DE PENAFIEL

<i>Paróquias</i>		<i>Titulos</i>	<i>Padroeiros</i>	<i>Fogos</i>	<i>Almas</i>	<i>Rendimento</i>	<i>Dista do Porto, em léguas</i>
S. ^{ta} António da Lomba		Curato	Abade de Melres	98	409	réis 60\$000	3
S. Cristóvão de Rio Tinto		Reitor	Religiosas de S. Bento do Porto	816	2.445	réis 500\$000	1
S. Cosme de Gondomar		Reitor	Mitra e Colegiada de Cedofeita	652	1.874	réis 120\$000	1
S. João da Foz do Sousa		Vigário	Colégio da Graça de Cedofeita	236	869	réis 200\$000	2
S. ^{ta} Maria de Covelo		Curato	Colégio sobredito	85	303	réis 40\$000	2
S. ^{ta} Maria das Medas		Curato	Reitor de Lever	104	385	réis 70\$000	3
S. ^{ta} Maria de Melres		Abade	Marquês de Marialva	324	844	réis 1.200\$000	3
S. Pedro da Cova		Abade	Mitra	133	548	réis 750\$000	1 1/2
S. Salvador de Fânzeres		Vigário	Cabido da Sé do Porto	362	1.168	réis 250\$000	1
S. Veríssimo de Valbom		Abade	Cabido da Sé do Porto	388	1.125	réis 900\$000	1
S. ^{ta} Cruz de Jovim		Abade	Alternativa do Papa e Bispo	205	677	réis 500\$000	1

Naquele tempo, a Comarca de Penafiel tinha cento e uma freguesias; e nelas 45 abadias, 1 tesourado, 12 reitorias, 12 vigararias, 31 curatos com 17.575 fogos e 58.372 almas.

Diz Rebelo da Costa que não se inclue neste mapa o número de Religiosos, crianças e outras pessoas cujos nomes se não descrevem nas listas das sobreditas freguesias.

GOVERNO CIVIL

O Tribunal da Casa do Cível desta cidade, diz o mesmo autor, que é a segunda Relação do Reino composta de Ministros Togados, como os da Casa da Suplicação de Lisboa, comprehende três províncias, a do Minho, Trás-os-Montes e Beira, e com elas 19 Comarcas, 99 Concelhos, 58 Coutos⁽¹⁾, 15 Honras, Beetrias e Julgados, 11 Cidades, 305 Vilas, 3.135 Freguesias, 400.000 fogos e mais de um milhão de almas. O estabelecimento deste Tribunal respeitável não é tão antigo como alguns dizem.

⁽¹⁾ Alberto Sampaio na nota H, apensa aos seus *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, 1923, diz que a etimologia de *Couto* e *Honra* não oferece dúvidas. A primeira aplicou-se desde logo à terra privilegiada pelo monarca, à qual chamaram *Couto*, de *Cautus, a, um*, (Körting) por ficar sob o abrigo do favor real, e por isso isenta, em relação ao donatário, das obrigações fiscais que pesavam sobre as outras: e de aí proveio dar-se a mesma designação aos marcos limitantes. A significação originária, propriamente pessoal, da segunda palavra, estendeu-se à terra possuída por indivíduos, embora haja exemplos de se designarem estas com aquele nome; — *Couto de Palmazanos, de Bravais, de Palmeira, etc.*, pertencentes a nobres (Inq., pág. 492, 2.^a col.; 405, 1.^a col.; os *Liv. de Linh.*, pág. 284). Em geral, porém, a *Honra* era de indivíduos, o *Couto* de dioceses, mosteiros, igrejas e concelhos.

Também havia a *Honra* resultante da pausa do rei. *Interrogatus quomodo est onrata, dixit quod vidit ibi pausare Dominus rex Sancius...* (Inq., pág. 488, 1.^a col.).

A primeira vez que os povos o pediram, foi a El-Rei D. João III, nas Cortes que fez em Torres Vedras, no ano de 1525, e depois nas que fez em Évora no de 1535, como consta do Capítulo IV, que anda nas mesmas Cortes, impressas em Lisboa, a 14 de Janeiro de 1549, cujas palavras formais são as seguintes: *Pedem a V. A. os Procuradores do Porto, Braga, Viseu, Lamego, Guarda, Bragança, Covilhã, Guimarães, Transoso, Ponte do Lima, Viana do Minho, Monção, que pelo grande trabalho, e despesa que os homens fazem em vir requerer sua Justiça às Casas da Suplicação, e do Cível, que continuadamente andam na Comarca da Estremadura, e Alentejo haja por bem criar outra nova Casa de Desembargo com Alçada em um lugar das ditas Comarcas, qual V. A. houver por bem para lá lhes determinarem finalmente seus feitos cíveis e crimes, etc.*

O rei quis anuir a este pedido, mas outros estabelecimentos que julgava de maior utilidade obstaram à sua satisfação. O mesmo aconteceu com seu neto D. Sebastião, que, para suprir esta falta, despachou duas Alçadas pelo reino⁽¹⁾, uma às terras do Alentejo e Algarve; e outra às províncias da Estremadura⁽²⁾, Beira e Minho, de que nomeou Presidente

(¹) Alçada era um Tribunal de Justiça que percorria várias terras com plenos poderes do monarca para fazer justiça e *alcár* agravos. As alçadas foram por muito tempo usadas em Portugal, enquanto não foram criados os tribunais da Relação. Contudo ainda se recorreu às alcadas, em casos excepcionais e quase sempre em crimes políticos, como por exemplo as duas alcadas que foram ao Porto, uma em 1756, ordenada pelo Marquês de Pombal, quando foi do motim popular contra a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, e a outra em 1828, quando se deu a revolução liberal contra D. Miguel.

(²) No século 16.^a a Estremadura (então chamada comarca e não província) ia desde Vila Nova de Gaia a Lisboa, isto é, compreendia o litoral da Foz do Douro, margem esquerda, à do Tejo, margem direita. Mais tarde é que foram incluídas na Beira a correição de Coimbra, a provedoria de Aveiro e as ouvidorias da Feira, e de Montemor-o-Velho, chamando-se

D. Pedro da Cunha, Capitão-mor de Lisboa e pai do bispo D. Rodrigo da Cunha, que o foi desta cidade e, mais tarde, arcebispo de Braga e de Lisboa. No reinado de Filipe II, este monarca espanhol estabeleceu nesta Cidade, junto ao antigo jardim da Cordoaria, hoje de João Chagas, este Supremo Tribunal, dando o governo a Diogo Lopes de Sousa⁽¹⁾, um dos cinco Governadores do Reino, por morte do cardeal rei D. Henrique, fazendo-lhe juntamente mercê do mesmo governo para seu sobrinho Henrique de Sousa, que foi conde de Miranda; e, enquanto ele não tinha idade para o servir, a seu primo Pedro Guedes, que foi o primeiro governador.

Destes governadores de Justiças, o dito Pedro Guedes tomou posse do cargo a 4 de Janeiro de 1583, por serventia pela menoridade de seu primo Henrique de Sousa, conde de Miranda, que tomou posse a 10 de Novembro de 1590. Este é que foi o primeiro proprietário, por mercê do rei Filipe II.

Estes governadores presidiam na Relação; e, em sua ausência, o Chanceler. Seguem-se dez Desembargadores Agravistas que têm três Escrivães das Apelações Cíveis, e um dos Agravos; não tem Meirinhos, porque os da Relação servem com todos os Ministros dela: três Ovidores do Crime com três Escrivães, cada

então a esse território, a *Beira Litoral*. Constituída, porém, a província do Douro, estas terras aparecem como sedes de julgados na Relação do Porto; a Estremadura passa a ser do Mondego para o Sul, a começar no julgado de Soure e subindo à Pampilhosa da Serra. (*Terras Portuguesas*, de Baptista de Lima).

(¹) No ano de 1592, no bispado de D. Jerónimo de Meneses (1592-1600), a freguesia de S. João de Belmonte que tinha sido havia pouco criada por D. Fr. Marcos de Lisboa, foi suprimida, por isso que a Igreja foi doada aos Religiosos Eremitas de Santo Agostinho (Gracianos) que vieram estabelecer-se nesta cidade, sendo seu Provincial então Fr. Manuel da Conceição. O primeiro presidente do Convento de S. João-o-Novo foi Fr. Jorge Queimado, depois bispo de Fez e o primeiro prior foi Fr. António da Ressurreição, tio do 2.^o conde de Miranda e Governador da Relação do Porto, Diogo Lopes de Sousa.

um pertencente ao seu Ministro; dois Corregedores do Cível com três Escrivães, e um mais das Acções Novas, que serve com os ditos Corregedores, que também são Juízes desta Intendência; dois Corregedores do Crime com dois Escrivães, e um mais das Comissões, que serve com ambos os Corregedores. Passam de trinta os Desembargadores Extravagantes. Há mais um Desembargador, que é Conservador da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e outro que é Fiscal; tem seu Escrivão dos Feitos, Meirinho e Escrivão da Vara. Há mais um Promotor e o Escrivão dos Degradados, como solicitador da Justiça. As condenações pecuniárias impostas aos réus têm um Juiz particular com seu Escrivão. Há dois Intendentes, um da Polícia e outro dos Tabacos; outro Conservador dos mesmos, com um Escrivão do Cartório, um Meirinho e vários Escrivães da Vara. Há um Juiz da Coroa, com seu Escrivão; esse Juiz é também Juiz da Chancelaria; mais um Desembargador, que é Procurador da Coroa. A Chancelaria tem Escrivão, um Meirinho e Escrivão da Vara.

Esta Relação havia mais um Distribuidor, três Inquiridores, um Guarda-mor, três menores, dois Meirinhos e dois Escrivães da Vara. Fora deste régio Tribunal, havia um Corregedor da Comarca, que servia de Provedor; tem três Escrivães, um Meirinho, um Escrivão da Vara, com outros oficiais subalternos, um Inquiridor, um Distribuidor e um Contador. Havia um Juiz do Crime, com três Escrivães, um Distribuidor que o era igualmente do Juiz de Fora do Cível, um Alcaide, um Escrivão da Vara e dois Quadrilheiros. Esse Juiz de Fora do Cível tinha nove Escrivães, um Alcaide, um Escrivão da Vara, cinco Inquiridores e um Quadrilheiro. Havia o Juiz dos Órfãos, com três Escrivães, um Inquiridor e Contador.

Parece que já no século XVIII era grande o número de pessoas empregadas no tribunal.

GOVERNO MILITAR

O governo militar do Porto era dirigido por um Governador, que tinha seu território particular com o nome de *Partido*⁽¹⁾, e não dependia de General algum de Província. Era de nomeação régia. Às vezes era também Governador das Justiças. Havia dois regimentos de Infantaria, cuja criação foi do modo seguinte: A 19 de Novembro de 1696, D. Pedro II estabeleceu, para guarnição desta Cidade, um terço de Infantaria, composto de dez Companhias com 600 homens. Parece que já no reinado de D. João IV havia essa organização militar, visto que o autor da *Anacrisis Historial* refere que naquele reinado um avultado Corpo de Tropa Militar partiu do Porto para Viana do Castelo, a fim de render o Castelo desta cidade que não queria reconhecer a Aclamação do primeiro rei da dinastia bragantina. No ano de 1708, D. João V mandou que o dito Terço passasse a Regimento; no ano de 1735, mandou con-

(1) Numa Miscelânea da Biblioteca do Porto, encontrei a *Relação dos Distritos que Sua Majestade tem determinado para as levas, e recrutas de todos, e cada um dos Regimentos do seu Exército, na conformidade do seu alvará com fôrça de Lei, dado no dia 24 de Fevereiro de 1764.*

Principia por enumerar os regimentos da província da Estremadura, por comarcas e freguesias; depois as províncias do Além-Tejo, do Algarve, das Beiras, de Trás-os-Montes, do Minho e em seguida o *Partido do Pôrto*. Diz: «O Regimento da Guarnição da Cidade do Pôrto, de que é Coronel Dom António de Lancastre, terá por distritos:

A Cidade do Pôrto com as 7 freguesias dela e seus subúrbios. A Vila Nova do Pôrto e Concelho de Gaia com as 20 freguesias do seu continente.

O Concelho de Penafiel de Sousa, com as 14 freguesias do seu continente. A Honra e Beetria de Galegos com as 19 freguesias do continente. O Couto de Entre-Ambos-os-Rios.

A Vila de Melres. O Concelho de Gondomar. «O Partido do Pôrto» formou-se, pois, no tempo de D. José I.

servar o Regimento com o número de 1.200 praças, que faziam anualmente a despesa de 47:220\$275 rs.

Em Maio de 1762 dividiram-se os dois Batalhões deste Regimento e acrescentaram-se quatro Companhias a cada Regimento, ficando ao todo catorze Companhias. Cada Regimento ficou composto de 1:169 homens, ocupados na guarda e segurança da Cidade e exercitados diariamente nas Paradas, feitas nas Praças da Cordoaria, Graça e Campo das Ortas.

Em 9 de Junho de 1763, foi instituída a Tesouraria Geral, para pagar às Tropas das Províncias da parte do Norte.

Este Governo compunha-se de quatro Camaristas, escolhidos entre os homens de primeira nobreza, um Escrivão, um Procurador da Cidade, um Síndico e do Juiz de Fora do Cível que tinha voto com os quatro Camaristas.

Todos os anos se juntavam as três classes do Povo, para votarem sobre a eleição deste Corpo Político que devia ser preenchido anualmente por novos Camaristas; mas, infelizmente, por falta dessa reunião anual, muitas vezes essa escolha era feita pela Majestade. Havia o Senado, onde se tratava de tudo que pertence ao mesmo Governo, estendido pela Cidade e seu Terro; era auxiliado por dois Almotaceis, por dois Guardas-mores da saúde, um Tesoureiro, um Alcaide e outros Oficiais e Meirinhos, obrigados a vigiar e acudir a todas as desordens que o povo suscita contra as resoluções e acórdãos promulgados.

No dia 1 de Setembro de 1787, o Chanceler Governador das Justiças desta Relação intimou aos Camaristas, da parte de Sua Majestade, um Decreto, por virtude do qual a mesma Augusta Soberana manda que todo o rendimento do Real de água se gaste nas obras públicas desta Cidade.

Dissemos atrás que no reinado de D. João IV havia organização militar; mas regras e preceitos

sobre a dita organização já se estabeleceram muito antes no reinado de D. Sebastião, em 1569 (lei de 12 de Dezembro). Antes disso, apenas no reinado de D. Afonso V se havia estabelecido uma «sombra de regular constituição», prescrevendo-se no *Regimento do vedor mor das artilharias de guerra* (13 de Abril de 1449) algumas regras sobre o apercebimento e conservação do material⁽¹⁾.

A organização de D. Sebastião, já muito notável para a sua época, é regulada por uma espécie de lei sobre recrutamento; e em 1570 cria as célebres *ordenaças*, onde se estatuem preceitos sobre o tiro ao alvo, ou como então se dizia, *a fazer barreira*, com prémios para os atiradores mais distintos.

(1) Até El-rei D. Fernando, tempo em que da Inglaterra vieram com o Conde de Cambridge, novas regras e novos hábitos militares, a milícia portuguesa ressentiu-se da influência árabe; e é, por tradição, herdeira da romana. Afirma Boutaric que podemos considerar já como fontes indirectas da nossa organização militar as canções de gesta e os romances de cavalaria que, diz ele, *dão uma fiel imagem dos princípios usados na guerra nesses tempos remotos*.

Com o Conde de Cambridge criaram-se oficialmente os cargos de *condestável*, chefe supremo do exército, de marechal ou mariscal, etc. Após a batalha de Aljubarrota, D. João I consolida essa organização e faz a aplicação da pólvora explosiva. Reorganizam-se a infantaria e a cavalaria; e mais tarde a artilharia, cujo cargo de vedor-mor aparece no reinado de Afonso V. D. João II cria o cargo de anadel-mor de espingardeiro e coloca a nossa artilharia a par da melhor da Europa. Com D. Manuel aparecem as peças de grande alcance e cuidou-se activamente do artilhamento de navios e fortalezas; e diz-se que o próprio rei inventou «tiros grandes de berço»; a peça foi executada por João Guterres e a experiência feita em Março de 1513. Na época do seu sucessor D. João III, surge o arcabuz (o avô da moderna espingarda de agulha), substituindo a colebrina e a espingarda primitiva, D. João IV criou os bombardeiros de *nómina*, por Decreto de 31 de Maio de 1641.

Mas foi principalmente no século XVIII que se operou a organização definitiva da infantaria em brigadas, dando-se ao exército nova forma, pelo modelo dos regulamentos franceses e criando-se a unidade *regimento* nas diversas armas (Regulamento de 15 de Novembro de 1707, bem como o do exército de

Depois da Restauração de Portugal, pela necessidade de defesa da Nação contra o poder insofrido de Castela, publicam-se muitas leis sobre a força armada, conservando-se, porém, intactas as *ordenanças*.

Durante os dois reinados que se sucederam ao de D. João IV, o exército continua a reger-se pelas leis que desde 1640 se haviam publicado sobre organização das forças públicas; mas depois, e sempre que as necessidades da guerra o exigiam, dava-se ao exército uma organização de momento, isto é, frouxa e sem consistência; assim como, depostas as armas e feita a paz, se tratava logo de aliviar os povos e o erário público. Assim aconteceu em 1707, 1715, 1735, 1754, 1757, 1762, 1763 e 1764; e no século passado, sobres-

campanha, de 20 de Fevereiro de 1708). As bases de um Código de Justiça Militar datam do Alvará de 7 de Maio de 1710.

Existe a *Guarda da polícia*, criada a 10 de Dezembro de 1801, ampliada por Decretos de 4 de Novembro de 1805, e 26 de Fevereiro de 1810, composta de 10 companhias de infantaria e 4 de cavalaria com 1.390 praças; igualmente a *Guarda Real da Polícia do Porto*, com 60 praças.

Em 1806 já havia companhias de *atiradores*; mas foram extintas em 1808 e criados os *caçadores* (tropas de infantaria ligeira). O *Real Corpo de Engenheiros*, segundo a sua organização de 12 de Fevereiro de 1812, compunha-se dos seguintes oficiais efectivos: 1 marechal de campo, 2 brigadeiros, 4 coronéis, 9 majores, 11 capitães, 11 tenentes e 7 segundos tenentes.

Mas a engenharia militar recebeu importantes elementos de progresso com a criação da *Escola do Exército*, em 1837, se bem que já pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1732 se ordenava que em cada regimento ou terço pago houvesse uma companhia cujos oficiais fossem engenheiros de profissão.

As *ordenanças*, por Decreto de 21 de Fevereiro de 1816, compunham-se de 24 brigadas, 192 capitães-mores e 1.556 companhias. Nesse tempo o exército mantinha o *Tribunal do Conselho de Guerra*, estabelecido por D. João IV, em 11 de Dezembro de 1640; e tinha mais um *Supremo Conselho de Justiça*, ordenado por D. Maria I.

Em resumo, o exército português, no princípio do século XIX, isto é, por Decreto de 16 de Maio de 1806, compunha-se de 6 *divisões* e 12 brigadas de infantaria e 6 de cavalaria, além doutros corpos de linha, milícias e ordenanças, e 30 companhias fixas de veteranos, criadas em Outubro de 1812.

saltada a Nação pela Revolução francesa de 1793, em 1800, em 1806, com a formação das três divisões — Sul, Centro e Norte —; em 1808 e 1811, com a criação dos batalhões de Caçadores; em 1814 em que, terminada a guerra, se reduziu como sempre o exército; e logo em 1816, a organização de Beresford.

ADMINISTRAÇÃO MILITAR NOS SÉCULOS XIX E XX

Em consequência das convulsões políticas que dominaram o País a partir de 1836, o exército sofreu grande redução na sua força, perdendo o rigor da disciplina e chegando quase à sua desorganização. Ao todo havia no exército 26.418 homens, 3.371 cavalos e 192 muares. O Decreto de 18 de Julho de 1834 é o início da sua reorganização; e de 1837 a 1840 adoptaram-se provisórias tendentes a restabelecer a disciplina e o prestígio da força pública; assim, o Decreto de 4 de Janeiro de 1837 estabeleceu nova organização para as armas de cavalaria e infantaria. O Decreto de 11 de Janeiro desse ano extinguiu a Academia Real de Marinha e instituiu em Lisboa a *Escola Politécnica*, para habilitar os alunos nas escolas do exército e da marinha. Pelo Decreto de 12 de Janeiro do mesmo ano, a *Academia de fortificação, artilharia e desenho* passou a denominar-se *Escola do Exército*. O Decreto de 20 de Dezembro de 1849 tornou a reorganizar o exército. E assim, as forças militares em pé de guerra ficaram sendo 49.403 homens, 4.786 cavalos e 984 bestas de tiro; em tempo de paz: 25.448 homens, 2.825 cavalos e 300 bestas de tiro. Dividiu-se o País em três divisões territoriais, sendo uma no Centro, entre o Tejo e o Douro, outra ao Norte, entre o Douro e o Minho, e a terceira ao Sul, abrangendo todo o território além do Tejo. Cada uma destas divisões constituía uma divisão militar.

Uma nova reforma surgiu com o Decreto de 30 de Outubro de 1884; por ele o Continente ficou dividido em quatro divisões militares territoriais, cada uma com sua sede, uma em Lisboa, outra em Viseu, outra no Porto e a quarta em Évora. Mas não param aqui as reformas.

Pela Carta de lei de 13 de Julho de 1899, foram reorganizados os quadros do Estado-Maior e esclarecidas as diversas armas — tropas activas e tropas de reserva, bem como foram reduzidos os conselhos de guerra a três.

Actualmente o território continental está dividido, para efeitos militares, em quatro regiões e um Governo militar em Lisboa.

A primeira região militar tem a sua sede no Porto e comprehende os distritos de recrutamento n.º 3 (Viana do Castelo), n.º 6 (Penafiel), n.º 8 (Braga), n.º 9 (Lamego), n.º 10 (Bragança), n.º 13 (Vila Real) e n.º 18 (Porto); a este distrito de recrutamento pertence todo o concelho de Gondomar.

O exército português é constituído pelos exércitos metropolitano e colonial. O serviço militar é pessoal e obrigatório desde os 17 aos 45 anos de idade, mas a incorporação no exército activo faz-se no ano civil em que os mancebos completarem 21 anos.

RECENSEAMENTO MILITAR

Temos presente a Estatística dos Serviços do recrutamento relativos ao contingente de 1922 que acusa recenseados nesse ano, no País, 86.135 mancebos, de cujo número se eliminaram 2.336 por motivos vários por isso deveriam comparecer perante as juntas de recrutamento 83.799 mancebos.

Diz essa Estatística: «Na inspecção sanitária dos mancebos continua a acentuar-se um decréscimo de apuramentos para o serviço militar efectivo, consequência mais da negação para o serviço militar da

grande parte dos mancebos, do que da falta de robustez física necessária para o desempenho da nobre missão do soldado.

Por isso a inspecção sanitária é indubitavelmente uma das mais importantes operações do recrutamento, demandando dos membros das Juntas a máxima imparcialidade, por vezes bem difícil de manter, atendendo a que na occasião das inspecções, triste é confessá-lo, se desenvolvem as maiores influências, quer políticas, quer de amizade, quer de interesse, em prol da isenção do serviço militar de muitos e muitos mancebos. Por vezes, indivíduos menos escrupulosos se locupletam com quantias apreciáveis, iludindo a ingenuidade dos mancebos a quem prometem *livrar* do serviço militar, originando assim suspeitas da isenção com que os membros das Juntas devem cumprir os seus deveres».

E mai abaixo : «Compareceram perante as Juntas de recrutamento 52.319 mancebos, tendo faltado 619 que se alistaram como voluntários e 30.861 que foram considerados aptos nos termos do artigo 79.^º do regulamento dos serviços do recrutamento.

Do mapa nosológico vê-se que predominam entre os 24.839 mancebos isentos definitivamente pelas Juntas de recrutamento, regimentais e de recurso, as isenções por falta de robustez, 3.883; por falta de altura, 2.213; por varizes, 889; tuberculose, 809; linfadenia, 788.

Perante as Juntas regimentais compareceram 11.560 mancebos. No contingente desse ano foram notados refractários 19.891 mancebos, isto é : 23 por cento do número que devia comparecer às Juntas de recrutamento e regimentais. Apresentaram-se 599, sendo 548 voluntariamente e 51 capturados, faltando à incorporação 19.292.

É conveniente saber-se que dos 86.135 mancebos em todos os 35 distritos de recrutamento, sabiam ler e escrever 27.583; analfabetos, 38.436; e ignoram-se as habilitações literárias de 20.116.

Do concelho de Gondomar, como se vê do mapa estatístico junto, foi a freguseia de Rio Tinto aquela que forneceu maior contingente; em 1917 foram apurados 80 mancebos, da dita freguesia.

SERVIÇO MILITAR

FREGUESIAS	Número de mancebos recenseados em			Mancebos apurados em		Isentos e temporizados em	
	1907	1917	1927	1907	1917	1907	1917
Covelo	23	14	19	11	7	12	7
Fânzeres	43	50	75	19	20	24	30
Gondomar (S. Cosme)	62	63	101	35	25	27	38
Jovim	20	19	25	9	9	11	10
Lomba	18	18	20	5	7	13	11
Medas	23	12	22	17	6	6	6
Melres	30	18	17	24	11	6	7
Rio Tinto	104	140	181	63	80	41	60
Sousa	38	32	44	18	13	20	19
S. Pedro da Cova	36	30	51	22	12	14	18
Valbom	71	102	125	34	51	37	51
	468	498	680	257	241	211	257

Noutro capítulo nos ocuparemos dos soldados naturais do concelho que morreram ao serviço da Pátria, na Grande Guerra.

ORGANIZAÇÃO CIVIL E JUDICIAL
NOS PRIMEIROS TEMPOS

Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa, os territórios não nobres, não eclesiásticos e não

municipais, e que estavam por isso sujeitos ao poder real⁽¹⁾, eram divididos em *terrás* ou distritos administrativos e militares, constituindo também comarcas judiciais ou *julgados*. O nobre ou rico-homem era o chefe da terra. Estas terras subdividiam-se em *préstamos*, que eram porções de casais, aldeias ou freguesias, cujo rendimento era a favor do *prestameiro*, nomeado pelo rei, em recompensa de algum encargo público. Além destas *terrás*, havia os concelhos ou terras privilegiadas, onde o direito de jurisdição pertencia ao nobre, ao prelado, à ordem religiosa ou militar. Havia também o conselho do rei, composto de ricos-homens, magistrados e prelados; este conselho intervinha pouco nos negócios do reino; era antes uma formalidade exigida pelo direito consuetudinário. No entanto o povo atribuía muitas vezes aos *conselheiros do rei* os maus resultados da administração pública, como se depreende das cortes de Coimbra, de 1385, em que o povo lhes atribue os desastres do reinado de D. Fernando.

Quanto à administração da justiça, havia os juízes ordinários que eram conhecidos, desde os primeiros tempos da nossa nacionalidade, por *juízes da terra*.

(1) Desde o princípio da nacionalidade até ao século XIV a *cúria do rei*, o *tribunal da coorte* ou *tribunal da casa do rei* era o nome com que se designava o Supremo Tribunal. Os indivíduos que o compunham eram os *sobrejuízes* ou *ouvidores*. Eram, provavelmente, os grandes e privados do rei, eclesiásticos ou seculares, como diz Gama Barros (*Hist. da Adm. Públ.*, t. I, pág. 611). Para esse tribunal se apelava da primeira instância. No século XIV, havia já no tribunal da corte os ouvidores das *supriçações* ou da *sopricaçam*, juízes encarregados da decisão dos recursos supremos; e D. Afonso IV publicou um regimento das audiências da corte, em que se distinguiam as funções dos juízes da apelação civil e as dos juízes da suplicação, que tomavam conhecimento dos agravos. Tinhama ambas a sua sede em Lisboa, o que trazia sérios inconvenientes à administração da justiça; por isso os povos pediram por vezes em cortes que noutras terras fossem criados mais tribunais. Daí a organização das *alçadas*.

Eram eleitos anualmente pelo povo, entre os vizinhos ao próprio lugar e julgavam em primeira instância.

Deles se apelava para o rei ou para os tribunais régios ou até para os ricos-homens ou governadores.

A administração da justiça era também fiscalizada pelos emissários ou enviados do rei, que tiveram o nome de *meirinhos, adiantados e corregedores*; por vezes o rei mandava alçadas, isto é, uma espécie de tribunal ambulante com um ou mais juízes que iam pelo reino a julgar sem apelação nem agravo os feitos tanto cíveis, como crimes.

E como os juízes ordinários deixavam muitas vezes de administrar a boa justiça, ou por violências ou por amizades, D. Afonso IV instituiu os *juízes de fora*, isto é, de terras estranhas àquela localidade. Também administravam justiça os senhores que possuíam terras de doação; era regalia dos nobres, dos prelados, dos abades de Ordens religiosas e mestres de Ordens militares.

Os donatários administravam justiça, ora por si próprios, ora pelos juízes de sua escolha; destas sentenças, desde o princípio do século XIII, podia apelar-se. Os que administravam justiça nos municípios chamam-se *juízes* ou *alcaides* ou *alvazís*, conforme a localidade. Eram dois e, às vezes, três ou quatro. Ao lado deles havia um magistrado, o *alcaide*, que representava o poder do rei, com atribuições administrativas e militares; às vezes acumulava as funções de juiz. A eleição do juiz municipal devia ser confirmada pelo alcaide ou representante do rei.

Se um concelho era muito extenso ou populoso, pelas aldeias do seu alfoz ou termo, estabeleciam-se jurisdições locais, para boa regularidade da justiça; e os indivíduos que exerciam tal jurisdição chamavam-se *jurados* ou *aportelados*. Sobre este assunto, vid. *Hist. das Inst. em Port.*, de Fortunato de Almeida.

DIVISÃO JUDICIAL E ADMINIS-
TRATIVA DA CIDADE DO PORTO,
NOS SÉCULOS XIX E XX

Já dissemos, no 1.^o vol., pág. 131, que a Cidade do Porto foi dividida em três bairros, depois da entrada do exército liberal nesta cidade, em 1832. Nomearam-se juízes do crime para cada um desses bairros e cada bairro teve também o seu batalhão provisório, que apelidaram de *langonhas*, criado em 1837, quando se mandaram organizar as guardas nacionais. Então nomearam-se corregedores⁽¹⁾ e juízes de fora que por Decreto de 12 de Dezembro de 1883 passaram para juízes de direito. Nomeou-se um provedor de concelho, com adjuntos (vice-provedores) havendo em cada freguesia um comissário e cabos de polícia. Mais tarde, seguiu-se a nomeação da primeira autoridade administrativa, que teve a denominação de prefeito (sendo o primeiro o conselheiro Manuel Gonçalves de Miranda), havendo também subprefeitos. (Decreto de 16 de Maio de 1832, já citado no 1.^o vol.).

Já também dissemos que os prefeitos passaram a denominar-se administradores gerais e depois governadores civis. A provedoria dos concelhos foi substituída pelas administrações do concelho (Código Administrativo de 1837), sendo uma para cada bairro e depois administrações de bairro (Código Administrativo de 1842). Pela nova reforma de 26 de Junho de 1867 os três bairros ficaram reduzidos a dois — Oriental e Ocidental. Mas sendo suspensa esta reforma, por causa da chamada *Revolução Pacífica*, tornaram a sub-

(1) A designação de *corregedor*, na administração da justiça, como enviado dos monarcas, era, nos primitivos tempos da monarquia, sinónima de *adiantado* ou *meirinho*, e só aparece a partir de D. Afonso IV. As atribuições do corregedor variaram muito com os tempos e nelas entraram também algumas de carácter administrativo e militar.

sistir os três bairros; porém em 7 de Novembro de 1868, e por alvará do Governo Civil de 6 do dito mês e ano, foram novamente reduzidos os três bairros aos referidos dois, o que sustentou em vigor o Código Administrativo.

Por Decreto de 16 de Maio de 1832 (Reforma Judiciária), estabeleceu-se o tribunal da segunda instância (Tribunal da Relação)⁽¹⁾. Este tribunal, nas causas crimes, até 1834, julgava também como se fosse a primeira instância. A Reforma Judiciária de 1832 foi completamente alterada pela de 28 de Novembro de 1840, esta pelo Código de Processo actual.

Naquela época, os livros dos antigos registos pertencentes a esta cidade e dos concelhos de Gondomar, Maia e Valongo, achavam-se arquivados na Repartição da Conservatório no 1.^º distrito. Ora o 1.^º distrito abrangia as freguesias da Sé, Santo Ildefonso, Vitória, Bonfim, Campanhã, Paranhos, Gondomar, Maia e Valongo, todas portanto pertencentes aos juízes de Direito Criminal (Tribunal de S. João Novo).

As freguesias de que se compunha a 1.^a vara do Porto⁽²⁾ eram: Bonfim, Campanhã, Paranhos, Covelos,

(1) O Decreto de 25 de Maio de 1833 mudou o nome de *Tribunal de Segunda Instância* para o de *Relação* e o de *Círculo Judicial* para o de *Distrito de Relação*.

Na Administração Judicial há uma série de Decretos, como sejam o de 18 de Abril de 1833, a Lei de 28 de Fevereiro de 1835, a Reforma Judiciária de 1837 (13 de Janeiro), a Novíssima Reforma Judiciária (Decreto de 21 de Maio de 1841), o Código de Processo Civil (Carta de Lei de 8 de Novembro de 1876) e o Decreto de 29 de Julho de 1886 que extinguiu os antigos juízes ordinários, passando parte das suas atribuições para os juízes de direito e parte para os juízes de paz e instituiu os juízes municipais, regulando as suas atribuições.

(2) As comarcas de Lisboa e Porto estão subdivididas actualmente em diversas *varas cíveis* (seis em Lisboa e cinco no Porto), *juízes criminais* (oito em Lisboa e quatro no Porto) e *varas comerciais* (três em Lisboa e duas no Porto), cada qual com o seu juiz de direito e juízes de investigação criminal. Nas outras comarcas não há esta separação de jurisdições. Em

Jovim, Lomba, Medas, Melres, Souza, Fânzeres, Rio Tinto, S. Cosme de Gondomar, S. Pedro da Cova, Valbom, Santo Ildefonso e Sé.

JULGADO DE GONDOMAR

Já noutro lugar dissemos que a cidade do Porto, em 1459, tinha por seus termos, com toda a sua jurisdição cível e crime, e serventia dos corpos das gentes os julgados da Maia, de Refóios, de Bouças, de Azurara com Pindelo e de Aguiar e de Penafiel⁽¹⁾, e de Gondomar, e Gaia e Vila Nova, que estavam em posse desde longos anos antes, como se lê no fim do vol. I, do *Corpus Cod. (Exarado no apógrafo)*, em o documento chamado *trelado da carta*, de 2 de Agosto de 1459, citado no I vol. desta *Monografia*, págs. 100 e 101. Isto mesmo está confirmado pelo Dr. João de Barros, na sua *Geogr. dentre Douro-Minho e Trás-os-Montes*.

Também já dissemos que até 24 de Outubro de 1855, todos os concelhos eram julgados. Foram então suprimidos 54 concelhos no continente e 3 nos Açores.

Lisboa há ainda um *Juizo Auxiliar de Investigação Criminal*, quatro *Juizes das Transgressões e Execuções*, uma secretaria do *Conselho Superior Judiciário* e uma *Tutoria Central da Infância*; e no Porto, um *Juizo Auxiliar de Investigação Criminal*, um *Juizo de Transgressões e Execuções* e uma *Tutoria Central da Infância*.

⁽¹⁾ Provisão em que se manda se tirem para a Comarca de Penafiel da de Guimarães os concelhos de Unhão, S.^{ta} Cruz de Riba-Tâmega, o de Govêa de Riba-Tâmega, o de Gestacô, a Honra de Vila Cahiz, e a Vila de Canavezés, a de Tuias, ficando pertencentes para o Porto os concelhos de Gondomar, Aguiar de Sousa, Maia e Refóios que sempre constituiram o término dela, mandando que o Chanceler do Porto com assistência dos três Corregedores proceda ao auto de Divisão assinado por todos. É datada de 5 de Julho de 1776, e registada a folhas 222, pelo escrivão da Câmara, Roque Jacinto Moreira de Barbosa. (*Índice de alguns documentos que se acham nos Livros dos Registos da Cartório da Câmara de Penafiel*, extraído no ano de 1814, por António de Almeida).

Desde essa época, o concelho ficou sendo uma circunscrição diversa do julgado. Foram suprimidos os julgados de Matosinhos, Gondomar, Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia, ficando a existir os concelhos destas vilas.

Ainda por Decreto de 23 de Setembro de 1873 suprimiram-se 20 julgados, mas os concelhos ficaram como municípios (*O Conc. de Gondomar*, 1.º vol., págs. 129 a 136).

Como indício histórico da existência do julgado gondomarense, fui encontrar no Arquivo camarário a seguinte nota :

«Em sessão de 9 de Junho de 1874, foi deliberado, para dar cumprimento às ordens superiores, fazer a divisão dos julgados deste concelho nos seguintes termos :

Primeiro julgado deve compor-se das freg.^{as} de S. Cosme, Valbom, S. Pedro da Cova e Jovim, contendo 9.720 fogos, sendo a sua sede em S. Cosme.

Segundo julgado deve compor-se das freg.^{as} de Rio Tinto e Fânzeres, contendo 6.662 fogos, sendo a sua sede em Rio Tinto.

Terceiro julgado deve ser composto das freg.^{as} de Sousa e Covelo, contendo 2.465 fogos, sendo a sua sede em Gens.

Quarto julgado deve ser composto das freg.^{as} das Medas e Melres, contendo 1.806 fogos, sendo a sua sede em Branzelo».

Este respeitável corpo judicial era presidido pelo juiz eleito daquele tempo; ao cargo de *juiz eleito* foi mais tarde dado o nome de *juiz ordinário*; por sua vez ao juiz ordinário foi dada mais tarde a designação de *juiz de paz*⁽¹⁾. Os documentos relativos a este ramo

⁽¹⁾ Esta função é desempenhada actualmente pelos professores primários. Diz o *Diário do Governo*, de 25 de Outubro de 1926 (Decreto n.º 12.535): «Art. 1.º A função de Juiz de Paz é inerente ao cargo de professor do sexo masculino, de ensino primário da sede do respectivo Distrito de Paz».

de serviço judicial e arquivados na Câmara Municipal do nosso concelho alcançam até o ano de 1883, quando já havia juízes ordinários.

Estes *juízes eleitos* só julgavam causas ligeiras. Como amostra, vou transcrever um «auto de queixa». O papel selado é do custo de 20 réis, com as armas reais ao centro e no fundo delas, em semi-círculo, a legenda: *Thesouro publico*. No próprio papel selado está lavrada a seguinte declaração:

«Este Livro tem de servir para todas as Causas e Julgamentos no Juizo Elleito da freguezia de Sam Cosme, que tem dezacete folhas de papel sellado que vão por mim númeradas e Rubricadas, com o meu Sobrenome de Castro.

Sam Cosme 28 de Majo de 1857.

O Juis Elleito»

Segue-se o primeiro «Auto de queixa» que é transcrito fielmente:

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sincoenta e sete, aos vinte e oito dias do mez de Majo do dito anno nesta freguezia de Sam Cosme de Gondomar e moradas do cidadão Juis Elleito da mesma freguezia António Martins Gomes de Castro a onde eu Escrevão de seu Cargo fui vindo -- Ahi appareceo Jeronimo Coelho, do lugar da Buinha desta mesma freguezia, que declarou que Joaquim Ribeiro do lugar de quintan desta mesma freguezia é lhe devedor da quantia de mil e seis centos reis, resto de maior quantia, como bem sabe Vicente de Souza vendeiro, e José da Motta casado Canastreiro ambos do lugar da Gandra, e José de Souza casado jornaleiro, do lugar da Pedreira, todos desta mesma freguezia, que desde já offerecia para testemunhas, e para isso requeria a

elle juis para serem citadas, com o Reo; afim de na Audiencia de Julgamento que fosse assignado ouvida a sua defeza» ser condenado no proprio e custas; A vista de que elle Juis recebendo sua queixa segundo, ahi assignou para o Julgamento o dia trinta do corrente, as quatro horas da tarde, ficando siente o queixozo de que dou fé. De que elle Juis mandou fazer este Auto que assignou com o queixoso, sendo-lhe primeiro lido por mim Joaquim Alves dos Santos Vianna Escrevão que o escrevi e assinei^(a)) Jeronimo Coelho. Do queixozo Jeronimo Coelho Escrevão Joaquim Alves dos Santos Vianna.

Dou ffe em como no dia de hoje Extrahi o mandado para a citação do Reo e testemunhas, o qual fica em meu poder, e cartório, para, as delligências Ordinadas Sam Cosme 28 de Majo de 1857. O Escr.^{am} Joaquim Alves dos Santos Vianna. Auto de Julg.^o.

Anno do Nascimento de Nossa Senhor Jesus Christo, de mil oito centos, e sincoenta e sete, aos trinta dias do mez de Majo do dito anno, nesta freguezia, de Sam Cosme de Gondomar, e moradas, o Cidadão Juis Elleito da mesma freguezia António Martins Gomes de Castro, a onde eu Escrevão de seu Cargo fui vindo, e perante o mesmo Juizo compareçeo como autor Jeronimo Coelho desta mesma freguezia com as duas testemunhas dacuização mencionadas e de claradas no auto de queixa retro citadas por mim Escrevão de que dou fé, e da outra parte o Reo Joaquim Ribeiro caçado do lugar de quintaa, desta mesma freguezia e sendo emqueridas as mesmas testemunhas debaixo do mesmo juramento de clararão que tinhão ouvido dizer o mesmo Reo que hera verdade dever os dedaçais (sic) testoens como lhe pede o queixo (sic) no seu Auto de queixa. Em vista do que elle Juis deo, a sentença seguinte; = Condemno o Reo no pedido do autor e mais nas custas, e dou por bem condemnado por esta minha sentença e seja requerido para no prazo de vinte e quatro horas pagar, e não pagando seguiraçe os termos athe final, e de que para de tudo constar mandou elle

Juis Lavrar este Auto que forão testemunhas presentes José de Magalhaens, mestre alfaate do lugar de quintão, e Joaquim Moreira Barbeiro do dito lugar ambos desta mesma freguezia, que todos vão aqui assignar com elle Juis, sendo-lhe primeiro lido por mim (º) Joaquim Alves dos Santos Vianna, Escrevão que o escrevi e assigno Antonio Miz Gomes de Castro Jeronimo Coelho Do Reo Joaquim + Ribeiro José de Mag.es Joaq.^m Bento Corr.^a e S.^a Joaquim Alves dos Santos Vianna Escr.^{am}».

E não havia recurso destas sentenças. No caso presente, verifica-se que a administração da justiça era optimamente observada; por causa de 1\$600 réis, põe-se em movimento um juiz, um escrivão e mais ainda uma meia dúzia de pessoas, perdendo toda esta gente o seu tempo para obrigar um homem a pagar dezasseis tostões! É certo que o dinheiro de então não correspondia ao valor monetário do de hoje, mas sobretudo os costumes eram outros, bem invejáveis.

E a propósito deste assunto, acho conveniente transcrever um artigo, publicado no semanário *A Nossa Terra*, de 6 de Junho de 1931, intitulado *Julgado Municipal em Gondomar*, assinado pelas iniciais A. A.:

«Pelo Decreto n.^o 19.578, de Abril de 1930, o Governo criou julgados municipais em todas as comarcas extintas pelo Ministro da Justiça, Dr. Manuel Rodrigues, e deixou dependente de as Câmaras Municipais pedirem a criação de julgados nos seus concelhos.

Gondomar, com uma população de cerca de 50.000 habitantes e uma área relativamente grande, precisa que a Câmara Municipal peça a criação dum Julgado Municipal ao Governo, que, além de lhe não trazer despesas lhe traz uma receita relativamente grande, pois que os impostos, custas e multas, contados nos processos aqui julgados, dão aqui entrada nos respectivos cofres, avolumando por isso a importância do concelho.

Mas não só traz essas vantagens; outras de maior importância traz para o concelho e seus componentes a criação do Julgado Municipal.

Pela Lei que criou os Julgados Municipais, são aqui julgadas as polícias correccionalas e todos os inventários, acções e execuções até 5 contos; e os restantes processos são aqui instaurados, indo à sede da comarca apenas para julgar e nos inventários dar a forma à partilha e para a sentença.

Com a criação do Julgado Municipal muito lucrariam o comércio e a indústria do concelho de Gondomar; porquanto, pela afluência de povo, à sua sede, os hotéis e restaurantes faziam mais negócio, o comércio vendia mais, os produtos do concelho tornavam-se mais conhecidos e as suas indústrias de ourivesaria e marcenaria já podiam ter na sede do concelho um grande estabelecimento daqueles artigos, visto que o concelho passaria a ser bastante concorrido por advogados e procuradores de fora e muito povo, que vendo os artigos expostos iriam para as suas terras fazer a sua propaganda. São pequenos nadas, mas que, juntos, muito concorrem para a prosperidade do concelho e, portanto, da sua arte, comércio, indústria e agricultura.

E, depois, que despesa acarreta o Julgado? Nenhuma, a nosso ver, a não ser a da casa para as audiências que pode muito bem ser o Salão Nobre da Câmara. O Juiz é o Oficial do Registo Civil; o Delegado, o Notário, o Escrivão e Oficial só recebem emolumentos, motivo por que a criação do Julgado, sendo de grande interesse para o concelho, não traz encargos alguns ao Município».

O anónimo autor deste artigo ainda suspeita que um ou outro conterrâneo se rirá deste alvitre, pretexendo que o Porto está perto de Gondomar, mas não considerando que a tendência dos povos bem governados é administrarem-se autonomamente, sem as despesas e delongas que se notam nos tribunais dos grandes centros da população, onde as questões, grandes ou pequenas, se arrastam indefinidamente, com grave prejuízo de tempo e dinheiro para as partes litigantes. Ora, como pelo citado Decreto, o Governo deixa dependente das Câmaras Municipais o pedido da criação desses julgados, entendo que tal assunto deve prender a atenção da Ex.^{ma} Comissão Administrativa do nosso município.

GOVERNO ECLESIÁSTICO DO BISPADO
DO PORTO, NO SÉCULO XIX

*RENDIMENTOS PAROQUIAIS, FOGOS E NÚMERO DE
HABITANTES DE GONDOMAR EM 1860*

São de Henrique Duarte e Sousa Reis as seguintes notas:

Primeira parte — *Do respeitante ao Clero — Dos Apontamentos para a História antiga e moderna da Antiga, muito Nobre, sempre Leal e Invicta Cidade do Porto.*

Dividia-se o bispado do Porto⁽¹⁾ em quatro comarcas eclesiásticas que eram: Maia, Penafiel, Sobre-Tâmega e Feira. A de Penafiel abrangia cinco distritos e as freguesias incluídas no 1.^º distrito de Penafiel eram: Aguiar de Sousa, Astromil, Baltar, Covelo, Fânzeres, Gandra, Gondomar, Jovim, Medas, Parada Todeia, Rebordosa, Recarei, Rio Tinto, S. Martinho de Campo, S. Pedro da Cova, Sobrado, Sobreira, Sousa, Valbom, Valongo e Vandoma. Compreendia este 1.^º distrito de Penafiel 21 freguesias. Tratemos daquelas que pertencem ao concelho de Gondomar, onde não estão incluídas as freguesias de Melres e Lomba, quanto ao seu rendimento e população.

(1) No ano de 1846, havia em Portugal 20 dioceses, assim classificadas: o Patriarcado de Lisboa, 2 arcebispados — o de Braga e o de Évora; 14 bispados — os de Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Elvas, Faro, Guarda, Lamego, Leiria, Pinhel, Portalegre, Porto e Viseu; e 2 isentos — a Prelasía de Tomar e o Priorado do Crato.

O Patriarcado de Lisboa tinha sido arcebispado em 1394, por D. João I; extinto depois a 14 de Junho de 1740. O patriarcado foi instituído a 7 de Novembro de 1716, no reinado de D. João V, ficando a dignidade cardinalícia inerente à de patriarca.

Covelo (Santa Maria) curato

Fogos, 130; almas, 545	
Côngrua, pé de altar, etc. ...	34\$200
Derrama ...	65\$800
	<hr/>
	100\$000

Era da apresentação do reitor do Colégio da Graça, de Coimbra. Tem residência. Rendia antigamente 40\$000 réis.

Fânzeres (S. Salvador) vigararia

Fogos, 479; almas, 1.719	
Côngrua, Passal ...	54\$320
Pé de altar, benesses, etc. ...	148\$880
Derrama ...	36\$800
	<hr/>
	240\$000

Era da apresentação do cabido da Sé do Porto. Tem residência. Rendia antigamente 250\$000 réis.

Gondomar (S. Cosme) reitoria

Fogos, 900; almas, 3.008	
Côngrua, Passal ...	14\$600
Pé de altar, benesses, etc. ...	135\$400
Derrama ...	150\$000
	<hr/>
	300\$000

Era da apresentação alternada da mitra e cónegos da Colegiada de Cedofeita. Tem residência (¹). Rendia antigamente 120\$000 réis.

Jovim (Santa Cruz)

Fogos, 352; almas, 1.175	
Côngrua, Passal ...	192\$000
Pé de altar, benesses, etc. ...	96\$000
Bolos, Prémios, Prest. ^{es} ...	62\$000
	<hr/>
	350\$000

(¹) Pouco depois da proclamação da República foi demolida, para se formar o novo cemitério, no lado Sul da Igreja paroquial, havendo agora portanto dois cemitérios.

Era da apresentação do Papa e Bispo. Tem residência. Rendia antigamente 500\$000 réis.

Medas (Santa Maria) curato

Fogos, 125; almas, 360		
Côngrua, Pé de altar, benesses, etc. 60\$000	
Derrama	... 40\$000	
		100\$000

Era da apresentação do reitor do Colégio da Graça, de Coimbra. Tem residência⁽¹⁾. Rendia antigamente 60\$000 réis.

Rio Tinto (S. Cristóvão) vigararia

Fogos, 1.140; almas, 4.680	
Côngrua, Passal ...	60\$000
Pé de altar, benesses, etc.	170\$000
Derrama	170\$000
	400\$000

Era da apresentação *in solidum* das Religiosas Bentas da Ave-Maria, do Porto. Tem residência (º). Rendia antigamente 500\$000 réis.

S. Pedro da Cova, abadia

Fogos, 339; almas, 1.345	
Côngrua, Passal ...	210\$00
Pé de altar, benesses, etc. ...	90\$00
	300\$00

Era da apresentação da Mitra Portuense. Tem residência. Rendia antigamente 750\$000.

⁽¹⁾ A residência paroquial sofreu reparações grandes há pouco tempo.

(²) Em 1932 a residência paroquial foi demolida, para alargamento do adro e foi construída outra, também próxima da igreja matriz.

Sousa — S. João da Foz, reitoria

Fogos, 432; almas, 1.450	
Congrua, Passal ...	50\$000
Pé de altar, benesses, etc.	50\$000
Derrama	200\$000
	300\$000

Era da apresentação do reitor do Colégio da Graça, de Coimbra. Tem residência. Rendia antigamente 200\$000.

Valbom (S. Veríssimo) abadia

Fogos, 756; almas, 2.546	
Côngrua, Passal ...	149\$600
Pé de altar, benesses, etc.	150\$400
	300\$000

Era da apresentação do Cabido da Sé, do Porto. Tem residência. Rendia antigamente 900\$000. Faltam *Melres* e *Lomba*. Estas pertenciam ao 2.^º distrito e assim declara:

Lomba (Santo António) curato

Fogos, 209; almas, 900	
Côngrua, Pé de altar, benesses, etc. ...	38\$000
Derrama	112\$000

Era da apresentação do abade de Melres. Tem residência. Rendia antigamente 60\$000.

Melres (Santa Maria) abadia

Fogos, 329; almas, 1,084	
Côngrua, Passal ...	56\$000
Pé de altar, benesses, etc.	100\$000
Derrama	144\$000
	300\$000

Era da apresentação do Marquês de Marialva. Tem residência. Rendia antigamente 1.200\$00. No fim do rol das freguesias pertencentes ao 2.º distrito, traz uma nota que elucida:

«Abrange este distrito de Penafiel 17 freguesias.»

**GOVERNO DIOCESANO E VIDA
PAROQUIAL DE GONDOMAR
DESDE HÁ UM SÉCULO ATÉ À
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**

ESTADO DA SANTA SÉ

Pelo tratado diplomático de Latrão, concluído a 11 de Fevereiro de 1929, entre os representantes do Papa e do rei da Itália, foi criado um novo Estado independente e soberano, chamado *Estado da Santa Sé*⁽¹⁾, que compreende uma parte da cidade de Roma com o nome de *Cidade do Vaticano*, isto é, abrange a basílica de S. Pedro, palácio do Vaticano com os seus museus, galerias, biblioteca e jardins, casernas dos guardas suíços e praça de S. Pedro. O seu chefe é o *Sumo Pontífice*; tem uma estação de caminho de ferro

⁽¹⁾ O poder temporal do Papa sobre Roma começou no século VIII. Em 755 Pepino, o Breve, chefe dos Francos, deu à Santa Sé a Romanha e Ancona que havia tomado aos Lombardos; e Carlos Magno, seu filho, a pedido do Papa Adriano I, passou à Itália, acabou com a monarquia lombarda e confirmou as doações de Pepino à Santa Sé. No século XI a condessa Matilde legou ao Papa o território circunvizinho do lago de Bolsena que se ficou chamando o *Património de S. Pedro*. Benavento, no reino de Nápoles, adquirido em 1077, e Avinhão, em França, adquirida em 1348, completaram os antigos *Estados Pontifícios* que se mantiveram até à tomada de Roma em 1870, pelo exército italiano. A 20 de Setembro desse ano, Vítor Manuel invadiu os referidos Estados, entrando em Roma, que ficou sendo a capital do reino da Itália, e realizando assim a *unidade política italiana*, no pontificado de Pio IX. Desde esse tempo até à conclusão do referido tratado de Latrão, ficou o Papa só com o palácio do Vaticano.

e de serviços postais, telegráficos, telefónicos, radiotelegráficos e radiotelefónicos, etc., estabelecendo assim rápidas comunicações com as muitas nações católicas, onde tem representações diplomáticas.

O Papa é eleito pelos cardeais, reunidos em cláve. O actual chama-se Pio XI (*Aquiles Ratti*), nascido em 31 de Março de 1857 e eleito em 12 de Fevereiro de 1922. O núnio apostólico era Mons. Giovanni Beda Cardinale, decano do corpo diplomático e arcebispo titular de Chersona. Faleceu a 1 de Dezembro de 1933.

LEGAÇÃO PORTUGUESA JUNTO DA SANTA SÉ

Actualmente é enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Dr. Henrique Trindade Coelho. Ocupa o cargo de Conselheiro da Legação, o Sr. Henrique Guerra Viana, e é Consultor Eclesiástico o Rev. José de Castro, via dei Portoghesi, 2 — Roma.

CÚRIA DIOCESANA DO PORTO

Consta dum vigário geral, secretários do Prelado, Câmara Eclesiástica, Tribunal Eclesiástico Diocesano, Promotores da Justiça Eclesiástica, Notariado Apostólico, Examinadores Pro-sinodais, Conselho Administrativo, Comissão de Vigilância «pro praedicatione», Comissão dos Indultos Pontifícios, Párocos Consultores, Revisores e Censores da Imprensa e Comissão de Música Sacra.

A Sé Catedral tem cabido com deão, chantre e secretário, beneficiados e advogado.

TRIBUNAL ECLESIÁSTICO DO PORTO

Este tribunal foi designado pela Santa Sé *Tribunal de Apelação*, no que diz respeito às causas tratadas em primeira estância, no Tribunal Eclesiástico de Braga.

*VIGÁRIOS DA VARA, A CUJA JURISDIÇÃO
PERTENCEM AS PARÓQUIAS DO CONCELHO
DE GONDOMAR, DESDE O ANO DE 1823*

Em Portugal as dioceses, quanto às jerarquias, dividem-se em arciprestados, vigararias ou ouvidorias e estas em paróquias, todas elas sujeitas ao Vigário Geral. Por esse tempo era Vigário Geral, o Dr. José de França Castro e Moura.

Em 1823 era vigário da vara o Rev. Manuel José Lourenço de Castro, que deu comissão ao P.^e Fr. José Pinto, abade da Sousa, para numerar e rubricar os livros paroquiais.

Em 1840 era vigário da vara o P.^e Agostinho Ferreira Barbosa.

Em 1853 era vigário da vara, o Rev. Joaquim Albino de Assunção Melo, abade de S. Cristóvão de Louredo.

Em 1859, foi vigário da vara o Rev. António Joaquim Soares, abade de Gondalães.

Em Dezembro de 1860 até 1862 foi vigário da vara o Rev. João José de Azevedo Coutinho, do 1.^º Distrito da Comarca da Feira, abade de Pedroso; mas, por comissão do vigário capitular, serviu em 1861 o Rev. Manuel Francisco da Costa Ramos.

Em 1863 foi vigário interino o Rev. Manuel Ferreira Barbosa.

Em 1876 foi vigário da vara o Rev. António de Sousa e Melo, vigário de Valpedre, do 2.^º Distrito de Penafiel; e em Dezembro desse mesmo ano foi vigário da vara, o abade de S. Miguel da Gândara, Rev. Alberto Coelho dos Santos, até 1903.

Desde Dezembro de 1904 foi esse cargo ocupado pelo Rev. Domingos Carneiro Dias, actual abade da freguesia de Joyim.

N. B. — Quem autorizou a abertura dos assentos dos livros do Registo Paroquial de S. Cosme de Gondomar no ano de 1811 foi Teodoro Pinto Coelho de

Moura, que para esse efeito deu comissão ao escrivão da Câmara Eclesiástica, António José de Oliveira.

E em 1834 era provisori do bispado o Rev. Luiz da Cunha Barreto, que deu comissão ao escrivão da Câmara Eclesiástica, Narciso José de Oliveira, para numerar e rubricar os referidos livros, como consta da portada dum deles.

REITORES, ABADES OU PÁROCOES E SEUS RESPECTIVOS COADJUTORES OU CURAS, DESDE 1811 ATÉ À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

As informações a este respeito foram colhidas na Repartição do Registo Civil de Gondomar, mercê da boa vontade do ilustre Oficial desse Registo, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Américo Jazelino Dias da Costa, que não se poupou a esforços aturados para me ajudar nesta tarefa. Apesar das duas freguesias, a de Jovim e a de Covelo, conservam o respectivo registo paroquial; portanto os informes destas duas freguesias são fornecidos pelos respectivos párocos actuais.

S. COSME DE GONDOMAR (VILA)

1.^º Em 1811 era 1.^º Reitor o P.^e Manuel Martins e Coadjutor o P.^e José Martins, desde 1815. O Reitor faleceu em S. Cosme a 8 de Fevereiro de 1839 e depositado na Igreja no dia 9, fazendo-se-lhe no dia 10 of.^º de corpo presente com 17 padres e foi sepultado na Igreja.

2.^º Reitor Francisco de Assis Pinto da Fonseca e Sousa (tomou posse em 1839). Faleceu em S. Cosme, a 14 de Abril de 1853. Foram seus coadjutores os P.^{es} Joaquim Martins de Castro e José Martins de Oliveira.

3.^º Reitor encomendado Damião Martins Ferreira (posse em Junho de 1853). Faleceu em S. Cosme, a 22 de Abril de 1859. Coadjutores: P.^e José Martins das Neves — 1858. P.^e António Lopes Picado da Silveira — 1859.

4.^º Encomendado : António Lopes Picado da Silveira (Maio de 1859). Em Agosto de 1859 volta a ser coadjutor até 1860.

5.^º Abade António João Iria Carvalhal (Setembro de 1859). Coadjutores : M.^{el} José Pereira Douro (1861), José Henriques da Silva (1862) e Luiz António Farinhote (1868).

6.^º Encomendado : José Henriques da Silva (Novembro de 1868). Coadjutor : Luiz António Farinhote. Em Agosto de 1869, José Henriques da Silva volta a ser coadjutor.

7.^º Abade António Alberto Coelho da Silva (Outubro de 1869). Faleceu em S. Cosme a 13 de Agosto de 1880. Curas Coadjutores : Manuel Teixeira Barbosa Malheiros (Maio de 1870), António Lopo Pires Monteiro (Junho de 1876).

8.^º Encarregado da Igreja no impedimento do Abade em Julho de 1880 — P.^e José Martins de Oliveira.

9.^º Manuel da Silva Cavadas — Encomendado em Novembro de 1880.

10.^º Rufino António Borges (Agosto de 1880). Coadjutor : M.^{el} Marques Henriques, desde Novembro de 1882 a Maio de 1883. Encarregado do serviço paroquial desde Maio a Agosto de 1883 — P.^e José Martins de Oliveira (no impedimento do ab.^e Rufino).

Coadjutores : Fev.^º de 1884, P.^e José Ferreira de Figueiredo; Set.^º de 1884, P.^e Joaquim Augusto Dias Leite (até Novembro de 1884); desde então até Abril de 1892, P.^e José Martins de Oliveira; P.^e Joaquim Francisco da Silva (1899); P.^e Manuel Ferreira de Moura (1899); P.^e Augusto Guilherme da Silva Maia, desde Maio de 1903 até à proclamação da República.

Auxiliares do 1.^º Reitor P.^e Manuel Martins : Coadjutor : P.^e José Martins. P.^e Joaquim Martins (1812 a 1824); P.^e M.^{el} João das Neves (de S. Miguel) (1819 a 1838); P.^e José Marques de França (1814 a 1824); P.^e António Martins (do lugar do Bairro) (1814 a 1829);

P.^e João Ramos das Neves (1814 a 1838); P.^e Francisco de Assis Pinto da Fonseca e Sousa (do lugar de S. Jumil) (1815 a 1820); P.^e José Martins (1815 a 1817); P.^e Manuel Pereira (1815 a 1819); P.^e José Martins de Oliveira (1822 a 1838); P.^e Francisco Martins de Oliveira (1815); P.^e Manuel João Ramos das Neves (de Ramalde) (1826 a 1828); P.^e José de Castro (1830); P.^e Manuel Jorge (da Prelada) (1830); P.^e Manuel Pereira Magalhães (1830 e 1831) e P.^e João Álvares da Silva e Carvalho (1830).

FREGUESIA DE COVELO

«Nomes dos Párocos que constam dos livros paroquiais em meu poder :

Joaquim Álvares de Aguiar, 1805-1836; António Moreira Guedes, 1836-1841; António Ferreira de Sousa Baptista e Santos, 1841-1842; Francisco Ventura da Silva, 1842-1843; Justino Gouveia, 1843-1844; José Gonçalves da Cunha, 1844-1859; José Martins de Oliveira Neves, 1859-1886.

Esteve 3 anos anexa à freguesia de Aguiar de Sousa (Paredes), sendo pároco Manuel Moreira de Castro, 1886-1889; José Soares Vieira de Andrade, 1889-1899; António Moreira de Oliveira, 1899-1933.

Coadjutores nunca teve.

P.^e Oliveira.»

FREGUESIA DE FÂNZERES (DESDE 1824)

Reitor coadjutor : P.^e Agostinho Ferreira Barbosa; em Abril de 1832 passou a ser reitor, tendo como coadjutor o P.^e Manuel Ferreira Barbosa, que em Janeiro de 1863 ficou encarregado do serviço da igreja.

Em Novembro de 1863 é abade o P.^e António Pinto Outeiro e coadjutor o P.^e Bernardo Moreira de Almeida.

Em Dezembro de 1875 é coadjutor o P.^e José Ferreira de Figueiredo.

Em Fevereiro de 1876 é pároco encomendado o mesmo Rev. José Ferreira de Figueiredo. Em Julho de 1877 é nomeado abade o P.^e Damião Ferreira de Sousa; e em Agosto de 1894 coadjutor o P.^e José Martins das Neves. Em Outubro de 1896 é nomeado pároco encomendado o Rev. Manuel Ferreira de Moura.

Em Janeiro de 1898 é abade o P.^e Manuel Tomé da Silva.

FREGUESIA DE JOVIM

Abades :

«José Pereira, até 1818; Joaquim da Silva, até 1826; José Pereira, até 1833; Manuel José das Neves, até 1834; Manuel Pinto Tavares, até 1835; Manuel Bento Roiz da Silva, até 1836; Paulino José de Carvalho, até 1837; Coadjutor João da Visitação, até 1837; António Barreto da Gama, até 1844; Manuel Pinto Tavares, até 1846; José Pereira, até 1855; Coadjutor António Vieira, até 1855; António de Sousa Pedroso, até 1867; Inocêncio José António de Amorim, até 1871; Coadjutor António Pinto Martins, até 1871; António Duarte Mendes, até 1873; Luiz António Farinhote, até 1874; Bernardo de Vasconcelos Monterroso, até 1877; Júlio Aurélio Vaz Cerquinho, até 1895; Coadjutor António Pinto Martins, até 1895; Domingos Carneiro Dias, até hoje.»

O pároco declara que só tem os livros de registo paroquial desde 1818.

FREGUESIA DA LOMBA (DESDE 1812)

É então cura o P.^e João Francisco Pereira, que em 1840 passa a pároco. Em Março de 1850 é pároco

o Rev. Manuel Ferreira Pinto; e em Agosto do mesmo ano é pároco o P.^e João Pinto de Oliveira.

Em Fevereiro de 1851 é reitor o P.^e José Joaquim Moreira Barbosa. Em Novembro de 1865 é pároco encomendado o P.^e Bernardo Moreira de Almeida, que em Agosto de 1866 passou a pároco. Em Janeiro de 1867 é pároco o Rev. Manuel Moreira da Gama. Em Novembro de 1869 é abade o P.^e Francisco Ângelo Pais Pacheco. Em Fevereiro de 1870 é cura-coadjutor o P.^e José Augusto Pais Moreira.

Em Setembro de 1877 é encomendado o Rev. Jerônimo Barbosa de Queiroz, que em Abril de 1882 passa a pároco.

Em Novembro de 1894 é encomendado o P.^e José Ferreira Soares Ribeiro. Em Fevereiro de 1896 é pároco o Rev. António da Silva Ramalho. Em Junho de 1898 é pároco o P.^e Manuel de Sousa. Em Outubro de 1906 é pároco o P.^e António Maria de Almeida e Pinho. E em Janeiro de 1909 é pároco o Rev. Manuel Joaquim Matias dos Santos.

*FREGUESIA DAS MEDAS
(DESDE 1823)*

É cura o P.^e José de Sousa que depois passa a pároco encomendado até 1857. Em Março deste ano é nomeado enocmendado o Rev. Manuel Francisco de Castro, que em Agosto de 1863 passa a ser pároco.

Em Dezembro de 1873 é nomeado pároco o P.^e Joaquim Francisco da Silva. Em Fevereiro de 1893 é pároco o P.^e José Soares Vieira de Andrade. Em Março de 1895 é encomendado interino o P.^e José Ferreira Soares Ribeiro; em Abril do mesmo ano, é nomeado pároco o P.^e José Luiz da Silva. Em Março de 1907 é pároco o P.^e Luiz Augusto de Magalhães Pinto. Em Abril de 1910 é nomeado pároco o Rev. Manuel Marques da Silva.

*FREGUESIA DE MELRES
(DESDE 1828)*

Encomendado o P.^e Manuel José Moreira, que em Abril de 1829 figura como coadjutor. Em Junho de 1833 é abade o P.^e João José Álvares de Sousa; em Março de 1834 é cura o P.^e Joaquim Vieira da Cunha e abade o P.^e Domingos António de Abreu Cardoso até Julho de 1837. Depois ficou encarregado da igreja o P.^e José da Graça.

Em Agosto de 1837 é pároco o P.^e Francisco de Almeida e Sousa Moreira; e em Dezembro desse ano é vice-pároco o P.^e José da Graça Almeida. Em Abril de 1843 é abade o P.^e João José Álvares de Sousa; e em Setembro desse mesmo ano é vice-pároco o Rev. João Pinto de Oliveira.

Em Dezembro de 1847, é abade o P.^e António Joaquim da Silva. Em Janeiro de 1850 é encomendado o P.^e Bernardo Soares Moreira. Em Janeiro de 1851 é abade o Rev. Constantino José de Carvalho. Em Outubro de 1858 é encomendado o P.^e José Rodrigues da Cunha.

Em Novembro de 1859 é abade o P.^e José Pereira Baptista Neves. Em Março de 1861 é cura-coadjutor o Rev. Odulfo Pereira e Vasconcelos. Em Maio de 1862 é cura-coadjutor o Rev. Vitorino de Almeida e Sousa.

Em Agosto de 1864 é coadjutor o P.^e José Gomes Pereira.

Em Setembro de 1867 volta a ser coadjutor o dito Rev. Vitorino de Almeida e Sousa. Em Setembro de 1868 é coadjutor o P.^e Jerónimo Barbosa de Queiroz, que em Fevereiro de 1871 é nomeado pároco até Outubro de 1873, ano em que aparece como encomendado até Julho de 1877; dessa data por diante é abade o Rev. João Gonçalves Moreira dos Santos até Abril de 1909.

Em Maio desse ano é pároco o P.^e José Valente de Matos.

Em Dezembro de 1910 é pároco o P.^e José Rodrigues Moreira. Em Março de 1911 é encarregado da paróquia o abade da Lomba, Rev. Manuel Joaquim Matias dos Santos. Em Abril de 1911 é encarregado da paróquia o P.^e Jerónimo Joaquim Ferreira.

*FREGUESIA DE RIO TINTO
(DESDE O ANO DE 1831)*

Reitor, P.^e João Soares da Cunha; coadjutor, P.^e José Marques da França, em 16 de Maio. Em 9 de Junho de 1832, encomendado, P.^e José Marques da França.

Reitor, P.^e Joaquim Álvares de Queiroz, em 1837. Coadjutor, P.^e Manuel Martins Veludo Loureiro. Em Setembro de 1837, reitor o P.^e António de Sousa. Em Janeiro de 1838, cura o P.^e José de S. Domingos Borges e Mansilha. Desde Dezembro de 1839, encarregado da igreja o coadjutor P.^e Francisco de Oliveira Maia. Em Janeiro de 1840, o pároco Rev. José de Sousa Barbedo; coadjutor o P.^e Manuel Martins Veludo Loureiro. Em Setembro do mesmo ano, coadjutor o P.^e António Marques Ramos. Em Agosto de 1842, cura-coadjutor o Rev. António Cardoso Pinto. Em Maio de 1846, coadjutor o P.^e Manuel Marques. Desde Setembro de 1857 a Julho de 1858 ficou encarregado da igreja o P.^e António Marques Ramos. Em Julho do mesmo ano de 1858 volta o pároco acima referido P.^e José de Sousa Barbedo e coadjutor Rev. José Gomes Ferreira.

Em Outubro de 1861 é coadjutor o P.^e Bernardo Moreira de Almeida; e em Novembro de 1863 é coadjutor o P.^e Augusto César da Cunha Menezes; em Abril de 1864, é coadjutor o P.^e Manuel Ferreira Coutinho de Azevedo. Em Novembro de 1868 é coadjutor o P.^e Joaquim Vieira de Sousa. Em Novembro de 1869 é encomendado o dito P.^e Manuel Ferreira Coutinho de Azevedo.

Em Novembro de 1870 é abade o P.^e António Joaquim Gomes Leite Rebelo. Em Fevereiro de 1876 é pároco encomendado, o P.^e Manuel de Oliveira Costa. Depois é encarregado do serviço paroquial o P.^e Bernardo Moreira de Almeida, em Setembro do dito ano de 1876; em Outubro desse ano é coadjutor o Rev. António Francisco Nicolau. Volta depois o encomendado P.^e Manuel de Oliveira Costa. Em Junho de 1878 é nomeado abade o Rev. José de Almeida Pinto Resende que faleceu em Janeiro ou Fevereiro de 1886, porque em Fevereiro deste ano é encarregado do serviço paroquial o P.^e António Francisco Nicolau. Em seguida é encomendado o P.^e Narciso Vicente Lopes de Sousa, em Maio de 1886. Em Janeiro de 1887 é pároco o dito Rev. Narciso Vicente L. de Sousa; mas em Abril deste ano já é pároco o P.^e António José Perre. Em Agosto de 1888 é abade o Dr. P.^e Manuel da Silva Cavadas, que faleceu a 22 de Setembro de 1910, nesta freguesia, com 63 anos de idade e foi sepultado em Águas Santas, donde era natural. Em 1 de Outubro de 1910 era pároco encomendado o P.^e José Ferreira das Neves, hoje octogenário.

*FREGUESIA DE S. PEDRO DA COVA
(DESDE O ANO DE 1815)*

Abade, o P.^e José Álvares de Brito; coadjutor, o Rev. João Martins, que em Fevereiro de 1817 foi abade e tornou a ser coadjutor em Outubro do mesmo ano; mais tarde, em Fevereiro de 1831 tornou a ser abade e em Novembro de 1840 torna a ser abade o mesmo P.^e João Martins. Em Junho de 1835 é abade o P.^e António de Nossa Senhora do Socorro; e em Junho de 1844 é coadjutor o P.^e António Martins. Em Agosto de 1845 é abade o Rev. Manuel Martins de Castro. Em Dezembro de 1854 é coadjutor o P.^e Gaudêncio Ferreira Pinto; em Julho de 1856 é coadjutor o P.^e António Pinto de Miranda; em Outubro de 1864 é coadjutor o P.^e João Manuel de Carvalho. Em Outu-

bro de 1873 é coadjutor o P.^e José Maria Fernandes; em Maio de 1876 é coadjutor o P.^e José Correia da Mota Seabra.

Em Agosto de 1877 é encomendado o dito P.^e José Correia da M. Seabra, que em Setembro de 1883 torna a ser coadjutor; e abade o P.^e João Soares de Azevedo.

Em Março de 1903 é pároco o Rev. Lino Marques dos Santos; e em Março de 1906 é abade o P.^e Manuel Rodrigues Cachiço.

*FREGUESIA DA SOUSA
(DESDE 1826)*

Reitor, Fr. José Pinto. Em 1829, reitor, Fr. José de Araújo. Em Agosto de 1834, era reitor o P.^e José Jerónimo de Araújo que passa a encomendado em Julho de 1835; e em Agosto de 1839 passa a reitor.

Em Setembro de 1857 é coadjutor o Rev. Joaquim Francisco da Silva.

Em Novembro de 1873 é encomendado o P.^e Luiz António Farinhote. Em Julho de 1877 é encomendado o Rev. Armindo Augusto Leal. Em Julho de 1878 é encomendado o P.^e Manuel de Oliveira Costa. Em Dezembro de 1881 é encomendado o P.^e José Xavier Pinto da Silveira. Em Agosto de 1887 é abade o P.^e Adriano Fernandes Gouveia que pastoreou a freguesia até à proclamação da República.

*FREGUESIA DE VALBOM
(DESDE 1824)*

Encomendado, P.^e José de Sousa Dias. Em Julho de 1824 é abade eleito e encomendado o P.^e Jerónimo Gonçalves Valbom. Em Julho de 1832 é coadjutor o P.^e António de Sousa Neves; depois o P.^e Manuel Teixeira Cardoso e ainda depois o P.^e Manuel Martins da Anunciação. Em Julho de 1833 é encomendado o P.^e António



do Carmo Velho de Barbosa; em Setembro de 1836, coadjutor o P.^e Pedro do Salvador Ferreira; em Dezembro do mesmo ano, coadjutor o P.^e José Marques de França; em Abril de 1837, coadjutor o P.^e João da Visitação. Em Outubro de 1839 é encomendado o P.^e Manuel Martins da Anunciação; e em Maio de 1840 o P.^e António Roque Pires de Abreu. Em Dezembro do mesmo ano, é encomendado o P.^e João da Visitação, acima referido. Em Janeiro de 1841 é abade o P.^e António Alves do Sepulcro Fonseca; e coadjutor o P.^e Bernardo José Lourenço de Castro; e em Outubro de 1845, coadjutor o P.^e Anacleto Correia da Fonseca. Em Janeiro de 1862 é coadjutor o Rev. Custódio de Sousa Vieira; e em Março desse ano é coadjutor o P.^e António Pinto Martins. Em Março de 1865 é coadjutor o P.^e Manuel Vicente Pereira e em Maio de 1866 é coadjutor o P.^e Marcelino Gomes de Abreu; e em Maio de 1867 é coadjutor o P.^e Joaquim José Correia de Rezende.

Em Novembro desse ano é abade o P.^e António de Sousa Pedroso. Em Janeiro de 1874 é coadjutor o P.^e Álvaro Alves Ferreira da Silva.

Em Julho de 1877 é coadjutor o P.^e José Ferreira de Figueiredo. Em Janeiro de 1882 é coadjutor o P.^e José Luiz da Silva. Em Janeiro de 1894 é coadjutor o P.^e Alfredo Augusto Pinto de Vasconcelos. Em Novembro de 1895 é coadjutor o P.^e José Ferreira das Neves. Em Agosto de 1904 é encomendado este presbítero que pastoreia a freguesia até que em Setembro de 1909 é abade o P.^e Abel Augusto Mendes Teles.

Termino a lista com o advento da República, por isso que, na vigência deste novo regime político, a igreja católica, deixando de ser religião do Estado, retoma ampla liberdade para que os prelados possam dispor à vontade da sua jurisdição sobre o clero, acabando dessa maneira a intervenção dos Governos na apresentação e colação dos párocos, o que no tempo

da monarquia dificultava às vezes a autoridade episcopal na livre escolha dos candidatos ao múnus paroquial.

CAPELAS PÚBLICAS E PARTICULARS EXISTENTES NAS FREGUESIAS DO CONCELHO

Na Vila de Gondomar (S. Cosme).

Capela da Nossa Senhora dos Remédios, no lugar de Aguiar. Na véspera da porta principal os moradores daquele lugar e que contribuiram para a construção da capela mandaram gravar a seguinte declaração :

*ESTA CAPELA FOI FEITA PELO POVO DE AGUIAR.
E HÉ DO POVO DE AGUIAR. FOI FEITA EM 1860.*

Capela de Santo André. É antiga e pequena, com galilé.

Capela de Santo António, no lugar do Souto, hoje Praça da República. Há dois anos foi demolida e edificada de novo, enfileirando no alinhamento das casas que fazem frente à dita Praça⁽¹⁾.

Capela do Senhor dos Aflitos, no lugar do Calvário; é nova e ainda não está toda concluída.

Capela dos Carregais, particular, dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Capela da Senhora Mãe dos Homens, da Quinta de Bouça-Cova; é particular, hoje propriedade do Ex.^{mo} Sr. Abílio de Carvalho.

Capela de Jesus, Maria, José, da Quinta de S. Miguel, particular. Foi propriedade do Sr. Conselheiro Juiz Desembargador do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Sarmento de Sousa Pires e hoje está na posse da viúva do Sr. João Pereira das Neves (Laborim). O retábulo é algo precioso.

⁽¹⁾ Noutro capítulo se fará uma referência especial a essa demolida capela.

Capela de Santo Isidoro, no monte do Crasto⁽¹⁾.

Freguesia de Covelo.

Há nesta freguesia duas capelas: a de Lebrim e a dos Lixas (particular).

Freguesia de Jovim.

Capela de Nossa Senhora das Neves, no lugar de Atães.

Capela da Quinta de Atães (particular).

Freguesia da Lomba.

Nesta freguesia há três capelas, uma pública, a de Santa Eufémia, no lugar de Pé de Moura; outra particular, cujo patrono é Santo Apolinário; pertence ao solar do Sr. Gaspar José Francisco Pereira das Neves; as colunas desta capela são de estilo coríntio e a talha é Renascença. E outra capela particular, a de Sante, do Ex.^{mo} Sr. Santos Moreira.

Freguesia das Medas.

Capela de Vila Cova e a capela de Broalhos.

Freguesia de Melres.

Capela da Senhora do Calvário; duas capelas, a da Senhora da Aflição, do lugar de Branzelo, e uma particular, do Dr. Rangel.

Capela de S. Tiago e a de Moreira.

Freguesia de Fânzeres.

Capela de Santa Bárbara, pública.

Capela de Montezelo (da Quinta do Montezelo) particular.

Freguesia de S. Pedro da Cova.

Nesta freguesia há somente a Capela de Belói, pública.

⁽¹⁾ Sobre a história desta Capela, veja-se o 1.^o volume, página 287 e seguintes.

Freguesia de Rio Tinto.

Capela de S. Sebastião, no lugar da Cavada Nova. Capela de Baguim do Monte, pública. Capela do Pedro, do lugar da Porta, particular. Capela de Medancelhe. Capela do lugar da Campainha. Capela do Dr. Ernesto da Fonseca. Capela da viúva D. Maria Santo Pinto. Capela de Nossa Senhora do Calvário, pública. Capela da Quinta da Venda Nova, particular. Capela do lugar da Triana, pública⁽¹⁾.

Freguesia da Sousa.

Capela de Compostela. Capela de Jancido. Capela de S. Roque, no lugar de Gens. Havia uma antiga capela do mesmo santo, que havia sido construída no meio duma bouça, capela particular pertencente à Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria da Natividade da Silva Amaral de Sá Pinto e que foi demolida após a proclamação da República. Foi então construída em 1914 uma nova, numa quelha perto da estrada. Capela de Ferreirinha. Capela de Zebreiros e Capela de Esposade.

Freguesia de Valbom.

Capela de S. Roque. Capela da Lagoa. Capela da Quinta da D. Júlia Montenegro, particular. Capela da Cova da Má. Capela de S. Pedro, no lugar da Ribeira de Abade. ~~X~~

RELATÓRIO DO MOVIMENTO RELIGIOSO NO CONCELHO DE GONDOMAR NO ANO DE 1922

Nesse ano o prelado da diocese, D. António Barbosa Leão, mandou que se procedesse a um *Relatório do movimento religioso* da diocese do Porto. Algum interesse nos pode despertar tal trabalho, conquanto os párocos das freguesias do nosso concelho se limi-

⁽¹⁾ A Capela da Triana faz hoje parte da nova freguesia eclesiástica de Pedrouços.

tassem quase todos só ao movimento religioso e pouco cuidado lhes merecesse o resto⁽¹⁾). Ainda assim o de S. Pedro da Cova dá a seguinte resumida notícia histórica :

S. PEDRO DA COVA

«A igreja é de construção moderna, tendo sido construída há 70 anos. Foi a Companhia das Minas do Carvão quem a mandou construir, visto a que existia começar a ameaçar ruínas, por causa das minas que abriram por baixo dela. Ainda existe o local da antiga e cemitério antigo, que está junto da casa das máquinas e escritórios da Companhia. O cemitério antigo, a-pesar-de estar no meio dos terrenos da Companhia, ainda é propriedade da freguesia».

Relatório do pároco : A solenidade da comunhão das crianças constou dum tríduo preparatório, com duas práticas por dia. Em todas as sextas-feiras de cada mês há o exercício do Coração de Jesus. Há a confraria das Almas, mandando todos os anos, no dia dos Fiéis Defuntos, celebrar um ofício solene pelas almas, seguido de sermão.

Refere também algumas obras de piedade e instrução.

O pároco, *Adriano Pinheiro de Sousa*.

Freguesia de Covelo (Santa Maria).

Não há notícia histórica. Relatório: Não há clérigos nesta freguesia. A comunhão das crianças foi

(1) No prefácio o falecido cônego Dr. Bernardo da Silva, encarregado pelo prelado D. António Barbosa Leão de elaborar o Relatório, diz que «S. Ex.^ª, para tornar o Relatório ainda mais interessante, quis acrescentar-lhe alguns elementos sobre a origem e história das paróquias, igrejas e capelas, que por essa diocese fora andam dispersos e que fôsse possível colhêr no pouco tempo que havia para isso».

Infelizmente, salvo um ou outro pároco, os tais elementos falharam por completo, o que prova que o clero paroquial pouco se interessa pela História da sua terra.

feita com solenidade no dia de festa do Sagrado Coração de Jesus. Não fala de confrarias.

O pároco, *António Moreira de Oliveira*.

Freguesia de Fânzeres (Salvador).

Clérigos existentes nesta freguesia: P.^e Abel de França Castro e Moura (pároco), P.^e Manuel Tomé da Silva e P.^e Alberto Pinto Lisboa (professor do Liceu).

A comunhão das crianças realizou-se no domingo do Bom Pastor. Refere-se a vários exercícios religiosos.

Há apenas a Confraria das Almas; há também comissões de católicos para velarem pelo culto. O Apostolado do Coração de Jesus conta 1.200 associados, 6 zeladores e 21 zeladoras.

Freguesia da Foz do Sousa (S. João).

Notícia histórica: «Esta freguesia é marginada por três rios: Douro, Sousa e Ferreira.

A igreja desta freguesia data do século XVII⁽¹⁾, mandada construir por um morgado, à sua custa, para gozar o privilégio de a ter a dois passos da sua habitação, ficando por isso distante dos principais lugares. É pequena, não comportando actualmente a terça parte dos habitantes. O torneado em madeira, do altar-mor, e trono, revela muita arte.

Foi reformada há cerca de três anos, e hoje é uma das mais asseadas e limpas do concelho de Gondomar. O reitor do colégio da Graça de Coimbra apresentava o pároco de S. João Baptista da Foz do Sousa.

Diz-se que houve aqui, na margem direita do rio Sousa um castelo antiquíssimo e defronte deste uma

⁽¹⁾ Esta igreja tem a data de 1702, mas informações colhidas dizem que desde o ano de 1500 já havia a paróquia da Sousa.

povoação também muito antiga. Há quem afirme ser esta povoação a primitiva cidade de Penafiel».

Relatório do pároco : A comunhão das crianças realizou-se no 3.^o domingo de Junho, precedida de tríduo preparatório. No 1.^o domingo de cada mês há a reunião das *Filhas de Maria*. Refere mais outros exercícios de devoção, entre os quais a festa da Imaculada Conceição, a 8 de Dezembro e o Jubileu das Almas, a 2 de Novembro, a expensas da respectiva Confraria, que é muito antiga. A 2 de Fevereiro é feita a festa à Senhora da Purificação pela respectiva Irmandade, igualmente antiquíssima.

O pároco, *Benjamim Soares*.

Freguesia de Gondomar (S. Cosme). Notícia histórica :

«Diz-se que Gondomar foi fundado, em 610, pelo rei godo Flávio Gundemário. Teve foral dado por D. Sancho I e confirmado por D. Afonso II. D. Manuei I deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 19 de Junho de 1514. É freguesia muito antiga, pois em 897, Gundezinho deu esta igreja ao mosteiro de Lavra. A sua matriz é antiquíssima, sendo a primeira igreja das Espanhas dedicadas a S. Cosme e S. Damião. Nasceu aqui, a 19 de Março de 1804, D. João da França Castro e Moura, que foi um dos mais ilustrados e virtuosos bispos da diocese do Porto.»

Relatório do pároco :

Cita três sacerdotes residentes nesta freguesia : Rufino António Borges, Augusto Guilherme da Silva Maia e Joaquim Tomé de Castro Cosme (o 1.^o e 2.^o já faleceram). As festas que se costumam fazer são : a do Menino Jesus, a de S. Francisco de Sales, a de S. José, Devoção das Quarenta-Horas, sermões quaresmais e Semana Santa, festa de S. Vicente, da Senhora das Rosas, do Senhor dos Aflitos, da Senhora da Hora, do Coração de Maria, de Santo Isidoro, do Sagrado

Coração de Jesus, sempre precedida de tríduo, à exceção deste ano (1922) em que foi precedida duma missão de nove dias e honrada pela presença do Prelado, que a ela veio presidir; festa de Santo António, de S. Luiz Gonzaga, de Santa Rita, de Nossa Senhora do Carmo, da Senhora dos Remédios, da Senhora Mãe dos Homens, de Nossa Senhora das Dores, da Senhora da Conceição na capela dos Carregais, de S. Cosme e S. Damião, padroeiros da freguesia, de S. Miguel e Almas, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Conceição e de Santo André.

Confrarias há três: de S. Cosme e S. Damião, da Senhora do Rosário e de Santo Isidoro e Senhora da Hora; e a *Irmandade* das Almas.

Obras sociais. Há um *sindicato agrícola*.

O pároco, *António Valente da Fonseca*.

Freguesia de Jovim (Santa Cruz). Notícia histórica :

«Jovim é a corrupção de Jouvi, descanso, e não o diminutivo de Job, Jobinho. O papa e o bispo do Porto apresentavam alternativamente o abade de Santa Cruz de Jovim. A igreja matriz que fica no centro da freguesia, nada tem de notável.»

Relatório do pároco :

Nesta freguesia não reside clérigo algum, além do pároco. A comunhão solene das crianças costuma fazer-se de dois em dois anos. Há a confraria do Santíssimo Sacramento, legalmente eructa.

O pároco, *Domingos Carneiro Dias*.

A construção da igreja paroquial data de 1776. Em 1886 foi dotada com o sino grande e com um relógio de torre, em 1895. Tem dois cemitérios ligados. O primeiro foi construído em 1873 e o segundo em 1920, abrangendo ambos 1.000 m².

(Informação fornecida pelo Rev. pároco).

Freguesia da Lomba (Santo António).

Não faz notícia histórica. O relatório limita-se a referir a comunhão solene das crianças, precedida de

práticas durante toda a semana, a 2 de Julho. Fala da catequese aos domingos e das associações de S. José e Doutrina Cristã e de outros exercícios religiosos.

O pároco, *Manuel Joaquim Matias dos Santos*.

Freguesia de Medas (Santa Maria).

Nesta freguesia não reside clérigo algum. Fez-se a comunhão solene das crianças juntamente com a festa do Sagrado Coração de Jesus. Refere várias devoções. *Ordens terceiras, irmandades e confrarias* canonicamente eretas não há. Fez-se a festa do Sagrado Coração com um tríduo preparatório. *Obras de caridade* não há, bem como sociais e de propaganda.

O pároco, *Manuel Marques da Silva*.

Freguesia de Melres (Santa Maria).

A comunhão solene das crianças foi feita no dia da festa do SS. Coração de Jesus. Realizaram-se vários exercícios religiosos. Há apenas a registar, como obra de piedade, o Apostolado do Coração de Jesus; e como obra de instrução, a Associação da Doutrina Cristã e a Associação de S. José.

O pároco, *Jerónimo Joaquim Ferreira*.

Freguesia de Rio Tinto (S. Cristóvão).

São três os presbíteros actualmente residentes: P.^e Belmiro Joaquim Pereira da Silva (já faleceu), P.^e Joaquim Ferreira Neves Júnior e P.^e José Ferreira Neves. Há a Confraria, legalmente ereta, de S. Braz e S. coração de Maria, em Baguim do Monte.

O pároco, *Manuel Francisco dos Santos*.

Freguesia de Valbom (S. Veríssimo).

Freguesia essencialmente operária. Valbom afrouxou muito nos últimos anos da monarquia no cumprimento dos deveres religiosos. Já em 1910 foi reduzido o número de pessoas que cumpriram o preceito da desobriga. Nesse mesmo ano já não eram raros os casos

de crianças sem baptismo, havendo também vários casamentos civis. A perseguição religiosa fez-se sentir desde o princípio, e sobretudo quando em 1912 se instalou na freguesia a cultual. Só em 1914 o Rev. Abade Abel Mendes Teles, regressado do Brasil, conseguiu reabrir a igreja fechada ao culto católico desde 1912. Mas, voltando meses depois novamente ao Brasil, abandonou pela segunda vez a freguesia num momento em que ela reclamava a sua presença para poder ressurgir das ruínas causadas pela cultual. A instabilidade paroquial devida mais à desunião entre os dirigentes das associações de piedade da freguesia que à perseguição religiosa, foi durante anos uma das causas da diminuição do movimento religioso. Relatório do pároco: tem nesta freguesia residência apenas um sacerdote, o Rev. José Luiz da Silva, antigo coadjutor.

Existem nesta freguesia a Confraria do Santíssimo e a Irmandade das Almas, a primeira fundada em 1914 pelo Rev. Abel Mendes Teles.

O pároco, Joaquim Nunes Barroso.



COLECTAS DIOCESANAS

A igreja católica, através dos tempos, confiou sempre na generosidade dos fiéis. É dos tempos antigos o preceito de pagar dízimos e primícias.

Dízimos ou *décimas* era o termo empregado. Este tributo passou da sinagoga para a igreja católica, sendo mais particularmente aplicado à sustentação do clero e à construção ou reparo dos templos. Não está averiguado qual fora o tempo certo em que este tributo passou a ser preceito eclesiástico. Já nos séculos IV e V havia alguns crentes que por devoção davam as *décimas* à igreja, porque assim o aconselhavam os padres, não sendo, porém, ainda obrigação; mas já nos fins do século XI os povos católicos foram aceitando a obrigação das décimas eclesiásticas ou os dízimos, que de aí por diante se tornaram preceito ou mandamento

da igreja. Hoje esta tem necessidade de recorrer a outras fontes de receita, para fazer face a muitas e variadas obras de interesse eclesiástico ou de piedade.

Para dar uma ideia dessas obras, transcrevo alguns quadros estatísticos, dos tempos mais recentes.

ANO DE 1922-23

*PRODUTO DOS INDULTOS E PEDITÓRIOS E PROPAGANDA
DA «BOA IMPRENSA» DO DISTRITO DE GONDOMAR*

	<i>Fogos</i>	<i>Almas</i>	<i>Indultos Ponti- fícios</i>	<i>Dinheiro de S. Pedro</i> (¹)	<i>Boa Im- prensa</i>
S. Pedro da Cova ...	800	3.500	143\$30	15\$50	12\$00
Covelo	235	697	53\$15	2\$00	—
Fânzeres	1.248	4.578	129\$54	5\$20	9\$50
Foz do Sousa	800	3.000	208\$00	7\$15	—
Gondomar	1.650	6.552	425\$00	11\$50	35\$00
Jovim	440	1.600	135\$00	3\$00	—
Lomba	335	1.234	72\$75	—	—
Medas	218	1.000	63\$40	4\$20	—
Melres	340	1.500	83\$70	9\$50	—
Rio Tinto	3.900	13.965	305\$30	78\$50	—
Valbom	2.230	10.000	98\$30	10\$00	11\$50

(¹) O *Dinheiro de S. Pedro*, no ano de 1932, rendeu em toda a diocese do Porto, a importância de 11.500\$00.

COLECTAS EM 1925

	<i>S. Pedro</i>	<i>Boa Imprensa</i>	<i>Clero Pobre</i>	<i>Seminarista</i>
Covelo	2\$85	3\$40	6\$75	11\$30
Fânzeres	30\$00	30\$00	37\$00	40\$30
Foz do Sousa	25\$20	31\$50	25\$30	26\$70
Gondomar (S. Cosme)	100\$00	120\$00	118\$00	200\$00
Jovim	31\$00	—	—	40\$00
Lomba	26\$55	7\$80	—	—
Medas	—	24\$25	20\$00	20\$00
Melres	45\$00	5\$00	18\$50	6\$50
Rio Tinto	305\$00	150\$00	280\$00	290\$00
Valbom	46\$00	26\$00	60\$00	45\$00
S. Pedro da Cova ...	40\$00	31\$50	38\$00	127\$00

Também há a colecta para os Lugares Santos, Propagação da Fé, Obra da Santa Cruzada e Indultos Pontifícios, o último dos quais tem uma avultada importância.

E assim :

COLECTAS EM 1929

	Lugares Santos	Propaganda da Fé	Obra da Santa Cruzada	Indultos Pontifícios
Covelo	—	—	—	242\$00
Fânzeres	—	—	—	874\$75
Foz do Sousa	—	—	—	1.581\$90
Gondomar	100\$00	50\$00	—	4.223\$40
Jovim	—	—	—	984\$40
Lomba	—	—	—	163\$00
Medas	—	—	—	286\$00
Melres	8\$00	—	—	582\$70
Rio Tinto	30\$00	—	—	1.782\$80
Valbom	—	52\$50	—	1.138\$30
S. Pedro da Cova ...	—	—	—	1.153\$90

Do cofre dos Indultos Pontifícios são concedidos subsídios para as igrejas pobres.

Acrescentamos a estas estatísticas o rendimento da Bula da Cruzada, no ano, por exemplo, de 1915, ano em que a moeda mantinha ainda o seu valor antigo, e por estes números o leitor calculará os réditos dos outros anos.

Freguesia da Lomba	21\$37
» de Melres	23\$12
» de S. Pedro da Cova	26\$56,5
» de Covelo	17\$77
» de Fânzeres	36\$46
» da Foz do Sousa	53\$32
Vila de Gondomar	109\$56,5
Freguesia de Jovim	36\$18
» das Medas	20\$18
» de Rio Tinto	45\$88
» de Valbom	12\$14

REMODELAÇÃO DAS DIOCESES E
CRIAÇÃO DE NOVAS FREGUESIAS

O projecto de reduzir o número das dioceses no Continente vem já da consulta de 11 de Setembro de 1833, em que a *Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens religiosas* propôs que as dioceses fossem reduzidas a oito; e a insistência dos Governos continuou neste propósito principalmente a partir de 1843; já por lei de 20 de Abril de 1876 foi o Governo autorizado a modificar a circunscrição das dioceses e suas sedes; e finalmente Leão XIII pela Bula *Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus*, de 30 de Setembro de 1881, acedeu a este pedido do Governo, encarregando o cardeal D. Américo, então bispo do Porto, por carta régia de 14 de Setembro de 1882, de dar execução a este plano; e portanto foram suprimidas e extintas as dioceses de Aveiro⁽¹⁾, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel; e ficaram subsistindo as

(1) O bispado de Aveiro tinha sido instituído em 12 de Abril de 1774; o de Castelo Branco igualmente no tempo de D. José I; o de Elvas foi instituído em 9 de Julho de 1570; o de Leiria a 11 de Junho de 1545; e o de Pinhel em 1770.

Já dissemos que o de Penafiel foi criado por D. José e extinto no reinado de sua filha D. Maria I. Bragança foi separado de Miranda; este tinha sido instituído a 22 de Maio de 1545; hoje faz parte do de Bragança.

restantes, com as mesmas três províncias metropolitanas: o patriarcado de Lisboa, com as igrejas catedrais da Guarda e Portalegre; o arcebispado primaz de Braga com as de Bragança, Lamego, Coimbra, Porto e Viseu; e o arcebispado de Évora com os de Beja e Faro.

Fez-se nessa época nova circunscrição geral, ficando a diocese do Porto com 464 paróquias e 605.021 almas⁽¹⁾. Portanto, o bispo do Porto assumiu, desde Setembro de 1882, a jurisdição eclesiástica sobre as paróquias transferidas das dioceses de Braga, Lamego e Aveiro para o Bispado do Porto. Destas freguesias desanexadas fez uma nova divisão eclesiástica, ficando então a diocese dividida em comarcas e estas em distritos, cada um com um certo número de paróquias. Além das anteriores comarcas da Feira, Penafiel, Maia e Sobre-Tâmega já existentes, criou mais duas — a de Amarante e a de Arouca.

Ultimamente foram criadas mais duas dioceses — a de Vila Real e a de Leiria.

A Cidade do Porto conta actualmente mais três freguesias eclesiásticas: a de Nossa Senhora da Conceição; outra desdobrada da antiga freguesia de Massarelos; e outra de Nossa Senhora da Natividade, da Areosa, criada por provisão de 20 de Julho de 1928, pelo falecido bispo D. António Barbosa Leão, tirando alguns lugares a Rio Tinto.

(1) O território português está, para efeitos eclesiásticos, dividido em quatro províncias, cujas sedes são Lisboa, Braga, Évora e Goa. Cada província eclesiástica tem as suas dioceses sufragâneas; assim: Lisboa compreende Angola, Angra, Cabo Verde, Funchal, Guarda, Leiria, Portalegre e S. Tomé e Príncipe. Braga abrange Bragança, Coimbra, Lamego, Porto, Vila Real e Viseu. Évora abrange Beja e Faro. Goa abrange Cochim, Macau e S. Tomé de Meliapor. Há também, além destas dioceses, a prelazia de Moçambique.

Há, na diocese do Porto, 38 vigários da vara. No distrito eclesiástico de Gondomar, é vigário da vara o Rev. Domingos Carneiro Dias, abade de Jovim, como já fica dito.

Este mesmo prelado determinou, a 12 de Junho de 1917, que a paróquia de S. Cristóvão de Rio Tinto, visto que tem lugares mais próximos da igreja de S. Veríssimo de Paranhos, sofresse a seguinte alteração:

«A freguesia de S. Veríssimo de Paranhos ficará desde hoje limitada pelo Nascente pela travessa de Currais a partir da Circunvalação e rua da Cruz. Como, porém, a travessa de Currais se bifurca ao chegar à Quinta Seca, declaramos que o caminho do Poente é o que servirá de limite e portanto a dita Quinta e bem assim o Hospital que se está construindo ficam pertencendo a Rio Tinto. Todos os lugares a dentro da Circunvalação, ao Poente da dita travessa, e bem assim da rua da Cruz, quer pertençam a Águas Santas, quer a Rio Tinto, ficam de hoje em diante encorporados na freguesia de Paranhos»⁽¹⁾.

PROGRAMA DOS ESTUDOS NOS SEMINÁRIOS

Até ao meado do século XIX, os estudos eclesiásticos deixavam muito a desejar; parece que os clérigos dispunham duns conhecimentos gerais da língua latina,

⁽¹⁾ É preciso entender-se que esta incorporação de lugares, tirados a uma freguesia para se juntarem a outra, ou a criação de novas são disposições meramente eclesiásticas, sem efeito algum civil ou administrativo.

É interesse exclusivo do serviço paroquial. Ainda há pouco, na comarca eclesiástica de Estarreja, foi criada, por provisão do actual prelado D. António A. de Castro Meireles, datada de 20 de Fevereiro de 1932, a *paróquia de Santo António do Monte*, desdobrada da freguesia e concelho da Murtosa.

Já falámos nos cortes que algumas freguesias do nosso concelho sofreram na sua área em outros tempos, para certos lugares serem anexados administrativamente à cidade do Porto. Veja-se vol. I, pág. 177.

retórica, filosofia racional e moral, dois anos de teologia e pouco mais. Era uma habilitação literária muito deficiente. Para que o clero estivesse à altura da época, a Lei de 28 de Abril de 1845 criou um Seminário para o curso teológico trienal, em cada diocese. (*Diário do Governo*, de 6 de Maio, n.º 105) ⁽¹⁾. A propósito, convém lembrar que o Cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva veio levantar o nível literário e moral do clero da sua diocese, fundando o Seminário dos Carvalhos, inaugurado a 16 de Novembro de 1884, para alunos de Preparatórios e ficando o Seminário do Porto para os estudantes do curso trienal de Teologia.

Os estudos para a classe eclesiástica ficaram abrangendo as disciplinas de Português, Francês, Latim (1.º e 2.º ano), Latinidade (3.º ano), História, Geografia, Literatura Portuguesa, Matemática e Filosofia — o que se chama *preparatórios*. E o curso trienal de Teologia compreendia as seguintes cadeiras: 1.º ano, História Eclesiástica, Sagrada e Dogmática Geral (2 cadei-

(1) O ensino para a carreira eclesiástica desde o século XVI até ao princípio do século XIX não tinha organização de programas. «Tanto as Constituições Diocesanas de 1585, como as de 1687, diz o Rev. Dr. Ferreira Pinto, no seu recente livro *O Seminário de Nossa Senhora da Conceição da Diocese do Porto*, limitaram-se a breves programas exigidos no exame, para os diferentes graus do Sacramento da Ordem, feito perante o Prelado ou pessoa da sua nomeação, juntando previamente certidão dos mestres cujas escolas tinham frequentado».

E esse ensino era ministrado na catedral e nos conventos. Somente em 1783 se fundou um seminário. Foi o Bispo D. António de S. José e Castro que com as licenças precisas fundou o *Seminário de Santo António*, pela Provisão de 21 de Julho de 1804, na Quinta do Prado (hoje Cemitério do Repouso), o qual funcionou até 1832, quando o seu sucessor D. João de Magalhães e Avelar fugiu diante das tropas de D. Pedro IV. Depois da guerra civil, ficou abandonado o Convento dos Grilos e a Igreja de S. Lourenço, do antigo Colégio dos Jesuítas, que depois em 2 de Abril de 1834, o mesmo D. Pedro concedeu para seminário diocesano, a instâncias do Bispo eleito Fr. Manuel de Santa Inez.

ras); 2.^o ano, Dogmática Especial, Sacramental e Moral (3 cadeiras); e 3.^o ano, Sacramental, Moral e Pastoral (3 cadeiras).

O sucessor do Cardeal, o missionário D. António Barroso, criou as cadeiras de Ciências Naturais, Física, Química e História Natural, medida que o Governo confirmou em Outubro de 1900, inaugurando-se então o *Internato de Santo António*, anexo ao dito Seminário dos Carvalhos, para ser frequentado por alunos externos, enquanto não passassem para o Internato. Hoje é Colégio do Rev. P.^e António Luiz Moreira, o qual habilita para todas as carreiras.

O Seminário dos Carvalhos foi encerrado em virtude do citado Decreto de 20 de Abril de 1911; mas o Bispo D. António Barbosa Leão instalou-o no Paço da Torre da Marca em 1920; hoje está no antigo Colégio da Visitação, em Vilar.

Actualmente, pois, os estudos preparatórios estão distribuídos por seis anos, sendo quatro no Seminário de Vilar e dois no Seminário do Porto. Nos primeiros quatro anos são cursadas as seguintes disciplinas:

1.^o ANO — Português 1.^o, Latim 1.^o, Aritmética e Religião.

2.^o ANO — Português 2.^o, Latim 2.^o, Francês 1.^o e Religião.

3.^o ANO — Português 3.^o, Latim 3.^o, Francês 2.^o, Geografia e Religião.

4.^o ANO — Latim 4.^o, História Universal e Pátria, Matemática (1.^a parte).

5.^o ANO — Ciências físico-naturais, Matemática, História Universal e Pátria e Filosofia (1.^a parte).

6.^o ANO — Ciências (2.^a parte), Literatura e Filosofia (2.^a parte), e Cosmografia.

O curso teológico abrange quatro anos:

1.^o ANO — Dogmática Fundamental, História Eclesiástica e Estudos Bíblicos.

2.º ANO — Dogmática Especial, Moral e Estudos Bíblicos.

3.º ANO — Dogmática Especial, Moral e Direito Canónico.

4.º ANO — Dogmática Sacramental, Pastoral, Socio-logia e Direito Eclesiástico Português.

RELIGIÃO CRISTÃ EVANGÉLICA

Assim como demos largo desenvolvimento à vida católica deste povo, mormente no que respeita ao clero paroquial de Gondomar e aos rendimentos resultantes das esmolas dos fiéis, também é lícito fazer uma referência, embora escassa, sobre o culto evangélico que já se exerce em Valbom e possivelmente alastrará por outras freguesias, pois pelas leis da nossa República todas as religiões são permitidas, desde que não ofendam a lei ou a moral pública⁽¹⁾.

Todos os crentes, de qualquer religião, devem ter direito a render culto à Divindade. É justo.

IGREJA LUSITANA EVANGÉLICA

Também no concelho de Gondomar penetraram já as ideias da Reforma. Chama-se assim a revolu-

⁽¹⁾ O Decreto de 20 de Abril de 1911, estabelecendo a separação do Estado das igrejas, garante a plena liberdade de consciência e de cultos e diz no seu art. 2.º. «A partir da publicação do presente Decreto com força de lei, a religião católica, apostólica, romana, deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública, nem os princípios de direito político português».

Como, porém, a religião católica foi, desde o princípio da nossa nacionalidade, a religião professada pela maioria do povo português, o Decreto de 6 de Julho de 1926 deu personalidade jurídica a esta Igreja e ficou outrossim permitido o ensino da doutrina cristã nas escolas particulares, se bem que nunca chegou a ser proibido de facto. E o posterior Decreto de 9 de Outubro de 1928 veio ainda dar mais ampla liberdade para funcionamento de colégios, escolas ou cursos particulares de ensino primário.

ção religiosa que no século XVI agitou a Alemanha e outras nações do Norte da Europa, separando a parte setentrional e parte da central, da do Sul europeu. «Desde alguns séculos, escreve Roposo Botelho (*Comp. de Hist. Univ.*, 12.^a ed., Lisboa) que no próprio seio da Igreja se ouviam queixas contra a falta de disciplina eclesiástica e contra a vida opulenta e ociosa do clero; e já alguns heréticos (albigenses, vaudenses, husitas, etc.) haviam tentado inutilmente levar a cabo uma reforma religiosa». Naquele século os povos, principalmente os do Norte, alemães e ingleses, dirigiam a sua revolta contra o clero italiano e contra os papas, cujo viver mundano os escandalizava.

Chegou a oportunidade. Leão X, precisando de dinheiro para concluir a basílica de S. Pedro, em Roma, mandou pregar as indulgências pelo dominicano Tézel que não teve escrúpulos no exagerado valor espiritual que dava a tais graças.

Os monges agostinhos e entre eles o Dr. Martinho Lutero, iniciaram a revolta contra as indulgências. O papa apelou para Carlos V que nada pôde já fazer, apesar da *dleta de Worms* condenar o monge rebelde; pelo contrário este, patrocinado por Frederico de Saxe, espalhou por toda a Alemanha as suas doutrinas contra a autoridade pontifícia, a confissão, o celibato dos padres, etc., e apresentando como única regra de fé a Bíblia, interpretada por cada fiel cristão.

Esta reforma, baseada no princípio da liberdade cristã, tomou desde logo formas diversas; e assim temos o *luteranismo*, o *calvinismo* ou a *Igreja reformada*, o *anglicanismo*, a *Igreja episcopal*, etc.

Conquanto a Igreja católica tomasse as medidas que julgou indispensáveis à repressão das ideias protestantes, como fossem o Concílio de Trento, em 1546, a organização da *Companhia de Jesus* e a *Inquisição* ou *Tribunal do Santo Ofício*, o certo é que a Inglaterra, a Alemanha, os Países-Baixos, a Suécia e Noruega, a Holanda e Dinamarca, enfim todos os países do Norte da Europa abraçaram a Reforma.

A razão por que o protestantismo não conseguiu introduzir-se na França, na Itália e na Península Ibérica foi principalmente a reacção católica, cujo instrumento de defesa foi o terrível *tribunal da inquisição*, especialmente encarregado de *inquirir* dos *crimes* contra a fé católica. Teve a sua origem no século XIII, pois foi instituído por Inocêncio III para dar cabo dos albigenses; no tempo de S. Luiz foi introduzido em França, onde não pôde sustentar-se; alastrou-se para a Espanha; e em Portugal foi estabelecido no reinado de D. João III que conseguiu do papa Clemente VII esse tribunal, o mais terrível e hediondo instrumento de fanatismo religioso e que não contribuiu pouco para a decadência de Portugal.

A Reforma custou rios de sangue; mas os seus mártires, como os do cristianismo primitivo, deixam sempre uma clareira de luz e uma messe exuberante de simpatia e veneração.

Tenho presente um curioso volume intitulado *O livro de oração comum*, que me ofereceu gentilmente o meu velho amigo Sr. Ferreira Fiador, e cujo prefácio, entre outras afirmações, esclarece:

«No decorrer dos séculos introduziram-se na Igreja Cristã tradições e costumes tendentes a invalidar a Palavra de Deus; e o poder sempre crescente do bispo de Roma — poder nunca reconhecido pela Igreja primitiva e até hoje negado pelas Igrejas gregas do Oriente — proporcionou-lhe ocasiões de destruir a independência de várias Igrejas nacionais do Ocidente, impondo-lhes, sob o pretexto duma apregoada *unidad*, a liturgia e a supremacia romanas. Assim, tornou-se indispensável uma Reforma que, mercê de Deus, foi já levada a efeito em vários países da Europa.

São passados mais de três séculos que a Alemanha, a Inglaterra, a Dinamarca, a Irlanda, a Escócia, a Suécia e a Noruega, depois de havérem estado, por períodos mais ou menos longos, em sujeição a Roma,

sacudiram o jugo do despotismo espiritual e estrangeiro, e reocnquistaram as suas antigas liberdades como Igrejas nacionais, reformadas e independentes. Tal o fim que temos em vista como cristãos portugueses.» Afirma depois que se pretende difundir por todo este País uma doutrina que seja *católica e apostólica*, numa *Igreja portuguesa e não romana*.

E num número único *A Igreja Lusitana*, publicado em Março de 1930, comemorativo do 50.^º aniversário desta Igreja, lê-se :

«A origem da Igreja Lusitana remonta-se ao tempo dos Apóstolos. Uns ligam-na às pregações de S. Tiago nestas terras, outros às de S. Paulo», assim escreve o Dr. Bernardino Carneiro, no seu livro *Elementos do Direito Eclesiástico Português*.

E a propósito do *Jubileu da Igreja Lusitana*, o Sr. Ferreira Fiandor diz que foi no ano de 1830 que um padre espanhol e médico, o Dr. Gomez e Togar, tendo manifestado na sua pátria ideias de livre exame e de liberdade de consciência, pelo que tivera de fugir de Espanha para Inglaterra, apareceu em Lisboa para tornar conhecidos os princípios da Religião de Jesus Cristo, fora do dogmatismo católico romano; depois continuou esta obra de evangelização, embora enfraquecida por motivo da reacção ultramontana até ao ano de 1870, em que se deu um facto de grande importância na Reforma religiosa em Portugal. Estava já desde o ano de 1866 em Lisboa o célebre reformador D. Ângelo Herreros de Mora, outro padre espanhol que também pelas suas ideias se vira obrigado a fugir para a América do Norte. Mas tendo havido em Espanha uma revolução, em 1868, de que resultou a queda da rainha Isabel II, com a formação dum Governo liberal e a decretação da liberdade de cultos, pediu ele ao Governo espanhol e ao de Portugal a autorização necessária para que, com um certo número de correligionários espanhóis e portugueses, pudesse realizar os seus cultos dum modo legal.

O Governo português, cujo presidente do Conselho era o Duque de Saldanha, determinou por meio de uma portaria, com data de 5 de Agosto do referido ano, o livre funcionamento da *Igreja Evangélica Espanhola*. Esta Igreja seguia o rito episcopal. Em Portugal esta vitória contribuiu para a larga difusão desta crença, pois em 1880, o Rev. Bispo Riley, da Igreja do México, visitou em Lisboa as congregações da Igreja Episcopal Reformada e nessa ocasião organizou-se a Igreja Lusitana. Foi primeiramente órgão desta Igreja a «*Reforma*», jornal hebdomadário, que se publicava no Porto sob a direcção do Rev. Guilherme Dias, ex-padre romano. Saindo este presbítero para o Brasil, foi fundado o «*Evangelista*», dirigido pelo Rev. Cândido de Sousa, ministro da Igreja de S. Pedro. Este jornal acabou em 1900, por ter sido movida contra a Igreja Evangélica em Lisboa, pelos ultramontanos, uma guerra de estúpida intolerância, chegando as coisas ao ponto de não ser permitido que houvesse cultos evangélicos»!!!

Ao lado de cada igreja lusitana há uma escola de instrução primária. E deste modo, na sua vida de cinquenta anos, tem a Igreja Lusitana concorrido dum modo notável para a diminuição do analfabetismo em Portugal.

«Há anos a Igreja Lusitana do Redentor, no Porto, à rua Visconde de Bóbeda, do rito episcopal, abriu uma missão evangélica em Azevedo de Campanhã.

Os dirigentes desta missão, alargando a sua esfera de propaganda, principiaram a realizar conferências públicas em Gondomar, onde já existiam algumas pessoas simpatizantes com a religião evangélica. Assim, há três anos, no lugar da Arroteia, era aberta também uma missão da referida Igreja Lusitana do Redentor, com um pequenino grupo de crentes, fiéis e dedicados, grupo que se tem desenvolvido e que está dando as melhores provas de consagração e fé.

À sua custa alugaram uma casa que adaptaram o mais propriamente para o culto e, cheios de entu-

siasmo, com sacrifício até, custearam as despesas de adaptação e têm a seu cargo todas as despesa de culto. O seu desejo é possuírem um templo próprio.

Assim, em Gondomar já existe um ramo da religião evangélica que em Portugal está largamente espalhada, possuindo bastantes templos e tendo um grande número de ministros, embora de ritos diferentes no culto externo, todos unidos pela mesma fé em Cristo e tendo como única base as Sagradas Escrituras, à Aliança Evangélica Portuguesa, organização que em Portugal representa a Religião Evangélica, com carácter independente de qualquer domínio estrangeiro e absolutamente nacional.

A Missão Evangélica de Valbom pertence, pois, à Igreja Lusitana, de rito episcopal e que possue templos no Porto, Vila Nova de Gaia, Lisboa e Setúbal, tendo missões em diversos pontos do País.

Esta Igreja está sob o governo dum Sínodo composto de presbíteros e igual número de representantes leigos, sob a presidência, actualmente, do Bispo eleito, Rev.^{mo} Joaquim dos Santos Figueiredo.

Em Portugal a Religião Evangélica comprehende as seguintes Igrejas, todas unidas à Aliança Evangélica Portuguesa :

*IGREJA LUSITANA, CATÓLICA APOSTÓLICA
E EVANGÉLICA
(Rito episcopal)*

Templos no Porto, Vila Nova de Gaia, Lisboa e Setúbal.

Missões em Azevedo de Campanhã, Valbom, Torres Vedras, Évora e Alcácer do Sal.

*IGREJA METODISTA PORTUGUESA
(Semelhante ao rito episcopal)*

Templos no Porto.

Missões em Águas Santas, Contumil, Foz do Douro, Oliveira de Azemeis, Frossos, Paço de Botão na Pam-

pilhosa, Aguada de Cima, Águeda, Braga, Nogueira da Regedoura, Mourisca do Vouga e Arrancada.

IGREJA PRESBITERIANA

Templo em Lisboa.
Missão na Figueira da Foz.

IGREJA BAPTISTA

Templos no Porto, Lisboa, Tondela, Viseu e Leiria.

Igrejas em Matosinhos, Valença, Leomil, Troviscal e Mourelena.

IGREJA CONGREGACIONAL

Templos em Lisboa, Figueira da Foz e Ligares — Douro.

Igrejas em S. Pedro do Sul, Sever do Vouga, Portalegre, Abranches, etc.

IGREJA EVANGÉLICA (IRMÃOS)

Igrejas em Lisboa, Aveiro, Cacia, Póvoa de Varzim, Coimbra e diversos pontos do País.

Obs. — No Porto, em Lisboa e em alguns lugares do País, existe também uma trabalho intitulado *Igreja Adventista* ou do *7.º Dia*, que não é reconhecido pela Aliança Evangélica Portuguesa, nem pela de qualquer país, pelo seu carácter judaizante e opiniões muito particulares».

No nosso concelho não há prosélitos doutras religiões. Há, sim, livres pensadores ou indivíduos que não se preocupam com ideias religiosas de qualquer credo e que se revelam duma maneira insofismável por ocasião do enterro que desejam seja civil. As freguesias onde há mais enterros civis são as de Valbom e Rio Tinto. Esta última dá hoje 30 % de enterros civis, ou mais.

O REI VISIGODO GUNDEMARO

Vamos referir o que modernamente se tem escrito sobre cada uma das freguesias, principiando pela sede do concelho, ou seja a Vila de Gondomar; mas antes, julgo interessante completar o que ficou referido no 1.º vol., págs. 174 e 175, sobre a *origem toponímica de Gondomar*.



GUNDEMARO

(Duma gravura do século XVIII, existente na Biblioteca do Real Mosteiro do Escorial)

Quem foi este rei godo e as moedas que cunhou?

A título de curiosidade, damos aqui alguns traços biográficos deste monarca visigodo, de Espanha. Já noutro lugar se disse que governou desde o ano de 610 a 612. Sucedeu a Viterico e, segundo parece, foi proclamado rei pelos assassinos do predecessor. Apesar disto, continuou a política do seu antecessor.

a respeito dos reis frances e aliou-se, mediante uma soma de dinheiro, diz Romey, com Teodoberto, rei da Austrásia, contra o irmão deste, Teodorico, rei dos burgúndios. É certo que houve aliança entre Gundemaro e Teodoberto da Austrásia contra Teodorico de Borgonha: que o rei austrasiano devia facilitar ao visigodo um certo número de homens, *pelo mérito duma graça pecuniária*; que, chegando a faltar esta graça, ou por outro motivo, sobreveio entre eles um rompimento, azedando-se as suas relações até o ponto de Teodoberto deter como prisioneiros os embaixadores de Gundemaro, Totila e Gundrimiro: que Gundemaro fez com que os reclamasse o conde-bispo Bolgarano que governava em seu nome a Gália górica, o qual escreveu três cartas a um bispo franco do reino de Teodoberto para obter satisfação da ofensa e acabou por romper pela terra dos frances, apoderando-se das cidades de Jubiniano e Corneliano, cedidas antes por Recáredo à rainha Brunequilda. Estes feitos resultam das três cartas de Bolgarano, conservadas no Arquivo de Alcalá de Henares, as quais hão dado motivo a Mariana, ainda que infundadamente, segundo os mais acreditados historiadores, para dirigir contra Gundemaro a acusação de que pagava tributo aos franceses. Não obstante a vivacidade desta altercação, deste princípio de hostilidades por parte dos godos, parece que as coisas não passaram adiante e que ambos os povos continuaram em paz. Em Espanha, Gundemaro fez uma campanha contra os vascões, aos quais venceu e rechaçou para suas montanhas. Fizeram os imperiais algumas irrupções pelo território dos godos e Gundemaro marchou contra eles; os bizantinos, que não se sentiram com forças para o aguardarem em campo raso, fortificaram-se no seu acampamento; os godos, porém, atacaram-nos e fizeram nas suas fileiras grande matança, que lhes tirou por muito tempo o desejo de sairem das suas fronteiras. No tempo de Gundemaro, como noutro lugar já dissemos, reuniu-se em Toledo um

concílio⁽¹⁾ que não tem número determinado entre os toledanos, para declarar a metrópole da dita cidade sobre todos os bispos da província cartaginense, alguns dos quais se negavam a reconhecê-lo por tal, alegando que só o era na província carpetana. Do regresso da sua campanha contra os imperiais, Gundemaro caiu doente e morreu, depois de um ano e alguns meses de reinado. A História também nos fala de Gundemaro I e Gundemaro II, reis dos borgonhões; mas não se trata aqui destes soberanos.

A respeito dos Visigodos na Espanha, cujo reino neste país foi fundado por Wallia, refere Cesar Cantu, *Hist. Univ.*, t. V, pág. 326, ed. de Bernardes Branco, 1876, que «o esplendor do reino visigodo eclipsou-se com Recáredo. O jovem Liuva II, dezoito meses depois da sua coroação, foi aprisionado e morto pelo ariano Viterico, que se serviu de todos os meios para restabelecer o arianismo; mas foi degolado em um banquete. Gondemar, seu sucessor, cujo reinado só durou dois anos, exerceu o seu valor contra gregos e gascões que, espalhando-se pela Biscaia, Cantábria

(1) Havendo surgido dissensões após o 3.^º concílio de Toledo, por alguns bispos intentarem estabelecer outra metrópole dentro da mesma província, reuniu-se em 610, a 23 de Outubro, naquela cidade, um concílio provincial, composto de todos os quinze bispos da *Cartaginense* que reconheceram como seu único metropolitano o bispo de Toledo (chamado Aurásio), sendo esta deliberação depois confirmada por um Decreto do rei Gundemaro, Decreto que foi assinado por vinte e seis bispos, todos, menos um, estranhos àquela província, mas que em Toledo assistiram à entrada solene do referido rei. De modo que Toledo tendo sido no domínio romano um simples bispado, foi elevada no tempo dos Godos à dignidade de metrópole.

Nesse concílio estiveram da Galiza os seguintes bispos: Licerio, de *Idanha*, Teodoro, de *Orense*, Benjamim, de *Dume*, Gundemaro, de *Viseu* e Argovito ou Argeberto, do *Porto*. Cf. Loaisa, *Collecção dos Concílios*, págs. 263-265.

G. Oncken, na sua *História Universal*, vol. VI, pág. 469 (trad. port.), diz: «Apócrifas são as actas do suposto sínodo provincial de Toledo do ano 610 e provavelmente o é também o Decreto de Gundemaro, apenso às mesmas actas».

e Navarra, começaram excursões contra a Gália e a Espanha. Sucedeu-lhe Sisebuto».

A *Hist. Univ.*, de Oncken (trad. de Silva Teles e Oliveira Ramos) t. VI, pág. 369, tratando do período católico visigótico (586-711), diz que Viterico era a alma da aristocracia inquieta visigótica que não queria suportar o jugo do clero; por isso durante o seu reinado não permitiu a reunião de nenhum concílio. Foi assassinado num banquete. Sucedeu-lhe Gondemar que reinou desde Outubro de 610 até 11 de Agosto de 612. Era querido do clero. Pôs cerco a algumas praças ocupadas pelos bizantinos, mas sem resultado. Castigou os bascos por suas depravações e socorreu com dinheiro e preces nas igrejas Teodorico contra as hordas dos avaros pagãos que ameaçavam o seu país por Leste. Estas preces pela vitória dos povos cristãos sobre os infiéis são uma das primeiras manifestações da solidariedade dos povos cristãos. Conservam-se documentos deste rei, mas quase indecifráveis; outros são inteiramente espúrios ou falsificados. Sucedeu-lhe Sisebuto...». E eis tudo quanto se sabe da vida do rei Gondemar. Estão, porém, em contradição os historiadores quando uns afirmam que ele se aliara com Teodoberto contra Teodorico, irmão daquele; e outros dizem que socorreu com dinheiro Teodorico contra as hordas dos pagãos que ameaçavam o seu país. Seja como fôr, Gondemar deu o nome ao nosso concelho. O que dele diz a *Encyclopédia*, de Spasa, veio relatado no 1.^o vol. desta obra, pág. 175.

MOEDAS DO REI GUNDEMARO

O falecido director do Museu Municipal do Porto, Visconde de Vilar d'Allen, publicou, em 1862, uma *Noticia e Descripção de uma moeda cunhada pelos Wisigodos na cidade do Porto, em fins do VI seculo; e ultimamente descoberta pelo Ill.^{mo} Snr. Francisco José do Amaral. Acompanhadas de alguns aponta-*

mentos historicos e critico-numismaticos, pelo referido director. O interessante trabalho diz que a série Visigoda, cunhada pelos 18 monarcas que desde Liuva e Leuvigildo (569 A. D.) possuiram e governaram a Espanha até lhes ser arrebatada pelos Mouros no reinado de D. Rodrigo (711 A. D.), foi descrita no meado e fins do século passado por Florez, Velasquez, Masdeu e Cantos Benitez; mas tais trabalhos já hoje exigem acrescentos que o progresso dos conhecimentos vem descobrindo. Depois refere que esta vasta região da Península, única onde é de supor que jazam ainda ocultos esses tesouros (as moedas) ainda não foi suficientemente explorada; a moeda que ele possue, por intermédio do Sr. Francisco J. do Amaral, industrial e morador que foi no Campo 24 de Agosto, desta cidade, é de *Recáredo*, busto do rei com o diadema de pérolas, no anverso; e no reverso, PORTOCALE PIVS.

Portanto a cidade do Porto, já nos fins do século VI cunhava moeda áurea, mui provavelmente com o ouro extraído das minas de Valongo e das de Gondomar.

Não se conhecia nenhuma outra moeda visigoda cunhada nesta cidade. Mas o referido Visconde de Vilar d'Allen comenta: «A nós outros, porém, moradores das províncias do Minho e limítrofes, compete rigorosamente a pesquisa e aumentação da mesma série, na parte em que respeita às moedas cunhadas na capital e mais cidades da antiga província Bracarense; pois é justamente essa a parte mais fraca e mais escassa da numismática Visigoda, sem que haja motivo para crer que assim fosse originariamente; por quanto depois de incorporado o reino dos Suevos no dos Godos sob as armas triunfantes de Leuvigildo, assim como este rei logo cunhou moeda em Braga, assim todos os seus sucessores naturalmente o fariam: sem que contudo até hoje dessa cidade se tenham encontrado (pelo menos até ao tempo de Florez) mais do que 3, a saber — uma

do dito Leuvigildo, uma de Recesvinto, e uma de Egica. A dignidade arquiepiscopal e primacial da sua Sé induz a crer que não teria sido contemplada pelos soberanos com menos privilégios, regalias e favores do que foram suas irmãs as outras metrópoles de províncias, cujas moedas conhecidas são bastante mais numerosas; e não escasseava tão pouco nos seus contornos o ouro em estado nativo». Assim é, de facto. Mas não aparece nenhuma do rei Gundemaro. O rei Recáredo faleceu no ano 601, portante nove anos antes de ser eleito aquele Gundemaro.

Quando em Setembro de 1933 estive em Madrid, visitei o *Palácio da Biblioteca* e junto dele o *Museo Arqueológico Nacional*, onde na vasta secção de Numismática, entre milhares de moedas e medalhas, de todos os tempos ainda os mais remotos, encontrei três moedas de ouro do rei Gundemaro. Duas estavam à vista do público; uma outra estava guardada; nesta lê-se dum lado: TOLETO PIUS; do outro, GUNDEMARUS REX. A figura do centro é igual à das outras; está um pouco comida no rebordo. É a 5.^a da colecção descrita por Aloysio Heiss.

Portanto só na capital da vizinha Espanha tive a satisfação de ver três moedas de ouro do dito Gondemaro.

Damos à estampa as cinco moedas de Gondemaro, conforme a gravura apresentada por Aloysio Heiss, da *Description Générale des Monnaies des Rois Wisigoths d'Espagne*, Paris, 1872. Na página 102 traz a lição das referidas moedas. Começa por dizer que, após a morte de Viterico, os sufrágios deram a eleição a Gondemar, zeloso católico e igualmente hábil general e profundo político. As cinco moedas com o seu nome indicam que ele por aqui passou e deixou de si prestigiosa influência.



MOEDAS DE GONDEMAR

CÆSARAVGVSTA (SARAGOÇA)

Fr.

1 + C: ONDEMARVS RE + CE:AR:C:O;TA IVO, Busto de face	200
ELIBERRIS (ELVIRA OU GRANADA)	
1.º GVNDEMARVS REX — PIVS ELIBERRI, tipos ordinários	200
HISPALIS (SEVILHA)	
2. + GVNDEMARUS RE + ISPALI PIVS: Busto de face	120
TARRACO (TARRAGONA)	
3 + C: ONDEMARVS RE + TARRACO:A IVS: Busto de face	150
TVRIASO	
4 + C: ONDEMARVS RI + TIRA:ONE IV:TO. Busto de face	150
SISEBUT	
5. + C: ONDEMARV:R + TIRA:ONE IO: Busto de face	150
TOLETVM (TOLEDO)	
5.º + GUND MARVS REX + T. LETO PIVS. Busto de face	150

O nome do rei está escrito indiferentemente *Gondemarus* e *Gundemarus*; o ponto que segue o C nos n.ºs 1, 3, 4 e 5, não substitue uma letra; é, pois muito provavelmente uma marca monetária. (Aloysio Heiss).

O dito Sr. Visconde de Vilar d'Allen, no *Aditamento* ao seu estudo, acrescenta que num domingo de Agosto daquele ano foi procurado no Museu pelo Sr. Moelhausen, antigo major de artilharia e engenheiro civil prussiano, que lhe mostrou, além de várias moedas e curiosidades medievais, árabes, romanas, e celtibéricas, as seguintes moedas visigodas: uma de S. Hermenegildo; uma de Liuva II; uma de Sisebuto; uma de Sissnando; uma de Chintila (de Eminium), outra do

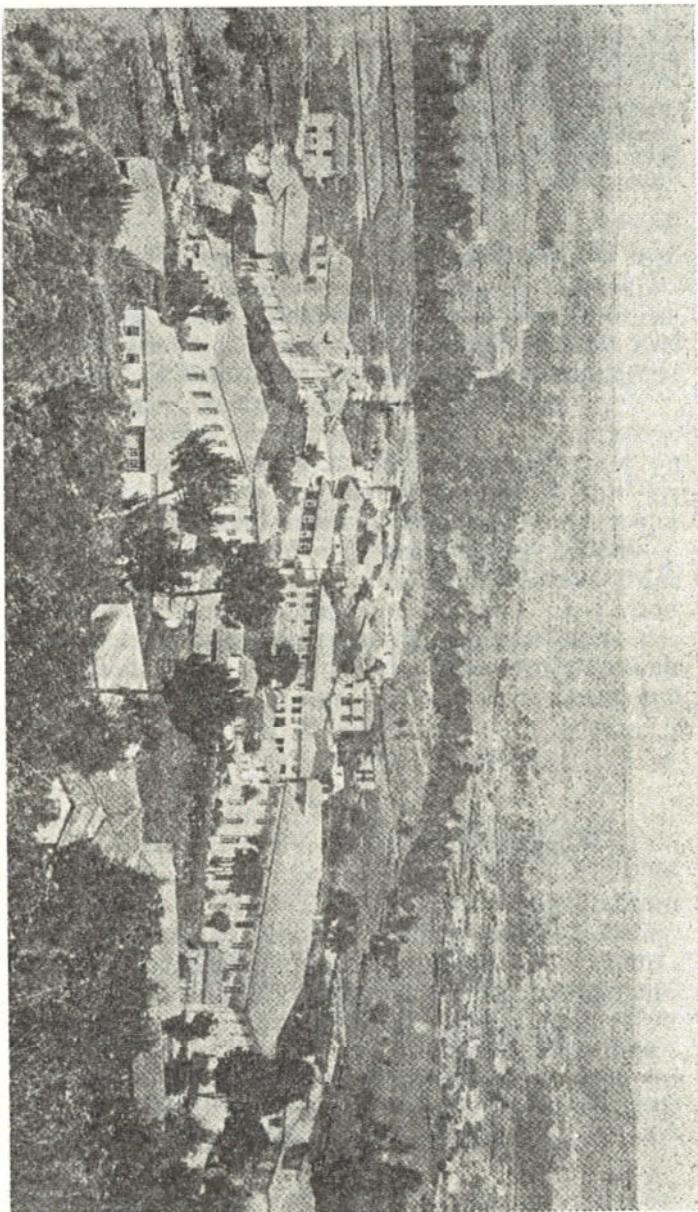
dito (de *Corduba*); uma de Chindasvito (de *Toledo*); outra do mesmo (de *Eliberris*); uma de Recesvinto; uma de Wambu; uma de Egica e outra de Egica com seu filho Witiza⁽¹⁾), todas de ouro. Foram adquiridas, durante uma estada de bastantes meses, pela maior no Alentejo. E termina lamentando profundamente que saiam do País desta maneira tão raras curiosidades! Aqui no Porto já sabem os ourives que tanto o Museu público como os coleccionadores particulares cobrem imediatamente com lanço vantajoso para o vendedor qualquer oferta feita por *amadores* estrangeiros.

VILA DE GONDOMAR

J. M. Almeida, no seu *Dicionário de Corografia de Portugal*, edição de 1866, dá à vila de Gondomar ou seja a freguesia de S. Cosme 850 fogos. Refere que era donatário deste concelho o marquês de Fontes, conde de Penaguião. Fala do foral de D. Sancho I que o coutou à Sé do Porto e do foral de D. Manuel I. Também diz que aqui esteve aquela Honra de Soeiro Reimondo e solar dos Reimondos que D. Afonso III achou não ser honrada por couto, padrões, carta ou pendão, senão pela pessoa deste fidalgo. Diz que houve aqui uma grande mina de talco fino.

De há 60 anos até hoje, já vários escritores se ocuparam mais ou menos desenvolvidamente da vida e riqueza de cada freguesia do nosso concelho. Um que, embora não primasse pelo escrúpulo das informações, se dedicou a tirar notas largas sobre a his-

(1) Segundo se colhe da *História de Santo Isidoro*, o reino dos Suevos vai até ao ano de 585 da era cristã, pois foi então que se uniu à monarquia de Espanha. Tornou a separar-se no ano de 697, por isso que Flávio Egica legara o reino da Galiza a seu filho Witiza, que possuiu estes domínios até ao ano de 701, data em que faleceu seu pai. Witiza foi o penúltimo rei dos visigodos. O último foi Rodrigo, o herói lendário que criou um ciclo de cantares de gesta.



SEDE DO CONCELHO

tória nacional, foi Pinho Leal. Escreveu um grande dicionário, o «Portugal Antigo e Moderno», publicado em 1874. Vamos, pois, extrair as notas que entendemos serem interessantes, principiando por

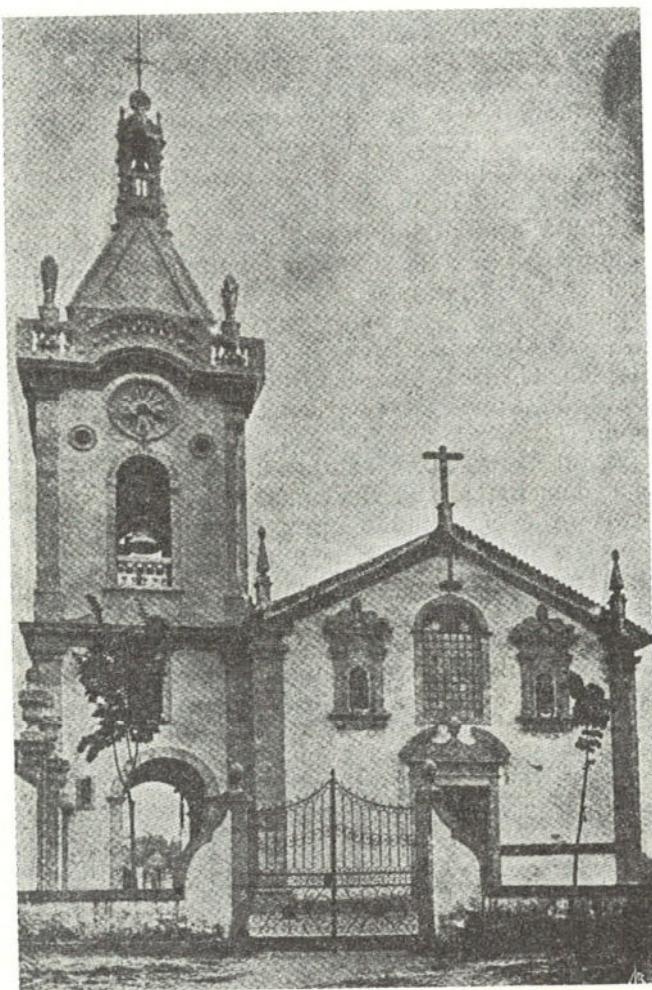
«*Gondomar ou S. Cosme de Gondomar*. Vila, Douro, comarca a oito quilómetros a NE. do Porto, 315 a N. de Lisboa, 950 fogos, 3.800 almas, no concelho 5.300 fogos. Em 1757 tinha 548 fogos⁽¹⁾.

Orago S. Cosme e S. Damião. Bispado e distrito administrativo do Porto. *Etimologia*. É corrupção do nome próprio de homem Gondemar ou Gondemário. Diz-se que esta vila foi fundada em 610, pelo rei godo *Flávio Gundemário*⁽²⁾, que lhe deu o seu nome. O Ordinário e os cónegos de S. Martinho, de Cedofeita (Porto) apresentaram alternativamente o reitor, que tinha 50\$000 réis e o pé de altar, que é bom.

A igreja matriz é antiquíssima. Foi a primeira igreja das Espanhas, dedicada a estes padroeiros. S. Cosme e S. Damião eram naturais de Egéa, na Arábia (a cidade que deu o nome ao mar *Egeu*). O terreno da freguesia é bastante accidentado; mas seus vales são amenos, salutíferos e fertilíssimos em todos os géneros agrícolas. É muito fértil em águas de boa qualidade, e há aqui grande abundância de cebolas, das quais se exportam para o estrangeiro uns poucos de contos de réis por ano. Fabricam-se nesta freguesia muitas

(1) Em 1869, o Sr. J. M. P. Pinto, nos seus *Apontamentos para a História da Cidade do Porto*, atribuía ao concelho de Gondomar a área de 22.995 hectares, com 24.062 habitantes, sendo 11.281 do sexo masculino e 12.781 do sexo feminino. Ao todo 6.408 fogos.

(2) Foi grande o prestígio do rei visigodo Gondomar, pois o nome de *Gondomar* foi dado a várias terras da Península. Assim no nosso País, como concelho, só contamos o nosso; mas há freguesias com esse nome, como sejam: No Minho, a *freguesia de Gondomar* (Santo André), comarca e concelho de Vila Verde; a *freguesia de Gondomar*, comarca e concelho de Guimarães, distrito administrativo de Braga. Há também povoações com este nome: nas freguesias de



IGREJA MATRIZ

obras de filigrana de ouro e prata e artefactos de marcenaria. Há muitas, boas e bonitas quintas. Fica próxima da margem direita do Douro. Tem peixe do rio e do mar. Tem foral, dado por D. Sancho I, em Coimbra, a 5 de Abril de 1193; confirmado por D. Afonso II, em Santarém, em Março de 1218.

D. Manuel I lhe deu novo foral, em Lisboa, a 19 de Junho de 1515. É freguesia muito antiga, pois já em 897 foi dada esta igreja ao mosteiro de *Lavra*, por Gundesindo. (V. *Lavra*). Foram donatários deste concelho os condes de Penaguião, marqueses de Fontes, e depois, por herança, os marqueses de Abrantes.

Tanto esta freguesia, como quase todas de que se compõe o concelho, são fertilíssimas em todos os géneros agrícolas. São terras muito ricas em razão do constante comércio, que por terra e pelo Douro, fazem com a cidade do Porto. Também exporta anualmente centenas de cabeças de gado bovino, para a Inglaterra, o que muito tem feito desenvolver a criação de bois e vacas e fabricação da manteiga. *Foi aqui a honra de D. Soeiro Reimundo, solar dos Reimondos*, que D. Afonso 3.^o, nas *Inquirições*, não julgou ser *honrada nem coutada*, por padrões ou documentos, mas confirmou a honra, em atenção à pessoa de D. Soeiro.

No monte *Crasto* houve um forte castelo romano.

Arentim, Cunha, concelho de Braga, Ínsua, Lama, concelho de Barcelos, Remoãis e Tarouca. No concelho de Miranda do Corvo, povoação da freguesia de Vila Nova. *Gondomarinho* é um lugar do nosso concelho.

Em Espanha deixou também alguns lugares com o seu nome. *Gondomar* ou *Paradela*, município da província de Pontevedra, que se compõe, entre outras paróquias, da de S. Benito de Gondomar; há também nesta província *Gondomar de Baixo*, município de La Estrada, freguesia de S. Julião de Vea.

Condes de Gondomar é o título genealógico do reino outorgado em 1617, na Espanha. Desde 1894 é senhor dele D. Gonçalo Fernandez de Córdova y Quesada (Espasa).

Há neste concelho minas de carvão de pedra, talco, antimónio e outros metais. É tradição que houve também minas de ouro; e é certo que os Romanos e os Árabes aqui fizeram muitas obras de mineração, do que há evidentes vestígios em várias galarias.

Aqui nasceu, em 19 de Março de 1804, D. João de França Castro e Moura, que morreu bispo do Porto. Era filho legítimo de António João de França e Rosa de França Castro e Moura, naturais desta freguesia. Foi um dos mais ilustrados e virtuosos bispos que tem tido a diocese portuense. O concelho é composto de 11 freguesias, todas no bispado do Porto. São: Covelo, Fânzeres, Foz do Sousa (vulgo *Sousa*), Gondomar, Jovim, Lomba, Medas, Melres, S. Pedro da Cova, Rio Tinto e Valbom.»

O *Dicionário de Geografia Universal*, sob a direcção de T. Augusto de Carvalho, edição de 1881, dá a S. Cosme 3.864 habitantes. Diz que foi couto do cabido da Sé do Porto e tem o concelho 21.642 habitantes, numa área de 12.775 hectares. Os prédios inscritos na matriz são 18.818.

As contribuições pagas no último ano foram: predial 5.167\$183 réis, industrial 1.329\$080, sumptuária 39\$600, de renda de casas 133\$420, décima de juros 1.675\$862, registos 5.841\$222, selo 663\$343 e real de água 4.309\$716.

Diz Francisco Cardoso de Azevedo, no *Novo Dicionario Chorographicó de Portugal Continental e Insular*, que Gondomar tem escolas para ambos os sexos, estação telégrafo-postal com serviço de emissão e pagamento de vales e de encomendas, notário, sociedades de recreio, muitas fábricas de diversas indústrias, como botões, cal, cascós para chapéus, cordoaria, curtumes, fundição de metais, bolacha e biscoito, fogos de artifício, moagens, serraria a vapor, velas de estearina, etc., e está rodeado de férteis campos banhados pelo Douro,

pelo Ferreira e pelo Sousa, sendo este último que abastece a cidade do Porto com suas águas.

Em 1890 compreendia o concelho, numa área de 133 quilómetros quadrados, 7.077 fogos com 31.053 almas, sendo 15.080 varões e 15.973 fêmeas, cabendo à freguesia sede 989 fogos com 2.147 varões e 2.287 fêmeas. Em 1900 havia 32.291 almas, sendo 15.475 varões e 16.816 fêmeas, das quais 2.412 varões e 2.479 fêmeas na freguesia sede. Na sua área existem as minas de Monte Alto, Tapada do Padre, Vale de Pinheirinhos, Ribeiro da Serra, Ribeiro do Rebentão, Lameirão, Sítio do Corgo, Medas, Abelheira, Bouça Velha, Portal, Lugar da Mó, Fojo, Tapada da Escusa, Monte das Lampas, Moinho da Igreja, Montezelo, S. Pedro da Cova, Barral, Gens, Midões, Covelo, Vale de Deão, representadas na exposição de 1888 em Lisboa por exemplares de : *Atibina classificada, dolomite, quartzo, régulo de antimónio, ouro nativo, quartzo aurífero, colecção de minérios de antimónio e quartzo aurífero, e antracite.*

Na *Chorogr. Mod.*, de João Maria Baptista, edição de 1875, lê-se :

«Ant.^a F. de S. Cosme (ou S.^{tos} Cosme e Damião) de Gondomar, a qual dava o nome ao ant.^o conc.^o de Gondomar, na ant.^a com. do Porto, reitoria da ap. da colegiada de Cedofeita, segundo Carv.^o, alf.^a do pontífice e d.^a colegiada, na E. P., comm. da ordem de Cristo.

Hoje é V.^a, cab.^a do actual conc.^o de Gondomar. Está situada a 1 1/2 k. a N.E. da m. d. do Douro. Dista do Porto 7 k. para E. Tem uma só F. que é a supra citada.

Compr.^e esta F., além da V.^a, os log.^{es} de Igreja, Bairro, Vinhal, V.^a Nova, Vilar, Outeiro, Taralhão, Bouça-Cova, Prelada, Boca, Quintã, Quintela, Cónega, Azenha, Carregais, Gondomarinho, Pevidal, Paço, Crasto, Cavadas, Padrão, Boa Vista, Gandra, S. Miguel, Ermentão, Morentãis, Morejãis, Forcado,

Sanjumil, Pedregal, Aguiar, Ramalde, Rio Carreiro, Porto, Casal, Pedreira.

P.	C. ...	334
	A. ...	850
	E. P. ...	975 2.991
	E. C. ...	3.563

Tem este conc.^o superfície em hectares, 12.775; População, habit., 21.642; freguesias, segundo a E. C., 11; prédios inscritos na matriz, 18.818. O ant.^o conc.^o de Gondomar compreendia, além desta, as F.^{as} de Rio Tinto, Campanhã, S. Pedro da Cova.

Foi couto do cabido da Sé do Porto e honra e solar dos Reimondos, posto não tivessem para isso prova autêntica. Eram seus donatários os Condes de Penaguião, depois Marqueses de Fontes. Deu-lhe foral D. Sancho I em 1193 e depois o reformou em 1515 el-rei D. Manuel.»

Em 1887, a respeito da vila de Gondomar, escrevia José Augusto Vieira, em *O Minho Pitoresco*, tomo II:

«Tri-fronte. Mineiro, artista e lavrador. A paisagem corresponde a essas três modalidades industriais. Ora severa, brusca accidentada, negra; ora filigranando arabescos sobre as correntes límpidas da água; ora alastrando-se ubérrima pelas hortas e pomares, donde se abastece o Porto. O carvão, a filigrana e o nabo, eis aí os três símbolos de Gondomar, desta boa e antiga terra portuguesa, cuja povoação principal se diz ter sido fundada pelo rei godo Flávio Gundemário, no ano de 610.

Como arrabalde e dos mais férteis, que tem o Porto, só pode visitar-se o concelho alugando na cidade um cavalo ou um trem que nos transporte através da sua zona do Norte, fretando depois um barco e seguindo Douro acima para conhecer a sua zona do Sul.» Sobre

S. Cosme de Gondomar, diz: «Apesar de se dizer goda a origem da povoação, os romanos deixaram aqui vestígios claros da sua passagem, como depois também a civilização árabe. Encontram-se ainda galarias para exploração de minas, que se atribuem a um e outro desses povos, dizendo a tradição que eles lavraram aqui o ouro e a prata. É possível até, que a habilidade especial, que os gondomarenses têm para os trabalhos de ourivesaria, seja ainda um documento tradicional dessas indústrias. O monte do *Crasto*, onde há sinais de fortificação, era evidentemente ocupado pelos romanos. A freguesia de Gondomar foi no ano de 897 dada ao mosteiro de Lavra pelo seu padroeiro Gundesindo, e a sua antiquíssima matriz é a primeira igreja que na Península foi dedicada aos Santos Cosme e Damião. D. Sancho I deu, em Coimbra, foral à vila de Gondomar em 5 de Abril de 1193, foral que D. Afonso II confirmou em Santarém, em Março de 1218. D. Manuel deu-lhe novo foral em Lisboa a 19 de Junho de 1515.

Foram donatários deste concelho os condes de Penaguião, marqueses de Fontes e depois, por herança, os marqueses de Abrantes. Foi também em Gondomar a honra de D. Soeiro Raimundo, solar dos Raimundos, honra que D. Afonso III nas *Inquirições* confirmou em atenção à pessoa de D. Soeiro, pois não constava de documentos ou padrões, que afí fosse *honrado nem coutado* tal lugar. Ao presente todas estas tradições de nobreza estão extintas, e Gondomar não passa de uma fertilíssima horta da cidade, que não só a recompensa economicamente, tornando-a rica, mas lhe inocula as suas ideias civilizadoras, tornando-a apresentável. Digam-me se não é do Porto que veio a ideia de se estabelecer em Quintã o *Teatro Garrett*, e se as duas filarmónicas de Gondomar não são um avanço, a fusas e colcheias, dado no caminho do progresso. É ver esta gente em um dia de récita no seu teatrinho, ou admirá-la entusiasmada nas suas pitorescas romarias! Quem

diz lá, que essas formosas raparigas, com o pçito adornado das lindas filigranas de ouro, são as alentadas carregadoras, que em dias de mercado no Porto pejam os caminhos e as estradas com os grandes cestos vindimios de hortaliças, de legumes, de frutas, de todas as novidades agrícolas! Tendo visto o lugar de Quintã, deve o *touriste* subir ao outeiro de Santo Isidro, que domina com a sua alvejante ermida não só a povoação sobre que está a-cavaleiro, mas ainda um extinsíssimo e formoso panorama, em que se desenrolam os pitorescos subúrbios da cidade, como se representassem por algumas léguas em redor o mosaico mais extraordinário em desenho e colorido, que pode conceber-se. Todo esse quadro imenso parece sorrir para nós, como se a Alegria e a Abundância descessem do Olimpo grego a semear de ouro e luz a campina vasta e acidentada de relevos. Neste monte de Santo Isidro faz-se pela Páscoa uma das mais concorridas romarias do concelho, havendo outras, porém, em diversas épocas do ano, tendo como oragos S. Vicente, S. Pedro de Alcântara e Senhora da Boa Hora.

Não vive dos labores da inteligência o concelho de Gondomar; é lavrador e operário, como dissemos já, mas verá o leitor pelas notas que vão seguir-se, quanto o embaraça na sua prosperidade a falta de cultura intelectual, a cultura artística sobretudo, multiplicada em escolas industriais, para poder equilibrar-se nas grandes lutas da indústria, em que se deixa atrasar.

Escolas primárias tem pouco mais do que as seguintes: Covelo, Fânzeres, Foz do Sousa, S. Cosme, masculino e feminino; Lomba, Medas, Melres, Rio Tinto, S. Pedro da Cova, Valbom, Jovim. A sua riqueza agrícola baseia-se naturalmente no grande comércio que faz com o Porto, cujo mercado abastece dos melhores produtos, sendo notáveis as hortaliças de S. Cosme, e com especialidade os afamados nabos. Na viticultura

não merece menção à parte; são delgados e palhetes os seus vinhos, limitando-se o consumo ao concelho, que tem ainda de importar.

Os gados são assim computados no recenseamento de 1871 :

<i>E S P É C I E S</i>	<i>N.º de cabeças</i>	<i>Valores</i>
Cavalal	239	4.709\$700
Muar	53	889\$300
Asinino	100	357\$400
Bovino	4.103	186.791\$000
Lanar	1.368	495\$600
Caprino	42	24\$400
Suíno	1.763	16.013\$200
Total da importância .. .		209.280\$600

Não obstante poder considerar-se o concelho uma extensa horta do Porto, tem uma grande actividade industrial, que o singulariza entre os demais concelhos do distrito. Vimos já como era notável o movimento das minas do carvão de pedra em S. Pedro da Cova, nas quais se ocupam para cima de duezntos operários, ao salário de 300 reis, e as de antimónio em Melres, minas cuja exploração é feita na maior parte por companhias inglesas.»

Relativamente a todos os outros ramos industriais, colhemos no *Relatório da Sub-Comissão de Inquérito* em 1881 as notas que vão ler-se :

«Contam-se no concelho 60 moinhos de água e 1 a vapor, situado no lugar do Mosteiro. Empregam-se nesta indústria 90 a 120 pessoas, funcionando no inverno as rodas nos rios Sousa, Ferreira e Inha, e alternando-se os moleiros no verão, de semestre em semestre, para irem aproveitar nos pequenos moinhos da montanha as quedas de água, que suprem pela sua violência o volume das correntes.

Na pescaira conta o concelho 9 companhas a 30 homens, na sua maior parte da freguesia de Valbom, e de aí vem o nome de *valboeiros* dado aos barcos originais, que se empregam em tal serviço.

Nas indústrias de construção ocupam-se 148 homens, pedreiros e carpinteiros, cujo salário é de 500 a 360 réis, e nas de ferraria apenas uns 26 operários, trabalhando em 11 pequenas oficinas. Nas carvoarias de lenha empregam-se uns 500 a 700 homens, havendo umas 80 carvoarias, situadas na zona montanhosa do concelho. Contam-se duas oficinas de pirotecnia, a que dão gasto as romarias e festas religiosas e políticas, e há no lugar de Zebreiros, sobre o Douro, uma fábrica de fundição de ferro exclusivamente destinada ao fabrico de panelas; tem uma máquina a vapor e emprega 8 operários. Na freguesia de Valbom há ainda duas oficinas de curtumes; uma tem 8 tanques e emprega 6 operários; a outra situada na Ribeira de Abade tem 56 tanques e ocupa quase outros tantos operários.

A *manufactura do linho* tem em Gondomar um carácter de indústria não doméstica, ao contrário do que sucede em quase todos os concelhos do Minho. O linho fiado nos concelhos limítrofes é tecido em Gondomar, ficando a obra, feita por conta dos donos do objecto, de 30 a 80 réis a vara, podendo uma tecedeira produzir 3 a 4 varas de pano liso. São perto de 200 os teares, especialmente nas freguesias de S. Cosme e Fânzeres. O mesmo número quase de teares domésticos conta em Rio Tinto a manufactura do algodão; fabricam-se riscados e cotins, sendo o preço da tarefa de 30 réis o metro e trabalhando ordinariamente os tecelões por conta dos negociantes do Porto. Indígena em Gondomar é, diz também o Relatório, a indústria da marcenaria, localizada principalmente em Valbom com 53 oficinas e 120 operários, S. Cosme com duas oficinas e 6 operários, Fânzeres com 10 oficinas e 30 operários, havendo além disto uma oficina de torneiro com 3 operários e 4 de entalhador com 11. A produ-

ção principal consiste em cadeiras, mobília, e em geral caixas de charutos para as fábricas de tabacos; o seu valor orça por 20.000\$00 réis anuais. Nos últimos anos tem definhado esta indústria, tendo-se os marceneiros feito lavradores, ou emigrado; a causa de isto está não só na concorrência da mobília estrangeira, fatalmente mais barata por ser do fabrico da grande indústria, mas também no vergonhoso atraso intelectual e artístico dos marceneiros de S. Cosme, que não sabem desenhar, nem sequer ler, e tem de copiar com uma habilidade digna de melhor sorte os moldes que vem de fora.

Definhando também por causas quase análogas e por outras de maior alcance social, existe no concelho a histórica indústria da ourivesaria, tão notável sobre-tudo pelas delicadíssimas filigranas, que tão admiradas são onde quer que apareçam.

Todo o concelho, diz o Relatório, possue mais ou menos oficinas, onde trabalham operários hospedados e alimentados pelos patrões, ou oficiais que trabalham domesticamente por tarefa e por conta dos mestres de oficinas. Eis aqui um registo das oficinas por freguesias:

<i>F R E G U E S I A S</i>							<i>Oficinas</i>	<i>Operários</i>
S. Cosme	40	160
Valbom	30	120
Rio Tinto	6	50
S. Pedro da Cova	7	25
Jovim	4	14
Fânzeres	8	15

As maiores oficinas ocupam oito a dez pessoas, variando o salário entre 54\$000 e 18\$000 réis anuais,

com casa, cama e mesa. A aprendizagem dura de seis a sete anos, durante os quais o aprendiz não recebe salário em dinheiro; apenas casa, cama e alimento. O ouro francês, diz-se, veio fazer cair a indústria, mas é bem de supor que esta não seja unicamente a causa de tal decadência, mas antes e principalmente se possa encontrar, em que os lavradores reconhecem a inutilidade de empregar as suas economias e dinheiro em objectos de ouro, que nada rendem. Ainda assim não deixará o leitor de encontrar nas grandes romarias do distrito os afamados cordões de ouro e os corações de filigrana, que são o enlevo e a vaidade das lavradeiras do Minho, e a mais encantadora lembrança, que o *touriste* pode trazer do concelho de Gondomar.

<i>FREGUESIAS E ORAGOS</i>	<i>Varões</i>	<i>Fêmeas</i>	<i>Total</i>	<i>Fogos</i>
Covelo, Santa Maria	357	415	772	175
Fânzeres, O Salvador	1.047	1.077	2.124	498
Foz do Sousa, S. Jeão Baptista ...	852	1.042	1.894	404
Jovim, Santa Cruz	579	665	1.244	353
Lomba, Santo António	542	651	1.193	282
Medas, Santa Maria	290	389	679	163
Melres, Santa Maria	481	702	1.183	332
Rio Tinto, S. Cristóvão	2.748	2.740	5.488	1.317
S. Cosme de Gondemar, S. Cosme e S. Damião	1.836	2.028	3.864	962
S. Pedro da Cova, S. Pedro	799	919	1.718	447
Valbom, S. Veríssimo	2.049	2.145	4.194	1.002
Total geral	11.580	12.773	24.353	5.935

Alargaremos este assunto no Cap. sobre *Indústrias*.

S. COSME E S. DAMIÃO

Ao ocuparmo-nos da freguesia que forma hoje a vila de Gondomar, queremos dar uma notícia, embora

resumida, da história dos seus patronos. Todos os povos cristãos, ao agregar-se em zonas de povoação, invocaram, como seus protectores, os santos do cristianismo, segundo as suas devoções. Esta vila adoptou os nomes dos dois irmãos, de raça árabe, S. Cosme e S. Damião que foram médicos na Síria, tão abnegados que não aceitavam dinheiro pelos serviços clínicos, donde lhes veio o sobrenome de *anárgiros* — inimigos do dinheiro. Foram degolados em Egéa, na Sicília, no ano de 287. Os seus restos mortais foram levados para Roma, no pontificado de Félix IV, e estão na parte inferior da igreja que lá se construiu, sob a sua invocação, por sinal um belo monumento, cujas portas de bronze estão enquadradas em colunas de pórfiro. Nesse majestoso templo se acham os mosaicos do século VI, representando os dois santos, apresentados a Cristo pelos apóstolos S. Pedro e S. Paulo.

Os dois santos mártires estão incluídos no *Canon da Missa*; e são festejados pela Igreja no dia 27 de Setembro; também se deve mencionar a propriedade litúrgica da missa de quinta-feira depois do terceiro domingo da Quaresma, em que a missa constitue outra celebração dos dois santos — a estação *ad SS. Cosmam et Damianum*.

O culto dos dois santos está espalhado por toda a Europa Central e Ocidental.

Diz o Dr. Augusto da Silva Carvalho, autor de *O Culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil*, Coimbra, 1928, págs. 5, que «até ao século XVIII em Espanha houve muitas Confrarias sob a invocação dos dois santos, algumas das quais tinham poderes para examinar cirurgiões e conferir-lhes carta». Depois de citar os vários lugares, onde se presta culto a estes santos, tanto na França, como na Itália, Espanha e em Portugal, diz a págs. 20: «Quando se considera o nosso País relativamente aos locais onde ainda hoje se conservam os restos e vestígios do antigo culto dos dois santos, começado muito antes de constituído

o reino de Portugal, este aparece nitidamente dividido em duas partes distintas, uma formada pelo Norte e centro do País, aquela parte onde dominaram os visigodos, outra representada pelo Alentejo e Algarve, isto é, pela região que mais tempo esteve em poder dos mouros e mais tarde foi incorporada na nação. Ao passo que nesta última parte se não encontram vestígios daquele culto, abundam na primeira e mais notavelmente nas províncias da Beira Alta e Minho; mas cousa notável, não é nos grandes centros que vamos encontrar a veneração e o culto popular pelos patronos dos médicos, mas sim nas mais humildes aldeias, em toscas e pobres capelas, onde os oragos são representados por ingénuas imagens, em que os santeiros da província consubstanciam as lendas e tradições do povo humilde daqueles lugarejos».

Fala em seguida das freguesias que percorreu, onde se festejam os santos e cita, no concelho dos Arcos de Valdevez, a freguesia de Azar ou Azere, cujos oragos são S. Cosme e S. Damião e onde houve um mosteiro de frades bentos, já existente no ano de 568, portanto muito anterior à fundação da monarquia.

No termo da vila deste concelho, diz que também há outra freguesia, vulgarmente chamada S. Cosmede, com igreja cujo altar-mor em 1758 tinha as imagens dos santos padroeiros.

Mas o que nos interessa mais é a referência que este autor faz à nossa freguesia e que transcrevemos: «A antiquíssima igreja matriz de Gondomar, vila cujo foral foi dado por D. Sancho I em 5 de Abril de 1193, foi a primeira, no dizer do padre Carvalho da Costa⁽¹⁾, que nas Espanhas foi dedicada a S. Cosme e S. Damião.

⁽¹⁾ Da *Corografia* do P.^o Carvalho da Costa.

Vid. também *Inquirições da Gaveta 8*, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Desde que foi elevada a vila, se chamou S. Cosme de Gondomar⁽¹⁾. O Ordinário e os cónegos de S. Martinho de Cedofeita alternadamente apresentavam o reitor da igreja, que, além do pé do altar, tinha cinqüenta mil réis. No inquérito paroquial⁽²⁾ feito depois do terramoto diz-se que a freguesia de S. Cosme de Gondomar era comenda da Ordem de Cristo em 1758, tinha na igreja um altar-mor com os padroeiros S. Cosme e S. Damião, mas não tinha nenhuma Confraria desta invocação. Havia na freguesia a fonte de Fontela, cuja água tinha virtude contra as areias.

A igreja de S. Cosme tem na frontaria dois nichos com as imagens dos santos irmãos em granito pintado. Parecem grosseiras as imagens e bem diferentes, no merecimento, duma Nossa Senhora do Rosário em granito pintado e dourado que existe na mesma igreja e que a minha ignorância supõe de muito valor e desconhecida dos entendidos.

S. Cosme é representado tendo na mão direita um vaso com a forma aproximada dos que desde longínquas eras serviam para recolher as urinas.

S. Damião tem na mão um livro e ambos ostentam as palmas do martírio e são figurados de barbas, com feições e vestuário iguais.

A porta principal tem na verga, gravada, esta inscrição: *Sunt Medici Cosmos simul et Damianus uterque.*

No altar-mor há outras duas imagens de madeira pouco mais perfeitas e que também ostentam o vaso das urinas, desmedidamente grande no braço de S. Cosme, e o livro nas mãos de S. Damião; são barbados ambos os santos, com as mesmas feições e vestuário.

⁽¹⁾ Não é assim. *S. Cosme de Gondomar* é nome antiqüíssimo; a *vila de Gondomar* é de criação recente de 1928.

⁽²⁾ *Diccionario Geographico*, ms. do Arquivo da Torre do Tombo, ou *Mem. Paroquiais*.



Na verga da porta lateral da igreja está gravada a seguinte legenda: *Cosmes et Damianus dant medicamina gratis omnibus infirmis qui pia dona ferunt.*

Celebra-se a 27 de Setembro a festa dos irmãos mártires, mas poucos dias depois, a 1 de Outubro⁽¹⁾, sob a invocação da Senhora do Rosário, há maiores festejos a que vêm de longe muitos devotos, cumprindo promessas feitas aos santos Cosme e Damião, que são de grande devoção em toda aquela região, como advogados contra as doenças. Os devotos costumam, além de outras práticas, dar três voltas em roda da igreja, rezando em voz alta. Por esta ocasião, é costume dar a beijar as imagens dos santos de madeira em que, de pequena dimensão e abraçados, os representam, e nos últimos anos vendia-se também ali a reprodução em barro dos santos padroeiros. Os mesmos são representados num registo litografado, de grandes cabeleiras e barbas brancas, tendo na cabeça um gorro preto. Na mesma estampa aparece uma botica com os dois irmãos e, ao lado, um deles preso entre dois soldados armados de lanças, ao passo que o outro está sendo decapitado.»

Traz adiante reproduzida essa litografia.

O autor refere também que na província da Beira, comarca de Lamego, havia a freguesia de S. Cosmado; no concelho de Armamar, a vila de S. Cosmado, que primitivamente constituía concelho próprio e que tinha por oragos S. Cosme e S. Damião. Também a freguesia de Garfe, termo de Guimarães, pertencente ao concelho da Póvoa de Lanhoso tem um templo, cujo altar-mor possue as imagens dos dois santos padroeiros. No Minho, aldeia da Lobeira, pequena freguesia do concelho de Guimarães, também havia outra igreja, sob a mesma invocação e aonde acorriam em grande romagem, no fim do século XVIII, muitas pessoas da vizinhança; foi destruída e, em lugar dela, outra foi edifi-

⁽¹⁾ A festa e romaria da Senhora do Rosário, a que se refere o autor, é sempre no primeiro domingo do mês de Outubro. Pode, portanto, não ser no dia 1, mas noutro dia.

cada em 1780, onde se veneram os mesmos padroeiros, com suas imagens no altar-mor.

No concelho de Melgaço, freguesia de Gave, a que pertence o lugar de S. Cosme, há uma capela, sob a mesma invocação. S. Cosme e S. Damião de Podame, termo de Valadares e comarca de Valença, hoje pertencente ao concelho de Monção, tem na igreja quatro altares, estando num deles os oragos. No concelho de Vila Real, freguesia de S. Tomé do Castelo, há uma capela sob a invocação destes e contendo umas esculturas que os representam.

A freguesia de Santa Maria do Telhado era do termo de Barcelos e compreendia várias aldeias, entre as quais S. Cosme e S. Damião do Vale. Hoje pertence ao concelho de Famalicão; a tal igreja possue no altar-mor duas imagens muito antigas representando os padroeiros. A freguesia de Teixeiró, do concelho de Cinfães, a meia légua de Mesão Frio, tem sua igreja no lugar de S. Cosmado.

No concelho da Maia, há a igreja paroquial de Gemunde. No «Processo Executorial» feito em 1516 por Dom Diogo Pinheiro, Bispo do Funchal, sobre o Breve nele escrito, dirigido a El-Rei D. Manuel em 1516, se escreve, referindo-se a essa igreja: *São Cosmadi da maja da Diocesi do Porto.* (H. G. da C. R. P., Livro IV das Provas, págs. 271 e 274). De facto são padroeiros da igreja de Gemunde, S. Cosme e S. Damião, cujas imagens se vêem no altar-mor.

A freguesia de Besteiros que pertenceu ao termo e comarca do Porto, tinha como oragos os mesmos santos; hoje pertence ao concelho de Paredes.

Há no concelho de Anadia a freguesia de Tamen-gos com uma capela sob a invocação de S. Damião.

Na província da Beira, podemos citar, na freguesia do Couto do Lima, o lugar de S. Cosmado, com uma capela dedicada aos dois santos.

Um outro lugar chamado S. Cosmado existe na freguesia de Santo André de Souselo, concelho de

Cinfães, bem como há o lugar de Póvoa de S. Cosme, ao Norte de Ervedal da Beira, e nesse sítio havia em 1758 uma capela também consagrada aos dcs santos mártires. Pertence esta última ao concelho de Oliveira do Hospital.

Na freguesia de Nabais, termo de Gouveia, a igreja tem a invocação de S. Cosme com a respectiva imagem.

S. Cosme de Alrote, que pertenceu em parte à freguesia de S. Pedro da vila de Gouveia e em parte à de S. Julião, e hoje é do concelho de Gouveia, tem os oragos irmãos, com as duas imagens no altar-mor.

A igreja da freguesia das Aldeias compreende Alrote e S. Cosmado e tem as imagens destes santos de sua invocação.

No concelho de Castendo, a uma légua de Mangualde, há a freguesia de Germil, com os mesmos oragos. À saída de Mangualde, há um lugar chamado de S. Cosmado, estrada de Viseu. E caminhando para o Sul ou seja o centro do País, vamos encontrar o culto a estes santos, patronos dos médicos, no convento da Ordem de S. Domingos, em Santarém, o qual foi edificado por D. Afonso II, em 1211 e reconstruído em 1604. Foi o primeiro convento desta Ordem, fundado em Portugal e onde, em 14 de Maio de 1265 morreu o famoso S. Frei Gil que está sepultado no cruzeiro da igreja, em sumptuoso mausoléu de mármore. Tem uma antiquíssima Confraria de S. Cosme e S. Damião.

E do citado autor, Dr. Silva Carvalho, donde colhemos o resumo destas notícias, transcrevemos o remate : «...parece não haver dúvida que antes do meado do século XVIII os médicos, cirurgiões, boticários, barbeiros e sangradores de Santarém haviam constituído uma irmandade sob a invocação de S. Cosme e S. Damião, sendo natural que esta fosse a segunda, que no País se organizou, visto haver muito antes outra...»

Quere o autor referir-se a uma capela, a quarta, que desde longos tempos havia na charola da Sé de Lisboa, dedicada aos padroeiros dos clínicos.

Também no retábulo do altar-mor da igreja do Hospital de Todos-os-Santos figuravam estes santos, como advogados da saúde dos enfermos.

O sentimento religioso daqueles tempos nivelava todas as classes, mesmo cirurgiões, sangradores e barbeiros! E nenhum barbeiro podia ser eleito para juiz ou escrivão do ofício real, *sem primeiro ser irmão dos ditos santos*.

Assim o determina o Alvará de 19 de Dezembro de 1642. A Confraria tinha a sua sede na igreja da Madalena, em Lisboa, em cuja paróquia estão as capelas de S. Cosme e S. Damião, como diz o Padre Carvalho da Costa, escrevendo em 1712. Eram festeiros os médicos, cirurgiões e boticários.

O terramoto e o consequente incêndio destruiram o templo e o respectivo arquivo.

É interessante saber-se que os alunos que se matriculavam na Real Escola de Cirurgia de Lisboa pagavam de matrícula para todo o curso 6\$400 réis, importância donde saía uma propina para S. Cosme e S. Damião. Neste ponto, diz o mesmo Dr. Silva Carvalho, o Alvará com força de lei de 25 de Julho de 1825 e o respectivo regulamento copiaram o que estava já em uso nas aulas do Hospital de S. José.

Na igreja de S. José, em Lisboa, estão, no altar de Nossa Senhora das Dores, duas imagens destes santos, de madeira, mas sem a competente Confraria.

O autor também trata largamente do culto a S. Cosme e S. Damião, no Brasil, assunto que omitimos, por ficar já muito extenso aqui.

HIEROLOGIA MÉDICA S. COSME E S. DAMIÃO

«Como os mesteirais dos ofícios mecânicos, que entre nós, desde o século XV se achavam arregimen-

tados em Confrarias, com suas capelas privativas sob a protecção dum orago, os homens da arte de curar tinham também a sua corporação ou grémio, patrocinado por dois santos, irmãos no sangue e no martírio, S. Cosme e S. Damião. Desconhecem-se hoje, pormenorizadamente, as condições de existência das bandeiras ou grémios dos médicos no nosso País, apenas se sabendo que na capital um dos altares da igreja da Madalena, que o terramoto de 1755 aniquilou, era consagrado a S. Cosme e S. Damião, estando entregue aos cuidados dos profissionais da medicina.

A escolha destes santos para protectores justificava-se por serem S. Cosme e S. Damião médicos, que a fé cristã imortalizara pelo próprio sacrifício. Árabes de origem, vivendo em Egéa, cidade marítima da Sicília onde se erguia um templo célebre de Esculápio, no século I da nossa era, como dispusessem de recursos de família, aprenderam a arte da medicina, exercendo a profissão como um verdadeiro sacerdócio. Nenhum interesse os movia além daquele que derivava intrinsecamente das curas. Tratavam homens e animais. Não aceitavam paga nem causa alguma pelos benefícios prestados. Daí o chamarem-lhe os gregos *anárgiros*, ou homens sem dinheiro. Era para eles uma obcecação praticar a medicina gratuitamente. Tempos felizes de isenção... Porém uma vez certa doente como prova de reconhecimento, levou muito a ocultas um presente, que com rogos convenceu Damião a aceitar; sabendo isto Cosme indignou-se e disse, terminantemente, que não enterrassem o seu corpo com o do irmão. Foi uma dificuldade que por ocasião da morte houve a vencer.

Cristãos como eram, difundindo o seu ideal entre os pagãos, não puderam escapar ao ódio dos imperadores romanos que perseguiam implacavelmente quem não abraçasse a religião oficial do império. No ano de 285 (288 segundo outros) Diocleciano e

Maximiano mandaram para a Egêa o prefeito Lisiás, a cujos ouvidos chegou o eco da sua fama. Chamados ante o governador confessaram a sua crença que nada poderia abalar. Depois de sujeitos a várias provas torturantes, o feroce romano, para alardear serviços aos amos, mandava-os degolar a 27 de Setembro com mais três irmãos.

Um piedoso biógrafo seiscentista Fr. Diogo do Rosário, na sua *História das vidas e feitos dos santos*, observa: «Não havia algum que não tivesse por muito grande perda a morte e apartamento de S. Cosme e S. Damião. Toda a multidão dos que por eles foram curados, fazia muito grande pranto; os que por eles foram ensinados choravam sem consolação. Os mancebos se vestiam de dó; e os homens e mulheres pranteavam com grandes gemidos sua morte».

A figuração destes dois santos encontra-se desde os começos da arte cristã do Ocidente. A mais antiga é sem dúvida o belíssimo mosaico da basílica que tem os seus nomes, erguida em Roma sobre o Forum pelo Papa Félix IV (526-530): nele se vêem os dois médicos mártires com coroas nas mãos, vindos do Oriente, e conduzidos à presença de Cristo pelos apóstolos.

Neste cantinho ocidental, algumas freguesias minhotas têm como oragos os santos Cosme e Damião: citem-se, Gondomar, junto ao Porto, que passa por ter sido a primeira igreja (cuja fábrica primitiva desapareceu) que lhes foi dedicada na Península; Gemunde, na Maia e no concelho dos Arcos de Valdevez, a designada pelos nomes dos dois irmãos.

Na iconografia dos registos que lhes dizem respeito, é frequente ser apresentado o exercício das suas funções médicas, a par do martírio.

A curiosa gravura do século XIX, trabalho do gravador portuense Santos, mostra essa pormenorização.

Pedro Vitorino.

No antigo Museu Nacional de Belas Artes, segundo o *Catálogo Provisório* (1883) na sala I havia um quadro com S. Cosme e S. Damião. «À direita, S. Cosme em acção de observar o líquido contido num frasco; à esquerda, S. Damião lendo num livro; ao fundo, os dois santos tratando uma enferma»:

Proveniente do depósito dos extintos conventos

madeira. A. 0^m,43, L. 1^m,06
(segunda metade do século XVI).

Deve estar no Museu de Arte Antiga.

Do livro *Catálogo da Exposição Retrospectiva de Medicina*, consta, entre a relação de diversos objectos, mencionada no quarto grupo sobre *Medicina Popular*, n.^o 133 :

— S. Cosme e S. Damião. Belíssima gravura sobre cobre. Século XVII. Mostra dum lado os atributos da medicina e uma farmácia e do outro, instrumentos de guerra e o martírio dos Santos. Legenda : S. COSMUS ET DAMIANUS. *Medici, Pharmacopoei et Martires.*
Expositor : J. Vitorino Ribeiro.»

SS. COSME E DAMIÃO EM COIMBRA

Recentemente foi publicado um pequeno trabalho *As Imagens dos SS. Cosme e Damião existentes em Coimbra*, ed. 1930, separata da «*Arte e Arqueologia*», vol. I, n.^o 3, do Sr. Alberto Pessoa, que fez referência a «*O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil*»⁽¹⁾, do Dr. Silva Carvalho, dizendo que este, ao passar em revista as imagens dos patronos dos cirurgiões que existem no nosso País, refere apenas, ac falar de Coimbra, uma pintura do século XVI que está no Museu Machado de Castro.

⁽¹⁾ No bispado de Pernambuco (Brasil) há a freguesia dos Santos Cosme e Damião, da Vila de S.^{ta} Cruz de Igaraçu.

Ora o Sr. Alberto Pessoa estudou minuciosamente este quadro e dá-nos dele um relato interessante. Começa por declarar que se deve dizer, em vez de *S. Cosme e S. Damião*, os *SS. Cosme e Damião*, pondo como razão que se trata de «santos que foram martirizados juntos, canonizados na mesma ocasião e cujo culto se exerce sempre em comum». Era essa a opinião de um teólogo ilustre.

Faz o citado crítico umas curiosas anotações sobre o traje dos físicos daquele tempo e do seu aparato instrumental.

Diz que no referido Museu Machado de Castro há mais as seguintes imagens dos santos :

1.º No Museu, duas pequenas estátuas de pedra, dos fins do século XVI, provenientes do Convento de Santa Clara; e estão expostas na sala da escultura da renascença.

2.º Na Sé Velha, duas soberbas estátuas de madeira pintada que figuram dum e doutro lado do precioso retábulo gótico de talha dourada que o bispo D. Jorge de Almeida mandou fazer para o altar-mor da sua catedral.

3.º Na sacristia do Seminário, duas medianas pinturas dos dois santos, simetricamente colocadas junto da porta que dá passagem para a igreja.

Os santos a que se refere, trazem quase sempre uma túnica até aos pés, que uma longa capa, com mangas ou sem elas esconde; era essa a vestimenta própria dos doutores e mestres nas velhas gravuras dos começos da tipografia. Na cabeça, um barrete; os gorros são como os que ainda hoje usam os padres.

Na mão esquerda S. Cosme sustenta uma caixa de pílulas ou drogas e pendurado do cinto um estojo, talvez para lancetas. O S. Damião da sacristia do Seminário também traz na mão esquerda, uma caixa de drogas.

O mesmo Sr. Dr. Pedro Vitorino, ilustre arqueólogo e sub-director do Museu Municipal desta cidade, teve a gentileza de me oferecer para esta Monografia o belo artigo sobre a *Hierologia médica*, que eu muito agradeço; e num requinte de benevolência, permite-me que eu para aqui transcreva mais outro curiosíssimo estudo seu, sobre o mesmo assunto, acompanhado duma gravura que também lhe pertence:

OS SANTOS ANÁRGIRIOS

«A iconografia portuguesa de S. Cosme e S. Damião, patrono dos médicos, denominados os «santos anárgiros» pela recusa de receberem dinheiro, é ainda em parte desconhecida.

Em 1926 o Dr. Silva Carvalho, no seu erudito livro *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil*, reuniu diversos ícones nacionais desses médicos, martirizados na Egéa no ano de 265, mas a série é sem dúvida, maior.

Na opinião do meu ilustre amigo e historiador da medicina Dr. A. de Mets, de Antuérpia, «l'iconographie de ces Saints est d'une abondance et d'une richesse exceptionnelles» (*Autor de l'autel des chirurgiens dans la Cathédrale d'Anvers, 1932*).

Em Portugal, as figurações pintadas, esculpidas ou gravadas, são pouco numerosas, mas algumas delas cheias de interesse. Ao que foi tornado público no livro do Dr. Silva Carvalho, ajuntarei os bustos escultóricos dos santos que ornam o portal renascença da Misericórdia de Caminha, num dos quais, o da direita, se vê o característico vaso para exame urológico.

S. Cosme e S. Damião, nas pinturas, aparecem por vezes na companhia de outros santos, em geral acolitando-os.

Assim se vêem, no valioso quadro flamengo *A Virgem dos Médicos*, de Roger, hoje no Museu

Staedel, de Francfort, ao lado da Virgem, emparelhando com S. Pedro e S. João, na pintura atribuída a Jorge Afonso, do Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa, cuja figura central é S. Tomé, e na predela do Museu Grão Vasco, de Viseu, aos lados de S. Braz.

Num quadro que tive ocasião de observar em 1929, pertencente ao antigo convento das Donas de Corpus Christi, em Vila Nova de Gaia, hoje Instituto



S. DAMIÃO, S. PEDRO GONÇALVES
E S. COSME

Feminino de Educação e Regeneração, e sobre o qual emiti opinião a pedido do *Diário de Notícias*, expressa no n.º de 29-VIII-929, acham-se os santos anárgiros ladeando um fraude da Ordem dos Pregadores cujos atributos o denunciam como S. Pedro Gonçalves.

Os santos anárgiros, patronos dos médicos e advogados dos enfermos, têm nessa pintura a particularidade de aparecerem como protectores dos navegantes.

Refere o Dr. Silva Carvalho, no mencionado livro, que no Minho «os santos eram invocados para proteger os que faziam longas viagens», informando ainda que «no Recife há a tradição de que para o Brasil foram levadas imagens de S. Cosme e S. Damião, pelos que os tinham como patronos dos navegantes, como particulares protectores das viagens marítimas». O quadro corrobora esta asserção.

A figura central, S. Pedro Gonçalves, era o orago dos mareantes portugueses nos tempos dos descobrimentos e das navegações das Índias.

Santo prestigioso em Entre-Douro-e-Minho, apesar da sua origem leonesa, falecido em Tui em 1246, o seu culto estendeu-se por todo o País; em Lisboa tinha uma ermida junto da Ribeira das Naus, em Setúbal, uma magnífica capela, no Porto era festejado na igreja de Massarelos onde há uma relíquia sua.

A designação corrente deste santo era S. Pedro Gonçalves Telmo, em alusão ao fenómeno eléctrico da atmosfera «Fogo de Sant'Elmo» que se observa por vezes no mar nos topos dos mastros, os quais se apresentam envolvidos por pequenas cabeleiras de fogo.

Os nossos antigos marinheiros davam-lhe o nome de Corpo Santo, por crerem ser o corpo de S. Pedro Gonçalves que lhes aparecia, com prenúncios de bonança.

No retábulo, o Santo dominicano, segurando na mão esquerda a simbólica vela acesa, soergue na mão direita uma pequena nau com a bandeira da Cruz, de características iniludíveis do século XVII, pelo mastaréu da sobrecevadeira que o navio apresenta. A bandeira com a Cruz de Cristo era a das armadas da Índia; foi usada até D. João IV, continuando a arvorá-la os navios durante o domínio espanhol. Este pormenor permite fixar a época da pintura na primeira metade do século XVII.

O quadro, que jazeu muito tempo ao abandono, está pintado em madeira de castanho e mede 1,60 m X 1,36 m.

É obra portuguesa, de autor desconhecido. O convento de Corpus Christi, da mesma Ordem monástica a que pertencia S. Pedro Gonçalves, pela sua situação ribeirinha, contar-se-ia como um lugar de romagem dos mareantes portuenses.

Pedro Vitorino.»

FREGUESIA DE COVELO

Principiemos por Pinho Leal:

«Freg.^a, Douro, comarca e 12 kil. ao N. E. do Porto, concelho de Gondomar, 318 km. ao N. de Lisboa, 140 fogos. Em 1775 tinha 31 fogos. Orago Nossa Senhora da Expectação. Bispado e distrito administrativo do Porto. Era antigam.^{te} da comarca e termo do Porto, concelho de Penafiel. O reitor do colégio da Graça, de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 40 alqueires de pão, uma pipa de vinho e 8\$000 réis em dinheiro. É terra fértil. Tem muitos pinhais. Atravessa esta freg.^a o rio Sousa, que nela mesmo morre na direita do Douro, na aldeia de Sousa. Situada em terreno m.^{to} acidentado é limitada ao S. pelo rio Douro. Nesta freg.^a foi situada a antiga cidade de Penafiel. Na foz do Sousa havia de um lado o Castelo de Sousa, e do outro uma povoação, que alguns pretendem ser a antiga Penafiel. (Vide Arrifana de Sousa, Penafiel e Castelo de Aguiar do Sousa). No sítio de Gens, Midões e Covelo, desta freguesia, há minas de carvão fóssil.»

O autor da *Corogr. Mod.*, um ano depois da edição de Pinho Leal, dá o seguinte informe:

«COVELO. Ant.^a F. de S.^{ta} Maria, Nossa Senhora do Ó (Expectação) de Covelo, sur.^o da ap. do

vigário de S. João de Sousa, segundo Carv.^o e E. P.; porém em uma nota junta ao respectivo relatório da d.^a E. P., diz ser a ap. do colégio (ou conv.^o) de Nossa Senhora da Graça, de Coimbra; no ant.^o conc.^o de Aguiar de Sousa. Está sit.^o o L. de Covelo na m. e. do rio Sousa, 1/2 l a M. N. E. da m. d. do Douro. Dista de Gondomar 8 1/2 k para E. S. E.

Compr.^e mais esta F. os log.^{es} de Lebrinho, Lixa = Serra, Ribeira, Boialvo; dois casais sem nomes especiais, duas q.^{tas} uma em Covelo, outra em Boialvo; e 4 H. I., duas em Lebrinho e duas no Carvalhal.

P.	C. ...	43
	A. ..	136
	E. P. ...	157
	E. C. ...	458

O *Novo Dicionário Corográfico*, de F. Cardoso de Azevedo, diz que a freguesia de Covelo tinha, em 1890, 255 fogos com 448 varões e 539 fêmeas; e em 1900, 385 varões e 445 fêmeas. Dista 7 quilom. da sede do concelho, 14 da estação de Rio Tinto e 15 da de Campanhã. Tem caixa postal.

E *O Minho Pitoresco*, tomo II, pág. 612, refere:

«Assente nas faldas da grande serra dos Açores, sobre a margem esquerda do rio Sousa. Nos seus lugares de Gens e Midões, e mesmo no de Covelo, encontram-se minas de antracite, pertencendo à mesma zona carbonífera de S. Pedro da Cova, que fica a Noroeste. Voltando à navegação pelo Douro, vamos subindo o rio até ao lugar da Lixa, que ainda pertence a Covelo, e para o qual podíamos seguir directamente através dos caminhos da freguesia, se não fosse mais cômodo, e mais pitoresco também, ir navegando Douro acima.»

Temos a honra e gratíssima satisfação de mimoso-snar os leitores com um trabalho primoroso da autoria do mui ilustrado gondomarense, o Ex.^{mº} Sr. Joaquim Martins dos Santos Rocha, natural da freguesia de Covelo e que a meu pedido escreveu a monografia desse seu berço natal, propositadamente para fazer parte desta obra. Um pequeno trecho que se referia à parte arqueológica, destaquei-o para o capítulo III e pode ler-se nas páginas 22, 23 e 24 deste volume.

Segue o apreciável documento:

«A freguesia de Covelo assenta em terrenos xistosos sedimentares da era primária, paleozóicos, dos períodos: câmbrico, silúrico e carbonífero, sendo o primeiro o de maior possança e o último o menor, principalmente a Sueste de Vale de Melro; nele se acham as minas de carvão de Midões; é muito fossilífero, bem como o silúrico inferior (ordóvico) que se lhe segue pelo nascente, onde aparecem muitos trilobites...

Estes terrenos apresentam uma estratificação muito regular; os estratos seguem a direcção Sueste-Noroeste, estão reduzidos a sinclinais, tendo desaparecido as anticlinais, devido à denudação por efeito dos agentes atmosféricos; a inclinação varia entre 65º a 80º para Oeste.

Entre estes xistos há numerosas intercalações de quartzites e conglomerados, o que deu origem à grande acidentação desta freguesia, pois que numerosos vales têm sido cavados nos xistos argilosos e micáceos, de menor resistência, subsistindo a parte protegida pelos bancos de quartzites e conglomerados, formando montes e outeiros que em ondulações regulares descem da Serra dos Aços, limite nascente desta freguesia, até ao rio Douro.

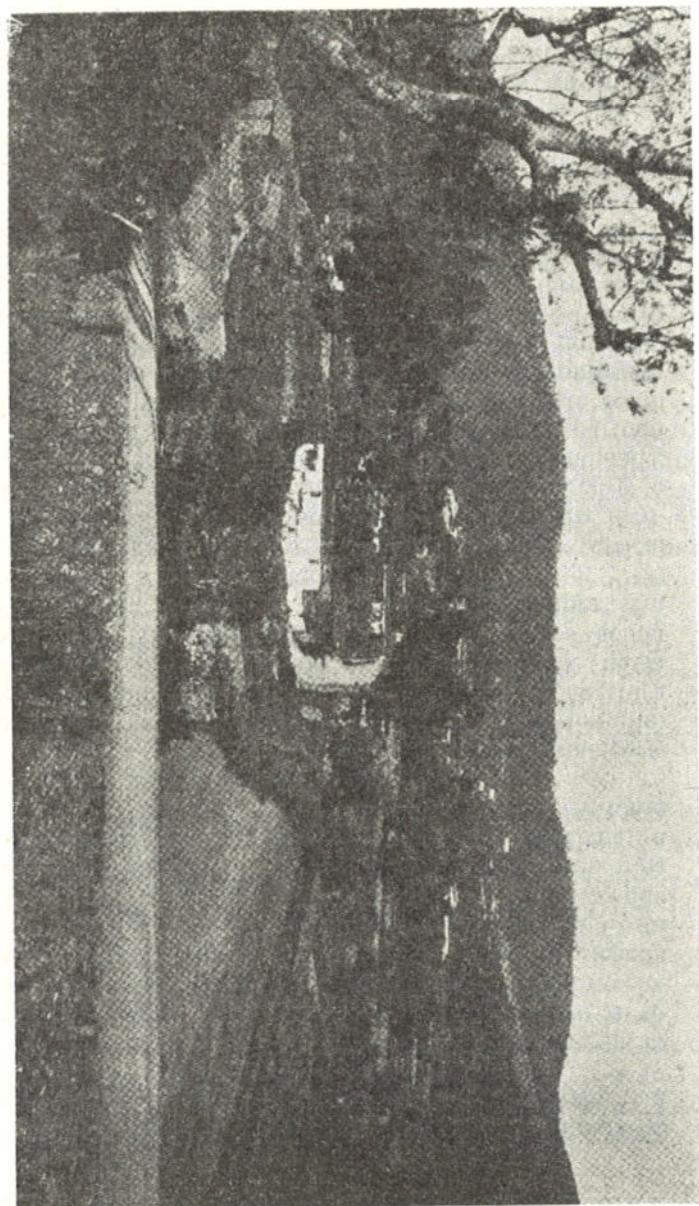
Há aluviões quaternárias nos vales, à margem dos ribeiros que descem para os rios Douro e Sousa, nas margens do Sousa, principalmente em Mosqueiros, parte inferior do lugar do Covelo, a começar na Capela, Conchadas e Oliveira da Vila, onde se depositaram os

produtos do corte da Serra dos Aços, feito pelo rio entre a Peneda e Valongueda, constituídos por barros e calhaus rolados, assentes muitas vezes sobre um leito de areia.

O rio Sousa passa nesta freguesia de Nordeste para Sudoeste; as suas águas são represadas em cinco açudes e fazem mover os moinhos das casas respectivas, a saber: casa dos moinhos da Peneda, Poldras, Cabanelas, Ponte e Golela, todos de moer milho.

Os ribeiros principais, seus afluentes, são na margem direita: o de Midões que desce do lugar do mesmo nome para Além do Rio, cujas águas eram nocivas aos campos enquanto trabalhavam as minas de carvão; o de Vale Vilar que corre pelo vale do mesmo nome para Porto de Bois e o do Cravelo que vem dar à varga de Centiais. Na margem esquerda há o de Vale de Melro que tendo a sua origem no Tintureiro (Serra dos Aços) passa ao Sul da Agra do Covelo, onde no inverno faz mover alguns regatos, (moinhos) indo desaguar junto à Ponte; o dos Valos que desce da Igrejinha e vai ter ao Sousa, abaixo de Trancosa; o de Vale de Ponte recebe as águas da Feiteira e Escusa e tem um moinho ou regato na Ribeira onde termina e o do Tarroeiro que tem outro moinho e em parte do seu percurso serve de limite entre Jancido e Covelo.

Afluentes do Douro (margem direita): o ribeiro do Carvalhal que passa pelo Fojo; na sua descida das Pedreiras recebe o ribeiro de Vale de Salgueiros, que vem da Fonte do Quartilho, faz mover alguns regatos ou moinhos abaixo do Carvalhal, passa ao Sul de Leverinho e pouco antes de entrar no Douro, no esteiro da Lixa, junta-se na Eira Velha com o ribeiro do Couce, cuja parte superior se denomina do Corgo; muito forte em águas, os seus regatos moem todo o ano à presada. Há ainda o de Boialvo que desce da Fonte Morteira.



VISTA PARCIAL DA FREGUESIA DE COVELO

Fontes potáveis nomeadas pela pureza, limpidez, frescura e sabor da sua água há a do Cravelo, em Covelo e a do Loureiro em Leverinho.

Encontram-se nesta freguesia, na sedimentação câmbrica, várias minas de antimónio e quartzo aurífero. A de Montalto, com as concessões do Cravelo, Golela, Altinho das Lajes, Midões e Rego da Peneda pertence ao Sr. Dr. Gaspar Borges de Castro da Costa Leite, do Porto; a do Carvalhal e Vale da Infesta, que pertencia à antiga C.^{ia} das Minas Riba-Douro, são hoje dos herdeiros do Dr. José Maria Pereira de Lima; a do Fojo e Tapada da Escusa dos herdeiros de António Martins da Silva, de Pessegueiro do Vouga.

Destacou-se pela grandiosidade das suas instalações, duração e resultados da sua lavra — a de Montalto, que tendo começado em 1864, ou antes, com a abertura da galeria de S.^{to} António, — em sítio onde havia vestígios de trabalhos antigos — a 36 metros acima do rio Sousa, só fechou, tendo laborado sempre sem interrupção, a 30 de Setembro de 1899.

Tinha esta mina dois poços mestres: um vertical de 76 metros, ia até o piso interior n.^o 3; outro inclinado, aberto sobre o plano do filão cujo declive é de 48° 15', com cento e tantos metros de profundidade, ia abaixo do piso n.^o 8. De todos estes pisos partiam galerias na direcção do filão, tanto para Noroeste como Sueste, tendo algumas delas 190 metros de comprido; o mais rico em antimónio foi o n.^o 4, onde apareceram galenas completamente puras, em meios, até 1 metro de espessura; em quartzo aurífero e argentífero foi o piso n.^o 6 que deu pepitas de ouro com 12 gramas de peso.

A produção da área metalizada sobre o plano do filão orçou por 390 quilos de galenas de antimónio por metro quadrado.

Os quartzos auríferos e argentíferos foram lançados em parte com os xistos nas vertentes da mina, outra parte serviu para enchimento das escavações de desmonte, algum foi remetido para os laboratórios ale-

mães e o resto foi lançado à parte. O que foi enviado para a Alemanha rendeu até 1899 — 13 quilos de ouro e 7 de prata; o quartzo apartado foi triturado nos pisões da Referta desde 1895 a 99, sendo só em Fevereiro de 1896 despachado para a Alemanha 7,5 quilos de ouro; rendia em média 40 gramas por tonelada.

Quem quiser fazer ideia do que foram as instalações da Mina de Montalto deve ver umas fotografias apensas ao processo em que foram AA. Viscondessa de Oliveira e outros e RR. Martin Cohn e outros, cartório do escrivão Melo, Relação do Porto, 1901.

Esta mina, como todas as outras desta região, não tinha oficinas para a fusão do antimónio, pelo que tinha de exportar o minério para Inglaterra, do contrário vendê-lo-ia com maior lucro para Nova Iorque; para preencher esta lacuna montou o Dr. Pereira de Lima, na Quinta de Boialvo, uma fundição para tratar todo o minério; dessa oficina só restam vestígios.

Os motores para o serviço de esgoto das águas, extracção do minério dos poços e Trituração do quartzo aurífero na Referta eram uma roda hidráulica de 8 metros de diâmetro, de 30 H.P. e duas turbinas: uma de 27 H.P. que extraía os minérios e os preparava na antiga lavagem; outra grande, de 150 H.P. que por meio de um cabo tele-dinâmico movia as oficinas de preparação do ouro da margem esquerda do Sousa.

A água do rio Sousa accionava a roda hidráulica longo canal de mais de três quilómetros, com 2 metros e as turbinas; vinha do açude da Devesa por um de largo e 1,20 m de profundidade; a altura da queda útil no local da mina era de 11 metros.

No verão não podiam trabalhar as turbinas por os lavradores de Covelo precisarem da água do rio para os moinhos e rega dos campos marginais; fun-

cionava então uma máquina auxiliar de 14 H.P. para o esgoto dos poços, outra de 7 para a extracção do minério e uma de 25 para a sua preparação; duas caldeiras a vapor e uma escandecente moviam as serrandas, aparelhos classificadores, separadores hidráulicos, quebradores, trituradores, elevadores, etc., etc. ...

A casa da administração, escritórios, oficinas de extracção e preparação do mineral, carpintaria, forjas de ferreiros, casa da malta e turbinas eram na margem direita do Sousa, ligadas por uma ponte de madeira com as instalações da Referta, construídas pela Goldbergban am Duero arrendatária da Mina desde 1894 a 99, e de que foi director o engenheiro António de Bessa Pinto; constavam de cinco baterias de pisões, trituradores de quartzo, igual número de mesas de amalgamação, rodas para lavagem das lamas, tanques de depósito das mesmas e laboratório químico para a purificação do ouro, à frente do qual estava um químico polaco; todos estes maquinismos vieram da Alemanha e foram assentes por técnicos alemães.

Os produtos da Mina foram premiados em várias exposições a que concorreram. Na de Filadélfia de 1876 recebeu o primitivo concessionário António Martins Henriques uma medalha de prata; na Exposição Industrial Portuguesa de Lisboa de 1890 teve a Companhia das Minas de Montalto uma de ouro e na Exposição Universal de Paris de 1900 foi concedida uma medalha de prata ao Sr. Dr. Gaspar da Costa Leite.

Estiveram à frente desta Mina sempre engenheiros alemães: Gustavo Cudell, Henrique Schreck, etc., tendo um dos técnicos da mesma nacionalidade constituído família e deixado descendentes em Covelo.

Parte dos maquinismos da Referta foram levados para a Mina das Banjas (Melres) e o restante vendido em 1906 para a sucata; os últimos maquinismos de Montalto, incluindo as turbinas, foram desmontados

em 1931 e tiveram igual destino — quebrar para a sucata.

Quem hoje contemplar as ruínas não faz ideia da riqueza que dali saiu, nem do esplendor passado. *Sic transit gloria mundi.*

As Minas do Carvalhal e Vale da Infesta pertencentes à C.^{ia} das Minas Riba-Douro, fundada em 1884, estavam no ano seguinte em plena laboração; estes jazigos têm o carácter de filão de fenda, apresentando-se os de antimónio e quartzo aurífero com variados rumos e inclinações.

As do Fojo e Tapada da Escusa pertenciam a António Martins da Silva, de Pessegueiro do Vouga e trabalharam pela mesma época.

As minas de carvão de Midões compreendiam não só as do mesmo lugar como as de Campelo e Vale de Melro; nas segundas, cujas pesquisas deviam ter começado em 1856, deram-se por várias vezes explosões de grisu com acidentes mortais, pelo que os mineiros tinham de usar lâmpadas de segurança; o terreno é muito move-díco e obriga a gastar grande quantidade de madeira em escoramentos.

O caminho de ferro de via reduzida, de Midões para a Foz do Sousa, começou a funcionar em Abril de 1919; tinha sido iniciado dois anos antes. Estas minas cessaram a sua laboração em Janeiro de 1927, devido à crise financeira.

As Pedreiras das Lousas, de Hastings & C.^{ia}, na encosta da Serra dos Aços, sítio denominado Chão do Fojo e Porqueira, estiveram em activa exploração aí por 1870; a oficina de preparação (serrar e aplinar) da lousa era nas azenhas de Manuel de Castro Martins, à margem direita do Sousa; alargaram a primitiva ponte da Câmara em 1869, para que os carros pudessem passar, pois só dava trânsito a peões e cavaleiros. Esta ponte, alteada um metro em 1879, subsistiu até princípios de 1929, sendo substituída pela actual com pegões de pedra e cimento e tabuleiro de madeira de

eucalipto, que fica alguns metros mais alta e por ela passa a estrada de Melres.

Devido à ardósia das Pedreiras se esfoliar com facilidade, sob a acção dos agentes atmosféricos, deixou de ser procurada e pararam as Pedreiras alguns anos depois.

Em 1922 estabeleceu-se na Oliveira da Vila a *Cerâmica Rio Sousa, L.^{da}* para o fabrico de lares, telha nacional e francesa, tijolo e louça, tendo balancé, dois fornos, etc.

Era bem escolhido o sítio, pois os grandes desmontes de barro que aí se vêem, bem como na Lameira e monte do Côjo, mostram que em tempos antigos, talvez dos romanos, existiu ali uma indústria importan-tíssima. Se se lavrar mais fundo no campo da Lameira, base do monte do Côjo, a relha do arado levanta pedaços de telhas. Adiante da Oliveira da Vila estão os campos de Figueiró (*Figulariolus*); ora *figulus* significa oleiro. Dum lado os restos da telha que aparecem, do outro a toponímia provam-nos a existência de uma indústria que utilizou todo o barro que falta e cuja importância nos é atestada pelo volume desaparecido⁽¹⁾.

Cessou a sua laboração por falta de capital e em 1927 veio o engenheiro ceramista alemão Lederbach para estabelecer o fabrico de louça Langlyware; achava óptimos os barros da Oliveira da Vila, como os de Vale de Melro, camada de barro branco e de cor que segue por nascente do carbonífero. O barro da Oliveira da Vila é no seu dizer um barro que não tem semelhante a não ser em Inglaterra e Alemanha.

A falta de capital obrigou-o em 1928 a seguir para Barcelos, estando hoje em Ermesinde na Cerâmica ali existente.

Os lugares principais da freguesia de Covelo são: o lugar do mesmo nome que é a sede, na

⁽¹⁾ Vid. a parte arqueológica deste vol., págs. 22 a 24, sobre toponímia de Covelo.

margem esquerda do Sousa, muito saudável; é atravessado pela estrada de Melres, tem belos campos, pomares de fruta e oliveiras; Leverinho, pouco distante do rio Douro, muito agrícola; Lixa, à margem do Douro, população de operários fabris, barqueiros, alguns lavradores e monteiras; a Serra, na encosta da Serra dos Açores, a nascente de Covelo, população de mineiros e carvoeiros, é povoação do século passado, bem como as Conchadas e Lajes; Midões, na encosta da Serra do mesmo nome, num vale exposto ao Sul; Montalto e a Cruz, na margem direita do Sousa, sendo este último do século actual; a Ribeira, à margem esquerda do Sousa, no caminho que segue para Leverinho; o Carvalhal (a nascente de Leverinho) e Boialvo, notável pelo seu olival, ao Norte da praia da Lixa e o Redondelo ao pé.

É muito abundante em caça: lebres, coelhos e perdizes, havendo bastantes caçadores. Não há porcos monteses desde os princípios do século XIX. Conta-se que o último fora morto a tiro no Lameiro da Insua, a juzante do açude de cima da Devesa, numa batida que os moradores de Covelo e Aguiar de Sousa lhe fizeram, devido aos estragos no milho dos campos marginais do Sousa. Abatido ele, tanto uns como outros alegavam tê-lo morto; estiveram para chegar a vias de facto; triunfaram os de Covelo que o trouxeram para o Largo dos Chães, onde esteve em exposição, levando-o depois ao Governador Civil do Porto.

Os lobos desapareceram aí por 1860; tinham sido muito abundantes; ainda em Leverinho existe um vale denominado — o Vale da Loba; causavam grandes estragos nos rebanhos de ovelhas; daí a guerra implacável que lhes fizeram.

As raposas são raras e só nos montes que limitam com Medas.

Na toponímia local há, em torno desta povoação de Covelo, três sítios denominados Covas da Raposa, indício da existência de cavernas pré-históricas: um

na encosta de Montalto, outro na Devesa (à entrada da cancela) e o terceiro numa tapada do Ferraz, a Sudoeste da Escusa.

As lontras eram muito vulgares no rio Sousa, devido à abundância de peixe; na primavera, no tempo do cio, brincavam aos bandos na areia das margens e nos açudes, soltando gritos, em noites serenas de luar, que imitavam a voz humana.

As pessoas timoratas que os ouviam e não conheciam a sua origem, atribuíam-nos a fantásticos bandos de bruxas que, de saia branca e batendo palmas, se banhavam no rio acompanhadas do demónio.

Hoje são raríssimas as lontras, tendo terminado também as histórias de bruxas, muito vulgares no século passado.

Existem açores na serra a que deram o nome, nidificando ainda actualmente na encosta nascente, nos grandes pinheiros e eucaliptos. Quem visitasse o Palácio de Cristal do Porto, na última década do século passado, via dois açores, em gaiola própria, que João Martins da Rocha tinha mandado tirar dum ninho, feito num pinheiro alto da Devesa, a pedido do engenheiro de Montalto, Gustavo Cudell, que os criou e ofereceu à Direcção do Palácio. Criavam aí de preferência, porque a Devesa era então uma densa floresta de carvalhos e sobreiros seculares, castanheiros, pinheiros, medronheiros, loureiros e eucaliptos, destruída há anos pela ocasião da inflação.

Além das espécies botânicas nacionais, há algumas exóticas aclimatadas: *juglans nigra*, em Boialvo, robínias, austrálias, mimosas, hakeas salignas, nas Pedreiras, *cupressus glanca* e eucaliptos: (*rostrata* e *globulus*), havendo destes últimos, plantados alguns hectares, em Montalto e Serrinha.

Das espécies nacionais há lódãos, choupos, pinheiros marítimos, vestindo os vales e serras, pinheiros mansos, alguns gigantes, em Mosqueiros e Lameira; muitos

sobreiros e carvalhos de grande desenvolvimento, de que poucos exemplares restam devido à destruição que têm sofrido; com a lande e bolota engordava-se muito porco.

Os castanheiros, em grande abundância, marginavam o ribeiro da Agra e Vinhas; em casa de Maria Moreira dos Santos (Lagareiro) há um tronco com 1,10 m de diâmetro; era dum castanheiro derrubado por um temporal no Tapado, no ano de 1853. Já há exemplares japoneses plantados, como mais resistentes à moléstia que destruiu quase todos os antigos castanheiros nacionais.

Existem camélias, roseiras, magnólias, etc.; boas pereiras, macieiras, ameixeiras, cerejeiras, figueiras, nogueiras, belas laranjeiras, tanto doces como azedas, tangerineiras e limoeiros que nos encantam com seus frutos dourados; dir-se-ia aqui o país querido de Mignon !

Kennst du das Land, wo die Zitronen blühen,
.....⁽¹⁾

Havia nesta freguesia, há uns quarenta anos, muitos colmeeiros, possuindo colmeias aos centos, que, anualmente, em fins de Maio as mudavam para a Maia (apicultura pastoril). Terminado o monte temporão, levavam os cortiços à cabeça e em animais de carga para S. Julião (Santo Tirso) e Sobrado (Valongo); iam buscá-las pelo S. Tiago, cheias de mel, findo o monte serôdio.

A viagem era uma festa, feita ao som de violas e das cantigas das raparigas; hoje tudo terminou, só resta a lembrança; com a arborização dos montes e com o corte periódico e amiudado dos matos (tôjo e queirô), as abelhas começaram a não dar; os poucos

(1) Conheces a terra onde florescem os limoeiros,

cortiços que ainda restam são mais para recordação do que fonte de receita. Colmeias móveis há três !

Carneiros e ovelhas poucos existem — são merinos — o que contrasta com a abundância dos séculos passados em que a lã dos numerosos rebanhos era fiada e tecida em casa, dando esta indústria caseira lugar à existência de um pisão de burel, já no século XVII, pertencente aos Cunhas. Cabras há bastantes, principalmente na Serra, apesar de as posturas municipais proibirem no concelho a existência de rebanhos.

Os bois dominam e fazem todos os trabalhos, tanto de transporte, como os serviços agrícolas (raça barrosã); há várias vacas de leite, de raça pequena.

No rio Sousa pescam-se muitas trutas, enguias, barbos e bogas; os nomes de Enguiero e Barbosa atestam a riqueza piscosa deste rio. O uso do perrexil, dinamite e carboneto de cálcio e a falta de fiscalização no tempo da desova, tem diminuído muito a antiga abundância. Antigamente pescava-se muita lampreia nos caneiros dos açudes, tanto que alguns prazos impunham-nas como fôro; hoje tudo isso terminou a montante da Companhia das Águas cujo açude elas não sobem.

Nas pesqueiras do rio Douro apanhavam os habitantes de Leverinho muita lampreia e sável, sendo este último objecto de fôro, com o valor de 140 réis em prata, em 1767. Actualmente os pescadores são da Lixa.

Havia em Covelo três casais foreiros ao convento de Bustelo : a quinta do Fontão Seco, a quinta do Fundelo ou Quebrada da Quelha e o casal da Costa de Além; um foreiro ao Cabido do Porto; seis meios casais ao convento de Cete e o minúsculo casal de Arroteia; e quatro meios casais da Comenda de S. Tiago de Fonte Arcada (Ordem de Cristo), pertencentes no princípio do século passado ao Marquês da Fronteira, com sede em Vila Cova da Lixa. O casal da Ribeira era foreiro a Bustelo.

Em Leverinho os casais que havia eram foreiros a Cete, a Bustelo e um à Comenda de Santo André de Lever (Ordem de Cristo).

D. Afonso Henriques doou em 1133 metade da vila de Leverinho ao convento de Cete, pela mesma época; mas posteriormente devia ter sido doado o resto e analogamente em Covelo. Os casais pertencentes à Ordem de Cristo desde 1321 foram doados anteriormente pelos reis aos templários.

A sequência desta exposição vem, como já ficou atrás dito, nas páginas 22, 23 e 24 deste volume; e depois continua:

Estas duas vilas ou lugares (de Covelo e Leverinho) foram organizados em freguesia — de Santa Maria de Covelo, não se sabe em que época; os seus livros do registo paroquial começam em 1595; existem três até 1806.

Consta que antes de ser construída a igreja no local onde está, existiu em Vale de Melro a capela de S. Gonçalo; ficando a Nordeste o outeiro do Calvário; pertencia a igreja ao convento de Cete; tem no corpo principal dois altares de talha dourada antiga, etc., (¹)... esteve anexa julgo que até 1742 à de S. João da Foz do Sousa; foi seu primeiro pároco conhecido Manuel de Sousa dos Santos. A Nordeste da igreja fica o Outeiro das Cruzes onde no século XVIII existiu o calvário.

A capela de Leverinho, da invocação de S. Martinho cuja festa se celebra no primeiro domingo de Maio, foi mudada em 1752, do monte de S. Martinho para o local onde se acha.

As últimas casas de Leverinho, da de Prado para baixo, pertenceram até pouco depois desse ano, sob o ponto de vista religioso, à freguesia de Santo André

(¹) Tanto a igreja como a residência paroquial, tais como estão, são obra da terceira década do século passado; foram aumentadas nessa ocasião e precisam de ser reconstruídas, devido ao aumento de população da freguesia.

de Lever; contudo, territorialmente, formavam Covelo, Leverinho e Lixa já no século anterior um todo, como se vê pela demarcação feita, por causa dos dízimos em 1699, pelo convento de Cete, com Medas: — «E da portela de Broalhos discorre pelo Ribeiro abaixo que chamam o Corgo ...até Pena Cubela, atravessando o monte a um penedo grande que tem uma cruz e deste penedo discorre ao monte da Lameirinha... e deste discorre ao rio Douro aonde chamam a Onsinha aonde acaba a dita divisão.»

Dos párocos desta freguesia os que mais tempo a paroquiaram foram Joaquim Álvares de Aguiar, passou de quarenta anos, falecido em 1835 e o actual António Moreira de Oliveira, que está aqui desde 1899; coincidência notável: ambos naturais de Jovim. Ao Rev. Moreira de Oliveira devemos a construção do cemitério paroquial, feito por subscrição em 1909, tendo contribuído com a maior quota. Sacerdote exemplar, inteligente, instruído e dotado de grande bom senso, soube sempre conservar através da tormenta política dos últimos anos a estima profunda dos seus paroquianos e... os livros do registo paroquial!

Há duas escolas mistas de instrução primária: uma em Covelo, outra na Lixa. Após o advento da República transformou-se em mista a masculina de Covelo, criada em 1864, sendo seu primeiro professor o P.^o José Gomes Pereira; tomou posse em 1869, mas pouco tempo deu aula, seguindo-se-lhe anos depois Luiz das Neves Lobo, natural de Recarei; ensinou durante quarenta anos; tendo começado em 1876, aqui constituiu família e faleceu em 1925. Estivemos muito tempo sem escola, após a sua aposentação, por falta de casa e mesmo agora o seu funcionamento é tão irregular que pouco aproveita.

A da Lixa criada em 1911, por falta de casa, só foi provida em 1925 e é sua professora D. Cristina Cramês.

Em vista do exposto, não pode deixar de ser grande o número de analfabetos.

Há em Covelo um talho, dá carne aos sábados; existem três mercearias em Covelo, uma na Serra e outra nas Lajes; vivem do comércio local; contudo a construção da estrada de Melres deve, com o aumento de trânsito, dar-lhes vida. Em Boialvo há uma e na Lixa três; sustenta-as a gente da terra e a tripulação dos barcos que sobem e descem o Douro.

Realizava-se aqui, no dia 12 de cada mês, uma feira de gado bovino; era no Largo dos Chães; há anos que terminou; tinha sido inaugurada a 12 de Março de 1883.

Havia em Covelo três engenhos de moer linho; hoje não há nenhum, devido a ter diminuído a cultura por causa da invasão dos algodões; em Leverinho havia dois e só funciona um na actualidade.

Engenhos de azeite — lagares de vara — há três na freguesia, dois em Covelo, sendo o mais antigo do século XVIII — o do Lagareiro, e um em Leverinho, data de poucos anos; laboram a azeitona colhida na freguesia e a de alguns lugares estranhos.

As cinco casas de moinhos que existem no Sousa dão lugar à existência de muitos moleiros que com animais de carga vão às freguesias circunvizinhas buscar as sacas de milho dos lavradores e farinheiros para moer.

O lugar de Covelo desenvolveu-se pouco agricologicamente até meados do século XVII; resolveram então associar-se para a construção do açude e levada da Peneda para regar com a água do Sousa os campos de Mosqueiros e Porto de Bois; o primeiro compromisso para esse efeito é de 1642. Construiram o rego da margem esquerda para regar os lameiros da Peneda e Pego Negro, etc., em 1690; e finalmente, em 1712, lavraram novo compromisso para levar a água pelas duas margens, dum lado até ao Côjo e do outro até Trancosa; mas ainda em 1795 os regos não tinham atingido o limite, como se vê por um pleito que o

Morgado Plácido Carneiro lhes moveu pelo prejuízo que sofria nos seus campos do Midelo e Referta, por falta de largura e nivelamento; só em meados do século passado o atingiram. Pleitearam por causa da água do rio Sousa com a Mina de Montalto em 1878.

Em 1673 fizeram outro compromisso para regular a partilha da água de Vale de Melro, Marrinha, Valinho e Cavada da Serra, presa da Agra e da Fonte, dando a cada casal o seu giro de nove em nove dias. Em 1854 celebraram uma conciliação pela qual consorte algum podia minar nas encostas de Vale de Melro e que hoje ninguém cumpre, com o que todos sofreram.

Tem-se notado aqui o fenómeno da dissecação comum ao nosso planeta; as nascentes de água têm diminuído muito e algumas até desaparecido, fenómeno puramente geológico sobre o qual a arborização não tem influência, porque as serras acham-se cobertas de pinheiros, o que não sucedia nos séculos passados. Era tão abundante a corrente do ribeiro do Corgo que movia uma azenha no sítio da Mina, designando-se o caminho que para lá vai: Carreira da Azenha.

Irrigados os terrenos, a agricultura desenvolveu-se muito; aumentou a área cultivada, dizendo um documento de 1712 que cada casal inteiro lavrava 14 a 15 carros de pão.

A cultura continuada saneou os terrenos marginais do Sousa, desaparecendo as maleitas a meio do século XIX, que até então eram endémicas, definhando a população; voltaram em 1880 com a cultura do arroz em Cabanelas por Leonardo Moreira da Cunha; mas a proibição da cultura pela autoridade administrativa fez cessar o mal.

Cultivavam com esmero as melancias, notáveis pelo seu tamanho e sabor; todos os anos iam carros e carros delas para a praia da Lixa, donde em barco seguiam para o Porto; aplicavam na adubação muitos

barcos de estrume. Semeiam também nabais e ervilhas para vender no cedo.

Há muitas oliveiras, existindo antigamente até nos montes; tratam-nas com muito amor; não as varejam, colhem a azeitona à mão.

Destruídas as videiras nacionais pela filoxera, substituíram-nas pela Isabela, que nos sítios regados se desenvolve magnificamente, produzindo muito; contudo alguns lavradores progressivos já vão plantando cavalos americanos resistentes para enxertar as nacionais, voltando a ter o vinho verde.

Para que a agricultura se desenvolva como deve e obtenha o lugar que lhe compete, é preciso empregar os adubos químicos aliados ao estrume, e isto metodicamente e não a medo, como um ou outro já faz; usar as novas charruas Brabant e todas as máquinas que auxiliam o trabalhador e aumentam a produção; só então a terra retribuirá generosamente todas as despesas e canseiras.

Viveram até 1703 no regime do compáscoo dos montes, aforando-os nesse ano ao Marquês de Fontes pelo foro anual de 500 réis com o fim de os repartir, sendo cabeça de prazo Manuel João, da aldeia de Leverinho.

Figuram nesse documento dezasseis moradores de Leverinho, quatro da Lixa, um do Carvalhal, um de Redondelo, dezassete de Covelo, todos com as respectivas consortes; de Midões não figura ninguém, porque os dois meios casais pertenciam a Jerónimo Carnéiro, da Quinta de Fontão Seco, prazos de livre nomeação de que era senhorio directo o Marquês de Fontes. Transcrevemos do emprazamento: — ...e logo se mediu e demarcou todo o maninho reguengo despovoado que tem de comprido do Norte ao Sul três mil seiscentos e cinquenta e quatro varas que é demarcado do Sul do Ribeiro do Corgo aonde está um marco e vai pelo caminho dar a Peneda aonde se chama o

moinho do Bico⁽¹⁾ no rio Sousa, e de largo de Nascente a Poente três mil duzentas e cinquenta e cinco varas, começando a medir do Nascente e portela do Chão do Fojo, parte com a Serenada, águas vertentes, e vindo pela estrada ao Penedo do Sardão (existe hoje aqui um marco geodésico), águas vertentes, partindo com Jancido, e dentro desta medição fica um pequeno monte dalém do rio Sousa que entra nesta medição com o monte de Centeais até a ponta de baixo de Inguieiro, parte com a aldeia de Gens, parte todo este monte do Nascente com o monte maninho de Aguiar de Sousa, Poente com a freguesia de Sousa, Norte com o rio Sousa, Sul com o monte maninho da freguesia das Medas, tudo dele senhorio; nesta medição, dentro dela, ficam todas as casas e lavouras e cavadas e montes partidos da aldeia de Covelo e Lebrinho, com que esta medição comprehende todas as propriedades, porém neste prazo são somente os maninhos reguengos despovoados que ainda não estão emprazados, levarão estes todos de semeadura, o maninho despovoado cento e

(1) Fala-se no documento citado no Moinho do Bico: o banco de quartzite que separa a Peneda da Devesa terminava junto ao rio num *bico* que impedia a passagem e que João Martins da Rocha mandou destruir em 1870 e tal, para que sua mãe Rosa Martins de Castro pudesse ir pela margem do Sousa para a Devesa.

Estamos desde agora ligados pela estrada camarária com a Vila de Gondomar e com o Porto; falta-nos ainda uma estrada que nos ligue a Leverinho e Lixa, pois a praia da Lixa continuará, em vista da barateza do transporte pelo Douro, a ser o local para onde convergirá o transporte de lenhas e o mais que há-de ir para o Porto, assim como será o ponto de desembarque das mercadorias lá compradas.

Não há telefone, houve-o no tempo das Minas. Temos em Covelo uma caixa de correio, outra em Boialvo e terceira na Lixa.

Desde 1860 em diante a lavra das diversas minas deu muita vida a esta região; após a sua paralisação os habitantes emigraram ou para outras minas no País ou procuraram no Brasil (Rio de Janeiro) angariar o sustento para os seus.

sessenta razas de pão centeio, porém é terra fragosa e montanha incapaz de semear a maior parte dela...

Volvidos 140 anos, estavam os montados repartidos, condição indispensável para a sua arborização, excepto uma pequena parte da Serra dos Açores e da Valongueda que ainda se conserva.

Estiveram na Grande Guerra — na Flandres — cinco soldados de Covelo: dois, José Moreira Alves e Joaquim Martins da Silva, voltaram sãos e salvos; Manuel Moreira dos Santos, ferido em combate foi reformado e recebe uma pensão, são os três de Leverinho; António Ferreira, tendo apanhado os gases, faleceu de doença pulmonar em 1927 e Delfim Martins de Sousa, vive de saúde; eram ambos da Lixa.

A quinta do Fontão Seco em Covelo pertenceu a uma das mais distintas famílias do País — a dos Carneiros.

Iam buscar a sua ascendência a João Carneiro, descendente dos duques de Mouton, em França, que viveu na cidade do Porto, de que se diziam *cidadãos*, na primeira metade do século XIV. Os membros desta família desempenharam lugares muito importantes tanto no reinado de D. João II (colonização da Ilha do Príncipe), como nos de D. Manuel e D. João III de que Francisco Carneiro foi secretário e um deles, no século XVII, foi 2.º Conde da Ilha do Príncipe e Capitão-Mor da Capitania de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, casando com uma filha do 1.º Marquês de Minas.

A quinta pertencia no princípio do século XVII a Cosme Aranha que a deu em dote a seu genro Plácido Carneiro; este deixou-a ao filho P.º Plácido Carneiro da Silva; no fim do século estava senhor dela Jerónimo Carneiro de Albuquerque, *cidadão* da cidade do Porto, que julgamos filho do 2.º Conde da ilha do Príncipe por casar com uma filha de D. Luiz Queixada, no Rio de Janeiro, onde tinha filhos casados; antes de

1692 residia ora no Porto ora em Covelo, passando por fim a viver na quinta com seu filho e sucessor Plácido. Melhorou a casa e encheu-a de preciosidades: quadros, mobiliário (bufetes de pau preto marchetado de marfim, leitos de pau preto de pavilhão com seus balaústres, etc., etc.), roupas e jóias. Aumentou os campos, plantou árvores e fez um engenho de azeite nas azenhas e não sabemos se a linda capela e o belo portão de entrada foram obra sua ou de seu filho Plácido Carneiro de Albuquerque e Silva, casado com D. Maria Isabel de Albuquerque, de Paiva (Fornos), e que em 1710 fez obras nos muros da capela, se bem que já em 1668 existisse no mesmo local uma ermida.

É notável a energia com que este defendia os seus montados dos gados e ataques dos moradores de Covelo, chegando a mandar disparar tiros sobre os bois, espancar pessoas, etc. Num documento da época em 1711 queixam-se nos seguintes termos: «não temia o ser preso de espancador e matador por cujas culpas e outras mais o tinham denunciado a sua Real Majestade que Deus Guarde cujos capítulos estão com provisão para informar em poder do Corregedor desta Comarca»...

Sendo isto e vendo o que se passa à nossa volta com o corte de lenhas e invasão da propriedade pelos gados, destruindo as plantações florestais dos mais cuidadosos, somos levados a dar razão ao velho morgado que por meios violentos, impróprios da actualidade, exercia entre esta gente uma acção educativa. Se ele pudesse ressuscitar...

A este sucedeu seu filho do mesmo nome, falecido ainda novo em 1747; foi inventariante a viúva D. Maria Vitória de Sousa, ficando a Quinta do Covelo (abrange os montados de Valongueda, Campelo, Montalto, Serrinha, Cravelo e Campos de Midelo, Azenha e Referta com as Conchadas), o Casal de Midões (os

medidos) e o seu morgado chamado dos Aranhas, a cortinha ao Sousa e a Quinta de Gens com seus casais — ao filho Duarte. Morto este, sucedeu-lhe seu irmão Plácido Carneiro de Albuquerque Aranha e Silva, falecido em 1829 com 92 anos, no estado de solteiro; foi amortalhado no hábito dos religiosos de S. Francisco e jaz sepultado na capela da quinta ao lado de seus maiores. Deixou por herdeiro o Visconde de Beire, Manuel Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto de Miranda e Figueiroa, de que são representantes os Viscondes de Rezende; diz-se que, tendo mais herdeiros, escolhera o Visconde para *ensinar* os de Covelo; contudo este declinou o encargo; nunca aqui residiu e vendeu a Quinta em 1846 a Manuel de Castro Martins, o Brasileiro.

Foi toda a vida um lutador infatigável na defesa dos seus montados e águas que os de Covelo lhe contestavam, manejando os prazos e velhas sentenças, nos numerosos pleitos judiciais, com a mesma perícia e galhardia com que os seus antepassados empunharam a espada no Ultramar ou emitiram a sua opinião nos conselhos dos reis da segunda dinastia. Conta-se que tinha em grande estimação uma pêga doméstica, muito loquaz, que lhe dizia tudo o que a criada praticava; resolveu esta desfazer-se dela, cosendo-lhe a extremidade inferior do tubo digestivo. Quando o Morgado regressou a casa, a pêga bem palrava: Pêga, cu cosido!, Pêga, c... cosido! Não a percebeu e só depois de morta, tarde e a más horas, soube o que a tinha vitimado.

Vivendo só e sem família, foi roubado, pouco tempo antes de morrer, por uns parentes de Paiva; diz-se que temiam que fosse herdeira a criada. Apresentaram-se uma noite mascarados, amordaçaram os que aí viviam e levaram algumas azémolas carregadas; este grande desgosto apressou a morte do velho fidalgo.

Esta família possuía duas capelas: uma na Quinta de Covelo, da invocação de S. Plácido e outra em Gens — de S. Roque.

Sobre a verga do portão, na quinta de Covelo, assentam duas pirâmides, de cujo lado interno sobem duas pedras espiraladas em sentido inverso nos topos,



CAPELA DA QUINTA DE COVELO

apoando-se superiormente na pedra do escudo ao meio.

O campo do escudo é tripartido por duas secantes que descem do meio do lado superior, vê-se em cada divisão uma flor de liz, cobrindo a origem das secan-

tes um pequeno escudete com uma águia, subindo em voo vertical — símbolo das aspirações dessa família —; como timbre o elmo e por cima a cruz.

O brasão de armas dos Carneiros está no frontão da capela em granito lavrado: duas folhas de acanto estilizado envolvem o campo do escudo; neste estão dois carneiros passantes, separados por uma banda carregada de três flores de liz; como timbre o elmo. No interior da capela, à frente do altar-mor, está o mesmo brasão em lindos azulejos (¹).

É tradição que a Quinta fora honra: todos os criminosos que aí se refugiassem não podiam ser perseguidos pela autoridade.

Ao lado da quinta erguia-se pela sua importância a casa do Cunha, donos de fazenda e meia (um casal foreiro ao Cabido e meio a Cete); era notável o esmero com que cultivavam as suas terras, empregando doses maciças de estrume. Entre os mais notáveis dessa família cita-se Leonardo António da Cunha, rival do Morgado, seu filho Manuel Moreira da Cunha que, na quarta década do século passado, fez a ponte de pedra de Cabanelas que ainda subsiste; é particular, mas de grande utilidade para naturais e estranhos que passam nela, porque ainda hoje não há uma pública que a substitua. Leonardo Moreira da Cunha, seu filho, ainda conservou o antigo esplendor, cultivando bem e tendo os soutos cheios de sobreiros e carvalhos seculares e as sortes com grandes pinhais; mas na mão dos seus sucessores, desde 1885 em diante, entrou em rápida decadência, tendo sido vendida em 1930.

Dum dos dois proprietários citados em primeiro lugar, não sei qual, se conta que tendo uma amante

(¹) Ainda hoje florescem, todos os verões, as lindas flores de amarilis (beladona) plantadas por mãos fidalgas, há séculos, aos lados da álea de entrada da Quinta, semelhantes na forma às que ornam o brasão heráldico de família.

na Pedreira, a esposa, que sabia da infidelidade, passou-lhe um dia pela porta e vendo dentro uma cama pouco limpa, logo que chegou a casa, chamou a criada a quem entregou uma giga com lençóis e roupa do melhor que tinha, dizendo: Leva esta roupa a F. e diz-lhe que prepare uma cama em condições para quando o meu homem lá fôr a casa. O marido sabedor do caso nunca mais a procurou!

A Quinta de Boialvo tinha anexo o Ribeirinho em frente, na margem esquerda do Douro; tem vistas magníficas sobre o rio; os seus proprietários eram enfiteutas de alguns casais de Leverinho; tinha capela particular.

Foi a residência preferida do Dr. António Luiz Ferreira Girão, lente da Academia Politécnica do Porto e amigo íntimo de Camilo Castelo Branco; foi vendida, depois da sua morte, por efeito de partilhas, passando às mãos do Dr. Pereira Lima.

Conta-se que, por ocasião da revolta militar de 31 de Janeiro, Mariano de Carvalho e outros políticos que aí se achavam com o Dr. Lima beberam às prosperidades da nova República, julgando-a vingada!

Pertence hoje a Joaquim Martins da Rocha que já tem sido vereador da Câmara e é ajudante do Posto de Registo Civil da Sousa.

Tratando-se em 1867 da nova divisão paroquial, a Junta de Paróquia de Covelo, de que era presidente o Padre José Matias de Oliveira Neves e vogais Leonardo Moreira da Cunha e Marcelino de Sousa Alves, propôs ao Administrador do Concelho o bacharel Albino Pinto de Miranda Montenegro que se anexasse a Gondomar a freguesia de S. Romão de Aguiar de Sousa, visto ficar muito mais próxima do que de Paredes. Ora hoje que a estrada municipal sobe a Serra dos Aços e as caminhetas vão até Branzelo, mais se impõe a anexação das povoações de Brandião, Sarnada, Senande e Aguiar; desse modo os limites de Gondomar seguiriam da Serra de Santa Iria, pelo monte do Facho, Inferno, Outeiro de Santa Marta, até à Serra do Raio. Quem

do alto da Serra dos Açores espraiar a vista pelas referidas povoações verá que estão na continuação do vale de Branzelo. Aqui deixamos a lembrança!

A 22 de Fevereiro de 1891 a Junta de Paróquia, tendo como presidente João Martins da Rocha e vogais Davide Matias de Castro Neves e António de Sousa Martins, enviou a D. Carlos I uma mensagem de felicitação por se ter malogrado a revolta republicana do Porto. Transcrevemo-la; era então secretário da Junta o professor Lobo:

«Senhor! Ao excelso trono de Vossa Majestade, vem a Junta de Paróquia do Covelo, concelho de Gondomar, humilde mas respeitosamente, interpretando o sentimento geral da freguesia, que sempre teve por timbre a dedicação e fidelidade às pessoas dos seus soberanos, manifestar a Vossa Majestade e a Sua Real Família, o júbilo e satisfação que experimentou ao ver imediatamente abortada a revolta que alguns visionários tresloucados tentaram no dia 31 de Janeiro findo, contra as sapientíssimas constituições vigentes tão nobremente representadas na Augusta Pessoa de Vossa Majestade. E aproveitando a ocasião patenteia a Vossa Majestade os seus protestos de respeito, amor, lealdade e adesão que toda esta freguesia lhe consagra; e, com a mais subida consideração e acatamento, beija as mãos de Vossa Majestade e faz sinceros votos ao Céu pela preciosa vida de Vossa Majestade e perpetuidade da Sua Real Dinastia.»

Destacou-se entre os habitantes de Covelo, pelo papel que desempenhou na política progressista local e concelhia, o falecido João Martins da Rocha, dono dum casa importante com grandes pinhais, conservados com amor; ainda hoje a sua memória é recordada com saudade. Chefe incontestado e querido do partido progressista local, foi vereador da Câmara em dois triénios: de 1887 a 89 e 1893-95.

No primeiro obteve, além doutros serviços para a freguesia, a construção da primeira ponte de madeira, assente sobre estacaria, no Esteiro da Lixa, inaugurada festivamente com música, foguetes, etc.; durou até 1921; e as passadeiras de granito no Lagoeiro, de Leverinho. Foi seu sonho constante a estrada de Melres, cujo primeiro estudo, feito em 1889, a ele se deve.

De 1893 a 95 conseguiu, após a expropriação do terreno, a abertura do caminho de Além, entre a Fonte e os Vales, para evitar a íngreme subida da calçada das Lajes, macadamizou-se o caminho das Carreiras —, um atoleiro no inverno — e fez-se o lanço de estrada da Peneda, margem do Sousa; esperava que a estrada, então parada em Ferreirainha, seguiria mais depressa, tendo a extremidade concluída, pelo estudo desse tempo contornava a Serra dos Açores pela Devesa, indo quase de nível até Brandião.

Faleceu em 1904, relativamente novo, quando muito havia a esperar da sua actividade a favor da freguesia.

Proclamada a República em 1910, a primeira Comissão Administrativa da Junta de Paróquia foi constituída por: Joaquim Martins dos Santos Rocha, de Covelo; Delfim Alves dos Santos Lixa, de Covelo; José Martins dos Santos, de Leverinho; António de Sousa, da Lixa e Delfim Alves Gomes, da Ribeira. Dos nomeados só o primeiro, que foi o presidente, era republicano.

Exercem o magistério como professores diplomados os seguintes filhos de Covelo: Delfim Barbosa de Oliveira, professor primário na Marinha Grande (Leiria); Adelina das Neves Lobo e irmã Adélia das Neves Lobo, professoras primárias, a primeira em Besteiros, a segunda em Cete, concelho de Paredes; Joaquim Martins dos Santos Rocha, professor de ensino livre secundário. É pároco na Foz do Sousa o Rev. Manuel Joaquim Matias dos Santos e médico em Lavercos (Lomba)

o Dr. António Matias dos Santos, ambos irmãos e nascidos neste lugar de Covelo.

Entre outros estão bem colocados no comércio, no Porto: José Fernandes Lanha e Manuel Joaquim dos Santos, de Midões.

A Portela das Sete Virgens, no alto da Serra dos Aços, não indicará um lugar de martírio de jovens cristãs, por ocasião de perseguição religiosa, no tempo dos romanos, talvez?

Existe em Covelo, junto ao rio Sousa, uma planura denominada o campo da Referta; este termo nos primeiros tempos da monarquia significava *luta, contenda*. Não seria pois o lugar da *lide* do Porto, cujo local exacto se ignora, travada em 1245, entre Martins Gil de Soverosa e a nobreza rebelde capitaneada por Abril Peres e D. Rodrigo Sanches, bastardo de D. Sancho I, que saindo mal ferido da luta, foi morrer perto do convento de Grijó, onde está sepultado?

Durante o cerco do Porto os lavradores desta freguesia tiveram de ir trabalhar com os seus carros para Valongo e Areosa, levando as mulheres penso, monte, etc. Esteve durante esse tempo aboletada em Covelo uma guerrilha realista de que era capitão Rosendo de Oliveira; terminado o cerco, o dono da casa, onde estivera aboletado, António Rodrigues de Sousa chegou a ser ameaçado por alguns oficiais e voluntários dos Batalhões Provisórios que queriam torná-lo responsável pelas atrocidades cometidas pelo dito capitão. — «E não tem passado em ameaças — já se lhe tem exigido violentamente vinte e quatro moedas de ouro, que lhe extorquiu o capitão António Monteiro, do 1.^º Batalhão Móvel da Beira, apoiando e autorizando os voluntários para praticarem esta violência; e no dia 26 do corrente (Maio de 1834) foi a casa do Sup.^{te} um alferes do dito Batalhão, puxou pela espada contra uma filha do Sup.^{te} e ameaçou que havia de lançar-lhe fogo às casas — em forma que o Sup.^{te} e sua família não tem segurança alguma».

O governador das Armas da cidade do Porto determinou a 28 de Maio que cessassem as perseguições.

Acalmados os ódios, o mesmo Rosendo de Oliveira fixou residência e constituiu família em Covelo, tendo depois estado ao lado da Patuleia.

Nestes tempos em que não havia tranquilidade nem ordem, foi roubado o sino da igreja e uma quadrilha de ladrões tentou roubar a casa do Ferraz, na Gólela; aos gritos acudiram os habitantes de Covelo, Leverinho e Jancido, tendo os ladrões, após vivo tiroteio, retirado sem o roubo.

Os que estavam dentro de casa a entruxar as roupas, meadas, etc., para carregarem os burros que tinha mà espera, perguntavam aos de fora: Chove? Chove muito? Na sua gíria queriam dizer: Acode muita gente?

Por ocasião da luta civil de 1846-47 forças da Junta do Porto estiveram aboletadas em casa dos lavradores; faziam exercícios na plaina da Escusa e eram muito exigentes quanto à comida. Queriam na panela do caldo *cortiça* (carne) e *cousa que padecesse morte*. Foi por isso um alívio a convenção de Gramido que pôs termo à luta.

A energia do regedor Joaquim dos Santos Rocha muito contribuiu para minorar os abusos.

Sendo as pêgas vulgares nas freguesias limítrofes de Covelo, não se encontram aqui. Reza a tradição que, devido aos muitos estragos que faziam nas culturas, um padre as degredara, não podendo voltar em virtude de tal anátema. Podem passar, mas o que é certo é que não demoram nesta freguesia!

Todos os que se casam e não têm filhos ou não apresentam indícios de os virem a ter, nos primeiros anos de casados, pertencem à confraria que há-de ir buscar o cuco a 19 de Março ao S. José; sem que o tragam, o cuco não vem!

Isto ocasiona cenas divertidas em que os recém-casados são muito apoquentados.

Também as moças casadouras julgam, pelo seu canto, poder saber os anos que ainda estarão solteiras e interrogam-no: Cuco da carvalheira, quantos anos me dás de solteira?

Contam o número de vezes que canta após a pergunta; se é grande, todas se afligem por indicar igual número de anos.

Quando se quere indicar um indivíduo de Leverinho, é costume dizer-se: Este é do torrão verde!

Estas palavras são o princípio do rifão popular: Torrão verde de Leverinho, dá-se um couce na adega e arrasa-se o Douro com vinho!

Não será esta frase indício dum antigo culto a Bacho (Liber, bri) donde proviria o nome Leverinho?

Havia um grande sobreiro no Largo do Chães que se tornou proverbial na seguinte frase: Sair ao sobreiro dos Chães! Emprega-se o dito quando os pais com razão ou sem ela se lastimam dos filhos, acusando-os de terem degenerado; então o ouvinte comenta ironicamente do lado: O seu filho saiu ao sobreiro dos Chães ou aos calhaus das Conchadas!

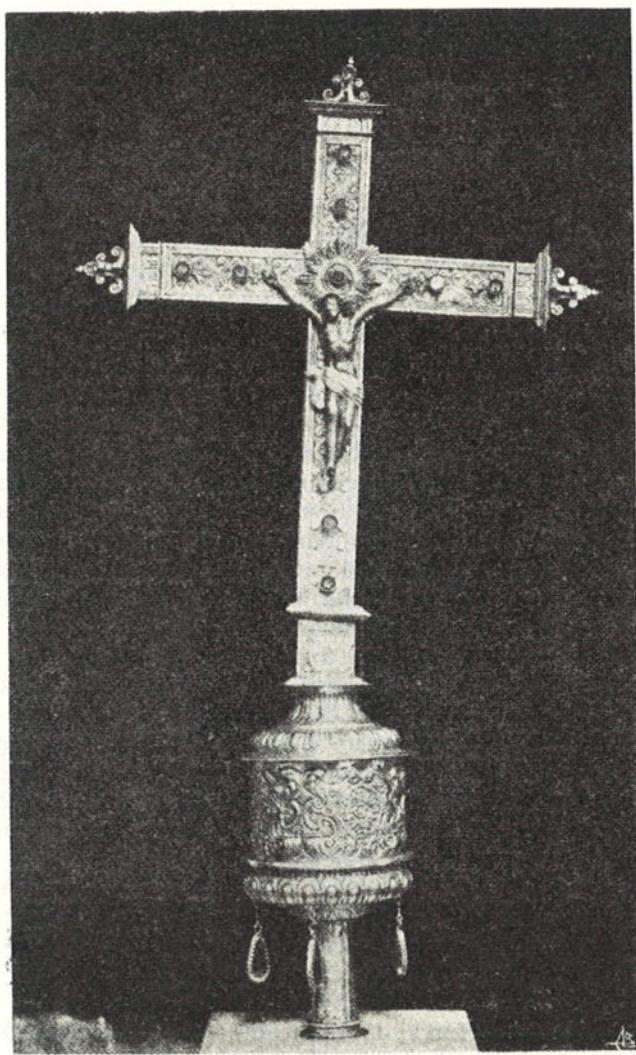
Todos riem e termina a conversa.

A padroeira da freguesia é Nossa Senhora do Ó, cuja festa se celebra a 18 de Dezembro.

A festa mais popular é a de S. Gonçalo, orago do lugar de Covelo, efectuada no segundo domingo de Junho e tem de típico a procissão sair de manhã da capela semi-pública da Quinta para a igreja, cantando-se a ladainha no trajecto.

É costume multisecular e era naturalmente um sinal de amizade entre os donos dos casais e meios casais e a família nobre dos Carneiros que se associavam à festa, festejando-o na sua capela.

Há um século que essa família se extinguiu — quanto pode a força da tradição! — e a procissão de lá saiu sempre, havendo 20 anos que começaram a realizar outra de véspera, nocturna, com iluminação do trajecto da igreja para a capela.



CRUZ PROCESSORIAL DE PRATA, DA FREGUESIA
(Vd. pág. 47, deste vol.)

Sob o ponto de vista religioso, a mais solene é a festa do SS. (Senhor); tem lugar no 3.^o domingo de Julho; era costume armar o percurso da procissão com colchas, etc., tendo nisso as lavradeiras o maior brio. É efectuada à vez pelos três lugares do Covelo, Leverinho e Lixa.

A festa do Coração de Jesus, para a primeira comunhão das crianças, é a 29 de Junho. Há ainda outras como a de Santo António, Santa Luzia, Nossa Senhora e Menino Jesus que não é certo realizarem-se todos os anos.

Havia um voto antigo da freguesia, devido aos estragos duma lagarta que nos campos devorava o milho, talvez continuados e intensos ataques da lagarta verde (caradrina exigua), como o que em 1928 destruiu os milheirais do Noroeste português, em virtude do qual o pároco, acompanhado de uma pessoa de cada casa, cruzes e guiões tinha de ir todos os anos em procissão à Sousa, na primeira sexta-feira de quaresma, e incorporar-se da mesma forma anualmente nas procissões de Santa Isabel, da Sarnada e S. Roque, de Gens, cantando todos a ladinha; recebia o pároco 240 reis pelo seu serviço e tinha de dar de comer aos homens das cruzes.

Em retribuição os das freguesias da Foz do Sousa e S. Romão de Aguiar de Sousa incorporavam-se na procissão do S. Gonçalo.

Primeiro faltaram os párocos, depois as cruzes de Sousa, pelo que os de Covelo não voltaram a Gens e há alguns anos terminou o voto por imposição do pároco de Aguiar de Sousa que não permitiu a vinda das cruzes a Covelo.

Vermelho à Serra (Nascente), chuva na terra.

Vermelho a Arouca (Sudoeste), chuva pouca.

Vermelho ao mar (Sudoeste e Oeste), as velhas a assoalhar.

Ouve-se a Fiação de Crestuma, chuva pela certa.

Joaquim Martins dos Santos Rocha.

FREGUESIA DE FÂNZERES

Vejamos o que, há já 60 anos, escreveu Pinho Leal :

Freguesia, Douro, concelho de Gondomar, comarca e 6 quilómetros ao NE. do Porto, 310 ao N. de Lisboa, 510 fogos. Em 1757 tinha 350 fogos. Orago, o Salvador. Foi antigamente S. Tiago. Bispado e distrito administrativo do Porto. É terra muito fértil. O Cabido da Sé do Porto apresentava o vigário que tinha 200\$00.

Foi aqui solar dos Araújos Rangéis⁽¹⁾. *Rangel* é um dos nobres apelidos de Portugal. Veio da Extremadura Espanhola. O primeiro que em Portugal se acha com este apelido é D. Diogo Dias Rangel, comendatário do mosteiro de Vilela. Esta família está ramificada em Lisboa, Beira, Fânzeres, Aveiro, Porto e outras partes, assim como no Rio de Janeiro. As armas dos

⁽¹⁾ O Dicionário *Portugal*, de Esteves Pereira e G. Rodrigues, no vol. V, página 425, fala de Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro, poeta e escritor do século XIX. Diz que nasceu no Porto a 13 de Julho de 1806 e falecera em Fânzeres em Abril de 1865. Poucas linhas lhe consagra; apenas refere que «viveu retirado na sua Quinta ao Norte do País e ali compunha versos e até dramas de certo merecimento, aconselhando-lhe os seus amigos, e entre outros Teixeira de Vasconcelos, que os publicasse. Apenas imprimiu no Porto, em 1850, um livro de poesias, com o título *Os meus versos*, precedido de uma carta de Teixeira de Vasconcelos, carta que este distinto escritor lhe havia escrito oito anos antes, em 4 de Julho de 1842, aconselhando-lhe a publicação.

Dizem que os seus melhores trabalhos ficaram inéditos».

Mais nada. No cap. sobre *Heráldica e Brasões* falarei mais desenvolvidamente deste homem ilustre e da sua genealogia. Ele descende de Joaquim Eleodoro de Araújo Rangel, senhor da Quinta de Fânzeres e vereador que foi da Câmara do Porto. Deste descendem João Tomaz de Araújo Rangel e Castro, que foi Alferes do Regimento de Infantaria n.^o 6; e finalmente deste nasce o poeta de que falamos, que não cultivou apenas as musas, mas também as armas, visto que foi Coronel Agregado ao Regimento de Milícias da Maia.

Rangéis são: em campo azul, flor de liz, de prata, orla de ouro, carregada de sete romãs, verdes, abertas com bagos de púrpura. Timbre um ramo de româzeira verde, com três romãs como as do escudo. Os Rangéis de Aveiro trazem por armas — em campo de ouro, seis cabeças de corvos, de negro, cada um com seu pão no bico, em duas palas, viradas umas para as outras. Timbre o ramo da româzeira, como o das antecedentes, mas com quatro romãs. Ainda outros Rangéis usam das armas deste modo: em campo de ouro, cinco flores de liz, esquarteladas de prata e púrpura. O mesmo timbre.

Segundo o dicionário de F. Cardoso de Azevedo, esta freguesia em 1890 tinha 633 fogos, com 1.353 varões e 1.419 fêmeas; e em 1900, 1.629 varões e 1.665 fêmeas. Tem caixa para serviço de posta rural.

A *Corog. Mod.*, de J. M. Baptista, dá estes lacônicos esclarecimentos:

Ant.^a F. do Salvador de Fânzeres, vig.^a da ap. da mitra segundo Carv.^o; do deão do Cabido da Sé do Porto, segundo a E. P., no ant.^o conc.^o de Aguiar de Sousa.

Está sit.^o o L. da Costa 2 km. ao S. da estrada real do Porto a Valongo. Dista de Gondomar 3 1/2 km. para o N.

Compr.^e mais esta F. os lug.^{res} de Seixo, Regadas, Mintezelo, Felgueira, Paço, Outeiro, Tardinhade, Cabañas, Manariz, Carvalha, S.^{ta} Eulália, Alvarinha; e as q.^{tas} de Mintezelo, Manariz, e duas no L. da Costa.

P.	C.	212
	A.	508
	E. P.	505 2.193
	E. C. 1.877

De O Minho Pitoresco :

«...terra solar dos Araújos Rangéis, e o que bem mais lhe vale, uma das mais industriais do concelho. Perto talvez de cem teares se ocupam em tecer o linho, produzindo cada tecedeira três ou quatro varas de pano liso, durante um dia, ou fabricando outros artefactos originais como os riscados tintos e cobertas, «em que a lã de várias cores entra como ornato em desenhos mais ou menos bárbaros», diz o *Relatório de Inquérito às Indústrias*. A par dessa indústria, duas outras vivem em Fânzeres, e são: a de marcenaria e a de ourivesaria em filigranas, produzindo esses rendilhados maravilhosos corações que adornam o peito das camponesas em dias de romaria. Fânzeres é uma das mais pitorescas e povoadas freguesias do concelho.»

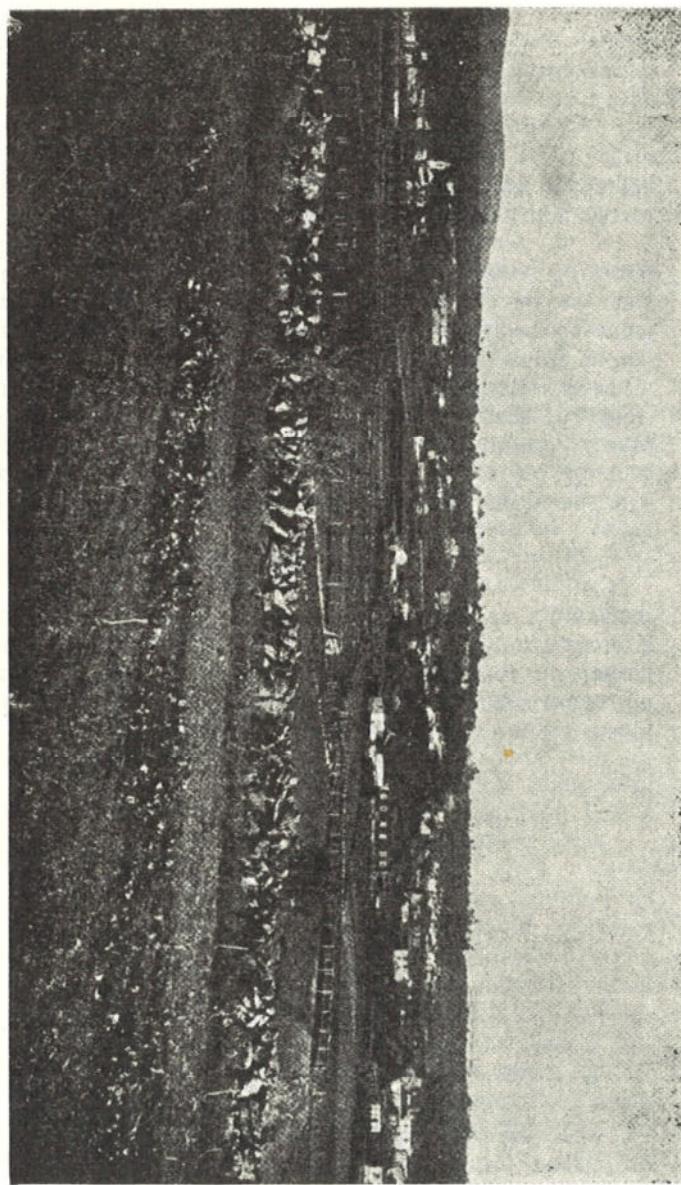
Hoje a tecelagem do linho é diminuta.

Um facto digno de arquivo :

O P.^e Joaquim Alves Lopes Reis, no seu livro *A Vila de Valongo*, tratando das confrarias da sua terra, a pág. 251, cita o caso curioso dum devoto marido que se julgou atraído pela esposa; diz ele: «De todas as confrarias porém a mais rica hoje, embora a mais moderna, é talvez a dos Santos Passos. Foi seu instituidor em 1710 João Vieira de Mesquita, natural de Fânzeres, o qual, desconfiando da virtude e fidelidade de sua esposa, a trouxe descalça e debaixo dos maiores tormentos por caminhos impérvios e escabrosos até Valongo, onde a encerrou na sua Quinta do Moinho do Ouro. Mais tarde conheceu que se havia enganado; e, arrependendo-se do seu erro, quis chorar a sua crueldade e memorar os padecimentos da sua inocente esposa, instituindo esta confraria e fundando a capela do Senhor dos Passos, onde jaz sepultado desde

Gondomar

Biblioteca Municipal de



VISTA PARCIAL DE FANZERES

1729. A pedra que cobre a sua sepultura, aberta no meio do pavimento, tem a seguinte inscrição:

Aqui ias o
C.^o⁽¹⁾ de Ioao
Ur.^o de M.^oa
N.^{cep}
Na Freg.^o de
FANZERES que
Sendo IVIS
Dos S.^{tos} Passos
Fes esta Cap.
p.^o a sua custa
e foi sepulta
do nella em
5 de Dzenbro
de 1729»

Diz mais que esta Capela serviu de igreja paroquial durante o tempo que durou a construção da mesma igreja. Foi reformada em 1891 pelo sr. Manoel Alves Saldanha e possue ricas alfaias. A festividade e romaria realizam-se no terceiro domingo da Quaresma.

Notas da actualidade:

Quanto a instrução, há três escolas primárias oficiais: uma no lugar da Portelinha, outra no Paço e outra no lugar da Igreja, do sexo feminino. Como noutro capítulo trataremos das escolas, para lá reservamos mais largo desenvolvimento deste assunto. Igualmente, quando abordarmos o capítulo sobre indústrias de Gondomar, teremos ocasião de falar da marcenaria e ourivesaria de Fânzeres, que são as mais activas indústrias desta freguesia. *O Minho Pitoresco* fala dos teares que caducaram.

Não tem farmácias. Tem no entanto uma Associação de socorros mútuos, de que falaremos na devida

(1) C.^o parece erro tipográfico; não será C.^o (corpo)?

oportunidade, como também do Clube recreativo e do Centro republicano.

Podemos afirmar que esta freguesia está tomando um grande incremento industrial, com uma fábrica de tecidos, dos Srs. Corrêa & C.ª e com outra de serração, do Sr. António Ferreira Brito.

O Matadouro Municipal é um importante melhoramento concelhio. Quando da sua inauguração, a 25 de Outubro de 1931, os jornais noticiaram :

«A Câmara Municipal de Gondomar acaba de dotar o seu concelho com um melhoramento de vulto: um Matadouro construído por forma a que nada lhe falte do que possa haver de melhor em aparelhagem mecânica e aperfeiçoamento higiénico-sanitário.

Para tanto, procurou o que o homem tem descoberto em mecanismos os mais perfeitos, conduzindo-os à sua terra na ânsia duma obra completa, que o é de verdade.

Numa visita rápida que fizemos ao edifício, a convite da vereação actual, verificámos que os velhos e mesmo presentes processos de abater o gado destinado à alimentação sofreram uma reforma radical, perfeita pelo que observámos, e consentânea com todas as exigências, mesmo as mais rudimentares, no que interessa à saúde pública.

Por mais higiene que pudesse haver, por mais cuidados que da parte daqueles que em tais serviços trabalham se verificasse, a carne chegava ao consumidor sem que se tivessem evitado contactos por vezes perigosos. Hoje não.

Com uns serviços montados como vem de o fazer a Câmara de Gondomar, o público é atendido nos mais pequenos detalhes que possam beneficiar o seu organismo a ter em conta.

A tudo ali se atendeu para que o animal abatido deixe de tocar em alguém, desde que morre até que a sua carne é lançada nos carros que a conduzem aos talhos.

Um complicado e completo dispositivo de *rails* aéreos, a toda a largura do amplo edifício, tudo consegue, tirando ao animal aqui, acolá, ou mais além, tudo o que tirar-se-lhe deve, até que a carne limpa caia na camionete de distribuição, atendendo-se nestas à estabilidade de temperatura que a mesma carne beneficie.

E como complemento ou condição a tais serviços, ali há ainda a secção de estábulos onde o animal descansa antes de ser abatido, e mais diferentes secções como por exemplo a de triturar, fundir e filtrar, a de despelagem por meio do vapor, a de esfolagem pelo ar comprimido, etc.

A água é distribuída a todas as secções por um motor movido a electricidade, procurando-se, até neste requisito, substituir a mão do homem que ali não tem funções no que diz respeito aos serviços privativos do Matadouro.

Anexo ao edifício há também um laboratório de análises, completando-se desta forma, e por processos bem modernos, os serviços de matança no concelho de Gondomar.

A exploração do Matadouro fica a cargo do Sr. Teixeira da Fonseca, que o construiu a expensas suas, com a condição de a mesma exploração ser por quinze anos, e mediante uma anuidade de 75 contos.»

Noutro lugar noticiavam a festa da inauguração, presidida pelo Sr. Ministro da Agricultura que teve a recepção de boas-vindas, as quais ele agradeceu num discurso repassado de sinceridade. É como segue :

«O Sr. Américo de Carvalho, presidente da Comissão Administrativa que tratou da construção do edifício e que no dia seguinte seria substituído na Câmara, apresentou ao Sr. Ministro os seus cumprimentos, em seu nome e no dos cidadãos que fazem parte da actual Câmara, fazendo algumas considerações sobre o esforço dispendido pela Câmara a que presidiu. Voltou a falar

o Sr. Ministro que se espraiou em considerações sobre política geral e assuntos agrícolas. No Matadouro, em que foi servido um lauto «Porto de honra», fornecido pela Confeitaria do Bolhão, falaram, além do Sr. Ministro da Agricultura, os Srs. Américo de Carvalho, Rev. Crispim Gomes Leite, abade da vila e futuro presidente da Comissão Municipal Administrativa, Costa Viseu, o veterinário Dr. Rangel e Director Geral da Pecuária. Os Srs. Teixeira da Fonseca, concessionários do Matadouro, foram muito cumprimentados.»

O restante que haja de ser tratado relativamente a esta freguesia virá em capítulos especiais, segundo a natureza do assunto. O mesmo dizemos a respeito das outras freguesias.

FREGUESIA DE JOVIM

Vejamos o que nos disse o autor do *Portugal antigo e moderno*, há 60 anos:

Freg.^ª Douro, conc. de Gondomar, comarca e 9 km a ENE. do Porto, 315 ao N. de Lisboa, 340 fogos. Em 1757 tinha 180 fogos. Orago A Santa Cruz. Bispoado e distr. adm.^{vo} do Porto.

Jovim é corrupção de *Jouvi* descanso, por isso dever-se-á escrever *Jovim* e não *Jobim*. Pretendem alguns que o nome desta freg.^ª é diminutivo de Job (*Jobinho*), mas é erro. O papa e o bispo apresentavam alternativam.^{te} o abade, que tinha 400\$00 anuais. Não me consta que nesta freg.^ª haja tradição alguma, nem monumento digno de menção. A extremidade meridional de Jovim é limitada pela margem direita do rio Douro: ao N. e O. intesta com a freg.^ª de S. Cosme de Gondomar, e pelo E. com a de S. João da Foz do Sousa. Sobre a margem do Douro, pertence a esta freg.^ª o lugar

de Atães (ou Athães) onde está a bela Quinta de Atães, da Sr.^a D. Maria Helena Leite Pereira de Melo e Alvim, por herança de seu tio, o virtuoso Sr. Álvaro Leite Pereira de Melo e Alvim, que faleceu no Porto, em Junho de 1871. Era esta Quinta um morgado, anexo a uma capela que esta nobre família tem na clausura da Sé Catedral do Porto. Esta Quinta é a primeira da freg.^a, do lado do S. e a que está mais próxima do rio. Há aqui uma praia, onde se vêem buscar os géneros que vão para o Porto.

Ainda sobre a margem direita do Douro, está a aldeia de *Marecos*, em uma praia onde embarcam para a cidade do Porto diversos géneros agrícolas, e onde os barcos do Douro esperam pela *praia-mar*⁽¹⁾, para descerem o rio.

Suponho que em tempos antigos, *Atães* era uma freg.^a e *Jovim* outra. Fundo-me no seguinte: Atães é a principal povoação de toda a freg.^a, já pelo seu maior número de habitantes, já por ser muito mais fértil. A parte da freg.^a denominada Atães está naturalm.^{te} dividida da de Jovim, por um ribeiro anónimo, que vai desaguar ao Douro, na povoação de Marecos. Atães fica a O. e Jovim a E. Estas duas partes da freg.^a estão física e moralm.^{te} divididas, como se fossem freg.^{as} diversas, de modo que os de Jovim dizem: Vamos a Atães — Aquele é de Atães, etc., e vice-versa. Até há uma certa rivalidade entre estas duas populações. O terreno da freg.^a é, em grande parte, de aluvião, ou secundário; achando-se terra argilosa e sedimentar, até grande profundidade, o que o torna muito fértil, apesar de ser bastante acidentado. Aparecem em várias partes da freg.^a camadas ou filões de ferro, que ainda se não têm explorado; assim como bastantes nascentes de água ferruginosa, ainda que pobres e que me não consta terem sido analisadas. O terreno cul-

(1) *Preiamar* é que é.

tivado desta freg.^a (que é apenas uma terça parte dela) é fertilíssimo em todos os géneros agrícolas do nosso País, havendo grande abundância de melancias, pêssegos e melões, que têm pronta venda no Porto, pela sua óptima qualidade. Os nabos, rivalizam, em volume e boa qualidade, com os famigerados de S. Cosme, e há também grande produção de cebolas, que se exportam para o Porto, Inglaterra e Brasil. Também aqui se cria muito e óptimo gado vacum, que em grande escala se exporta para a Grã-Bretanha. É sustentado principalm.^{te} com nabos, o que o faz engordar em pouco tempo. Nos seus vales, há também grande abundância de milho, centeio e legumes. Produz pouco e péssimo vinho, não pela má qualidade do solo, mas pelo desleixo na cultura da videira, pela indiferença na escolha da sua qualidade e, sobretudo, por fazerem o vinho quando a uva está ainda mal sazonada.

Duas terças partes da freg.^a estão a tojal e pinhal; pelo que a terra é abundante em mato, lenha e madeira, que exporta constantem.^{te} para o Porto. A única via de comunicação desta freg.^a é o Douro; pois ainda não tem uma só estrada concelhia ou municipal. Anda porém em construção (1874) uma estrada que, saíndo de Gondomar, vai até Melres (margem direita do Douro, 20 km. a E. desta freg.^a) a qual, se se executar o traçado feito em 1856, há-de corresponder com a que de Arouca deve vir a Pedorido. A igreja matriz é no centro da freg.^a. Tem boa residência e óptimos passais. Tem cemitério. Esta freg.^a está em excelentes condições de prosperidade, sobretudo se o povo daqui, abandonando o sistema rotineiro, se souber aproveitar da boa qualidade do solo, que lhe coube em partilha.

E a *Corogr. Mod.*, de J. M. Baptista, com as suas costumadas abreviaturas, informa :

Ant.^a F. de S.^{ta} Cruz de Jovim, segundo Carv.^o,

E. P. e D. C., ab.^a da ap. da mitra, no ant.^o conc.^o de Aguiar de Sousa.

Está sit.^a a igreja paroquial na m. d. do Douro. Dista de Gondomar 3 1/2 km. para S. S. E.

Compr.^e esta F. os lug.^{res} de Outeiro, Pinheiro, Atães, S. Martinho, Escoura, Bessada, Nogueira, Netos, Presa do Monte, Estrada, Serra, Liboso, Tonta, Bulha, Longueira, Cabanas, S. Martinho; as q.^{tas} de Atães, Boavista, Louroso, Luzes, Pinheiro; e as H. I. de Encosta da Serra, Cimo da Bulha, Azenhas.

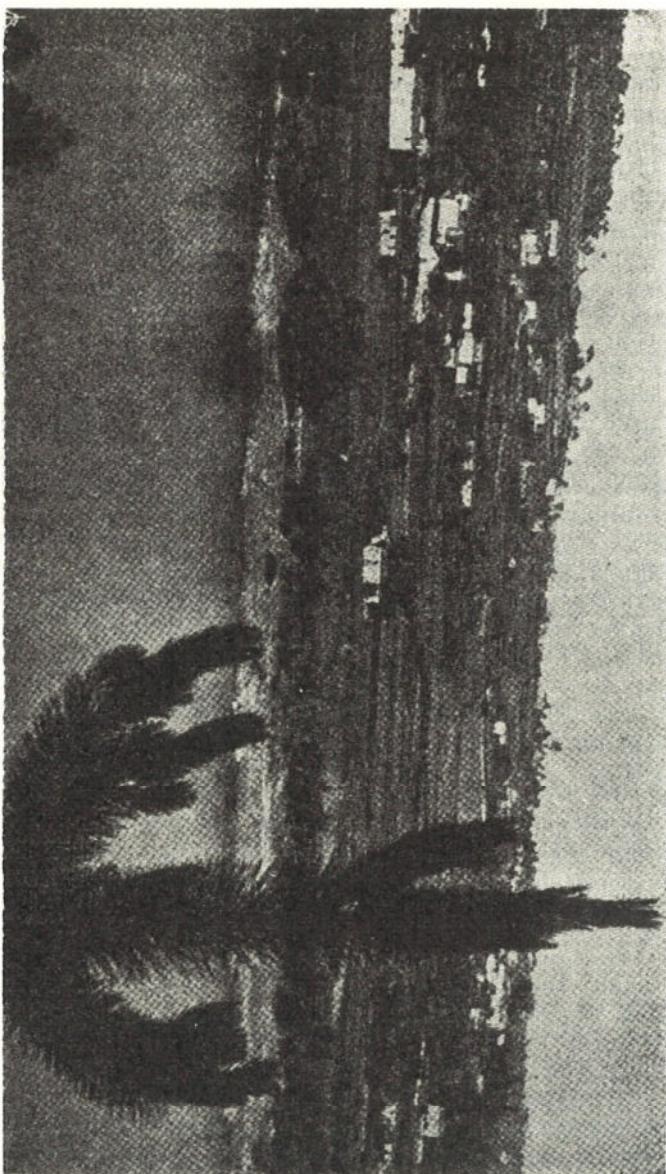
P.	C. ...	112
	A. ...	356
	E. P. ...	363 1.135
	E. C. 1.236

Segundo Francisco Cardoso de Azevedo (*Novo Dicionário Corogr.*), tinha 375 fogos com 695 v. e 757 f. em 1890; e 780 v. e 863 f. em 1900.

Dista 5,1 km. da sede do concelho, 13,6 km. da estação de Valongo e 13 da de Campanhã. Tem caixa postal nas povoações de Atães e Bessada.

Falando de Jovim, o *Minho Pitoresco* assim se exprime:

«O seu importante lugar é o de Atães à beira-rio situado, e ao qual pertencia a bela Quinta da família Melo Alvim, Quinta que foi prazo dos morgados de Atães, a quem pertence a capela de Atães, nos claustros da Sé do Porto. Pinho Leal supõe que Atães foi em tempos antigos freguesia independente de Jovim, não só por ser Atães a povoação principal da freguesia, como por estar naturalmente dividida de Jovim por esse ribeiro anónimo, que se vê desaguar no Douro junto de Marecos, o lugar que mais acima encontramos e onde os barcos do Douro costumam descansar, esperando a preiamar para descerem o rio. Entre as duas



VISTA PARCIAL DE JOVIM

povoações existem ainda umas certas rivalidades, que podiam bem justificar a primitiva cisão. A igreja matriz fica no centro da freguesia, tendo boa residência e óptimos passais. Perto é o cemitério paroquial. Dois terços da zona de Jovim estão, por assim dizer, a mato, vendo-se apenas cultivados os terrenos de aluvião, que ficam próximos do rio; daí resulta o seu grande comércio de mato e lenhas com o Porto, o que não o enriquece todavia, como podia acontecer, se tratasse de aproveitar o fertilíssimo solo de fundo argiloso, que a natureza lhe deu prodigamente.

N. B. — O autor em seguida explica, a propósito de descansar aí um pouco, a etimologia da palavra *Jovim* que diz ser palavra que «vem do antigo verbo português, *jouver*, jazer, dormir.»

Nota da actualidade :

É esta freguesia ainda pouco movimentada. Tem algumas oficinas de ourivesaria e de marcenaria; também tem mercearias, mas sem restaurantes, a exceção tuarmos o *Porto em Atães*, grande estabelecimento com restaurante. Como é freguesia ribeirinha, conta com barqueiros e pescadores.

Na propriedade do abastado capitalista, Sr. João Martins de Moura, em Atães, e estabelecido na rua de Santo Ildefonso, desta cidade, há um moinho de moer linho, muito antigo, onde vão moer seu linho todos os moradores daquela localidade. Já fiz referência a este moinho, na pág. 379, do 1.º vol., quando disse que havia dois: «um em Atães e outro no lugar do Pinheiro».

Há perto de um ano esta freguesia foi falada nos jornais, porque um touro bravo que se desprendeu da manada, ao atravessar o rio Douro, de Avintes para Gramido, lembrou-se de, em correria doida, percorrer parte da freguesia de S. Cosme, e entrando na de Jovim, foi ter ao lugar de Atães, onde feriu e matou algumas pessoas, pondo em alvoroço a população inteira

cujas crianças e mulheres em altos gritos pediam socorro. Entretanto, participado o caso para a cidade do Porto, acudiram tropas que conseguiram abater o animal com uma metralhadora !

Também há talvez mais de cinquenta anos, se cometeu um crime hediondo que indignou profundamente esta pacata gente.

Uma desgraçada mulher havia casado com um jornaleiro, por alcunha o *Lapaduça*, que em geral só ia a casa aos sábados. Era um homem trabalhador e muito ingênuo. Talvez por isso mesmo, a esposa contraiu relações amorosas com outro homem cujo nome não pude apurar e combinaram os dois desalmados matar o marido, quando ele estivesse a dormir. E assim fizeram; mas não contentes com esta selvajaria, esposaram o cadáver e, abrindo na horta uma cova, lá o enterraram de noite, sem que a vizinhança desse pelo crime de tão requintada ferocidade. Ora o diabo cobre por um lado e descobre por outro. E assim aconteceu, porque os criminosos sobre esse montão de carne humana esfacelada, plantaram couves; e elas bradaram justiça aos céus, porque cresceram e medraram tanto e com tal viço que as outras irmãs da mesma horta, mostrando-se raquíticas, acusavam a falta de adubo, que é o sustento mimoso de todas as plantas alimentícias. As pessoas vizinhas que estranhavam este fenómeno, tanto mais que naquele sítio não existira anteriormente estrumeira alguma, e lembrando-se de que era possível — *vox Dei!* — que o cadáver do *Lapaduça* jazesse naquela horta, tanto mais que o desaparecimento tornara-se misterioso e a viúva nunca explicou nem se preocupou com tal facto, as pessoas vizinhas fazendo-lhe ver este fenómeno do crescimento das couves naquele local comparadas com as outras, não ficaram satisfeitas com as explicações dadas. Daí os boatos cada vez mais avolumados dum crime e da sua descoberta. A autoridade administrativa intervém e manda escavar aquele local; junta-se a multidão curiosa. Dentro em

pouco tempo, um dos cavadores toca com a enxada no crânio, logo depois o antebraço, a seguir um pé, e em poucos minutos o cadáver de todo irreconhecível é exumado às postas. O povo queria linchar os malvados; e a autoridade teve sérias dificuldades em os levar para a cadeia vivos. Foram julgados e deram com o corpo nas costas da África.

FREGUESIA DA LOMBA

Diz Pinho Leal, vol. I, págs. 238 :

Freg.^a, Douro, comarca do Porto, donde dista 24 km. ao E., 300 ao N. de Lisboa, concelho e 20 km. ao S. E. de Gondomar, 290 fogos. Em 1757 tinha 110 fogos.

Bispado e distr. adm.^{vo} do Porto. O abade de Melres apresentava o cura, que tinha 6\$00 de côngrua e o pé de altar.

No sítio do *Barral*, nesta freg.^a, e sobre a margem esquerda do Douro, há *uma mina de carvão fóssil*, que foi concedida a Bento Rodrigues de Oliveira, do Porto, em Março de 1871. Era aqui o solar dos Quezadas Vilas-Boas. O último morgado foi José Maria Quezado Vilas-Boas. Os Quezados procedem da família dos Queixadas Vilas-Boas, que tinham por armas — em campo de prata, quatro queixadas de ouro, com dentes de prata. Esta família, porém, era de Espanha, e não consta que semelhantes armas fossem usadas em Portugal. Há outros Quezadas que procedem de Pedro Dias Carrilho, de Toledo, que depois se chamou Pedro Dias de Quezada, 1.^o adiantado de Casorla; o qual, sendo alcaíde da vila de Quezada, na Andaluzia, por uma grande vitória que alcançou dos mouros, foi chamado o «Quezada». Suas armas são : — Em campo de púrpura quatro coticas de arminho, em pala, cada uma carregada de seis mosquetas negras; orla de prata,

carregada de oito caldeiras de negro, com a boca para baixo. Passou esta família a Portugal, e aqui se corrompeu este apelido em Quezada, Quezado, e Casado, que usam (os destes três apelidos) das mesmas armas; mas só com coticas. Ainda outros Quezadas trazem poi armas, em campo de púrpura, quatro bandas de arminho, cada uma com quatro mosquetas de negro. Outros Quezadas (como diz Molina) trazem, em campo de púrpura, quatro palas de arminho, cada uma com seis mosquetas de negro, cinco em aspa e uma por baixo.

Os que usam do apelido Vilas-Boas (e não de Quezada) trazem por armas — escudo esquartelado, no 1.^o e 4.^o quartel castelo de prata de três torres, com porta lavrada de preto, em campo de púrpura, saindo da torre do meio um ramo de palma verde — no 2.^o e 3.^o quartel, um dragão de prata, voante, armado de púrpura, com a cauda retorcida — isto sobre campo azul. Timbre o dragão das armas com um ramo de palma na boca.

Esta freg.^a é uma prova material dos disparates da nossa divisão territorial. Fica sobre a margem esquerda do Duro, e pertence ao concelho de Gondomar, que fica na margem direita, contíguo à cidade do Porto; distando 24 km. da cabeça do concelho, e tendo de atravessar o rio, o que nem sempre é fácil e livre de perigo. Devia pertencer ao concelho de Castelo de Paiva, de cuja cabeça apenas dista uns 15 km., e sendo na mesma margem, é a viação facilíma. Nesta freg.^a é o grande lugar de *Sante ou Pé de Moura*, ponto de bastante comércio com a cidade do Porto, para onde exporta constantemente madeira, lenha, carvão, urze, carqueja e outros géneros. Há neste lugar a capela de Santa Eufémia, virgem e mártir (uma das nove irmãs). É também nesta freg.^a o grande, bonito e fértil lugar de *Lavercos*, composto de lavradores, alguns ricos. É no alto da freg.^a. Em frente da Lomba, na margem oposta, fica a bonita povoação de Melres, que foi vila,

e ainda tem casa da Câmara e cadeia. É também pertencente à freg.^ª da Lomba a aldeia de Areja, que em tempo do Conde D. Henrique ainda era cidade. Ora o 1.^o vol. pág. 238, de Pinho Leal, diz:

«*Areja* — Aldeia, Douro, freguesia da Lomba, concelho e 20 km. ao E. de Gondomar, comarca e 28 km. ao E. do Porto, 315 ao N. de Lisboa, 15 fogos.

Situada nas faldas da serra do seu nome (ramo da serra do Cabeço de Sovereiro) sobre sobre a margem esquerda do Douro, um quilómetro abaixo de Pedorido, na confluência do ribeiro de Areja com o Douro. Este ribeiro divide a freguesia da Lomba da de Pedorido; o concelho de Gondomar do de Paiva; o distrito administrativo do Porto do de Aveiro; a comarca de Arouca de uma das do Porto, e finalmente, o bispado do Porto do de Lamego. A pequena e pobre aldeia de Areja, já notável por estas divisões, ainda muito mais por estar convencido de que era aqui a capital do vasto território chamado no tempo dos romanos e dos godos, *cidade d'Anégia ou Arégia*. Investiguei tudo por aqueles sítios e, na verdade, apenas em um pequeno vale, junto à foz do ribeiro, vi restos de alicerces antigos e um pequeno cabeço que me pareceu artificial; mas por mais que perguntei à gente dali, não achei a mínima tradição que me tirasse de dúvidas. (Mas também a gente daqui é sobremaneira ignorante; faça-se-lhe justiça). Lendo, porém e confrontando antigos escritores, tudo me leva a crer que aqui existiu um castelo ou povoação que foi o ponto central da cidade de Anégia ou Arégia.

Vejamos o que dizem esses escritores e como todas as indicações topográficas combinam em situar aqui a capital de Arégia. Santo Izídoro diz que o rei godo Leovegildo conquistou aos suevos nos confins da Galiza, a cidade de Arégia. Todos sabem que nesse tempo a Galiza chegava até à margem direita do Douro. (Léo-

vegildo foi o 1.^o rei godo que governou na Lusitânia; depois de aniquilar o reino dos suevos; mas foi o 18.^o rei godo das Espanhas. Cá só principiou o seu reinado em 585 e logo morreu em 586, sucedendo-lhe seu filho Flávio Ricáredo).

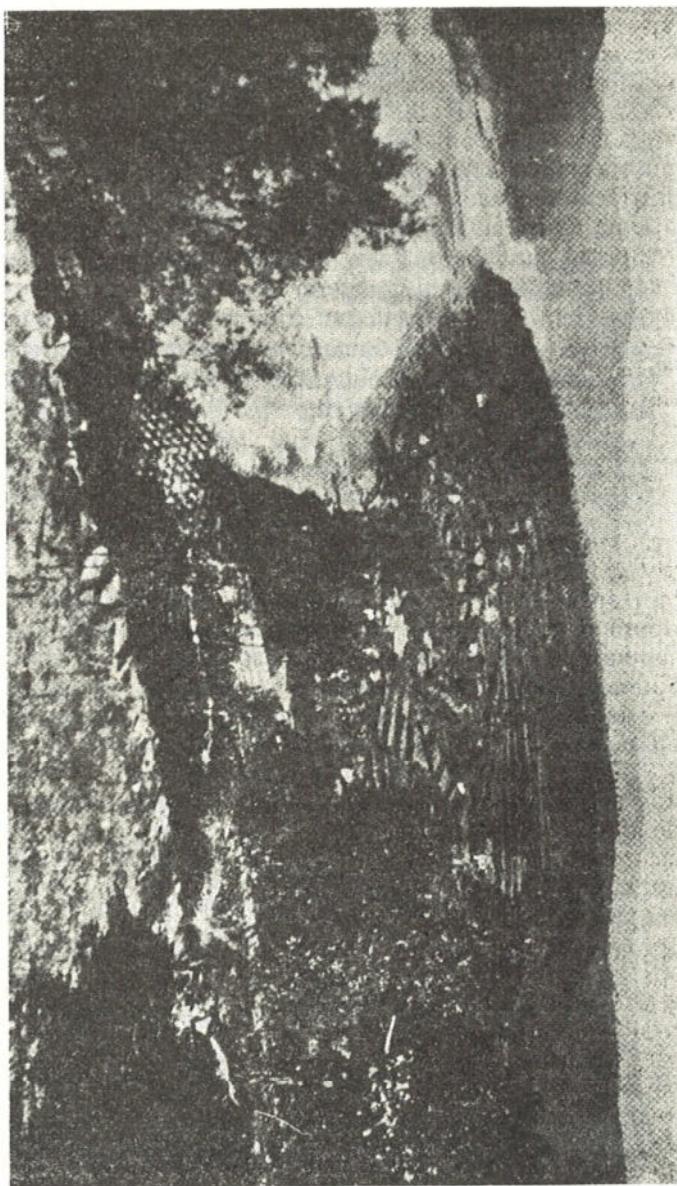
O *Chronicon Biclarense*, em 675, menciona os Montes Arejenses, colocando-os onde hoje se chama Serras de Arouca. Estendia-se o território desta cidade (ainda no século XI) parte pela diocese do Porto e parte pela de Lamego. Já em 922, em doação que D. Ordonho 2.^o, de Portugal e Galiza, e os Grandes da sua corte fizeram ao mosteiro de Castrumire (Crestuma) em atenção a D. Gomado, bispo de Coimbra, que se tinha recolhido a este mosteiro, se faz menção do porto e cais ou surgidouro da cidade de Anéjia; dizendo-se ali que a igreja de Santa Marinha ficava próximo. Já se vê que é Santa Marinha de Tropeço, em Arouca. (Vide Crestuma).

Nos documentos de Alpendurada, Arouca e Paço de Sousa, se fala muitas vezes na cidade de Aréjia que situam ao Sul do rio Douro, tudo o que fica águas vertentes da Serra Seca e Montes de Arouca; e passando o Douro, cortava pelo monte de Arados, que fica sobranceiro ao Convento de Alpendurada, deixando à direita o concelho de Bemviver; daqui cortava pelo Tâmega, direito a Penafiel (à actual) incluindo-a e ao mosteiro de Paço de Sousa. Daqui, tornando a passar o Douro para o Sul, abrangia todo o termo e terras de Arouca, vindo fechar onde principiou. Debalde tenho investigado a ver se alguém me dá notícia da tal Serra Seca. Não há uma só pessoa destes sítios que se lembre de semelhante nome. Vamos ver se, pelo que vi e por documentos抗igos, podemos saber o que isto é. Em 1102, dava o Conde D. Henrique o nome de Serra Seca ao sítio que ficava por trás do monte de Fuste, a cuja serra se haviam retirado as mulheres e bagagens do rei mouro de Lamego, Echa Martim. (Vede a parte

que transcrevo da doação que o mesmo Conde D. Henrique fez a Echa Martim, na palavra *Arouca*). No mesmo artigo de *Arouca* se vê que o rei mouro mandou subir todas as suas bagagens e mulheres a um monte então chamado Serra Seca, onde o grande Egas Moniz os foi agarrar. A rainha D. Teresa, já viúva do dito Conde D. Henrique, fez em 1125 doação ao abade de Cister, João Cirita, para o convento de bernardos, de S. Cristóvão de Lafões, de uma herdade «que tenho junto de Arouca, por onde corre o rio Alarda, entre a Corredoura e a Serra Seca, etc.». Em vista de todas estas indicações, não pode deixar de ser a Serra Seca a que hoje chamam Serra do Arressaio ou Ressaio. Cumpre advertir que o vale de Arouca é por toda a parte cercado de alcantiladas serras; mas as de que tratamos são as que ficam ao N., N. O. e O. N. O.

Desde os altos de Santa Luzia e Arressaio, descem as Serras de Arouca até à esquerda do Douro, pelo que tudo são águas vertentes deste rio. Averiguado isto, como me parece que está, vê-se que a chamada antigamente cidade de Aréjia abrangia um vasto território que vou descrever com os nomes modernos.

Principiando a demarcação pelo Sul do rio Douro (província do Douro), compreendia a freguesia da Lomba, daqui cortando para S. E. pelos montes de Gaído, Cergido e Balaído, ia em direcção da serra de Gondra, e daqui a Guilhafonso e Arressaio (Serra Seca). Como só compreendia as águas vertentes (e não o vale de Arouca) cortava do Arressaio na direcção do E. N. E., até Santa Luzia, daqui ia no mesmo rumo ao Gamarão, e daqui, virando para o N., ia descendo para a serra do Vale da Avó; daqui torcendo para N. E. compreendia as serras de Vilela, Souselo e Espadanedo, até chegar à margem esquerda do Douro, compreendendo uns 20 quilómetros deste rio. Deixava pois no seu



VISTA PARCIAL DA FREGUESIA DA LOMBA

âmbito toda a freguesia da Lomba, parte (pequena) das serras do concelho de Fermedo, todo o concelho de Paiva, parte do de Arouca e parte do de S. Fins (hoje Cinfaes). Ao N. do Douro, compreendia Alpendurada; daqui, cortando ao N. O., ia ter a Penafiel; daqui, voltando ao S., ia às serras de Aguiar, Recarei e Covelo, terminando na vila de Melres; contendo neste âmbito parte dos concelhos de Canavezinhos, Penafiel e Gondomar, terminando esta medição na margem direita do Douro, na povoação de S. Tiago, em frente donde havia principiado. Já se vê que o território de *Aréjia* era muito extenso.

Não pude saber quando esta cidade deixou de existir; mas é certo que dos princípios do século XII não se tornou a falar nela. É provável que o conde D. Henrique, dando nova forma e mais adequadas divisões ao reino de Portugal, a suprimisse. Segundo Viterbo, a igreja e freguesia de Santa Maria de Eja, na Foz do Tâmega, tomou o seu nome de *Aréjia*. É certo que esta freguesia ficava dentro da medição que descrevi.

Em 1061, reinando D. Fernando Magno, de Castela e Leão, em uma doação que fez o presbítero Fromosindo Romarigues ao sacerdote Sandila, seu filho, da igreja de *Vila Real* (hoje *Real*, no concelho de Paiva), se diz — *in Villa-Real, territorium Enegia, subtus mons Serra-Sicca, discorrentem rivulo Sardoura* (ribeiro que ainda com o mesmo nome corre por esta freguesia, vide *Sardoura*) *flumen Durio*. Esta doação é mais uma prova de que me não engano em dizer que a actual *Aréjia* é no mesmo sítio da antiga cidade *d'Aréjia*. É verdade que eu não vi isto em escritor nenhum; mas a quase conformidade dos nomes e tudo o mais que deixo dito, provam que também eu fiz esta descoberta. Quem quiser ver a tal doação mais circunstanciada, veja *Real*, concelho de Paiva. Os *tamacanos* — povos que habitavam as margens do Tâmaca (hoje Tâmega) pertenciam, em parte, a esta

cidade. Eles ajudaram a construir a ponte de Chaves. (Vid. Chaves)».

Da Cor. Mod., de J. M. Baptista:

Ant.^a F. de S.^{to} António da Lomba, cur.^o da ap. do abade de Melres, no T. da d.^a V.^a de Melres. Hoje é reit.^a. Está sit.^o o L. de Lomba na m. e. do Douro. Dista de Gondomar 3¹ para S. E. (atravessando o rio em barca).

Compr.^e mais esta F. os lug.^{es} de Areja, Lavercos, Sante, Carvalheira, Lavercos de Cima, Lavercos de Baixo, Monte de Meda, Sante de Além, Sante de Aquém: e as q.^{tas} de Galmeira, Pederneira; e a H. I. de Inha.

P.	C. ...	208
	A. ...	273
	E. P. ...	984
	E. C. ...	1,181

O Minho Pitoresco, tom. II, pág. 612, depois de Medas, aborda esta freguesia que fica na margem esquerda do rio Douro, dizendo:

«Até alturas de Medas banhava o rio os dois concelhos de Gondomar e de Gaia; mas neste momento, por um capricho qualquer da administração ou da política, todo o rio pertence ao concelho que vimos perlustrando, apresentando-se Melres em toda a margem direita e encravando-se na margem esquerda a freguesia de *Santo António da Lomba*, em cujo lugar de *Sante* ou *Pé de Moura*, o mais importante que avistamos, depois da risonha colina de *Lavercos*, costumam fazer pouсадa os barcos que vêm do Douro, sendo este por isso um porto de bastante comércio com o Porto, para onde exporta lenha, carvão de urze, carqueja e outros géneros. A capela que no lugar

existe é dedicada a Santa Eufémia, uma das tais nove gémeas, de cujo miraculoso nascimento tem o leitor notícia no capítulo referente a Braga. No extremo da freguesia, subindo o rio, vê-se o modesto lugar de Areja, debruçado sobre um pequeno ribeiro que vem afluir ao Douro, mas notável apesar da sua humildade, já por marcar uma linha divisória entre freguesias, concelhos, comarcas, distritos e bispados, já porque representa historicamente a tradição da antiga cidade de *Eréjia* ou *Anéjia*, centro de um vastíssimo território que compreendia ainda no século XI o que hoje constitue o concelho de Paiva e parte dos de Arouca, Cinfaes, Canavezés, Penafiel e Gondomar. Segundo Viterbo, a freguesia de Eja (Entre-os-Rios) tomou o nome da antiga *Aréjia*. Ignora-se quando esta cidade foi destruída, sabendo-se apenas que desde os princípios do século XII não tornam a falar dela os documentos coevos. O leitor curioso pode no 1.^º vol. do *Dicionário*, de Pinho Leal, encontrar uma notícia valiosa sobre esta modesta e pobre aldeia de Areja, que da margem esquerda namora o lugar de Moreira, pertencente à freguesia de Melres, fronteira, em toda a linha fluvial, da freguesia da Lomba.»

O autor da *Monografia de Paredes*, página 368, a propósito da igreja de Lordosa, e do lugar de Cete, transcreve: «Quanto ao território anégico ou arégico, ele compreendia ao Sul e ao Norte do rio Douro, mais ou menos terras, de Arouca, de Gondomar, Cinfaes, Paiva, Marco, Penafiel e Paredes. A linha de demarcação ao Norte do Douro vinha de Alpendurada a Penafiel, serras de Aguiar, Recarei e Covelo, terminando em Melres. (*Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, pág. 238, col. 2.^a).».

«A freguesia de Eja, como a de Entre-os-Rios, tiveram antigamente foros de vila e couto, havendo um foral de D. Manuel, de 20 de Outubro de 1519, que lhes concede certos privilégios.» E mais abaixo: «Sobre o nome de Eja têm dissertado mais ou menos

casuisticamente os arqueólogos, fazendo-o proceder de *Aréjia*, cidade antiquíssima, que foi talvez onde é hoje a aldeia de Areja, na freguesia da Lomba, de Gondomar; derivando-o de *Ben-Dan-Eja* (lavado dos ventos), o que está pouco em harmonia com o lugar, ou fazendo significar a estas palavras árabes — *filho de Dan, o renegado* — do verbo *aleja*, mudar de religião, sendo aqui talvez um núcleo de mosárabes.»

A CIDADE DE ARÉJIA OU ANÉJIA

Em um manuscrito da Biblioteca P. Municipal do Porto, com o título *Colecção de algumas notícias históricas que extraí no ano de 1814*, o autor (talvez o Dr. António de Almeida, da Academia das Ciências de Lisboa), na nota 59.^a, intitulada *Território e Cidade de Anéjia*, escreveu :

«S. Isidro diz que Leovigildo conquistara nos confins da Galiza a cidade de Aréjia (Anéjia), e o *Chronicon Biclarensis*, no ano de 675 faz menção dos Montes Arejenses, situando-os aonde hoje são os Montes de Arouca. O território desta cidade compreendia ainda do século XI parte na diocese de Lamego e parte na do Porto. Na doação que D. Ordonho, Rei de Leão e os Grandes da sua Corte fizeram em 922 ao Mosteiro de Castrumire (hoje Crestuma) em contemplação de D. Gomado, Bispo de Coimbra, que nele se havia recolhido (como consta do Livro preto da sé de Coimbra, a folhas 39), se fez menção do porto, cais ou surgidouro da cidade de Anéjia. Nos documentos de Pendurada, Arouca e Paço de Sousa se encontra a cada passo o nome desta cidade, que compreendia ao Sul do rio Douro tudo o que fica águas vertentes da Serra Seca e montes de Arouca, e atravessando o Douro passava pelo monte de Arados, sobranceiro a Pendurada, deixando à direita o concelho de Bemviver: daqui cortava pelo Tâmega em direitura a Penafiel, onde

hoje a vemos, incluindo-a, e ao Mosteiro de Paço de Sousa; e daqui tornando a passar o Douro abrangia todo o termo e terras de Arouca, fechando no sítio em que se começou a demarcação⁽¹⁾.

Em 943 era Senhor de Anéjia, D. Ansur Godestriz, com jurisdição de baraço e cutelo pela causa de homicídio perpetrado pelo presbítero Adulfo. D. Garcia, rei da Galiza, ainda em o ano de 1068 doou várias terras a Munio Viegas, sitas *subtus mons Eiras territorio Anegiae decurrente fluvio Durio*, desaparecendo porém o nome desta cidade nos fins do undécimo século, por ocasião da formação de novos governos. A igreja de S. Maria de Ega no julgado de Penafiel tomou, segundo parece, o nome desta cidade. *Elucid.*, t. I, pág. 275, 340 e *Memor. de Literat. Portug.*, t. VII, pág. 131.»

A exposição que segue foi-me fornecida por um amigo, natural desta freguesia:

«A freguesia da Lomba fica na margem esquerda do rio Douro, sendo limitada ao Norte e Poente por este rio; ao Sul pelo rio Inha, limite de Canedo,

⁽¹⁾ Sobre o território de Anéjia, pode ler-se um desenvolvido estudo em *O Archeologo Portuguez*, vol. IV, pág. 193; nele, o sr. P. de Azevedo procura identificar a população de Eja com o nome de Anéjia, citado várias vezes nos *Portugalia Mon. Hist.*, entre 875 e 1090. Esse território desapareceu com este nome e há já tanto tempo que mal vestígios restam para sua exacta identificação. A sua superfície, «começando na parte superior do rio Ferreira, conglobava o curso inferior dos rios Sousa e Tâmega; depois passando o Douro ia terminar a cerca de metade do rio Paiva, já em plena Beira». De modo que a moderna freguesia de Eja tomou o nome de *Anéjia*, «por intermédio de Aeja e depois Hega (=Heja ou Eja)», como vem nas inquirições de 1258 (*Port. Mon. Hist.*, pág. 587).

Também *O Archeologo Portuguez* aventa a hipótese de o território de Anéjia ter tido uma outra denominação que era a de *Inter ambos rivulos* (Douro e Tâmega), como se lê na *Dissert. XIX*, de João Pedro Ribeiro. E elucida: «Hoje a freguesia de Entre-Rios está anexa à freguesia de Eja».

freguesia do concelho de Vila da Feira; Nascente pelas freguesias de Pedorido e S. Miguel de Matos, sendo esta do concelho de Arouca e aquela do de Castelo de Paiva. Fica situada a Sueste da sede do concelho 18 quilómetros e do Porto 24. Orograficamente falando, o solo desta freguesia é muito montanhoso, sendo recortado por profundos vales. É nesta freguesia que tem princípio a serra de Ossa. Actualmente a divisão administrativa com o concelho de Paiva é feita pelo ribeiro do Portal. Antigamente não era assim, pois havia marcos além do ribeiro do Portal (ribeiro de Areja), como ainda se vê na foz, onde há um marco muito além desta, indo daí em direcção à Póvoa (da freguesia de Pedorido), seguindo na direcção Sudeste pelas vertentes da serra da Póvoa até ao monte Camouco. Esta divisão não é somente de freguesia com freguesia, mas também de concelho e distrito. Esta freguesia, exceptuando a frente banhada pelo rio Douro, tem por todos os lados o distrito de Aveiro. No monte do Camouco onde rematam os concelhos de Arouca, Feira e Paiva, podiam estar quatro administradores a falar uns com os outros, sem sairem do respectivo concelho. Tem o monte do Camouco 600 metros de altitude. Não obstante ser esta freguesia muito recortada por profundos vales, é muito pobre em águas no verão e por isso a maior parte das suas terras de lavradio são terras *de seca*.

Tem a freguesia cinco povoações, sendo a maior a de Sante, seguindo-se-lhe Labercos, ficando a Lomba em terceiro lugar. Em categoria social é o lugar da Lomba o primeiro, visto ser a sede da freguesia onde está a igreja paroquial. Disfrutam-se lindos panoramas da Lomba, principalmente do sítio onde está o cemitério, donde se avistam terras de Penafiel e Castelo de Paiva, sem fazer referências às da freguesia de Melres.

De todas as freguesias do alto concelho, era o lugar da Lomba o mais culto. Observa-se essa

cultura no falar e no vestir da sua população notando-se nas raparigas da Lomba um tipo pouco vulgar, com uma certa linha e graciosidade.

¿De onde viria aquela cultura? Talvez por ter sido ali um solar de gente fidalgo e rica — os Quezadas Vilas-Boas, o que ainda hoje atesta a nobre casa pelo brasão do Portal, em ruínas, ali existente. O último morgado foi José Maria Quezadas Vilas-Boas. Esta família, oriunda de Espanha, segundo diz Pinho Leal, não consta que tivesse parte activa nos fastos gloriosos de Portugal.

Também existe ali a muito conhecida Casa do Capitão, por um dos seus antigos proprietários ter essa patente nas guerras de D. Miguel, chamado José Francisco Pereira. O actual representante dessa ilustre família é o Sr. José Francisco Pereira de Meireles, que bons e relevantes serviços tem prestado à sua terra natal. Modernamente, houve uma família que muito deveria ter concorrido para a cultura que sempre observamos na gente da Lomba. Refiro-me à família Moreira dos Santos, que teve ali valor e consideração e muito especialmente um dos seus membros, o Dr. José António Moreira dos Santos, que foi um político de muito merecimento e médico ilustre, muito considerado como tal, no Porto, onde exerceu clínica. Prestou bons serviços à gente da sua terra adoptiva — a sua querida Lomba, como dizia, e onde faleceu em 1908. Era natural de Baltar, concelho de Paredes.

Há neste lugar as minas de carvão do Barral. Há também minas de antimónio, prata e chumbo, no Portal, que já têm estado em grande elaboração. Nos montes cujas vertentes descem até ao *ribeiro do Portal*, há um sítio onde dizem que existiu uma torre, e onde hoje se vê uma espécie de poço cheio de pedras e terra, conhecido pelo Telefe. No lugar da Lomba, cultiva-se muito a oliveira e já vem isso de longos tempos, como mostram as frondosas oliveiras de grossíssimos troncos.

É muito própria a terra para essa cultura e pena é que os olivais não sejam tratados como deviam ser.

A freguesia da Lomba pertenceu à vila de Melres; com o correr do tempo foi um curato anexo à abadia de Melres. Em 1807 desmembrou-se, constituindo-se a actual freguesia da Lomba. É padroeiro da freguesia Santo António, cuja imagem possue um lindo e valioso resplendor de ouro. O Menino Jesus também tem um. Ambas estas jóias sagradas devem pesar mais de um quilo de ouro.

Ainda há pessoas na Lomba que dizem por tradição que quando morria alguém na Lomba iam à beira do rio e gritavam para Melres: *Ó de além: traz aquém a grossa e o pau da grossa para um nosso irmão que está tanguido* (morto). Grossa era a cruz.

Em terras brasileiras está sepultado (no Pará) um filho da Lomba que muito a amou e honrou. Chamou-se em vida Carlos Maria Gonçalves Barbosa, muito ilustrado, tendo escrito para vários jornais do Pará, defendendo sempre com ardor e brilho a sua Pátria. Tendo falecido em 4 de Março de 1917, está sepultado no cemitério de S.^{ta} Isabel, daquela cidade, em magnífico jazigo perpétuo.

Nasceram nesta freguesia bastantes padres. A Casa do Capitão, da Lomba, teve um. As do Alferes, do Rocha e do Catarino, de Labercos, também deram padres. Na Casa de Sante, houve o padre Álvaro Alves Ferreira da Silva, que foi padre da Sé, no Porto, filho do Morgado que é personagem nos romances de Camilo Castelo Branco, *A Maria da Fonte* e *A Brasileira de Prazins*. No lugar da Areja nasceu o actual padre de Melres, o padre Jerónimo Joaquim Ferreira. O padre acima citado, da Casa do Alferes, chama-se Manuel Francisco da Cruz e foi pároco na freguesia de Barqueiros, no Douro, e por uma carta-pergaminho, existente na Casa de Sante, foi-lhe concedido no tempo da Infanta D. Isabel Maria, Regente do Reino, legitimação de sua filha Maria e título de nobreza, para poder

casar com Morgado, como de facto casou com um dos Morgados da dita Casa de Sante.

É pároco actualmente da freguesia o Rev. P.^e Justino Francisco da Silva, muito estimado pelas suas belas qualidades.

LUGAR DE SANTE

Diz Pinho Leal, referindo-se a este lugar da freguesia da Lomba, o que segue: «Nesta freguesia é o grande lugar de Sante ou Pé de Moura, ponto de bastante comércio com a cidade do Porto, para onde exporta constantemente madeira, lenha, carvão, urze, carqueja e outros géneros». E de facto assim é, salvo quanto ao nome de Pé de Moura. Em nenhum documento antigo se encontra o nome de Pé de Moura, mas sim o de Sante, como consta de uma cópia do Foral da Vila de Melres, existente na Casa de Sante, dado em 1514 por D. Manuel I, que em referência aos foros que pagavam certas quintas de Melres e Lomba, diz o seguinte :

«Ha mais na dita terra Quintas que pagão foros sabidos, comvém a saber: a de Sam Thiago que paga de foro e sem outro terço nem quarto, mil e oitenta reis e outros tantos paga a Duarte Peixoto. E a quinta da Sobreira paga outros mil e oitenta reis. E outra Quinta de Alvaro Brandão, seis centos e quarenta reis. E a quinta de António Fernandes da Carvalheira, quinhentos reis. E a Quinta de Sante pelos Casais de Sante quatro centos e oitenta reis...»

Este nome de Sante, nome da actual povoação, deve ter vindo do nome da quinta que era formada pelos terrenos do actual lugar, senão pela totalidade, mas pela maior parte. O nome de Pé de Moura, que aparece num documento muito mais moderno, depois da Quinta de Sante ter sido dividida pelos herdeiros,

parece indicar um local do lugar e não o lugar. Nesse local existe um rochedo à beira do rio Douro, actualmente metade do que já existiu, conhecido por «pedra encavalada».

O tombo da quinta de Sante fala-nos na «*pedra cavallar*» de *pédemoure*, falando-nos também nas casas de Sante pertencentes a Maria Antónia, de Sante. Além disto, sendo o lugar dividido por um ribeiro, dum lado, chama-se actualmente Sante de Além e do outro, Sante.

No nosso entender, o nome de Sante, nome do actual lugar, teve a sua origem no nome da quinta, designando Pé de Moura um local do lugar de Sante, lugar bastante pobre, vivendo os seus habitantes, uns do peixe que pescam, outros da arte do rio e os restantes da agricultura.

A pesca já era ocupação dos habitantes daqui, desde tempos muito afastados, pois D. Manuel, em 1514, pelo foral da vila de Melres, lançou imposto sobre ela: «E pagasse mais na dita terra, dos Sabeis e Lampreijas que se matarem nos Arinhos o quinto, Convem a Saber de Cinco peixes hum, e mais do pescado que matão de noute pagão hum Sabel, ainda que não matem mais, eposto que mais matem não se paga mais de hum Sabel, digo de um peixe alem do quinto e chamasse este direito de Carneiro.»

A maior parte das mulheres ocupam-se em ir aos montados cortar urze e carqueja que trazem aos molhos para a beira do rio, donde tais géneros seguem para o Porto.

Abaixo do lugar de Sante, encontram-se os montes do Barrão, de cujo cimo se avista a *ribeira da Inha*, esplêndida para a cultura do milho e onde o concelho de Gondomar é limitado do da Feira pelo *rio Inha*.

Anda na tradição que junto ao Barrão, foram metidas a pique duas embarcações artilhadas no tempo das lutas dos liberais contra os miguelistas.

Na *ribeira da Inha*, bastante acima da foz, há uma ponte de pedra, com um arco em granito

ligando um caminho da freguesia da Lomba com um de Canedo. Foi mandada construir pelas Câmaras de Gondomar e da Feira. Existe em Sante a capela de Santa Eufémia, padroeira do lugar, realizando-se os seus festejos no segundo domingo de Setembro. É tida por muito milagrosa e entre os milagres contam que, por ocasião de uma cheia do Douro, este rio levou uma porta da capela, e passados dias trouxe outra diferente da que levou que se ajustou perfeitamente no novo lugar. Esta capela pertenceu à casa de Sante, sendo hoje pública. Tem além da Santa Eufémia, a Senhora do Ó e o Santo Ildefonso.

Funciona neste lugar uma escola, mas não tem edifício próprio, como sucede com a do lugar da Lomba.

A gente deste lugar, assim como dos restantes lugares da freguesia, é na sua maioria muito dada a credices, algumas delas bastante prejudiciais, porque prefere ir às benzedeiras nos casos de doenças graves a chamar o médico. Há uns bons anos atrás, era vulgar ouvir dizer que tinham estado à espera do lobishómem, em tal sítio com varas aguilhoadas para o picarem, porque picando-o e fazendo-lhe sangue perdia o fado. Ouviu-se ainda hoje falar de outra aparição nocturna — «o tardo». Dizem ser o diabo que aparece geralmente no feitio de gato ou porco e algumas vezes de cão exalando um cheiro especial — a azeitum (?). Era voz corrente também, que em sítios retirados, quer em vales sombrios, quer nas encostas dos montes, se encontravam pedras com certos sinais, feitos pelos mouros, e que quem junto dessas pedras cavasse, encontraria tesouros. Como por exemplo :

«Na fonte da Moura 3 passos fora da Fonte está huma arca dentro della está uma tinalha com arrôba e meia de ouro altura de hum homem.»

«No val grande está huma pedra com humas ferraduras pintadas para a parte do Poente debaixo

das mesmas pedras está um sacão cheio de barras de ouro as mesmas ferraduras o estão mostrando altura de hum homem.»

Há neste lugar a casa do Sr. Manuel dos Santos Moreira, conhecida por Casa de Sante, muito antiga, tendo sido um morgadio — o morgado de Sante — como consta dos documentos existentes na mesma casa.

Este morgadio foi instituído por João Ferreira, rico comerciante, morador na cidade do Porto, freguesia de S. Nicolau, na rua de Fonte Aurina (Fonte Taurina).

Tinha João Ferreira os seguintes filhos: Maria Teresa, casada com João Carneiro de Araújo; Antónia Teresa, casada com Luiz Cabral, fidalgo da Casa de Sua Majestade, morador na Corte; Padre Manuel Ferreira da Costa, sacerdote do Cabido de S. Pedro; Josefa, que morreu solteira.

Diz João Ferreira, no seu testamento:

«Instituo hum Morgado que ande sempre na minha geração com sobrenome de Ferreira, pela melhor forma que em direito haja lugar e dizer-se possa, o qual Morgado Instituo Imperpetuum na ditta minha netta, digo na ditta minha netta Maria, filha do ditto João Carneiro de Araujo meu genro e de minha filha Maria Teresa Ferreira; se a ditta minha netta nomiada se falecer sem filhos, ou antes de tomar Estado, Instituo no dito Morgado a outra minha netta por nome Ignes, etc. ...» Desta Inês passou o Morgadio a ser herdado por Manuel Alves da Silva, de Sante, casado com Josefa Maria Ferreira, da Quinta da Zenha (S. Tiago de Melres), herdeira do morgadio.

Destes nasceu Manuel Alves Ferreira, casado com Clemência Moreira, da Casa da Póvoa, lugar da Póvoa, freguesia de Pedorido. É voz corrente ainda hoje que Clemência mesmo em vida fazia milagres, contando-se

casos parecidos com os da rainha Santa Isabel. Contam mais, que tendo gasto uma talha de azeite com os pobres, esta apareceu cheia, quando o marido foi ver a quantidade que havia de azeite. Existe ainda na Casa de Sante o túmulo em pau preto em que ela esteve, quando decorridos anos a encontraram intacta. Foi de novo enterrada debaixo da Igreja Paroquial da Lomia, por ordem do bispo; dizem também que foi roubada de noite e levada para fora da freguesia.

A Manuel Alves Ferreira sucedeu no morgadio seu filho Manuel Alves Ferreira J.^{or} ou como outras vezes também assinava: Manuel Alves Ferreira da Silva. Foi este que teve parte importante nas lutas da época. (Vid. *Maria da Fonte e Brasileira de Prazins*, de C. C. Branco). Foi comandante do Facho da Serra de Vilarinho em Melres⁽¹⁾, como consta da patente existente na Casa de Sante:

«João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, do Conselho de S. Mg.^{de}, Moço Fidalgo com exercício, Comendador nas Ordens de Cristo, Conceição e Torre Espada, Cavalleiro de S. João de Jerusalém, Marechal de Campo Graduado, Governador Interino das Armas do Partido do Porto, etc. Por se achar vago o Posto de Tenente do Facho do Concelho de Melres, denominado da Serra de Villarinho, e convir provello em

⁽¹⁾ Na monografia de *Paredes de Coura*, pág. 125, do Dr. Alves da Cunha, a respeito dos *fachos* há a seguinte explcação: «Os Fachos eram postos militares de observação que se correspondiam por meio de luzes, fogueiras, fachos. Situados em pontos elevados — montes — incumbia-lhes a missão de denunciar a aproximação do inimigo, utilizando-se para isso de fogo, cujo fumo (de dia) ou a luz (de noite) servia de sinal. Havia companhias com oficiais, sargentos e soldados (chamadas *companhias do facho*) cuja obrigação era procurar combustível para ele, guarnecer-lo e acendê-lo, segundo as ordens recebidas».

pessoa de capacidade e merecimento e porque estes e outros requisitos concorrem na pessoa de Manoel Alves Ferreira da Freguesia da Lomba e pela boa informação que delle tive; hey por bem nomear (como por esta carta nomeio) Tenente do referido Facho da Serra de Vallarinho, com a obrigação de reedificar o mesmo Facho á sua custa e que quando para o futuro seja necessário fazer algum concerto no ditto Facho, o não faça sem primeiro mo representar, e terá particular cuidado a respeito da guarda delle; o qual Posto servirá em quanto eu o houver por bem e S. Mag.^{de} não mandar o contrario e com elle gosará de todas as honras, privilegios, exempçōens e franquesas que direitamente lhe competirem em rasão do mesmo Posto: Pelo qual ordeno aos Cabos de Guerra, Officiais Maiores e mais pessoas a quem o conhecimento deste pertencer, o deixem servir e exercitar as funcçōens do seu Posto e os mais Officiaes subalternos e Soldados da Guarda do ditto Facho cumprão e guardem as suas ordens tendentes ao Real Serviço e para bem servir como deve e he obrigado haverá juramento e posse na forma do estilo, registando-se esta na Secretaria do Governo e onde mais pertencer em firmesa do que lhe mandei passar a presente que vai por mim assignada e sellada com o sello das Armas Reaes deste Governo. Dada nesta Cidade do Porto em onze de Maio de mil oito centos e vinte e seis.»

(Sêlo) a) *João Carlos de Saldanha Oliveira Daun,*
João Alexandre Gouslade, Gen.^{a1} Int. das Ar.^{s.}
Secret. do Governo.

«Dei posse ao Tenente do Facho da Serra de Villarinho do Concelho da Villa de Melres a Manoel Alves Ferreira Junior, mencionado nesta patente incluza. E igoalmente lhe dei juramento tudo na forma determinada por Sua Ex.^a, e recebido por elle o dito Juramento debaixo delle prometeu saptisfazer as Suas obrigaçōinz: para o que será Registada na Câmara desta

Villa de Melres. Quartel em Melres aos seis de Junho de 1826.»

a) *José Francisco Pereira,*
Capitão Commd.^e

Regd.^a a p 81 do L. Compet.^e
Secret.^a do Governo das Armas
do Porto, em 11 de Maio de 1826.

a) *Antonio Jose de Mello Simoins,*
Official da Secret.^a

Fica Rezistada no Libro Corrente
da Cammara a f 181 Villa de
Melres 7 de Junho de 1826.

a) *Jose da Rocha e Castro,*
Escriv.^{am} da Camara.

PROVEDORIA DO CON.^o DE MELRES

Signais

I.^{de} 24 anos
Estat.^a 63 pl.
Rosto Redondo
Cabelos Crespos
Sob olhos pretos
Olhos cast.^{as}
Nariz Reg.^r
Côr branca

Legitimou-se nesta Repartição o
Morgado de Sante Manoel Alves
Ferreira Capp.^{am} que foi do Ex. B.^{am}
de R.^{as} de Penafiel, vindo de Tomar
com guia do Ten.^e Coronel Jose
Joaquim Loreiro p. ordem de Sua
Ex.^{ia} o Duque da Terceira o qual
vem residir para sua casa, avonado
por João Soares desta Villa. E de-

clarou hir habitar p.^a sua casa no lugar de Sante deste
concelho: e para que possa Residir neste con.^{lo} por
tempo de tres meses, findos os quais devera novam.^e
apresentar-se, lhe fiz passar a presente que bai por mim
asignada, Melres 9 de Julho de 1834.

Eu Manoel Joaquim de Miranda escripturario a
escrevi

a) *Henrique Coelho da Rocha.*

«Achando-me nomeado por S. M. F. El Rey
Dom Miguel Primeiro (Que Dios Guarde) Seu Gene-
ral em Chefe, e Director Militar do Reino de Portugal
para a Restauração de Seu legitimo Trono, y direitos
e os da Nacion — violenta e injustamente usurpados
por uma Facção liberticida, e convindo a esta Restau-
ração a organização de uma Força Militar, e tendo
sido informado e reconhecendo na Pessoa de Manoel
Alvares Ferreira da Silva o valor, Fidelidade e Patrio-

tismo necessarios para sustentar os Sagrados Direitos do Altar e do Trono, o nomeio Tenente Coronel Commandante do Batalhão de Paiva, autourizando-o a nomear todos os officiaes do Batalhão e lhes ordeno q. o reconheção como Seu Chefe e lhe prestem a debida obediencia na forma q.^e percrese o regulamento militar.

Lisboa, 15 de Agosto de 1846.

O General em Chefe e Director Militar,
a) *Reinaldo Macdonell.*

Quem me enviou cópia destes documentos, juntou mais um que é uma ordem de serviço relativa à distribuição de rações aos soldados. Como se vê, algumas palavras ou sílabas são ilegíveis. Este ofício revela pelo menos que o Sr. Manuel Alves Ferreira da Silva entrara no exercício de suas altas funções, no Quartel das Medas, no ano da graça de 1847. O documento diz :

III.^{mo} Senr.

.....consequencia no 1.^º e 3.^º Batalhões se acharem
.....num ponto mais remotto do Dep. de Viveres ao
.....q. o de V. S.^ª está mui proximo, ordenei que
.....Batalhões sejão fornecidos logo de manhã
e primeiro do que o de V. S.^ª, e o de Bemviver; pois q.
tem aqueles Batalhões ficado por vezes sem receberem
rações, em razão de receberem tarde, e não chegarem
a tempo aos seus acampamentos p.^º serem destribuidas
as rações aos Soldados: o que não acontecerá aos de V. S.^ª
e Bemviver q. por estarem mais perto, ainda que recebão
maistarde, he a tempo de no mesmo dia se distribuirem
Fica dispensado o oficial do Piquete da F.....
miga, devendo compor-se só de hum Sar.....
hum Cabo, e os Soldados do costume.
V. S.^ª sirva-se de mandar o Mappa da f.....
dos os dias, segundo as ordens dos Ex.^{mgos} Generaes
Deos G.^{de} a V. S.^ª = Quartel nas Medas 6 de Maio 1847.

a) *Victorino Jose da Silva Tavares,*
Q.^{tel} M.^e G.^{a₁} e Comd.^{te} da Força.

II.^{mo} Snr. Manoel Alves Ferreira da Silva,
Ten.^{te} C.^{el} do B.^{am} de Paiva.

O Morgado Manuel Alves Ferreira também foi juiz:

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta e tres, aos oito dias do mes de Novembro do ditto ano nesta villa de Melres e Casa do Paço do Concelho della em publica Audiencia, que fazia o Cappitão Manoel Alves Ferreira juis ordinario de todo o Civel Crime e orfaons que apresente anno está servindo nesta villa e Seu Termo...»

A Casa de Sante, além de ter dado padre, deu também o actual médico da Torre de D. Chama (Mirandela).

Partindo de Sante e seguindo a margem do rio Douro em direcção à Lomba, encontra-se um pouco afastada do lugar de Sante a quinta da Pederneira. É uma quinta toda murada, tendo fora dos muros o lugarejo da Pederneira, formado por três casas. Pertence actualmente a Jesuína Cândida da Silva Moreira, filha de Manuel dos Santos Moreira e de Jesuína Cândida da Silva Moreira, da Casa de Sante. Esta quinta foi comprada a D. Aniceta de Almeida Pederneira e chamava-se nesse tempo a quinta da Lampaça. Tomou depois, pelos vistos, o nome da ex-dona, estendendo-se depois ao lugarejo que é de formação recente.

LABERCOS

É um lindo povoado, onde há boas casas de lavradores, como sejam as casas do Pereira, do Alferes e do Rocha. Parte da ribeira do rio Inha pertence a esta povoação, produzindo muitos carros de milho, feijão e bastantes pipas de vinho. Os outros terrenos, situados propriamente no lugar são de seca, mais pró prios para o centeio que outras culturas. É actual mente chefe da casa do «Pereira», o Dr. Matias dos

Santos, natural da freguesia de Covelo, de Gondomar, por ter casado com a herdeira da mesma casa; é o único médico que há na freguesia, com bons serviços à população, especialmente neste lugar, pois presta serviços clínicos gratuitamente. Esta casa do «Pereira», de construção recente, é um belo prédio. Principia aqui a Serra de Ossa, ramificação da Serra de Cabeço do Sobreiro, sendo puríssimos os ares e aromatizados pela essência dos pinheiros de que são cobertos os montados.

MONTE DE MEDA

Pequeno povoado nas encostas do Monte do «Camouco» de onde se disfruta um panorama lindíssimo, próprio para a construção de um sanatório se os meios de Comunicação fossem outros. É um lugar formado por cinco casas, sendo os habitantes os que da freguesia melhores ares possuem, pois é o lugar mais saudável do concelho. Encontra-se por estes sítios bastante caça, como lebres, coelhos, perdizes e galinholas. Este lugar é bastante antigo, porque num documento referente à Quinta de Sante encontra-se uma referência a Monte de Meda.

AREJA

É uma aldeia com pequena população e todavia é notável por dizerem que na antiguidade foi a cidade de Anéjia ou Aréjia. Fica situada a N. E. da Serra do seu nome, ramificação da Serra de Cabeço do Sobreiro. Não existe neste lugar cousa alguma que indique ter sido uma cidade; mesmo a topografia do lugar assim o indica.

Esta povoação divide a freguesia da Lomba da de Pedorido; o concelho de Gondomar do de Paiva; o distrito do Porto do de Aveiro e a Comarca de Arouca da 1.^a do Porto.

Tem uma ponte metálica, mandada construir pela Empresa Carbonífera do Douro, L.^{da}, para uma linha férrea até Sante, a fim de trazer carvão, mas está paralizado o serviço.

Há no alto da Serra, no lugar de Areja, um local a que chamam «Presas», onde tem aparecido alguns vestígios de antiguidades, como sejam restos de construções, e onde o terreno é próprio para uma cidade, como no geral eram as antigas cidades. Também é conhecido o dito local pelas «Alminhas», por ter ali uma pequena capela. Aréja ou Anéjia dos antigos parece que foi fundada pelos Suevos, antiquíssimo povo Luso-Hispânico, sendo conquistada pelos Godos, outra raça de povos que, como aqueles e outros, concorreram para a formação das actuais raças peninsulares. É neste local que nasce o ribeiro de Golmeira, que vai até Sante onde se lança no Douro.

A Lomba é a única freguesia do concelho que tem dois cemitérios⁽¹⁾; um no lugar de Sante e outro no lugar da Lomba; aquele foi construído em 1911 e o do lugar da Lomba em 1913. Deve-se a iniciativa destes melhoramentos na freguesia ao Sr. Manuel dos Santos Moreira. Foram construídos por subscrição pública; somente o da Lomba teve o auxílio de duzentos escudos da Câmara Municipal de Gondomar, conseguidos pelo então vereador da mesma, Sr. José Francisco Pereira de Meireles, que bons serviços prestou também na construção do mesmo.

O terreno da freguesia é quase todo arborizado por extensos pinheirais, dando-se bem nesta freguesia todas as qualidades de árvores frutíferas. Os azeites desta freguesia são excelentes. Há duas escolas públicas, uma no lugar da Lomba e a outra em Sante.

Exceptuando o lugar da Lomba, o analfabetismo deve andar por 90 por cento, nos outros lugares da

(1) A Vila de Gondomar também tem dois cemitérios, ficando no meio deles a igreja paroquial.

freguesia, que é onde está a maioria da população da mesma; é esta a freguesia mais inculta do concelho, especialmente o sexo feminino, onde o analfabetismo deve andar por 98 por cento.

É doloroso o que acabamos de escrever, mas é infelizmente uma verdade.

FREGUESIA DAS MEDAS

Em 1874, Pinho Leal referindo-se a esta freguesia escreveu :

«Freg.^a, Douro, comarca e 22 km. ao E. do Porto (1.^a vara) concelho e 10 km. ao E. de Gondomar, 160 fogos. Em 1757 tinha 101 fogos. Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Natividade). Bispado e distrito administrativo do Porto. O reitor de Lever (na comarca da Feira, e em frente das Medas, mas na margem esquerda do Douro) apresentava o cura, que tinha 7\$00 de côngrua e o pé de altar. Esta freg.^a é situada em terreno muito acidentado, sobre a margem direita do rio Douro. Não é muito fértil, por ter poucos terrenos cultivados; mas os seus pequenos vales produzem bastantes cereais, linho, vinho e outros frutos do País. Tem pinhais e bastantes arvoredos silvestres, cria gado de toda a qualidade e caça. Também há aqui muitas colmeias. É abundante de óptimo peixe do Douro (sobretudo os excelentes sáveis, lampreias e trutas) e pelo rio lhe vem peixe do mar..»

Em 1887, *O Minho Pitoresco*, continuando a descrição das freguesias ribeirinhas do Douro pertencentes a este concelho observa :

«Que deliciosos quadros formam aí os seus lugares de Broalhos e Pombal, ambos despejando sobre o rio os arroios angustiados que vem descendo as montanhas ! Se a época em que o leitor fizer este passeio fluvial, for a das pescarias da lampreia e sável, mais

encantadoras linhas lhe oferece então a paisagem, porque tem a animá-la o movimento alegre do largar e recolher das redes, feito por numerosas *companhas*. A população de Medas tira dessa pescaria alguns proveitos, o que por certa forma lhe supre a deficiência de terrenos cultiváveis no seu accidentado solo. As colmeias constituíram outrora um ramo próspero da sua indústria, e ainda hoje aí são numerosas. Até alturas de Medas banhava o rio os dois concelhos de Gondomar e de Gaia; mas neste momento, por um capricho qualquer da administração ou da política, todo o rio pertence ao concelho que vimos perlustrando, apresentando-se Melres em toda a margem direita e encravando-se na margem esquerda a freguesia de *Santo António da Lomba*. (Tom. II, pág. 612).»

A *Corogr. Mod.*, de J. M. Baptista, presta a seguinte informação⁽¹⁾:

Ant.^a F. de S.^{ta} Maria das Medas, cur.^o da ap. do reitor de S.^{to} André de Lever, no ant.^o conc.^o de Aguiar de Sousa. Está sit.^o o L. das Medas, na m. d. do Douro. Dista de Gondomar 2 1/2 léguas para S. E.

Compr.^e mais esta F. os lug.^{res} de V.^a Cova, Broalhos, Pombal = Cavadas, Boa Vista, Fisga, Carvalhos e Outeiro da Vinha; os casais de Portoselo, Formiga, Estivada, Cruz, Leira Longa, Cavaleiros; e as q.^{tas} ou H. I. de Val de Amores, Estivada, Lousada, Souto, Bicha, Jôgo da Bola e Painsaes.

P.	C.	76
	A.	152
	E. P.	162 539
	E. C.	645

⁽¹⁾ As abreviaturas deste autor querem dizer: *P.* (população); *C.* (Corogr. do Carvalho); *A.* (a do Almeida); *E. P.* (Estatística paroquial); e *E. C.* (Estatística civil).

O *Novo Dicionário*, de Cardoso de Azevedo, dá em 1890 a esta freguesia 251 fogos com 610 varões e 628 fêmeas; em 1900, 416 varões e 520 fêmeas; Dista 15,7 km. da sede do concelho; 18,4 km. da estação de Recarei e 23,7 km. da de Campanhã. Tem caixa postal nas povoações de Broalhos, Minas da Ribeira da Serra e na de Presinho.

Informações dadas pelos Srs. José de Sousa Dias e Manuel Dias Ferreira Júnior, em Abril de 1928 :

(Das notas enviadas aproveito tudo o que não faça parte de outros capítulos, ou que não esteja ainda dito por outros escritores).

«Esta freguesia está situada na margem direita do rio Douro que a banha pelo Poente em toda a sua extensão Norte-Sul, e pelo Sul até à Quinta da Póvoa, da freguesia de Melres. Pelo Sul confronta, depois do Douro, com as Quintas da Póvoa e Varziela; pelo Nascente serve-lhe de extrema a cumiada da Serra dos Açores e pelo Norte a freguesia de Covelo. Entre esta e a de Medas serve de divisão o ribeiro do Corgo, da Serra dos Açores até ao sítio do Couce, do lugar da Lixa, daquela mesma freguesia do Covelo. Os terrenos do Sul e Nascente pertencem à freguesia de Melres. Os terrenos aráveis de Medas são, com poucas variantes, fracos, predominando os xistos amarelados e cinzentos e algum quartzo escuro nos montados e subsolo.

Clima. É temperado, não deixando contudo de nos invernos gelarem as águas estagnadas, à espessura de 0,04 m; e mesmo à superfície de algumas pequenas correntes. Também nos estios mais ardentes, o calor é às vezes insuportável.

Devido, porém, à constituição montanhosa do solo e sua abundante vegetação florestal, esta freguesia é muito saudável.»

Já tratamos das minas desta freguesia, nas págs. 212 e seguintes do 1.º volume desta *Monografia*. Publicamos agora as informações que sobre esse

assunto e outros nos foram fornecidas para este trabalho.

SERRA DOS AÇORES

Esta serra é o sítio mais elevado da freguesia de Medas. Diz o *Port. Ant. e Mod.* que ela tem 1.500 metros de comprimento e 1.000 de largura e que fica a 24 km. ao Nordeste do Porto. Disso não sei, porque não sei onde seja o seu começo ou fim. É certo que ela deveria começar no rio Sousa, entre os montes de Covelo e Aguiar de Sousa, do Norte a Sul, a findar na Quinta da Varziela, da freguesia de Melres, na margem do rio Douro, formando assim um comprimento duns 8 km., e a sua largura deveria começar das suas fraldas, nas minas do Corgo ou Agra de Canas, de Poente a Nascente, dos montes de Brandião e Branzelo, de Aguiar de Sousa e Melres, formando uma largura de 2 km., vindo portanto a estender-se a serra por terrenos dessas referidas freguesias. Esta está sendo traçada pela estrada da sede do concelho, por Covelo a Melres; por outro caminho que lhe corre ao longo, de Covelo a Sobrido⁽¹⁾, da freguesia de Melres, e ainda por outro que a atravessa do Nascente a Poente, isto é, do lugar de Brandião, de Aguiar de Sousa, a Broalhos, desta freguesia.

Em 1922, foi marcada por um engenheiro uma estrada pelo lado ocidental desta serra, de Norte a Sul, para seguir de Covelo por Sobrido a Melres, a

(1) Esta povoação de Sobrido que está desde há anos na posse da freguesia de Melres, mas que antes pertencia a esta freguesia e que por todos os motivos lhe deve pertencer, para cá devia voltar. Pois estando ela compreendida na área da serra dos Aços, a sua distância à paroquial de Melres regula o dobro da distância para a de Medas. Até era uma honra para a freguesia de Melres, ou para os seus paroquianos, restituindo a César o que de César é; e a demais esta povoação foi para aquela passada, dizem que por uma questão de capricho.

qual a Câmara Municipal mandaria construir para benefício das freguesias de Medas, Melres e Lomba⁽¹⁾.

Esta serra foi fonte de riqueza com as minas de antimónio e ouro exploradas, e ainda encerra algumas por explorar, as quais pelos resultados de suas pesquisas se julgam prometedoras. É coberta de mato, carqueja e queiró, com um espesso arvoredo, entre o qual especialmente vegeta o pinheiro bravo que muito a enriquece. Abunda em caça de coelhos, lebres, perdizes e outras aves.

É este o monte mais vistoso do concelho de Gondomar. É ali um paraíso de delícias, de panoramas e paisagens. O visitante, uma vez no seu cume, se espalhar as vistas para qualquer de seus lados, observa verdejantes campos, povoações sertanejas, montes e serranias: vêem-se terras dos concelhos de Paredes, Penafiel, Castelo de Paiva, Arouca, Vila da Feira, Vila Nova de Gaia, o Porto com seus elegantes edifícios e espelhantes clarabóias, igrejas e torres; vê-se o Monte Crasto de S. Cosme, o mar com suas embarcações, muitas igrejas paroquiais e lindas capelinhas e torreões. Até mesmo as suas vistas de noite são um encanto pelo brilho das luzes e lâmpadas eléctricas das iluminações públicas da cidade do Porto, Vila Nova de Gaia, Avintes e Carvalhos.

Esta serra é tão magnífica e arejada, que até é pena não haver uma sociedade que mande aqui construir uma estância para recreio ou mesmo sanatório. Nesta se conservam ainda as ruínas do marco geodésico que serviu aos trabalhos do levantamento da Carta de Portugal. Também aqui se vê uma capela chamada de Santa Bárbara, com uma parte desmoronada, que o proprietário das Minas de Riba-Douro, Dr. J. M.

(1) Por questão entre o povo de Medas e de Melres, em 1927, a Câmara Municipal deixou este projecto e mandou construir essa estrada pelo lado oriental, isto é, de Covelo a Branzelo, para Melres.

Pereira de Lima, mandara construir aí pelo ano de 1884, como padroeira dos operários mineiros.

Dista esta serra da sede do concelho uns 9 km.

O seu nome de Aços é derivado de ela ser frequentada em tempos por muitas aves de rapina.

Há também quem lhe queira atribuir o nome de Serra das Flores, mas isso, se o é, será mais moderno... ou alguma ilusão, ou confusão. Pois no aforamento dos terrenos baldios desta Serra e requerida a provisão em 1818 por João Ferreira de Carvalho, António Francisco, Manuel de Sousa, Francisco José Vieira, Domingos dos Santos, José Lourenço e outros da freguesia de Medas, concelho de Aguiar de Sousa, termo e comarca do Porto, lhe deram esse nome das Flores. Mas o nome de Aços deve ser muito mais antigo, como se prova por uma demarcação do antigo concelho de Aguiar de Sousa com esta serra, o qual é transcrito da *Monografia de Paredes*, página 240: — «Limites, então vila de Aguiar de Sousa, em 1226 da era cristã, ou no fim do século XIII:

«Começa no lugar que se chama o Bico, etc., etc.); depois pela mamoa de Brandião; depois pelo fim da serra dos Aços conforme a vertente das águas, e depois finalmente vai outra vez topar no Bico.»

Esta serra tem sido incendiada por muitas vezes em partes dos seus montes, como o incêndio de 13 de Agosto de 1913, que durou perto de quatro dias, pois esse foi extinto por homens munidos de pinheiros com a rama e água que diversas mulheres para ali levaram aos canecos, chegando um lavrador de Brandião a levar para o alto uma pipa de água puxada a bois; o rescaldo foi tão demorado que a autoridade teve de destacar para ali uma força de cabos de polícia civil da freguesia, vigiando pela extinção do incêndio, que demorou dias.

Os acontecimentos nesta serra ou suas belezas têm sido por diversas vezes anunciados nos jornais.

MONTE OU OUTEIRO DA IGREJA

Este monte, a que também chamam Outeiro da Igreja, fica situado ao Oriente e próximo à mesma igreja paroquial.

Na seu planalto existiu há anos um moinho de vento pertencente à casa da Igreja, mas hoje está em ruínas.

Próximo a esse moinho era levantado um marco geodésico que há poucos anos ainda existia.

Deste monte disfrutam-se magníficas vistas, assim como as duas últimas freguesias do alto concelho — Lomba e Melres.

MINAS

Houve nesta freg.^a diversas minas de antimónio e ouro, a saber: Alvorinhas, Bouço Corgo, Fontinha ou Ribeiro da Serra, Vale de Cana, Tapada do Padre, Vale de Pinheirinhos e Ribeiro do Rebentão.

Algumas destas minas mal passaram de pesquisas, outras foram exploradas e ainda outras estão por desenvolver, prometendo aliás belos filões.

As que tiveram maior desenvolvimento foram as do Ribeiro da Serra ou Fontinha e Vale de Cana pertencentes à Companhia das Minas da Tapada e as do Corgo, da empresa *The Lixa Mining Company Limited*.

Todas estas minas começaram com os seus trabalhos de laboração, embora pesquisando desde 1877 em diante, mas só nos anos de 1883 e 1884 é que tomaram grande incremento. A 1.^a concessionária das minas do Ribeiro da Serra foi D. Ana de Jesus Lajinha passando-a a José Domingos Ferreira Cardoso e este depois de a explorar por espaço de alguns anos a passou à Companhia das Minas de Gondomar, dando-lhe esta ainda maior desenvolvimento.

Para a extracção e preparo do antimónio, havia diversos maquinismos movidos a vapor, bem como para o esgoto das águas dos profundíssimos poços. Na mina de Vale de Cana também estavam montadas duas máquinas a vapor para a extracção dos metais que eram transportados com os entulhos aderentes para os laboratórios das minas do Ribeiro da Serra a fim de ali serem purificados. Manteve ali na mina do Ribeiro da Serra a sua Companhia uma escola pública, pelo método João de Deus, para aproveitamento principalmente dos operários. Dos seus escritórios do Porto ligou a Companhia para esta mina um fio telefónico, bem como outro da mina para a Praia de Pombal.

Depois de estar paralizada esta mina alguns anos, recomeçou a sua exploração uma Companhia francesa em 1903, que desenvolvendo os trabalhos por mais alguns anos a paralisou por completo, não por falta de mineral, mas mais talvez pela má administração. E em 1912 foi penhorada a Companhia e vendidos todos os maquinismos, casas, encanações, mobiliário, arame das ramadas, carris, etc.

MINA DA TAPADA DO PADRE

Teve esta mina também um desenvolvimento extraordinário, depois dos primeiros concessionários sempre com uma Companhia portuguesa, paralisando em 1896, pela sua grande profundidade (a mais profunda de todas). O processo da extracção e preparação era o mesmo das minas do Ribeiro da Serra, tendo, tal era a sua profundidade, três máquinas no poço principal para fazer chegar à superfície o minério, colocadas uma ao fundo, outra ao meio e outra à boca do poço. A este poço principal vinham abrir-se em 15 andares sucessivos múltiplas galerias abertas e seguidas na continuidade dos diversos filões.

Na mina do Vale de Pinheirinhos desta mesma Companhia, também os trabalhos de exploração tiveram grande desenvolvimento, tendo montadas também máquinas a vapor para a extracção e esgoto, havendo ali um pequeno estabelecimento de aparelhos movidos à mão para primeira escolha do mineral, que depois era transportado para a Tapada onde era acabado de preparar no importante laboratório desta min. Era o mineral para ali transportado em vagonetas, numa linha férrea na distância de 2 quilómetros. Eram estas vagonetas arrastadas por bois ou muares até um alto, seguindo dali na descida apenas com o auxílio dum guia — guarda-freio.

Em um poço desta mina, mas no lado oposto, houve uma horrível catástrofe no dia 16 de Agosto de 1891: No fundo deste poço, devido à comunicação inesperada com umas minas velhas cheias de água, morreram afogados seis mineiros, não sendo possível apesar dos esforços empregados, salvá-los, nem tampouco retirar o cadáveres senão depois de oito dias de pesquisas, tal foi a inundação.

MINA DO CORGO

Esta mina também teve grande desenvolvimento desde 1880 em diante, pertencendo primeiro à companhia *Schore e Cudell*, passando depois à nova companhia *The Lixa Mining Company Limited*, que a desenvolveu até 1891, quando paralisou não por falta de metal, mas sim por o lucro não contrabalançar a despesa da administração.

A extracção e esgoto eram pelo mesmo processo das antecedentes — tudo máquinas a vapor.

Houve nesta mina uma importante fábrica de fundição de metais, que pela sua perfeição não só fundia os metais desta mina como os de outras.

Nas minas do Ribeiro da Serra, Tapada e Corgo, tal era o número de habitações para operários e pes-

soal superior, que havia uma caixa de correio em cada uma das minas.

Em todas estas minas, junto das casas dos directores, verdadeiros palacetes, havia lindos e bem tratados jardins, pomares e ramadas com videiras. Por todos os sítios havia numerosa e variada vegetação florestal.

Na mina do Ribeiro da Serra chegou o tererno que a Companhia surribou, a produzir num dos melhores anos 50 pipas de vinho, tal era o zelo com que tratavam as videiras.

Para a alimentação das diversas caldeiras que produziam o vapor nestas minas era aproveitada a água das mesmas minas e regatos que corriam juntos, e para o seu aquecimento, como combustível, vinha carvão nacional e estrangeiro pelo rio Douro, em grandes barcas até às praias de Boialvo, Pombal e Carreiro, sendo daqui transportado para as minas em carros de bois. Além dos carvões também se consumia ali uma infinidade de toneladas de lenha de pinheiro, abundante nesta freguesia e circunvizinhas.

MINA DO RIBEIRO DO REBENTÃO

Pertence a António Francisco Nogueira. Nas suas pesquisas apareceram boas amostras, mas está ainda por explorar.

As minas da Tapada, Ribeiro da Serra ou Fontinha, a do Ribeiro do Rebentão e a do sítio do Corgo fizeram-se representar em Lisboa na Exposição Nacional das Indústrias Fabris de 1888, como se vê no catálogo descriptivo da Secção de Minas, a páginas 234, 247, 260 e 263.

Também existe nesta freguesia uma mina de carvão (pesquisa) ao Norte e próximo das minas do Ribeiro da Serra ou Fontinha.

Além do antimónio, bastante ouro foi extraído das minas descritas aqui.

Nos sítios das Lagoas da Fisga e Vale de Amores há vestígios de ali ter havido grandes explorações antigas: poços profundos e minas, bem como bem nítidos os processos da preparação do ouro naqueles tempos.

Há aqui uma galeria perfurando um monte desde a Lagoa da Fisga até próximo ao rio Douro. Esta galeria feita com um declive de 70º aproximadamente tem gradualmente em toda a sua extensão uma espécie de tijelas feitas na rocha onde devia talvez ficar depositado o ouro que da parte superior era feito correr juntamente com as suas impurezas por essa galeria.

A água para a lavagem de ouro nesta galeria é tradição que vinha do Poço Negro, ribeiro da Estivada da freguesia de Melres, cujo rego de que ainda hoje se vêem vestígios através dos montes de Branzelo, tinha uma distância de 12 quilómetros. Conta-se ainda que o mesmo rego fora feito numa só noite. (Era isto costume naqueles tempos, quando se tratava de um furto de águas).

Há no sítio das Lagoas montões de calhaus rolícos que denotam ter sido muito batidos das correntes. Mas o que admira é que estes montões de calhaus estejam num sítio muito alto e portanto sem possibilidade de terem sofrido ali perto o contacto de qualquer corrente.

Também há quem diga que na Agra de Canas houve aparelhos para o preparo do ouro, pois ainda há pouco tempo um lavrador de Vila Cova ali encontrou numas escavações três cilindros de granito, três mozitas também de granito e alguns tijolos de barro.

Também ali, outro lavrador de Broalhos, ao abrir uns alicerces para uma casa encontrou quatro pocinhos cúbicos muito bem feitos e com a altura de um metro. É natural que fosse aqui uma lavagem de metal, visto que ainda há vestígios dum rego que ao local trazia a água do Ribeiro do Corgo que vem da serra dos Açores.

Trabalhos mineiros antigos. Esta freguesia foi campo de uma grande lavra mineira, no tempo dos Romanos ou Mouros. Quasi por toda a parte se encontram poços, fojos e galerias, prova da grande exploração que sofreu.

É de crer que os Romanos só aproveitavam o ouro e a prata, porque quando em 1877 começaram as pesquisas das minas da Tapada, ali num entulho existente, de poços antigos, foram encontradas algumas toneladas de antimónio, quasi a esmo.

DÓLMENES

Já nas págs. 28 e seguintes deste volume, falámos nas antas ou dólmenes. Aqui exporemos o que nos diz o nosso informador.

«Não há monumentos importantes, históricos ou pré-históricos. Há na Agra de Canas um sítio chamado *Crasto*, ficando a seu lado Sul um monte de nome Outeiro da Senhora e ao Nascente do *Crasto* um montículo arredondado que bem aparenta ser artificial, tendo no cume um grande calhau enterrado, já cavado em volta por um lavrador de Broalhos que há anos tentara tirá-lo para dele fazer uma lareira, mas não o conseguiu pelo seu enorme peso. No calhau não se vê inscrição alguma, a não ser que esteja encoberta pela terra. É bem provável que se trate duma mamoia e que ali exista um dólmen. Relativamente ao *Crasto*, significando *castelo (castrum)*, lugar vistoso ou de fortificação, é provável que ali houvesse qualquer coisa a confirmar esta suspeita.

Foi nas imediações do *Crasto*, segundo a tradição, que fôra construída a primitiva capelinha de Nossa Senhora de Canas, hoje existente no lugar de Broalhos.»

E noutro caderno, sobre o mesmo assunto, diz: «Foi encontrado um (dólmen) nesta freguesia, em uma mamoia, imediações da Agra de Canas, como se vê

pela correspondência de Medas, no jornal semanário de Gondomar, *O Legionário*, n.º 12, de 22 de Dezembro de 1928, e que para aqui transcrevo :

«Medas, 18 — No dia 12 do corrente, o lavrador Sr. Manuel Ramos Moreira Dias, morador no lugar de Broalhos, andando a proceder a uma cavagem em um seu monte na Agra de Canas, imediações do sítio chamado *Crastos*, encontrou um marco de pedra e a certa profundidade umas lousas enterradas em forma de sepultura humana e dentro dessas lousas uma cascalhadita; e, retirados poucos passos, encontrou um cadinho de barro vidrado com lousas pelo lado e por cima. Um completo dólmen. Este cadinho continha uma espécie de terraço amareiado que foi levado pelo lavrador para sua casa e que tenciona mandar anisar. Não confundir ou supor que este dólmen seja o da mamoa dos *Crastos*, já referida.»

Este assunto deveria ter sido tratado neste vol., no capítulo III; mas nessa ocasião escapou à nossa observação.

TEMPLOS

Igreja. Fica situada quase no extremo Sueste da freguesia, numa suave colina virada a Sudoeste. É dumas vistas deslumbrantes o sítio onde está edificada. Está cercada de campos e das povoações, Igreja, Presinho, Portelinha, Aldeia e Mota.

Não é conhecida a data da sua fundação, mas sabe-se que foi reformada e muito aumentada em 1881⁽¹⁾, sendo nesta altura feitos os dois altares

⁽¹⁾ Há quem afirme que a igreja tivera o seu início no Souto, do lugar dos Carvalhos, mas parece que só o afirma Manuel Nogueira da Costa, que diz que seu pai (homem que faleceu no ano de 1884) dizia muitas vezes que a igreja tinha sido nesse sítio. Não parece ser verdade, visto não haver nesse sítio propriedade alguma com nome que o possa afirmar.



laterais no arco cruzeiro e o altar mor ao cimo na frente do edifício. Em 1897 foram feitos mais dois altares⁽¹⁾, abaixo e um de cada lado dos do arco cruzeiro. Junto à igreja está o cemitério paroquial construído em 1890, onde se erguem alguns lindos e beni trabalhados mausoléus.

Em volta da igreja há um pequeno adro ajardinado na parte que antigamente servia de cemitério. É murado e fechado por um portão de ferro.

Perto da igreja está a casa da residência dos párocos com o seu quintal.

Capelas: A capela de Broalhos tendo como padroeira a Senhora de Canas. Está edificada no centro do lugar num largo, sítio muito arejado e pitoresco, com gigantescos e seculares sobreiros de soberbas sombras.

Esta capela é tradição que tivera a sua primeira construção ao fundo da Agra de Canas, perto da nascente de água e presa da Senhora e que fôra transferida para o lugar onde se encontra pelo Sr. Rev. Luiz Pinto de S. Jerónimo, bacharel formado nos Sagrados Cânones, senhor que foi da «Quinta do Paço» de Vila Cova.

E se isto é verdade, devia ter-se passado nos anos de 1741 a 1764, pois foi neste período que o dito Reverendo viveu na referida quinta, segundo documentos comprovativos que ainda hoje aqui existem.

Esta capelinha sofreu ultimamente, em 1925, uma bela ampliação, sendo-lhe introduzidos coro, arco, cruzeiro e sacristia. Em 1927 foi ali feito mais um altar.

Podia-o muito bem ser no sítio chamado «Senra» que fica entre os lugares dos Carvalhos e Aldeia. Pois o nome de «Senra» vindo de *Seara* ou *Senhora* mostra que se a igreja tivera a sua fundação em outra parte, o devia ser neste aludido sítio denominado «Senra».

(1) Todos os altares são dourados.

Capela do Divino Salvador, no lugar de Vila Cova : Esta capela era em tempo uma pequena ermida. Em 1857 foi aquela demolida e de novo construída a actual capela pelos beneméritos Francisco de Sousa Santos Moreira e irmão, naturais da Casa do Órfão, do mesmo lugar. Tem coro e apenas um simples altar.

Capela particular da Nossa Senhora da Oliveira, da Quinta do Paço de Vila Cova. Esta capelinha que está encravada na habitação da mesma quinta foi mandada construir talvez pelo mesmo Rev. Luiz Pinto de S. Jerónimo que foi senhor da quinta. Por licenças que este senhor pedia aos seus superiorer pasa celebrar missa na referida capelinha, vê-se que havia nesse tempo por aqui muitos lobos; pois como principal justificação do pedido da licença, dizia que o povo mal podia ir à igreja, por acusa do caminho ser infestado pelos lobos.

TORRE NA IGREJA PAROQUIAL

Esta torre foi construída em 1930, a expensas dos beneméritos Ex.^{mos} Srs. Manuel e seu irmão Vicente Gonçalves da Silva Viana, ausentes no Brasil. É muito elegante. É feita em cantaria de granito, tendo as paredes de largura 0,50 m. Dos campanários acima, vai fechar na cúpula do seu zimbório, em cimento armado. As paredes foram feitas em pedra tosca, depois coberta a cal e cimento, com bonitas molduras, fingindo granito.

Os mesmos instituidores nela mandaram colocar um belo relógio com horas de repetição, tocadas no mesmo sino que já na freguesia existia. O relógio tem dois mostradores, num dos quais também marca e regula os dias do mês.

A torre tem esta inscrição : — *A expensas dos irmãos Vianas da casa da Estivada — 1930* —. Em 1931, no adro da igreja paroquial, foi arrancada a mata de buxo que ali se encontrava, embaraçando

as vistas da elegante torre. Louvamos o proceder da Junta Administrativa da freguesia, que procedeu como era de justiça.

QUINTAS E CASAS

Em Vila Cova :

Quinta da Lousada, que pertenceu pelos anos de 1820 ao Conselheiro José Francisco Vieira de Arnaud, e hoje pertence ao Sr. Adão Luiz de Sousa.

Quinta do Paço, que pertenceu em 1742 ao Rev. Luiz Pinto de S. Jerónimo, e hoje ao Sr. António Luiz de Sousa.

Na povoação de Vale de Amores :

Quinta de Vale de Amores, à margem do rio Douro e em frente à praia de Carvoeiro. Pertenceu a João Pinto, da cidade do Porto, e hoje pertence ao Sr. José Ferreira de Carvalho.

No lugar da Formiga :

Quinta de Baixo e Quinta de Cima. A de baixo pertence a Augusto Dias da Rocha e a de cima que pertenceu em tempo ao Dr. Luiz Augusto de Abreu, pertence hoje a um herdeiro.

Mercece ainda especial menção o palacete dos Srs. Vianas, importantes capitalistas no Rio de Janeiro, edificado em 1914 no lugar da Estivada, donde os mesmos são naturais.

QUINTA DA PÓVOA

Esta quinta também está pertencendo à freguesia de Melres, para todos os efeitos, excepto para efeitos eclesiásticos, porque está a ser paroquiada pelo pároco de Medas (não sei se por combinação dos párocos das duas freguesias). Devia pertencer também a Medas legalmente e para todos os efeitos, porque fica a distância desta paróquia, de viagem, quinze a vinte minutos, ficando para Melres, numa distância talvez de uma hora e quinze minutos.

CASAS MAIS IMPORTANTES E DE NOMEADA

Casa da Formiga, em Broalhos, pertence a António Ferreira de Carvalho.

Casa do Ferreira de Pombal (os proprietários desde há muitos anos têm sido sempre Ferreiras).

Em Vila Cova :

Casa do Órfão, hoje pertence a D. Lucinda Ferreira de Carvalho.

Casa do Eirado, que pertenceu pelos anos de 1824 ao Rev. José de Sousa, e hoje pertence a José Luiz de Sousa.

Casa da Bessada, que pertenceu ao ilustre e imortal homem de bem Francisco Vieira dos Santos, e hoje pertence a seu filho Francisco Vieira dos Santos.

Casa da Mota, nas Medas, pertence a Miguel Gonçalves Viana da Silva.

Casa da Igreja, que pertenceu a um tal Padre Francisco, e hoje pertence a Manuel Luiz de Sousa.

Casa da Estivada, que pertenceu a João G. Viana da Silva, e hoje pertence a Ana Ferreira de Carvalho.

Casa do Quintas, da Fisga, pertence a um filho, de nome José Francisco da Cruz Nunes.

INSTRUÇÃO

Nesta freguesia não havia em tempos ensino oficial. Só desde 1877 é que começou a funcionar a primeira escola oficial para o sexo masculino. Esta escola que fica no sítio do Santo, do lugar da Vila Cova, foi mandada construir em 1877 pelo benemérito Francisco Moreira de Sousa Santos, da Casa do Órfão, o qual a ofereceu em seguida à Junta de Paróquia. Tem casa de habitação (aliás imprópria por deficiência de compartimentos) e junto um jardim cercado por uma parede e muro.

Foram professores nesta escola desde 1877, data em que principiou a funcionar : Carlos das Neves Lobo, João de Barros, José Lourenço Alves de Oliveira, José Moreira Gomes, Abílio Ferreira de Melo (interino), Francisco Fernandes Valente e actualmente Manuel Dias Ferreira Júnior.

De todos merece especial menção o saudoso José Moreira Gomes, que desde 1880 a 1923, durante 43 anos, trabalhou pelo bem desta freguesia e foi o modelo da bondade.

Em 1913 principiou a funcionar na Quinta da Loussada, no lugar de Vila Cova, em casa particular que a Câmara alugou, a primeira escola oficial feminina.

Foi a primeira professora D. Maria da Piedade Fernandes Costa, seguindo-a a actual, D. Angelina Augusta de Carvalho Alvim.

Foi já pela Junta desta freguesia principiada a construção dum edifício para instalar a escola feminina, no sítio das Cavadas; mas por falta de recursos estão há muito paralisados os trabalhos.

Além destas duas escolas, masculina e feminina, foi criada uma terceira, creio que a pedido do antigo deputado Domingos Cruz, mas nunca chegou a funcionar.

ANALFABETOS

Tem diminuído consideravelmente nesta freguesia desde a fundação das actuais escolas a percentagem dos analfabetos. Não deve atingir hoje 20 por cento a percentagem dos analfabetos na sua totalidade.

COMÉRCIO

Aqui os principais comerciantes negoceiam em lenhas, madeiras e matos que são os mais importantes artigos de exportação.

No tempo das minas havia muitas mercearias e casas de comidas, mas hoje só há 8 mercearias que

compreendem ao mesmo tempo o negócio de panos, ferragens, etc.

Os estabelecimentos mais importantes de negócio são: os de José Pinto de Sousa, Jerónimo Moreira da Rocha e Eduardo Luiz dos Santos.

INDÚSTRIAS

Movidos pelas quedas de água dos ribeiros, há bastantes moinhos e duas fábricas de serração, uma da Casa do Paço e outra da Formiga.

Há duas oficinas de alfaiataria, sendo a principal a do Sr. José Alves da Rocha; duas oficinas de sapataria, uma oficina de serralharia, e uma funilaria. Há também teares de linho⁽¹⁾.

Há dois engenhos de azeite (lagares), três engenhos de moer linho e diversos alambiques.

Também há fabricantes de carvão de choça e madeiras.

No lugar de Pombal há uma padaria, propriedade da panificadora Rosa Moreira de Sousa.

Há dois talhos de carnes verdes.

Armadores, há: de caixões, andores, anjos, igreja, para funerais e de coretos para arraiais.

Nesta freguesia, além das oficinas, há uma grande variedade de artistas que ou trabalham aqui nas casas particulares ou noutras terras: e são pedreiros, carpinteiros, ferreiros, trolhas, marceneiros, torneiros, fundidores, etc.

AGRICULTURA

Desprotegidas estas terras de vias de comunicação que dessem fácil acesso aos sítios, muitas vezes os mais férteis, a agricultura não tem tido o desenvolvimento que seria para desejar; todavia, nos últi-

⁽¹⁾ Houve em tempos muitos teares, mas mais de tecer riscados, indústria fabricada só por mulheres, porém tais teares acabaram.

mos anos, tem havido alguns progressos pela parte dos agricultores mais zelosos e entendidos⁽¹⁾.

Canistros ou espigueiros. — Parte dos lavradores desta freguesia usam canistros ou espigueiros, para darem melhor desenvolvimento às suas colheitas do milho, quando o tempo para isso não corre favorável, ou para recolherem os milhos serôdios e de terras lentas. Além dos velhos que existiam, construiram-se desde o ano de 1906 até ao presente doze canistros.

Instrumentos agrícolas. — Os serviços agrícolas vão-se desenvolvendo pelos modernos processos de aparelhos e máquinas; de modo que a lavoura que outrora era feita pelo arado de pau, hoje é feita pelo arado de ferro que teve princípio pelo ano de 1900.

Há máquinas de descarolar milho, tararas, esmagadores para uvas, prensas para bagaço, etc. A primeira máquina de semejar e a primeira para sachar vieram para esta freguesia no ano de 1928.

Os gados, principalmente a engorda dos bois, é o que tem despertado mais interesse em grande parte da lavoura local. Pode-se dizer que esta freguesia dá um grande número de bois para os talhos.

Também muitos lavradores têm desenvolvido bastante a cultura da videira, principalmente a «americana», mas ultimamente estão um pouco desanimados porque os vinhos mal compensam o trabalho do seu amanho.

O azeite também é aqui tratado com carinho, bem como a oliveira e o seu fruto.

Cebolas e nabos não é do que este povo mais cuida; já outro tanto não acontece com as hortaliças, cereais e legumes que aqui são bem tratados e muito se têm desenvolvido.

O vinho e algumas frutas, melões, melancias, etc.,

(1) A lavoura que outrora era feita com arado de pau, hoje está a ser com arado de ferro. Veio para esta freguesia o primeiro arado de ferro no ano de 1900. O arado de pau desapareceu por completo.

são os principais artigos que se exportam. E importamos milho, trigo, centeio, arroz, etc. Os salários são medianos (¹).

VIAS DE COMUNICAÇÃO (2)

Estrada marginal. — Foi também marcada pelo ano de 1883 por esta freguesia, saindo do Porto, passando a Valbom e seguindo pelo lugar da Lixa, da freguesia de Covelo a Broalhos e por Vila Cova a Sobrido para Melres.

A principal via de comunicação é o Douro que conduz à cidade do Porto, sendo os barcos os meios de transporte mais usados.

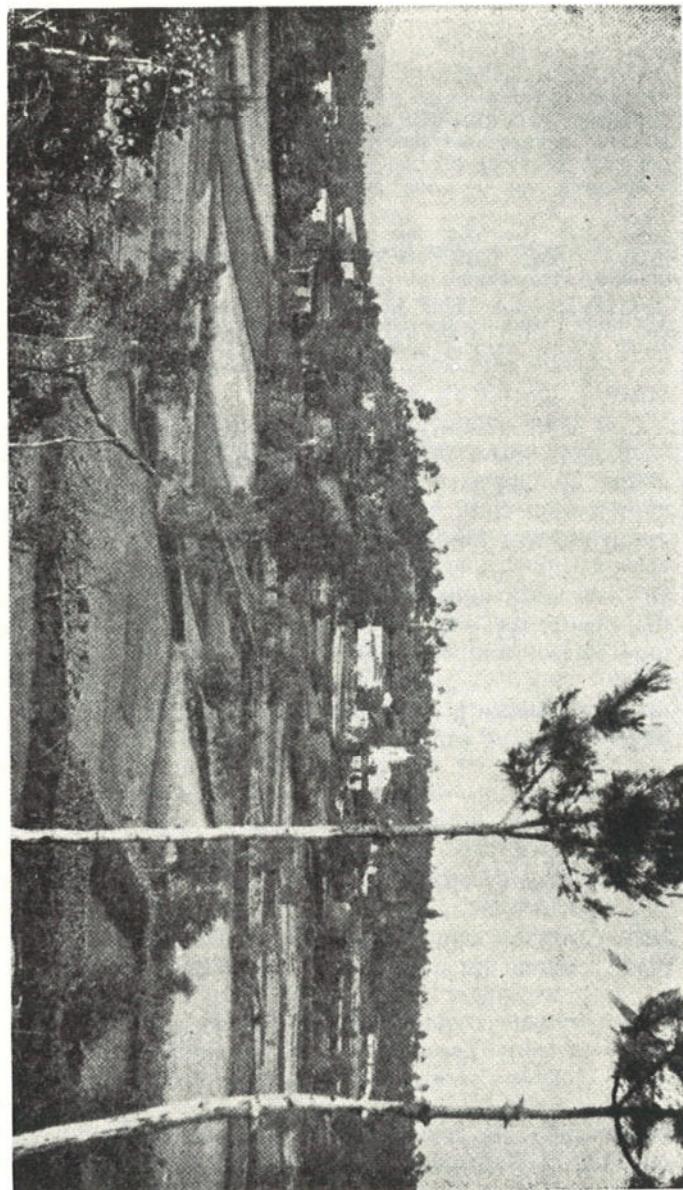
Para transportar os diversos artigos de venda, como lenhas, etc., à praia de embarque, há diversos mas ordinários caminhos e carreiros.

Na margem do rio temos as seguintes praias: em Broalhos, a «Praia da Volta» e de «Mandim»; em Pombal, a «Praia de Pombal» e a do «Carreiro»; na Formiga, a «Praia da Formiga».

Há ainda a «Praia de Portozelo» que fica em frente ao lugar de Carvoeiro, da Feira. Esta praia merece toda a atenção pelo facto de ser ali a passagem da antiga estrada que vinha de Lisboa para as terras do Norte, Penafiel, etc.

(¹) *Jornaleiros.* — Antes da Grande Guerra, isto é, antes de 1914, um jornaleiro ganhava por dia com comida 100 ou 120 reis; a seco 240 ou 300. Uma mulher ganhava 60 ou 80 reis, com comida, e a seco, 160 a 200 reis. Actualmente um homem ganha com comida 2\$50 diários e a seco 6\$00, 7\$00 ou 8\$00; uma mulher ganha, comendo, 1\$50 ou 2\$00, e a seco, 3\$00 a 4\$00.

(²) *Projectos antigos. Linha do Douro.* — Foi levantada a planta e marcado o caminho de ferro por esta freguesia, seguindo do Porto à margem do rio Douro, pelo ano de 1872; mas tal projecto foi modificado e o caminho foi marcado por Campanhã a Valongo e daí por Recarei a Penafiel. O serviço de exploração começou no ano de 1873.



VISTA PARCIAL DA FREGUESIA DE MEDAS

Estradas não há ainda; apenas se está presentemente tratando da terraplanagem para a estrada que que está projectada para Covelo.

Existe no lugar de Vila Cova e sobre o ribeiro do mesmo nome uma ponte em granito e pedra de lousa, mandada construir pela Câmara em 1898.

No ribeiro do mesmo lugar há a ponte antiga de granito, a qual dá passagem de peões, do Santo à Bessada.

Sobre o mesmo ribeiro e no lugar de Pombal existe uma ponte de granito e pedra de lousa, mandada construir pelo lavrador Manuel Ferreira de Carvalho, com auxílio da Câmara, em 1926.

Esta ponte dá passagem a todo o trânsito público.

CORREIOS

Nesta freguesia é recebida a correspondência directamente de Gondomar, mas não há distribuidor rural. A correspondência permanece nos depositários até que seja procurada. Nalguns lugares porém há um encarregado particular que faz a distribuição, mediante alguma recompensa.

Antigamente a correspondência era trazida por intermédio do condutor de Metres que a deixava em Branzeiro, vindo depois uma mulher trazê-la ao lugar do Presinho, única caixa existente nesse tempo. Vinha só três dias por semana: terças, quintas e sábados.

Começou a fazer-se o transporte directo da correspondência para esta freguesia depois de 1884, sendo o primeiro condutor Joaquim Francisco, daqui.

Em 1887 foi criada uma nova caixa na Bessada; em 1896, por ter paralisado a mina do Corgo, foi transferida a caixa dali para o lugar de Broalhos, onde ainda está.

Existem portanto três caixas nesta freguesia: uma em Broalhos, outra em Vila Cova e outra em Medas.

LARGOS

Largo da Capela, em Broalhos e Picotinho, Largo do Santo, em Vila Cova e Cruzeiro, Largo da Igreja e Presinho (cruzeiro), nas Medas, e Largo do Souto, nos Carvalhos.

MIGRAÇÃO

Não por falta de recursos nesta terra, mas mais por espírito de aventura, têm por vezes emigrado bastantes indivíduos, principalmente para o Brasil. E ali têm, aliás bastantes, provado os seus finos dotes de inteligência e trabalho.

Nesta freguesia há uma sociedade musical (Tuna Medense), fundada e organizada em 1910 pelo pároco que foi desta freguesia, o Rev. Manuel Marques da Silva. Tem a Tuna uma linda bandeira de seda bordada a ouro, oferecida pelos beneméritos «Vianas da Silva».

JULGADOS

Pertenceu esta freguesia ao *julgado de paz de Melres*. Hoje tem julgado próprio⁽¹⁾. Dos homens importantes desta freguesia, sobrepõe-se a todos, como facho luminoso, José Moreira Gomes. Aqui lhe dedicaremos algumas palavras de reconhecida gratidão. E só a ele o fazemos, porque os outros, mesmo aqueles que mais trabalharam pelo bem desta terra, não podem figurar no mesmo pedestal do insigne e grande educador Moreira Gomes, que durante 42 anos trabalhou ininterruptamente pela educação e engrandecimento do povo de Medas.

Nasceu a 22 de Outubro de 1858 na freguesia de Covelo, deste concelho, e era filho de José Alves Gomes e Marcelina Moreira, considerados lavradores

(1) Criado em 1927.

da mesma freguesia. Desde novo começou a manifestar a sua inclinação para as letras. Então seus pais autorizaram-no a frequentar os estudos do professorado primário, que cursou com brilho e entusiasmo, obtendo o seu diploma no ano de 1880. Por despacho de 21 de Junho deste ano, foi nomeado para a escola de Perita — Bouças. Por despacho de 9 de Outubro ainda de 1880, foi nomeado para a escola de Aguiar de Sousa — Paredes. E em 18 de Abril de 1881 foi nomeado para a escola desta freguesia, de que tomou posse e entrou em exercício em 9 de Maio do mesmo ano. Em 13 de Junho de 1884, foi nomeado professor vitalício pela Ex.^{ma} Câmara Municipal.

Desde 9 de Maio de 1881 a 9 de Maio de 1923 trabalhou incansavelmente sem interrupção, educando e instruindo a infância e a adolescência.

Em 9 de Maio foi o seu primeiro dia de trabalho nesta freguesia e, passados 42 anos, foi ainda o 9 de Maio o seu último dia de trabalho — trabalhou até ao último dia da sua vida. Morreu no dia 10 de Maio de 1923.

Homens como este, poucos passam pela terra. Nem um só dia desperdiçou, durante esta longa jornada. Sempre, dentro e fora da escola, trabalhou pelo aperfeiçoamento do povo. Ninguém mais do que a ele deve esta freguesia a sua paz, ordem e trabalho. O analfabetismo foi-se extinguindo, baixando a 25 por cento, o que representa alguma coisa num país que vai ainda até aos 70 por cento de iletrados.

Foi membro da Comissão Municipal quando da implantação da República, presidente e secretário da Junta desta freguesia em vários triénios.

Era estimado não só pelo povo das Medas, como pelo estranho, que muitas vezes o procurava para ouvir a sua esclarecida opinião e tomar conselho.

Viveu sempre só e morreu repentinamente, sem carecer do auxílio de ninguém. Parece que a Provi-

dência o guardava e não queria que mais alguém cuidasse do seu bem-estar.

A sua falta foi irreparável e por isso uma saudade imorredoura existe em todos os seus amigos.

No cemitério paroquial onde está sepultado, foi mandado levantar um modesto padrão por um grupo de dedicados alunos, como eterna recordação do insigne mestre.

HOMENS ILUSTRADOS

Rev. José de Sousa, natural da Casa do Eirado, de Vila Cova. Foi pároco nesta freguesia até à sua morte.

Rev. João Ferreira de Carvalho, natural do lugar de Pombal.

Rev. Luiz Pinto de S. Jerónimo, bacharel formado nos Sagrados Cânones, protonotário de Sua Santidade. Consta que este não era daqui natural, mas o que é certo é que foi senhor largos anos da Quinta do Paço desta freguesia, 1742-1762 aproximadamente.

Houve ainda um outro, padre Francisco, que foi senhor da Casa da Igreja; mas não se sabe se era ou não daqui natural.

Professores: José Luiz de Sousa e Costa, natural da Casa da Estivada, foi professor no Porto, no colégio do Pinheiro e morreu na sua casa paterna em 1902.

José Lourenço de Oliveira, natural de Vila Cova, onde exerceu o magistério.

Rosendo Fernandes dos Santos, natural de Broalhos e actualmente exercendo o magistério em Cete — Paredes.

Manuel Dias Ferreira Júnior, natural do lugar de Pombal e actualmente exercendo o magistério oficial nesta freguesia.

Albino Luiz de Sousa, natural do lugar do Presinho e actualmente professor oficial em Baltar — Paredes.

Como jornalistas, não temos senão a notar alguns amadores, que aliás têm colaborado e trabalhado em favor da imprensa concelhia.

José Moreira Gomes escreveu para alguns jornais.

José de Sousa Dias tem escrito na maior parte dos jornais do concelho e mesmo estranhos, sendo um zeloso correspondente e amigo da imprensa. Poucos haverá que mais se dediquem à secção noticiosa da imprensa.

Manuel Dias Ferreira Júnior tem escrito também alguma coisa para os jornais do concelho e da classe do professorado.

BENEMÉRITOS

Francisco de Sousa Santos Moreira mandou fazer a escola masculina de Vila Cova e a capela do Santo. Concorreu ainda com quantia avultada para a reforma da igreja, etc.

António de Sousa Santos Moreira também auxiliou várias obras e concorreu para o melhoramento da terra.

José Lourenço Alves de Oliveira que morreu no Brasil, deixou alguns contos para o culto religioso nesta freguesia. (Deixa aos Santos de Portugal, dizia no seu testamento). Deste dinheiro ainda existem hoje algumas Inscrições de Assentamento e que são propriedade da Junta da freguesia.

Vicente Luiz da Costa legou à igreja uma cruz de prata em 1885, do valor de 60 libras.

José Luiz da Costa também deixou 4 Obrigações da Câmara do Porto, com o fim exclusivo do seu produto servir para a reparação e manutenção de altares na igreja paroquial.

Manuel Gonçalves Viana da Silva e Vicente Gonçalves Viana da Silva mandaram construir uma sala para as sessões da Junta desta freguesia; têm contribuído por várias vezes com boas quantias para alfaias ou reparos na igreja paroquial e todos os anos distri-

buem avultadas esmolas pelos pobres da freguesia, estando sempre prontos a auxiliar os mais infelizes.

Além dos beneméritos irmãos Vianas, existem outros patriotas, ausentes também no Brasil e que à igreja têm feito ofertas em alfaias ou outros donativos para o culto religioso, e são os Srs. Domingos Moreira dos Santos, que é possuidor de alguns prédios na cidade do Rio de Janeiro, e também ali foi senhor da Fábrica do Gás onde reside; — José Francisco da Cruz Nunes, abastado proprietário, em prédios e fazendas (terrenos) que ali possue e reside na cidade de Nicterói; — e José Ramos de Oliveira, também opulento proprietário na mesma cidade e ambos ali industriais.

Dr. Luiz Augusto de Abreu, formado em Direito, que foi proprietário da Quinta de Cima, da Formiga, falecido ali, pelos anos de 1868; por ser uma das figuras mais ilustradas da freguesia, em sinal de respeito, o povo quis que ele fosse sepultado na sacristia da igreja, onde jaz. Consta que ele fôra advogado, e até juiz delegado... onde, não sei.

HOMENS CONSIDERADOS

Francisco Vieira dos Santos, falecido em 24-4-1902 e que foi senhor da Casa da Bessada, deixou uma grata recordação naqueles que o conheceram.

Foi regedor muitos anos, militando no Partido regenerador. Era prestável a todos, sem guerrear ninguém. Foi por isso muito estimado e ainda hoje o seu nome se conserva na memória de muita gente com carinho.

FESTAS POPULARES

Havia um antigo costume de se fazer a festa dos Reis. A rapaziada de Vila Cova, munida de instrumentos, clarinete, bombardino, rabeca, violas, harmónicas e bombo na noite dos Reis, em grupos, percorria

a freguesia, tocando e cantando a dar as boas-festas a todos os moradores, indo no dia seguinte assistir à missa, cantando à porta do templo a oração dos Reis, e fazendo no fim exhibir a melhor peça do seu reportório — a «Ramaldeira».

Como na visita pelas casas os moradores ofereciam orelheiras, salpicões, etc., mandava a rapaziada então fazer um jantar, no fim do qual se tocava animadamente, algumas vezes até rebentar o zabumba.

Agora este uso perdeu um pouco de moda no lugar, mas ainda assim são raros os anos em que se não forma em qualquer lugar da freguesia esta tradicional festa, bem como a das «Janeiras» — em 1 de Janeiro, dando da mesma maneira as boas-festas aos moradores⁽¹⁾.

(¹) Quando havia o trabalho das minas, como habitavam aqui muitas famílias e trabalhadores de fora, realizavam-se muitos divertimentos aos domingos e dias santos; e então armavam-se danças, ao toque de violas ou de outros instrumentos musicais, havendo por isso descantes com desafios (umas vezes um rapaz com uma rapariga, outras vezes dois rapazes, e ainda outras vezes um só rapaz ou uma só rapariga). As danças que se usavam eram: — o *Vira*, a *Cana Verde*, a *Real Caninha*, o *Verdegar*, o *Senhor da Pedra* e o *Preto*.

Nesse tempo tudo eram festas, tudo eram danças... tudo era folia!... Paralisadas as minas, desapareceu essa gente de fora... tudo acabou... Por espaço de alguns anos estiveram esses divertimentos um tanto em desuso, mas actualmente já vão ficando em moda, embora com pouca animação. O que usam mais (porque está mais em voga) é a dança ou o baile da «roda» composta de rapazes, raparigas, e até crianças (tudo na roda) onde tudo canta variadas canções, coplas, diversas revistas de cantos populares, antigas e modernas. Este uso da «roda» começou-se a usar nesta freguesia desde o ano de 1909 em diante.

No tempo das desfolhadas do milho e espadeladas de linho, fazem-se serões e, nos fins, dança-se e canta-se ou baila-se, com os cantos na «roda».

TRADIÇÕES

Havia em tempo o juiz da raposa nesta freguesia. Conta-se ainda a propósito o seguinte caso:

Uma D. Francisca, da casa da Igreja, tinha um cão em muita estima; mas porque este tinha o costume de comer milho nos campos, havia quem não gostasse dele. Um dia apareceu morto; e como a dita senhora suspeitasse de Manuel André, participou o caso ao juiz da raposa. Este veio para prendê-lo, mas ele fugiu, sendo-lhe posto no rastro um cão de montaria que havia propositadamente para estes e outros casos idênticos. O cão chegou a alcançá-lo, mas recebeu uma pedrada arremessada pelo foragido, caindo sem força. Os perseguidores alentando-o com chás, etc., reanimaram-no. Voltou em seguida o animal na peugada do fugitivo, que ao chegar ao ribeiro de Sobrido seguiu pela corrente abaixo, a fim de desorientar o animal; e, chegando a Vila Cova, meteu-se na Quinta da Lou-sada (privilegiada), onde esteve meio ano, para escapar à fúria da D. Francisca.

FESTAS RELIGIOSAS

Nesta freguesia celebram-se as seguintes festas na igreja: em Janeiro, a festa ao Menino Deus; no dia 20, a festa ao mártir S. Sebastião; e no dia 22, a festa ao S. Vicente-mártir.

No dia 3 de Fevereiro, a festa a S. Braz.

No 3.^º domingo de Maio, a festa ao Senhor dos Aflitos.

Em Junho, a festa ao Sagrado Coração de Jesus.

Em 8 de Setembro, a festa à Padroeira, N.^a S.^a da Natividade.

No 3.^º domingo de Setembro, a festa ao Santíssimo Sacramento.

Em todas estas festas saía uma procissão a dar a volta ao Cruzeiro, no sítio do Presinho, construído em 1887.

Na capela do lugar de Broalhos, em dia da Assunção, há a tradicional festa à Senhora de Canas e da Hora, sempre com vésperas e arraial. No fim da missa sai uma brillante procissão, que percorre um itinerário de vistas deslumbrantes.

Como o lugar da Lixa, da freguesia do Covelo, fica pegado a Broalhos, costuma auxiliar esta festa, julgando a Senhora como Padroeira do seu lugar. Em tempos idos, era costume no dia da festa armar-se ali na Lixa um andor que vinha em procissão com as alfaias de Covelo, acompanhada pelo pároco daquela freguesia, sendo esperada no extremo entre Lixa e Broalhos pelo pároco de Medas. Chegada assim esta procissão à capela, começava a missa.

Na Capela do lugar de Vila Cova faz-se a festa ao Divino Salvador no primeiro domingo de Agosto de cada ano, saindo no fim da missa uma vistosa procissão que tem o seu itinerário até ao Cruzeiro. Esta festa também tem sempre vésperas.

Nesta freguesia sempre se fizeram as tradicionais ladinhas de Maio durante os três dias anteriores à Festa da Assunção. No primeiro dia fazia-se a ladinha na igreja, no segundo vinha da igreja terminar na capela do Santo em Vila Cova e no terceiro começando na igreja vinha até à capela do Santo e seguia a terminar na capela de Broalhos.

No dia da Assunção, antes da missa, começava uma ladinha⁽¹⁾ ao pé do nicho (Alminhas de Broalhos) e seguia para a capela, começando em seguida a missa da Festa à Senhora de Canas.

Também no primeiro domingo de cada mês era costume fazer-se uma procissão em volta da igreja à Nossa Senhora. Hoje está quase em desuso.

(1) Houve párocos que as puseram em desuso, mas alguns últimos têm cumprido o dever, exceptuando a do dia da festa.

CONFRARIAS

Há : Confraria do Santíssimo, da Cruz paroquial, Menino Deus, Senhora da Natividade e a Associação do S. Coração de Jesus. Não têm, porém, nem estatutos nem aprovação oficial.

A Junta desta freguesia possue casa própria para a realização das suas sessões e mais trabalhos inerentes aos seus cargos.

Está essa casa situada na parte alta da freguesia e foi mandada construir quase exclusivamente a expensas dos Srs. Vianas, no ano de 1924.

POSTO DO REGISTO CIVIL

Teve sempre esta freguesia desde a sua criação pela República o Posto de Registo Civil, com ajudante aqui permanente.

LUGARES HISTÓRICOS

GUERRA DA «PATULEIA»

Próximo ao lugar da Fisga, entre os lugares da Boa Vista e Vale de Amores, no pico de um monte chamado Castelo, existem vestígios dum castelo, não se sabendo de que tempo.

Ali estiveram entrincheirados os guerrilhas de 1846, escolta de soldados que acampou nesta freguesia para a guarda dos contrários que vinham do Sul. Vêem-se ainda neste sítio restos da Casa da Pólvora.

Também nos montes próximos em Vale de Amores e Portozelo se vêem trincheiras donde os mesmos soldados faziam fogo para o outro lado do Douro, no lugar de Carvoeiro onde vem dar a estrada do Sul.

Não sabemos se estas tropas eram a favor ou contra o Governo, mas parece que esperavam as tropas

do Duque de Saldanha para lhes impedir a passagem do rio. No entanto julgo que as granadas do Duque aterrorizaram os guerrilhas daqui, fazendo-os dar às de Vila Diogo.

Não se sabe se as tropas de Saldanha chegaram a atravessar o rio, mas se passaram já não encontraram os guerrilhas que fugiram para o Norte.

Como se sabe, era por aqui a passagem da estrada velha de Lisboa.

Também abaixo do lugar de Pombal estavam alguns guerrilhas de vigia a qualquer força que viesse do Porto. E um dia avistando alguns soldados, meteram-se atrás dumas medas de monte que tinham por trincheira. Estas medas foram então incendiadas pelo fogo dos recém-vindos, pegando-se o fogo também aos montes adjacentes. Ainda se chama hoje aquele sítio *Monte do Queimado*.

Durante estas guerrilhas estavam os soldados alojados por casas dos lavradores que os sustentavam, prestando alguns serviços na agricultura em dias de folga.

E sobre isto conta-se o seguinte caso :

Um dos soldados que estavam numa casa do lugar de Pombal, na ausência do senhor da casa, foi ao louceiro e pôs em lote alguns pratos finos, cortando pano duma peça de linho para meter entre eles, a fim de não quebrarem talvez, ou não fazerem ruído.

O senhor da casa dando pela falta e verificando que estavam no bornal do soldado, deu parte ao Comandante, que no domingo imediato mandou aplicar o seguinte castigo ao delinquente : No fim da missa foi posto meio nu e levou ali no adro uma boa dúzia de chicotadas. Foi em seguida curado com lençóis de vinho.

O castigo foi-lhe aplicado ao fim da missa do domingo e no adro, porque era ali que costumavam reunir todas as forças ao domingo, a fim de receber ordens, ouvir missa, etc.

CIDADE DA FISGA

É tradição que houve aqui a Cidade da Fisga, no sítio do mesmo nome, no tempo dos godos, como se vê por uma descrição da Serra dos Açores, no primeiro tomo do *Portugal*, a págs. 51.

Que a cidade ficasse mesmo na serra, não parece verídico; o que parece mais certo é ter sido no sítio da Fisga onde há alguns vestígios, como seja o tal castelo do tempo dos guerrilhas.

Este lugar da Fisga é considerado no entanto por alguns como ainda pertencente à mesma serra, embora esteja já um pouco afastado.

LAGOA DA FISGA

Descrições antigas tratam esta lagoa como tendo 1.500 metros de comprimento, por 800 de largura.

Hoje, porém, não existe lagoa alguma, devido talvez às grandes escavações feitas ali pelos mouros ou romanos para explorações mineiras.

No sítio dessa lagoa avistam-se alguns campos e muitos montões de terra e calhaus roliços que denotam bem ter sido muito batidos das águas. — Alguns entendidos dizem ter passado já por ali o rio Douro; e outros dizem, seria do Dilúvio. A nossa humilde opinião é de que aqueles *godos* sofreram a acção mineira dos romanos ou mouros.

MONTE DO CASTELO

Próximo do lugar de Vila Cova, do lado Nordeste, há um terreno com o nome do Castelo. Não há ali, porém, vestígios alguns de tal edificação. Mas como fica num sítio alto e próximo dum lugar que comprehende o nome de «Vila», ¿haveria de facto ali algum forte? (Não confundir este sítio com o do lugar do Castelo, na parte alta da freguesia).

ANTIGA POVOAÇÃO

Dissemos que no sítio chamado «Crastos», na Agra de Canas, talvez tivesse havido qualquer fortificação ou povoação antiga; e tendo-me bem informado disso ultimamente, apurei que perto desse sítio chamado «Crastos» existem vários campos chamados as «Casinhas», prova evidente de ali ter havido em tempos alguma povoação.

CHEIAS NO DOURO

Nos terrenos de beira-rio, nos lugares de Broalhos, Pombal e Formiga, têm os moradores sido forçados a sair várias vezes de suas casas por ocasião das cheias no Douro, sofrendo por isso bastantes desgostos e prejuízos. Porém, a compensar esses prejuízos, há o melhoreamento das terras pela acção benéfica das águas enlodadas que tornam os campos ribeirinhos fertilíssimos.

As cheias mais importantes foram: a de 1856; a de 1860 ainda superior e a de 1909 que tomou o nome de excepcional, superior a todas.

Medas, em 27 de Abril de 1928.

*José de Sousa Dias.
Manuel Dias Ferreira Júnior.*

*

* * *

Deixei para outros capítulos as informações sobre produtos agrícolas, bem como as cantigas populares próprias da região. Também serão publicadas, a seu tempo, as etimologias topónimicas e outras particularidades,

como por exemplo esta, que se lê nos jornais de 10 de Abril de 1933 :

O GUARDA-ROUPA DUMA INDIGENTE !

GONDOMAR, 7 — No lugar do Couto, Medas, faleceu Maria Cabral, a «Gaga», que há muito tempo se entregava à mendicidade. Contava 80 anos. Na casa onde residia foram-lhe encontradas 96 saias novas, 107 blusas, 7 camisas de vários tamanhos, 70 sacos com roupas diferentes, tais como cobertores, lençóis, lenços para a cabeça, chales, aventais, 100 chapeleiras e a quantia de 960\$00 em notas e moedas de 10 e 20 escudos ! Um guarda-roupa respeitável !

LADRÕES EM BROALHOS

Na *Monografia de Paredes*, página 284, vem a narrativa dum assalto à casa do Crasto, realizado por uma quadrilha de ladrões audaciosos. Pois o caso é idêntico. O que vamos contar deu-se no lugar de Broalhos, na casa do sr. Manuel Moreira Lever, um lavrador rico que, tendo estado no Brasil, havia adquirido uma boa fortuna e possuía, segundo se dizia, muito dinheiro, cordões e jóias de ouro. Ora uma bela noite, pelo ano de 1838, uns sesenta ladrões assaltaram-lhe a casa, estabelecendo um cordão de vedetas, para evitarem que os vizinhos pudessem acudir. O proprietário, pressentindo o cerco e vendo que os ladrões invadiam o quinteiro, tentou a toda a pressa atrancar bem as portas e janelas, que já se tornavam alvo do intenso tiroteio da parte dos invasores. O arrojado lavrador mal podia gritar por socorro e muito pior sua mulher que estava ainda de parto, de há poucos dias. Neste desesperado lance, o homem pega nos seus cinco filhinhos de tenra idade e mete-os atrás duma caixa para os salvar das balas que giravam já no interior dos seus aposentos; puxa duma outra caixa que fica atravessando de lado a lado a porta e assim dela fazendo barricada, trata de se defender, procurando também evitar que os ladrões

entrassem, pois eles à machadada já abriam brecha na porta; mas ele, destemido soldado, feito herói nesta luta trágica contra tantos, passa uma das mãos ao machado do inimigo, tirando-lho; e com um espeto de que estava munido, fura o carão do bandido; este episódio não faz desanimar o bando que mais se encarniça na refrega, chegando a incendiar uma palhoça que ali encontraram e meteram pelo rombo aberto, a fim de provocar o incêndio do edifício.

Entretanto uma das janelas já estava arrombada e no parapeito dela um ladrão assumia, mercê duma escada lançada; mas com o mesmo espeto vazou mortalmente o invasor e arremessou-lhes também a escada. Vai lestamente à porta e trata de fazer o mesmo a outros; tal a sua destreza e sangue-frio, que recebendo uma bala numa das mãos só tarde é que deu fé. Os vizinhos berravam dentro de suas casas por socorro, mas não podiam acudir-lhe. Um deles, na casa da Cavada do Outeiro, fazia fogo com uma espingarda ferrugenta que só petiscava com fulminante. As vedoras por troça diziam-lhe: *escorva com sal!*

A gritaria, porém, era já de tal ordem que chegou a vir gente da Várzea de Canedo, na margem oposta do rio Douro; e já vinham na travessia do rio, quando na Lixa, lugar anexo a Broalhos, um homem chamado *Sanguedo* que costumava embriagar-se, começou a gritar furiosamente:

— *Apertai o cerco!... apertai o cerco! que vem o Lever! Acudam todos a Broalhos!*

Os ladrões, cansados de tanto esforço inútil e vendo que a multidão não tardaria a defrontar-se com a malta, ouviram uma voz que bradava: *Vamos embora... fora! fora! estamos perdidos!*

Foi o bastante para a debandada geral. O ataque durou perto de quatro horas. A mulher do dono da casa foi encontrada na cama com os cordões de ouro nas mãos para os entregar aos facínoras, logo

que eles entrassem, para pouparem a vida a todos os seus. O machado que o marido arrancou aos atacantes ainda existia nessa casa há poucos anos.

Dizem que dos ladrões morreram dois ou três, pois um puseram eles em cima duma cavalgadura; e na viagem, ao passarem no lugar de Santa Comba da Sobreira, já esse era cadáver; e outro morrera na freguesia da Foz do Sousa, passados uns oito dias, donde era natural.

Dizem que os referidos ladrões eram de diversas terras e alguns até conhecidos do lavrador, que ainda hoje é falado por partes longínquas.

Depois desta tragédia, para assegurar-se de perigo futuro semelhante, mandou chapear de ferro as portas da casa, tais como ainda hoje se conservam.

Este valente proprietário foi pai de oito filhos, que se chamaram : Marcelina, Manuel, Ana, Francisca, José, António, Joaquina e Miquelina, todos os quais se casaram. Morreu no ano de 1877 esse herói vitorioso !

LENDA DA SENHORA DE CANAS

É tradição que a *Senhora* que se venera na capelinha do lugar de Broalhos, sob a invocação de *Senhora de Canas*, apareceu nessa chamada Agra de Canas, e que ali lhe fôra erigida uma ermida; mas depois, não se sabe pelo que, ela dissera que lhe levantassem o seu templo onde pudesse ser vista pelos navegantes do rio Douro e até dissera que em Broalhos apareceria um trovisqueiro na terra, onde deveria ser essa capelinha levantada, e que assim foi. O pé de trovisco chamado «o trovisqueiro da Senhora» que existia perto da sua capelinha e que era muito estimado, ainda há poucos anos dali desaparecera. Pois ainda nos lembra, quando nas vésperas de sua festa anual, no arraial que criava mato e silvas se fazia limpeza, os mais velhos iam dizendo : «cuidado com o trovisqueiro da Senhora!...»

Mas vieram tempos em que ele desapareceu, não sabemos se pelo grande movimento que se foi dando à festa, se pela concorrência de canalhada que no largo se aglomera aos domingos e dias santos, nos seus divertimentos e folguedos, e que o chutasse ou arrancasse.

Também há quem diga que essa pequenina ermida existiu ao fundo da Agra de Canas, e onde estivera essa mesma imagem da *Senhora*, e era já a padroeira do lugar de Broalhos; o Rev. Luiz Pinto de S. Jerônimo que era Dr. Bacharel e senhor da quinta do Paço de Vila Cova, quisera tomar conta do terreno onde ela existiu, terreno que provavelmente era maninho; mas como devesse pertencer ao referido lugar de Broalhos⁽¹⁾, os moradores deste lhe puseram questão, e esse, talvez por combinação com os ditos moradores, para granjear o terreno, se prontificara a demolir a ermida e mandara construir esta que se encontra em Broalhos, decente e mais perfeita do que seria essa ermida lá em Canas.

Esta capelinha, antes de sofrer uma grande alteração no seu aumento no ano de 1926, já era construída em cantaria de granito lavrado nas suas portas, frestas, cunhais e cornija que a guarnecia em toda a sua volta, rente ao telhado. Consta que essa pedra viera lá dos lados de cima, rio abaixo, e desembarcara ou na praia do Correio ou na de Pombal, que talvez fosse nessas mais favoráveis aos carros que a transportaram, e que seriam de Vila Cova; e, por outro motivo, no lugar de Broalhos não existia praia como existe hoje, onde carros pudesse chegar à beira do rio.

A capelinha não tem era do tempo em que fôra feita (brutalidades antigas... que ainda hoje se estão vendendo; e na nossa opinião, havia de ser multado quem fizesse obras não lhes pondo data). Se é

⁽¹⁾ Provavelmente por estar dentro da área da demarcação do lugar.

certo que ela foi mandada construir pelo referido Rev. Bacharel, devia ser entre os anos de 1742 a 1762, anos em que ele viveu na sua quinta do Paço. Prova-o bem a talha de seu altar, que tem imitações com a do altar da capelinha que ainda hoje existe na casa da mesma quinta que sua fôra.

Sabe-se que o mesmo Bacharel foi senhor dessa quinta nesses anos, por documentos desse tempo ali existentes.

O sítio da Agra de Canas, onde fôra levantada uma pequena ermida à *Senhora* e da qual ainda hoje ali há vestígios, ficou sendo chamado o *sítio da Senhora*, assim como *Campo da Senhora*, *Outeiro da Senhora*, *Preséa da Senhora*, *Água da Senhora*, etc.

Ó D'ALÉM!... ANDA AQUÉM!

Conta-se que quando esta freguesia, em tempos antiquíssimo pertencia à freguesia de Lever, na margem oposta do rio Douro, havia o costume, quando falecia qualquer pessoa deste lado, de dar parte ao povo de Lever, para lá ser sepultada. E assim davam a notícia, em voz alta, perto da margem: — *Ó d'além!... anda aquém! e traz a croz (cruz) e o pau da croz e anda também*. Ou então: *traz a croz e anda buscar o intaurido*. Semelhante tradição existe na freguesia da Lomba.

Não me parece que os cadáveres desta freguesia fossem a enterrar na de Lever; mas o povo assim o assevera, por uma forte tradição. E o que é certo é que o reitor de Lever apresentava nesta nossa freguesia o cura, que tinha 7.800 reis de côngrua e o pé de altar.

O PRETO MÚSICO

É tradição que o Rev. Dr. da Quinta do Paço estivera ausente durante alguns anos no Brasil; e quando regressara à terra, trouxera consigo um preto

que tocava clarinete. E o patrão quando jantava, obrigava o preto a tocar — espécie de jantar-concerto. De modo que o povo, ao ouvir a música do preto, dizia:

— Lá está o doutor do Paço a jantar!

Este sabia viver!

FREGUESIA DE MELRES

Conquanto esta freguesia seja a mais afastada da sede do concelho, não deixa de ser uma das principais pela sua antiguidade e interesse histórico. Os leitores por certo quererão saber tudo que se tem escrito sobre esta antiga vila; e por isso não me esquivarei a citar as informações dos principais historiadores locais.

Principiemos pelo que nos diz Pinho Leal, que embora pouco digno de crédito em algumas informações, é no entanto bastante desenvolvido a tal respeito, e já remonta ao ano de 1874. Diz ele:

Vila, Douro, concelho e 20 km. a E. de Gondomar, comarca, bispado, distr. adm.^{vo} e 30 km. ao E. do Porto, 310 ao N. de Lisboa. 300 fogos. Em 1757 tinha 235 fogos;

Orago, Santa Maria.

Os *Marqueses de Marialva*⁽¹⁾ apresentavam o abade, que tinha 900\$000 réis de rendimento anual. A igreja

⁽¹⁾ Num *Índice de alguns documentos que se acham nos Livros dos Registos do Cartório da Câmara de Penafiel*, extraído no ano 1814 por António de Almeida, este senhor escreveu, sob o n.^o 29, o seguinte: «Provisão para que o Corregedor da Comarca de Penafiel revogue o Capítulo de Correição em que manda tomar posse da Vila de Melres, em virtude da Carta de criação da Cidade e se conserve ao Marquês de Marialva na posse das suas regalias, e a Vila com as suas Justiças, visto os títulos antigos que apresenta, e não se dever esperar da rectidão de S. M. tirasse as doações que estavam confirmadas. É datada de 12 de Janeiro de 1780 e registada a folhas 376, pelo mesmo escrivão, José Xavier Pinto.

é muito antiga e foi feita por um dos filhos (padres) da célebre *Maria Mantela*. (Vid. *Chaves, Meixide e Porto*).

É povoação antiquíssima, mas não se sabe quando ou por quem foi fundada. É certo que já existia, pelo menos no tempo dos Árabes, de que há vestígios, como adiante direi. Há duas opiniões sobre a etimologia do seu nome, ambas admissíveis. Segundo a primeira, é corrupção de *melros*, por aqui haver muitas destas aves. — Outros pretendem ser corrupção da palavra árabe *Morcum-tema*, que se lê *mercultem*. Na África, perto de Azamôr, há uma povoação também assim chamada. Esta palavra é composta de dois imperativos e de uma partícula ou advérbio de lugar, a saber — de *mor* (vai-te) do verbo *marra* (ir) — de *cum* (come) do verbo *acala* (comer) — e do advérbio *téma* (aí nesse lugar) — sendo assim, significava: vai comer aí. E, com efeito, estando esta vila situada sobre a margem direita do Douro, é desde muitos séculos lugar de descanso, pousada e comida, para os que navegam pelo rio, e dos que vêm pela estrada do N. para aqui, na barca, para a outra margem.

Desde Avintes para cima, é Melres a mais bonita, fértil e aprazível povoação das margens do Douro.

Desde a aldeia de S. Tiago até à de Moreira, desta freguesia, por espaço de um km. pouco mais ou menos, se estende a formosa *riveira de Melres*, fertilíssima em milho, centeio, linho, legumes, hortaliças, com bastantes árvores de vinho (carvalhos ou outras árvores que sustentam videiras). Há também aqui grandes e belas nogueiras, que produzem muito fruto, que se exporta. O resto da freguesia é em terreno acidentado, em grande parte coberto de pinheiros, carvalhos, sobreiros e outras árvores silvestres, e daqui se extrai bastante cortiça e madeiras, que vão para o Porto, com cuja cidade faz esta freguesia grande e constante negócio, pelo rio, conduzindo àquela cidade lenha, carvão, carqueja, madeira,

nozes e outros géneros, em barcos próprios da freguesia. Ficam Melres e S. Tiago em frente da freguesia de Santo António da Lomba; e em frente do lugar de Moreira, na margem oposta, é o lugar de *Areja*, célebre por ter sido uma antiga cidade. (Vid. pág. 238 do I vol. de Pinho Leal).

A causa da fertilidade do solo baixo desta freguesia é o nateiro que o Douro aqui deposita, nas enchentes; mas se quási sempre é fertilizador, também algumas vezes causa grandes prejuízos, pois tem havido cheias que chegaram a entrar dentro da igreja matriz, que está a mais de 8 ou 10 metros acima do nível ordinário do rio. Então o Douro arrasta em sua corrente furiosa paredes, árvores, casas e campos.

Há aqui uma boa feira, na aldeia de Branzelo. Até Agosto de 1874, fazia-se no dia 3 de cada mês — desde então, faz-se no primeiro domingo de cada mês.

Foi concelho muito antigo, com Câmara e justiças próprias, que foi suprimido depois de 1834. A sua casa da Câmara serve hoje de casa de escola régia de instrução primária.

D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 15 de Setembro de 1524. (*Livro de forais novos da Beira*, fl. 130 v. col. 1.^a).

Tem uma nova e grande capela, da invocação de Nossa Senhora do Calvário, com boa torre e dois sinos. Foi construída à custa de habitantes desta freguesia, que adquiriram no Brasil meios de passar o resto dos seus dias na terra que os viu nascer. Também a eles se devem os melhoramentos que se vêem nas casas e quintas desta freguesia.

É em Melres onde, no quinto domingo da quaresma, se faz a melhor procissão de Passos de todo o concelho.

Pela aldeia de S. Tiago passa a zona carbonífera (antracite) que vem do Barral (margem esquerda do Douro) e seguindo a direcção N.O., vai passar ao Covelo, Vale de Acha e S. Pedro da Cova.

Há em vários sítios desta freguesia, muitas galarias, que bem mostram ser antigas minas metálicas. Suponho serem anteriores à dominação romana, porque tem aparecido por estes sítios uma espécie de mós grosseiras, com que os lusitanos trituravam o seixo (quartz) para lhe extraírem, pelas lavagens, as partículas de ouro ou prata. Segundo a tradição, também foram exploradas pelos mouros.

Ainda por aqui há algumas minas de cobre e de ferro, mas estão desprezadas, por parecerem pobres à superfície, e não se quererem aventurar os mineiros a fazer reconhecimentos e pesquisas profundas.

Houve aqui um vínculo dos *Peres*, de Meixide, administradores do morgado de Vilar de Perdizes (na comarca de Chaves). Há muitos anos que deixou de existir, e o seu solar, que é vasto e bom edifício nobre, ainda existe ao fundo da vila, em bom estado, mas mudou de possuidor. Há também aqui uma grande e bela casa, que foi paço dos Teles. Foi comprada por fr. José da Graça, que a restaurou e aformoseou. É hoje dos seus herdeiros. Foi solar dos Porto-Carreiros. *Vid. Porto*, no palácio da Bandeirinha.

Também foi solar dos Teles de Menezes, que procedem de D. Telo, grande senhor nas Astúrias, e rico-homem, no reinado de D. Favila, pelos anos de 730 a 750. Estes Teles foram os progenitores dos condes de Cantanhede e marqueses de Marialva. (*Vid. esta última palavra*).

Há em Melres a antiga casa, denominada da *Eira de Melo*, dos Srs. Coelho da Rocha. Foi desta casa o pai do justamente célebre doutor, o padre Manuel António Coelho da Rocha, lente de Coimbra, e um dos melhores jurisconsultos e escritores públicos dos nossos dias. (*Vid. Covelas*, págs. 428, col. 2.^a do 2.^o vol. de Pinho Leal).

O Sr. Joaquim Coelho da Rocha, com estabelecimento fotográfico, na rua da Alegria, n.^o 111, em frente do Passeio Público do Rossio (em Lisboa), é da

casa da Eira de Melo, e sobrinho do Dr. Manuel António Coelho da Rocha, de Covelas.

Segundo Cardoso de Azevedo, esta freguesia no ano de 1890 tinha 249 fogos, com 611 varões e 775 fêmeas, e em 1900, 536 varões e 704 fêmeas. D. Manuel deu-lhe foral em 15 de Setembro de 1524 e foi sede e denominação de concelho com comarca e justiças próprias. Possuiu minas de cobre e de ferro e a de chumbo denominada *Ribeira da Estivada*. Tem caixa postal nas povoações de Melres, Branzelo e S. Tiago. Dista 15,6 km. da sede do concelho, 18,3 km. da estação de Recarei e 23,5 km. da de Campanhã.

Segundo a *Cor. Mod.* de J. M. Baptista :

Ant.^a V.^a de Melres, no ant.^a conc.^a de Penafiel de Sousa, na ant.^a com. do Porto, de que eram donat.^{os} os M. de Marialva.

Está sit.^a na m. d. do Douro. Dista de Gondomar 3 l para E.S.E. Tem uma só F. da inv. de S.^{ta} Maria (Assunção) abb.^a que era da ap. do M. de Marialva.

Compr.^e esta F., além da V.^a (que o D. C. considera ext.^a) os log.^{es} de Quintãs, Moreira, Villarinho, Montezelo, Sant'Iago, Branzelo, Barracas, Costa, Estremadouro, Presas, Cima de V.^a, Boa Vista, Cancela, Eira de Melo, Cavadas, Sobrido; os casais de Vales Travessos, Sobreiro: as q.^{tas} de Bandeirinha, e a ant.^a casa e q.^{ta} de Villar de Perdizes; e as H. I. de Varziela, e Póvoa.

P.	C.	180
	A.	343
	E. P.	350 1.160
	E. C. 1.161

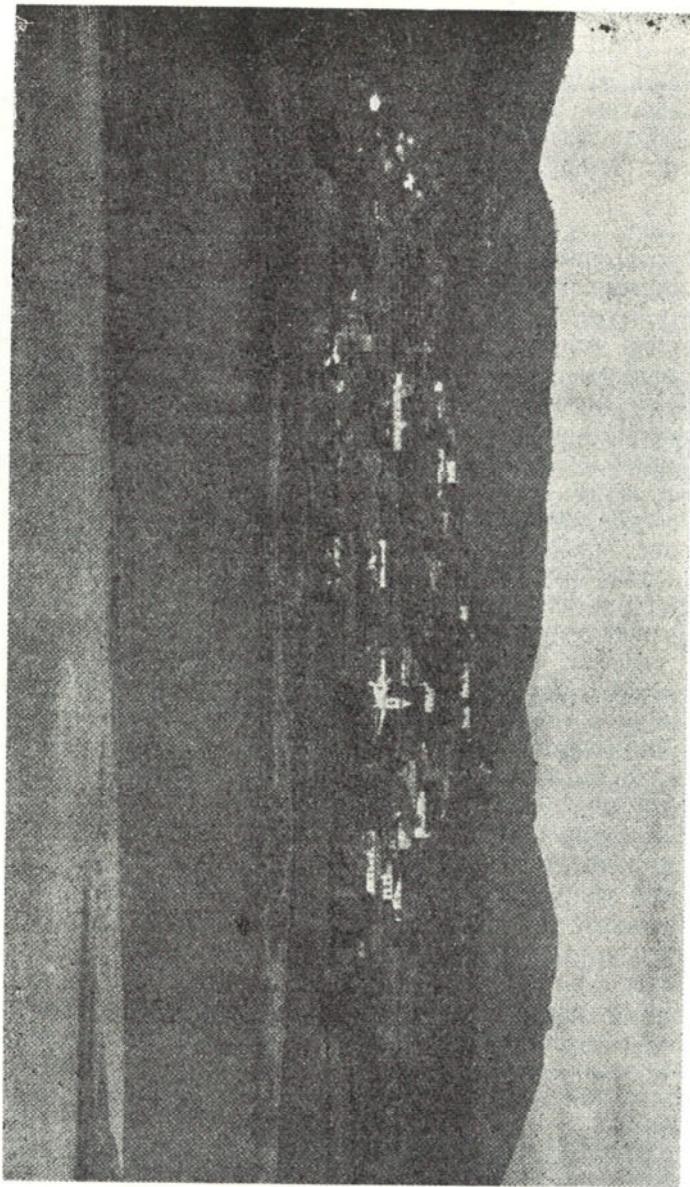
Nesta F. descreve Carv.^o (vol. I págs. 391 a 394) parte da ilustre ascendência da casa de Marialva, da

qual descendem os M. de Viana e de Borba (este actualmente conde de Redondo)⁽¹⁾.

Não é menos interessante recordar o que se lê em *O Minho Pitoresco*, tomo II, pág. 617, em 1887. É uma descrição de viagem com as impressões que dela resultam e servida por uma linguagem elegante e poética. Eis-la :

No verão chegam a Melres as marés e é por isso fácil até aí a navegação do Douro. Subindo o rio, o que já não faz parte da nossa excursão, começa, porém, a navegação a tornar-se perigosíssima, tendo sido um sorvedouro de vidas o espaço que vai desde os poços de Midões e da Cortiça até que se transponham as Pedras de Linhares. A larga e formosíssima ribeira de Melres, em que ora descansamos, é na corrente estuada do Douro, um como oásis no rio sagrado dos egípcios. Dir-se-ia, e assim é realmente, que fatigado de bater as duras rochas graníticas, que lhe torturam o leito, numa extensão de léguas, o Douro precisa descansar um pouco antes de seguir até à Foz, e se compraz em acumular dos sorrisos da abundância o doce vergel em que repousa. Às vezes, é certo, a ânsia de descansar leva-o um pouco longe nas carícias, como sucede a um expatriado que no regresso inunda de beijos a família; e o Douro alastrá pelo povoado de Melres a sua corrente impetuosa, a ponto de inundar a rua das Quintãs e chegar mesmo à igreja, donde, como aconteceu em 1851, foi necessário ir com um barco

(1) O 1.^º marquês de Borba chamava-se Tomé José Xavier de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Menezes, 13.^º Conde de Redondo. Era vedor da Casa Real, grã-cruz da Ordem de Torre e Espada, 11.^º senhor de Gouveia, Figueiró dos Vinhos e Pedrógam. Foi elevado a marquês de Borba por decreto de 15 de Dezembro de 1811. Casou em 1775 com D. Margarida Teles da Silva, filha dos 2.^{os} marqueses de Penalva. O marquês de Borba acompanhou a corte de D. João VI para o Brasil em 1807 e lá faleceu a 13 de Outubro de 1813.



VISTA PARCIAL DA FREGUESIA DE MELRES

tirar o sacrário. ¡Mas como essa brincadeira, de anos a anos renovada, é boa para o delta, em que se estende a ribeira de Melres!

¡Como o Douro abebera de nateiros preciosos os campos, em que parece alegrar-se depois da sua luta porfiada, e como a fertilidade sorri ao contacto desse demorado beijo do grande rio, expandindo-se na vegetação luxuriante, que envolve o povoado de Melres, desde a aldeia de S. Tiago até à de Moreira!

É antiquíssima a freguesia, e perde-se na noite dos tempos a notícia da sua fundação. Há quem a suponha anterior ao domínio romano, dizendo que são dos lusitanos as galerias de minas metálicas abandonadas que por aqui existem, e onde muitas vezes se têm encontrado as mós grosseiras, com que esses nossos avós tritura-vam o quartzo aurífero, para extraírem depois o ouro pela lavagem. Essas minas, lavradas pelos dois povos luso e romano, foram também, segundo é tradição, exploradas pelos mouros, e tem-se como averiguado quanto a estes, que existiu realmente aqui uma povoação árabe, de que o próprio nome de *Melres* parece ser um vestígio, pois se julga que não procede dos *melros*, que aí abundam, mas da palavra árabe composta, *morcül-tema* (leia-se *mercultem*), que mais ou menos significa *vai comer aí*, o que exprime na realidade o costume contraído há muitos séculos de se fazer em Melres uma estação de descanso. Vila, extinta após a implantação do regime liberal em 1834, era concelho antigo com Câmara e justiças próprias; data dos marqueses de Marialva, tendo-lhe D. Manuel dado foral em Lisboa a 15 de Setembro de 1524. Ainda actualmente conservam as suas ruas uma tal ou qual regularidade geométrica, especialmente as de Quintãs, Boavista, Caneira e Costa.

Chama-se ainda Largo do Pelourinho àquele em que esteve a picota municipal, e nele se vê, como documento dos fidalgos tempos de Melres, o palacete que foi solar dos Porto-Carreiros, notável ainda hoje

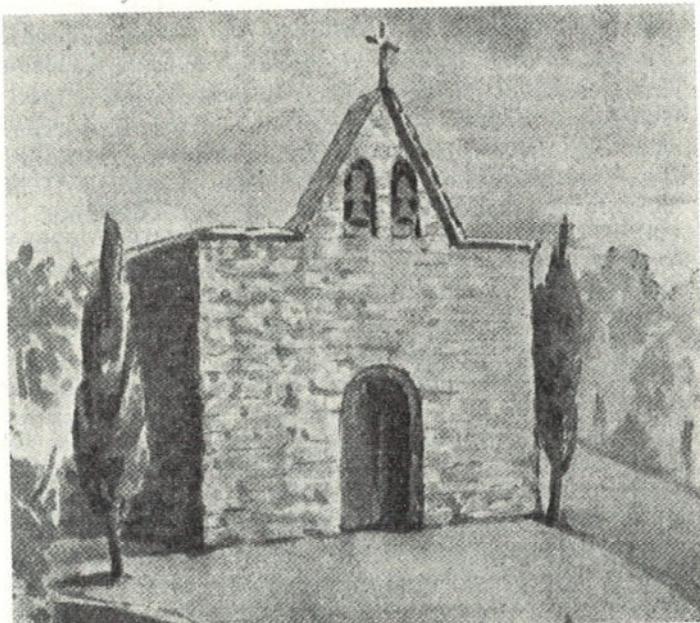
pela opulenta ornamentação de talha primorosa, que forma os artesoados dos tectos da sala nobre, obra datada de 1697. Este paço foi também solar dos Teles de Menezes, de quem procedem os Marialvas, antigos senhores da vila de Melres, os quais tinham o seu paço no edifício hoje ocupado pela escola primária da freguesia. Ao fundo da vila existiu também um edifício que foi vínculo dos Peres, de Meixide, edifício que foi restaurado por Frei José da Graça e é hoje pertença do Sr. Joaquim Gonçalves Viana⁽¹⁾. A seguir logo é a actual residência do pároco de Melres, modernamente restaurada. A casa de *Eira de Melo*, dos Coelhos da Rocha, merece também mencionar-se, como uma das mais importantes desta freguesia. A matriz paroquial é de uma antiguidade notável, atribuindo-se a sua fundação a um dos sete filhos de Maria Mantela, lendária personagem do Porto, sepultada em Chaves, segundo dizia a inscrição lá existente :

*Aqui jaz Maria Mantela
Com os sete filhos ao redor dela.*

Todos sete foram padres, diz a lenda, e cada um o fundador de uma igreja, pertencendo, pois, a um desses irmãos esta de Santa Maria de Melres, que nada tem exteriormente que a recomende a não ser a sua simplicidade e a singelíssima torre triangular que a encima, notável pela curiosidade das suas oscilações, quando os sinos tocam. Projecta-se uma torre nova, para o que desenvolve todo o zelo o actual pároco, P.^e João Moreira dos Santos. No interior, escrupulosamente asseado, notam-se no tecto algumas pinturas

⁽¹⁾ Actualmente propriedade do Sr. Pedro Moreira de Sousa, condiscípulo e velho amigo do autor desta nota, a quem este presta aqui o testemunho desinteressado da muita estima que lhe dedica.

alusivas a factos bíblicos e observa-se o altar-mor, completamente restaurado, graças ainda à iniciativa do incansável eclesiástico. As festividades mais solenes que na matriz se realizam, são as do Corpo de Deus e Sacramento, a que afluem milhares de devotos vindos das freguesias limítrofes de aquém e além Douro; todavia,



PRIMITIVA IGREJA MATRIZ DE MELRES

tão grande afluência não se acumula para formar romaria, como sucede em qualquer festa do Alto-Minho; e se o *touriste* quiser colher para o seu álbum ou para a sua carteira uma impressão pitoresca, tem de procurá-la à beira-rio, na ocasião em que os numerosos barcos transportam para as suas aldeias os que vieram à festa. Notável pelo efeito artístico e superior às ante-

cedentes, é a procissão de Passos, a melhor de todo o concelho, na quinta Dominga da Quaresma. A capela dos Passos ou do Calvário, cuja descrição omito, por nada ter de notável, fica situada ao cimo da povoação, num planalto, donde se descobre toda a bacia atravessada pelo Douro e por ele fertilizada nas grandes e por vezes favorosas enchentes do inverno. Por tal situação, e dizendo-se que a procissão é de noite, já o leitor pode imaginar que deslumbrante efeito produzirá no plano inclinado desse outeiro a marcha do grave e solene cortejo religioso, iluminado pelos fogos das pinhas resinosa, que reverberam sobre as montanhas e aldeias próximas, como sobre a corrente pálida do rio, a luz esbatida duma como que aurora boreal. Faz lembrar um quadro singelo, mas grandemente artístico, dos primitivos tempos do cristianismo. Enumerando o que de mais notável há em Melres, dividida, como o leitor já sabe, em umas quatro povoações, cumpre-nos informar de que em uma dessas — Branzelo — onde todos os primeiros domingos de cada mês se fazia uma concorrida feira, existe ainda a capela de Nossa Senhora da Aflição, há poucos anos mandada construir pelo comendador Rangel, a cujo zelo e piedade se devem também duas novas capelinhas, onde se têm realizado grandes festas, a 24 de Agosto.

Nos terrenos da freguesia estão em exploração por conta de companhias inglesas, as minas de antimónio denominadas de *Poço Negro*, *dos Banjos* e de *Vale Fundo*, que entestam na zona carbonífera que vem da margem esquerda e vai por *Covelo* e *Vale de Acha* a *S. Pedro da Cova* e *Valongo*.

E tudo está dito, assim por alto, do que vale em paisagem e em história a encantadora povoação de Melres. Mas do que ela vale exclusivamente para mim, só o leitor o poderia saber, se por acaso ali fosse e travasse conhecimento com os proprietários da Farmácia nova de Melres... (Segue-se um elogio

aos sócios da farmácia — Carvalho e Casimiro). (Traz o retrato da velha igreja de Melres que reproduzimos).

O meu prezado amigo, Sr. António Cruz, da freguesia de Melres, em Agosto de 1927, começou a escrever umas nove *cartas de Melres*, no semanário concelhio *A Nossa Terra* e cuja transcrição julgo de alto valor, pelo cuidado e carinho com que versou o assunto relativo à sua terra natal. A primeira carta é como segue :

À MINHA QUERIDA TERRA

A cerca de 17 km. da sede do concelho para o lado Sudeste, ergue-se altaiva, majestosa e sorridente, a pitoresca freguesia de Melres, alcandorada numa eminência que lhe imprime um singular relevo de elegante graciosidade, cercada de ricos e extensos pinheirais, e parte escondida entre frondoso arvoredo, e adornada de elegantes painéis de verdura. O Douro, que banha a freguesia em uma extensão de 5 a 6 km., desdobra-se lá ao fundo beijando lentamente e de mansinho as nossas praias e areias. Os seus lindos pomares e campos feracíssimos, os seus choupais de maciço verde e ondeante, que lhe servem de guarda-vento, os frondosos olivais que emolduram as suas variadas paisagens, imponentes de largos horizontes, o seu clima ameno e saudável, a riqueza do seu solo, o escarpado das suas serranias, a elegância dos seus vales e a fertilidade dos seus campos, a hospitalidade e a franqueza deste povo, a estima de quantos uma vez a tenham visitado, a dedicação e o trabalho dos seus habitantes, as canções suaves de doçura de uma alegria simples das nossas formosas *mademoiselles*, enfim, tudo isto se conjuga e combina na mais aprazível policromia. Melres, a freguesia mais populosa do Alto Concelho, a maior em área do concelho de Gondomar, confina com as freguesias de Medas e Lomba deste concelho, Pedorido, do concelho de Paiva, Sebolido e Capela, do concelho de Penafiel, Sobreira e Aguiar de Sousa, do concelho de Paredes. É uma das mais antigas povoações deste concelho, não se sabendo com certeza quando nem por quem foi fundada; o que é certo é que já existia pelo menos no tempo dos Árabes, do que há vestígios.

Há duas opiniões sobre a etimologia do seu nome, ambas admissíveis; segundo a primeira, é corrupção de *Melros*, por aqui haver muitas destas aves, como ainda hoje abundam por cá bastantes. Outros pretendem ser corrupção da palavra árabe *Marecul-tema* que se lê *Mercultem*. D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 15 de Setembro de 1524 (*Livro de forais novos da Beira*, fls. 130, v. col. I). A igreja paroquial é também já muito antiga, tendo sofrido grandes reformas, como seja a construção da torre, etc., nos anos de 1886 a 1888; foi fundada por um padre, filho da célebre Maria Mantela, da Vila de Chaves; talvez que algum dos leitores conheça aquele epítáfio: «*Aqui jaz Maria Mantela, com seus filhos ao redor dela*»; lembramos esta inscrição que se lê na lápide de Maria Mantela, que foi sepultada na igreja paroquial da vila de Chaves, bem como seus sete filhos que foram todos clérigos, e que a tradição popular quere que fossem gémeos. Cada um deles edificou uma igreja, a saber: Santa Maria de Moreira, Santa Maria do Galvão, a de Vilar de Perdizes, Santa Leocádia, Santa Maria de Melres, a do Mosteiro Doso, e metade da matriz de Chaves.

Não posso portanto precisar ao certo a data da edificação da nossa igreja paroquial, mas pelo que tenho depreendido devia ter lugar aí por 1690 a 1700. Foi também anos depois, que o Morgado de Vilar de Perdizes edificou a casa, palacete da quinta que tinha o mesmo nome de Vilar de Perdizes; vendida no seu regresso ou talvez por um filho deste, também Morgado, com o mesmo título, a Frei José da Graça, e hoje pertença do grande proprietário e capitalista, nosso bom amigo Sr. Pedro Moreira de Sousa. Este padre Frei José da Graça foi algum tempo lugar-tenente de D. Miguel e um grande defensor deste nas guerras com D. Pedro. Teve uma conferência em 1846, no areal de Melres, com o general escocês Reinaldo Macdonel, que vinha rio acima com as suas forças em favor de D. Miguel, acompanhando-o o padre Luiz de Sousa Couto, de Entre-os-Rios, e paleógrafo da Misericórdia do Porto e o Morgado de Pede Moura, Manuel Ferreira dos Santos, que depois foi tenente-coronel comandante dos Voluntários de Paiva, assim como Manuel Vieira de Andrade, de Folgoso, que foi capitão do mesmo regimento, seguindo depois a acampar na quinta de Linhares, da freguesia de Sardoura.

A segunda carta prossegue :

Como ia anunciando, Melres, não obstante agora não possuir a categoria de vila, usufrue sempre curiosidades que merecem especiais atenções, porque realmente o principal duma terra consiste sempre na sua pitoresca situação e no seu belo conjunto. Mas esta freguesia é dotada de predicados ainda mais valiosos que atestam bem o que esta terra teve, e tem de importante. Foi concelho muito antigo com comarca e justiças próprias, não lhe sendo possível prever a data da sua fundação, mas deveria existir algumas centenas de anos antes de 1760, porque foi nestas alturas até 1790, que pertenceu ao concelho de Penafiel⁽¹⁾, e como comarca ao Porto, passando anos depois a pertencer a Aguiar de Sousa, até à era de 1820, aproximadamente e nos anos que medeiam desta data até 1837 passou novamente a funcionar cá a sede de concelho e comarca; há quem diga que foi extinto em 1834, assim como há quem presuma que desta vez foi pouco tempo sede do concelho; mas estou inteiramente convicto de que foi suprimido em 1837; e funcionou em exercício como sede de concelho e comarca, algumas dezenas de anos, pois posso documentos que me fornecem elementos nos quais me posso firmar sem incorrer em dúvida.

A sua casa de comarca serve hoje de casa de escola, e é onde está instalada a escola oficial do sexo masculino; era na mesma que funcionava a Câmara Municipal de Melres. As outras repartições, como Fazenda, Tesouraria, etc., ocupavam as dependências de uma casa no lugar da Coucela, e que hoje está na posse de particulares.

Melres em 1750 possuía 250 ofgos, a regular uma média dos que tem hoje. Nesta freguesia descreve Car.^o, vol. 1.^o, pág. 391 a 394, a ilustre ascendência da Casa de Marialva, da qual descenderam os M. de Viana e de Borda, este Conde de Redondo.

(1) Tem a data de 28 de Junho de 1770, a Carta pela qual o termo da cidade de Penafiel fica determinado pelas terras sitas no julgado de Penafiel, como nas honras de Barbosa, heetria de Galegos, Couto de Entrambos-os-Rios, Vila de Melres e Couto de Meinedo,

Compreendia já nesse tempo quase todos os lugares de que hoje é composta, a saber: Moreira, Vilarinho, Boavista, Cimo de Vila, Estremadouro, Cancela, Costa, Quintãs, Barraças, Montezelo, Eira de Melo, S. Tiago, Branzelo, Cavadas e Sobrido. Os casais de Val Travessos e do Sobreiro; as quintas de Vilar de Perdizes que, como disse, foram do Morgado que possuía o mesmo título, e que era natural da freguesia que também usufruia o mesmo nome de Vilar de Perdizes, e que pertence ao concelho de Montalegre, (a raia de Espanha); esta quinta como já esclareci é hoje propriedade do sr. Pedro de Sousa, a quinta da Bandeirinha que foi da grande casa da Bandeirinha da cidade do Porto, e que foi dotada por seus pais D. Luiz Pízarro da Cunha Portocarrero que cá residiu bastantes anos; este cidadão no regime deposto exerceu algum tempo o lugar de deputado da nação, assim como o de Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, etc.; as quintas da Póvoa e Varziela; esta última é hoje pertença do meu particular amigo Coelho da Rocha, muito digno correspondente deste brilhante semanário⁽¹⁾; a casa da Torre, propriedade nesse tempo do capitão João António da Silva Machado, e hoje pertença do autor destas linhas; a casa de Eira de Melo, dos srs. Coelhos da Rocha, e que ainda hoje continua na mesma família; foi desta casa o pai do justamente célebre dr. e padre Manuel António Coelho da Rocha, lente de Coimbra, e um dos melhores jurisconsultos e escritores públicos de esse tempo. Vid. Covelas, pág. 428 col. 2.^a v. O sr. Joaquim Coelho da Rocha, com estabelecimento de fotografia na rua da Alegria n.^o 111, em frente ao passeio público do Rossio - Lisboa, era da casa de Eira de Melo e sobrinho do dr. Coelho da Rocha, de Covelas; a casa do Morgado de Pena, José Ferreira de Lima e que hoje pertence aos srs. António Ferreira Campos e Manuel Gonçalves Viana.

A terceira versa ainda o mesmo assunto:

Ainda continuando na parte histórica desta freguesia cumpre-me o dever de procurar relatar, elucidando assim os

(1) Refere-se ao semanário *A Nossa Terra*.

meus prezados leitores dos factos incontestáveis que esta terra regista. Reconheço-me incompetente, e inábil, para colaborar com evidência e o mais largamente possível, no esclarecimento desta obra; mas como dever cívico, todo o cidadão deve amar, defender mesmo com sacrifício, com abnegação e com altruísmo, a sua terra, como uma mãe extremosa ama os seus filhos queridos; procurar engrandecê-la sempre, envidando para isso todos os esforços, é um dever que se impõe. Esta freguesia é berço de uma descendência ilustre, e isso demonstram os três brasões ilustres, esses três escudos de armas, que encerra dentro de seus muros, e que são o timbre, a honra e a glória do Morgado de Vilar de Perdizes, da casa da Bandeirinha, e do Marquês de Marialva, este último de escudo esquartelado nos primeiros e quartos quartéis de armas reais com o filete, nos segundos e terceiros em campo azul as três flores de lis de ouro, sobreposto o escudo dos Menezes. O Marquês de Marialva que se acha sepultado na Vila de Cantanhede era senhor da vila de Melres no século XVI; à excepção dos lugares de Sobrido, Branzelo e Santiago, este do Marquês de Alenquer. Em Melres havia pelourinho, cujo lugar ainda hoje é assim chamado, e parece ainda existir vestígios da coluna de pedra onde se expunham e castigavam os criminosos. Em determinados pontos desta freguesia existem galariás que bem demonstram serem antigas minas metálicas; segundo a tradição, algumas são anteriores ao domínio dos romanos, e foram também exploradas pelos árabes.

Também não posso deixar de fazer referência ao célebre e histórico Rego dos Mouros, que tendo o seu início no sítio denominado «Poço Negro» do Concelho de Penafiel, atravessa pelo lugar de Vilarinho, seguindo nas fraldas da Serra até terrenos de Branzelo; aqui há diversas curvas atravessando este lugar, com uma diferença de nível que acusa 50 % e depois de ter percorrido a freguesia em uma extensão de 15 quilómetros aproximadamente, segue para a freguesia de Medas onde parece ter o seu fim; encontra-se completamente em ruínas, porque as grandes derrocadas e os imensos pedregulhos que se despenham das encostas impelidos pela acção do tempo, obstruíram-no por completo.

Já inteiramente extinta existiu em épocas remotas, não me sendo possível prever ao certo essas datas, a ermida de Santa Iria, no alto da serra do mesmo nome, e que é por sinal o ponto mais elevado destas circunvizinhanças; esta ermida foi derrubada por furiosas batalhas, que tiveram lugar por estes sítios; e foi então que os habitantes do lugar de Branzelo a quem pertence a referida serra, transitaram com a santa para a povoação edificando-lhe lá a sua capelinha. Também existe no referido ponto elevado, assim como no alto da serra de Açores, postos geodésicos mas ambos em ruínas.

Na quarta carta revela o seu grande contentamento pelo facto da freguesia ir compartilhar de um importante melhoramento local, rendendo portanto calorosos aplausos à Ex.^{ma} Comissão Administrativa, presidida pelo Sr. Américo Fernandes de Carvalho que afirmou, apoiado pelos restantes membros, que os 200.000\$00 contos do empréstimo municipal seriam totalmente aplicados na estrada do alto concelho; faz votos por que se realize quanto antes esta velha aspiração do povo desta freguesia e circunvizinhas.

Continua na quinta carta :

Na minha última carta da descrição das coisas históricas, ao referir-me ao célebre Rego dos Mouros, por lapso disse que acusava uma diferença de nível de 50 % quando é de 1/2 a 1 %.

Subsiste no apogeu da serra ocidental desta freguesia, com parte das paredes ainda em perfeito estado de conservação, a capela de Santa Bárbara; nesta ermida nunca se chegou a exercer culto religioso por não ter chegado a sua conclusão; foi edificada por iniciativa de José Maria Pereira de Lima, proprietário das minas do Ribeiro da Serra (Fontinha) e está situada em terrenos do lugar de Branzelo e limites da freguesia.

Também existe no mesmo lugar de Branzelo a capela de Santa Iria, padroeira dos povos do referido lugar; esta capela deve ter aproximadamente 170 anos de existência.

Na sexta e sétima cartas ocupa-se das capelas, dos notários e dos juízes de paz; na oitava e nona

fala dos párocos, das minas e da variadíssima vegetação local :

Igualmente existe neste lugar, no pitoresco e aprazível monte do Espigão, a ermida de Nossa Senhora da Aflição, edificada nos anos de 1882 e 83, a expensas do comendador Sr. Miguel Boaventura da Silva Rangel e hoje pertença particular de seu filho o Ex.^{mo} Sr. Dr. João Duarte da Costa Rangel.

Têm também os povos do lugar de S. Tiago a sua antiga capelinha, onde veneram o apóstolo S. Bartolomeu, que dá o nome à povoação.

Identicamente possuem os habitantes do lugar de Moreira o seu oratório onde também igualmente festejam a Nossa Senhora da Piedade.

Além da igreja matriz a que já me referi, possuindo uma exelente torre com quatro sinos, etc., existe a capela do Calvário, que assim como a igreja é dotada de uma magnifica torre com dois sinos e relógio; foi edificada em princípios do século passado, à custa dos habitantes cá da terra que regressaram do Brasil com algumas fortunas; é onde se encontra o santuário de Nossa Senhora de Lourdes, que ali é festejada no último domingo de Maio; é este um dos locais mais cintilantes e agradáveis da freguesia.

Também não devo esquecer de fazer referência à capela particular da Casa Grande, propriedade do Sr. Pedro de Sousa.

Além destas festividades a que me referi, realizam-se regularmente na igreja mais as seguintes : S. Sebastião — 20 de Janeiro; Santo António — 13 de Junho; Passos — quarto domingo da Quaresma; SS. Sacramento — terceiro domingo de Julho; Nossa Senhora — 15 de Agosto e Coração de Jesus em dias indecisos. Paroquiaram nesta freguesia desde os princípios do século passado os seguintes clérigos : Frei José da Graça que, como aqui já disse, era lugar-tenente de D. Miguel; o padre Constantino José de Carvalho e Melo, que era irmão do conhecido Adriano José de Carvalho e Melo, do Marco de Canavezés e um grande amigo da familia do autor destas linhas, exercendo por várias vezes o lugar de Governador Civil em Vila Real; foi também Comissário Geral da Polícia, etc., e foi quem conseguiu o exílio do célebre José do Telhado para África.

Funcionava nesta comarca o cartório do notário José Luiz de Azevedo e Silva, substituído, pelo seu falecimento, pelo notário João Ferreira de Carvalho, cujo cartório tinha a sua instalação no lugar de Eira de Melo; exerceu igualmente as funções de notário nesta vila, c. Sr. José da Rocha e Castro.

Foram juízes nesta comarca da vila de Melres, os Drs. Manuel Rodrigues Barbosa da Cruz, Jerónimo José de Melo, António Rezende Rangel; escrivães de Direito, os Srs. José Martins dos Santos e Luiz José Pinto, que tinham instalados os seus cartórios em casas particulares, em virtude da casa da comarca não ter dependências suficientes.

Exerceram as funções de juízes de paz deste Julgado de Melres desde 1800 até hoje, os Srs. José Gonçalves Barbosa, Manuel da Cruz, João Moreira de Sousa, Nicolau Francisco Vieira Gonçalves, Vicente Vieira Alves, José Teixeira, Manuel Gonçalves Leite, José da Cunha Leite, José Moreira de Gama, Manuel Alves Ferreira da Cruz, Jerónimo Moreira da Rocha, António Dias Ferreira, António Augusto de Carvalho; e escrivães, os Srs. José da Rocha e Castro, Manuel Joaquim de Miranda, António Joaquim Gonçalves, Manuel Moreira dos Santos e António Alves da Cruz.

Paroquiaram esta freguesia, além dos já mencionados Frei José da Graça e Constantino José de Carvalho e Melo, os seguintes padres: José Pereira Baptista Neves, Jerónimo Barbosa de Queiroz, João Gonçalves Moreira dos Santos, José Valente de Matos, António Moreira e o actual Jerónimo Joaquim Ferreira.

Teve lugar por inúmeros anos, sendo iniciada em 1873, uma importante feira de gados no lugar de Branzelo, atingindo nos anos primitivos, pela sua vasta concorrência e abundantes transacções que se realizavam, o cúmulo da grandeza, rivalizando assim com as principais feiras destas circunvizinhanças. Também idêntica feira se realizou no lugar das Quntas, mas tanto esta como aquela, porque as transacções foram diminuindo, deixaram de se realizar.

Existiram nesta freguesia as minas de metal e chumbo, como as das Banjas, Val Fundo, do Faxo e de Sobrido; e as do carvão, da Varziela.

Está esta terra bem servida com inúmeros estabelecimentos de mercearia, vinhos, fazendas, etc. Também tem talho de carnes diariamente.

Igualmente nunca deixou de cá existir farmácia, sendo actualmente seu gerente técnico o Ex.^{mo} Sr. Pedro Moreira de Sousa.

É médico nesta freguesia o Ex.^{mo} Sr. Dr. António Peixoto.

É variadíssima a vegetação nesta freguesia: extensíssimas matas de pinheiros, vales tapetados de milheirais e encostas de vinhedos, suas hortas frescas, e aqui e ali largas manchas verde-escuras indicando os olivais. É rica esta região em produtos agrícolas, legumes, frutas e hortaliças, tendo larga exportação em lenhas, madeiras de pinho, azeites finíssimos, vinhos, etc.

Só agora consegui haver à mão, vinda do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, cópia do foral da Vila de Melres, cuja transcrição vai íntegra e fiel. E aproveito a ocasião para declarar aos leitores que este foral, dado por D. Manuel I, tem a data de 15 de Setembro de 1514 e não do ano de 1524, como todos afirmaram erradamente, visto que copiaram o erro uns dos outros. Este rei faleceu em 1521.

Segue o foral:

FORALL DADO AO CONÇELHO DE MELRES DADO
PER JMQUIRIÇAM DO TOMBO

Mostrase polla dita Jmquiriçam seer dada aa dita terra e Repartida a vimte e quatro casaaes todos a hu foro — a saber — apagarem o terço de todo pam Eo quarto douinho somente e delegumes nem denehuas outras nouydades nem fruitas nem pagam nehu dereito E pagaram mais deiradega cada hu dos ditos vimte e quatrc casaaes oyto alqueires de mijho desta medida queora corre. E dous alqueires detrigo e hua māao delinho E em denheiro quoremta oyto Reaaes E deuinho dādita eiradega cada hu dos ditos casaaes quattro almudes e oyto canadas a saber — ametade dellas deuinho deuinhas E outro deuinho aruores E o dito terço e quarto do pam e vinho açima degra-

rado sepaga per quaaesquer pessoas que o lauram na dita terra E as sobre ditas eiradegas senam ham de pagar saluo dos ditos vimte e quatro casaaes. e *repartiscā* pll'os herdeiros e posuidores das propriedades dos ditos casaaes segumdo cada hu os traz outrouixer ao diamte — E posto que adita terra seja aforada aterço e quarto como dito he sem em bárgo disso sedam de sexto algumas pessoas arroteas que nouamente se rrompem per prazer e graça do senhorio aquall nam durara mais que em quanto lhe aprouver ou em sua vida se disso lhe fizer titollo per sepritura.

E ha mais na dita terra quijtaaes que pagam foros sabidos a saber — desantiago que paga de foro sem outro terço nem quarto mill e oytemta Reaaes Eoutros tamtos paga aduarte peixoto. Eaquimtaa desouereira paga outros mill e oytemta Reaaes.

Eoutra quimta dáluro brandam seis ceratos e quoremta Reaaes. Eaquimtaa deamtonjo fernamdes dacarualheira quinhenhos Rés — E a quimtaa desamde pellos casaes desamde quattro çetos lxx Rés e aquitaa docolaço per praso trezemtos Reaaes.

E pagamse mais nadita terra dos sauvés e lampreas que se matam nos arinhos o quimto a saber deçimquo peixes hu E mais de pescado que matam de nocte pagam hu sauel ajnda que nom matem mais E posto que mais matem não sepaga mais de hu peixe aallem doquimto e chamase este dereito decarneiro E esta terra de merles tem terras anexas a eela e ao senhorio dos dereitos — Reaaes della em amballas partes dodoyro da aquem e dallem E em nehua della se leuara montado dos gados que vierem defora apastar E vssaram os moradores da terra com seus comarcãaos per suas posturas do comcelho hus com outros.

E os maninhos seram do senhorio a saber dallos ham nos rreguemgos e terras foreiras que esteuere em matos por aproueitar E portanto os ditos maninhos sedaram em camara pollo mordomo daterra mas seram hy prymeiramente chamadas as pessoas comjuntas e comarcãas dos maninhos que se assiy ouuerem dedar por que semdo nas terras que sam já apropriadã aos vimte e quattro casaaes deque se pagam as ditas eiradegas ou em suas saydas e logramentos nam se daram pois seia paga dereito das ditas terras E nam se paga lutosa em toda esta terra denehu casal ne propriedade daterra nem se pagara em

nehu tempo. O tabaliam posto que agora nam pague pemsam quamdo lha quiserem Requerer pagara oque for achado que soya de pagar. E o gado douento E a pena darma. E a pena do forall he tal como sam xpouam denogueira. dada na nossa muy nobre e sempre leall cidade de lixboa aquijze dias desetembro do anno do nacemento de nosso senhor ihu xpo de mjll qui-
nhentos e quatorze. E sob scprito pello dito fernalm depina.

Em cimquo folhas.

Arquivo Nacional da Tôrre da Tombo. — Livro dos Foraes Novos da Comarca da Beira — folhas 130, verso.

FREGUESIA DE RIO TINTO

É a mais populosa do concelho. Já no I vol. desta *Monografia*, a pág. 156 e seguintes, citámos os decretos da criação e extinção do concelho de Rio Tinto. Agora deixemos falar Pinho Leal :

Freguesia (*teve foro de vila*) Douro, concelho de Gondomar, comarca, distrito administrativo, bispado e 6 km. ao E. N. E. do Porto, 315 ao N. de Lisboa, 1.200 fogos.

Em 1757 tinha 640 fogos. Orago, S. Cristóvão.

(*Em 1700 pertencia à comarca de Penafiel*). Os monges beneditinos do Porto, apresentavam *in solidum* o vigário, que tinha 400\$000 rs. de rendimento anual. Houve aqui um mosteiro de freiras agostinhas (*eremitas de Santo Agostinho, ou gracianos*) fundado em 1062, por Diogo Tructezendes e seus filhos Tructezendo Dias, Gonçalo Dias e Unisco Dias, que o dotaram com grandes rendas, e com o padroado de 12 igrejas, sendo abadessa D. Hermezinda Guterres (1141). D. Afonso Henriques coutou o mosteiro e suas dependências pela quantia de 500 maravedis de ouro, que lhe deu a abadessa. Na freguesia de Moreira (da Maia) havia um mosteiro de crúzios, que no seu pirncípio era de frades e freiras; mas como esta circunstância trazia

consigo muitos inconvenientes, foram as freiras mudadas para o mosteiro de Rio Tinto, levando grande parte das rendas do de Moreira; (Vid. *Moreira*, da Maia, no 5.^o vol., pág. 544, col. 2.^a, de Pinho Leal).

Em 1535 foram as freiras de Rio Tinto unidas às de S. Bento da Ave-Maria, do Porto, levando todas as suas propriedades e rendas e mudando a regra agostiniana para a beneditina. O mosteiro de freiras bentas do Porto foi fundado pelo rei D. Manuel, em 1518. Seu filho, D. João III, concluiu a obra em 1528.

O nome desta freguesia provém-lhe dum ribeiro que ali passa, denominado *Rio Tinto*. Sendo governador do Porto o conde *Hermenegildo, Ab-el-Raman, rei de Córdova, pretendeu, em 824, reconquistar a cidade do Porto, atacando-a com um grande exército*. O conde não só resistiu com a sua gente aos mouros, mas tomado a ofensiva, veio sobre eles, e nesta freguesia lhes deu uma grande batalha, destruindo-os completamente. Foi tanto o sangue mourisco que nela se derramou, que um ribeiro que por aqui passa, tomou o nome de Rio Tinto, que ainda conserva, em razão das suas águas tomarem a cor do sangue. (Pinha Leal, vol. 2.^o, pág. 60).

Vindo do real mosteiro de Arouca, em romaria a Nossa Senhora da Silva, a rainha *Santa Mafalda*⁽¹⁾, filha de D. Sancho I, aqui faleceu, no 1.^o de Maio de 1290. Foi depois transferida para o seu mosteiro. Alguns escritores dizem que ela morreu em 2 de Maio de 1250, o que é erro, porque a *Crónica de Cister* (que merece mais crédito) designa positivamente a data do texto. Todos sabem que a Santa Rainha foi para o seu mosteiro de Arouca, em 1220, e vivendo ali 70 anos, já se vê que faleceu em 1290. (Vid. o 1.^o vol., pág. 238 F. F., col. 1.^a, no último período e seguintes).

(1) No cap. *Homens ilustres* se falará desta D. Mafalda.

Há nesta freguesia uma grande romaria, que se faz todos os anos a S. Bento, no dia 11 de Julho, e dura três dias. Denomina-se *S. Bento das pêras*. Há então combóios a preços reduzidos, porque Rio Tinto é a primeira estação dos caminhos de ferro do Minho e Douro. É uma festividade esplêndida e concorridíssima, vindo não só grande número de habitantes do Porto, como de muitas léguas em redor.

Referindo-se a esta freguesia, o *Dicionário Abreviado da Corografia de Portugal*, de J. A. de Almeida, ed. de 1866, diz :

«Rio Tinto. Fr. S. Cristóvão. 1188 fogos. D. Porto, C. Gondomar, com. Porto. Alude ao «muito sangue que aqui se derramou na batalha que D. Ordonho II deu aos Mouros» e à existência do mosteiro de freiras bentas. Há aqui talco fino.»

Mais tarde Cardoso de Azevedo, no seu citado *Dicionário*, dá em 1890 a esta freguesia 1.663 fogos com 3.830 varões e 3.706 fêmeas. Também refere que esta antiga povoação teve outrora foros de vila; dista 6,4 km. da sede do concelho e é estação na linha do Minho e Douro, entre Vila Cova e Ermesinde, a 2 km. Tem estação postal.

A *Corogr. Mod.*, de J. M. Baptista, dá a seguinte nota :

Ant.^a F. de S. Christóvão de Rio Tinto, vig.^a da ap. do most.^o da Ave Maria, da ordem de S. Bento, do Porto, no ant.^o conc.^o de Aguiar de Sousa. Hoje é reit.^a. Está sit.^o o L. do Mosteiro 1 k ao N. da estr.^a real do Porto a Penafiel.

Dista de Gondomar 6 k para N. N. O.

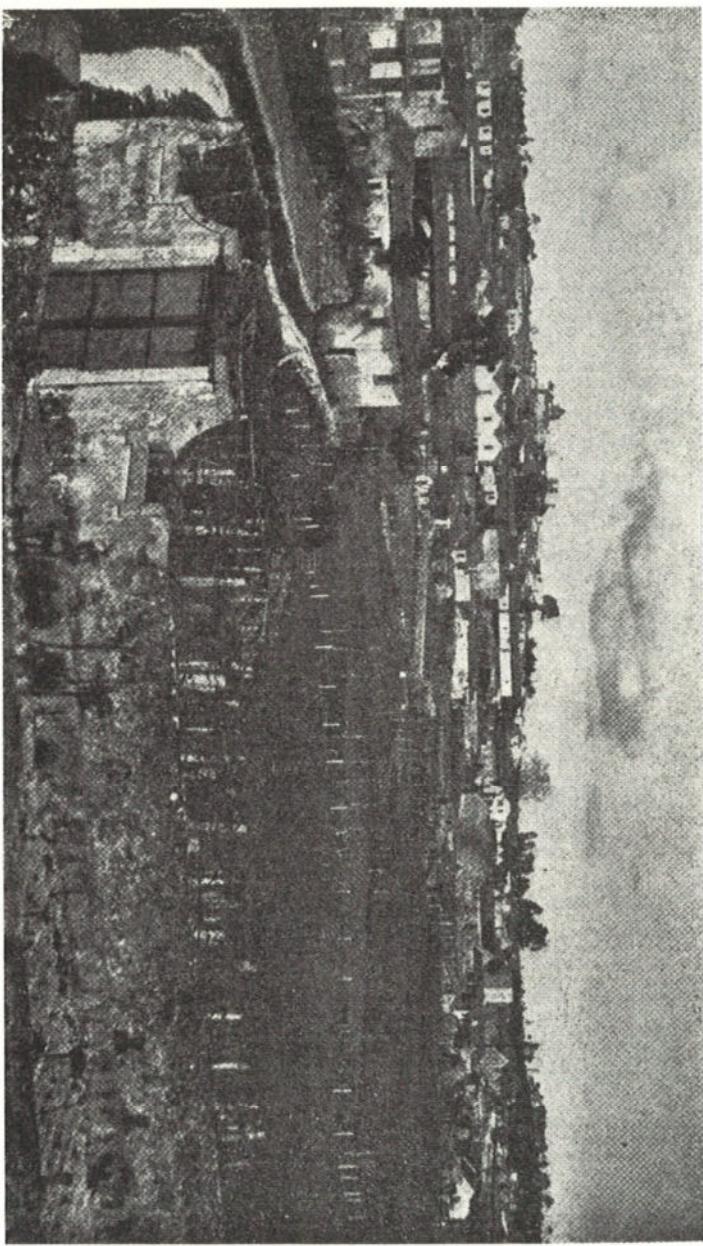
Compr.^e mais esta F. os lug.^{es} de V.^a Cova, Ranha, Rebordãos, Pinheiro, Areosa, Quinta, Triana, Portela, Giesta, Brasileiro, Forno, Santegãos, Carreiros, Gandra, Medancelhe, Casal, Lourinha, Boa Vista, Mendalho, Amial, Perlinhas, S. Mamede, Donas, Pomarelho, Cam-

painha, Paço, Terrugem, Porta, Crasto, Pipo, Outeiro, Felgueiras, Campinho, Baixinho, Vale de Ferreiros, Serra, Carreira, Covilhães, Ferraria, Venda Velha, Venda Nova, Cavada Nova, S. Sebastião, Chã Verde, Soutelo, Portelinha, Esteves, Ilhéu, Ponte, Calvário, Vale de Flores; as quintas de Mão Poderosa, Gandra, Campainha, Paço, Venda Velha, Chã Verde, Esteves, Calvário; e as H. I. de Gandra, Formiga e Serra de Valongo.

P.	C. ...	246				
	A. ...	1.188				
	E. P. ...	1.190	4.715	
	E. P.	4.785	

Do *Minho Pitoresco*, tom. II, pág. 604 :

«Está ligado a Fânzeres pela estrada municipal. É a mais populosa freguesia do concelho, servida pela estação do caminho de ferro do Minho, que tem o seu nome, e recortada por estradas de macadame; é na paisagem de uma suavidade ridente, mosaico variegado e polícromo, em que a vegetação das vinhas e pinhais, e o verde tenro dos campos e pomares se harmonizam docemente com a cor branca dos inúmeros casais dispersos, com os iriados azulejos ou o colorido alegre das vivendas abastadas, com os muros caiados das quintas de recreio, com o esfumado indistinto das cabanas rústicas. Historicamente é Rio Tinto um dos lugares assinalados nas guerras dos cristãos e árabes, dizendo a tradição que o seu nome vem de se tingir de sangue o ribeiro, sobre que hoje passa a via férrea antes de chegar à estação, o qual vai desaguar no Douro abaixo do sítio da Formiga. Feriu-se a batalha cruenta, diz a lenda, entre as hostes do Conde Hermenegildo, que então estava no Porto, e os mouros que pretendiam assenhorear-se da cidade, sendo tanto o sangue derra-



VISTA PARCIAL DA FREGUESIA DE RIO TINTO

mado, que ficou o *rio tinto*. Na freguesia houve um mosteiro de freiras agostinhas, fundado em 1062 por D. Diogo Tructesendo e seus filhos que o dotaram com grandes rendas e com o padroado de doze igrejas. D. Afonso Henriques, sendo abadessa D. Ermezinda Gutierres, coutou o mosteiro e suas dependências pela quantia de 500 maravedis de ouro. Para este convento se mudaram as freiras do de Moreira, que era duplex no seu princípio, trazendo consigo parte dos rendimentos que tinha este mosteiro. Em 1535 passaram as freiras de Rio Tinto para o convento de Ave-Maria no Porto, mudando então a regra agostiniana para a beneditina. A rainha Santa Mafalda faleceu no ano de 1290 nesta freguesia de Rio Tinto, quando ia de passagem em romaria piedosa a Nossa Senhora da Silva. Daqui foi transportada com toda a solenidade para o célebre mosteiro de Arouca, onde vivera setenta anos, e do qual saíra pouco antes, sem julgar que soasse no caminho a sua hora derradeira. A moderna freguesia de Rio Tinto, um dos arrabaldes mais concorridos do Porto por causa da sua facilidade de comunicações com a cidade, é no dia 11 de Julho extraordinariamente visitada pelos romeiros, que vêm do Porto e arredores à grande romaria de S. Bento das pêras.»

A igreja paroquial está sofrendo grandes modificações. O correspondente de Rio Tinto para um dos grandes diários do Porto, comunicava há tempos :

«Trabalha-se com todo o afã para que seja transformada o mais breve possível, não só a igreja paroquial como o largo que lhe fica fronteiro. Assim, acabam de ser demolidas, para novamente voltar a ser reedificadas, a antiga torre construída em 1830 e residência paroquial reformada em 1905. Todas essas transformações, que muito embelezam Rio Tinto, são devidas a alguém que, pela sua dedicação sem alarde, bem merece a consideração e estima dos seus paroquianos.»



O *Anuário Comercial do Porto e seu distrito*, neste ano de 1934, dá a esta freguesia 14.148 habitantes. E acrescenta :

«Servida pelo caminho de ferro e linha eléctrica do Porto até Venda Nova. Tem serviço postal. Compreende as povoações de : Areosa, Baguim, Chão Verde, Crasto, Estação, Esteves, Ferraria, Portelinha, S. Caetano, Venda Nova, Baixinho, Brasileiro, Medancelhe, Mendalho, Perlinhas, Vale de Ferreiros, Vale de Flores, Vila Cova, Servilhães, Calvário, Boavista, Campainha, Campinho, Lourinha, Mosteiro, Porta, Ranha, Rebordãos, Ponte, Santigães e Soutelo. Residem aqui dois advogados : Dr. Avelar, Calvário; e Dr. Luciano Maia Ferreira de Sá, Areosa. Tem nove associações, como teremos ocasião de citar, quando chegarmos a este assunto. Igualmente deixamos para então, quando dos comerciantes, uma referência aos negócios de azeite e outros artigos, bem como fábricas de curtumes e tecidos, farmácias, escolas, drogarias, chapelarias, carpintarias, ourivesarias, marcenarias, etc., etc.

Há nesta freguesia a bem acreditada banda de música do Sr. Delfim Ferreira das Neves e na Areosa a sede dos Bombeiros Voluntários, de que também temos de falar na devida altura, cujo comandante é o Sr. Armando Gomes de Freitas. Gondomar dispõe já hoje de três corpos de bombeiros com sede : uma em Valbom, outra em S. Cosme (Vila) e outra na Areosa.

Outro assunto digno de registo é o estabelecimento de farmácias e médicos, que são numerosos; também merecem referência desenvolvida, a seu tempo.

Rio Tinto teve homens ilustres, como Fr. Manuel de Santa Inês, natural de Baguim do Monte, que foi bispo eleito do Porto, de que nos ocuparemos em capítulo especial; outros houve, falecidos não há muitos anos, como por exemplo João Martins Fer-

reira, que embora natural de S. Cosme, foi aqui residente e proprietário; serviu o partido regenerador e foi administrador do concelho. Dele nasceu o célebre Dr. Delfim Martins Ferreira, hábil político, que chegou a ser convidado para sobraçar uma pasta ministerial, mas que não aceitou pela muita modéstia que o caracterizava. No entanto foi administrador do concelho, vogal da Junta Geral do Distrito, governador civil e deputado. Nas lutas políticas do tempo da monarquia era o rival do Dr. Montenegro, de Valbom.

O Dr. Delfim teve um irmão, Augusto Martins Ferreira, que foi um político local e vereador da Câmara Municipal.

É também natural desta freguesia o P.^e Manuel Coutinho de Azevedo que morreu há anos abade da freguesia do Bonfim. Foi duas vezes abade encomendado de Rio Tinto, como fica dito atrás. Foi ele quem, como mestre-escola de ensino particular, desenvolveu muito a instrução popular nesta freguesia.

E, já que falamos dos falecidos, lembremos a memória do Dr. Joaquim A. de Ascensão e Oliveira, médico popular, muito estimado, bem como os famosos algebristas P.^e Manuel dos Santos Pinto e irmão Zeferino dos Santos Pinto, conhecidos em todo o País.

Alguns outros políticos tiveram uma certa influência local, como Manuel Martins Ferreira, o Serra, lavrador, chefe político progressista, morador em Vila Cova; e Davide Correia da Silva, sucessor daquele, que morreu ainda não há muitos anos e que ocupou várias vezes as cadeiras do município e a da administração concelhia.

S. MAMEDE DE RIO TINTO PERTENCE DESDE HÁ MUITO A VALONGO

Conta o P.^e Joaquim A. Lopes Reis, autor de *A Vila de Valongo*, na pág. 116, que no século XIII já a povoação de Valongo era superior ao Susão e

com a sua igreja paroquial dedicada a S. Mamede, cuja imagem veio de Rio Tinto para aqui em grandiosa procissão, com algumas relíquias do mesmo Santo, a quem a Ordem de S. Bento estabelecida no mosteiro daquele lugar votava grande devoção. Confirma isto uma tradição muito antiga que existe entre o nosso povo, a qual diz que há muitos anos se fizera uma procissão de Rio Tinto a Valongo com a imagem de S. Mamede e que os habitantes daqui, senhores do Santo, que, por começar a chover, se recolheram dentro da igreja, nunca mais o deixaram sair, ficando desde então *Padroeiro de Valongo*. Foi como que um rapto.

DRAMA DE CIÚMES

Uma linda menina de Rio Tinto dera há anos conversa a dois namorados. É preciso dizer-se que nas terras de Gondomar e creio que noutras também do Norte do País há o mau costume, a condenável descendência de a menina namoradeira *aceitar a corte* a mais que um pretendente. Daí as consequências gravíssimas que são como se vai ver:

Um estudante de Águas Santas julgava-se com direito a conquistar os sorrisos duma menina que outro também cortejava. Os rivais tinham de resolver o problema, visto que ela não queria talvez dar-lhe solução pronta, despedindo um, para ficar com o outro mais da sua predilecção. Os dois encontram-se e travase a luta como entre galos. A princípio o combate é leal, corpo-a-corpo; mas em breve uma pistola dá fim ao duelo; uma bala prostrou para sempre o estudante, irmão do muito estimado médico Sr. Dr. Rodrigues dos Santos Júnior, assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Segue-se o luto, dum lado, com as bem amargas lágrimas de saudade da família que o estremecia. Do outro, o caminho da cadeia, com o estigma da infâmia, pelo crime de assassinato.

*VELHAS RIVALIDADES QUE DESFECHAM NUM
CRIME DE MORTE*

Também há anos, Matias Ferreira Ribeiro, um funcionário da Alfândega desta cidade, residente no lugar de Medancelhe, desta freguesia de Rio Tinto, foi assassinado a tiro por um vizinho, da família dos *Sebastiões*, do lugar do Casal. Rixas por motivos frívolos, pois a magna questão era a odienta e velha rivalidade entre as duas famílias. A vítima, que era indivíduo valente e leal, não esperava que a traição e cobardia viessem inutilizá-lo tão tragicamente.

O criminoso foi preso, julgado e condenado. E ainda o mais curioso é que, mais tarde, um irmão do condenado, requerida a revisão do processo, apresentou-se, para salvar o criminoso, como autor único responsável do assassinato. Provou-se, porém, que fôra uma *habilidade* e portanto lá continua na cadeia a sofrer a pena o desgraçado assassino.

A família deste, que era rica, tem gasto contos nesta larga teia da justiça, para um dia acabar na miséria, como é de presumir.

*UM LAVRADOR ESPERA OUTRO, DE SURPRESA,
PARA O MATAR*

Ainda hoje se fala dum crime cometido nesta freguesia por um tal Marques Arruda, lavrador abastado, que matou com uma sacholada na nuca outro lavrador também rico, de nome Gramão, seu vizinho, por questão fútil, visto que é sempre a odienta rivalidade que causa estes dramas. O assassino foi condenado a degredo, para a África.

FREGUESIA DE S. PEDRO DA COVA

Começarei por transcrever o que sobre ela dizem vários escritores que às outras também fazem referências; e no fim são publicadas umas notas que me foram enviadas pelo meu amigo, Ex.^{mo} Sr. Manuel de Sousa Matos, desta freguesia.

Diz Pinho Leal :

Freg.º, Douro, concelho de Gondomar, comarca e 10 km. a N.E. do Porto, 315 ao N. de Lisboa, 350 fogos. Em 1757 tinha 98 fogos.

Orago S. Pedro, apóstolo. Bispo e distrito administrativo do Porto, concelho de Penafiel.

O abade era de colação pontifícia, tinha de renda 400\$000 rs. e tem bons e grandes passais (isto segundo Cardoso). O *Portugal Sacro e Profano* diz que era da apresentação da mitra, e que tinha de renda 650\$000 rs. É terra muito fértil, e exporta diariamente para o Porto cereais e frutas, com o que faz grande comércio. Era couto dos bispos do Porto, e tinha juiz ordinário feito a votos pelo povo e confirmado pelo bispo do Porto. Passa nesta freguesia o rio Ferreira, que a rega e fertiliza e faz mover moinhos de pão. Parte da freguesia é situada em uma baixa (donde lhe vem o nome de *Cova*) e o resto em terreno acidentado. Fica próximo da vila de Valongo. Há nesta vila a grande mina de carvão fóssil, do Estado, descoberta em 1802, da qual se extraem anualmente uns 7 a 8 mil carros de carvão da espécie chamada *antracite*. Anda arrendada a uma companhia e esta subarrendou ao actual explorador.

Cova ou *silo* — espécie de celeiro subterrâneo de que usavam os Celtas e antigos Lusitanos. Os Mouros ainda hoje usam destas covas, a que chamam *atamorras* e *matmorras*⁽¹⁾). São como cisternas e nelas se conserva o trigo e centeio, cinco e seis anos sem a mínima corrupção. Algumas eram feitas de pedra, mas a maior parte eram poços muito bem calçados em terrenos secos. (V. *Atamorra*).

⁽¹⁾ *Matmorra*, antiquado, diz-se hoje *masmorra*, celeiro subterrâneo ou enxovia.

A *Corogr. Moderna*, de J. M. Baptista, consagra-lhe estas linhas :

Ant.^a F. de S. Pedro da Cova, ab.^u da ap. da mitra, no ant.^o conc.^o de Gondomar. Era couto dos B. do Porto. Está sit.^o o L. de Covilhā 1/2 l a O. da m. d. do rio Ferreira. Dista de Gondomar 4 km. para N. E.

Compr.^e mais esta F. os lug.^{es} de Ervedosa, V.^e Verde, Couço, Lodeiro, Beloi, Carvalhal, Tardariz.

P.	A.	70			
	A.	341			
	E. P.	392	1.768	
	E. C.	1.575	

Descobriu-se nesta F., em 1802, uma grande mina de carvão de pedra que dá o produto médio anual de 7.500 carros de carvão

Do *Minho Pitoresco* :

«Da sede do concelho segue a estrada para a região mineira da freguesia de S. Pedro da Cova, nome que a disposição topográfica rigorosamente justifica. A paisagem severa e melancólica parece condizer nas suas linhas ásperas com a misteriosa vida subterrânea, que se sente palpitar em toda a extensão desta pequena bacia orográfica.

As medas de *antracite* acumulam-se à superfície da terra, os seres vivos aparecem-nos empoeirados de carvão, ouve-se à boca dos poços o soluçar estridente dos cestos que sobem e descem, como se um misterioso poder, oculto nas entranhas da terra, os repelisse com impulso desabrido. Estamos na região das minas de *antracite*, cuja descoberta data de 1802, e onde uns duzentos operários buscam diariamente pelo trabalho a sua subsistência. Uma Caixa Pia os socorre na doença ou invalidez, devendo-se talvez a tão filantrópica ins-

tituição o não haver nesta pequena região mineira de S. Pedro da Cova as sublevações e quadros de miséria pungente, de que são teatro as grandes zonas mineiras. A isso, e a que o mineiro de S. Pedro da Cova não se embruteceu de todo no trabalho rude das minas, vindo cá para fora, à luz puríssima do céu, cultivar a terra, nos dias em que as minas não podem oferecer trabalho. A esta razão deve S. Pedro da Cova o não ser exceção às outras freguesias de Gondomar no que diz respeito ao abastecimento do Porto, para o qual corre com as suas frutas e cereais, tirando a sua maior fertilidade das terras banhadas pelo rio Ferreira. É também uma das freguesias industriais do concelho. Foi outrora couto dos bispos do Porto, tendo juiz ordinário de eleição popular com a confirmação do bispo.»

Segundo o citado *Novo Dicion.*, de F. Cardoso de Azevedo, esta freguesia, no ano de 1890, tinha 483 fogos com 1.038 varões e 1.136 fêmeas; no ano de 1900, tinha 1.033 varões e 1.196 fêmeas. Refere que por Decreto de 24 de Dezembro de 1903 (*Diário do Governo*, n.º 292), foi determinado que o limite entre esta freguesia e a de Valongo seja desde a Chã das Cavadas pelo Rego do Poço até à Pena do Bico e de aí até às serias do Crasto e da Hucha. Isto mesmo já foi largamente versado no 1.º volume, págs. 178 e seg., deste trabalho monográfico. Acrescenta que tem caixa postal na povoação de Cimo da Serra e da Covilhã. O Sr. J. A. Almeida, no seu *Dicionário Abreviado de Corogr.*, etc., ed. de 1866, refere-se à mina de carvão de pedra, «descoberta em 1802 e que produz anualmente (naquele tempo) perto de 12 mil carros de bom carvão, cuja importância não é menor de 36 contos de réis; ocupa diariamente de 100 a 150 operários de ambos os sexos; estas minas pertencem ao Conde de Farrobo».

Esta freguesia dista 13 km. a E. da cidade do Porto e fica também a E. da sede do concelho e Vila de Gondomar; perto fica a Vila de Valongo com a

qual confina a E., sendo ainda delimitada pela freguesia de Fânzeres, Jovim e Foz do Sousa, deste nosso concelho; e pela freguesia de Aguiar de Sousa, do concelho de Paredes.

Tem uma superfície superior a 1.500 hectares e a sua população passa de 900 fogos com 4.000 habitantes, sendo 1.850 varões e 2.150 fêmeas. No primeiro volume desta obra, a pág. 391, citámos todos os lugares desta freguesia menos o do Couce; a sua sede é no lugar da Covilhã, onde a povoação é mais densa.

Esta freguesia já pertenceu ao concelho e julgado de Aguiar de Sousa, ao qual deu foral el-rei D. Manuel em 1515 e também já foi couto e concelho, em 1834, como fica desenvolvidamente exposto no primeiro volume, a págs. 149 e seguintes.

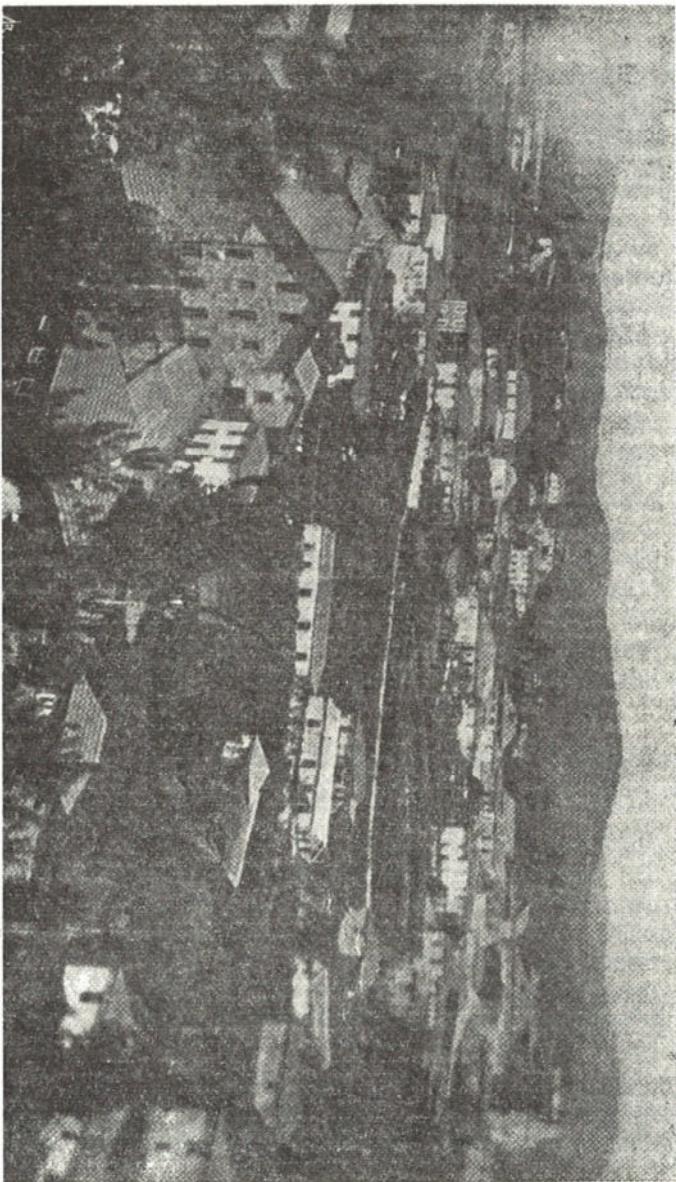
O terreno é bastante acidentado e montanhoso, destacando-se pelo Nascente as serras de Santa Justa, da Pia e do Raio.

Tem a sua igreja matriz no lugar da Covilhã, edificada em 1860 por motivo da antiga igreja situada no lugar do Passal se ter arrumado, devido à exploração das minas de carvão.

A torre desta igreja foi também já reedificada em 1827, por se achar então bastante arruinada.

No lugar de Beloi, como já fica dito noutro lugar deste volume, existe uma capela onde se celebram actos de culto e anualmente, além de outras, a festividade de Nossa Senhora das Mercês, que outrora foi romaria de grande fama. Esta capela foi construída há mais de 100 anos, a expensas dos proprietários do local.

No lugar de Tardariz existe um edifício onde funciona a escola oficial do sexo masculino, edifício construído talvez em 1870, por meio duma subscrição pública e por iniciativa de Manuel Alves Vieira e José Martins de Castro, desta freguesia.



VISTA PARCIAL DA FREGUESIA DE S. PEDRO DA COVA

Há igualmente uma escola oficial do sexo feminino, no lugar da Covilhã, que funciona em edifício particular.

Possue um clube de recreio; e um pequeno teatro, anexo ao clube, onde se cultiva a arte de representar e se têm feito algumas conferências instrutivas. Como manifestação de vida desportiva, há um campc de futebol, fundado eni 1927, junto às Minas, no lugar de Vila Verde.

Atravessa esta freguesia na direcção N. S. o rio Ferreira, banhando as povoações do lugar do Couce, Beloi, Carvalhal e Mégua, indo desaguar no rio Sousa, e onde suas águas são captadas para abastecimento da cidade do Porto.

As águas do rio Ferreira, na sua corrente, são aproveitadas para irrigação dos campos marginais, onde também há bastantes casas de moinhos para desenvolvimento da considerável indústria de moagem de trigo e outros cereais, hoje bastante decaída, devido ao estabelecimento das fábricas a vapor, que muito vieram prejudicar aquela indústria local, ficando esta agora reduzida à simples moagem do milho e centeio para as povoações vizinhas.

O rio Ferreira recebe, nesta freguesia pela margem direita, o regato da Videira ou da Murta em cujo vale tem a sua origem; e o regato de Mégua que nasce no vale de Ervedosa, também com algumas casas de moinhos, que funcionam apenas durante o inverno, pois que o seu caudal é muito fraco, chegando a secar no verão, porque as suas águas nessa época são aproveitadas para irrigação dos campos.

Além de cereais, legumes, fruta, hortaliça e pastos, abunda esta freguesia na produção de vinho verde, muito apreciável para exportação e, em maior quantidade, de vinho americano cujo consumo é bastante intenso nas povoações locais. Esta freguesia produz bastante mato, lenha, carqueja, queiró, etc.

Possue um importante jazigo carbonífero de antracite, descoberto em 1802, no lugar de Vila Verde,

na Bouça ou Campo de Barreira, quando um lavrador procedia a escavações agrícolas.

Nessa época não era ainda conhecido na região este combustível; mas alguns habitantes locais começavam a fazer experiências da sua aplicação em fogões arquitectados de pedra e barro, e assim o seu consumo foi-se tornando conhecido e intensificado sucessivamente, sendo explorado por simples pesquisas, à superfície, pelos proprietários do solo, visto que não havia ainda legislação mineira. Por Decreto de 9 de Fevereiro de 1849, foi criada a concessão das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova, a favor do Governo, e cedida ao Conde de Farrobo, por Decreto de 23 de Outubro de 1854; e pouco depois foi por este arrendada a Bento Rodrigues de Oliveira que as explorou até ao ano de 1900.

Esta concessão das Minas de Carvão tem sido transferida a várias entidades e hoje é propriedade da *Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova*, que nos últimos anos tem dado um grande desenvolvimento à sua exploração, extraíndo cerca de 600 toneladas de minério por dia, as quais têm a sua aplicação e consumo nos nossos estabelecimentos fabris e também em grande parte nas cozinhas.

A Companhia tem uma linha eléctrica a servir esta região e um transportador aéreo que serve os seus depósitos de Rio Tinto e Monte Aventino, no Porto, além de importantes instalações mecânicas e outros estabelecimentos próprios para a sua elaboração e de grande benefício para o seu numeroso pessoal operário, tais como Cooperativa, Farmácia, Escola, etc.

Além da concessão destas minas, outras concessões mineiras foram também criadas posteriormente nesta freguesia, tais como a Mina de Montalto, de Ervedosa, Ribeiro da Murta e Passal de Baixo, sendo aquelas também propriedade da mesma Companhia, e a última de Henrique Dias Teixeira.

Ainda há nesta freguesia alguns jazigos de antimónio, e abundantes jazigos de argila e xisto, godos,

grés, etc. Sobre esta matéria remeto o leitor para o 1.º vol., págs. 205 e seguintes.

Quanto a vias de comunicação, esta freguesia é servida pela antiga estrada municipal que a liga à sede do concelho e à cidade do Porto, de difícil acesso para veículos, por ser bastante accidentada.

A actual Câmara Municipal, auxiliada também pelas Minas, tem quase concluída a ligação desta estrada com a Vila e concelho de Valongo.

Tem a estrada de linha de tracção eléctrica, da Companhia Carris de Ferro do Porto, com estabelecimento de carris eléctricos, melhoramento que se deve à Administração da Companhia Carris, quando interessada na exploração das Minas do Passal de Baixo, no ano de 1918.

Nas instalações das Minas há dois telefones, ligados à rede, para o Porto e Ermesinde.

Afora os trabalhos das minas e dos campos, bem como a pequena moagem de cereais, as restantes indústrias, como a ourivesaria e marcenaria, estão muito decaídas. Na agricultura, além do vinho e algum azeite, cultiva-se o milho, o centeio, a cevada; o feijão, a batata, a ervilha, a cebola, etc.

O comércio local é, como facilmente se calcula, bastante reduzido; apenas há um hotel-restaurante, pertencente ao Sr. Manuel de Sousa Matos, confortável, no lugar da Covilhã. Tabernas há talvez umas 30; só no dito lugar da Covilhã há umas 13 ou 14!

O *Anuário Comercial*, deste ano de 1934, dá a esta freguesia 4.382 habitantes. Compreende as povoações de: Beloi, Carvalhal, Covilhã, Ervedosa, Mó, Tar-dariz e Vila Verde.

Cita 7 mercearias e uma filarmónica, cujo chefe é o Sr. Eduardo de Castro Gandra, da Covilhã. Faleceu o distinto mestre de música, Camilo Aguiar, que era muito benquisto e um espírito liberal, que durante muitos anos regeu esta banda e era um hábil músico. Há actualmente muitas padarias, uma 6 e um talho.

Produtores de vinho podem citar-se António Martins dos Santos, António Martins de Sousa, António Pereira D. de Oliveira, Belmiro Martins Ferreira, José Alves de Castro, José Martins de Castro, Manuel M. de Castro França, M. Martins dos Santos e Manuel Pereira Barbosa.

Desta freguesia não morreu soldado algum na Grande Guerra. A mendicidade não é em geral da freguesia que pode contar apenas meia dúzia de mendigos; estes vêm em maior número, de Valongo e outras terras.

O povo desto freguesia é morigerado. Mas de tempos a tempos surge um acontecimento anormal que indigna e revolta. Tal foi o assassinato do estimado capataz das Minas, o Sr. José Pereira, casado, e morto cobardemente por um tal Caetano, que se aproveitou das trevas da noite para saciar seus ferozes instintos de vingança. Isto deu-se já há talvez 50 anos! O assassino, arrastado aos tribunais, foi defendido pelo notável e talentoso advogado Dr. Alexandre Braga, pai, mas foi condenado.

Também há 8 anos foi assassinado, igualmente a tiro de espingarda, Manuel Martins de Castro ou Manuel Caseiro; o assassino foi Acácio de Couto, que ficou condenado, mas fugiu da Penitenciária; sendo mais tarde apanhado pela Guarda Republicana, e, não obedecendo à prisão por tentar fugir, foi morto.

CONJUGICIDIO

No lugar de Tardariz, há já mais dumha dúzia de anos, foi cometido um crime de assassinato que ficou judicialmente impune, embora todas as suspeitas recaíssem sobre a esposa do assassinado, uma tal Rosa Alves Martins, ou, como era conhecida, a *Rosinha do Mateus*, neta do já falecido lavrador Serafim Martins Marques, a quem o povo dera um nome de artista que fabrica panelas.

Ora esta Rosinha, com um palmito de cara a favorecer-lhe a leviandade, tornara-se pouco escrupulosa no que respeita à fidelidade conjugal. Era, pois, o marido o único estorvo à sua licenciosidade já notória.

Daí talvez o plano sinistro de se ver livre dele.

Um dia, à noite, quando os dois regressavam a casa, de visita aos pais dela, numa quelha tortuosa, estreita e escura que fica logo acima da casa donde saíram, ouve-se a detonação duns tiros e o marido fora atingido pelas costas (ela havia ficado para trás).

O homem não mais pôde articular palavra. Estava liquidado. A mulher, no momento, limitou-se a dizer que ele fôra vítima dum desconhecido que matou e fugiu. Não foi presa na ocasião. Quando a justiça a procurava, andava já a monte, para não dar entrada na cadeia. E quando viu que a sua apresentação à justiça lhe serviria de atenuante no acto do julgamento, compareceu; mas consta que não se pôde provar o crime e a mulher foi absolvida. Hoje vagueia pelas largas terras brasileiras.

Cá não faz falta.

GREVES SANGRENTAS

Ainda está na memória de muita gente uma greve de mineiros para atender à qual foi requisitada a força da Guarda Republicana. Os assanhados grevistas não respeitando a presença das armas, opunham dura resistência a ponta de atacar os soldados; estes então, entendendo que doutro modo não podiam manter a ordem e defender-se como lhes cumpria, fizeram uso das armas e na refrega alguns mineiros tombaram e creio que também um militar.

Foi uma lição trágica que os mineiros podiam ter evitado se compreendessem que não é pela violência que se consegue aquilo que pela razão e pela justiça se pode conseguir, tanto mais que *contra a força não há resistência*.

GATUNAGEM CÉLEBRE

No lugar de Cimo da Serra havia antigamente um cóio de larápios nocturnos; entre eles figurava um tal «Café» que cometeu muitos roubos, principalmente devastando os campos em tempos de colheita. Por fim foi preso e condenado às costas de África.

*
* * *

Quanto a festas populares, resumem-se em festividades religiosas e algumas rifas. A principal festa religiosa é a de S. Pedro, a 29 de Junho.

Há também a de Santa Bárbara, advogada dos mineiros, mas não tem dia certo; e a da N.^a S.^a das Mercês, de que já falámos, na capela de Beloi, no dia 15 de Agosto. Por ocasião da romaria de Santa Justa, que se celebra em Valongo, há, no alto da Serra, linha divisória entre S. Pedro da Cova e S. Cosme, uma *espera*, assim chamada porque o povo destas localidades espera pelos romeiros que vêm de Santa Justa e aí se organizam descantes (cantigas ao desafio) que atraem a atenção dos curiosos; e por vezes os *cantadores*, picados pelas alusões que mutuamente se fazem uns aos outros, desfecham em remoques bem satíricos que provocam a gargalhada geral.

Esses cantadores costumam ser contratados para animarem o arraial com seus versos de pé quebrado, acompanhados à viola. Ali pelas bouças e bordas dos caminhos acampam famílias, comendo dos seus merendeiros, abancadas à sombra deliciosa dos pinheirais sobre a urze rasteira das bouças, coberta da alvíssima toalha onde assentam os garrafões e os largos alguidares de arroz de forno, travessas de carne assada, galinha cozida e outros acepipes que fazem a delícia gastronómica da gente do arraial, fraternizando com a sua família e amigos.

À penhorante gentileza do meu amigo e ilustre arqueólogo Dr. Pedro Vitorino, devo o conhecimento da existência dumas Milícias que se organizaram nesta freguesia e que serviram nas guerras da nossa independência, aquando da invasão francesa. Intitula-se o livro que ele me ofertou, *O Grito da Independência em 1808* (¹). Nele o autor carreia para a História de Portugal dados documentais interessantes sobre figuras e episódios que acompanharam aquele movimento nacional, na cidade do Porto. Nas *palavras prévias* começa: «o dia 18 de Junho de 1808 lembra uma das páginas mais memoráveis da história portuguesa». Lamenta que a Câmara Municipal desta cidade não tivesse mandado proceder a uma memória histórica, digna deste alto feito patriótico; e rebuscando manuscritos, publica um trabalho digno de ler-se pela exactidão dos sucessos referidos e pela seriedade da documentação. Nele se fala, com justa razão, do seu segundo avô materno, o capitão Joaquim José Moreira, um dos restauradores de 1808, pela parte activa que tomou na revolução. A pág. 67 diz: «A hora redentora ia soar. Na tarde desse sábado, 18 de Junho de 1808, daria mais uma prova do seu valor a raça portuguesa.

Sendo indispensável para o acto a aparição do símbolo da Pátria (pouco fácil de obter no momento por todas as bandeiras militares se acharem recolhidas pelas franceses), esse encargo tomou o ajudante das Companhias das Ordenanças dos Coutos da Mitra do Porto, Joaquim José Moreira, que breve o apresentaria aos olhos jubilosos dos portuenses. À sua guarda estava a bandeira da Companhia de S. Pedro da Cova e seria esse pendão ignorado e modesto que uma momentosa circunstância tinha de glorificar». Descreve o entusiasmo do povo que se associou à causa da libertação e diz que, feita a distribuição de armamento, todos se dirigiram para a Ribeira.

(¹) Vid. 1.^º vol., pág. 40, nota 2.

Entretanto «chegavam os insurgentes à entrada da rua do Mirante (vinham do monte da Lapa onde se ultimaram os preparativos para a Restauração na madrugada do citado dia) junto à boca da travessa das Oliveiras, quando por momentos foi suspensa a marcha, redobrando as aclamações de vigor, ininterruptas e delirantes». Tinha Joaquim José Moreira apresentado a bandeira da Companhia de S. Pedro da Cova, que tinha escondido dos franceses e que pouco antes mandara buscar a sua casa, à rua de Sant'Ana, por António Dias e João Correia Dias, seus vizinhos, a qual arvorou na haste da alabarda que o cadete da legião João António de Macedo empunhava. «Foi este em consequência (aludindo ao ajudante Moreira) o primeiro que arvorou a Bandeira Portuguesa no acto da Restauração do Reino». Ele explica que a bandeira das Ordenanças de S. Pedro da Cova, «de quatro cores», ia na frente com o corpo militar, descendo pela calçada dos clérigos, Porta de Carros, rua das Flores e S. Domingos. Já na Praça da Parada, no dia 19, pelas 6 horas da manhã, reuniam-se os oficiais da guarnição com as companhias do Regimento da Maia; e dispostas as tropas, Luiz Cândido Cordeiro, tenente-coronel e ali o oficial mais graduado, desembainhou a espada e todos os presentes prestam então juramento de fidelidade à Religião, ao Príncipe e à Pátria. Inicia-se depois a marcha, em ordem de batalhão, com os dirigentes à frente, seguindo as peças nos flancos, sob o comando do major graduado Joaquim José da Silva e Abreu, a caminho do Senado, ao tempo na Casa Pia. No centro, diz, a já notável bandeira da Companhia de S. Pedro da Cova, conduzida pelo alferes do Regimento do Porto, José Pedro Ferreira de Macedo, tremulava ao vento. Depois seguiu o corpo militar para o Paço Episcopal e ali se fez a eleição de uma Junta de governo provisório, ficando o bispo, D. António de S. José e Castro eleito Presidente, lugar que ele «aceitou com ternura».

O ilustre investigador termina dizendo que o dia 18 de Junho de 1808 foi para Napoleão o sinal precursor do seu aniquilamento, acrescentando judiciosamente: «Mal imaginou então o senhor dos destinos da Europa que, sete anos mais tarde, em igual mês e ainda em igual dia, nos campos de Waterloo, o seu poder para sempre seria aniquilado. O acto do Porto fôra um fatídico vaticínio...».

E ai está como o destino reservou à bandeira das milícias desta freguesia um lugar honroso nas páginas da nossa história.

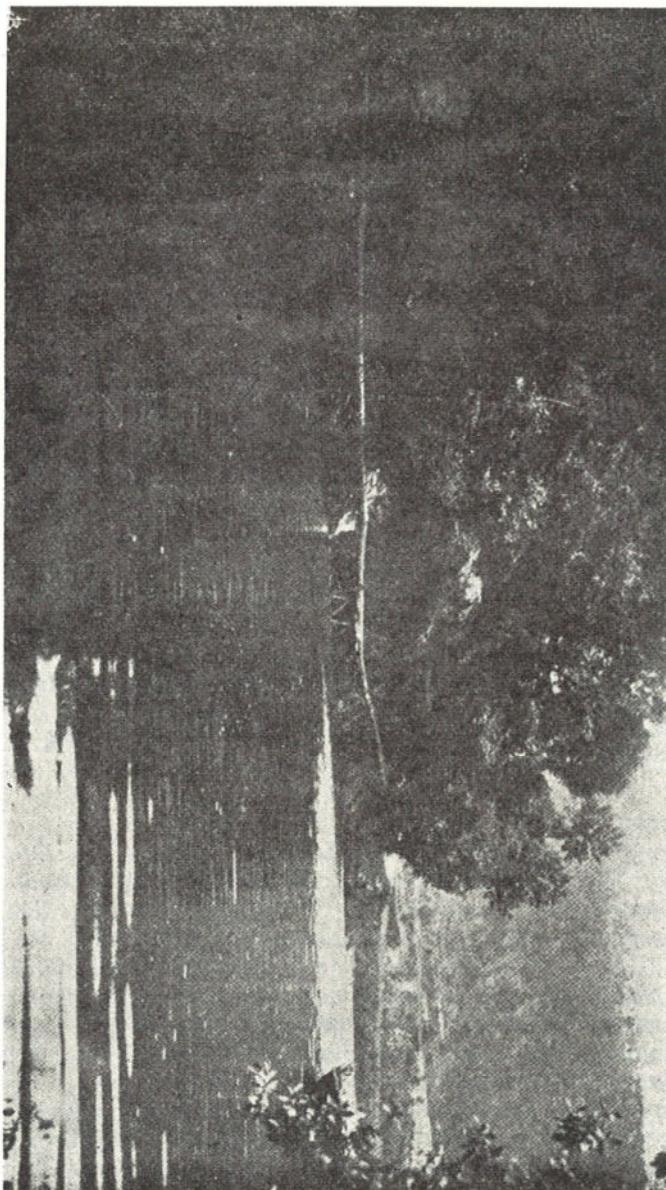
FREGUESIA DA SOUSA

Comecemos, como temos feito, por Pinho Leal:

Freg.^{ta}, Douro, concelho e 6 km. a E. de Gondomar, comarca e 12 km. a E. do Porto, 310 ao N. de Lisboa, 460 fogos.

Em 1757 tinha 198 fogos. O:ago S. João Baptista. Bispado e distr. adm.^{vo} do Porto. O reitor do colégio da Graça, de Coimbra, apresentava o reitor, que tinha 180\$000 rs. de rendimento. É situado em terreno montuoso nas margens do pequeno rio Sousa, que desagua na direita do Dôuro, onde termina a freguesia pelo S. É célebre a *Foz do Sousa* em razão de um antiquíssimo castelo que aqui houve, no confluente e sobre a margem direita, e de uma povoação que também em tempos remotos existiu fronteira ao castelo, e que alguns querem que fosse a primitiva cidade de Penafiel. Para evitarmos repetições, vide *Aguiar de Sousa — Penafiel*. O termo da freg.^{ta} é fértil em milho, legumes, linho e vinho. Tem muitos pinheirais e bastante caça.

Segundo F. Cardoso de Azevedo, no ano de 1890 tinha 568 fogos com 1.042 varões e 1.237 fêmeas; e em 1900 tinha 1.018 varões e 1.282 fêmeas. A caixa postal fica nas povoações de Ferreirainha, Boca do Sousa, Zebreiros e Gens.



FOZ DO SOUSA

J. M. Baptista, na citada sua *Corogr. Mod.*, escreveu :

Ant.^a F. de S. João Baptista de Sousa, segundo Carv.^o, da Foz do Sousa, segundo a E. P. e D. C., vig.^a da ap. do conv.^o de Cete, segundo Carvalho, ap. do Colégio da Graça de Coimbra, segundo a E. P., no ant.^o conc.^o de Aguiar de Sousa. Hoje é reit.^a.

Está sit.^o o L. de *Foz do Sousa* na foz do rio Sousa e na m. d. do Douro. Dista de Gondomar 8 1/2 km. para S. E.

Compr.^e mais esta F. os lug.^{es} de Ribeira, Ferreirinha, Gens, Jancido, Zebreiros, Boca do Sousa, Quinta, Compostela, Esposade; os casais da Serra, Cavada, Salgueiro; as quintas de Agra, Rezende, Noval; e as H. I. de Biqueiro, Forno da Cal, Chieira, Gaiteiro e Lusteira.

P.	C.	140
	A.	452
	E. P.	492
	E. C.	1.585
			1.815

Dêmos também a palavra a *O Minho Pitoresco*, pág. 608, tom. II :

Fica alcandorada sobre as margens dos dois rios Douro e Sousa. Por vezes temos falado de um antigo Castelo, que se diz ter existido sobre este pendor da Foz do Sousa, e do qual parece haver irradiado para todo o território de Aguiar a luz primitiva da civilização. Compreende-se que isto assim fosse, visto esse castelo marcar uma estação importante da via militar romana, que ia daqui, por Vandoma, a Penafiel e Canavez. Pinho Leal diz a seu respeito o seguinte :

«Provavelmente foram os romanos que o edificaram (se não foram os antigos lusitanos). Durante

o reinado dos príncipes godos, foi este castelo reeditado (ou, segundo outros, fundado) e dele trata claramente a *Crónica Gótica*, situando-o na margem do rio Sousa, em frente de Arnelas.

O cronista Frei António Brandão copia a dita *Crónica* deste modo: — «Era 1033. *Almançor cepit Castellum de Aguilar, quod est in ripa Sausae in Portugalensi Provincia*.» (*Mon. Lusit.*, tom. III, in App., fl. 27).

Flores, que deu correcta e ilustrada esta *Crónica*, conta o sucesso assim: — «Era MXXXVIII. *Cepit Almanzor Castellum Aquilar, quod est in ripa de Sousa Provincia Portugalensi*.» (*Esp. Sagr.*, tom. 23, App. 7, pág. 337). Quer a tomada deste castelo fosse na era de 1033, como copia Brandão, quer na de 1038, como diz Flores, é incontestável que pelos anos 995 ou 1000, de Jesus Cristo (que é a tal era de César 1033 ou 1038), Almançor sitiou ou conquistou este castelo aos cristãos numa dessas datas. Prova-se desse facto que essa fortaleza era importante naquele tempo, aliás nenhum desejo teria o famoso guerreiro Almançor de a conquistar. Quando D. Faião Soares fundou Arrifana de Sousa, em 850, povouou-a com gente que tirou da velha cidade de Penafiel e do castelo de Aguiar de Sousa, de que era senhor. Mas, ou o castelo não ficou despovoado, ou foi povoado de novo, visto que Almançor depois lhe pôs sítio para o tomar. Pela leitura da *Crónica Gótica* deduz-se que Almançor, tomando o castelo de Aguiar lhe pôs guarnição mourisca; porque, se assim não fosse, o arrasaria, como fez a outros, o que não consta. Ignora-se quando os cristãos recuperaram este castelo. Supõe-se ser aí pelos anos 1020, em que o infante Alboazar Ramires resgatou muitas terras ao Norte do Douro do poder mauritano; ou que foi tomado por D. Fernando III (o Grande) pelos anos 1036. O que é certo é que o castelo de Aguiar de Sousa ainda existia na era de 1273 (1136 de Jesus Cristo), porque o mestre da Ordem de

S. Tiago fez então uma escritura de doação a Martim Anes do Avinal (que era da família dos Aguiares), na qual se lê o seguinte : «*Damos e outorgamos a vos Martim Annes e áqueles vossos hereres (herdeiros), que de vós descerem, por vosso herdamento para todo o sempre so (sob) a maneira, e so as condicons que adiante son escritas en esta carta es nossos logares, que son chamados os Padrois (Padrões) a que vós posestes nome Aguiar dos padrois, que son en ó Campo Dourique, etc.*».

Declaram-se nesta escritura os muitos serviços que a Ordem tinha recebido de Martim Anes, e vários outros bens que lhe dá em recompensa desses serviços, e continua : — «*E outro si pelo Castello de Iguiar, que era vosso herdamento, que nós avemos de vós, que nos entregou D. Gil Gomes, vosso tio, em vosso nome, e por vosso outorgamento, quando vos deo os Castellos de Asnar, etc.*». — (Alarcão, *Relacion. Gen. in Append.*, pág. 115). Vê-se, pois, que este castelo foi então cedido (ou trocado) pelo seu proprietário à Ordem de S. Tiago. Não me foi possível averiguar quando este antigo castelo foi destruído, mas é de supor que fosse durante as frequentes (quase contínuas) guerras que tivemos algumas vezes com castelhanos e quase sempre com os mouros, desde o conde D. Henrique até D. Sancho II. O que é certo é que foi arrasado até aos fundamentos, pois dele não restam outros vestígios além do que deixo dito. Segundo alguns escritores, era este castelo o solar dos Aguiares. Outros dizem que era a freguesia de Aguiar do Sousa.»

A matriz paroquial e o cemitério ficam sobre a margem direita do Sousa, adiante um pouco deste lugar da Foz, onde os barcos estacionam esperando as águas vivas para subirem o rio. Encantador passeio é, pois, o que fizer, quem fôr, como eles, subindo até pelo menos à confluência com o Ferreira, a trémula e murmurosa corrente, sobre que os salgueirais vêm debruçar-se. Além dos enlevo bucolicos da paisagem, doce-

mente beijada pela água, terá ocasião de conhecer os sítios onde as águas do rio são captadas para o abastecimento do Porto⁽¹⁾.

Informes fornecidos pelo Sr. Manuel Tavares de Almeida :

«A freguesia da Foz do Sousa fica situada na parte já montanhosa do concelho de Gondomar, sendo a primeira das cinco freguesias que constituem a chamada parte alta do concelho. Tem por limites do Nascente a freguesia do Covelo, do Sul o rio Douro, do Poente a freguesia de Jovim e do Norte as freguesias de S. Pedro da Cova e Aguiar de Sousa, esta última pertencente ao concelho de Paredes. A sua maior largura desde o alto do Tronco, confins da freguesia de Jovim, até à margem direita do rio Douro, nos limites de Boialvo, freguesia de Covelo é de cinco e meio quilómetros e o seu maior comprimento desde a margem direita do Douro, no lugar de Zebreiros até à serra de Gens é de sete quilómetros. A sua superfície é superior a vinte quilómetros quadrados.

A sua população é superior a três mil habitantes⁽²⁾ assim distribuídos pelos diferentes lugares que a compõem : agrupamento dos lugares da Sousa,

(1) A 19 de Maio de 1781, o senado da Câmara de Penafiel fez uma representação a S. M. «contra o que praticaram certos Lavradores de tirar quase toda a água do Rio Sousa por minas para fertilizarem o seu terreno, fazendo um prejuízo gravíssimo não só a 80 rodas de moinhos, mas à fertilidade de muita mais terra sem cultura». (Registado a fls. 406, do Cartório da Câmara de Penafiel).

(2) O *Anuário Comercial*, deste ano, dá a esta freguesia 3.061 habitantes, compreendendo as povoações de Boca do Sousa, Ferreirinha, Compostela, Espoade, Gens, Zebreiros, Jançido, Quintas de Midões e Serra.

A respeito de transporte, de que mais tarde falaremos, refere que diariamente uma caminheta parte do Porto para Gens, por Gondomar, às 10 e 18 horas. Refere três comer-

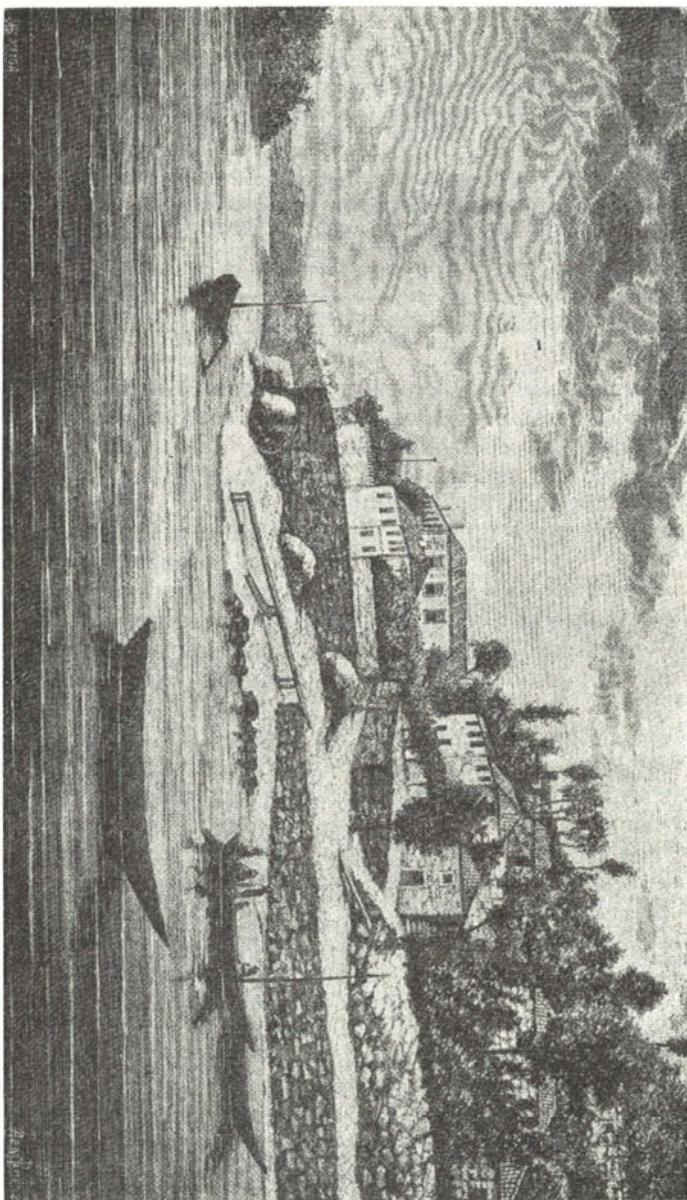
Quintas, Serra, Ribeira de Baixo e Ribeira de Cima, com 480 habitantes; lugar de Ferreirinha com 420; Gens com 680; Jancido com 600; Zebreiros com 540; Compostela com 230 e Espoade com 150 habitantes. É esta freguesia atravessada pelo rio Sousa, que a divide em duas partes aproximadamente iguais. — A parte Sul com lugares de Jancido, Compostela, Zebreiros e Espoade, sendo estes dois últimos povoações ribeirinhas banhadas pelo rio Douro e os dois primeiros estabelecidos no planalto que forma esta parte da freguesia; e a parte Norte com os restantes lugares que formam esta freguesia. É esta parte atravessada pelo rio Ferreira que, banhando o lugar de Ferreirinha, tem a sua confluência com o Sousa na Ribeira de Cima, 300 metros a montante do Estabelecimento Hidráulico de captação das águas do rio Sousa para abastecimento da cidade do Porto.

Situada esta freguesia na parte já montanhosa do concelho e cortada pelos dois rios acima referidos, é o seu solo bastante accidentado, o que torna bastante difícil o acesso de umas às outras povoações que compõem esta freguesia.

A sua constituição geológica é muito variável, predominando os terrenos de natureza argilosa, sendo o extremo Nordeste atravessado pela camada carbonífera, onde se encontram as minas de carvão de Midões.

Os seus terrenos aráveis são formados por aluviões, terrenos turfosos e terrenos orgânicos ou de natureza vegetal.

ciantes de vinhos: Delfim Martins de Almeida, José da Silva Melo e Luiz J. Ferreira & Filho; a Companhia Industrial de Fundição Cif, em Espoade e a de Soares Azevedo & C.ª, Ltd., em Zebreiros; alguns negociantes, três professoras: D. Adélia Augusta Neves Tavares, D. Gracinda das Dores F. da Costa e D. Maria L. dos Santos Fonseca. É regedor o Sr. Rosendo de Sousa Matos e pároco o Rev. Manuel Joaquim Matias dos Santos, com um capelão, o Sr. P.º João de Sousa Ramos. Há um talho pertencente ao Sr. José Diogo Leite.



VISTA PARCIAL DA FREGUESIA DA SOUSA

(Do *Minho Pitoresco*).

A igreja paroquial está situada no lugar da Sousa; é de construção bastante antiga, mas não tem importância arquitectónica, sendo apenas de notar a obra de talha dos seus cinco altares que foram reparados, e dourados há pouco tempo. Tem capelas públicas nos lugares de Zebreiros, Compostela, Jancido, Gens e Ferreirinha, e capelas particulares nos lugares de Compostela e Esposade.

Tem esta freguesia dois cemitérios paroquiais: um no lugar da Sousa, junto à igreja; e o antigo cemitério da freguesia.

De dimensões muito acanhadas, não comportava o movimento obituário da freguesia; e por isso uma comissão de paroquianos, por meio de subscrição, concluiu no ano de 1911 a construção de um novo cemitério, no lugar de Compostela.

É este cemitério bem situado e de amplas dimensões, tendo uma capela anexa edificada mais tarde a expensas da fábrica de fundição de Gondomar, dos Srs. Paiva, Irmão & C.^a.

Actualmente a Junta desta freguesia procede à reconstrução dos muros deste cemitério que estão caídos e em lamentável estado de ruína.

É da tradição que esta freguesia data de tempos muito remotos, dizendo-se que a ela pertenceram povos das freguesias circunvizinhas e até alguns da margem esquerda do Douro, mas não existem documentos por onde se possa reconstituir a sua história, nem monumentos históricos por onde se possa inferir da parte que ela tomou nas convulsões políticas e sociais que se têm dado no País.

Sabe-se, contudo, que durante a Invasão Francesa os soldados de Junot por aqui fizeram paragem, exercendo carnificinas, e entregando-se à pilhagem, sendo por eles roubadas todas as pratas e objectos de valor existentes na igreja.

Também esta freguesia tomou parte activa nas lutas constitucionais, ao lado do partido legitimista, que estabeleceu uma bateria de artilharia no sítio do

Biqueiro, no lugar de Zebreiros, donde dominava todo o rio Douro até à Aboína a fim de evitar as incursões, que os liberais faziam, rio acima, e evitar o abastecimento da cidade do Porto. Existiu aqui, durante esse agitado período, um cabecilha miguelista, graduado em oficial miliciano e próximo parente de um outro morador em Covelo e de patente superior à dele, que foram durante esse tempo o terror deste povo.

Organizaram aqui, sob as suas ordens, um batalhão de milícias, mobilizaram homens e carros que mandavam para o Cerco do Porto e eles próprios tomaram parte com o seu batalhão no célebre combate de Ponte de Ferreira.

Terminado o Cerco do Porto, continuaram eles a organizar aqui guerrilhas que tomaram parte em todos os movimentos insurrecionais daquele histórico período, entregando-se à violência e ao roubo e só terminando a sua nefasta influência com o movimento regenerador do Duque de Saldanha.

Também na Grande Guerra tomou esta freguesia uma parte muito importante, sendo numerosos os seus filhos que pela Pátria se bateram em África e na França, pagando alguns deles com a vida o seu heroísmo e dedicação pela Pátria. A Junta desta freguesia, cumprindo um dever de gratidão, acaba de erigir uma lápide comemorativa e vedar uma parcela de terreno no cemitério de Compostela, destinado aos que nessa guerra tomaram parte.

Existiu nesta freguesia um morgadio, que tinha o seu solar no lugar da Sousa, mas tudo isso terminou, sendo vendido em hasta pública, por execuções hipotecárias, todo o morgadio e dispersos os seus representantes, dos quais não existe nenhum nesta freguesia.

É esta freguesia atravessada no seu extremo Norte, pela estrada chamada do Alto do Concelho, que serve os lugares de Gens e Ferreirinha. O resto da freguesia, ou seja a parte mais importante dela, não é bene-

ficiado com esta estrada, mas a Câmara tem em estudo a continuação da estrada que do lugar da Barraca, freguesia de Jovim, vai ao alto do Tronco, nos limites desta freguesia, e destinada a servir a parte ribeirinha do alto do concelho, incluindo o lanço dessa estrada que do Tronco desce à ponte da Ribeira, nas obras a executar com o empréstimo há pouco realizado. Cremos, pois, que esse lanço de estrada, que vem servir esta parte da freguesia, breve será um facto.

Os caminhos de ligação entre os diversos lugares desta freguesia são muito maus, não só devido ao accidentado dos terrenos e à sua natureza, mas também e principalmente ao desleixo com que têm sido tratados.

A instrução pública é ministrada em três escolas de ensino elementar, com sedes nos seguintes lugares: uma em Jancido, outra em Zebreiros e outra em Gens. As duas últimas funcionam em casas particulares, alugadas para tal fim pela Câmara. A primeira tem edifício próprio, tendo sido o salão da escola construído pelo povo do lugar e oferecido à Câmara; e a casa da professora, anexa ao edifício escolar, mais tarde construída pela Câmara. São escolas de um só professor. Não há nesta freguesia escolas de ensino particular regularmente organizadas, sendo a instrução particular ministrada por alguns indivíduos sem habilitações legais e fornecida em parte aos domicílios e em parte em edifícios imóveis para tal fim.

A população escolar desta freguesia orça por uma média de 600 crianças, sendo as escolas que aqui há insuficientes para lhes ministrar a instrução.

Resulta disto uma grande aglomeração nas escolas públicas, como sucede na de Jancido, onde a média da frequência escolar é superior a 60 crianças, sucedendo que muitas vezes a professora não pode acomodar todos os alunos no salão da escola.

O comércio nesta freguesia limita-se a pequenas lojas de mercearia e bebidas, vulgarmente denominadas

das «vendas». Apenas o comércio de vinhos e azeites se exerce aqui em maior escala, havendo para tal fim algumas casas bem montadas e de regular movimento.

A indústria fabril é representada pela Fábrica de Fundição e Serralharia dos Srs. Paiva, Irmão & C.^a, que emprega 200 operários e é, no género, uma das de maior fama no País, não só pela sua grande produção, mas também pela perfeição dos seus trabalhos. Há neste género aqui mais três fábricas, regularmente montadas, mas estão actualmente paradas, devido à crise que esta indústria actualmente atravessa.

Outras indústrias, tais como a ourivesaria, marcenaria, tecelagem, etc., se exercem aqui, mas em pequena escala e sem estabelecimentos próprios.

A indústria principal desta freguesia é a agricultura, que está bastante desenvolvida e os terrenos bem aproveitados. A cultura predominante é a do milho, tendo como acessória a do feijão.

Em menor escala cultiva-se o centeio e a cevada, sendo muito reduzida a cultura do trigo. Na cultura hortícola predomina a batata e várias espécies de hortaliças. Produz muito vinho. A indústria da criação do gado bovino constitue uma das principais riquezas da lavoura local, sendo bastante importante também a criação do gado suíno. Produzem os montados desta freguesia bastantes madeiras, matos e lenha, de que exporta grande quantidade. Sendo bastante densa a população desta freguesia, e não comportando as indústrias e trabalhos locais toda a sua povoação, muitos indivíduos aqui residentes exercem a sua actividade nos grandes centros comerciais, como o Porto e Vila Nova de Gaia.

É esta freguesia sede de um julgado, que se compõe das freguesias da Sousa, Jovim e Covelo.

É abundante em águas potáveis, que são de excelente qualidade.

Vive do amanho da terra a grande maioria dos seus habitantes; mas os trabalhos do campo, bem como as indústrias a eles adstritas não comportam a actividade de toda a sua população. Resulta disto que durante certas épocas do ano, há aqui grande falta de trabalho, o que torna muito dificultosa a situação económica da classe operária. Um dos grandes males de que enferma esta freguesia é a falta de bons caminhos e artérias de comunicação que a ponham em contacto com os grandes centros consumidores e mobilizem com facilidade as riquezas que ela encerra. Outro e principal mal de que enferma não só esta freguesia, mas o concelho de Gondomar e toda a Nação portuguesa, é a falta de instrução profissional agrícola. O homem dos nossos campos é sóbrio e trabalhador, mas é também rotineiro e egoísta. Segue hoje os processos de cultura seguidos por seus avós e detesta o cooperativismo que aqui, onde predomina a pequena propriedade, de tão grande auxílio lhe deveria ser. Desconhecendo por completo a natureza da terra que fabrica, torna-se inútil e até por muitas vezes contraproducente o seu trabalho. E assim esta freguesia que tem elementos para ser uma terra progressiva e rica, é pelo contrário escravizada pela rotina e pelo mais feroz egoísmo, que lhe entravam todo o progresso. Dêem-lhe bons caminhos e a instrução de que ela tanto carece, e ela ocupará o lugar que lhe compete, no progresso do concelho de Gondomar.»

Ainda sobre esta freguesia presta valiosos esclarecimentos o Sr. Delfim Marques dos Santos, que embora refira algumas notas já conhecidas, acrescenta outras dignas de arquivo.

«Lugar de Gens. O lugar de Gens que pertence à freguesia da Foz do Sousa, tem aproximadamente 120 casas para habitação, e algumas delas têm duas e três famílias.

Encontra-se a 7 km. da sede do concelho e a 15 km da cidade do Porto, e liga com estes pela

estrada chamada do Alto Concelho, que deste lugar para Melres anda em construção.

Comunicamos com a sede do concelho e com a cidade do Porto por meio duma regular carreira de caminhetas.

A capela que cá existe é pública desde 1914, pois que até essa data estava na quinta da Sr.^a D. Maria da Natividade Pinto e Soto Maior. Em 1914 uma comissão encarregou-se de a mandar mudar para o local onde se encontra actualmente, em virtude dessa senhora não a querer dentro da sua propriedade e ceder todo o material de que ela era construída.

Gens foi dotado com uma escola mista em 1917.

O pessoal operário masculino é na sua maioria mineiro e o feminino emprega-se no transporte de lenhas e matos para a sede do concelho.

Os principais produtos agrícolas são o milho e o feijão.

Houve em 1926 e 1927 um aparelho de recepção de T. S. F., instalado na Mina de Midões.

É costume antigo nas vésperas do Carnaval, os rapazes juntarem-se às noites e irem para um outeiro deitar os «Carrapatos» às moçoilas do lugar. Depois de estarem juntos, um toma um chifre furado e começa a dizer (por exemplo): Carrapatos de pato, carrapatos de burro, piolhos de pardal, tudo a ferrar no *umbigo*... (Pergunta outro rapaz): — De quem, companheiro? (Responde o primeiro): — Da Maria do Cabral. (Responde o coro): — Apoiado, companheiro. E continuam assim até terem deitado os «Carrapatos» a todas as raparigas do lugar, exceptuando as que estão de luto.

Também há o costume da pandeirada quando algum viúvo torna a casar.

Cantiga popular :

Rapazes, vamos à Sousa;
Vamos ao vinho maduro;
Vamos às raparigas solteiras...
É do gado que procuro.

Todos os proprietários de Gens pagam os seus foros à D. Maria da Natividade Pinto de Soto Maior, da cidade do Porto.»

TRADIÇÃO DE ASSALTOS

No sítio do Fontão, perto da confluência do rio Sousa com o Ferreira, é tradição que uma casa que ainda hoje lá existe em ruínas, fôra há muitos anos assaltada por uma terrível malta de bandidos que numa noite mataram o chefe da família, roubaram tudo que puderam e raptaram uma filha solteira. Foi tal o horror e a desolação que causaram, que ainda hoje o povo e mormente as mulheres, quando ali passam, param e levantam as mãos ao céu... a rezarem.

Também ainda existe no sítio chamado Bouças uma casa abandonada e em completo estado de ruínas, que igualmente fôra assaltada e saqueada por ladrões, dando em resultado o abandono dos moradores, por ficarem isolados, indo morar para Gens, onde ainda residem seus descendentes, vulgarmente chamados os *caseiros*.

CRIMES DE ASSASSINATOS

Pelo ano de 1870, no lugar de Jancido, foi morto com um forcado, Manuel de Sousa Castro, vulgo o «Caseiro», de Gens, que andava ao serão. O criminoso, de nome Rosendo dos Santos Castro, também conhecido pela alcunha de o «Castanheira», foi preso; mas julgado, foi absolvido.

Mais recentemente, a 5 de Julho de 1905, por uma questão de família, Manuel Tavares Gomes foi vítima duma facada vibrada por Damião Martins Gonçalves.

Esse Tavares Gomes interveio na contenda, donde lhe resultou a morte. O agressor foi preso, julgado e absolvido.

A ASCENSÃO, EM BALÃO, DE MADAME WEBER

Os jornais de 15 de Maio de 1932 noticiavam :

«Uma novidade que bastante deve interessar o público portuense, que esta tarde se juntará no Palácio : O grande aeronauta Suire, querendo interessar o público pelo esférico, trouxe consigo Madame Weber, que detém o *record* feminino de duração, pois conservou-se desde as 11 horas da noite até ao dia seguinte às 12 horas. Treze horas no ar e durante a noite.

Por este motivo a ascensão desta tarde tem o duplo interesse, pois Suire, que é um grande aeronauta, faz subir Madame Weber no seu esférico. O formidável balão esteve durante toda a noite a encher-se e às primeiras horas da manhã o seu aspecto era imponente, dando uma pequena ideia do que será a formidável aeronave em pleno ar.

A ascensão é feita às 16 horas, porém desde a 1 hora, as portas do Palácio acham-se abertas.»

Na terça-feira seguinte, os jornais explicaram o sucesso :

«Arrojada subida em balão em que tomou parte uma senhora francesa.»

No domingo de tarde realizou-se nos jardins do Palácio de Cristal a anunciada ascensão de Madame Weber, num balão livre, pertencente ao cidadão francês Sr. Suire.

O acto da largada foi auxiliado por adueiros e desportistas, que seguravam os sacos de areia presos às cordas do esférico.

Quando este se elevou no espaço, centenares de curiosos deram salvas de palmas, vitorizando a arrojada aeronauta, que correspondeu gentilmente.

O balão demorou no espaço cerca de 40 minutos e subiu a grande altura, chegando por vezes a ficar encoberto por entre as nuvens.

Ao fim da tarde soube-se que o balão tinha ido cair ao lugar de Gens (sítio da Castanheira), concelho de Gondomar, tendo sido a descida feita sem novidade, tanto para o aeróstato, como para Madame Weber.

A corajosa aeronauta regressou ao Porto em automóvel.»

Devo acrescentar que antes desta ascensão, outra tinha sido realizada pelo «Ferramenta» que foi cair no lugar de Méguas, em Ferreirinha, freguesia também da Sousa.

FREGUESIA DE VALBOM

Diz Pinho Leal :

Freg.^a, Douro, concelho de Gondomar, comarca, distr. adm.^{vo} bispado e 5 km. ao E. do Porto, 310 ao N. de Lisboa, 900 fogos. Em 1768, tinha 309 fogos. Orago, S. Veríssimo.

O cabido da sé do Porto apresentava o abade, que tinha 750\$000 rs. de rendimento anual. É uma freg.^a vasta, muito populosa, rica e fertilíssima, sobre a margem direita do Douro.

Tem boas quintas e casas de campo, distinguindo-se entre todas, a magnífica vivenda do Sr. Dr. Albino Pinto de Miranda Monte-Negro, chamada a Quinta das Sete Capelas, um dos mais formosos sítios dos arredores do Porto. Vide *Sete Capelas*.

A *Corogr. Mod.*, de J. M. Baptista, ed. de 1875, refere-se a esta freguesia nos seguintes termos :

Ant.^a F. de S. Veríssimo de Val Bom, abb.^a da ap. da mitra, segundo Carv.^o, do cabido da sé do

Porto, segundo a E. P., no ant.^o conc.^o de Aguiar de Sousa. Está sit.^o o L. de *Val Bom de Baixo* na m. d. do Douro.

Dista de Gondomar 2 km. para O.

Compr.^e mais esta F. os lug.^{es} de S. Roque, Monte, Ribeira de Abade (todos nas margens do Douro e habitados na maior parte por pescadores); e o casal do Gato, nos limites de Campanhã.

P.	C.	133
	A.	742
	E. P.	902 3.028
	E. C.	3.356

O *Novo Dicionário*, de Cardoso de Azevedo, atribue a esta freguesia, em 1890, 1.304 fogos, com 2.637 varões e 2.794 fêmeas; e em 1900, 2.855 varões e 3.086 fêmeas. Esta freguesia em que há fábricas de curtumes e muitas oficinas de obras de verga, dista 4,8 km. da sede do concelho, 13 km. da estação de Valongo e 4,5 km. da de Campanhã. Tem estação postal.

Aprecemos agora o *Minho Pitoresco* (pág. 607, tomo II):

«Depois de passar por sob as grandes pontes metálicas *D. Luiz* e *Maria Pia* e de deixar à esquerda o palacete do Freixo reflectindo no Douro as suas linhas arquitectónicas de pura renascença, encontramos adiante o célebre lugar de *Gramido*, onde em 1847 se fez a convenção, que terminou a revolução da Maria da Fonte, e vemos, por entre merencórios ciprestes, a branca matriz de *Valbom*, uma das mais importantes freguesias do concelho, pelo seu valor agrícola e industrial. Fertilíssima e laboriosa, sobredoura-lhe a paisagem estas qualidades excelentes, e por isso o capital a tem procurado como estação de recreio, e tem edificado aí casas de campo magníficas. Entre as melhores deve notar-se a *Quinta das Sete Capelas*, há mais de

trezentos anos na posse da família dos Correias Montenegros, hoje representada pelos Srs. Albino e Martinho Montenegro. Esta quitna foi constituída em Morgado no ano 1554 por Miguel Correia Montenegro e tinha o privilégio de ninguém poder pescar na metade do rio, que lhe fica em frente. A maior festivididade que em Valbom se faz, é a Nossa Senhora da Conceição, na sua formosa ermida da Lagoa, sendo curiosíssimo de ver nesse domingo de Agosto o aspecto do rio Douro, onde numerosos barcos embandeirados vão alegramente navegando ao impulso das remadoras, ou à mercê das brancas velas latinas. Das indústrias de Valbom, incluindo a da pescaria em que figuram os originais barcos *valboeiros*, diremos em outro lugar deste capítulo; assim ficamos livres agora para ir admirando a formosa paisagem, que de uma e outra margem emoldura o Douro até encontrarmos a freguesia de Jovim.»

O *Anuário Comercial*, deste ano, dá a esta freguesia 7.941 habitantes; comprehende os seguintes lugares :

Archeira, Culmieira, Cova da Má, Barreiros, Gramido, Lagoa, Arroteia, Camboas, Fonte Pedrinha, Ribeira de Abade, Monte, Lamas, Pinheiro de Além, Pinheiro de Aquém, Rossamonde, S. Roque, Valbom de Baixo, Vila Verde e Vinha.

Como meios de comunicação e transporte, as caminhetas «Cooperativa União Progresso» (2 carros), garagem em Lamas; «A Luxuosa de Gondomar» (2 carros), propriedade de António de Jesus Guedes, garagem no lugar do Monte.

Além destes carros, fazem carreiras a todas as horas para o Porto muitos outros de Gondomar e do alto concelho, que põem esta importante e industrial freguesia em comunicação permanente com a cidade.

Há actualmente doze telefones nesta freguesia.

Várias são as indústrias — alfaiatarias, barbearias, curtumes, marcenarias, ourivesarias, fogos de artifício, padarias, sapatarias, fábricas de sabão, serração de madeiras, serralharia, etc.; há cooperativas, uma sede de Bombeiros Voluntários, cujo comandante é o Sr. António Martins Fernandes e sub-comandante, o Sr. Henrique Barreto Costa.

Há duas farmácias e dois médicos que são o Dr. Augusto Barreto Costa e Dr. Porfírio de Andrade; aquele é filho do saudoso médico Dr. Manuel Joaquim da Costa, que faleceu há poucos anos e que tão querido era do povo gondomarense que o seu funeral foi o mais concorrido de todos os que se têm realizado nesta terra.

Possue esta freguesia também a empresa iluminadora *Eléctrica Valboense*, cujo director técnico é o Sr. Manuel dos Santos Costa (concessionária do fornecimento de energia eléctrica em Valbom e S. Cosme).

Está muito desenvolvido nesta terra o espírito associativo, que conta nada menos de onze associações, umas industriais, outras de socorros mútuos, outras desportivas e ainda outras de instrução, recreio e beneficência. Teremos de nos ocupar delas na devida oportunidade. Há também bastantes lavradores e proprietários abastados.

Mantém um jornal, ou antes um semanário, *A Nossa Terra*, cujo director é o Sr. João Monteiro de Meireles, espírito ilustrado e imparcial que sabe dirigir e orientar com honestidade e isenção a vida sempre precária duma empresa jornalística numa terra de província.

Os professores primários são actualmente : D. Filomena da Conceição Monteiro, D. Virgínia Amélia de Araújo, e os Srs. João Maria Carlos Moreira da Silva e José Jerónimo Ferreira.

O pároco chama-se Rev. Manuel Barbosa Pereira, que tem como vigário cooperador, o P.^e José Rodrigues da Costa.

Há três talhos, e uma fábrica de moagem, a «Invicta».

Quando abordarmos as indústrias, desenvolveremos toda a vida comercial e industrial desta freguesia.

VALBOM ATRAVÉS DA LITERATURA

Para quem quiser apreciar a beleza dos panoramas que se disfrutam nesta freguesia, através da literatura naturalista, fornecerei um trecho literário do maior pintor moderno dos quadros da aldeia.

No capítulo XX — *Manuel Quintino, procura distrações* — da belíssima novela *Uma família inglesa*, de Júlio Dinis, este primoroso artista e poeta, refere-se aos passeios que esse Quintino, pai da enamorada Cecília, dava pelos arrabaldes da cidade do Porto, para se livrar de tristezas que o oprimiam. «Atravessava a cidade até à Ribeira; seguia depois, pela margem direita do rio, até Campanhã... A primeira diversão operou-a só à vista do mercado de peixe, na Ribeira. As lanchas valboeiras tinham naquele instante chegado ao cais. As regateiras, os compradores particulares e os pescadores que vendiam, animavam o mercado com movimento e vozaria». Manuel Quintino prosseguiu no passeio, já outra vez melancólico. Mais adiante tendo passado a última casa, que lhe tolhia a vista do rio e da margem oposta,olveu naturalmente os olhos para o vulto escaldado e sombrio da Serra do Pilar, coroada pelo seu convento em ruínas e a sua igreja de base circular. Os tristes vestígios das guerras civis estão ainda naquele lugar muito evidentes, para que a lembrança delas não acuda súbita ao espírito de quem quer que o contemple por momentos.

Manuel Quintina, como quase todos os portuenses da sua idade, havia sido mais do que um simples

espectador das cenas trágicas dessas memoráveis épocas.

Chegou à quinta chamada da China, — um dos passeios favoritos das classes populares portuenses. Desciam a rampa que antecede o portão, alguns bandos de gente do povo, rindo, cantando, em plena festa : iam em direcção ao rio. As barqueiras de Avintes aproximavam os barcos das margens para os receber; outras ainda a grande distância, chamavam com toda a força daqueles pulmões robustos as pessoas que vinham por terra. Cruzavam-se os barcos, movidos pelos vigorosos braços destas engracadas e joviais remeiras, e carregados com os frequentadores das diversas companhas do Areíño e da pesca do sável. Tudo era riso e cantigas no rio. Manuel Quintino via tudo isto, e escutava entretido o canto duma barqueira, que dizia :

As riquezas deste mundo
Para mim não têm valor;
Eu sou rica nos teus braços,
Sou rica do teu amor.

E ele pôs-se a pensar :

— Como esta pobre gente vive satisfeita nesta vida trabalhosa do rio!...

Depois de revolver no seu espírito mil cogitações a este respeito, prossegue a caminhada :

«Chegou ao ponto da margem, chamado Rego Lameiro. Aí opera o Douro uma das suas súbitas e surpreendentes transformações. Expiram as colinas fronteiras duma e doutra margem, interrompidas por um vale deliciosíssimo, onde a vegetação é mais abundante, mais povoadas as verduras, e onde se encorparam em riachos as águas escoadas dos próximos declives. Apreciam-se tão raros intervalos, em que o Douro, o severo Douro, sorri, como se aprecia um raio de alegria em rosto habitualmente carregado.

Neste sítio, alarga-se o leito das águas, diminue portanto a força da corrente delas, chegando nas marés baixas a permitir a formação de pequenos ilhotes de areia, para onde vão brincar as crianças dos pescadores. A tortuosidade das margens, furtando à vista o seguimento do rio, dá a este a completa aparência dum pequeno mas pitoresco lago.

Os olhos descobrem, dum lado, o extenso areal de Quebrantões, ao qual sucedem prados e lezírias sempre verdes, veigas fertilíssimas, arvoredos espessos, e escondidas por o meio, as risonhas casas de algumas pequenas povoações campestres; adiante as quinta da Pedra Salgada e através do véu azulado da distância, a aprazível aldeia de Avintes; do outro lado, o palácio do Freixo com seus torreões e balaustradas, e as quintas e ribeiras de Valbom e Campanhã.

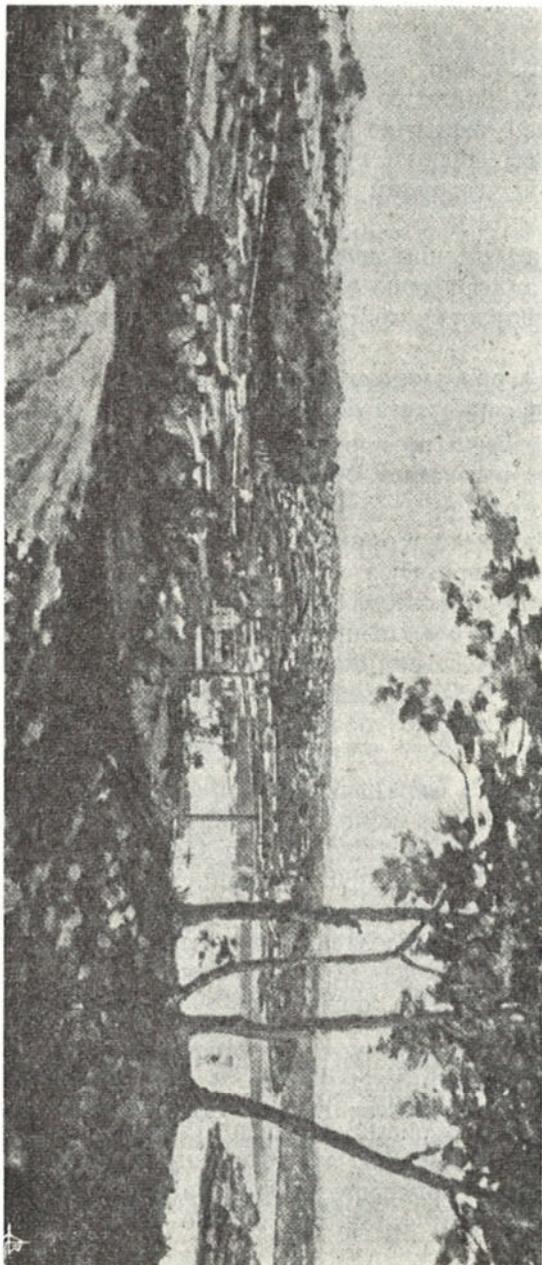
E se é ao fim do dia, quando o sol doura todo o quadro, reflectindo-se afogueado nas vidraças voltadas ao Ocidente, e a viração da tarde enfuna as velas brancas das pequenas embarcações do lugar, e o céu é azul e as águas límpidas, a paisagem compensa bem os privados de gozar as belezas mais celebradas por viajantes e poetas, as análogas das quais só a nossa cegueira nos não deixa às vezes ver a dois passos da porta.

Era aqui que Manuel Quintino se sentava sempre alguns minutos, sobre uma pedra solta da margem.

— Como isto é bonito! — pensava ele. É que nem há outro passeio assim nos arredores do Porto.»

Eis uma linda tela de Júlio Dinis. Não fugira ao poeta o encanto deste trecho do rio, onde a gente ribeirinha canta e trabalha, cercada pelas riquezas da terra e a benignidade do céu.

Gondomar comparticipa dos romances imortais do poeta tão precocemente roubado às lidas fagueiras da literatura; e o rio Douro teve mais este pintor a celebrar-lhe a severidade da sua corrente. Pode o leitor apreciar outros trechos clássicos da nossa lite-



VISTA PARCIAL DE VALBOM
(Quadro a óleo, por Mamede Portela).

ratura sobre o rio Douro, transcritos no 1.º volume desta *Monografia*, a págs. 328 e seguintes.

Esta linda freguesia de Valbom também mereceu as honras poéticas dum bardo anónimo que em 1850 publicou em Paris um poema herói-cómico, em 6 cantos e oitava rima, intitulado *A Revolução*. Refere-se o poeta à revolução do Porto, em 1846 e que terminou pela dissolução da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, após a intervenção armada da França, Espanha e Inglaterra, em 1847⁽¹⁾. O herói do poema é José da Silva Passos, irmão de Passos Manuel. Depois de cantar a vida política deste notável homem público, satirizando-lhe as acções, não se esquece de memorar o lugar onde foi assinada a celebrada Convenção de Gramido. A este respeito consagra a seguinte oitava :

«Lugar decente, belo, acomodado,
Para a forte questão era Gramido,
Aldeia de Valbom, às pescas dado,
De brenhas, e pinhais abastecido,
Onde livre retórico inflamado,
Gritar podia, sem quebrar o ouvido;
Dar-lhe-á nome esta função de lote,
Como deu à la-Mancha Dom Quixote.»

Teremos ocasião de tratar da *Convenção de Gramido*, mais desenvolvidamente, quando noutro capí-

⁽¹⁾ O Sr. Manuel Lobo da Mesquita Gavião, que foi capitão do Exército e serviu de Quartel-Mestre do Conde do Almargem durante a Guerra Civil no ano de 1847, escreveu e publicou no Porto, em 1849, um opúsculo que abrange uma *coleção de documentos inéditos* também por ele anotados. São sessenta as cartas publicadas sobre a dita guerra. No fim (n.º 63) traz o *Mapa de todos os corpos de Linha e Nacionais que se acham na defesa desta Cidade, e de Vila Nova de Gaia, no qual se apresenta a força que cada um tem disponível para combater*. Os corpos são 35, incluindo o 6.º Batalhão da Legião, que está todo desarmado. Um dos locais dos quartéis foi Valbom, com 2 oficiais superiores, constando o estado-maior e menor de 22 militares;



tulo especial nos ocuparmos dos lugares históricos, segundo o programa que nos impusemos no começo desta obra.

O PAU DA CRÓS

Da *Academia Valboense*, n.º 1 (e parece que único) que se publicou em Valbom, no dia 10 de Junho de 1923, de que foi director o Sr. António Guiomar, transcrevemos uma local intitulada *O Pau da Crós*:

«Quando não existia ainda o actual cemitério de Valbom, situado na margem direita do Douro, próximo da histórica povoação de Gramido, onde em 30 de Junho de 1847, entre o general português Vasconcelos e o general espanhol Concha se celebrou a Convenção que pôs termo à guerra civil da Patuleia, todos os enterramentos eram feitos em Oliveira do Douro, na margem esquerda, na antiga Quinta dos Frades.

Valbom tinha por isso sentido por muito tempo a falta dum reduto para a inumação dos seus óbitos; ainda, nos últimos quartéis do séc. XVIII se afirmava que se alguém acusava os últimos arrancos da vida, um pregueiro clamava de Valbom, para Oliveira, chamando a atenção de todos com esta clamorosa cantilena: *ó tu dalém e eu daquém — traz a crós e o pau da crós e a pia dágua que fede ao demo e qui toquem*

6 capitães, 9 subalternos, 28 inferiores, 3 corneteiros, 199 cabos auspeçadas; enfim, ao todo 269 homens. O seu corpo é o Batalhão de Atiradores do Mondego.

Campanhã possuía o 6.^º Batalhão da Legião, cujas forças o referido mapa não cita, por estar desarmado. Tem o mapa no fim: Quartel General na Casa Pia do Porto, 15 de Junho de 1847. O Major da Praça, António Ribeiro de Araújo.

Tudo isto para ser cantada a

*Aldeia de Valbom, às pescas dado...
...e não às armas feito.*

*os calhandros para nosso irmão entourido e di-le ao
sacripante que trá-la o borrifador e as santas unturas
que tarrenagam da caldeira de Pedro Botelho...*

Isto mesmo me tem sido confirmado por pessoas sérias e de certa idade, acrescentando algumas que não raro se suscitavam graves desordens, a propósito do *pau da crós.*»

A mesma tradição do *pau da crós* há nas freguesias de Medas e Melres, como já vimos.

NAUFRÁGIOS EMOCIONANTES

Os velhos pescadores valboeiros contam que em 1850, mês de Dezembro, várias lanchas de pesca foram destruídas por uma forte tempestade, sendo as tripulações salvas por um barco de guerra português que conduzia tropas para o Porto; mas como não pudessem desembarcar na barra, foram esses desventurados naufragos levados para o porto de Vigo, donde regressaram a pé, até Valbom.

Em 1867 naufragou a lancha chamada «Panelas», de que era arrais José Pinto de Sá, tendo morrido 16 dos seus tripulantes, deixando suas famílias na maior miséria.

Em 1870, naufragou na barra do Porto um barco de sável, tripulado por António de Oliveira, Francisco Manguito e José da Pôça, perecendo todos.

Em 1875, idêntico naufrágio em que perderam a vida os seus três tripulantes António Fragateiro, José Melro e José de Souto.

Mas não há memória dum momento tão doloroso para a classe piscatória de Valbom, como o naufrágio em que pereceram dois entes queridos: pai e filho agarrados um ao outro, como se fossem um só corpo e uma só alma.

A família dos pescadores perdeu dois valiosos elementos, pelo infiusto sucesso que levou o luto a toda a classe, provocando a mais profunda consternação.

Já lá vão 46 anos, pois o trágico acontecimento deu-se a 4 de Maio de 1888 e foram protagonistas desta tragédia José Martins do Espírito Santo, o *Mestre Chasco*, de 41 anos, e seu filho Francisco do Espírito Santo, de 13 anos. Tinham ido para o mar num frágil barquinho, a fim de angariar a todo o custo o sustento de sua pobre família.

O *Mestre Chasco* era considerado por toda a classe como arrais muito sabedor do seu ofício, dispondo duma regular instrução e duma honestidade de porte que o impunha à consideração geral.

Procurando viver honradamente, aproveitava sempre que podia a oportunidade de ir para a faina da pesca, não fosse faltar o pão no seu lar. E por isso que labutava insanamente no cumprimento do seu dever profissional, teve a desventura de ver seu filho cair ao mar à entrada da barra e em perigo de vida. Louco de dor, na ânsia alucinada de salvar o filhinho das traiçoeiras garras da morte, atirou-se desesperadamente ao mar, mas com tanta infelicidade que, no estertor da luta pela vida, de tal maneira o filho se cingiu ao pai, que não foi possível um salvar o outro !

É este quadro lancinante que ainda hoje está bem vivo na memória de todo o povo valboeiro. O mar, se por vezes consente que o homem lhe vá buscar o sustento que a ele não faz falta, outras vezes compraz-se em espalhar a desolação e a dor no coração humano, pelas vidas que rouba aos que andam sobre as suas ondas, na busca do sustento.

Também no 1.^o vol., pág. 310, descrevemos, a propósito das temorosas cheias do Douro, o naufrágio dum tal João, de Atães, que saiu de Valbom num barco, a fim de atravessar o Douro e foi engolido pela voragem, na cheia de Dezembro de 1909.

ASSASSINATOS

Em 1900, pelo fim do mês de Setembro, foi assassinado no lugar da Culmieira, José Martins Fer-

reira, o *Morte*, por António Pinto dos Santos, que lhe vibrou uma facada, atingindo-lhe o coração. Preso o criminoso, foi condenado a 28 anos de degredo.

Em 1907, também foi assassinado Manuel Moreira, poi José Teixeira Ricardo, que na calçada da Fonte Pedrinha, com um fureiro do carro lhe descarregou uma pancada, do que lhe resultou a morte, sendo o agressor condenado a 4 anos de degredo.

Igualmente é digno de menção um caso ocorrido a 21 de Setembro de 1889, dia em que regressavam da festa ou romaria de S. Mateus (em Arnelas) dois indivíduos, um chamado António Pereira Catão e outro Joaquim Pereira Neto. Ambos apaixonados músicos, começaram de disputar acaloradamente a respeito de música, resultando da contenda três navalhadas que Catão deu no Joaquim Neto, no lugar de Gramido, deixando-o gravemente ferido. O agressor fugiu para Braga; mas aí foi preso, e quando vinha conduzido para o Porto, atirou-se do comboio em andamento perto da estação de Nine e fugiu. Mas mais tarde foi novamente preso, sem fiança, pelo que esteve na Relação e foi julgado, tendo como defensor o conhecido advogado Dr. Alexandre Braga, pai.

Ainda estão vivas muitas pessoas que conheceram o António Catão, músico amador de merecimento que dirigiu a *Tuna do Catão*, de muita nomeada. O antagonista Joaquim Neto também foi um distinto violoncelista, como o outro era exímio guitarrista, que mais tarde, vindo para o Porto, se estabelecerá com oficina de fabrico de guitarras e outros instrumentos musicais, no Passeio de S. Lázaro, desta cidade.

Ambos já faleceram.

LITIGIOS POR CAUSA DA PESCA

Em 1858 a classe piscatória desta freguesia entrou em demanda com um tal Sr. Neves, do Porto, que pretendia prejudicar esta pobre classe, tirando-lhe ter-

reno, na Ribeira de Abade. A demanda nos tribunais durou sete anos, ao cabo dos quais os pescadores saíram vitoriosos. Foi-lhes feita justiça. Para custear as despesas que esta demorada questão causou, cada lancha trazia na pesca uma rede a mais, fazendo assim face ao custo da demanda.

Mais tarde, nova tentativa de esbulho preparada por Rosa Alves de Moura, a *Chasca*, que pouco a pouco se ia assenhoreando de terrenos que aos pescadores pertenciam, o que os levou um dia a amotinar-se. Duas companhas intervieram então na desordem que tomou proporções tão assustadoras, que chegou a vir polícia do Porto, para lhe pôr termo.

Tudo isto motivado pela passagem de uma verga para uma lancha, pois não tinham outro caminho por onde ela pudesse passar, a não ser por esse terreno que a tal *Chasca* reputava seu.

Também houve recurso aos tribunais, mas ainda desta vez foi feita justiça à classe piscatória.

Nesse tempo esta classe vivia em plena prosperidade. Havia para a pesca do alto mar nove lanchas, cada uma tripulada por vinte e cinco homens. O peixe era abundante e as caldeiradas eram motivo para festas. Fundaram, com o valioso auxílio do Sr. Julião de Freitas Guimarães, um Montejo e fizeram construir no Monte da Ribeira de Abade uma capelinha, sob a invocação de S. Pedro, sobranceira ao rio, onde se realizavam festas imponentes, constando de cortejo fluvial, vistosas iluminações, fogos de lindo efeito pirotécnico, embarcações embandeiradas, músicas, etc. As embarcações tinham nomes sugestivos e que na maior parte revelavam o sentimento religioso do pescador: «Vamos com Deus», «S. Torquato», «Senhora da Guia», «Estrela do Norte», etc.

Todas as embarcações embandeiravam a capricho e iam levar ao Sr. Conde de Moser, que era o tesoureiro da festa, o dinheiro que amealhavam do rendimento que a rede de S. Pedro colhia durante o ano.

Toda esta prosperidade acabou, ficando desses saudosos dias apenas a capelinha de S. Pedro, onde uma comissão dos *casacas* da terra promove a festa ao dito santo.

A decadência deve-se à introdução das chamadas *artes novas*, quere dizer, pesca de arrasto a vapor e outros meios que frustraram a vida económica desta classe e os próprios interesses da criação e consumo desta indústria extractiva, outrora tão ligada à faina fluvial do velho burgo da cidade, como se diz no 1.^o vol., págs. 325 e seguintes.

*

Observação. — Quando acima me referi ao motim causado pelos pescadores, por causa da passagem da verga para uma lancha por caminho que a *Chasca* considerava seu, não expliquei o que era a verga; e talvez os leitores alheios à nomenclatura própria da pesca ignorem o significado desta peça náutica. *Verga* chamam os pescadores a um pau enorme onde prendem o pano da vela e que fica posto através do mastro.

Também recebi umas notas sobre o traje característico dos pescadores e pescadeiras de Valbom, no tempo em que a vida lhes corria próspera; mas reservo este assunto para um capítulo especial sobre folclore de Gondomar.



NOTAS ADICIONAIS
AINDA RELATIVAS AO PRIMEIRO VOLUME

Na pág. 13, aludo ao farol da Lomba, com um ponto de interrogação, a significar dúvida. De facto não se trata da freguesia da Lomba, do nosso concelho, mas sim de Vilar Seco da Lomba, S. Julião, concelho de Vinhais.

*

A respeito do Mosteiro de Rio Tinto, do qual já hoje não restam vestígios alguns, mas apenas o topográfico, passou um erro tipográfico. Onde se lê *Dom Affonso Duarto*, deve ler-se *Dom Affonso Quarto*, a págs. 37.

*

Apenso à pág. 177, vem o mapa topográfico do concelho, cópia do da *Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos*, publicado em 1880. Contém algumas inexactidões que carecem de emendas. Assim, em Covelo há o lugar da *Portela do Couce* e não *Portela de Couto*; nesta freguesia não é conhecido o lugar de *Soutelo*.

Broalhos também não lhe pertence, mas sim à freguesia de Medas, bem como *Pinheirinhos*, *Boialvo* e *Montalto* pertencem à freguesia do Covelo e não à da Sousa.

Bouça, *Sobrido*, *Varziela* e *Quinta da Póvoa* que estão no mapa incluídos na freguesia de Medas, pertencem à freguesia de Melres. Na Sousa há o lugar de *Gens* e não *S. Gens*.

*

A págs. 187 ocupo-me da *antropogeografia* e cito o eminentíssimo professor, Sr. Dr. Mendes Correia que afirma que «a população portuguesa pertence, na sua maioria, ao tipo ibero-insular, caracterizado pela configuração da cabeça sobre o comprido, estatura mediana e olhos e cabelos castanhos». Afirma que isto não querer dizer que a nossa etnia não revele além deste tipo predominante, variedades, pois que o nosso País sofreu invasões de diferentes povos, como os dos fenícios, gregos, árabes, etc.

Teófilo Braga, sobre a invasão germânica, do século V, explica, a respeito dos Lusitanos :

«A invasão dos Celtas na Europa foi a ruína da civilização ocidental ou bronzífera; esta raça corpulenta, de olhos azuis e

nómada (*gualt*), possuindo armas de *ferro*, vinha à depradação dum mundo rico pelo comércio marítimo e fluvial e pelas produções da agricultura. Os Celtas iniciaram a luta ainda hoje persistente dos homens corpulentos do Norte contra os homens medianos do Sul.

No século V da nossa era, os Germanos continuaram essa devastação descendo para o Sul e destruindo a civilização romana, pelas hordas dos Lombardos, Francos, Saxões, Godos e Suevos... Mas nem a invasão já enfraquecida dos Celtas, na Espanha; nem os Romanos, nem os Fenícios se mestiçaram com os *Lusitanos*, conservando-se, como observaram Frederico Edwards e Deniker, a raça mais pura da Europa.»

(*Hist. da Lit. Port.*).

¿Mas os descendentes dos Lusitanos, isto é, os portugueses do princípio da monarquia, quando Portugal se separou do reino de Leão, não continham na sua etnia dois elementos principais que eram o góttico e o árabe? ou principalmente o primeiro?

O problema etnogénico do Porto e arredores complica-se porque aqui a raça loura ou nórdica encontra-se caracterizada pela cor clara e rósea, pronunciadamente morena, devido à influência mediévica e de origem normanda.

E duma maneira geral, a população ibero-insular, segundo afirma o citado Sr. Fonseca Cardoso, «salienta-se, no seu recanto da Península, à beira do Atlântico, como a mais dolicocéfala e homogénea da Europa nos seus caracteres somáticos».

*

Quando citei as rochas ácidas, a págs. 232 e 233, esqueceu ainda referir a *antimonite*, segundo Rocha Peixoto, no seu trabalho *Ensaio dum catálogo descriptivo do Gabinete de Mineralogia, Geologia e Paleontologia, Minerais, Extracto do Anuário de 1893-1894. Sobre estibina*, explica que em Portugal, além de outros lugares, ela se encontra em Montalto, Tapada, Ribeiro da Igreja e Covelo. Acrescenta que é o minério mais importante para a extração do antimónio. Uma variedade que acompanha às vezes a *antimonite* é a *estibionite* — $(H^4 Sb^4 O^{10})$. A *estibionite* encontra-se em Valongo, associada à *antimonite* e quartzo em Covelo; e a *antimonite* e naquite, na Mina da Tapada.

*

Largo desenvolvimento dei a págs. 322 à descrição do rio Douro. Mas não posso deixar de transcrever uma interessante referência que dele faz o *Portugal* (Exposição Portuguesa em Sevilha), por Silva Teles, que nos seus *Aspectos geográficos e climáticos*, a págs. 44, escreve: «Do Douro dizem os Castelhanos: *soy Duero que todas las aguas bebo*.

E recebe-as efectivamente, da Cantábrica, pelos afluentes Pisuerga, Valderaduey e Esla, que são dos cursos de água que mais influem na sua alimentação, dos Ibéricos do Norte e dos Montes da Oca, pelo Arlanza e pelo Esqueva, do Sistema Central por vários tributários, entre os quais destacam-se o Tormes e o Yeltes, que se lançam na parte do Douro que serve de fronteira. Apesar de todos estes e outros afluentes, o Douro é na Castela Velha incomparavelmente inferior em caudal ao Douro português. Ao entrar no nosso País e comparando-o ao trecho de Zamora à Barca d'Alva, nota-se uma mutação teatral: o vale alarga-se, o leito aprofunda-se, cresce o volume de água, perde uma grande parte da sua velocidade e começa a ser navegável. Larga a direcção Nordeste-Sudoeste e os terrenos graníticos e arcaicos sobre os quais corre na fronteira e passa, logo que entra em Portugal, para a direcção Este-Oeste, subordinando-se às pregas precâmbricas. Consequente na maior parte do seu curso em Espanha, através dos terrenos terciários, em Portugal mostra-se antecedente e a sua caminhada até à foz faz-se por um vale encaixado. É farta a sua alimentação, por dezasseis linhas de água afluentes, que vão ter a uma e outra margem. Esses afluentes tornam-se de maior valor na primavera, no outono e no inverno.

O Douro é uma estrada geográfica, com trechos difíceis no estio, até à fronteira, em cerca de 200 quilómetros. Uma grande parte da actividade vinícola da zona duriense está com ele intimamente relacionada. É a primeira linha de atracção de toda a província transmontana. Pelas suas margens passa a via férrea de trânsito internacional que termina no grande centro comercial e industrial do Porto. As suas cheias são por vezes violentas, chegando nas maiores o seu volume de água a 30.000 metros cúbicos por segundo. Estreito, de margens altas, de barra instável, serpeante no seu último terço, não oferece à região industrial que atravessa condições de navegabilidade de grande segurança. As marés não vão além de 27 quilómetros da foz. O seu papel agrícola, pelos caracteres das suas margens e pelo clima pluvioso que atravessa, não é equivalente ao seu grande poder industrial. Calcula-se que só na parte que serve de fronteira pode produzir 500.000 H. P. Mas quase todos os seus afluentes, tanto beirenses como transmontanos, são também fontes poderosas de força motriz, e que serão aproveitadas num futuro mais ou menos próximo». E mais adiante acrescenta: «O Douro, com as suas notáveis aptidões de hidráulica industrial, é um dos principais factores da enorme aglomeração urbana do Norte».

Quanto à pesca, diz: «Dos portos fluviais de maior movimento são: Foz do Sousa, principalmente na época da subida da lampreia e do sável; Valbom, na margem direita do Douro, a cerca de 10 quilómetros do Oceano, que tem um número

considerável de pescadores...». Vale a pena arquivar os seguintes dados estatísticos: «Do porto duriense saem anualmente navios para os bancos da Terra Nova. O valor desta pesca foi, em 1925, de 1:872.895\$00; em 1926, de 2:908.808\$00; em 1927, de 3:070.460\$00. O valor total do pescado dos portos durienses, incluindo o do bacalhau, mostra-se lentamente progressivo e só é sensível pelo trabalho dos homens que exercem a sua profissão nos mares da Terra Nova».

*

Algumas outras *gralhas* estarão dispersas, como por exemplo, na pág. 436, *foi levado*, em vez de *fui levado*, que o leitor mesmo medianamente culto, facilmente nota e releva.

NOTAS ADICIONAIS
RELATIVAS AO SEGUNDO VOLUME

A págs. 6, refiro-me ao notável trabalho do abalizado arqueólogo Dr. Leite de Vasconcelos, que intitulei *Revista de Arqueologia*, quando o seu verdadeiro nome é *O Archeologo Português*.

*

Na pág. seguinte, a propósito dumas letras gravadas a cinzel na verga dos demolidos paços do concelho, verga da porta da cadeia, escrevi que essas letras diziam *Gondomar, 1178*, quando é certo que diziam: CON.^{cº} DE GONDMAR: ANO 1778.

*

Na parte arqueológica deste volume, a págs. 27, fala-se dum machado de sílex que, entre outros objectos do tempo dos Lusitanos, foi encontrado nos montes da Santa Justa que dão para o Salto e no alto que se chama Castro ou Crasto. Ora, lembrando-me que este terreno confina com o do concelho de Gondomar e talvez fizesse parte dos limites em litígio no ano de 1902, entre as duas Câmaras, a de Gondomar e a de Valongo, como se disse no 1.^o vol., págs. 178 e seguintes, tratei de consultar um ms. existente no Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, intitulado *Nome dos contribuintes e suas ofertas*, onde encontrei registada a entrega de um *machado neolítico*, oferecido ao Sr. Rocha Peixoto, então director do Museu Municipal desta cidade, no dia 5 de Janeiro de 1908 e cuja procedência não foi bem verificada, porque a nota diz: *Arredores do Porto, Gondomar?* A interrogação exprime a dúvida.

É provável que o Sr. Alves dos Reis Júnior que em 1890 encontrou esse machado de sílex o entregasse em 1908, ao referido Sr. Rocha Peixoto.

Será, pois, o mesmo objecto?

*

A págs. 57, trato do suposto e muito ventilado adultério do bispo do Porto, no reinado de D. Pedro I. A tal respeito, o Sr. Dr. Cerejeira, actual patriarca de Lisboa, publicou um muito sensato trabalho de investigação e de crítica intitulado *Do valor histórico de Fernão Lopes* (ed. 1925), onde aprecia

o que sobre o assunto escreveu o Sr. Morais Sarmento; e a propósito, refere-se a D. Rodrigo da Cunha, que no *Catálogo dos bispos do Porto* chama ao bispo Afonso Pires, *bispo santo*; mas acrescenta que a gente não pode fiar-se absolutamente em D. Rodrigo da Cunha.

Dá-nos visos de verdade ou pelo menos suspeitas de que o bispo portuense castigado pelo rei fôra Afonso Pires, o facto dele estar sepultado na capela de S. Pcd.o de Balsemão, lugar da freguesia da sé de Lamego e não na sé do Porto. Porquê e quando foi para Lamego o referido prelado? Que razões o levaram a sair da diocese ou que motivos houve para o seu corpo não ser enterrado junto dos colegas seus antecessores?

O Sr. Cónego J. Augusto Ferreira, já citado, neste assunto, duvida da probidade histórica do cronista Fernão Lopes; mas na mesma obra *Mem. Archeol.-Hist. da Cid. do Porto*, tom I, pág. 394, considera o nosso rei D. Fernando *um perfeito cínico*; e para comprovar este seu juízo, escreve: «Notem os leitores que quem faz estas afirmações é Fernão Lopes, historiador de inteiro crédito e contemporâneo dos acontecimentos».

*

A págs. 73, tratando do censo e outros direitos do cabido da sé do Porto, nos primitivos tempos da monarquia, refiro que em quás todas as freguesias, além dos cereais e vinho, havia também «o censo e mortúrias com poucas excepções».

Ora *mortúrias, ou mortulhas, mortalhas, mortuários, mortúrios ou morturas* são um direito «quod ex mortuis, seu ex descendentiis Legatis, Ecclesiis, seu eorum Rectoribus, et Ministris obvenit».

Chamou-se este direito *porção canónica ou quarta funeral*, que ordinariamente consistia na quarta, terça ou metade dos bens do defunto. (Viterbo).

Este insuspeito autor comenta: «Esta foi uma das mais furiosas máquinas, que naqueles tempos de barbaridade e confusão assentaram alguns eclesiásticos para destruir os paroquianos, ainda mesmo depois de mortos, quando eles não deixavam de pagar à risco os dízimos e primícias enquanto vivos. Trocando a piedade em lucro, e cobrindo a própria ambição com a capa da expiação alheia, chegaram a persuadir aos povos menos instruídos que as *largas esmolas, profusões pias, legados aniversários*, e uma grande parte das suas temporalidades, deixadas a um lugar santo, podiam remitir as culpas mais feias, suprindo largos anos de uma vida inocente, reformada, arrependida». E mais abaixo: «não se pode bem compreender a devocão com que os nossos maiores, e como à porfia, até o século XIV, prodigalizavam os seus bens, esquecidos ainda daqueles mesmos,

para quem naturalmente deveriam entesourar. Mas: a Deus graças! Ainda a bom tempo romperam as nossas leis os perniciosos laços das *Mãos-mortas!*...»

Em os primeiros três séculos da nossa monarquia não é fácil achar testamento que não comece por estas benesses da Igreja, ou de seus ministros; declarando-se em alguns, que são *Pera quitamento de suas Dizimas.*

*

Na pág. 79 — Do livro X — lê-se *herde* com um ponto de interrogação. Parece que é a abreviatura de *herdade*.

Na mesma página — Livro XII, 3.^a linha, está *Carta* em vez de *Pasta*.

Mais abaixo, onde se lê: *A seguir, a fls. 2,* trata-se dum prazo de vidas que fez o Cabido da Sé a D. G.^o Mrz. M.^o Erch.^o da mesma Sé. *Erch.^o* é erro; devia ser *Esch.^o*, pois trata-se da abreviatura de *Mestre Escola* da Sé.

E duas linhas mais abaixo, onde se lê *pagar* deve ler-se *pagas*; trata-se de libras, como pode ver-se na nota da pág. 75.

*

Na pág. 101, deste vol., a respeito da população do Minho em 1527, se diz numa nota que nesse tempo a província do Minho contava 55.099 fogos; «ora calculando que cada fogo em média teria quatro moradores, temos que na província do Minho, em que se inclue o nosso concelho, haveria 13.777 pessoas». Foi por certo engano de cálculo, porque déveria dar 220.396 pessoas. A soma total dos fogos em todo o País, no ano de 1527, era de 280.528.

*

Em uma nota à mesma pág. 101, falo de uma carta circular do rei D. João III, enviada aos corregedores das comarcas, determinando-lhes encarreguem a um escrivão hábil o trabalho do recenseamento demográfico do País e remetam o resultado a Henrique da Mota, escrivão da Câmara de el-rei.

Nessa nota apenas me referi à província do Minho, isto é, a Entre-Douro-e-Minho, «pois naquele tempo compreendia a província de Trás-os-Montes quanto hoje pertencia à do Minho, entre Douro e Tâmega, vindo a findar no Torrão, ao lado da freguesia de Entre-ambos-os-rios», conforme afirma uma *Memoria sobre a subdivisão das Correições no reinado do Senhor D. João III e Cadastro das Províncias a que se prôcedeo no mesmo reinado*, por J. P. R. Marca os

termos da cidade do Porto, segundo descrevo a págs. 100 deste vol., relativamente à época de D. João II.

E acrescenta :

«Somão os moradores da Cidade (do Porto) e termos e Couttos, e Honrras, que jazem nos termos d'ella, assy os que vivem juntos, como per cazaes apartados, e Quintas, todos os que tem fogos, 3:122 moradores.

Item ha mais nesta Cidade e termos e Couttos e honrras mancebos e homens solteiros, de 18 para 30 annos, que vivem com seus Pais e amos, 12:600.

Monta em todalas Cidades, Villas, e lugares desta Comarca, 55:066 moradores.

E acharam-se mancebos solteiros nesta Comarca, de 18 a 30 annos, que estão com seus pais e amos, 38:000.

Destes vezinhos são do Bispado do Porto, 13:122.

E do Arcebispado de Braga, 42:644.»

Explica que a Diligência sobre a província de Trás-os-Montes foi incumbida ao escrivão da Correcção, Martim Ribeiro; mas nada se tendo concluído até o ano de 1530, a 12 de Maio do mesmo ano dirigiu El-Rei nova Carta ao Corregedor, mais específica do que a primeira (que fôra datada de Coimbra a 17 de Julho de 1527) e ainda acompanhada de um ofício de Henrique da Mota, de 23 daquele mês. «Foi principiada a Diligencia a 21 de Agosto de 1530 e acabada a 17 de Janeiro de 1531, pelo Escrivão da Chancelaria Nicolao de Seixas».

Quando me ocupei dos censos e outros direitos do cabido da Sé do Porto, a págs. 72 e seguintes, refiro, a respeito da igreja de S. João da Foz do Sousa — *de cera unam libram. Uma cera eram três arráteis ou três e meio arráteis de cera.* (Elucid. in voc. *Cathedradego*).

* *

Quando falei das congregações religiosas do Porto, onde professaram alguns indivíduos naturais deste concelho, disse que se algumas ordens religiosas contaram com homens ilustrados, isto não obsta a que a indignação do povo contra frades não justificasse a extinção destas comunidades, como nocivas ao interesse geral e ao bem da religião. (Vol. II, pág. 205). Alguns houve acusados de assassinos e incendiários, dignos de severíssimos castigos.

Publicou-se em 1841 no Rio de Janeiro uma obra, cuja 2.^a parte, intitulada *História da Restauração de Portugal por S. M. I. o Duque de Bragança*, contém um largo relato sobre a entrada de D. Pedro no Porto, acções entre os dois exércitos, e rigoroso cerco da cidade pelas forças de D. Miguel em 1832. Essa entrada foi no dia 9 de Julho, Vinha a tropa de D. Pedro fatigada de bater as forças miguelistas em Ponte Ferreira e foi

logo para os quartéis a descansar dos trabalhos de um rude combate e dos da marcha apressada. «Os frades miguelistas, diz o referido livro, a pág. 103, que haviam ficado no Porto, tinham combinado entre si um meio de desfazer-se dos soldados de D. Pedro, e entregar às tropas de D. Miguel; esta ocasião pareceu a alguns ter chegado e aproveitaram para isso o cansaço da tropa. Foram os Franciscanos os que quiseram ter a glória de começar esta obra e o fizeram pela maneira seguinte:

Já de antemão tinham amontoado em alguns pontos do seu convento, em que se achava aquartelado o batalhão 5.^º de caçadores, uma grande porção de combustíveis na intenção infernal de larçar-lhe o fogo e queimarem os pobres soldados. Na noite de 24 de Julho, em que o exército chegou de Ponte Ferreira, com uma cordialidade e compaixão que os soldados não estavam costumados a encontrar em seus hóspedes, mandaram distribuir aos seus aquartelados uma grande profusão de vinho, como que para os refrigerar; mas os oficiais temeram-se de alguma traição e não aceitaram a oferta, só o fizeram dois soldados, que bem depressa adormeceram no sono da embriaguês, de que só haviam de acordar lá no tribunal de Deus. Pela meia-noite foram vistos sair dois frades do convento, e após estes alguns mais, e meia hora depois pegou o fogo nos quatro cantos do convento: e tal foi a sua impetuosidade, que ganhou logo todos os pontos intermédios, e em breve espaço todo o convento era um arremedo do inferno: os soldados espavoridos salvam-se como podem, só dois morreram, os que haviam aceitado o vinho dos frades!» Depois relata que se tornaram pasto das chamas armas, fardamentos, petrechos do batalhão, etc. Foi preciso que um soldado com a coragem dos antigos cavaleiros rompendo por entre as chamas e entrando no Templo salvasse do incêndio o vaso sagrado e o fosse entregar ao pároco da freguesia de S. Nicolau.

E depois continua: «Os frades que haviam ficado no convento e que se puseram em segurança, apenas rebentou o fogo, viam com indiferença e frieza este horrendo espectáculo e não se permitiam um gesto que fingesse solicitude, ao menos de salvar a Sacratíssima Eucaristia: um tal comportamento fez com que fossem presos. Esta circunstância e a de alguns movimentos em outras casas religiosas (onde se achavam tropas), que parecia serem filhos de combinação, ainda que não aparescesssem com tanta violência pelas precauções que se tomaram, deram origem a desconfianças que depois se verificaram de que havia uma conspiração projectada para assassinar de um modo tão bárbaro os soldados da Rainha. Já antes, e na intenção de desacreditar os liberais à face da Nação dando-os como ímpios, havia sido roubado o vaso sagrado da igreja do convento dos Lóios, onde estava aquartelado um batalhão de voluntários; e esta mancha permaneceria indelével naquele corpo, e em

geral em todos os constitucionais, se o Padre sacristão-mor do mesmo convento, o Padre António Rodrigues de Sousa, não tivesse descoberto o autor deste sacrilégio, que foi achado oculto na igreja, e que confessou haver recebido dez moedas do Padre procurador para cometer esta ímpia acção, e imputá-la ao corpo que ali se achava.

Outras circunstâncias havia ainda, a qual mais agravante: os frades do convento de Santo António de Penafiel, os Beneditinos do Bostelo e os do convento de Santo António de Val-de-Piedade em Vila Nova, tinham, armados dos pés à cabeça, feito um vivíssimo fogo sobre os liberais: os primeiros destes frades haviam sido vistos lançar fogo ao seu convento, com o fim de matarem os soldados da Rainha», etc.

Diz o cronista que todos estes factos levaram o Governo a vigiar estes ímpios sacerdotes e o resultado da sua vigilância foi interceptar-se uma carta dirigida ao Abade dos Beneditinos do Porto, na qual se achou escrito, com tinta simpática, a expressão de um grande pesar de que o projecto dos incêndios se houvesse malogrado; bem como que D. Pedro não tivesse menos acudido ao incêndio para se poder dar cabo dele; e uma recomendação ao mesmo abade para não desistir desta tentativa, nem poupar despesas, nem trabalhos, que D. Miguel remuneraria com mão larga.

Em consequência desta carta foi preso aquele abade; e o Governo que até então tinha feito os maiores esforços para preservar os frades da vindicta ilegal da população desenfreada, achou-se de repente sem força para se fazer respeitar e poupar estes desgraçados, a maior parte dos quais fugiram, abandonando os conventos, que por este facto ficaram suprimidos. E foi tal a fúria popular contra os frades que o Governo para acalmar o ressentimento público, proibiu o uso dos hábitos e assim conseguiu salvar um grande número a uma morte certa. Quem relata este episódio, termina assim:

«D. Miguel não deixou de ordenar preces por todo o reino, em desagravo da *impiedade* sacrílega dos liberais.»

Chama-se a isto fazer o mal e a caramunha!

Todos estes factos aqui apontados pelo anónimo autor que modestamente se inculca *uma testemunha ocular*, estão confirmados nas *Cartas a Alvito Buela* (1832), por um cidadão que se subscreve *Philo-Justitia*, publicadas no Porto, na imprensa de Gandra & Filhos, em 1883, em um pequeno livro existente na Biblioteca Pública Municipal desta cidade.

E na pág. 278 a mesma *História da Restauração* informa:

«O delegado do Sumo Pontífice, em Lisboa, o Cardeal Justiani, que havia tomado uma parte muito activa em todos os acontecimentos promovidos e no interesse de D. Miguel, teve uma visita domiciliária, que lhe examinou todos os seus papéis, e como neles encontrasse que o Cardeal era a mola

real de todas as maquinações eclesiásticas contra o Governo da Rainha, e que pretendia suscitar um cisma religioso entre o povo, teve ordem (29 de Julho) de embarcar no prazo de três dias para o porto de Cádis, em uma embarcação que para isso estava já pronta: este passo livrou Portugal do mais feroz e terrível dos flagelos — a guerra da Religião.»

Luz Sorianó, na *Hist. do Cercado do Porto*, vol. I, pág. 436, diz que o convento de S. Francisco foi fundado em 1241, fora dos muros da cidade, transferido depois por D. João I, em 1425, para o lugar em que está este de que actualmente se trata; e mais abaixo acrescenta: «Este edifício sofreu igualmente durante o cerco um grande incêndio que, segundo correu, mas se não verificou em juízo, foi lançado pelos mesmos religiosos da casa nas vistas de sepultarem debaixo das suas ruínas o batalhão de caçadores n.º 5, que ali estava aquartelado.»

Não se verificou em juízo.

No livro *A guerra civil em Portugal*, por um estrangeiro, impresso em Londres, em 1836, lê-se a págs. 112:

«Alguns actos mui atrozes foram cometidos então pelos frades, para tornarem odioso o partido liberal no ânimo do povo baixo; — mas o que mais excitou a indignação geral foi eles deitarem fogo ao Convento de S. Francisco da Cidade, edifício mui extenso. As chamas arrebataram nas quatro esquinas ao mesmo tempo, enquanto a tropa ali aquartelada, depois de grandes marchas, e de ter sido bem fornecida de vinho pelos incendiários, dormia a sono solto. Esta diabólica conspiração descoberta deu motivo à perseguição dos frades, e com o auxílio do povo muitos foram sacrificados: já se tinha observado que eles acompanhavam o exército miguelista nas batalhas, o crucifixo numa mão e a espingarda noutra, alternadamente excitando os soldados de D. Miguel a bater-se com valor pela causa de Jesus Cristo, e mostrando-lhes exemplos de intrepidez.»

Mais um contemporâneo e estrangeiro que fez afirmações iguais às já citadas.

Mas nada disto se verificou em juízo.

*

Querendo dar uma ideia aproximada do governo eclesiástico, civil, militar e político no século XVIII, tivemos de recorrer à *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto*, escrita em 1789, pelo P.º Rebelo da Costa, como dissemos na pág. 217 deste vol. E na pág. 220, transcrevemos a estatística por ele apresentada sobre o número de províncias, concelhos, coutos, beatrias, julgados, vilas, freguesias e fogos. Sobre este assunto e relativamente a uma época pouco posterior, vejamos:

Numa *Coleção de Memórias*, existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, conta-se um trabalho publicado pelo coronel graduado da Brigada Real da Marinha, Marino Miguel Franzini, em 1820; e nas *Reflexões sobre o actual Regulamento do Exército de Portugal*, diz que entre nós ainda não se verificou um trabalho sobre a Estatística do Reino, embora já existam na parte relativa à Povoação alguns importantes elementos, obtidos no princípio do Ministério do Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares. Resultou, diz ele, das averiguações então feitas, que no ano de 1801 continha o Reino 2.931.000 habitantes, a saber: 1.426.500 do sexo masculino; e 1.504.500 do sexo feminino, distribuídos em 4.054 freguesias e 758.500 fogos ou famílias, abrangendo 767 concelhos ou vilas, e incluindo no número destes mais 124 concelhos, coutos, honras, etc. De modo que, separando-os, temos discriminadamente:

Cidades	21	
Vilas	532	das quais 147 têm Juízes de Fora.
Concelhos ...	196	
Coutos ...	114	
Regueengos ...	28	
Julgados ...		
Total	891	Câmaras ou Concelhos.

Quanto à Comarca do Porto, são-lhe atribuídos 11 concelhos (ou vilas), 202 freguesias, 50.798 fogos e 194.490 habitantes.

O que se refere, por essa época, ao nosso concelho, pode deduzir-se do mapa estatístico que apresentamos a págs. 219, deste volume.

Para dar uma estatística do número de fogos e habitantes de Gondomar no princípio da segunda metade do século XIX, sirvo-me dos dados fornecidos pelos manuscritos do Sr. Henrique Duarte e Sousa Reis, a págs. 242, deste volume e que se referem ao ano de 1860.

Quatro anos depois desta data, foi publicado em Lisboa *O Censo de 1864* (Relação das freguesias do Continente e Ilhas, População, sexos, fogos, divisão civil, militar, judicial e eclesiástica), por J. da Costa Brandão e Albuquerque, que numa espécie de prefácio, sobre estatística ou ciência dos números, diz: «Por decreto de 28 de Dezembro de 1864 criou-se finalmente o Conselho Geral de Estatística, que somente se constituiu em 5 de Abril de 1866». Mais abaixo refere que já antes se procedera a um trabalho de máximo alcance, o recenseamento geral, nominal e simultâneo da população, decretado pelo Sr. Duque de Loulé, em 23 de Julho de 1863 e efectuado de 31 de Dezembro ao 1.^o de Janeiro de 1864; diz que o Governo de Portugal gastou com todo o processo do nosso primeiro recenseamento 30.575\$000. Mostra que esse trabalho foi muito imperfeito.

Versando por ordem alfabética os distritos administrativos, ocupa-se do do Porto, entre o qual se compreende o concelho de Gondomar — da 1.^a Vara do Porto, com as 11 freguesias que o compõem.

Eis o quadro :

	<i>FOGOS</i>	<i>Varões</i>	<i>Fêmeas</i>	<i>Total</i>
Covelo	176	286	364	650
Fânzeres	456	897	980	1.877
Foz do Sousa	367	871	945	1.816
Jovim	322	589	647	1.236
Lomba	242	581	602	1.183
Medas	154	324	321	645
Melres	324	488	673	1.161
Rio Tinto	1.146	2.410	2.379	4.789
S. Cosme	808	1.798	1.756	3.554
S. Pedro da Cova ...	435	776	815	1.591
Valbom	739	1.681	1.675	3.356

*

A págs. 247, disse que o Núncio Apostólico falecera a 1 de Dezembro de 1933. Agora posso acrescentar que os jornais do dia 25 de Março deste ano de 1934 trazem a notícia do novo Núncio, Rev. Pietri Ciriaci, arcebispo de Tarso, referindo o seguinte título: «*O Núncio Apostólico fez hoje a entrega das suas credenciais ao Sr. Presidente da República.*

E depois :

«Com o ceremonial próprio de tais actos, o novo Núncio Apostólico Mr. Pedro Ciriaci fez a entrega solene das suas credenciais ao Sr. Presidente da República.

Após a troca de cumprimentos, o representante da Santa Sé junto do Governo da República Portuguesa, leu, em francês, um discurso que fez ressaltar o mérito verdadeiramente mundial do nosso País, arauto da civilização em todos os continentes.

Uma passagem do seu discurso :

— Dora avante, sentir-me-ei filho desta terra, que considero já como minha Pátria, e considerar-me-ei irmão deste povo tão generoso, juntando neste meu afecto a metrópole e as suas vastas e florescentes colónias, testemunho vivo da vossa obra civilizadora.

Respondeu-lhe, também em francês, o Sr. General Carmona, que produziu um pequeno discurso agradecendo as referências amáveis do novo diplomata.»

*

Na pág. 444, transcrevendo a segunda carta do Sr. António Cruz, passou um erro tipográfico na palavra *Coucela* que deve ser *Cancela*.

*

A págs. 283, ocupo-me do rei visigodo Gundemaro; ora já no 1.^o vol., pág. 174, trato da origem toponímica de Gondomar, dizendo que *Gundemarus* ou *Gondemarus* foi a latinização do nome do rei visigodo; e acrescento: duma destas formas provéio *Gondomar*, pois a palavra *gund*, de origem germânica, derivou em *Gond*, etc.

Conversando, porém, mais tarde com o ilustre filólogo Sr. A. Strecht de Vasconcelos e pedindo-lhe a sua opinião sobre o étimo desta palavra, Sua Ex.^ª escreveu expressamente para este meu trabalho o seguinte :

«UMA DESAUTORIZADA OPINIÃO SOBRE O ÉTIMO DE GONDOMAR

Creio que em Portugal se tem abusado demasiadamente, de se derivarem topónimos de andrónimos, antropónimos ou nomes próprios de pessoas. Por mim, sempre que me interessa a significação de um nome do lugar, precuro identificá-lo com o ferônimo, isto é, com o nome mais apropriado e significativo das características do lugar.

Na sua Antroponímia, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, que é a maior autoridade actual sobre o assunto, diz que Gondomar é nome próprio de homem : corrupção do nome godo Gundmer, que deriva de *gundjia*, que, no alto alemão, significa batalha; e *meer*, que, na mesma língua, e outras germânicas, significa destreza. A alatinização da palavra deu Gunde maro, e Gondomar.

Como topónimo eu derivaria, de preferência, Gondomar do suevo, *Ynd*, agradável, enfeitado, perfeito, e de *meer*, o mais, pelo que seria a significação de Gondomar, aprazível, o que se coadunaria com a excelente posição do Castro de Gondomar, tão falado na crónica dos Godos, de onde se goza um deliciosíssimo panorama.

Esta interpretação presta-se a servir a palavra de nome de pessoa e nome de lugar.

Diz-se que, em um concílio realizado em Lugo, convocado pelo rei suevo Ariamiro, se criou o bispado do Porto que ficou

constituído por vinte e cinco igrejas, dezasseis das quais estavam no território da comarca de Britónia, ao Sul do Ave; e entre essas freguesias conta-se a de *Vila Gomades*.

Ora o orago da freguesia que tem a sede na Vila de Gondomar, que parece ser esta Vila Gomades, é S. Cosme, que é nome grego e significa igualmente agradável, enfeitiado, janota, tal e qual como Yndmeer.

Os franceses chamam aos janotas *gommeux*, do mesmo grego *cosmē*, enfeitiado; e os romanos chamavam *cosmetes* os escravos e *cosmetria* a escrava encarregada da *toilette*. Os paus de pomada para fixar o cabelo chamados cosméticos não têm outra etimologia.

Também em grego se chamaram *cosmária* aos pequenos objectos de adorno, para a *toilette*, e em Gondomar floresce, desde tempos imemoriais a indústria da ourivesaria com essa especialidade. Esta indústria que deve ter origens remotíssimas, deve ter por justificação, o ter ao alcance de mão a matéria prima; ou pelo menos tê-la tido à mão em tempos do seu início.

Ora o concelho de Gondomar, que, como o de Valongo, fez parte do antigo concelho de Aguiar de Sousa, que abrangia a freguesia de Campanhã, junto do Porto, foi sempre abundante em minas, e em minas de ouro que se lavraram nos contrafortes da serra de Santa Justa, sendo de presumir que a povoação mais próxima fosse Gondomar, para onde eram levados os produtos das minas para ali serem manufacturados, pois a povoação de Valongo, pelo menos a de Valongo da Estrada, é muito mais moderna. Ora em sueco, mina de ouro diz-se *guld-malm*, e em árabe mina, diz-se *madda*, e em hebreu *mahra*. Almada significa a mina.

Vila Gomades parece pois ser vila da mina de ouro, e também por fácil corrupção pode *Guld-malm* ter-se transformado em Gondomar, pela tendência que tem o povo de trocar o l em r, como em caldo e caurdo, melão e menão.

Seguindo pois o sistema de adoptar o significado mais apropriado às características da região, *parece-me* que Gondomar se deve interpretar região da mina ou das minas de ouro ou lugar onde se fabricam enfeites de ouro.

Salvo erro ou omissão, como dizem os contabilistas no encerro das contas correntes.

A. Strecht de Vasconcelos.»

*

Uma das freguesias que deram mais largas informações para esta monografia foi a de Medas, pelos esforços empregados pelos Ex.^{ms} Srs. José de Sousa Dias e Manuel Dias Ferreira Júnior. Os relatos que estes senhores, a págs. 393 e seguintes, forneceram dão a ideia mais ou menos exacta da

fé religiosa do povo das Medas; mas essa fé que é altamente respeitável não a confundem eles com a obediência cega às ordens dos padres. É o que se conclue, lendo o que se passou nesta freguesia, narrado em *A Nossa Terra*, de 12 de Maio deste ano de 1934. Diz o correspondente daquela localidade:

MEDAS, 23

Teve lugar ontem nesta freguesia o funeral do reverendo padre José Moreira da Mota. O enterro, que foi civil (o primeiro nesta freguesia), revestiu-se de um respeito e grandiosidade nunca presenciados em terras pequenas. O seu acompanhamento alongou-se numa distância de mais de meio quilómetro.

O seu grande amigo Sr. Américo de Carvalho, em nome do povo da freguesia, em palavras repassadas de saudade, prestou-lhe a última homenagem no cemitério paroquial.

Natural de Lever — Gaia, tinha completado 49 anos de idade em 31-1-934.

Novo ainda e de natureza sadia e robusta, não resistiu, porém, aos estragos de uma bronco-pneumonia que o atacou a fundo, quando em princípios do ano, residia na cidade do Porto. Como tinha radicadas simpatias pelo povo desta freguesia, pedira no período mais agudo do terrível mal para ser sepultado em Medas, terra onde exerceu a contento de todos a sua respeitável missão durante seis anos e vira que o povo era em extremo dedicado aos seus mortos. Melhorando no entanto um pouco, logo que pôde, sob o conselho do seu médico, transpôs o caminho que havia pensado só seria passado depois de morto. Do carro que o trouxe passou, porém, para o leito de dor onde pouco tempo passado expirou. Se durante o resto da sua vida teve a confortá-lo o povo amigo e grato, também, infelizmente, experimentou alguns duros desgostos.

A sua presença nesta freguesia causava engulhos a certo modelo de boa moral e honestidade... e isso fez com que em volta da sua existência, tão periclitante já, se tencesse uma rede de mentiras, de calúnias que apressaram a morte do infeliz padre Mota.

É que certamente esse inimigo via ali no leito não um moribundo inofensivo mas um juiz pronto a, na ocasião oportunista, sacudir os véus que o envolviam e correr, acompanhado do povo a desalojá-lo do posto tão mal ocupado.

A intolerância não soube ou não quis compreender a magnanimidade daquela alma grande que era o padre Mota.

Com certeza melhor do que os homens, Deus deve compreender a justiça. — P.

*

No alto da pág. 436, alude-se aos marqueses de Viana, descendentes da casa de Marialva. Nessa mesma página dou em nota uma ligeira biografia do 1.^º marquês de Borba, mas não falei do marquês de Viana. Ora o 1.^º conde e 1.^º marquês de Viana chamou-se D. João Manuel de Menezes, gentil-homem da Câmara da Rainha D. Maria I, grã-cruz da Ordem de Torre e Espada e comendador da de Aviz. Nasceu a 27 de Abril de 1783 e faleceu a 20 de Abril de 1831. Era filho dos 3.^º marqueses de Tancos. O título de conde foi dado por decreto de 13 de Maio de 1810, por D. João VI, ainda regente. Quando este rei regressou do Brasil, foi elevado a marquês, por decreto de 3 de Julho de 1821. Em 1826 foi nomeado par do reino e major-general da Armada. O seu brasão de armas é um escudo com as armas dos marqueses de Tancos e condes de Atalaia: no 1.^º quartel, de vermelho, um côto de águia de ouro com uma mão, tendo nela uma espada levantada guarnecidada de punho de ouro; no 2.^º um leão de púrpura, armado de azul em campo de prata, e assim os contrários.

O 2.^º conde e 2.^º marquês de Viana foi D. João Manuel de Menezes, nascido no Rio de Janeiro a 21 de Janeiro de 1810. Casou em Janeiro de 1827 com D. Maria do Carmo da Cunha Quintela, filha dos 4.^º condes da Cunha.

*

A págs. 450, cito textualmente o foral dado por D. Manuel I, em 1514, à vila de Melres. Da correspondência que troquei com o Ex.^{mo} Sr. Dr. António Baião, ilustre director do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, julgo interessante deixar aqui exarada uma afirmação de S. Ex.^o, visto que é indiscutível autoridade no assunto: Diz ele:

«O foral de Melres apresenta dados curiosos, fazendo exceção à maioria dos foros manuelinos que são apenas códigos fiscais.»

Nesse foral, entre outras passagens, vem esta:

«E pagamse mais na dita terra dos saues e lampreas que se matam nos arinhos o quinto...»

Ora a palavra *arinhos* é de certo corrutela de *areinho*, pequeno areal, à beira de um rio.

*

O *Anuário Comercial do Porto e seu distrito*, neste ano de 1934, e cujas informações eu cito, a págs. 458 deste vol., sobre Rio Tinto, anota nove associações, assunto que eu reservo para

um capítulo especial sobre beneficência e mutualismo. Mas não posso deixar de arquivar neste momento a visita que o Sr. Ministro do Interior, Dr. Albino Reis, o ano passado, fez às obras do Sanatório do Monte Alto, acompanhado desde Lisboa pelo Sr. Dr. Rodrigo Vieira de Castro, director da Polícia de Defesa Social. Visitou primeiro a Faculdade de Farmácia, no Porto, e seguiu depois, acompanhado das autoridades e de muitas outras pessoas de representação, para a freguesia de Rio Tinto, afim de ver as grandiosas obras do referido Sanatório, da Associação dos Tuberculosos do Norte de Portugal. Os jornais do Porto noticiaram :

«Na ponte de Rio Tinto, onde principia o concelho de Gondomar, aguardavam o Sr. Ministro do Interior, o Vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara e o Administrador e diversas entidades de Gondomar, bem como os Bombeiros Voluntários da vila, no seu pronto-socorro.

O Sr. Dr. Lopes Rodrigues, em face do projecto do grandioso edifício, forneceu ao Sr. Dr. Albino Reis as necessárias explicações, bem como a orientação que se pensa dar ao referido Sanatório, onde serão admitidos pensionistas e indigentes.

NO PREVENTÓRIO INFANTIL DE RIO TINTO

De regresso ao Porto, foi visitado o Preventório Infantil de Rio Tinto, que é uma das secções criadas pela Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal, e onde já se encontram internadas algumas meninas.

As petizas, excelentemente dispostas, saudaram os visitantes, sendo por uma delas oferecido um ramo de lindas flores ao Sr. Dr. Albino Reis.

No refeitório, pelo Sr. Domingos Gonçalves de Sá Junior, foi oferecido um *Porto de Honra*.

O Sr. Dr. Lopes Rodrigues, antes de brindar o Sr. Ministro do Interior, fez a história da Associação e acção já desenvolvida nestes dois anos de vida. Prestou homenagem aos benfeiteiros e às senhoras visitadoras que desinteressadamente desempenham a sua missão altruísta.

Exteriorizou a sua fé no futuro da Associação e dos resultados que se colherão. Salientou o carinhoso auxílio do Sr. Director Geral da Assistência e disse confiar na protecção do Governo para ir por diante o desejo da Associação.

O Sr. Domingos Gonçalves de Sá Junior igualmente saudou o Sr. Ministro do Interior, dizendo que muito se deve esperar do Governo e que o concelho de Gondomar que sempre tem sido esquecido, confia na acção do Sr. Presidente do Ministério.

O Sr. Ministro do Interior rematou os discursos declarando que se retirava satisfeito por ver como no Norte se trabalha e como o Norte é generoso.

Faz votos para que o Sr. Dr. Lopes Rodrigues veja coroada de êxito a sua acção, acrescentando que a principal função do Ministro do Interior é a política de bem fazer. Podem, portanto, contar com a sua boa vontade, bem como com a dos Srs. Presidente do Ministério e Ministro das Obras Públicas.

Agradeceu ainda as saudações do Sr. Domingos Gonçalves de Sá Junior.

O Sr. Dr. Albino Reis retirou ao anoitecer para Oliveira de Azeméis.»

*

O costume tradicional de deitar os carrapatos, assunto de que tratei na pág. 488, deste 2.º volume, não se circunscreve apenas à freguesia da Sousa. É brinquedo condenável usado em todo o concelho e limitroses. Ainda há pouco, a 30 de Janeiro de 1932, o semanário *A Nossa Terra* noticiava que na noite de 21 para 22 daquele mês foram presos em Valbom, pelo Sr. regedor da freguesia, uns quatro indivíduos, por terem ido para um pinheiral buzinar palavrões indecentes, ao que se costuma chamar «os carrapatos».

Os presos estiveram na cadeia da administração uns dois dias, e ao cabo desse tempo satisfizeram umas multas em favor das agremiações de beneficência que o Sr. Administrador do Concelho lhes impôs. E o semanário comenta: «Foi remédio santo... tão santo que não se tornaram a ouvir as buzinadelas a altas horas da noite... Pudera! Não que elas ardem!»

Estamos de acordo. Tudo quanto representa imoralidade deve ser reprimido rigorosamente.

*

Observação final:

Nestas *notas adicionais* procurei emendar certos erros contidos no 1.º e 2.º volumes. Aproveito a ocasião para deixar aqui consignado o meu testemunho de gratidão a todas as pessoas que gostosamente colaboraram nestes trabalhos; e se de facto há ainda infelizmente muitas deficiências, elas poderão ir desaparecendo, mercê do auxílio que eu for recebendo em estudos posteriores.

E assim, ao concluir este 2.^o volume, lembrei aquela judiciosa passagem do velho cronista João de Barros, no Prol. à Dec. II:

«Se em tudo não aprouvermos, ao menos será em dar materia a alguns de poderem emendar, e murmurar, que he a mais doce fruta da terra, e assi seremos aprazivel a todos, a huns pera louvarem o bem dito, e outros pera terem que dizer do mal feito.»

FIM DO SEGUNDO VOLUME

ÍNDICE

CAPÍTULO III

	<i>Pág.</i>
Noções de arqueologia	5
O cemitério romano de Penouço (Rio Tinto)	8
Mó girante, fragmento duma tégula, etc. (Monte Crasto)	18
Toponímia arqueológica	20
Mamoas	28
Edifícios antigos do concelho	30
Numismática	31
Pelourinhos, solares antigos e velhas tradições ...	41

CAPÍTULO IV

Notícia histórica da diocese do Porto e ligeiras referências a alguns de seus prelados	49
A carta de doação do burgo do Porto feita pela rainha D. Teresa ao bispo D. Hugo	67
Memória sobre o senhorio da Cidade do Porto ...	68
Censos e outros direitos do Cabido da Sé do Porto, nos primitivos tempos da monarquia ...	72
Provisões, cartas de compra ou de venda, de escambo, de doações, prazos de vidas, testamentos, instrumentos de posse, de anexação, de protesto, de sentenças, cartas testemunhais, etc., relativas ao concelho de Gondomar ...	78
Termos da Cidade de Porto ...	99
A população do Minho em 1527 ...	101
Igrejas paroquiais, mosteiros e ermida de Gondomar, em 1650 ...	107
Conventos e mosteiros ...	114
Religiosos ilustres ...	117
«Memórias Paroquiais», de 1758 ...	121
Noviços da Congregação do Oratório da Cidade do Porto	197
Livro da memória dos sujeitos que têm entrado a ser noviços na Congregação do Oratório ...	200
Número de fogos e de habitantes do concelho em 1794.	
O clero secular desse tempo ...	206

	Pág.
Do Governo eclesiástico, civil, militar e político, no séc. XVIII	217
Administração militar nos séculos XIX e XX	228
Organização civil e judicial dos primeiros tempos ...	231
Divisão judicial e administrativa da Cidade do Porto, nos séculos XIX e XX	234
Julgado de Gondomar	236
Governo eclesiástico do bispado do Porto, no séc. XIX	242
Governo diocesano e vida paroquial de Gondomar, desde há um século até à proclamação da República ...	246
Capelas públicas e particulares existentes nas freguesias do concelho	259
Relatório do movimento religioso no concelho de Gondomar, no ano de 1922	261
Colectas diocesanas	267
Remodelação das dioceses e criação de novas freguesias	271
Programa dos estudos nos seminários	273
Religião cristã evangélica	276
O rei visigodo Gundemaro	283
Moedas do rei Gundemaro	286
Vila de Gondomar	291
Hierologia médica (S. Cosme e S. Damião) ...	311
Freguesia de Covelo	319
Freguesia de Fânzeres	352
Freguesia de Jovim	359
Freguesia da Lomba	366
A Cidade de Arégia ou Anégia	375
Freguesia das Medas	391
Dólmenes	402
Lugares históricos	422
Freguesia de Melres	431
Cartas de Melres	442
Foral dado ao concelho de Melres	450
Freguesia de Rio Tinto	452
Freguesia de S. Pedro da Cova	461
Freguesia da Sousa	475
Freguesia de Valbom	491
Notas adicionais ao 1.º volume	507
Notas adicionais ao 2.º volume	511

ÍNDICE DAS GRAVURAS DO 1.º VOLUME

	<i>Pág.</i>
Ms. da doação do couto de Gondomar, em 1231 e traslado da cessão do padroado da igreja de Campanhã ao bispo do Porto, em 1256	46
Fachada principal dos Paços do Concelho de Gondomar	144
Mapa topográfico do concelho	176
Vista parcial do Monte do Crasto	291



ÍNDICE DAS GRAVURAS DO 2.º VOLUME

	<i>Pág.</i>
Desenho de objectos arqueológicos	11
Fotogravuras das 3 lápides funerárias	13, 15 e
Algumas moedas romanas encontradas no Monte Crasto	34
Gravura do rei Gundemaro	283
Moedas do rei Gundemaro	289
Vista parcial da sede do concelho	292
Igreja matriz	294
S. Damião, S. Pedro Gonçalves e S. Cosme	317
Vista parcial da freguesia de Covelo	323
Capela da Quinta de Covelo	342
Cruz processional de prata, de Covelo	350
Vista parcial de Fânzeres	355
Vista parcial de Jovim	363
Vista parcial da freguesia da Lomba	371
Vista parcial da freguesia de Medas	412
Vista parcial da freguesia de Melres	437
Primitiva igreja matriz de Melres	440
Vista parcial da freguesia de Rio Tinto	456
Vista parcial da freguesia de S. Pedro da Cova	466
Foz do Sousa	476
Vista parcial da freguesia da Foz do Sousa	482
Vista parcial da freguesia de Valbom	498



JULHO 1979

Composto e impresso

na

COOPAG, S.C.A.R.L. | PORTO

Tiragem 1.000 exemplares





Gonçalo Mário
Biblioteca Municipal

BBMG

Av. Silviano Braga, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ



00005171